

ANA MARIA PETRONETTO SERPA (ORG.)

O CURSO DE **SERVIÇO SOCIAL** DA UFES

Memória,
afetos e história



ANA MARIA PETRONETTO SERPA (ORG.)

O CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL
DA UFES

Memória,
afetos e história

 **EDUFES**

Vitória, 2024



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Fabricia Benda de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,
Willi Piske Junior

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

George Vianna

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação

Bruno Ferreira Nascimento (Graúna Digital)

Capa

Juliana Braga

Imagem de capa

David Protti

Revisão de texto

Fernanda Scopel

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C975 O curso de Serviço Social da Ufes [recurso eletrônico]:
memória, afetos e história / Ana Maria Petronetto Serpa
(organizadora). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES,
2024.

469 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-567-0

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Serviço Social. 2. Memória. 3. Política Social. I. Serpa, Ana
Maria Petronetto.

CDU: 364

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas
Crimson Text e Barlow.

Sumário

Apresentação 11

Ana Maria Petronetto Serpa

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Ecos de esperança 17

Parte I

Conjunturas, movimentos, articulações e formação profissional

O curso de Serviço Social da Ufes (1970-2000) 25

Ana Maria Petronetto Serpa

Elizete Cardozo

Eugênia Célia Raizer

Contando a história de uma pós-graduação na área de Serviço Social no Espírito Santo 87

Maria Lúcia Teixeira Garcia

Ana Targina Rodrigues Ferraz

A histórica relação do curso de Serviço Social da Ufes com a Abepss 101

Eugênia Célia Raizer

Movimento estudantil do Serviço Social da Ufes: memórias possíveis de tempos intensos.	125
---	------------

Jacqueline Oliveira Silva

Parte II

Núcleos temáticos: articulando ensino, pesquisa e extensão

Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente: relato das iniciativas entre 1990 a 2020

I. Um novo ator entra em cena (1990-1999)	143
---	-----

Ana Maria Petronetto Serpa

II. Lembranças afetivas do Neca	181
---	-----

Ângela de Fátima Vieira Bueno

III. Memórias de uma história coletiva: a trajetória do Neca (2000-2003).	185
---	-----

Vania Maria Manfroi

Aracely Xavier

Colaboração: Gabriela Gilles Ferreira

IV. Registros de uma trajetória compartilhada.	203
--	-----

Maria Emilia Passamani

Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET-Ufes).	219
---	------------

Maria Madalena do Nascimento Sartim

A universidade é lugar de velhos? Os caminhos percorridos e a consolidação de um projeto educativo (na Ufes) para uma sociedade que envelhece	241
--	------------

Cenira Andrade de Oliveira

Maria das Graças Cunha Gomes

Monique Simões Cordeiro

Formação, memória e protagonismo: um resgate do Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup) 257

Vania Maria Manfroi

Aracely Xavier

Fabírcia Pavesi Helmer

Hingridy Fassarella Caliarí

Mônica Lanes

Nevi: formação, pesquisa e extensão universitária para a cultura da paz e do respeito aos Direitos Humanos 283

Eugênia Célia Raizer

Gilsa Helena Barcellos

Vanda de Aguiar Valadão

William Berger

Parte III

Experiências pedagógicas: vínculos com a sociedade e as expressões da luta social

Uma experiência de estágio: os Campos Próprios. 315

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Encontros de vida: saciando a fome de pão, beleza e afeto 331

Eliane Fernandes Ribeiro

Kelly Cristina Pereira de Souza Lima

Mariléia Alves Rocha

Teresinha Maria Mansur

Compromisso, seriedade, alegria e diálogo no cotidiano do curso de Serviço Social da Ufes 365

Maria Beatriz Lima Herkenhoff

Parte IV
Cada uma em seu tempo na construção do coletivo
(homenagens)

Ângela Maria Campos da Silva: uma trajetória de afeto! 379

Eugênia Célia Raizer

Beatriz Stella Martins Krohling: facilitadora de alegrias e oportunidades 385

Karina Firme Marques Veiga

Tributo à amizade: uma homenagem a Diógena Malacarne 391

Marlene Monteiro André

Elizete Cardozo: personagem central na criação do curso de Serviço Social da Ufes . 393

Ana Maria Petronetto Serpa

Elizete Cardozo: figura amada 401

Alacir Ramos Silva

Eugênia Célia Raizer e sua capacidade de tecer articulações “com fio de ouro” . . 405

Ana Maria Petronetto Serpa

Floresta de Maria Soeiro Viza: compromisso com o resgate da história do Serviço Social no Espírito Santo 411

Ana Maria Petronetto Serpa

Em homenagem a Leila Maria Vello de Magalhães 415

Roberta Giovanotti

A Leila, uma das primeiras assistentes sociais do Espírito Santo 417

Ana Maria Petronetto Serpa

Gratidão e afeto: à professora Leila Maria Vello de Magalhães	419
Marlene Monteiro André	
Leila, mestre e vanguarda do Serviço Social no Espírito Santo	421
Maria Madalena do Nascimento Sartim	
Maria Helena Rauta Ramos: paixão pelo Serviço Social!	425
Ana Maria Petronetto Serpa	
Marilsa Martinelli: presente em nossa memória!	433
Ana Maria Petronetto Serpa	
Marilza Ferreira Celin e o curso de Serviço Social	435
Regina Maria Santos Murad	
À professora Marisa Rezende Afonso.	437
Jeane Andréia Ferraz Silva	
A Mercia Tereza dos Santos Ribeiro, que viveu intensamente!	439
Marlene Simonetti	
Regina Maria Santos Murad: histórias de uma divertida amizade.	443
Marlene Simonetti	
Posfácio – Homenagem ao curso de Serviço Social da Ufes e desafios futuros.	447
Maria Inês de Souza Bravo	
Participantes da obra	457



Apresentação

Na literatura, diz-se que a memória é uma esmagadora oportunidade poética que inspira afetos, como saudades e paixões, alegrias e tristezas. No entanto, quando o assunto é a experiência vivida no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), naqueles distantes anos de 1970 até chegarmos a 2020, esses afetos são situações inescapáveis. Quem viveu intensamente, de corpo e alma, ficará sempre marcada(o) por aquela época em que juntas(os), professoras(es), funcionárias(os) e estudantes, construímos uma verdadeira utopia educacional, em momentos politicamente difíceis. Não ficaram só saudades! Há muitas lições a extrair de tudo que se ousou fazer, chamando atenção inclusive para a visibilidade que tivemos e que demos à Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) – hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) –, nossa entidade nacional.

O afeto não se reduz nem a uma paixão, nem a uma razão ou ação da mente. Ele possui, ao mesmo tempo, uma realidade física e uma realidade racional e psicológica. A ideia de afeto aqui se refere à capacidade de afetar ou relacionar-se com outros parceiros de dentro e de fora do Serviço Social, outros segmentos, grupos, e de ser afetado por eles sem perder a nossa essência, mas sim nos revitalizando e ampliando horizontes. Isso nos deu força para existir e afetar outras experiências, tamanhos eram nossos desejos e interesses. Jovens assistentes sociais puderam, em pleno período ditatorial, experimentar a cidadania, exercendo-a cotidianamente na sala de aula e nas inúmeras atividades da vida docente e estudantil. Portanto, o que preside a nossa ideia de afeto neste livro engloba o pensamento de Espinosa, quando define a ideia de uma “afecção” que é caracterizada pela sua imensa capacidade de afetar e de ser afetada pelos corpos exteriores, isto é, transformar e ser transformada

de modo diverso e variado em qualidade e quantidade. “Definiremos um animal, ou um homem, não por sua forma ou por seus órgãos e suas funções, e tampouco como sujeito: nós o definiremos pelos afetos de que ele é capaz” (DELEUZE, 2002, p. 129)¹.

Este livro tem inestimável valor histórico, pelo que resgata da experiência de ensino, pesquisa e extensão do curso de Serviço Social na Ufes, da capacidade daquele coletivo de, a partir da sua especificidade e dos seus limites, participar dos movimentos da universidade e da sociedade e fortalecê-los, para construir uma democracia com justiça social no Brasil. A cada momento, ampliamos nossa compreensão da história do país, das estruturas seculares que produziram e reproduzem o empobrecimento, as desigualdades sociais, as opressões, a precarização da vida, a violência... enfim, as expressões da questão social, e nos capacitamos para compreender essas estruturas e atuar no seu enfrentamento.

Ao publicar esta obra, temos a pretensão de, mais que comemorar o cinquentenário do curso, resgatando realizações significativas, alimentar o desejo e o compromisso com um projeto ético-político de formação profissional que aprofunde cada vez mais os estudos e as reflexões sobre a produção e a reprodução da “questão social” enquanto “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista”, e sobre as formas de enfrentamento no exercício da profissão.

O livro está organizado em quatro partes, além da introdução. Nesta, sob o título “Ecos de esperança”, publicamos o discurso da professora Ângela Maria Campos da Silva, quando parainfou uma turma de formandas do curso de Serviço Social. Um discurso veemente, vigoroso e atual, que denuncia as iniquidades seculares existentes em nosso país e nos conclama a uma ação profissional capaz de contribuir para transformar tal situação.

A primeira parte do livro relata as realizações do curso no período compreendido entre 1970 e 2000, bem como o contexto histórico em que ocorreram. Pode-se dizer que nos primeiros trinta anos deram-se: a implantação do curso; a busca permanente de aperfeiçoamento do projeto de formação profissional da(o) assistente social; o investimento na capacitação docente com a formação de mestres e doutores; a constituição de uma rede de instituições campos de estágio, mas também a criação de “campos próprios”, com participação ativa de professoras(es); a

1 DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

articulação com entidades representativas das(os) assistentes sociais, das(os) docentes e de movimentos sociais; a participação ativa nos movimentos de democratização da universidade; a relação permanente e estreita com a Abess e com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss); a criação de núcleos temáticos de estudos e pesquisa; e a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* em várias áreas.

Nos primeiros trinta anos, predominaram ações voltadas para o ensino e para a extensão universitária. Iniciativas de pesquisa também foram feitas, mas essa função da universidade ganhou força a partir de 2000, quando o amadurecimento institucional e as condições objetivas do Departamento de Serviço Social permitiram a realização de pesquisas e também: a criação do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) – inicialmente, mestrado; mais tarde, doutorado e pós-doutorado –; a publicação da revista quadrimestral *Argumentum*; a promoção do Seminário Nacional e Internacional de Políticas Sociais; e outras iniciativas ligadas ao PPGPS.

A memória do Movimento Estudantil do curso foi resgatada por iniciativa da ex-aluna e professora universitária Jacqueline Oliveira Silva, que fez sua graduação em Serviço Social na Ufes e participou do resgate e do fortalecimento do movimento dos estudantes do curso, atuando em sua direção e representando-os na Abess. Depois, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde fez mestrado e doutorado em Educação e se tornou professora universitária – hoje, aposentada. O movimento das(os) estudantes também teve Rosa Helena Stein como representante na Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets).

A Parte II desta obra descreve os núcleos temáticos nas diversas áreas de atuação do Serviço Social, detalhando seus objetivos, ações, projetos de pesquisa desenvolvidos, participação das(os) estudantes, formas de articulação com a sociedade, com informações e reflexões permeando o texto e indicando novas possibilidades de pesquisa. Os núcleos temáticos concretizam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A Parte III resgata e sintetiza a experiência dos “campos próprios”, feita por diversas professoras nos movimentos populares (associações de moradores, grupos de mulheres) de bairros da Grande Vitória, visando fortalecer os processos de organização dos moradores e seus movimentos reivindicatórios para a conquista do direito de viver dignamente na cidade. Também traz as memórias do projeto de extensão “Girassol”, desenvolvido no bairro Planalto Serrano, município de Serra, que buscou

desenvolver capacidades e fortalecer a organização comunitária. Traz ainda uma crônica do cotidiano da sala de aula.

A Parte IV foi reservada para uma homenagem às professoras que já nos deixaram (*in memoriam*) e às professoras pioneiras no curso e no Serviço Social no Espírito Santo, em reconhecimento pelo papel que tiveram na construção coletiva desse projeto. Pessoas que dedicaram tempo, ideais, competência técnica e capacidade de articulação para que o curso fosse implantado na Ufes e constituísse sua identidade ao longo do tempo. A vida de cada uma está associada à história do serviço social no Espírito Santo e no Brasil, às concepções, instituições, políticas e práticas sociais de seu tempo.

O livro é um convite e uma provocação às(aos) estudantes que queiram explorar questões aqui pouco desenvolvidas. Temos uma riqueza de temas que podem ser objeto de novos estudos, sob pena de se perderem no tempo. Resgatar, descrever, publicar são formas de trazer a história do curso, das instituições e do próprio serviço social para o espaço público, que é o lugar do “aparecimento” e da “visibilidade”. “O espaço público é o lugar que preserva a ação do esquecimento”, afirma Arendt (*apud* TELLES, 1999, p. 51)².

Fica aqui registrado o agradecimento às(aos) professoras(es) e ex-alunas que elaboraram artigos e o reconhecimento da importância deste resgate para as atuais e futuras gerações. As personagens que fizeram esta história ainda podem falar sobre ela, sobre as ações, emoções, limites e desafios que se entrelaçaram nessa construção. Há muito a ser resgatado e o que se espera é a continuidade da exploração dessas veredas.

Agradecemos à Universidade Federal do Espírito Santo este espaço de liberdade, de exercício de autonomia acadêmica e de uma sociabilidade diferenciada, regida por princípios democráticos em que todos crescem e podem se tornar sujeitos livres e emancipados. Espaço que promove uma “Educação para a Liberdade”, conforme escreveu Paulo Freire. Gratidão ao Departamento de Serviço Social, ao seu corpo docente e de servidores técnico-administrativos e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS). Agradecemos ainda, e de maneira especial, ao

2 TELLES, Vera da Silva. Política e espaço público na constituição do “mundo comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *In*: TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), na pessoa do diretor professor Hélio Zanquetto Filho; à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep); à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd); à Biblioteca Central (BC); à Superintendência de Comunicação (Supec), na pessoa da professora Ruth Reis; à Editora Universitária Edufes, na pessoa de seu diretor, professor Wilberth Salgueiro; e ao magnífico reitor, professor Paulo Sérgio de Paula Vargas.

Agradecimentos à rede de instituições e profissionais que receberam estudantes para realizar estágio curricular e às usuárias e usuários das políticas e serviços sociais.

Gratidão às nossas famílias, em especial aos nossos pais, que um dia deixaram o campo e as pequenas cidades em busca de oportunidades para filhos e filhas. Ou, em alguns casos, tivemos que deixá-los! Oferecemos este trabalho a eles e aos nossos filhos e filhas, netos e netas, companheiros e companheiras, além dos milhares de estudantes que passaram pelo curso, por todas as salas do ED II e por seus corredores, e que hoje “levam um pouco de nós adiante”. Enfim, a todas e todos com quem nos relacionamos nesse período e com quem tanto aprendemos!

Ana Maria Petronetto Serpa
Maria Madalena do Nascimento Sartim



Ecoss de esperança

Discurso proferido pela professora Ângela Maria Campos da Silva como paraninfa das formandas do curso de Serviço Social da Ufes, em algum ano da década de 1990

Queridas Formandas

A fugacidade e a cadeia de emoções que caracterizam este momento, são bloqueios decisivos à uma melhor escolha quanto ao que pode ser dito e refletido. Dele, como de alguns momentos da vida estudantil restarão em breves anos, apenas sinais longínquos que aflorarão a seus pensamentos ou serão motivos de palestras futuras como difusas lembranças e com o tom neutro das coisas passadas. Entretanto a Escola não é uma impressão delével e tênue, pois nela temperaram o caráter, organizaram a vontade e recolheram alguma experiência. O futuro dirá do valor de coisas aparentemente tão modestas.

E é para este futuro presente que emerge em suas vidas que faço minha inflexão e no que gostaria que vocês me acompanhassem.

Que momento histórico diante do qual vocês se apresentam como profissionais? O que ele exigirá do Assistente Social? Como sentir-se-ão dentro dele?

Com a cautela de não repetir uma retórica ideológica, despretensiosa e ingênua, não poderia deixar desapercibido o coincidente das situações: da de vocês, assumindo um novo papel social - o de profissionais - e o de nosso país gal

gando seus primeiros passos para uma nova organização social que, esperamos nós, traga efetivamente em seu bojo o processo liberador de nosso povo:

Sabemos, naturalmente, que devemos fugir do reducionismo de sermos meros realizadores das mudanças estruturais com que essa estrepante base estatal nos acena. Cumpre-nos pugnar e participar dessa reordenação do regime social, onde estejam presentes: a) A realização da vontade do povo trabalhador, de modo que todo homem ou mulher em condições de trabalho, tenha oportunidade de obter um emprego, com o qual possa contribuir para os fins da sociedade; b) A garantia de que toda pessoa incapacitada para o trabalho, tenha meios dignos de subsistência; de que todo o doente tenha acesso aos serviços de saúde; que toda criança tenha escola, alimentação e vestuário; que todo jovem desfrute do ensino em todos os níveis; que toda pessoa tenha acesso ao estudo, à cultura e ao esporte e que toda família tenha direito à moradia digna. Que sejam ainda asseguradas a liberdade e a dignidade plenas, em suma, o amplo exercício da cidadania, bem como a integridade e a soberania da pátria.

Mas os problemas da terra, da industrialização, da habitação, do desemprego, da injustiça, da educação e da saúde só encaminharão para a solução, se resolutamente unirmos nossos esforços a conquista das liberdades públicas e da democracia política.

Diante deste quadro, o que as espera?

- O trabalho nas grandes indústrias' das metrópoles junto ao operário massacrado pela força do capital ou com as populações rarefeitas e sofridas das zonas rurais e ribeirinhas;

- O trabalho junto aos doentes, não raro tão precocemente dilapidados de sua energia vital ou junto as comunidades, discutindo as questões básicas da sobrevivência;

- A atuação junto aos idosos, que muitas vezes irradiam uma juventude surpreendente, e comumente tão dolorosamente alijados da família e da sociedade;

- O trabalho com os menores lançados tão cedo na responsabilidade pela sua própria subsistência;

- Lidar com os detentos, quase sempre sem perspectivas de reintegração social, ou com os migrantes, "caminhantes incansáveis pelo pão de cada dia";

- Atuação junto à cultura e o lazer, direitos negados àqueles que produzem, ou interveem em programas demoradia, cada vez menos operosos diante da proliferação de mocambos e favelas;

- O trabalho junto à previdência social, conquista indiscutível do trabalhador, e que hoje se dilui cada vez mais no rolo compressor que traga nossos direitos;

- A luta junto aos movimentos populares que avançam na organização e consciência do seu papel histórico;

- O trabalho junto à implementação da política social do Estado, nos diversos níveis, que nos obriga a conviver, mas nunca impassíveis, com a limitação dos recursos e a crescente miséria de nosso povo;

- A participação na formação de novos profissionais, angustiante pelas limitações da estrutura universitária e pelos anseios dos estudantes de querer sempre mais e melhor.

Entretanto, bem mais desafiadoras que essas situações, serão as que vocês poderão vir a enfrentar e que exigirão muita firmeza e, acima de tudo, compromisso. São as situações de desemprego ou de sub-emprego; as ocorrências constrangedoras e aviltantes de perdas de função em decorrência da política econômica ou por se colocarem frontalmente contra as práticas que violentam os direitos do povo.

Mas, se por um lado, vocês pertencem a uma geração a qual está sendo legada essa enorme responsabilidade, por outro, herdaram este momento histórico incomum, no qual já conquistaram um espaço irreversível.

Bem as conheço e confio, trilharão o melhor caminho. Todavia, atrevo-me a alguns pedidos.

* e recomendações:

- Resistam em admitir como natural e corriqueira a situação de miséria que dizima nossa gente;

- Denunciem, em consonância com nosso compromisso ético e nossa responsabilidade enquanto cidadãos, as políticas que camuflam interesses alheios às necessidades da população;

- Resistam a todas as tentativas de subjugação e aviltamento profissional, lutando árdua e diuturnamente por melhores condições de trabalho e salário;

- Demonstrem incansavelmente à sociedade, a ineficácia de comover-se com a notícia de sequestro ou assassinato de uma criatura, se permanece criminosamente indiferente ao assassinato em massa de milhares de crianças, que morrem a cada ano por falta de recursos, entre estertores de dor, e cujos olhos inocentes, já contendo o brilho da morte, parecem olhar para o infinito como que pedindo perdão para o egoísmo humano;

- Lutem contra as falácias, para que, os que sobreviverem, não cresçam raquíticos e aos 30 anos, tendo ouvido 10 milhões de discursos, morram de miséria e decepção.

Seria ocioso insistir na afirmação de meus desejos de êxito na vida profissional que ora iniciam. Em cada aluno há algo de nós que vai adiante.

Estejam certas de que, mesmo à distância, suas dificuldades serão compartilhadas ou veladamente sentidas por nós - seus orientadores transitórios - e por seus familiares, incansáveis companheiros. Por outro lado, suas vitórias serão nossa grande recompensa.

O importante não é a estrada sinuosa ou reta, plana ou acidentada. Esta é a estrada da vida e nela, a prática profissional. E que nesta, a despeito do crivo daqueles que não impunham a nossa bandeira, vocês possam em suas opções, atitudes e decisões, parafrasear o estadista cubano: "A história me absolverá".

Finalizando, gostaria de dirigir-lhes palavras de gratidão e encorajamento.

Agradecimentos, por todos os momentos em que vocês justificaram nossa existência e nos animaram com suas reivindicações e inconformismos, a vencer as limitações e continuarmos a luta.

Quanto a vocês, não desencoragem nem se amargurem quando não tiverem grande sucesso ao tentar mudanças. Continuem se opondo as mentes conservadoras, aos espíritos rígidos, intolerantes e conformistas. Tentem resistir a eles e apontar-lhes idéias, mas o façam sem ódio, sem sentimentos utilitaristas, excludentes ou de ambição desmedida. E lembro Michel Quoist: "Não importa se estejamos no alicerce ou na cumieira; o importante é que sejamos um tijolo decisivo na construção do mundo".

Felicidades.

PARTE I

**Conjunturas, movimentos,
articulações e formação
profissional**



O curso de Serviço Social da Ufes (1970-2000)

Ana Maria Petronetto Serpa

Elizete Cardozo

Eugênia Célia Raizer

É preciso dizer-lhes que vale a pena lutar, que o sonho engrandece a vida e que a utopia imortaliza nosso destino.

João Batista Herkenhoff, professor da Ufes

Nota metodológica

Este artigo resgata a história do curso de Serviço Social da Ufes, desde a sua criação, em 1970, até o ano 2000. Assim, três décadas têm seus momentos e ações mais relevantes lembrados aqui. Nós, autoras, protagonizamos esse processo, em formas e momentos distintos, e essa recuperação está permeada por sentimentos de saudade e orgulho desse período muito especial em tantas vidas.

Recorremos principalmente a lembranças, memórias ainda nítidas por nosso profundo compromisso e envolvimento com o curso, como estudantes, professoras, coordenadoras e chefes de departamento. Também foram consultados documentos históricos, os poucos disponíveis e gentilmente cedidos, e uma bibliografia pertinente ao tema tratado e seu contexto histórico, inclusive três dissertações de

mestrado – entre elas, a dissertação da professora Floresta de Maria Soeiro Viza, que há pouco tempo nos deixou, e a quem homenageamos nesta obra pelo esforço acadêmico para resgatar a história da criação do Serviço Social no Espírito Santo, no período entre 1950 e 1957, com riqueza de informações, documentos e entrevistas com atores relevantes da época. Com essa contribuição, pudemos voltar um pouco no tempo para falar da implementação de cursos de Serviço Social no estado que antecederam o curso da Ufes e sobre os quais há poucos estudos.

No período resgatado aqui, de 1970 a 2000, focamos em projetos, iniciativas e acontecimentos que teceram o desenvolvimento do curso. Esperamos que outros pesquisadores façam novas incursões nessa história, que deve ser contada e recontada para que as futuras gerações conheçam a caminhada do curso, a identidade que este foi capaz de construir na Ufes e na sociedade, e os tesouros do passado que influenciam o presente e o futuro, num processo de rupturas e continuidades.

São vivas as lembranças dos acontecimentos desse período em nossa memória. Vivas também são as lembranças dos nossos “afetos” – tais como alegria, esperança, desejo de transformação da sociedade e compreensão do serviço social como uma mediação emancipatória –, que geraram potência para a ação, levando-nos a assumir compromissos com as lutas pela redemocratização do país e pela ampliação dos direitos de cidadania das camadas populares excluídas durante séculos. Mesmo na década de 1990, quando vivemos uma conjuntura de “medo”, produzido pela orientação neoliberal dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seus impactos na Universidade, ousamos criar “Núcleos” de estudos, pesquisas e extensão sobre temáticas relevantes, implantar cursos de pós-graduação *lato sensu* e aprofundar nossa relação com instituições públicas e movimentos sociais, a fim de implementar os mecanismos municipais e estaduais de democracia participativa criados pela Constituição de 1988. Essa história nos enche de orgulho e de satisfação, daí a razão para contá-la!

Antecedentes à criação do curso de Serviço Social na Ufes

Entre 1950 e 1970, foram realizados em Vitória, capital do Espírito Santo, dois cursos de graduação em Serviço Social, em períodos diferentes, ambos ministrados pelo Instituto Social do Rio de Janeiro³.

O primeiro, que teve uma única turma, ocorreu entre 1952 e 1954, por iniciativa do Estado do Espírito Santo, no governo de Jones dos Santos Neves, em convênio com a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (Abefs), entidade sediada no Rio de Janeiro e mantenedora do Instituto Social – da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro –, que ministrou o referido curso.

Mobilizaram-se para implementar essa iniciativa o Departamento Estadual de Saúde, na pessoa do seu diretor, Dr. Jayme dos Santos Neves; a primeira assistente social do estado, Geny Grijó, que dirigia a Agência de Serviço Social do Centro de Saúde de Vitória; e as auxiliares de assistente social⁴ da Agência, que reivindicaram a realização do curso. Nos termos do convênio firmado entre “Estado do Espírito Santo e Associação Brasileira de Educação Familiar e Social”, em 11 de fevereiro de 1952, cabia ao Instituto Social organizar os trabalhos do curso, responsabilizar-se pela orientação e administração do ensino e conferir o diploma de Assistente Social às alunas aprovadas, que lhes daria “os mesmos direitos, vantagens e prerrogativas” dos outros cursos de graduação em Serviço Social ministrados pelo Instituto. O Departamento Estadual de Saúde “foi incumbido pelo Governo de prestar assistência e acompanhar as atividades do curso” (VIZA, 1981, p. 213-215).

Uma das atividades formativas desse curso era a “visita orientada” das estudantes às chamadas “obras sociais”. Em 1952, foram visitados: a creche Menino Jesus; o Orfanato Cristo Rei; a Obra Social Santa Luiza; o Asilo da Velhice Desamparada; o

3 Em 1951, também foi implantada na capital, pelo Colégio Americano Batista de Vitória, a Escola Técnica de Serviço Social, que funcionou até 1953 com apenas uma turma. Segundo Viza (1981), faltou a esta turma fazer a “tese” (equivalente, hoje, ao Trabalho de Conclusão de Curso).

4 Vinte e cinco alunas do curso de Auxiliar de Assistente Social se organizaram para que a “tese” de Geny Grijó fosse publicada, e fizeram a seguinte dedicatória na publicação: “A GENY GRIJÓ, diretora do curso de Auxiliar de Assistente Social, suas alunas, num preito de amizade e de admiração, oferecem as primícias de seu aprendizado: a impressão da TESE de Conclusão do Curso de Assistente Social ‘ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A PACIENTES VENÉREOS’, Vitória, agosto de 1950”. Oito dessas alunas foram contratadas pela Agência.

Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória; a Legião Brasileira de Assistência (LBA); as Obras Pavonianas; a Associação Beneficente Pró-Matre; o Serviço Social da Indústria (Sesi); o Instituto Agrícola Maruípe, localizado na fazenda Maruípe – onde se situa hoje o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam). Além dessas, em períodos diferentes, outras instituições também foram visitadas: a Agência de Serviço Social do Centro de Saúde de Vitória; a Escola Técnica Federal de Vitória; o Parque Infantil Maria Pacheco Queiroz Lindemberg; o Parque Infantil Ernestina Pessoa; o Sanatório Getúlio Vargas; a Companhia União Manufatora; a Companhia Ferro e Aço de Vitória; a Fábrica de Bombons Garoto (VIZA, 1981, p. 241).

O objetivo de nominar aqui essas “obras” e órgãos é demonstrar a existência, na região da Grande Vitória, já nas décadas de 1940 e 1950, de uma rede de instituições públicas, empresas e obras sociais confessionais⁵ ou filantrópicas onde havia trabalho social.

Também se observa nesse primeiro curso uma organização de “conteúdos curriculares” por campos emergentes de atuação do Serviço Social, tais como: saúde, trabalho, “menor”, rural. Em entrevista dada à professora Floresta de Maria Soeiro Viza, em julho de 1979, para elaboração da dissertação de mestrado desta, a assistente social Geny Grijó (que hoje dá seu nome à Unidade de Saúde do Parque Moscoso – Centro de Vitória) relata relevantes experiências de trabalho comunitário realizadas na capital pela Agência de Serviço Social, na década de 1950, tanto na comunidade da Fonte Grande como no Centro Social da Ilha do Príncipe (VIZA, 1981).

O outro curso de graduação em Serviço Social, autorizado pelo Decreto n. 45.054, de 16 de dezembro de 1958, realizou-se mais tarde, no período de 1959 a 1970, formando várias turmas. Era a Escola de Serviço Social de Vitória, dirigida pelas irmãs da Congregação das Filhas do Coração de Maria⁶, que funcionou inicialmente nas

5 Segundo Viza (1981, p. 42), as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, que chegaram ao Espírito Santo no fim do século XIX, vindas da França, assumiram a direção da Santa Casa de Misericórdia e, a partir desse lugar, criaram obras de caridade, tais como: as Damas de Caridade (1904), o orfanato Santa Luiza (1905), o asilo Coração de Jesus (1910) e o colégio Nossa Senhora Auxiliadora (conhecido como Colégio do Carmo). Por sua vez, as alunas do Colégio do Carmo organizaram as Luizas de Marilac e o Asilo da Velhice Desamparada em Vitória.

6 A Congregação foi fundada em 1790, na França, pelo padre jesuíta Pedro Jose Picaut de Cloriviere e pela leiga Adelaide Champion de Cice. A Congregação ainda atua em Vitória e no país, e é mantida pela Abefis, que também mantém o Instituto Social do Rio de Janeiro.

dependências do Serviço Social do Comércio (Sesc), na Praça Misael Pena, no Parque Moscoso, e, depois, em edifício da Arquidiocese de Vitória, ao lado da igreja São Gonçalo, na Cidade Alta, no Centro de Vitória. Sua diretora, Linda Belchior Bueri, pertencente à mencionada Congregação, foi do grupo das oito primeiras auxiliares sociais admitidas pela Agência de Serviço Social do Centro de Saúde de Vitória e assistente social formada na turma 1952-1954. O curso também foi ministrado pelo Instituto Social do Rio de Janeiro.

Importante ressaltar que a Escola tinha o Diretório Acadêmico “Geny Grijó”, do qual as(os) estudantes participavam, tendo sido a professora Maria de Lourdes Frizera uma de suas dirigentes, representando a oportunidade de exercer a participação no movimento estudantil daquela época.

A Escola encerrou o curso em 1970, com a formatura da última turma. Há informações de entrevistados de que tanto o governo do estado como a própria Ufes foram procurados para absorver o curso, o que não aconteceu⁷.

Naquele momento, a economia do Espírito Santo, que não se beneficiou da política de substituição de importações do país nas décadas anteriores, “em decorrência de sua própria incapacidade de acumulação” (SIQUEIRA, 2001, p. 45), vinha sofrendo os impactos das crises causadas pelas variações do preço do café no mercado internacional⁸. Era uma economia agroexportadora, baseada na cultura do café, em pequenas propriedades, com mão de obra familiar, de meeiros ou de colonos. Na década de 1960, sob os efeitos dessas crises recorrentes e da política de erradicação dos cafezais ditos “improdutivos”, implementada pelo governo federal, ocorreu a “decomposição” dessa estrutura agrária, com concentração rápida da propriedade

7 Antes disso, os primeiros cursos superiores criados no estado, de forma isolada, foram os de Odontologia (em 1927) e de Direito (em 1930). No governo Jones dos Santos Neves (1951-1954), foram criados como instituições estaduais: a Escola de Belas Artes (1951); o Instituto de Música do Espírito Santo (1952); a Escola de Auxiliares de Enfermagem (Lei n. 707/1953); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1951). Em 1954, já no fim de seu mandato, o governador criou a Universidade do Espírito Santo (UES), por meio da Lei n. 806, de 5 de maio de 1954. Em 1961, a UES se tornou Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). No mesmo ano, pela Lei n. 520, de 6 de setembro de 1961, foi criada ainda a Escola Politécnica (SILVA, 1995).

8 O valor da saca do café de 60 kg, em dólar: 1950, US\$ 58,34; 1955, US\$ 61,61; 1959, US\$ 41,98 (SIQUEIRA, 2001, p. 175).

de terra, por meio da venda das pequenas propriedades, da expansão da pecuária e da plantação de eucalipto (SIQUEIRA, 2001, p. 159). A área rural disponibilizada com a erradicação dos cafezais (1962-1966) foi ocupada em 70,1 % com pastagens, demonstrando que foi a pecuária, e não a diversificação da agricultura, o setor da economia que mais cresceu naquele momento.

De acordo com o Censo Demográfico, em 1950 o Espírito Santo tinha 957.238 habitantes; desse total, 110.931 estavam na Grande Vitória⁹, isto é, 11,58 %. Já em 1960, a população do estado era de 1.418.384 habitantes, sendo 198.265 na Grande Vitória, correspondendo a 13,97 % do total (SIQUEIRA, 2001, p. 128). Por outro lado, em 1950, 1960 e 1970, o percentual da população que vivia no campo era de 77,37 %, 68,36 % e 54,86 %, respectivamente, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2015, demonstrando que o campo sofreu redução lenta de sua população.

Como dito anteriormente, a Escola de Serviço Social encerrou suas atividades em 1970, no momento em que cresciam os movimentos migratórios para a Grande Vitória, mais em função da “desestruturação da economia agrária” (pelo fator “expulsão”), e intensificavam-se o debate e a mobilização de lideranças políticas e empresariais para implantar os chamados “grandes projetos industriais” na Região Metropolitana, tendo o Estado o papel de agente condutor do processo, associado aos capitais nacional e multinacional. Também foi reorganizado e ampliado o aparato estatal, com a reestruturação e/ou a criação de novos órgãos públicos para tratarem da “questão social”, que se agravava com a formação de aglomerados urbanos de trabalhadores empobrecidos.

Em 1970, quando o estado tinha 1.599.333 habitantes, a população da Grande Vitória já correspondia a 24,13 % desse total, com 385.998 pessoas. Uma década depois, em 1980, essa Região Metropolitana quase dobrou a sua população – enquanto o Espírito Santo tinha 2.023.340 habitantes, ali já abrigava 706.263 habitantes, equivalente a 34,90 % do total. Em contrapartida, o campo continuava perdendo população em relação ao total de habitantes do estado. Em 1980, concentrava, de acordo

9 Composta, na época, pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Hoje, a Região Metropolitana da Grande Vitória tem sete municípios, sendo os cinco mencionados mais os municípios de Fundão e Guarapari.

com o Ipea, 36,08 % do total; já em 2000, caiu para 20,48 %; e, em 2010, chegou a 16,61 %. Segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população rural era de 583.480 habitantes. Recentemente, dados do Censo de 2022 apontaram que quase metade da população total do estado, 3.833.486 habitantes, reside na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Diante da situação que vinha se configurando, haveria uma demanda crescente de trabalho na área de assistência social. Isso, somado ao anunciado fechamento do curso de Serviço Social em 1970, preocupava algumas assistentes sociais, que viam a perspectiva de crescimento econômico do estado e da demanda de trabalho para a profissão, pois algumas novas instituições estavam sendo criadas e outras, ampliadas. Sendo assim, as assistentes sociais Elizete Cardozo e Maria Helena Rauta Ramos fizeram contatos com dirigentes institucionais e lideranças que poderiam ajudar no processo de criação do curso. Não obstante algumas poucas opiniões desencorajadoras, elas continuaram buscando interlocutores e aliados para a iniciativa.

Elizete Cardozo, que era chefe da divisão de Serviço Social do Sesi à época, agendou um encontro com o então diretor dessa instituição e também presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Jones Santos Neves Filho, para discutir o assunto – agenda que foi reforçada pelo empresário Cesar Daher Carneiro. O diretor do Sesi propôs uma nova conversa com representantes da antiga Escola para sentir a possibilidade de manter o curso, mas a decisão de encerrá-lo foi reafirmada. Assim, em novos encontros do grupo, foi cogitada a possibilidade de criar o curso na Ufes. Várias instituições somaram-se a essa iniciativa.

Da criação do curso: atores e articulações

Como primeira medida para a criação do curso na Ufes, foi formada uma comissão, presidida por Jones Santos Neves Filho, representando a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), da qual era presidente, e também o Sesi, do qual era diretor. Também era composta por dirigentes de instituições que demandavam o trabalho de assistentes sociais, incluindo um representante da própria Ufes: Denizart Santos, diretor presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que iniciou suas atividades no estado em setembro de 1942; José Luiz Cláudio Corrêa, secretário da Secretaria do

Trabalho e Promoção Social (Setraps¹⁰); Luiz Fernando Garcia Marques, diretor presidente da Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem); e Valder Colares Vieira, presidente da Comissão de Criação de Novos Cursos da Ufes. Participou informalmente da comissão, ainda, Natanael Rauta Ramos (*in memoriam*), capitão médico do Exército e professor universitário, colaborando com as articulações e com o debate sobre a viabilidade do curso. Atuavam como assessoras técnicas da comissão as assistentes sociais Elizete Cardozo, pelo Sesi-ES, que também secretariava a comissão; Leila Maria Vello de Magalhães, pela LBA; e Maria Helena Rauta Ramos, pela Setraps. Era o ano de 1970.

As assessoras técnicas elaboraram o anteprojeto do curso, que continha: estudo das conjunturas estadual e nacional; análise das perspectivas de crescimento da economia capixaba, com a implantação anunciada dos “grandes projetos industriais”; pesquisa das possibilidades de expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais; e ainda uma proposta de currículo a ser implementado. Esta proposta foi desenvolvida após visita técnica aos cursos de Serviço Social das universidades do Rio de Janeiro (PUC, Universidade Federal Fluminense e Universidade Gama Filho) e também orientando-se pelo Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado em 1970 pela Resolução s/n e pelo Parecer n. 242/1970, do Conselho Federal de Educação, de 13 de março de 1970.

No item “Caracterização do mercado de trabalho para profissionais de Serviço Social”, o anteprojeto trazia informações sobre as conjunturas estadual e nacional no início da década de 1970 que justificavam a implantação do curso pela Ufes, posto que a antiga Escola de Serviço Social havia graduado, em 1966, apenas 14 alunas; e, em 1967, 18 alunas. Também em 1967, a Escola realizou seu último vestibular, tendo essa turma se formado quatro anos depois, em 1970. Era pequeno o grupo de assistentes sociais para atender à crescente demanda de profissionais do mercado de trabalho da época.

Ainda que longos, transcrevemos aqui, para registro histórico, trechos que constam do item supracitado (UFES, 1970a, p. 1). As autoras tomaram como referência

10 A Setraps resultou de uma reformulação da Secretaria de Serviços Sociais, criada pela primeira vez como Secretaria na estrutura do Estado do Espírito Santo pela reforma administrativa de 1967, no governo Cristiano Dias Lopes Filho, tendo sido Henrique Del Caro o primeiro secretário.

o “Estudo de viabilidades – Centro Industrial de Vitória”, feito pela Coordenadoria de Planejamento do Espírito Santo (Coplan-ES).

O fato do Espírito Santo estar operando nos últimos anos transformações gradativas em sua economia, saindo da monocultura cafeeira para a industrialização em grande escala, considerando-se que a produção industrial do Estado vem crescendo à taxa média geométrica de 10,7% ao ano, crescimento comparável ao Estado de São Paulo, que é de 10,6%, e Rio de Janeiro, que é de 11,2%, e que a renda no setor industrial alcançou, em 1966, cerca de 44 milhões de cruzeiros novos, contra 452 mil cruzeiros novos em 1955 [...] vem demonstrar o desenvolvimento que se processa no Estado, na tentativa de sair de uma fase tradicionalista para a tecnológica.

Visualizando tais ocorrências, suas perspectivas futuras, e consciente das limitações do Estado para o seu desenvolvimento, o próprio governo Estadual e Federal alertaram para a urgência da adoção de medidas que viessem facilitar e estimular a mudança, ao criar condições favoráveis aos investimentos, oferecendo pelo Dec. Federal 880, incentivos fiscais, “terapêutica ‘sui generis’ para males desta natureza”¹¹.

E, em continuidade, o anteprojeto afirmava que haveria uma “verdadeira explosão industrial” no estado, nos cinco anos seguintes, que desencadearia um processo de transformação social, exigindo quadros técnicos para que o desenvolvimento pudesse se processar de “forma harmoniosa e equilibrada”, sendo o Serviço Social uma profissão importante para atuar nesse processo (UFES, 1970a, p. 2-3).

O Serviço Social se constitui, como profissão liberal, um componente importante na planificação deste desenvolvimento social, uma vez que está capacitado de instrumentos específicos de trabalho, para operar no estudo e adequação das mudanças sociais de maior

11 Siqueira (2001, p. 115) afirma, com base no estudo “Avaliação da política de incentivos fiscais do DL-880 e Lei 2.469: antecedentes e evolução da economia capixaba”, realizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), que “o incentivo fiscal, criado pelo Decreto-Lei 880/69 e pela Lei 2.469/69, aportava recursos sob a forma de participação societária e financiamento. O sistema Geres [Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo], entre 1970 e 1974, apoiou 40 projetos industriais, sendo 10 de ampliação e 30 de implantação, concentrados principalmente nos gêneros de produtos alimentares, minerais não metálicos, metalúrgico e têxtil”.

significação na estrutura social, impedindo o surgimento de barreiras que emperram o processo desenvolvimentista integral, torna imperiosa necessidade de profissionais-especialistas em Serviço Social, para intervir de forma racional e científica na esfera social. Esta necessidade imperiosa de profissionais especialistas em Serviço Social é uma realidade já no presente, considerando-se a criação de novas instituições sociais e a dinamização das existentes, decorrentes das transformações nas estruturas sociais do Estado. Desta forma tais instituições visam operar no meio social em termos de organização, mudança, desenvolvimento e eliminação de patologias sociais, vindo concorrer para abertura de novas frentes de trabalho e ampliação de quadros de profissionais existentes.

O referido estudo mostrava que, em 1969, havia 55 assistentes sociais atuando nas 17 instituições selecionadas para a pesquisa de mercado de trabalho. Em 1970, havia 101. E, para 1975, a previsão era que essas instituições, diante do processo de ampliação dos seus programas, exigiriam o trabalho de mais 268 assistentes sociais (além das 101 já existentes). E as maiores empregadoras seriam: a Secretaria de Serviços Sociais¹², que precisaria de mais 42 profissionais; o Instituto Nacional de Previdência Social, que requereria mais 40; a Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor, que também demandaria mais 40, além das 8 existentes em 1970; e a Fundação Hospitalar do Espírito Santo, que, em plena expansão de sua rede, já tinha 22 assistentes sociais em 1970, e ainda exigiria mais 41.

Além dessas instituições mencionadas, cuja expansão do quadro de assistentes sociais seria mais expressiva, outras também tinham perspectiva de ampliação, tais como Legião Brasileira de Assistência, Sesi, Prefeitura Municipal de Vitória, Hospital Santa Rita de Cássia, Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no

12 Criada pela Lei Ordinária n. 2.296, de 17 de julho de 1967, com a finalidade de “pesquisar, planejar, executar, coordenar e fiscalizar a prevenção e o tratamento dos problemas sociais e realizar programas comunitários destinados a integrar o homem no processo de mudança social em desenvolvimento” (ESPÍRITO SANTO, 1967), com atuação nas áreas de Previdência e Assistência Social, Desenvolvimento Comunitário, Política de Emprego e Programa de Habitação. A Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem), também criada por essa lei, foi implantada em 1969. A Fesbem foi a congênera estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em dezembro de 1964, e incorporou o Departamento Estadual do Menor, ligado à época à Secretaria de Justiça.

Espírito Santo (Inocoop-ES), Juizado de Menores, Companhia Ferro e Aço de Vitória, Braspérola S/A, Hospital das Clínicas, Cáritas Arquidiocesana de Vitória, Centro de Serviço Social e Relações Humanas Kurt Lewin¹³ (criado pela professora Floresta de Maria Soeiro Viza, mas extinto na década de 1970). Esse estudo foi feito por meio de pesquisa direta nas empresas e nos órgãos mencionados.

Para também justificar a importância do curso, o estudo mencionava a legislação que estimula e regulamenta a criação e o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) nas empresas, e que prevê a inclusão de assistentes sociais¹⁴. Citava também os trabalhos do Sesi e da Findes, que buscavam conscientizar e estimular a “classe empresarial” a implantar programas de bem-estar social para trabalhadores da indústria, “levando-os gradativamente a assumir, por si, a responsabilidade social da própria empresa” (UFES, 1970a, p. 5), inclusive com a admissão de profissionais de Serviço Social. Foram referidos no estudo a Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1946 e privatizada em 1997, a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa), privatizada em 1995, a Companhia Telefônica, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e outros.

Dados da Secretaria de Serviços Sociais também foram citados, dando conta de que, no estado, havia aproximadamente 155 “obras sociais” que reivindicavam orientação técnica de assistentes sociais, além de solicitações de prefeituras municipais nesse sentido, já que, por sua incipiente organização administrativa, não tinham um quadro próprio de profissionais dessa área.

A proposta de currículo feita pela comissão propunha para o ciclo básico as seguintes disciplinas: Psicologia, Sociologia, Economia Geral, Higiene Preventiva e Medicina do Trabalho, Teoria do Serviço Social, Direito e Legislação Trabalhista, e Antropologia, totalizando 1.025 horas. Já para o ciclo profissionalizante, propunha: Ética Profissional, Pesquisa Social, Política Social, Administração em Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade

13 O Centro disponibilizou apostila preparatória para o primeiro vestibular do curso, em 1971.

14 “A portaria 155, de 27/11/53, do então Ministério do Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, que regulamenta a organização e o funcionamento de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa) nas empresas, e a Portaria de 29/11/68, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho do MTPS, n. 32, artigo 3º, que inclui o Assistente Social como membro integrante da referida comissão” (UFES, 1970a, p. 5).

e Teoria do Serviço Social, com uma carga horária de 1.775 horas, sendo 1.000 horas de “preleção” e 775 horas de “exercício”. A carga horária total proposta para o curso era de 2.800 horas.

Nesse anteprojeto, a comissão entendia que o “ciclo básico” englobava as disciplinas de natureza humana e social, para dar ao aluno “embasamento biopsi-cossocial”, sendo pré-requisito para ingresso no ciclo profissional, que reunia “as disciplinas afins, específicas e indispensáveis à formação profissional de Assistentes Sociais” (UFES, 1970a, p. 10). Havia a perspectiva de transformar-se em Departamento de Serviço Social.

As finalidades do curso eram: “promover a formação de profissionais de Serviço Social para atuar em Programas de Bem-Estar Social; aperfeiçoar e difundir os conhecimentos técnico-científicos do Serviço Social, e contribuir para o equacionamento dos problemas sociais” (UFES, 1970a, p. 9).

Na última reunião da comissão, com a presença do reitor da Ufes, Alaor Queiroz de Araújo, concluídos os acordos e entendimentos, inclusive de cooperação financeira das instituições para custear despesas com a implantação do curso, decidiu-se dar início à tramitação do processo no âmbito da Universidade. O curso foi criado por meio da Resolução n. 12, de 18 de dezembro de 1970, do Conselho Universitário da Ufes, após apreciação do Processo n. 181/70. Conforme a Resolução, o curso funcionaria na Faculdade de Direito até a implantação da nova estrutura acadêmica da Universidade. Em seu artigo 3º, estabelece:

As entidades Serviço Social da Indústria, D. R. – Espírito Santo; Serviço Social do Comércio, D. R. – Espírito Santo; a Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Espírito Santo; a Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor; a Fundação Hospitalar do Espírito Santo e outras instituições que pretendam colaborar no custeio do Curso de Serviço Social, firmarão um convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo, comprometendo-se a custear todas as despesas relativas ao pessoal docente, durante 4 (quatro) anos, necessário ao bom funcionamento do Curso de Serviço Social (UFES, 1970b).

Assim, em agosto de 1971, com 40 alunas, começou efetivamente o curso de Serviço Social da Ufes. Funcionou por um tempo no prédio Cemuni VI, do *campus*

de Goiabeiras, tendo sido transferido depois para as novas instalações do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), prédio ED II, no mesmo *campus*. A primeira turma concluiu a graduação em 1975/1¹⁵.

Em 1972/1, ingressaram mais 20 alunas, que já participaram do vestibular unificado e concluíram o curso em 1975/2. A entrada no curso era semestral – e assim permanece até hoje. Segundo o documento do Currículo Pleno de 1985, “em 1973 o número de vagas foi ampliado para 60 (sessenta) e a partir de 1974 para 80 (oitenta)” (UFES, 1985, p. 2). Desde 1997, são ofertadas 90 vagas anuais, com entrada semestral de 45 alunas(os).

Os primeiros currículos adotados

Na Ufes, o primeiro currículo adotado pelo curso de Serviço Social, em 1971, tomou como base a proposta feita pela comissão no anteprojeto, mas também o Currículo Mínimo¹⁶, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), com duração média de quatro anos, conforme definição ainda em 1964¹⁷.

Esse currículo definido pelo CFE dividia o processo de formação em dois ciclos: básico e profissional. O primeiro continha as seguintes “matérias”: Sociologia; Psicologia; Economia; Direito e Legislação Social; e Teoria do Serviço Social. Já no ciclo

15 Esta grafia de data indica o ano e, após o símbolo “/”, o semestre daquele ano. Neste caso, significa dizer que o curso foi concluído no primeiro semestre de 1975 – com colação de grau em julho daquele ano.

16 Conforme Parecer n. 242/1970, apresentado em 1969, que foi incorporado à Resolução s/n, de 13 de março de 1970, que estabeleceu uma duração mínima para o curso de 2.500 horas, a serem integralizadas entre três e cinco anos, com duração média de quatro anos – assim definida desde 1964.

17 A primeira proposta de currículo para os cursos de Serviço Social no Brasil consta do Parecer n. 286, de 19 de outubro de 1962, e teve a contribuição de onze Escolas de Serviço Social. Define doze disciplinas: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Desenvolvimento e Organização da Comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Pesquisa Social; Economia Social; Direito; Ética; Higiene e Medicina Social. A duração do curso de três anos, que consta nesse Parecer, foi modificada pelo Parecer n. 33/64, publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1964, que mantém as mesmas disciplinas definidas anteriormente, mas define em quatro anos o tempo de duração do curso (COMERLATTO; CARDOSO, 2007).

profissional, constavam: Política Social; Ética Profissional; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; e Serviço Social de Comunidade – sendo que as quatro últimas corresponderiam à disciplina “Metodologia do Serviço Social”, por solicitação da Abess, conforme consta no Parecer n. 242/70, que acompanha a Resolução s/n do CFE. Essa Resolução também estabeleceu, no artigo 7º, que à disciplina Teoria do Serviço Social cabia dupla função: “a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social e a de ligar a ordem teórica à ordem prática” (COMERLATTO; CARDOSO, 2007, p. 220). O primeiro currículo aprovado pelo Conselho Federal, em 1964, fala em Introdução ao Serviço Social; e essa segunda proposta, de 1970, fala em Teoria do Serviço Social.

Assim, seguindo a diretriz do currículo aprovado anteriormente pelo CFE, porém com algumas variações, adotou-se para o curso de Serviço Social da Ufes, em 1971, um currículo também dividido em dois ciclos. Para o ciclo básico, as disciplinas eram: Sociologia I, II e III; Psicologia I, II e III; Higiene Preventiva e Medicina do Trabalho I e II; Economia Geral I e II; Direito e Legislação do Trabalho I e II. Já o ciclo profissionalizante era constituído por: Administração em Serviço Social I, II e III; Política Social I, II e III; Ética Profissional; Pesquisa em Serviço Social I, II e III; Serviço Social de Caso I, II e III; Serviço Social de Grupo I, II e III; Serviço Social de Comunidade I, II e III; Teoria do Serviço Social I, II e III; e Serviço Social Aplicado I, II, III e IV.

Já após a conclusão das primeiras turmas de graduação, o Decreto n. 79.062, de 30 de dezembro de 1976, concedeu, finalmente, reconhecimento do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

Os “estágios práticos” (citados no artigo 9º da Resolução s/n, de 13 de março de 1970) foram vistos como “base do curso” que acompanharia toda a duração do ciclo profissional, em “estreita articulação com os estudos teóricos”, o que define desde sempre o caráter interventivo da profissão e a relação teoria-prática. Em seu Currículo Pleno, o curso criou as disciplinas Serviço Social Aplicado I a IV, com quatro semestres de estágio curricular e com a obrigatoriedade de fazer os Trabalhos de Estágio de Campo (TEC) ao final das disciplinas Serviço Social Aplicado II (no 6º período) e IV (no 8º período). Os TECs¹⁸, adotados de 1971 a 1984, eram uma descrição

18 Um exemplo de Trabalho de Estágio de Campo, entregue em 1974/2, levava o seguinte título: “Uma intervenção planejada junto aos centros sociais assessorados pela Secretaria do Trabalho

das experiências do estágio, e, posteriormente, foram substituídos pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado nos últimos períodos da graduação, no currículo de 1985, como uma experiência de iniciação científica.

O primeiro currículo do curso, de 1971, foi adotado até agosto de 1978, ocasião em que o Conselho de Ensino e Pesquisa¹⁹ da Ufes apreciou e aprovou os currículos de todos os cursos da universidade. Naquela oportunidade, foram introduzidas algumas alterações no Currículo Pleno do curso de Serviço Social, configurando uma segunda proposta curricular, implantada a partir de 1979, que consistiu na introdução de disciplinas eletivas/optativas, chamadas “seminários”, para aprofundar o conhecimento em alguns campos de atuação que já acumulavam conteúdo e experiência expressivos, e, por isso, mereciam mais tempo de estudo. As disciplinas inseridas foram: Seminário de Serviço Social no campo da Saúde; e Seminário de Serviço Social do Trabalho. As adaptações do Currículo Pleno às exigências da realidade e aos aperfeiçoamentos propostos nas avaliações estão relatadas no documento do Currículo de janeiro de 1985 (UFES, 1985).

Cumprе ressaltar também que muitas foram as iniciativas do Departamento do curso para criar campos de estágio para estudantes de graduação e postos de trabalho para os já profissionais, seja no âmbito do Estado (administrações direta e indireta), seja nas empresas, em Organizações Não Governamentais (ONGs), na própria universidade – Projeto Rondon; Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac); Hucam; atividade de extensão no “*Campus Avançado*”, mantido pela Ufes em Parnaíba, estado do Piauí; os chamados “campos próprios” do Departamento de Serviço Social; etc. – e em outras instituições.

O mercado de trabalho se modifica conforme as transformações societárias mais amplas. Em alguns momentos históricos, o Estado foi o grande empregador de assistentes sociais; em outros, foram empresas e ONGs (o chamado “terceiro setor”). Atualmente, as oportunidades de trabalho se ampliaram muito nos municípios, com o adensamento populacional e com a implementação dos sistemas públicos

e Promoção Social: Centro Comunitário São João Batista, Centro Comunitário Virgílio Schwab e Centro Social da Serra”. Os dois primeiros centros sociais citados ficavam em bairros populares do município de Cariacica.

¹⁹ Posteriormente, a Extensão foi incorporada ao nome, tornando-se Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).

descentralizados, tanto de saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS), quanto de Assistência Social, com o Sistema Único de Assistência Social (Suas). No campo da educação, também tem início o trabalho das equipes psicossociais nas escolas públicas da educação básica. Além disso, também crescem as oportunidades no campo sociojurídico e até mesmo no que vem se denominando campo sociopenal. Nos últimos anos, os investimentos em segurança pública e nos sistemas prisional e socioeducativo no Espírito Santo têm sido grandes, com ampla expansão das redes de presídios (com percentual significativo de presos sem julgamento) e das unidades socioeducativas.

A constituição do corpo docente e sua capacitação

O corpo docente do curso de Serviço Social da Ufes foi sendo constituído gradativamente, à medida que os períodos iam avançando e o currículo ia sendo implementado. A professora Elizete Cardozo continuou na coordenação do curso – função que assumiu em 1971, quando foi colocada à disposição da Universidade pelo governo do estado –, mas desempenhou também funções docentes no período, já que seu contrato como professora da Ufes havia sido firmado em 1º de agosto de 1973.

Para as disciplinas do ciclo básico, buscou-se, dentro da própria universidade, professores de outros cursos, como Direito e Medicina Social, e Centros, em especial do Centro de Estudos Gerais – hoje, Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) –, onde estavam os professores de Psicologia, Sociologia, Antropologia, Estudo de Problemas Brasileiros.

Para o ciclo profissionalizante, a composição do corpo docente foi feita, inicialmente, por meio de convite a professoras da antiga Faculdade de Serviço Social. Aceitaram o chamado as seguintes docentes: Leila Maria Vello de Magalhães²⁰, que,

20 A professora Leila Vello foi admitida como Auxiliar de Assistente Social, juntamente com mais sete auxiliares sociais, no primeiro grupo admitido pela Agência de Serviço Social, do Centro de Saúde de Vitória, por volta de 1951-1952. Pode-se dizer que essa Agência foi o primeiro setor, ou um dos primeiros, dessa área na estrutura administrativa do governo do estado. Em 1952-1953, ela cursou o 1º e o 2º ano de Serviço Social, em Vitória, no curso ministrado pelo Instituto Social da PUC-RJ em convênio com o Estado do Espírito Santo. Concluiu o curso no Instituto Social do Rio de Janeiro.

posteriormente (1976-1978), cursou mestrado em Serviço Social na PUC-RJ, tendo sua dissertação publicada²¹; Floresta de Maria Soeiro Viza, que era servidora da universidade e, depois, também fez mestrado em Serviço Social na PUC-RJ, com uma dissertação sobre a história do Serviço Social no Espírito Santo no período 1950-1957²²; Marilza Ferreira Celin, que, também posteriormente, cursou mestrado em Economia, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais; e Regina Maria Santos Murad, que já era assistente social da universidade e foi contratada também como professora do curso, tendo feito, mais tarde, mestrado em Educação na Ufes.

Também foram selecionadas ex-alunas da antiga Escola, admitindo-se mais seis professoras: Eugênia Célia Raizer, Marlene Simonetti Garcia, Maria Noélia de Oliveira Scandian, Roberta da Penha Giovanotti, Liceia de Almeida Louro e Maria Helena Rauta Ramos – que, posteriormente, fez concurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi admitida por lá no final da década de 1970. Assim, incluindo Elizete Cardozo, então coordenadora do curso, somavam ao todo onze docentes no ciclo profissionalizante. Todas elas tinham em comum o fato de terem vivenciado um período de experiência como assistentes sociais no mercado de trabalho, na implementação de políticas públicas, seja na assessoria, seja na gestão e/ou execução de serviços em órgãos públicos, empresas, hospitais, fundações etc.

Cada uma que compôs o primeiro grupo de docentes do ciclo profissional do curso trazia consigo sua história de vida, as marcas do tempo e de sua trajetória docente e profissional, a cultura das organizações onde trabalhavam, enfoques teóricos diversos, enfim, todo o acúmulo feito. Dessa forma, e dentro da matriz curricular existente, algumas optaram por ensinar o chamado Serviço Social de Casos; outras se identificavam com o Serviço Social de Grupo; e outras, com o Serviço Social de Comunidade.

Algumas professoras haviam estagiado no Juizado de Menores, fazendo ali a defesa de crianças e adolescentes recolhidos; algumas também tiveram participação nos protestos contra a Ditadura, visitando jovens militantes presos pelo regime militar; outras tiveram participação no movimento estudantil, tendo uma delas ido ao encontro

21 Ver mais em: Magalhães (1982).

22 Ver mais em: Viza (1981).

nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), onde várias lideranças estudantis foram presas pela Ditadura. Houve também quem viajasse pelo Brasil e por outros países da América Latina, em busca de referenciais teóricos para o seu trabalho, sobretudo na área de Desenvolvimento de Comunidade. Entre convergências e divergências, e participação nos debates local e nacional, foi sendo construído um projeto ético-político de formação profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras e dos segmentos empobrecidos precariamente incluídos na sociedade.

Após 1975, mesclou-se a composição do corpo docente, admitindo-se alunas recém-formadas do próprio curso da Ufes, ex-alunas da antiga Faculdade com especialização ou destacado desempenho profissional e docentes advindas de outras instituições federais – professoras mais jovens que, de imediato, foram encaminhadas para a pós-graduação. No final da década de 1970, o curso tinha 23 professoras. Por volta de 1977-1978, houve um concurso (interno) na Ufes, do qual participaram algumas professoras do curso. Com a conquista da carreira docente, no final dessa década e início da década de 1980, todas foram enquadradas como professoras auxiliares ou assistentes, conforme a titulação.

A partir da Constituição de 1988, o ingresso para docência na universidade passou a se dar por concurso público de provas e títulos. Então, algumas professoras de outros estados, aprovadas em concurso público, compuseram também o corpo docente do curso, mas por período pequeno, uma vez que se transferiram para universidades de suas cidades de origem ou se aposentaram. Fizeram parte desse grupo, no período a que este texto se refere, as professoras Maria Helena Almeida Lima, Rose Mary Sousa Serra, Marisa Rezende Afonso (*in memoriam*) e Nair Barbosa Guedes. Além dessas, Rosa Helena Stein, ex-aluna da Ufes, líder estudantil e professora do curso, transferiu-se para a Universidade de Brasília (UnB).

Muito cedo, o curso iniciou seu programa de capacitação de docentes, com professoras indo cursar mestrado na PUC-RJ e, depois, na PUC-SP²³. Em 1973, por iniciativa

23 A professora Maria Helena Rauta Ramos foi a pioneira, entre as docentes da Ufes, a cursar o mestrado em Serviço Social na PUC-RJ. Depois, pela ordem, também cursaram o mestrado nessa instituição: Eugênia Célia Raizer, Elizete Cardozo, Leila Maria Vello de Magalhães, Marlene Simonetti Garcia, Maria Noélia de Oliveira Scandian, Gláucia Salles Xavier, Liceia de Almeida Louro, Mercia Tereza dos Santos Ribeiro (*in memoriam*) e outros. Na PUC-SP: Alacir Ramos Silva, Raquel de Matos Lopes Gentili, Maria de Lourdes Frizera, Marilsa Martinelli, Marlene Monteiro André. Algumas professoras fizeram mestrado nos programas de pós-graduação

própria, a professora Maria Helena Rauta Ramos começou o curso de mestrado na PUC-RJ, viajando semanalmente ao Rio de Janeiro, mas mantendo suas atividades docentes, concentrando suas aulas nos sábados. Mais tarde, o curso de Serviço Social entrou no Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), aprovando e mantendo, a cada ano, uma cota de professoras afastadas para cursar pós-graduação (primeiro, mestrado; depois, doutorado; e, atualmente, pós-doutorado também), tendo elas suas atividades docentes redistribuídas entre as demais professoras. Inicialmente, essa liberação era por ordem de ingresso na Ufes, ou seja, as professoras mais antigas tinham prioridade. Posteriormente, a Capes mudou o critério, e aquelas mais novas e que ainda teriam mais tempo de permanência na universidade passaram a ter prioridade na liberação e no encaminhamento para programas de pós-graduação.

A professora Maria Helena Rauta Ramos, por fazer o mestrado e permanecer em contato com as estudantes na disciplina Pesquisa em Serviço Social, trazia sempre novos conteúdos, novas bibliografias, livros recém-lançados, estimulando o desejo das alunas de aprofundar seus conhecimentos. Em 1974, a professora Miriam Limoeiro Cardoso, docente do mestrado em Serviço Social da PUC-RJ, esteve em Vitória ministrando conferência aberta a estudantes do curso. É importante destacar o desejo de crescimento tanto das professoras quanto das estudantes, sempre prontas para fazer novas leituras, conhecer autores e escolas de pensamento, ainda que com alguma dificuldade. Também em 1974, estive no estado para uma palestra o assistente social José Lucena Dantas, de Brasília. Além disso, também começaram a chegar textos de Paulo Freire e outros autores da área de educação popular. Recebemos Juan Barreix, assistente social argentino do grupo e editorial Esquema Conceitual, Referencial e Operativo (Ecro), que, fugindo da ditadura instaurada pelo golpe militar no país em 1976, trouxe publicações que foram adquiridas e também vendidas por nós. Sempre foi política do Departamento de Serviço Social trazer intelectuais e pesquisadoras(es) renomadas(os) para aprofundar o debate sobre questões relacionadas ao campo temático e de intervenção do Serviço Social.

da Ufes (Psicologia e Educação). A professora Maria Madalena do Nascimento Sartim fez mestrado na PUC-RJ e depois veio transferida da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para a Ufes. Mais tarde, tem início o doutoramento em Serviço Social.

O documento do Currículo implementado a partir de 2002 mostra que 70 % do corpo docente do Departamento tinha mestrado e doutorado (UFES, 2002, p. 68). Afirma ainda que o Departamento contava, na época, com 24 professores, dos quais 18 tinham regime de Dedicação Exclusiva e 4 eram substitutos com 40 horas.

Atualmente, o DSS conta com 23 professoras(es) efetivas(os) e 4 docentes substitutas(os). Desse total de efetivas(os), 1 está cedida para o governo federal, 4 estão afastadas(os) para pós-doutorado, 2 em licença capacitação e 1 solicitou aposentadoria recentemente (informação prestada pela SUD/CCJE/Ufes, em 21 de agosto de 2023). É preciso ressaltar que esse quadro de docentes é muito dinâmico.

Perfil das(os) estudantes do curso ao longo do tempo

A primeira turma do curso, que ingressou em agosto de 1971 e colou grau em 25 de julho de 1975²⁴, contava com 40 estudantes – todas elas mulheres, de diversas idades, algumas já com filhos, outras mais jovens. Vinham de experiências profissionais diferenciadas nos campos da educação, da saúde, do jornalismo, do serviço público federal ou eram “do lar”. Algumas já tinham feito curso superior (Direito, Enfermagem) e traziam mais conhecimento, experiência e capacidade de análise política do país. Outras já haviam tido seus filhos e tratavam agora de realizar o sonho adiado de fazer um curso superior. Algumas vinham do interior do estado, das pequenas cidades de onde um dia migraram, rompendo vínculos com uma rede de relações afetivas para vivenciar essa experiência que lhes descortinava o país e o mundo.

O vestibular de 1971 representava a possibilidade de realizar sonhos e anseios, embora não se soubesse ao certo o que era e o que fazia um profissional de Serviço Social.

24 Essa turma teve como paraninfa a professora Maria Helena Rauta Ramos; como patronesse, a professora Elizete Cardozo; como oradora, Gláucia Salles Xavier; e como juramentista, Ana Maria Petronetto Serpa. Ao final da solenidade, as formandas cantaram a música *Sonho impossível*, acompanhadas pela pianista Eliete Fanti, também assistente social. Em janeiro de 1976, formou-se a segunda turma, com 20 alunas: a turma Leila Maria Vello de Magalhães. Como paraninfa, tiveram Marilza Ferreira Celin; como patrono, Josmar de Oliveira Tótaro; como oradora, Teresinha Maria Mansur; e ainda teve uma homenagem especial, escrita no convite de formatura: “aos nossos clientes, que nos ensinaram na prática do Serviço Social”.

Sabia-se que, ao se tornar uma assistente social, era possível “ajudar” as pessoas. O sentido do Serviço Social como profissão de “ajuda” era presente no imaginário da sociedade.

O curso se implanta então no contexto de um governo militar-autoritário, uma ditadura que suprimiu direitos civis e políticos e expulsou do país intelectuais e lideranças políticas que se opunham ao regime. Foi, contraditoriamente, uma época de avanço do ensino superior no Brasil, por meio da criação/expansão das universidades federais (basicamente uma em cada estado), dentro de um projeto de desenvolvimento capitalista de modernização conservadora do país. A Ufes também se estruturava, reunindo cursos isolados já existentes no estado e criando outros, o que representava um grande desafio de tornar-se uma “Universidade”²⁵.

Como já dito, a primeira turma de estudantes do curso foi formada exclusivamente por mulheres, continuando a ser esse o público majoritário (mas não exclusivo) nos anos seguintes e como de resto ainda é na atualidade, gerando assim algumas peculiaridades na categoria de assistentes sociais, como afirma Iamamoto (1998, p. 64): “uma profissão atravessada por relações de gênero”. Lá no início, eram brancas, predominantemente, jovens e de média idade. Uma minoria parda e negra. Uma boa parte já trabalhava, mas havia as que tinham no estágio remunerado sua fonte de renda. Poucas eram as desistências ou evasões durante o curso e a quase totalidade das(os) estudantes colavam grau. Dependendo da forma de ingresso na Ufes, a primeira opção de parte das(os) candidatas(os) no vestibular era para outro curso e a segunda para o curso de Serviço Social. Como não conseguiam ser aprovadas(os) na primeira, ficavam com a segunda opção. Mas havia também estudantes de outros cursos que, em determinado momento de sua trajetória acadêmica, faziam reopção pelo curso de Serviço Social.

O importante é que grande parte delas(es) ia fazendo descobertas pessoais e profissionais ao longo do curso, encontrando nos conteúdos e na relação com pessoas, grupos e comunidades e seus dramas humanos e sociais, sentido para suas vidas e para a construção dessa identidade com a profissão, e até mesmo “paixão” por ela, segundo relatos de ex-alunas. É comum ouvir entre estudantes e profissionais que poucos cursos dão a visão do “social” que o curso de Serviço Social dá, o que o diferencia de outras profissões.

25 As universidades haviam passado por uma reforma em 1968, que extinguiu antigas escolas/faculdades e adotava a estrutura de centros de ensino e departamentos (BRASIL, 1968).

O estágio curricular colocava as(os) estudantes diante de situações sociais dramáticas, envolvendo abandono, segregação e isolamento de crianças e adolescentes, jovens e idosas(os); famílias empobrecidas, muitas delas chefiadas por mulheres; comunidades pouco organizadas e com muitas demandas de infraestrutura urbana e equipamentos sociais; pessoas com deficiência, segregadas, sem possibilidade de convivência com a família e a comunidade; pessoas em situação de rua, inclusive meninos e meninas; trabalho infantil; mendicância; migrantes empobrecidos e deslocados de suas raízes e seus territórios, tendo que enfrentar uma cidade hostil.

Os efeitos dessas situações nas(os) estudantes eram acompanhados e trabalhados no processo de supervisão, que era eminentemente um espaço de escuta, de reflexão teórica e de elaboração coletiva de alternativas de intervenção, mas também de apoio, de fortalecimento pessoal e de construção de resiliência, para enfrentarem essa trágica realidade de pobreza e exclusão do país que todos os dias se apresenta para as(os) assistentes sociais. Nesse contexto, há sofrimentos, humilhações, violências e violações, mas há também resistência popular de diversas formas, redes de solidariedade, cabendo às(aos) profissionais identificar e potencializar tais processos individuais e coletivos.

Muitas estudantes (principalmente) relatavam a preocupação das suas famílias com o fato de o estágio ser feito nos bairros de periferia, territórios estigmatizados pela mídia, tidos como violentos e onde residem as “classes perigosas”. Nos encontros de supervisão, íamos desconstruindo medos e preconceitos, desenvolvendo capacidades e encontrando potencialidades para a ação.

Nas últimas décadas, o perfil das(os) estudantes sofreu mudanças. Atualmente, a maior parte delas(es) são jovens, algumas(alguns) vindas(os) de outros estados, por conta do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o que coloca desafios também para a sobrevivência na cidade. No curso de Serviço Social da Ufes, hoje, há diversidade étnico-racial e diversidade sexual. Há estudantes oriundas(os) de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família²⁶. Há estudantes com deficiência. Há jovens que precisam trabalhar para sobreviver, em geral em trabalho precarizado, em ocupações

26 Programa de transferência condicionada de renda, criado em outubro de 2003 por meio da Medida Provisória 132 e depois aprovado pelo Congresso Nacional pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Foi transformado no Programa Auxílio Brasil, no governo Bolsonaro (2019-2022), mas foi recriado e vem passando, atualmente, por aperfeiçoamentos no governo Lula, que assumiu em 2023.

noturnas, que exigem pouca qualificação, mas extraem todo o rendimento possível da sua força de trabalho. Isso coloca muitos desafios para toda a universidade, também submetida a políticas de precarização e desfinanciamento.

Mas se há algo que pode ser atestado é a capacidade da universidade de sobreviver às adversidades e de crescer apesar das restrições que lhe são impostas, potência dada pelo poder do conhecimento, pelo vigor da juventude que ali se concentra, pela força dos seus sonhos e das relações baseadas na liberdade de pensamento, de expressão e de criação.

O Departamento de Serviço Social: criação e papel histórico

Como já mencionado, o Serviço Social ficou vinculado inicialmente ao Departamento de Direito Privado, embora desde o anteprojeto do curso tenha sido prevista a criação de um departamento próprio. O grupo de professoras do Serviço Social, sob a coordenação informal e temporária sempre de alguma delas, discutia e deliberava sobre assuntos de interesse do curso, sobre as condições de trabalho e carreira docente, exercitando aos poucos sua autonomia e capacidade administrativa.

Por meio da Resolução n. 14/77, de 3 de novembro de 1977, do Conselho de Ensino e Pesquisa da Ufes, foi criado o Departamento de Serviço Social (DSS), como o sexto componente da estrutura de cursos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e como membro do Conselho Departamental, participando das deliberações daquele órgão colegiado. O fato de a universidade ter estruturas colegiadas em todos os níveis de gestão contribui para criar uma cultura que valoriza e respeita a participação de diferentes atores na tomada de decisões, a transparência do debate e a publicidade dos atos.

Já no início da década de 1980, o Departamento²⁷ deu início a “eleições diretas” para escolha da sua chefia, inaugurando, no Centro, o processo de democratização da gestão universitária, começando pelas bases. O debate sobre o regime autoritário no Brasil apontava a necessidade de se construir e consolidar uma cultura democrática no país, em todos os espaços, em todas as instituições, posto que o regime autoritário

27 Durante décadas, o secretário do DSS foi o servidor Nelson Terra de Almeida.

(1964-1985) se implantou e se manteve porque teve apoio da sociedade, que o legitimou. Escolher os dirigentes em todos os níveis de gestão da universidade era um exercício político e pedagógico. A democracia requer que as instituições se abram à participação e ao controle social, ampliando a esfera pública.

Com a conquista da carreira docente e da dedicação exclusiva, professoras(es) passaram a permanecer mais tempo na universidade, intensificando a convivência acadêmica, com trocas, debates, participação em comissões, desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa. Ao final da década de 1970, o DSS contava com 23 docentes; já na década de 1980, foram admitidos mais 5; nos anos 1990, mais 13, inclusive ocupando vagas dos que se aposentaram; e, após 2000, mais 18 professoras(es). Além de perder algumas vagas ao longo do tempo, o corpo docente se movimentou permanentemente, com transferências, aposentadorias, afastamentos para cursar mestrado, doutorado e pós-doutorado, licenças etc. Nos dias atuais, o Departamento conta com 23 professoras(es) efetivas(os) e 5 substitutas(os). Mas, com uma cota de 20 % que pode se afastar anualmente para capacitação, restam 18 docentes em efetivo exercício, atuando na graduação, na pesquisa, na extensão e na pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Política Social.

O Departamento criou ainda muito cedo uma Coordenação de Estágio²⁸, que cuidava de estabelecer parceria com instituições para abrir campos e vagas de estágio curricular, remunerado ou não; alocar as(os) estudantes nessas vagas; avaliar esses campos, em termos de cumprimento dos requisitos essenciais à aprendizagem do exercício profissional; realizar visitas institucionais para estreitar relações; organizar encontros de estudantes, professores supervisores e profissionais de campo; consolidar e encaminhar avaliações; e outras coisas mais. Era comum conciliar as vagas de estágio remunerado com o estágio curricular.

Foi criado também o Centro de Documentação (Cedoc), com um espaço próprio que mantinha o arquivo físico dos Trabalhos de Conclusão de Curso, organizados e disponibilizados para empréstimo à comunidade acadêmica, sob a responsabilidade da bibliotecária Sandra Coelho de Almeida. Esse rico acervo, que guarda e preserva o debate sobre temas significativos para o Serviço Social e para as políticas públicas, que fez registros e análises dos processos e práticas

28 Diógena Malacarne, admitida em 1978, esteve à frente dessa coordenação por longo tempo.

desenvolvidos nos diversos campos de estágio por quase quatro décadas, constituindo-se em importante material de pesquisa, foi desativado e hoje aguarda digitalização e arquivamento em repositório adequado da universidade. Enquanto isso não ocorre, as comunidades acadêmica e de profissionais de Serviço Social têm dificuldade de acessar o conteúdo dessa produção.

Havia ainda a Comissão Permanente de Integração Curricular (CPIC), instância colegiada não subordinada ao Departamento, mas uma estrutura de diálogo e integração intercurros, constituída por professores representantes dos cursos que ofereciam disciplinas ao Serviço Social e coordenada por uma professora do DSS. Acompanhava e orientava o desenvolvimento curricular das(os) estudantes. Várias docentes foram coordenadoras da CPIC, podendo-se citar: Maria de Lourdes Frizzera, Maria Noélia de Oliveira Scandian e Regina Maria Santos Murad. A CPIC tornou-se a Coordenação de Curso; e, além dela, foi constituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso²⁹.

Para além do seu papel administrativo e acadêmico, o Departamento sempre liderou ou esteve presente em articulações que fizessem avançar a democracia, o compromisso social e a qualidade de ensino, pesquisa e extensão no curso e na Universidade. Como afirma Carvalho (1986, p. 23):

o Serviço Social vem tendendo a redefinir a sua imagem no meio universitário: de curso alienado, pragmatista, marginalizado, o curso em que professores e estudantes têm condições de compor e, de fato, vêm compondo uma vanguarda progressista no interior da Universidade brasileira.

29 O Núcleo Docente Estruturante foi normatizado pela Resolução n. 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), comissão instituída pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. O artigo 1º da referida Resolução afirma que: “O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso superior constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2010). A institucionalização do NDE não deve substituir um processo mais amplo de debate sobre a formação profissional de assistentes sociais.

Conjunturas e iniciativas nas décadas finais do século XX

Os anos 1970: o contexto histórico da implantação do curso

Segundo Siqueira (2001), podem-se distinguir três fases na economia capixaba. A primeira, eminentemente rural, vai até a década de 1960 e está ligada à monocultura do café, que organizou a vida e as relações sociais, políticas e culturais no campo e campo/cidade. A segunda, que vai de 1960 a meados de 1970, consistiu na “decadência das atividades tradicionais”, no crescimento da pecuária, no início das atividades ligadas ao turismo e na implantação de indústrias de pequeno e médio porte nas cidades, merecendo destaque, nesse período, segundo a autora, o desenvolvimento das atividades de exportação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que produziram o efeito de ampliar e modernizar a infraestrutura econômica na Grande Vitória³⁰. A partir de meados da década de 70, vai se consolidando a terceira fase, com a implantação dos “grandes projetos industriais”, orientados para o mercado externo, que transformaram profundamente a estrutura produtiva estadual. Essas fases não podem ser entendidas de forma estanque. Há convivência de elementos de um período com outro, entre o novo e o velho.

Pode-se dizer que cada ciclo de “desenvolvimento” do Espírito Santo gerou grande “passivo social”, ou movimento de “invalidação social” de expressivos segmentos da classe trabalhadora, ao excluí-los ou incluí-los em ocupações ocasionais, precarizadas, que exigiam pouca qualificação, baixa escolaridade, baixa remuneração e não acesso aos direitos sociais e à seguridade social. Foram ciclos que alargaram mais a “zona de vulnerabilidade” da sociedade do que a “zona de integração”, conforme Castel (1998), para quem o trabalho é um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”, havendo historicamente “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 1998, p. 24).

30 Até a década de 1960, a indústria participava com 7,9 % da renda do estado. E, antes da monocultura do café, Vitória era mero corredor de exportação das riquezas de Minas Gerais, através das atividades portuárias, além de o Espírito Santo ter sido uma “muralha protetora” do ataque a essas riquezas de Minas, originárias do ciclo da mineração (DOIMO, 1984).

Na verdade, o que se implantou com os Grandes Projetos foi um modelo de crescimento baseado na concentração de renda, na utilização de tecnologias poupadoras de força de trabalho e na elevação dos desníveis sociais, pois o desenvolvimento capitalista periférico acentuou ainda mais o caráter “selvagem” do desenvolvimento capitalista brasileiro (SIQUEIRA, 2001). Com esses processos, as populações empobrecidas do campo, dispersas, sem voz e meios de sobrevivência, passaram a se concentrar nas periferias das cidades³¹, ganhando maior visibilidade e espaços de expressão de suas demandas. Segundo Lavinias (2003), a pobreza enquanto questão nasce com o selo urbano.

Em seu estudo sobre o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha (ES)³², Ana Maria Doimo afirma que o governo resolveu “desenvolver” o estado seguindo estratégias traçadas no pós-64, caracterizadas por:

entrada maciça de capitais estrangeiros, mecanismos de exceção para promover a concentração de renda, concentração de poder nas mãos do Executivo, e mudança no sistema tributário concorrendo para o controle centralizado da receita e do orçamento da nação (DOIMO, 1984, p. 42).

Com a associação entre capital estrangeiro e capital estatal, foram implantados no Espírito Santo os Grandes Projetos, ligados aos complexos siderúrgico, paraquímico e portuário. A participação do Estado nesse processo se deu por meio de:

31 Acompanhando o processo de “metropolização”, ocorreu a “periferização”, ou seja, o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas juntamente com a segregação espacial da classe trabalhadora, “confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo” (VALLADARES, 1991, p. 102-103).

32 A decisão de criar o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha foi tomada, em 1978, no Conselho de Periferia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do município, que constituiu uma comissão coordenadora do movimento. Os moradores fizeram um levantamento das deficiências do transporte coletivo em seus bairros e, após uma sistematização dos dados, foi criado um abaixo-assinado que percorreu todos os bairros da cidade e obteve 40 mil assinaturas. O resultado foi a quebra do monopólio da empresa Alvorada e a entrada da viação Verdun no transporte intraurbano. A Teologia da Libertação e sua perspectiva de formar uma consciência cristã libertadora forneceu às CEBs fundamentos teológicos e ético-políticos para a luta social por melhores condições de vida nas periferias urbanas do país.

investimentos diretos, medidas para incrementar o aumento da população, reorganização do aparato administrativo local, criação de mecanismos fiscais de subsídio e isenção às empresas e investimentos na infraestrutura necessária à instalação dos Grandes Projetos industriais (DOIMO, 1984, p. 45).

Já em maio de 1970, foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap); e, em fevereiro de 1971, a Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (Suppin), encarregada de coordenar os trabalhos de preparação dos “distritos industriais”, localizados no município de Serra. Com isso, afirmava-se que o Estado criava as condições para a implantação do capital e não investia – ou investia muito menos que o necessário – na oferta de infraestrutura urbana e social destinada aos trabalhadores e suas famílias nas cidades.

A crise no campo e a perspectiva de obter trabalho com os Grandes Projetos, amplamente divulgados pelo governo do estado em campanhas de publicidade³³, atraíram trabalhadores para a Grande Vitória, o que acelerou a urbanização da região, formando ou expandindo periferias, com a ocupação de manguezais, morros e áreas distantes sem infraestrutura, já que o investimento estatal destinava-se a implantar a infraestrutura necessária à instalação das empresas. De tempos em tempos, os governos estaduais faziam reformas administrativas (como a de 1967, já mencionada, e a de 1975, com a Lei n. 3.043, de dezembro daquele ano), atualizando suas estruturas no sentido de criar, reformular e/ou expandir o escopo de ação de órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas.

A implantação da Aracruz Celulose³⁴, dependente de matéria-prima fornecida pelas extensas plantações de eucalipto, desencadeou um processo de concentração da terra no norte do estado, com venda de pequenas propriedades e migração de famílias

33 Um dos *slogans* adotados nas campanhas para atrair trabalhadores para a Grande Vitória era: “O Espírito Santo trocou o seu complexo de inferioridade pelo Complexo Industrial”.

34 Empreendimento do complexo paraquímico que reunia indústria, floresta e infraestrutura portuária. A empresa Flonibra – Empreendimentos Florestais, que era parte desse complexo, atingia os municípios de São Mateus e Linhares, no litoral norte do Espírito Santo (SIQUEIRA, 2001, p. 91). Nesse processo, foram concentrados mais de 130 mil hectares de terras e houve a diminuição de mais de 10 mil pequenas propriedades, com a expulsão de “pequenos proprietários, parceiros e meeiros” (DOIMO, 1984, p. 43).

para São Mateus, Linhares, Aracruz e, finalmente, para a Grande Vitória, gerando acúmulo populacional e excedente de mão de obra nessas regiões.

Muitos trabalhadores até eram absorvidos, na fase de construção civil, pelos grandes projetos, porém, na fase de operação, eles eram dispensados, uma vez que os projetos eram intensivos em tecnologia e requeriam mão de obra mais qualificada. Também se observava grande tensão social nos bairros recém-formados, desprovidos das condições mínimas de habitabilidade, com uma série de dificuldades: desemprego; ocupações precárias; empobrecimento das famílias – o que exigia inclusive o trabalho da mulher (às vezes, até mesmo de crianças e adolescentes) para reforçar a renda familiar –; busca de vagas em internatos da Fesbem ou da rede conveniada para colocar filhos menores; aumento de pessoas em situação de rua, com recolhimento compulsório por órgãos públicos – num contexto histórico de supressão das liberdades –; aumento de migrantes empobrecidos em busca de atendimento “emergencial” nos plantões sociais públicos (buscando renda, alimentos, moradia, passagens de volta para os locais de origem, acesso a documentos, acesso a trabalho, e outros), caminhando longas distâncias para acessar esses serviços³⁵ sem encontrar as respostas adequadas às suas necessidades; violências intrafamiliares, interpessoais e estruturais.

Tal situação deu origem a inúmeras mobilizações de trabalhadores e de moradores nos vários municípios da Grande Vitória³⁶, que reivindicavam condições dignas no trabalho, melhorias urbanas e implantação de unidades de serviços públicos. A pobreza desafiava a governabilidade urbana, exigia das autoridades locais soluções rápidas e efetivas, e inscrevia no território da cidade traços marcantes das contradições sociais (LAVINAS, 2003, p. 2).

Também ocorriam ocupações ditas “ilegais” de áreas urbanas. Conforme Doimo (1984), naqueles anos, “por volta de 70 mil pessoas fizeram parte de cerca de vinte invasões ocorridas em terrenos alagados, ‘terras de marinha’, das prefeituras e, embora em número quase insignificante, de particulares” (p. 46). Invasões sempre foram

35 Havia, na época, “Plantão Social” da LBA, da Setraps e da Prefeitura Municipal de Vitória, porém todos com pouca efetividade.

36 Serpa (1990) faz um estudo mais apurado sobre os movimentos populares de Serra na década de 1980; e Doimo (1984) analisa as mobilizações de trabalhadores e populares na Grande Vitória no final da década de 1970 e início de 1980.

acompanhadas, “de um lado, pela violência policial e, de outro, pela defesa dos setores de oposição”, principalmente da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Vitória³⁷, que conseguiu a garantia de posse para algumas delas (p. 51).

Conjuntos habitacionais foram construídos nos municípios de Serra e Vila Velha pela Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab-ES), que fazia moradias para um público de menor renda, e pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (Inocoop-ES), mas em número insuficiente de residências ou a preços inacessíveis aos trabalhadores. Também lotes com infraestrutura mínima foram distribuídos a famílias de trabalhadores de baixa renda em Cariacica e Vila Velha, como foram os casos de Itanhenga (Nova Rosa da Penha) e Terra Vermelha, respectivamente, anexando grandes aglomerados a uma malha urbana já extensa e precarizada.

Importante destacar que no debate travado à época acerca do papel de cada município da Grande Vitória, devido à implantação dos “grandes projetos industriais”, Vitória era o centro político-administrativo da região e do estado, para onde tudo convergia; Vila Velha e Cariacica eram “cidades-dormitórios”; e Serra era a sede do polo industrial, onde áreas foram adquiridas e preparadas para receber os investimentos industriais, os chamados “distritos industriais”³⁸. Sobre Viana, não se tinha um debate específico. Em decorrência dessa divisão de “papéis” entre os municípios, os trabalhadores habitavam locais distantes do trabalho, levando longas horas para ir e voltar todos os dias, num trânsito congestionado e num transporte coletivo monopolizado, como era o de Vila Velha, com a Viação Alvorada³⁹.

No plano político nacional, ocorriam desdobramentos da aprovação da Lei de Anistia aos presos políticos, com o retorno ao país de lideranças exiladas, que retomavam sua vida política; com a lei do pluripartidarismo, que levava à superação do bipartidarismo –representado por Arena e MDB, os dois partidos do regime militar

37 A Comissão de Justiça e Paz (CJP), fundada em 1977, foi extinta em 2018. Em 2019, foi criada a Comissão de Promoção da Dignidade Humana (CPDH), também ligada à Arquidiocese de Vitória.

38 “No final da década de 70 estava em fase de implantação o Centro Industrial de Carapina, em uma área de 330 hectares que foram desapropriados e comprados pela Suppin” (DOIMO, 1984, p. 45-46).

39 Tal situação deu origem ao Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, já citado anteriormente e também analisado por Doimo (1984).

(sendo o MDB a oposição consentida) – e à formação de novos partidos. Também se levantavam movimentos contra a carestia, contra o desemprego, movimentos de mulheres sempre ativas em seus bairros. Eram atuantes as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, com sua capilaridade e leitura da realidade social baseada na Teologia da Libertação, que criticava a ideologia do “favor” e enfatizava os “direitos” do povo, a autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado e aos partidos políticos tradicionais. Mas o regime militar ainda atuava e na própria universidade havia censura, controle e vigilância dos estudantes pelo órgão interno de inteligência e de informação.

A literatura nas Ciências Sociais (com exílio ou aposentadoria precoce dos intelectuais) e no Serviço Social era escassa, com poucas publicações e menos ainda com publicações críticas. As produções do Centro Brasileiro para Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS), fundado em 1946, chegavam às estudantes por encomenda. Mais ao final do curso da primeira turma, por volta de 1974, chegam escritos de José Lucena Dantas – teoria da modernização, que opõe o tradicional ao moderno –, textos do Chile e da Argentina – países ainda democráticos –, produção acadêmica do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats) – a revista *Acción Crítica* – e publicações da Editorial Ecro⁴⁰, com caráter crítico⁴¹, sinalizando o dever do Serviço Social latino-americano de romper com referenciais vindos dos Estados Unidos. Também o Serviço Social brasileiro fazia um questionamento profundo, no

40 Chega às estudantes, pela Cortez & Moraes Ltda, por exemplo, uma publicação de Ezequiel Ander-Egg, com o título *Hacia una metodología del trabajo social*, de 1976. No entanto, este livro já era o número 9 da publicação *Temas de Trabajo Social*. Nessa publicação, o autor homenageia três autores, J. J. Hernandez Arregui, Arturo Jauretche e Antonio Garcia, “que han enseñado a mi generación a pensar nuestros problemas de países dependientes, a partir de nuestra propia perspectiva” (ANDER-EGG, 1976, p. 6).

41 Na primeira página do livro *Hacia una metodología del trabajo social*, de Ezequiel Ander-Egg, há a seguinte citação de Frantz Fanon: “El hombre que escribe para su pueblo... debe hacerlo con la intención de abrir el futuro, de invitar a la acción, de fundar la esperanza. Pero para asegurar la esperanza, para darle densidad, hay que participar en la acción, comprometerse en cuerpo y alma en la lucha nacional. Puede hablarse de todo, pero quando se decide hablar de esa cosa única en la vida del hombre que representa el hecho de abrir el horizonte, de llevar la luz e la propia tierra, de levantarse a si mesmo y a su pueblo, entonces hay que colaborar muscularmente” (FANON *apud* ANDER-EGG, 1976, p. 1).

chamado Movimento de Reconceituação⁴², sobre seu papel na sociedade, seu objeto, seus objetivos, o significado social da profissão e os princípios orientadores dela.

Nos anos iniciais do funcionamento do curso, havia uma permanente indagação sobre o “objeto” do Serviço Social. Não por acaso, um dos primeiros livros a serem publicados quando os mestrandos em Serviço Social começaram a produzir suas dissertações foi o de Josefa Batista Lopes, sob o título *Objeto e especificidade do Serviço Social*. Logo, as alunas da primeira turma do curso tiveram acesso ao Documento de Araxá; depois, ao Documento de Teresópolis. Também participavam dos debates buscando respostas para essas questões ainda em aberto. Após 1975, tiveram mais ampla divulgação o Método BH e o livro de Boris Alexis Lima⁴³, seguindo-se daí em diante um amplo desenvolvimento acadêmico-científico do Serviço Social.

Articulações com instituições, associações e movimentos sociais

Um traço marcante do curso/Departamento de Serviço Social da Ufes foi sua política permanente de aproximação com a sociedade; de articulação com instituições, sindicatos e movimentos sociais populares; de participação no debate político do país e nos debates sobre a “questão social” em suas múltiplas expressões, sobre as políticas sociais e os desafios para a profissão e para a formação, com entidades representativas da categoria de assistentes sociais, com Unidades de Ensino de Serviço Social (Uess), em níveis nacional, latino-americano e mundial, mas também com o movimento docente dentro da Universidade – com a Associação dos Docentes da

42 No Encontro Regional de Escolas de Serviço Social do Nordeste, em janeiro de 1964, houve uma primeira manifestação “grupal” crítica do Serviço Social tradicional e um ensaio de reconceituação. Outros momentos importantes desse movimento, numa perspectiva desenvolvimentista modernizante, foram os Encontros de Araxá (MG), em 1967; o de Teresópolis (RJ), em 1970; e o de Sumaré (RJ), em 1978 (JUNQUEIRA, 1980). Em aula ministrada na PUC-SP, Paulo Freire afirma ter recebido “profunda influência” de assistentes sociais brasileiros no início da formulação e da elaboração do seu método (p. 9).

43 Uma experiência com o método de Boris Alexis Lima foi feita em comunidades/bairros onde atuava a Secretaria de Estado de Bem-Estar Social (Sebs), ex-Setraps, mas observou-se que o método era muito “etapista” – um etapismo longo, demorado e até certo ponto desmobilizador – e que o profissional protagonizava a ação mais do que a população.

Ufes (Adufes) – e em âmbito nacional – com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes)⁴⁴.

E isso se deu de diversas formas, usando várias estratégias, em especial por meio do estágio curricular feito numa rede de instituições públicas e privadas; dos projetos especiais em campos próprios de estágio com os movimentos de bairro, cuja expressão mais comum eram as associações de moradores ou movimentos comunitários; sediando e/ou participando de seminários, encontros e convenções regionais, nacionais e internacionais; participando de pesquisas nacionais; realizando cursos de extensão; participando da direção das entidades da categoria e de seus movimentos; formando núcleos temáticos de ensino, pesquisa e extensão; implementando os programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nas décadas de 1980 e 1990, e *stricto sensu*, no século XXI.

Foi um curso que se avaliou desde a primeira década, repensando o projeto de formação da(do) assistente social à luz de um projeto de profissão comprometido com as transformações da sociedade, ainda que esse “projeto” fosse se tornando mais claro com o avanço das forças democráticas e populares, juntamente com as lutas por direitos de cidadania. Um processo feito, ao mesmo tempo, de “rupturas e continuidades”. Com esse objetivo, era realizado semestralmente o Seminário Interno de Avaliação do Currículo e Programas, ocasião em que o corpo docente e os representantes estudantis se reuniam para avaliar o momento sociopolítico do país e repensar os rumos do curso, no sentido de fortalecer processos de transformação social⁴⁵. Nesse particular, muito contribuiu Pedro Mansur (*in memoriam*), economista e professor do Departamento de Economia do CCJE, sempre envolvido em avaliações locais e nacionais do currículo de seu próprio curso.

O Departamento de Serviço Social da Ufes teve também o objetivo de inserir o curso no movimento de ruptura com as perspectivas tradicional e modernizante da profissão, rumo à vertente crítica do Serviço Social reconceituado. Adotou-se uma concepção e uma prática de que o currículo é algo dinâmico, que deve acompanhar o movimento histórico e aliar-se ao que tem um sentido transformador das relações

44 Desde 1988, Andes passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

45 Mais informações, ver o documento do Currículo Pleno do curso (UFES, 1985, p. 5-7).

sociais e das expressões da questão social⁴⁶. Além disso, fortaleceu posições progressistas de organismos latino-americanos, tais como o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), sediado em Lima, no Peru, e a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets⁴⁷), participando de seus eventos aqui no país e fora dele, recebendo e distribuindo suas publicações, adotando-as como material de estudo, de discussão – que inclusive chegava às instituições.

A partir de 1975, em comemoração ao dia do Assistente Social, 15 de maio, o Departamento passou a promover, anualmente, a Semana de Serviço Social, em parceria com o Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras) – mais tarde, Conselho Regional de Serviço Social (Cress) – e com o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (Cals). Era sempre um grande evento estadual e um momento de debate de alto nível e de reflexão crítica sobre a situação política e econômica do país, sobre o agravamento da questão social, sobre as políticas sociais e os desafios colocados para a cidadania, de modo geral e para a profissão.

Em dezembro de 1978, algumas professoras do curso⁴⁸ participaram do “Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento”, em Recife, promovido pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse evento, conheceram alguns intelectuais recém-doutores

46 A questão social é o objeto de trabalho do Serviço Social, e “é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra, etc.”. Portanto, “pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças”. É condição para o exercício profissional (IAMAMOTO, 1998, p. 62).

47 Sobre Alaess, Alaets e Alaeits, a professora Eugênia Célia Raizer esclarece que a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Servicio Social (Alaess) foi criada em 1965 no V Congresso Panamericano de Serviço Social, ocorrido em Lima, no Peru, com a presença de 25 escolas e 12 países. Ficou conhecida no Brasil como Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social. Em 1974, em seminário na Costa Rica, foi criado o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), vinculado à Alaess como organismo acadêmico da entidade, com sede em Lima, no Peru. Em 1989, na Assembleia Geral (AG) em Quito, no Equador, foi feito um reajuste nos Estatutos da Alaess, que passou a se chamar Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets). Já em 2006, a Assembleia Geral da Associação, reunida no Chile, ao mesmo tempo que extinguiu a Alaets, criou a Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (Alaeits) – chamada aqui de Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

48 Ana Maria Petronetto Serpa, Eugênia Célia Raizer e Marilsa Martinelli.

ou em fase de doutoramento, que passaram a ser convidados para as Semanas de Serviço Social, elevando ainda mais o nível do debate.

Foram realizadas, ao todo, quatorze Semanas de Serviço Social⁴⁹, encerradas com a redemocratização do país e com novas agendas e desafios colocados por cada conjuntura e estágio do curso.

Por meio de seus professores, o curso participou ativamente da organização do movimento docente na universidade, com a formação da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes), criada em 1978, e, em âmbito nacional, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), conquistando a carreira docente e o instituto da dedicação exclusiva de professores, o que intensificou a convivência universitária e o desenvolvimento acadêmico e da pesquisa.

Assim, a partir de 1981, a maioria dos professores do Departamento passaram a ter dedicação exclusiva (DE), dando nova qualidade e intensidade às interações entre professoras(es) e estudantes do curso. Passaram também a reivindicar meios materiais de trabalho, tais como: salas para professores, salas de aula mais adequadas, material didático, mobiliário, livros para a biblioteca, enfim, um Centro mais humanizado, com atividades que enriquecessem a vida universitária e o debate acadêmico, e com espaços físicos que permitissem maior integração entre os estudantes dos vários cursos.

O Departamento fortaleceu as entidades representativas da categoria dos assistentes sociais, como o Conselho Regional de Assistentes Sociais, inicialmente vinculado ao Conselho Regional de Assistentes Sociais de Minas Gerais (6ª Região). Mais tarde, fez um movimento para ter uma Delegacia Regional do Cras (6ª Região). E, quando cresce o número de profissionais no estado, passa a ter um regional próprio, o Conselho Regional da 17ª Região⁵⁰.

Participou também da formação da Associação Profissional / Sindicato dos Assistentes Sociais no estado e em âmbito nacional, com a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), com a presença de várias professoras do Departamento, em

49 Em 1982, a VIII Semana teve como tema “A prática do Serviço Social em questão”. Em 1983, o tema da IX Semana foi “A participação social e a prática do Serviço Social”. Em 1985, a X Semana abordou o tema “O Serviço Social no momento de transição”. Em alguns anos, o DSS não promoveu a Semana de Serviço Social.

50 A professora Maria Noélia de Oliveira Scandian esteve à frente desse processo.

especial Maria de Lourdes Frizzera. Essas entidades tiveram papel reconhecidamente importante na luta contra o autoritarismo no país, ao emitirem opiniões públicas sobre as políticas e ações do regime militar. O Sindicato foi extinto, acompanhando o debate nacional sobre a política sindical, devendo as(os) assistentes sociais filiarem-se aos sindicatos das instituições onde atuavam.

Outro aspecto importante foi a organização e a politização das(os) estudantes, que questionavam o posicionamento político das(os) professoras(es) do curso e cobravam o seu engajamento nas lutas sociais. São marcantes nesse momento a influência da Teologia da Libertação, a militância de estudantes em organizações comunitárias e sindicais, assim como em partidos e tendências políticas de esquerda, abrigados na igreja Católica em alguns casos⁵¹. Foi importante a participação das(os) estudantes do curso na retomada do movimento estudantil, com a reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes e dos Centros Acadêmicos Livres (CALs) dos diversos cursos.

Os anos 1980: esperança viva e ativa!

O mundo é sombrio quando não se tem mais esperança de algo melhor, afirma Bregman (2018). Para sua felicidade, o homem precisa de uma utopia, em que a “imaginação e a esperança estejam vivas e ativas”, conforme diz Bertrand Russell (*apud* BREGMAN, 2018, p. 25).

Os anos 1980 foram anos de opressão, mas também de luta pela liberdade política e de esperança “viva e ativa”. Foram anos de continuidade na busca pela redemocratização, pelas eleições diretas para presidente do país – inclusive, grandes mobilizações populares foram provocadas, embora não tenham alcançado seu propósito, e a eleição tenha sido indireta, por meio de votação no Congresso Nacional. Foram anos de exercícios de democracia direta na Ufes, com consultas à comunidade universitária para escolha de chefias de departamento, direções de Centros, reitor e vice-reitor, e até mesmo representantes do Centro no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP).

O país vivia uma efervescência política com os efeitos da Lei de Anistia, com a Reforma Partidária, com as eleições diretas para governadores em 1982, com o

51 Mais informações, ver Serpa (1990).

movimento das Diretas Já – buscando a eleição direta para presidente e vice-presidente em 1985 –, com o debate sobre o país ter um “Congresso Constituinte” ou uma “Assembleia Nacional Constituinte” para elaborar a nova Constituição, que consolidaria um novo pacto social no Brasil depois de um longo período de ditadura (1964-1985). Tudo isso movimentava o debate e as paixões políticas na sociedade e na universidade. Na eleição para governador do Espírito Santo, em 1982, professoras do Departamento participaram da discussão de propostas para integrarem o programa do então candidato do PMDB, Gerson Camata, que assumiu o governo estadual em 1983.

Segundo José Murilo de Carvalho, nesse período/década, o conceito de cidadania difundiu-se no país como nunca o tinha feito. Disseminou-se nos campos popular e democrático de tal forma que movimentos e grupos populares não iam mais ao prefeito para pedir um “favor” (essa expressão que marca a cultura política brasileira), mas para exigir um “direito”. A Constituição de 1988, ela mesma “cidadã”, constituiu-nos como “sujeitos de direitos”, num país cuja história de opressões e exclusões não forjou uma cultura de direitos. De acordo com Carvalho (2001, p. 7):

A cidadania, literalmente caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã.

As mobilizações populares são constitutivas desse cenário de agitação política e de renascimento da esperança. Os movimentos sociais são vistos como “sujeitos” da transformação social, sendo estratégico atuar para o seu fortalecimento, sejam os movimentos de bairro, sejam os sindicais, sejam os movimentos de mulheres, sejam outros. Na mesma direção de Carvalho, Eunice Durham (1984, p. 29) afirma que parecia estarmos vivendo “um processo de construção coletiva de uma nova cidadania”, cujos protagonistas eram as classes trabalhadoras, que consideravam “carências” e “necessidades” como “direitos” reivindicados ao Estado. Não reivindicavam benesses, mas direitos, num “amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania”.

A noção de direitos foi central no debate político naquelas décadas (1970-80) e no processo de redemocratização. Foi “substancialmente alargada” no Brasil e teve

três características: eram reivindicações de direitos coletivos; eram feitas por meio de organizações das camadas populares e grupos minoritários, que também se legitimaram como ator político; e o governo (poder Executivo) foi a instituição básica de referência para encaminhamento e resposta das demandas (CALDEIRA, 1991, p. 163).

Nesse contexto, intensifica-se também o protagonismo político do curso de Serviço Social. Algumas professoras do Departamento, juntamente com estudantes, passaram a atuar diretamente nos movimentos populares de alguns bairros da Grande Vitória (Serra, Vila Velha e Vitória), no que se chamou de “campos próprios”⁵² ou “projetos especiais”⁵³, com acompanhamento e assessoria, visando fortalecer as lutas populares e a autonomia dos movimentos diante do Estado e dos partidos políticos tradicionais, contribuindo na formação das federações de associações de moradores, e participando da estratégia de fortalecimento da sociedade civil para enfrentar o autoritarismo no país e uma cultura política baseada no “favor”, e não no “direito”.

Ainda que não incluídos na categoria de “projetos especiais”, dada a especificidade desses projetos de participação direta de professoras nas lutas populares, o Departamento abriu campo de estágio no Conselho Comunitário de Vila Velha, que congregava as associações de moradores e os movimentos comunitários do município, sob a responsabilidade da professora Beatriz Stella Martins Krohling (*in memoriam*). Destaca-se também a participação da professora Ângela Maria Campos da Silva (*in memoriam*) como preceptora no projeto de Saúde Comunitária, desenvolvido em Maruípe pelo Centro Biomédico da Ufes, hoje Centro de Ciências da Saúde (CCS).

O Departamento também implantou projeto experimental e abriu campo de estágio na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Ceciliano Abel de Almeida, localizada em Maruípe, Vitória, com participação e acompanhamento das professoras Regina Maria Santos Murad e Maria Noélia de Oliveira Scandian (em momentos diferentes), visando gerar conhecimento e propostas para intervenção do Serviço Social nas escolas. O currículo implantado em 1985 tinha uma disciplina optativa voltada para o campo escolar. Durante vários anos foram feitas tentativas de

52 Os “campos próprios” estão pormenorizados em artigo na Parte III do presente livro.

53 Atuaram nos “projetos especiais” as professoras Ana Maria Petronetto Serpa, Elizete Cardozo, Eugênia Célia Raizer, Maria Madalena do Nascimento Sartim, Marlene Simonetti Garcia e Vanda de Aguiar Valadão.

colocar assistentes sociais em escolas das redes públicas, mas houve resistências. Atualmente, com a aprovação da Lei n. 12.962, de 8 de abril de 2019, essa proposta começa a se concretizar, com a presença de algumas equipes psicossociais em escolas públicas.

O professor Luiz Antônio Gastardi tinha um projeto com jovens dos bairros da região de São Pedro, em Vitória, desenvolvido pelo Instituto Joana D'Arc, criado pelo professor e que mantinha, inclusive, intercâmbio com a Alemanha. Na década de 1990, foi implantado o projeto Girassol⁵⁴, no bairro Planalto Serrano, município de Serra, sob a coordenação da professora Teresinha Mansur.

Experiências democráticas de gestão municipal tiveram início no país. No Espírito Santo, registrou-se o caso do município de Boa Esperança, no norte do estado, que recuperou suas capacidades econômica, social e fiscal, e fortaleceu o estatuto de município (que estava prestes a perder, voltando a ser distrito de São Mateus). O prefeito Amaro Cobre, em seu segundo mandato (1977-1982), organizou o município de 14.300 habitantes (11.457 na área rural) em bases “territoriais e comunitárias”, criando cinco Centros de Irradiação ou agrovilas, cada um deles com Comunidades de Base, aglutinando dez a doze famílias em torno da escola. Com elas, o prefeito, os vereadores e outras autoridades dialogavam regularmente, definindo prioridades e rumos para o município, também com apoio da Igreja Católica (SOUZA, 1982). Outra experiência foi a do Orçamento Participativo em Vila Velha, município com tradição de organização comunitária desde o início da década de 1970⁵⁵.

54 O projeto Girassol é detalhado em artigo na Parte III do presente livro.

55 No final de 1957, foi criada a Sociedade dos Amigos de Vila Velha. Depois, com ajuda de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi criada entidade similar em São Torquato. Em 1967, criou-se a Associação Pró-Melhoramento (APM) de Jardim Marilândia, vindo a seguir a dos bairros Santa Rita e Alto Cobi. Em 1971, Max Mauro assumiu o governo municipal pelo MDB e incentivou a organização de APMs em vários bairros, para governar com apoio popular. Em 1972, o governador do estado, Arthur Carlos Gerhardt Santos, ofereceu às APMs assessoria técnica da Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps), colocando assistentes sociais à disposição delas para assessoria e acompanhamento, com realização de cursos, comemorações, suporte em todo o processo de escolha do “Natal Comunitário”, um “presente” de caráter coletivo ofertado à entidade que participasse da Feira dos Municípios, organizada pela Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis), presidida pela primeira-dama. A Setraps também prestava assessoria a associações de bairros de Cariacica (Porto de Santana, Morro São João Batista, etc.) e Vitória (Ilha de Santa Maria). Vários bairros da chamada Região da Grande Maruípe tiveram assessoria,

Formaram-se as Federações de Associações de Moradores dos municípios de Serra, Cariacica e Viana, o Conselho Comunitário de Vila Velha (CCVV)⁵⁶ e o Conselho Popular de Vitória (CPV)⁵⁷. E nessa vaga da organização popular, foi formada a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), significando a emergência de novos atores na cena pública e o fortalecimento da capacidade de diálogo com o poder público. Como era de se esperar, havia uma disputa pelo controle ou pela cooptação desses movimentos, que vão modificando suas estratégias de luta, passando de métodos mais diretos de confronto com o poder público – com fechamento de ruas, queima de pneus em rodovias, manifestações em portas de prédios públicos, acampamentos em frente ao Palácio do governo do estado – para técnicas de diálogo em novas arenas, como assembleias de orçamentos participativos, conselhos gestores de políticas públicas ou de direitos, mesas de negociação, articulação com vereadores(as) ou deputados(as), fóruns de entidades da sociedade civil.

Importante registrar a mediação do Serviço Social nas experiências de orçamento participativo, com assistentes sociais e estagiários atuando nas mobilizações populares nos bairros, na organização das assembleias regionais e gerais, nas consultas aos moradores, além de outras atividades.

aos movimentos comunitários emergentes, prestada pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) ou pela Setraps. No início da década de 1980, essa assessoria, que era também uma forma de controle da mobilização e dos protestos populares, foi questionada e interrompida. Segundo Cararo (1993), em Vila Velha, enquanto as CEBs mobilizaram-se por melhorias urbanas, as APMs e os Movimentos Comunitários (MC), com poucas exceções, não participaram de lutas reivindicatórias. O processo de criação das APMs e dos MC em Vila Velha, inclusive o Orçamento Participativo, foi analisado por Cararo (1993) em sua dissertação de mestrado.

56 Vasco Alves, prefeito eleito de Vila Velha, assumiu em 15 de março de 1983 e, onze dias depois, já instalou o Conselho Comunitário de Vila Velha (CCVV) como órgão consultivo e deliberativo, sendo mais um canal de participação popular que dava diretrizes para a ação municipal. Em março de 1984, o CCVV aprovou seu estatuto, mantendo caráter independente (CARARO, 1993).

57 Em Vitória, a Prefeitura Municipal tentou criar o Conselho Comunitário de Vitória, de forma a dividir e controlar o movimento autônomo, cooptar lideranças, estabelecer um paralelismo, rivalizar com o Conselho Popular de Vitória (CPV), cujo início do debate das associações para criá-lo, bem como a discussão sobre o seu estatuto, remetem ao ano de 1982. Uma correspondência do CPV ao prefeito, de 20 de julho de 1987, apresenta uma relação de 29 associações no município.

Também o prefeito de Guaçuí, município da região do Caparaó, distante 219 km de Vitória, ao assumir o governo, reivindicou que a Ufes desenvolvesse projeto local de extensão universitária⁵⁸, o que exigiu o deslocamento sistemático de professores e estudantes de Serviço Social e de outros cursos ao município. Governos progressistas assumindo as prefeituras municipais, após processos eleitorais com debate público livre (em que denúncias do agravamento da questão social passaram a estar nas pautas); propostas de gestão participativa no âmbito local; necessidade de atender demandas populares de serviços públicos, reprimidas por longos anos sem muitos recursos disponíveis; um novo pacto federativo sendo gestado no país, com municípios e estados assumindo responsabilidades definidas na gestão de políticas públicas. Tudo isso coloca novos temas na agenda da formação acadêmica, ampliando os espaços e as oportunidades de trabalho para assistentes sociais.

Para redemocratizar o país, era preciso utilizar a estratégia do “pé dentro” e do “pé fora”, disse Luiz Eduardo Wanderley, em conferência numa das Semanas de Serviço Social, o que significava que era preciso lutar pela democratização tanto das estruturas internas da universidade quanto da sociedade. Como uma estratégia político-pedagógica, nesse sentido, o Departamento realizou consultas internas para a escolha de sua chefia e seu vice, sendo a primeira experiência em 1981. Fortaleceu a luta pela consulta direta para diretor e vice-diretor do CCJE, concorrendo à vice-direção, em 1989, e à direção do Centro, em 1993. Professoras do DSS também concorreram à reitoria da universidade, em 1986, e à vice-reitoria, em 1997. A participação nesses movimentos reivindicatórios dos docentes e de democratização da universidade foram momentos de grande aprendizado e ganho de consciência política.

Desde a criação do curso, as várias coordenações tomaram iniciativas no sentido de inseri-lo no movimento de superação do Serviço Social tradicional, rumo a um Serviço Social “reconceituado”. Por sua vez, o sentido crítico da “reconceituação” ia ficando mais claro à medida que ia se alterando a correlação de forças na sociedade, que o movimento pela redemocratização e o correspondente debate público avançavam, além do debate do projeto ético-político no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e da produção teórica do Serviço

58 Nesse projeto, atuaram a professora Vanda de Aguiar Valadão, pelo Departamento de Serviço Social, e estudantes do curso.

Social a que tínhamos acesso. O curso foi filiado à Abess – que, posteriormente, passou a ser Abepss – e esteve presente em todas as suas iniciativas e convenções desde 1973, inclusive com representação estudantil.

Após a aprovação do Currículo Mínimo⁵⁹, em 1982, a elaboração do Currículo Pleno de Serviço Social, na Ufes, durou de 1983 a 1984. Foram dois anos de estudos, debates, seminários, participação nos eventos da Abess e discussões com todos os demais departamentos que ofertavam disciplinas ao curso, conforme registra documento do currículo de janeiro de 1985 (UFES, 1985).

A partir da aprovação do Currículo Mínimo de 1982, o Departamento intensificou o trabalho de elaboração do Currículo Pleno através da constituição de: comissão de currículo, debates em sala de aula com roteiro de discussão, reuniões com a representação estudantil, assembleias de alunos e professores, participação de representantes docentes e discentes nos Encontros Regionais e na XXIII Convenção Nacional da Abess, no I e II Encontro Nacional de Pesquisa sobre a Formação Profissional do Assistente Social (p. 8).

Neste sentido o Departamento vem ainda participando do Projeto de Investigação-ação intitulado “A Formação Profissional do Assistente Social: Determinantes Históricos e Perspectivas”, desenvolvendo ações, a nível local com a participação de professores e alunos e de assessoria técnica da Abess (p. 9).

Em agosto de 1983 foi realizado, na Ufes, o “Seminário Interno sobre a Formação Profissional”, tendo-se discutido a conjuntura, a problemática do ensino superior

59 Em 1982, o Conselho Federal de Educação (CFE), através da Resolução n. 6, de 23 de setembro, e considerando o disposto no Parecer n. 412/82, homologado pela ministra de Educação e Cultura, aprovou o Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social, com prazo de dois anos para sua implantação. Interessante e relevante a justificativa apresentada pela Abess ao CFE, mencionada no parecer, para a reformulação do currículo: “Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social [...] Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. [...] Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação” (BRASIL, 1982).

no contexto da universidade brasileira, a inserção do Serviço Social na realidade, a direção social do curso, as relações pedagógicas e a organização do estudante. Após essa discussão e a definição de alguns pressupostos passou-se a organizar a estrutura do Currículo Pleno do Curso (p. 9).

Em 1985, no prazo estipulado pela Resolução, o Departamento deu início à implantação do novo currículo (aprovado pelo Cepe, através da Resolução n. 10/1985), cujo projeto final ficou com 2.985 horas, sendo 2.685 horas de disciplinas obrigatórias – divididas em básicas (915 horas e 17 disciplinas) e profissionalizantes (1.770 horas e 28 disciplinas) – e 300 horas de disciplinas optativas, que podiam ser cursadas mediante escolha entre um total de 16 disciplinas (ver Anexo I). Além disso, 480 horas eram destinadas aos estágios supervisionados I, II, III e IV, operacionalizados em dois níveis complementares: “ao nível da aprendizagem da prática profissional nos campos de estágio e ao nível do acompanhamento e supervisão prestados pelos professores do Departamento de Serviço Social” (UFES, 1985, p. 18). Naquele momento, o Departamento tinha 24 professoras(es) e 350 alunas(os) matriculadas(os), e já tinha graduado cerca de 600 assistentes sociais. Era chefe do Departamento a professora Gláucia Salles Xavier, e coordenadora da CPIC a professora Maria Noélia de Oliveira Scandian.

Sobre as disciplinas optativas, foi feita uma proposição ousada, no sentido de que o Departamento de Serviço Social poderia “oferecer as disciplinas de Desenvolvimento de Comunidade, Política Social e Tópicos Especiais em Política Social a outros cursos da Universidade”, considerando que seus conteúdos poderiam complementar a formação de outras áreas profissionais (UFES, 1985, p. 53).

As(os) estudantes que haviam ingressado antes de 1985/1 também puderam já cursar as matérias do novo currículo, graças à definição de um Quadro de Equivalência entre as disciplinas (antigas e novas)⁶⁰. Com igual cuidado, passou-se a monitorar o processo de implantação do currículo que rompeu com a dicotomia estabelecida entre ciclo básico e ciclo profissional, introduzindo disciplinas

60 “Os alunos que ingressaram no curso antes de 85/1 estarão submetidos ao currículo vigente na época de sua matrícula inicial, adaptando-se ao novo currículo de acordo com o Quadro de Equivalência de Disciplinas contido neste processo” (UFES, 1985, p. 52).

de Serviço Social desde os primeiros períodos – inclusive disciplinas que promoviam a relação dos estudantes com as diferentes expressões da questão social, que era muito solicitada por eles –, não precisando chegar ao quinto período para ter o contato com indivíduos, famílias, grupos, comunidades, enfim, uma ligação próxima e direta com os sujeitos da ação profissional e as relações sociais que os constituem. O Trabalho de Conclusão de Curso tornou-se uma experiência de iniciação científica, sob a orientação teórico-metodológica de um professor, sintetizando os estudos, as vivências e as reflexões feitas durante o curso, principalmente durante o estágio, com apresentação diante de uma banca. Todas(os) as(os) docentes deveriam fazer supervisão de estágio para acompanhar mais de perto as experiências dos campos de estágio e superar uma suposta posição de “superioridade” do professor de teoria.

É reconhecida a importância e a influência do livro *Relações sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, lançado na Ufes, em 1982, nos debates e pesquisas de professores e estudantes do curso. Foi um marco no aprofundamento do estudo da perspectiva histórica e crítica do Serviço Social. Também, mais tarde, *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*, livro de Alba Maria Pinho de Carvalho, lançado em 1983, nos introduz no estudo do pensamento de Gramsci. Foi importante ainda o “Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP”, organizado por Maria Carmelita Yazbek, publicado na revista *Serviço Social & Sociedade*, n. 14, de 1984.

Outras participações importantes se deram nos debates durante o processo de elaboração da Constituição de 88 e depois de sua aprovação, com a regulamentação de seus artigos, sobretudo nos campos da saúde, da assistência social, da criança e do adolescente – do “menor” (esta categoria que estigmatizou a infância pobre no país e normalizou a condição de infância “sem direitos” durante quase todo o século XX). Também houve participação no movimento de coleta de assinaturas para proposição de emendas populares na Constituição de 88. E uma atuação pioneira com portadores de HIV na sua dimensão preventiva. Nessa época, tem início o programa de doutoramento em Serviço Social no país, com liberação e encaminhamento dos primeiros docentes para instituições de outros estados, principalmente para a PUC-SP.

Os anos 1990: novos direitos e nova institucionalidade

Após a aprovação de uma Constituição com forte conteúdo social e democrático – e, em seu artigo 6º, a definição dos direitos sociais⁶¹ –, com a inclusão pela primeira vez da Assistência Social como política pública de seguridade social, não contributiva, além da Saúde e da Previdência Social, o país entra num momento de orientação neoliberal, elegendo Fernando Collor de Mello. Medidas de contenção de gastos públicos; restrições orçamentárias; críticas aos servidores públicos – com ameaças aos seus direitos, levando a uma corrida para aposentadoria –; conjuntura de medo e retraimento; atraso na aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), gerando um descompasso temporal entre a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Loas; implantação de uma rede descentralizada/municipalizada de proteção social no país; atraso na implementação dos direitos previstos na Constituição, sob a alegação de que sua concessão provocaria inflação, como foi o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁶²; uma Constituição social-democrata; e governos neoliberais de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, mais tarde, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa era a conjuntura nacional naquele momento.

A Constituição Federal de 1988 (CF 88) define que a gestão das políticas públicas deve pautar-se nos princípios da participação popular, da descentralização político-administrativa, num novo pacto federativo com atribuições definidas para cada ente federado (União, estados, Distrito Federal e municípios). Importante ressaltar que, durante o processo de redemocratização, os municípios e suas cidades cada vez mais populosas vinham exercendo protagonismo político, (re)organizando-se em frentes e associações de prefeitos para dialogar com os governos estadual e federal, fazendo experiências de orçamento participativo, de gestão democrática, comunicando com movimentos e federações de organizações populares ativas.

Assim, na década de 1990, buscou-se contribuir para a construção dessa nova institucionalidade, no campo da gestão das políticas públicas, criada pela CF 88 e

61 Em 2010, acrescenta-se ao artigo 6º o direito à alimentação, por meio da Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro.

62 O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, só começou a ser pago em 1996.

pela legislação infraconstitucional (ECA, SUS, Loas, etc.). Algumas das iniciativas foram: formação de conselhos de direitos e conselhos de políticas públicas – estes últimos, para exercer o controle social, entre outras atribuições –; criação de fundos financeiros (fundos especiais); organização de conferências em cada nível de governo, representando a criação, de tempos em tempos, de grandes esferas públicas de avaliação das políticas implementadas em diferentes campos e de proposição de novas diretrizes para elas. Significaram um momento novo para o curso/Departamento de Serviço Social. Pode-se dizer que foi uma década em que professoras(es) do DSS se lançaram em novas iniciativas para dar conta das exigências desse tempo com suas implicações institucionais, que desafiavam os municípios já considerados novos e importantes atores no espaço político brasileiro. Um tempo que colocava temas modernos na agenda da formação profissional.

São exemplos dessas iniciativas: o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca)⁶³, criado no final de 1990 para fortalecer o processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no estado; o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Nepemge⁶⁴), introduzindo a discussão sobre a temática da mulher e das relações de gênero no curso e na universidade – mas tendo suas atividades encerradas no final da década; a Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati) – que, mais tarde, tornou-se Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI) –, criada em 1996 como um projeto de extensão voltado para pessoas idosas, com cursos, palestras, rodas de conversa, oficinas de dança, de teatro, passeios culturais, viagens – ali era um espaço de sociabilidade, trocas de saberes, reconstituição de vínculos e novos projetos de vida, e deu origem ao Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi).

Foram criados ainda o Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup) – lembrando que na Grande Vitória é expressivo o número de homicídios de jovens nas periferias urbanas, significando que a política de guerra às drogas faz muitas vítimas na região e traz grandes sofrimentos às famílias empobrecidas –; o

63 Há mais informações sobre este Núcleo na Parte II da presente obra.

64 O Nepemge foi criado por iniciativa das professoras Ângela Maria Campos da Silva e Nair Barbosa Guedes – esta última, transferida, posteriormente, para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Incorporou, depois, a professora Gláucia Salles Xavier, que nele atuou até aposentar-se.

Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi); o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET); o Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps). Por serem articulações que acompanham a dinâmica do debate sobre as expressões da questão social, alguns núcleos vão se fragilizando e outros vão se formando.

No início do ano de 1995, a direção do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas foi procurada pelo comandante da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com a proposta de que o CCJE/Ufes realizasse o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), destinado aos oficiais capitães da PMES como exigência para acessarem os níveis superiores da carreira militar (major, tenente-coronel e coronel). Até então, esse curso era feito em academias de polícias militares de outros estados (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia), cada qual com sua visão de segurança pública e de ação policial. Era o governo de Vitor Buáiz, do Partido dos Trabalhadores (PT), que havia assumido em janeiro de 1995. O CCJE aceitou o desafio, envolvendo professoras do Departamento de Serviço Social, entendendo que é também papel da universidade contribuir para que haja uma segurança pública cidadã capaz de respeitar os direitos humanos. Realizou a formação proposta no formato de pós-graduação *lato sensu*, com quatro turmas, gerando integrações e diálogos entre as polícias e entre elas e os movimentos sociais. No interior disso, foi feito um debate que proporcionou a criação do Nevi, cujas trajetória e experiência estão relatadas em artigo neste livro.

Com a experiência e o conhecimento acumulados ao longo de anos em várias áreas temáticas, foi possível dar passos mais ousados, implementando no DSS cursos de pós-graduação *lato sensu*: Processos Socioeducativos com Crianças e Adolescentes; Gerontologia Social (mais de um curso em anos diferentes); Serviço Social no campo da Saúde (ainda na década de 1980); Serviço Social no campo do Trabalho (também ainda na década de 80); Associativismo e Cooperativismo; Metodologia do Serviço Social.

Os anos 1990 tiveram governos neoliberais, em que professores universitários, como de resto a categoria dos servidores públicos federais, sofreram com ameaças de perda de direitos, pressões para acelerar aposentadorias, contingenciamento de recursos – numa universidade já submetida a severas restrições orçamentárias. Nesse contexto, os cursos de pós-graduação *lato sensu* criavam uma receita própria mínima, que permitia trazer pesquisadores de outras universidades, para aprofundar e até

mesmo atualizar o debate sobre determinados temas, e também fazer aquisição de algum material e equipamento didático-pedagógico que a universidade não oferecia.

O Departamento se candidatou ao Programa Especial de Treinamento (PET)⁶⁵ da Capes, em 1994. Tendo sua proposta aprovada, passou a selecionar, de tempos em tempos, grupos de estudantes-bolsistas de graduação do curso para o desenvolvimento de um programa de estudos com foco na política social, sob a orientação de um(a) docente.

Também na década de 90, o Departamento teve uma de suas professoras na vice-direção (1990-1993) e, depois, na direção do CCJE (1994-1997). Ainda no âmbito do Centro, teve docentes no Núcleo de Extensão e no Núcleo de Pesquisa⁶⁶. Neste último, a professora Maria Madalena do Nascimento Sartim esteve na coordenação e organizou vários cursos de metodologia de pesquisa, inclusive um de pesquisa-ação com o professor João Bosco Pinto, da UFPE, e outro com o professor Emir Sader, sobre metodologia de pesquisa numa perspectiva marxista. Não nos isolamos das demandas da sociedade nem do debate acadêmico no âmbito das ciências sociais e do serviço social do país.

Presente na direção do CCJE, foi possível implementar várias iniciativas, tais como a reforma e a ampliação do espaço físico, com acomodação adequada de vários setores emergentes e com a mudança de lado das portas do ED II e do ED IV, criando uma área de jardim e de convivência entre os EDs (Edifícios Didáticos), que foram construídos virados de costas um para o outro, a fim de dificultar a integração entre os acadêmicos ou isolá-los nos próprios cursos. Uma arquitetura do regime militar que não promovia convivência e sociabilidade entre estudantes. Também foi construído um auditório, que levou o nome do professor Manoel Vereza de Oliveira, do curso de Administração (do próprio Centro), onde grandes temas foram e continuam a ser debatidos. No ED II, foi criado o Salão Rosa, um espaço histórico e caro ao curso de Serviço

65 O Programa Especial de Treinamento (PET) foi criado pelo governo federal no final da década de 1970, com o objetivo de incentivar o surgimento de grupos de estudos dedicados ao trabalho intelectual em tempo integral, sob a orientação de um professor tutor.

66 Duas instâncias de natureza administrativa, com participação de professoras(es) representantes dos vários departamentos, que aprovavam projetos e relatórios de pesquisas e de projetos de extensão, além de apoiarem e estimularem a extensão universitária e a pesquisa no Centro, e também organizarem o Seminário Interno de Pesquisa da Ufes (Sipufes).

Social e ao Centro, de um modo geral. Também nesse momento, a Ufes passava a usar a informática mais intensamente, iniciando uma mudança da cultura institucional.

Com apoio do DSS, a direção do CCJE lançou a revista *Interface* – nome escolhido em concurso, cujo vencedor foi um estudante –, com o propósito de ser “espaço de expressão às diversas modalidades de produção acadêmica na área das ciências humanas e sociais da Ufes” (SERPA; MALAGUTI, 1996). A editora responsável da revista era a então diretora do Centro, professora Ana Maria Petronetto Serpa, e o editor-chefe era o professor Manoel Luiz Malaguti, do Departamento de Economia. O Conselho Editorial era constituído por doze professoras(es) dos diversos departamentos do Centro – do DSS, participavam as professoras Maria Madalena do Nascimento Sartim e Raquel de Matos Lopes Gentili.

O primeiro número de *Interface* foi publicado em março de 1996, com tiragem de 1.000 exemplares, e contou com o texto de contracapa feito pelo professor Ennio Candotti⁶⁷ (ver Anexo II), do Departamento de Física, da Ufes. Essa primeira publicação da revista teve o apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). Seu segundo número é de dezembro do mesmo ano; e o terceiro, de novembro de 1997. Posteriormente, a nova direção do Centro mudou o formato, o tamanho e a editoração da revista; possivelmente, o último número publicado foi o 5, em setembro de 1999.

Por estar na direção do Centro, além de articular várias iniciativas de interesse comum aos cursos⁶⁸, buscamos reunir professores já doutores, de vários cursos da área de ciências humanas e sociais, para desenvolver um programa de doutorado

67 O professor Ennio Candotti escreveu o texto da contracapa do primeiro número da revista e homenageou a iniciativa com um poema (na íntegra, no Anexo II), em que afirma: “o saber que muitas vezes separa deve nos unir”.

68 Seminário comemorativo ao centenário de nascimento de Antônio Gramsci, que teve a assessoria do professor Pedro Bussinger, do Departamento de Filosofia; Seminário “Cem anos pensando a República no Brasil”, em 1989; participação no movimento “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1993, no qual Herbert José de Souza convocava cidadãos brasileiros a organizarem ações de enfrentamento da fome – a Ufes integrava o Comitê Estadual e também promoveu um grande seminário dentro do projeto de extensão Mobilização contra as Fomes, com o tema “Fome, qual é a sua?”, no período de 26 a 28 de maio daquele ano, no Teatro Universitário, com mais de 300 participantes, sob a coordenação da professora Teresinha Maria Mansur.

amplo, abrangente, com caráter multidisciplinar. À época, nenhum curso isolado tinha o número suficiente de doutores para criar um programa, mas, reunindo os professores doutores de três a quatro cursos afins, isso seria possível. Ainda assim, não aconteceu naquele tempo. Não havia amadurecimento institucional nem disposição para enfrentar o desafio. Só mais tarde, com um quadro docente titulado e disposto, a iniciativa se concretizou⁶⁹.

A década de 1990 foi difícil, restritiva e ameaçadora. Fragilizou, mas não destruiu a capacidade de resistência da comunidade acadêmica do curso/Departamento de Serviço Social e da própria universidade; e, a par do empenho e do esforço de trabalho despendido na criação e na mobilização dos núcleos temáticos e nas iniciativas de pós-graduação, o processo de reflexão sobre a formação profissional da(o) assistente social também se manteve vivo, persistente e consistente, do ponto de vista da reflexão teórica.

Como foi dito anteriormente, em 1982, o CFE aprovou um novo Currículo Mínimo e deu dois anos para os cursos de Serviço Social do país implementarem seus currículos plenos, o que ocorreu na Ufes a partir de 1985/1. Esse Currículo Pleno foi integralizado em 1988 e se manteve nos anos seguintes, sempre submetido a avaliações de professores e estudantes do curso.

Tendo dez anos decorridos da aprovação do Currículo de 1982 e diante das transformações do país e do avanço teórico do Serviço Social, em outubro de 1993, a XXVIII Convenção Nacional da Abess, realizada em Londrina (PR), deliberou por iniciar o processo de revisão do referido Currículo Mínimo, vigente desde 1982. Iniciou-se então, novamente, um amplo e sistemático debate, começando nas unidades de ensino, com reflexões sobre “impasses e tensões” vivenciados no processo de formação da(o) assistente social. Nesse sentido, entre 1994 e 1996, foram realizadas: 200 oficinas locais, nas 67 unidades de ensino filiadas à Abess, divididas em seis regiões; 25 oficinas regionais; e duas oficinas nacionais. O processo, promovido por Abess e Cedepss, teve apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

69 No presente livro, mais adiante, há um artigo específico sobre o bem-sucedido Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), do Departamento de Serviço Social da Ufes.

Com base nesse diagnóstico⁷⁰, foi elaborada a “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, aprovada na XXIX Convenção Nacional da Abess, realizada em Recife (PE), em dezembro de 1994, contendo “pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 2-3). Os debates das unidades de ensino, sistematizados, resultaram em seis documentos regionais (das seis regiões da Abess), que foram trabalhados por um grupo ampliado de representantes das entidades e consultores, resultando na “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”⁷¹.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996⁷² –, exigindo adaptações, que foram feitas no período 1996-1999, do referido documento à LDB. O Currículo Mínimo foi enquadrado no formato de Diretrizes Curriculares, nos termos da LDB, e encaminhado para aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que ocorreu em 2001, “com substantivas alterações” em relação à proposta original. Tomando como base os Pareceres n. 492 e n. 1.363/2001, o CNE aprovou as Diretrizes Curriculares, por meio da Resolução n. 15, de 13 de março de 2002.

Esse processo, que vai de 1993 a 2002, provocou aprofundamento dos debates e ganhos para a formação profissional, em termos de definições mais claras e precisas das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Importante destacar, entre outros aspectos relevantes, os três núcleos que organizam os conteúdos da formação profissional: a) fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e c) fundamentos do trabalho profissional.

Esses núcleos organizam um “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (BRASIL, 1999, p. 4) desenvolvidos por meio de diversos componentes curriculares: disciplinas,

70 Para mais informações, conferir o *Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional: sistematização dos relatórios das oficinas regionais* (ABESS/CEDEPSS, 1995).

71 Apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da Abess, nos dias 7 e 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro (RJ).

72 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define diretrizes que estabelecem um “patamar comum” aos cursos, assegurando ao mesmo tempo a flexibilidade, a descentralização e a pluralidade no ensino.

seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares. O estágio curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso são entendidos como “atividades integradoras do currículo”.

No ano de 2002, o Departamento de Serviço Social, que já vinha trabalhando na sua proposta curricular, com base na própria experiência e nos debates regional e nacional, teve seu novo currículo “criado” pelo Cepe/Ufes – com base no Processo n. 4.480/01-17 e conforme os termos da Resolução n. 05/2002⁷³, de 8 de janeiro de 2002. Assim, em 2002/1, inicia-se a implementação do novo currículo, com 2.030 horas, sendo 150 horas de atividades complementares (ver Anexo III). O curso passa para um outro nível de organização, tendo agora: vários núcleos temáticos; 153 alunos inseridos nos campos de estágio (em 2000/2); um quadro de 25 bolsistas (em 2001/1), sendo 5 de Monitoria, 10 de Iniciação Científica e 10 do PET; maioria dos professores (70 %) com mestrado e doutorado, com avaliação permanente por meio de Conselho de Turma, Avaliação Discente e Planejamento Semestral.

Considerações finais

Durante a sua existência cinquentenária, o curso/Departamento de Serviço Social da Ufes buscou aperfeiçoar o processo de formação profissional das(os) assistentes sociais: avaliando o currículo do curso e adequando seus conteúdos, bibliografias e estratégias de ensino às exigências históricas; capacitando seu corpo docente, inicialmente com sacrifício pessoal e familiar das professoras; estabelecendo relações de cooperação com instituições para viabilizar o estágio curricular de estudantes; filiando-se à Abess (hoje Abepss) e participando de suas convenções bianuais, de sua direção e de suas ações; articulando-se com entidades representativas da categoria das(os) assistentes sociais; participando da luta das(os) docentes universitários; e impulsionando os processos de democratização da universidade e da sociedade. Essa é a sua história, a sua marca ao longo de décadas, a sua identidade.

73 “Art. 1º - Criar o Currículo 2002 do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, para os alunos ingressantes a partir do semestre letivo 2002/1, conforme anexos I, II e III desta Resolução” (UFES, 2002).

Enfrentou inconsistências, lacunas e fragilidades teóricas e metodológicas, desafios colocados pelas conjunturas, pela diversidade de perspectivas teóricas e políticas, mas sempre persistiu no objetivo de formar profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos, de violências e opressões, onde cada estudante/profissional possa fazer do seu trabalho e da sua condição de cidadã ou cidadão uma “mediação emancipatória”, uma relação de empoderamento e de libertação de sujeitos destituídos de voz, de espaços e de direitos. Portanto, há motivos para orgulho e comemoração!

O fim do século XX e o início do século XXI foram também de muitas aposentadorias, de déficits temporários de docentes, de abertura de concurso para professores já titulados, de forma que novas possibilidades se colocaram. A perspectiva que se abriu, e que já vinha sendo cogitada, foi a de realizar o Programa de Pós-Graduação em Política Social numa articulação com docentes de outros departamentos. A Ufes viveu grande renovação em seu corpo de professores e de estudantes com as novas políticas adotadas no ensino universitário brasileiro. Novas conquistas foram feitas com a pós-graduação *stricto sensu*, com a participação novamente na direção da Abepss, entre 2017-2018, com a contínua discussão da formação profissional, com a atuação dos núcleos, com os novos arranjos administrativos no Centro, de forma que o processo “novos ganhos / novos desafios” é permanente.

Foi importante relatar aqui a caminhada de trinta anos, pois “o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito da herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje” (CASTEL, 1998, p. 23).

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVIII, n. 50, abr. 1996.

- ABESS/CEDEPSS. **Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional**: sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, maio 1995.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Hacia una metodología del trabajo social**. Buenos Aires: Ecro, 1976. (Coleção Temas de Trabajo Social, v. 9).
- BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 1968.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução n. 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer n. 412/82**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1 jun. 1982. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes curriculares da ABEPSS 1999**. Brasília, 26 fev. 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BREGMAN, Rutger. **Utopia para realistas**: como construir um mundo melhor. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 30, p. 162-174, 1991.
- CARARO, Marlene de Fátima. **Educação popular e caráter educativo dos movimentos populares urbanos**: um estudo do processo de participação popular no orçamento municipal de Vila Velha. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 1, p. 17-42, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COMERLATTO, Dúnia; CARDOSO, Priscila. Documentos: memória do Serviço Social. **Temporalis**, São Luís, ano VII, n. 14, p. 199-249, jul./dez. 2007.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- ESPÍRITO SANTO. Lei Delegada n. 12, de 13 de novembro de 1967. Estabelece a estrutura e define a competência básica dos órgãos da Secretaria de Serviços Sociais (SSS). **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, ES, nov. 1967. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-delegada-n-12-1967-espírito-santo-estabelece-a-estrutura-e-define-a-competencia-basica-dos-orgaos-da-secretaria-de-servicos-sociais-sss-criada-pela-lei-n-2296-67>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
- JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano II, n. 4, dez. 1980.
- LAVINAS, Lena. **Pobreza, desigualdade e exclusão**: contextos atuais. Documento de base URB-AL 10. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.
- MAGALHÃES, Leila Vello. **Metodologia do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1982.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- SERPA, Ana Maria Petronetto. **Quando o povo institui seus espaços políticos e os transforma em espaços pedagógicos**: um estudo da dimensão educativa dos movimentos populares da Serra. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1990.

- SERPA, Ana Petronetto; MALAGUTI, Manoel Luiz. Apresentação. **Interface**, ano I, n. 1, p. 1, mar. 1996.
- SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA / SPDC, 1995.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.
- SOUZA, Herbert José de. Município de Boa Esperança: participação popular e poder local. *In*: MOISÉS, José Álvaro *et al.* **Alternativas populares de democracia**: Brasil anos 80. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 101-120.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Anteprojeto de criação do curso de Serviço Social**. Vitória: Ufes, 1970a.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Serviço Social. **Projeto de Currículo Pleno do curso de Serviço Social**. Vitória: Ufes, 1985.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 05, de 8 de janeiro de 2002**. Criar o Currículo 2002 do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, para os alunos ingressantes a partir do semestre letivo 2002/1. Vitória: Ufes, 2002.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 14, de 3 de novembro de 1977**. Aprovando a criação do Departamento de Serviço Social no CCJE, desmembrado do Departamento de Direito Privado e Serviço Social. Vitória: Ufes, 1977.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Conselho Universitário. **Resolução n. 12/1970**. Criando o curso de Serviço Social. Vitória: Ufes, 1970b.
- VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOSCHI, Renato R. (org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj / Rio Fundo Ed., 1991. p. 81-112.
- VIZA, Floresta de Maria Soeiro. **Reflexões sobre a evolução do Serviço Social no Espírito Santo (1950-1957)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

ANEXO I

Disciplinas do Currículo Pleno do curso de Serviço Social da Ufes de 1985

Disciplinas obrigatórias básicas (17)

Introdução à Filosofia
Pressupostos Filosóficos
Psicologia da Personalidade
Antropologia Social
Teorias Sociológicas
Sociologia das Relações Sociais
Sociologia do Brasil Contemporâneo
Introdução à Ciência Política
Formação Política do Brasil
Introdução à Economia
Formação Econômica do Brasil
Direito e Legislação Social
Língua Portuguesa
Estudo de Problemas Brasileiros (I e II)
Prática Desportiva (I e II)

Disciplinas obrigatórias profissionalizantes (28)

Teoria do Serviço Social (I, II, III e IV)
Formação Histórica do Serviço Social
Metodologia do Serviço Social (I, II, III, IV, V e VI)
Processo Grupal em Serviço Social
Planejamento em Serviço Social
Análise Institucional e Processos Administrativos em Serviço Social
Política Social
Desenvolvimento de Comunidade
Ética Profissional em Serviço Social
Investigação e Prática em Serviço Social (I, II e III)
Investigação em Serviço Social (I, II e III)

Estágio Supervisionado (I, II, III e IV)

Trabalho de Conclusão de Curso

Disciplinas optativas (16)

Seminário de Serviço Social no campo da Família

Seminário de Serviço Social no campo do Menor

Seminário de Serviço Social no campo do Trabalho

Seminário de Serviço Social no campo da Educação

Seminário de Serviço Social no campo da Saúde

Seminário de Serviço Social no campo da Habitação

Seminário de Serviço Social no Meio Rural

Tópicos Especiais em Serviço Social

Serviço Social e Movimentos Sociais

Tópicos Especiais em Política Social

Métodos e Técnicas de Investigação em Serviço Social

Propostas Alternativas de Investigação em Serviço Social

Seminário de Sociologia

Seminário de Filosofia

Seminário de Psicologia

Comunicação Popular

ANEXO II

Professor Ennio Candotti – contracapa da revista *Interface*, n. 1, março de 1996

Uma revista se constroe
com algumas certezas
e muitas perguntas.
O saber que muitas vezes separa
deve nos unir, solidários.
Aproximar universidade e sociedade
é contar a todos experiências
dúvidas e observações.
Compartir os rigores do método.
Defender as diferenças
na sociedade e na cultura.
Quais imperativos éticos
devem orientar a ação política
a análise econômica?
Um instituto, a rua?
A pesquisa científica
busca a verdade.
A verdade deve ser útil?
E a procura da verdade tem valor?
A ética está na Interface
entre a praça e a academia

Uma lista de perguntas sem fim,
Que não conhece os limites do tempo;
A revista tem data, não espera,
recomeça a cada número

Há três ingredientes
na pasta de uma revista:
impaciência, tolerância e paixão.
Em busca de respostas
e perguntas. Veloz.
Na generosa leitura
das opiniões diversas
Com a vigilante procura
da consistência.
Na recusa do incompleto.

Há também quatro palavras de leitores
e um mote na mesa dos autores
fantasia, rapidez, exatidão
e muitos exemplos.
Queremos entender, escrever
ir para casa e voltar.

J. B. Herkenhoff dá o mote (p. 86)
“É preciso dizer-lhes que vale a pena lutar.
que o sonho engrandece a vida e que
a utopia imortaliza nosso destino”

Como os apaixonados de Jaqueline da Silva (p. 77)
“... meu bem, eu vou lá em casa
pegar o dinheiro que estou para receber
e volto para pagar sua fiança”

ANEXO III

Disciplinas/Oficinas/Atividades Complementares do currículo 2002

Introdução ao Serviço Social
Psicologia e Subjetividade
Sociologia I, II e III
Oficina Questões Sociais e Serviço Social
Teoria Econômica
Língua Portuguesa
Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social I, II, III
Serviço Social e Subjetividade
Economia Brasileira Contemporânea
Teoria Política
Antropologia cultural
Introdução à Filosofia
Formação Sócio Econômica e Política do Espírito Santo
Fundamentos Éticos e Ética Profissional
Seguridade Social I – Assistência e Previdência
Filosofia Social e Política
Pesquisa em Serviço Social I e II
Processo de Trabalho e Serviço Social
Seguridade Social II – Saúde
Estatística Social
Oficina de Trabalho com Indivíduos
Processo Grupal
Processos Comunitários e Mobilização Social
Estágio Supervisionado I, II e III
Serviço Social e o Processo Decisório nas Organizações
Família, Grupos e Redes Sociais
Gestão Social e Participação
Planejamento em Serviço Social
Direito e Legislação Social

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Trabalho de Conclusão de Curso
Movimentos Sociais e Poder Local
Atividades Complementares à Formação

**Relação de Disciplinas Optativas a serem criadas
(* Disciplinas Optativas Recomendadas)**

Direitos Humanos e Cidadania*
Política Habitacional*
Política de Trabalho*
Infância, Adolescência e Cidadania*
Questão Urbana e Rural*
Política de Educação*
Processo de Constituição do Sujeito e Serviço Social
Psicanálise e Serviço Social
Relações de Gênero e Serviço Social
Serviço Social Jurídico
Serviço Social e Meio Ambiente
Crise e Reforma do Estado de Bem-Estar
Sindicalismo e Relações de Trabalho
Associativismo e Cooperativismo
Velhice e Sociedade
Violência, Relações Sociais e Serviço Social
Dinâmica da Gestão de Pessoas
Identidade e Diferenças/Raça, Gênero e Classes
Antropologia das Religiões
Tópicos especiais em Serviço Social
Tópicos Especiais em Política Social
Seminário de Sociologia
Seminário de Filosofia
Seminário de Psicologia
Comunicação Popular
Introdução à Informática

Contando a história de uma pós-graduação na área de Serviço Social no Espírito Santo

Maria Lúcia Teixeira Garcia
Ana Targina Rodrigues Ferraz

Se queres ir rápido, vais sozinho. Se queres ir longe, vais acompanhado.
Provérbio africano.

Introdução

O objetivo deste texto é fazer um resgate histórico de uma trajetória de dezenove anos do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Ufes. Contar e recontar essa história requer entender que ela traz em si um longo percurso, no qual a ideia de uma pós-graduação foi urdida pelo Departamento de Serviço Social. Então, é preciso resgatar aquilo que antecede a criação do Programa, para entendermos seus dezenove anos.

Assim, este texto está dividido em três seções: o sonho; a concretização do projeto e o seu início; o momento atual com seus desafios para o futuro. Aqui, cotejaremos a história do Programa com a do DSS e com o contexto nacional da pós-graduação na área. Utilizaremos dados do PPGPS registrados na Plataforma Sucupira (da Capes), além das memórias acumuladas ao longo desse tempo. São esses múltiplos fios que nos permitem remontar aqui os passos que sedimentaram o caminho.

O início: um sonho às vezes distante, às vezes próximo

Contar como se inicia um sonho é tarefa difícil, uma vez que múltiplos aspectos são envolvidos nesse processo. Assim, ao recontar aqui, assumimos que destacaremos alguns fragmentos e deixaremos outros de fora. Ou seja, esta não é a história do PPGPS, mas fragmentos de uma história.

A ideia de criação de um Programa de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* emerge de um processo de capacitação continuada das docentes do Departamento de Serviço Social, entre os anos de 1970 e 2000, período em que algumas delas tiveram que sair para cursar mestrado e doutorado em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro e em São Paulo. Então, o processo de criação de um PPG envolve longos investimentos institucionais e pessoais (apresentados aqui neste livro em diferentes partes), e é impossível de ser retratado com justiça para cada uma das professoras que se envolveu nesse processo⁷⁴.

Esse desejo do DSS acompanhou uma dinâmica em curso no país. A formação pós-graduada da área de Serviço Social teve seu início nos primeiros anos da década de 1970, na PUC de São Paulo e na PUC do Rio de Janeiro; pouco depois, em 1976, na UFRJ; e, em 1977, na PUC do Rio Grande do Sul (GARCIA; NOGUEIRA, 2017). A importância da qualificação docente, conforme consta do Parecer da Capes n. 1.538, de 8 de novembro de 1979, e o número reduzido do corpo docente com mestrado e doutorado aparecem como justificativas, segundo Garcia e Nogueira (2017), para a criação dos programas de pós-graduação na área.

Havia no Brasil, à época, 50 Escolas de Serviço Social e apenas 3 cursos de mestrado em funcionamento: um na PUC-SP, um na PUC-RJ e um na PUC-RS – quantidade considerada insuficiente para suprir as necessidades de formação de pessoal nesse nível. Essa insuficiência demarcava a premência de ampliação de mestres e doutores na área. O Serviço Social não possuía, tal como em outras áreas, um número de doutores titulados para a abertura de seus programas. Ou seja, *pari passu* ao início dos primeiros programas, estava em curso também a titulação, em nível de doutorado, de seus docentes.

Sendo assim, os anos 1970-2001 se caracterizaram por uma expansão inicial de PPGs. A área de Serviço Social chegou a 2001, no Brasil, com 14 Programas de Pós-Graduação,

74 Só quem se aventurou por viagens frequentes, de ônibus, no trecho Vitória-Rio ou Vitória-São Paulo, sabe os custos pessoais disso.

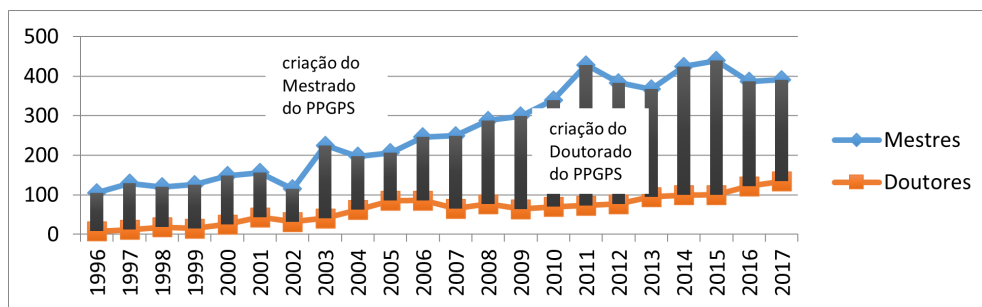
ofertando 14 cursos de mestrado e 5 de doutorado. Mas o desafio colocado ainda era a ampliação, assegurando a redução de assimetrias regionais e o acesso à pós-graduação.

Em pesquisa realizada em 2004, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e publicada em 2005, no relatório intitulado “Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”, obtiveram-se os seguintes dados: entre assistentes sociais no país, somente 6,5 % eram mestres, 1,2 % eram doutores e 0,7 %, pós-doutores (CFESS, 2005). Já em 2022, tantos anos depois, esses dados tiveram ainda pequenas alterações, passando a parcela de mestres para 7,2 %, e de doutores para 1,8 %. Essa variação, mesmo sendo positiva – 0,7 % entre os mestres e 0,6 % entre os doutores –, é considerada “[...] uma tendência ainda insuficiente de assistentes sociais que concluíram estes cursos, [...] ou seja, o crescimento de profissionais com essas titulações [...] foi ínfimo” (CFESS, 2022, p. 79). O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em pesquisa sobre Mestres e Doutores 2019, destaca que:

[...] as mais baixas taxas de crescimento ocorreram no ano de 2010, ano seguinte àquele no qual o Brasil sofreu o maior impacto da crise econômica internacional iniciada no final de 2008. Em 2010, a taxa de crescimento do número de títulos de mestrado concedidos foi de menos de 2 % e a taxa de crescimento dos títulos de doutorado apresentou o único registro de crescimento negativo (-0,7 %) do período (CGEE, 2020).

O número de mestres e doutores em todo o país, na área de Serviço Social, no período entre 1996 e 2017, está representado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número total de mestres e doutores da área de Serviço Social entre 1996 e 2017



Fonte: CGEE (2020). Sistematizado pelas autoras.

Entre os anos de 1990 e 2021, foram criados em território nacional 28 novos programas de pós-graduação na área, expressando o amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica ocorrida no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas e rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de origem (GARCIA; NOGUEIRA, 2017). A pós-graduação exerceu um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. O Serviço Social volta-se para a análise da questão social e suas manifestações mais contundentes expressas na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, no marco das relações entre Estado e sociedade civil em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Entender a criação do PPGPS requer contextualizar a pós-graduação em termos locais e nacionais. Antecedendo a criação do Programa, o Departamento acumulou experiência com a oferta de cursos de especialização *lato sensu* no campo temático da política social. Inúmeras foram as colegas que começaram o rascunho da proposta de criação de um PPG, mas a barreira era sempre o desencontro entre o número de doutores do DSS e as exigências da Capes. O entusiasmo do início acabava terminando com a frustração da constatação que faltavam condições objetivas para seguir na proposta.

Chegamos a 2003 sem um programa de pós-graduação *stricto sensu* da área no estado do Espírito Santo. E o sonho permanecia. Era hora de concretizá-lo.

A criação do PPGPS e a expansão da pós-graduação no Brasil

Em 2003, nesse percurso de pensar uma proposta, o DSS mudou o foco de um Programa em Serviço Social para um Programa em Política Social. Para tanto, articulou uma colaboração com os Departamentos de Economia, de Ciências Sociais, de Enfermagem e de Psicologia, dando ao PPGPS um caráter interdisciplinar e interdepartamental, mas ainda vinculado à área 32 (Serviço Social) na Capes.

Eugênia Célia Raizer, docente que compôs o quadro do Programa, destacou, em depoimento para o *Vídeo 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) – Ufes*, que “isoladamente, o DSS tentou constituir grupo, mas não tinha as condições objetivas [...] vem nesse bojo a ideia de associação com outras áreas de conhecimento” (PPGPS, 2020). A capacidade de articulação de Vania Manfroi foi fundamental nesse processo de atração de docentes experientes. Assim, essa composição

do quadro mesclava professores com experiência em pós-graduação (como Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e a própria Vania Manfroi) e jovens doutores com experiência na graduação e em pós-graduação *lato sensu*.

As proposições do mestrado, em 2003, e do doutorado, em 2011, foram norteadas pela perspectiva interdisciplinar, envolvendo os Departamentos de Serviço Social, de Economia, de Ciências Sociais, de Enfermagem e de Psicologia. O PPGPS sempre ofertou uma formação crítica em torno da compreensão das múltiplas expressões da questão social e dos fatores e mediações presentes na dinâmica do capitalismo e do Estado na contemporaneidade. A interdisciplinaridade se expressa na articulação entre área de concentração, linhas e projetos de pesquisa, composição do corpo docente e discente e produção do programa.

O PPGPS conta com uma área de concentração, “Política Social, Estado e Sociedade”, e duas linhas de pesquisa, “Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo” e “Política social, movimentos sociais e Serviço Social” – esta última passou a ser denominada assim depois de sofrer uma mudança, considerando seu perfil.

A criação do Programa foi, então, uma iniciativa articulada pelo Departamento de Serviço Social no interesse de ampliar possibilidades de formação acadêmica. Mas não foi fácil ou simples. A ausência de infraestrutura física e de pessoal técnico-administrativo era um entre tantos problemas. No entanto, paradoxalmente, a busca de candidatas/os já na primeira seleção do PPGPS foi surpreendente – mais de 100 inscritas/os.

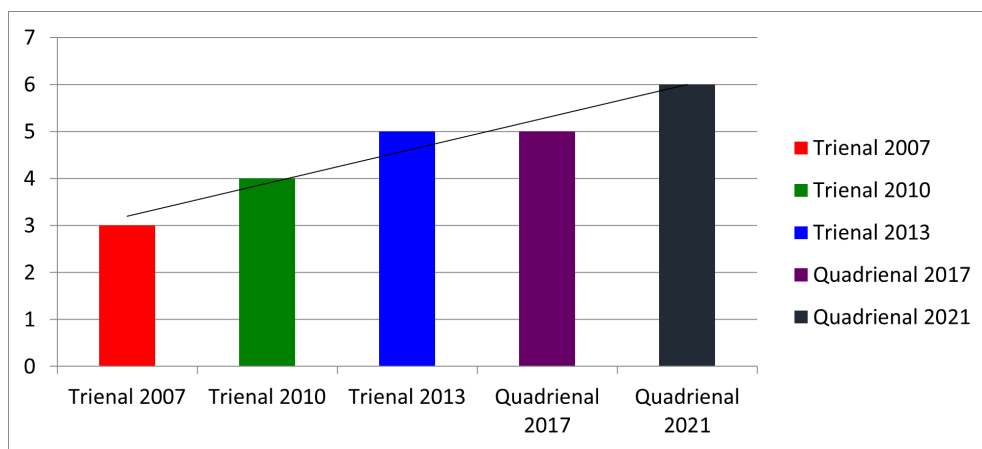
Finalmente, o Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciou suas atividades em 2004, com a primeira turma de mestrado.

O início das atividades do PPGPS mostrava seu potencial presente e futuro. A primeira turma – composta pelas alunas Andréza Alves Ferreira, Débora Sader, Fabiola Xavier Leal, Juliana Iglesias Melim, Maria Emilia Passamani, Raquel de Moura Barbosa e Sidnéia Bento Duque – já mostrava aspectos presentes ao longo da trajetória do Programa: perfil interdisciplinar das discentes, com predomínio do Serviço Social (57 %), e inserção na carreira docente ou na gestão de políticas públicas. Pode-se dizer que colaboramos com a formação de futuros docentes do próprio PPGPS.

O processo de consolidação do Programa pode ser expresso pelas avaliações trienais e quadrienais realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior, a Capes⁷⁵. Em sua trajetória, o PPGPS foi de Regular (nota 3), em sua aprovação – nota mínima para início de um PPG somente com mestrado –; passando para Bom (nota 4) na avaliação trienal 2007; depois, Muito bom (nota 5), na trienal 2013 e na quadrienal 2017; alcançando Excelente (nota 6), na quadrienal 2021 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução das notas do PPGPS (2004-2021)



Fonte: Capes (2022). Sistematizado pelas autoras.

Essa evolução é resultado de um percurso construído pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo, urdidos ao longo desse *continuum* de tempo. Muitas pessoas contribuíram nesse processo⁷⁶.

A missão do PPGPS é a formação discente internacionalizada e a produção do conhecimento de excelência; e seus objetivos, que veremos mais adiante, expressam como a missão será cumprida. Mas, no interior dessa missão, estrutura-se um percurso no qual a internacionalização foi pensada por meio de estratégias diversas: criação do doutorado; articulações dos grupos/núcleos de pesquisa; realização anual do Encontro de Política Social. A seguir, trabalharemos em cada uma dessas dimensões.

75 A escala avaliativa da Capes vai de 1 a 7, sendo: 3 (regular), 4 (bom), 5 (muito bom), 6 e 7 (excelente) – com notas 1 ou 2, o curso deve ser desativado.

76 Para conhecer mais a história, sugerimos o *Vídeo 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) – Ufes* (PPGPS, 2020).

O doutorado e a completude do PPGPS

Em 2011, a partir de uma avaliação das necessidades regionais do Espírito Santo, foi apresentada à Capes uma proposta de expansão do PPGPS, com a abertura do doutorado para março do ano seguinte. Informações coletadas com o Conselho Regional de Serviço Social – 17ª Região/ES demonstraram que em 2012 o estado contava com cerca de 4 mil assistentes sociais. Além disso, a procura pelo curso naquele momento aumentava gradativamente, sendo já um dos mais requisitados do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – no vestibular para ingresso em 2013, foram 8 candidatos por vaga para Serviço Social. Tais fatos confirmavam o acerto da Ufes ao criar tal curso, para formação de profissionais em uma área legitimada e agora amplamente requisitada no contexto da nova ordem econômica globalizada. Por outro lado, e confirmando o aumento da procura pela graduação em Serviço Social, verificava-se, na Grande Vitória, a criação de cursos dessa área em instituições privadas (Faculdade Salesiana, Univila, Faculdade Novo Milênio e Emescam), que ofereciam, em conjunto, cerca de 500 vagas por ano. Esse fato, ainda hoje, tem demandado a titulação do corpo docente de tais instituições em nível de doutorado.

Também o processo de municipalização das políticas sociais, colocado em prática a partir da promulgação da Constituição de 1988, consolidou a necessidade de ampliação do quadro de assistentes sociais nas Secretarias Municipais de Ação Social (ou equivalentes), para que fossem implementados a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e o Estatuto do Idoso, requerendo assim o aperfeiçoamento acadêmico desses profissionais.

A lei de regulamentação profissional dos assistentes sociais (Lei n. 8.662/93, de 7 de junho de 1993), aprovada nos anos 1990, na qual se definem as atribuições privativas dos integrantes da categoria, destaca, em seu artigo 4º, inciso II, o papel do assistente social de “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (BRASIL, 1993). A aprovação da nova lei, *pari passu* à formulação do novo Código de Ética Profissional (também em 1993), inicia a consolidação do projeto ético-político da profissão, criando a necessidade de aprimoramento da formação de seus integrantes, bem como de ampliação e aprofundamento do debate teórico. Em conjunto com essas transformações, a aprovação das Diretrizes Curriculares, em

1997, sinalizou para a oferta de educação continuada e para uma maior articulação entre os ensinos da graduação e da pós-graduação, objetivando fortalecer a dimensão investigativa da formação e da prática profissional.

A expansão do doutorado na área de Serviço Social e também no Sistema Nacional de Pós-Graduação ocorreu nos anos 2000-2001. Entretanto, em 2011, o número de PPGs com mestrado e doutorado nessa área ainda era menor que 50 % do total de PPGs no país. Em 2012, o Brasil contava com 14 PPGs no campo do Serviço Social com doutorado. Era preciso criar o doutorado do PPGPS, mas esse fazia parte de um esforço coletivo da área de Serviço Social.

O Programa de Pós-Graduação em Política Social consolidou-se no Espírito Santo e regiões vizinhas como um importante polo formador de profissionais críticos, com uma perspectiva interdisciplinar, recebendo da Capes, na avaliação trienal (2010-2012), a nota 5. Os processos seletivos para as turmas de mestrado e doutorado progressivamente registraram um aumento da procura pelo curso por estudantes de estados vizinhos, confirmando a importância do Programa para a formação continuada de quadros profissionais e de docentes das regiões, em particular, sul da Bahia e norte de Minas Gerais – estados que fazem fronteira com o Espírito Santo.

Entre 2004 e 2023, o PPGPS titulóu 167 mestres – brasileiras(os) e estrangeiras(os) – e 27 doutores. Os egressos estão hoje inseridos em instituições executoras de políticas públicas, na docência de instituições de ensino superior (públicas e privadas) e, ainda, alguns egressos do mestrado estão cursando doutorado no país (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina) e no exterior (Espanha).

Para assegurar o desenvolvimento das linhas de pesquisa, a integração com a graduação, o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros e a efetiva inserção social do Programa, a existência de núcleos temáticos, vinculados aos Departamentos de Serviço Social, de Economia e de Ciências Sociais e ao próprio PPGPS, é fundamental, realizando atividades regulares de pesquisa e extensão.

O PPGPS e a pesquisa: os Grupos/Núcleos Temáticos de pesquisa e extensão vinculados ao PPGPS

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social, os Núcleos Temáticos

[...] são instâncias pedagógicas do Departamento de Serviço Social que articulam o ensino, a pesquisa, a extensão e o estágio. Visam investigar situações concretas e produzir conhecimentos e instrumentais no âmbito de suas áreas de estudo permitindo a construção de respostas profissionais às questões que se apresentam (DSS, 2006, p. 15).

Os Núcleos/Grupos vinculados ao PPGPS são:

- a) Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi): desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para questões relativas ao envelhecimento, nos âmbitos interno e externo da Ufes. O Neeapi é responsável pela oferta do programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI). É um programa com reconhecimento nacional e recebedor de inúmeros prêmios pelo trabalho desenvolvido.
- b) Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps): reúne pesquisadores em torno das seguintes temáticas: movimentos sociais, democracia e participação popular. Articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo professoras(es) e estudantes da graduação e da pós-graduação, profissionais da área, movimentos sociais e organizações governamentais e não governamentais.
- c) Grupo Fênix – Grupo de Extensão, Estudos, Pesquisas em Análise de Políticas Públicas: dedica-se ao estudo e ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas a análise de políticas públicas, saúde mental, álcool e outras drogas. Os estudos são orientados pela preocupação em entender a conformação dessas políticas sociais nas sociedades capitalistas e a relação que se estabelece entre Estado e sociedade civil em cada contexto específico. Composto por docentes do DSS, discentes da graduação e da pós-graduação, e profissionais da área, o Grupo Fênix vem colaborando na difusão de conhecimentos nos campos da saúde mental e da luta antimanicomial.
- d) Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET): desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às seguintes áreas temáticas: o trabalho como elemento central na sociedade e as relações sociais que o determinam; políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Nos campos do ensino e da extensão,

desenvolve atividades formativas abertas à comunidade, como cursos de extensão e especialização; articula parcerias, capacitações e consultorias; realiza estudos e monitoramento de dados sobre mercado de trabalho, emprego, desemprego, proteção social e condições de trabalho. O núcleo foi fundado em 1998, vinculado ao Departamento de Serviço Social e a outras Escolas de Serviço Social.

- e) Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup): articula ensino, pesquisa e extensão, visando conhecer a realidade das juventudes do Espírito Santo.
- f) Grupo Interfaces: desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às seguintes áreas temáticas: gestão, controle e financiamento de políticas sociais; questões agrária, urbana e ambiental; trabalho da(o) assistente social e políticas sociais e urbanas.
- g) Grupo de Estudos dos Fundamentos da Política Social e do Serviço Social (Lótus): desenvolve projetos numa perspectiva de formação permanente, como o Projeto de Pesquisa sobre o Financiamento de Políticas Sociais no Espírito Santo. O grupo envolve ainda docentes, estudantes da graduação e da pós-graduação em atividades de leitura e discussão de textos sobre a temática proposta e demais temas correlatos. Outro projeto que busca o seu desenvolvimento com caráter permanente é o Projeto de Pesquisa sobre o Serviço Social e a Educação Popular. Ambos os projetos estão em sintonia com as nossas linhas de pesquisa, bem como com a nossa ementa. Nos próximos anos, buscaremos formalizar parcerias com demais grupos e núcleos de pesquisa com abrangências nacional e internacional. Outras frentes temáticas e pontuais serão ofertadas na modalidade de cursos, minicursos, palestras e manutenção de matérias em nossa rede social no Instagram.
- h) Grupo de Estudos Críticos em Processos Sociais: dedica-se aos estudos críticos dos processos sociais na sociedade capitalista, envolvendo seu desenvolvimento e suas crises em distintas dimensões, assim como as experiências em curso de construção de sociedades socialistas. Seus participantes fazem parte do Grupo de Trabalho “Crise e economia mundial”, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), e do Grupo de Trabalho “Financeirização da sociedade de economia política”.
- i) Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis: realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de divulgar, por meio da produção científica e de experiências formativas, suas pesquisas em torno da temática “trabalho” e suas transformações no capitalismo contemporâneo.

Todos os grupos mantêm formas de comunicação por mídia social. Tal estratégia possibilita outros meios de socialização de suas atividades.

O Encontro Nacional e Internacional de Política Social

Com a realização anual do Encontro Nacional e Internacional de Política Social, o PPGPS tem ofertado um espaço de reflexão e intercâmbio de conhecimento, com foco em temáticas vinculadas às linhas de pesquisa, abrangendo diversos debates, como a política social em face das transformações do Estado no mundo hoje, o capitalismo contemporâneo e a mobilidade do capital, bem como as lutas sociais e as formas de resistência contemporâneas. Até 2023, haviam sido realizadas dezesseis edições nacionais e oito internacionais, com financiamento da Capes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – pelo Edital ARC – e também da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

O evento se constitui, assim, em um espaço importante de inserção social e educacional do PPGPS, por sua regularidade, por sua abrangência, pela qualidade dos convidados e pelos debates profícuos que proporciona. Tem também possibilitado articulações nacionais e internacionais, bem como a divulgação e a socialização do conhecimento produzido pelos Programas de Pós-Graduação.

A Argumentum

A *Argumentum* é um periódico científico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social. Criado em 2009, foi uma publicação semestral até 2015, passando à quadrimestralidade a partir do ano seguinte. É o primeiro periódico do estado do Espírito Santo a alcançar a maior avaliação, A1, no Qualis, o sistema de classificação de periódicos da Capes. De natureza acadêmica, possui caráter interdisciplinar e propõe-se a publicar pesquisas, artigos e discussões nos eixos Política social, Estado e Sociedade e suas diversas interações. Também abre espaços a outros trabalhos de relevância para a temática, segundo as Políticas de Seção. A missão da revista é ser um periódico de excelência na área de Serviço Social por meio da publicação de pesquisas, artigos e discussões nos eixos supracitados.

Só quem se aventura no desafio de editar um periódico científico sabe os desafios aí presentes. E a *Argumentum*, quando criada, enfrentou algumas barreiras. A primeira delas foi criar esse periódico 100 % *on-line*, o que resultou numa articulação na Universidade para a criação do portal de periódicos da Ufes.

O segundo grande desafio foi a luta diária para consolidar o periódico. E isso envolvia ações de editoria e editoração. Um(a) editor(a) requer tempo e treinamento para se familiarizar com os diferentes *softwares* e com as exigências de indexadores nacionais e internacionais. Mas requer também uma equipe de editoração, cujos custos são significativos, mais ainda quando não se tem recursos para tal. Então, somente após treze anos da *Argumentum*, o periódico foi contemplado com o financiamento da Fapes.

Até julho de 2023, a *Argumentum* possuía 3.421 leitores, 2.169 autores e 1.121 avaliadores. Na quadrienal 2021, foi o segundo periódico que mais publicou artigos da área – ficando atrás apenas da *Revista de Políticas Públicas do Maranhão* (SANTANA; MIRANDA, 2022). Outro aspecto a se destacar é a diversidade de áreas de conhecimento publicadas na *Argumentum* – 15, no total.

Por fim, nem tudo são flores. Recebemos 139 artigos/ano e nossa taxa de aprovação é apenas de 11 %. Isso reflete vários aspectos que requerem problematizações futuras. O fluxo de acesso ao *site* varia entre 600-900 por mês. E esse é um indicador baixo, considerando o potencial de leitoras(es) da área de Serviço Social. Além disso, a mediana de índice h5 (Google acadêmico) é 14 e a média de citações é 0,41 (https://app.dimensions.ai/discover/publication?or_facet_source_title=jour.1148855). Esse indicador expressa outra dimensão importante: o quanto os textos têm sido citados por outras(os) autoras(es). Por fim, a revista tem uma página no Facebook e busca alcançar maior visibilidade pelas redes sociais.

A ousadia de ser o primeiro PPG do estado do Espírito Santo com nota 6: o momento atual com seus desafios para o futuro

Em 2022, o Programa de Pós-Graduação em Política Social recebeu nota 6 (Excelente) na avaliação da Capes. Como um indicador de excelência, o relatório indicava:

[...] o corpo docente permanente do PPG da Ufes demonstra muito boa qualidade e envolvimento em relação às atividades de formação do Programa. [...] Avalia-se que a produção destacada e as experiências relatadas do PPG atendem aos requisitos relacionados ao impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do Programa e contribuem para a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento e como profissão, com vistas a propor soluções para dar respostas às expressões da questão social, por meio de processos formativos e interventivos inovadores. Avalia-se que o PPG da Ufes atende de forma muito boa às orientações do referido documento e aos critérios referentes às atividades formativas e interventivas, com envolvimento de público externo à academia. Quanto às dimensões de internacionalização e inserção (local, regional, nacional) avalia-se que o PPG da Ufes apresenta um excelente processo de internacionalização e inserção local, regional e nacional (CAPES, 2022, p. 19).

Juntamente com a nota recebida, duas constatações: éramos o único Programa de Pós-Graduação da Ufes com nota 6 (o outro PPG era em rede); e o lugar alcançado pelo Programa era uma surpresa para muitos – mas não para nós. Como um caminho urdido coletivamente, foram muitos anos, muitas lutas, muitas pessoas que construíram essa nota. Entre essas múltiplas ações, destacamos as parcerias nacionais e internacionais que possibilitaram a captação de importantes recursos para o financiamento do PPGPS. Entre as agências, destacamos o crescente papel da Fapes e da Capes.

Por isso, terminamos como começamos: “Se queres ir rápido, vais sozinho. Se queres ir longe, vais acompanhado” (provérbio africano). Nossa opção foi ir longe.

Referências

- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jun.

1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de avaliação**. Plataforma Sucupira. Brasília, DF, [Documento de acesso restrito], 2022.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentes-Sociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- CFESS (org.). Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Brasil: Mestres e Doutores 2019**. Brasília: CGEE, 2020. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- DSS. Departamento de Serviço Social. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social: reestruturação curricular da graduação**. Vitória: DSS, 2006. Disponível em: https://servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/projeto_pedagogico_do_curso_de_servio_social_-_versao_2002.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.
- GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000200155&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2023.
- PPGPS. Programa de Pós-Graduação em Política Social. **Vídeo 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) – Ufes**. Youtube, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2qpPk3pC7s4&t=105s>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- SANTANA, Joana Valente; MIRANDA, Leonardo Costa. Produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro: resistências do pensamento crítico e dialético. **Temporalis**, v. 22, n. 44, p. 169-188, 2022.

A histórica relação do curso de Serviço Social da Ufes com a Abepss

Eugênia Célia Raizer

Introdução

O resgate da história da formação profissional dos assistentes sociais no Espírito Santo revela os desafios dos caminhos percorridos, que se expressam concretamente nas relações sociais vivenciadas tanto individualmente, por professores e estudantes, quanto coletivamente, como categoria representada nas organizações profissionais. O presente artigo busca resgatar o protagonismo e a participação do curso de Serviço Social da Ufes, no período de 1973 a 1991, no que diz respeito ao processo de formação profissional, em especial trazendo à memória como se deram os vínculos e as articulações em nível nacional – com a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) e com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss) – e em nível internacional – com a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets) e com o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats).

A Abess no tempo

Nos processos coletivos de organização e lutas do Serviço Social brasileiro, a Abess⁷⁷ é a entidade de natureza acadêmico-científica mais antiga no país, criada com o propósito de aprimorar o ensino, sinalizando desde os primeiros cursos implantados no país a importância da organização para essa área. Até o final dos anos 1970, existiam no Brasil 49 cursos de Serviço Social, dos quais 37 eram associados à Abess (WANDERLEY, 2012, p. 106). Já no início da década de 80, verifica-se a expansão dos cursos de graduação, seguida da explosão dos cursos de Educação a Distância (EaD), predominantemente de natureza privada (estima-se, hoje, em 300 o número desses cursos espalhados pelo país). A Abess só admite a filiação de unidades de ensino na modalidade presencial e filiação individual. Atualmente, a Associação conta com 76 unidades de ensino filiadas, conforme demonstra o quadro a seguir. Os regionais da Abess, no geral, seguem a distribuição geográfica brasileira dos estados.

Quadro 1 – Total de Unidades de Ensino de Serviço Social (Uess) filiadas à Abess, segundo a região (Brasil 2023)

Regional	Estados	Total de Uess
Norte	Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins	7
Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte	15
Leste	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro	15
Sul I	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná	17
Sul II	São Paulo, Mato Grosso do Sul	18
Centro-Oeste	Distrito Federal, Mato Grosso, Goiás	4

Fonte: Site da Abepss – maio de 2023.

⁷⁷ Criada em 1946 por um grupo de assistentes sociais da Escola de Serviço Social de São Paulo, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social passou a denominar-se, em 1973, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social; e, em 1998, passou a ser designada como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Coincidem no tempo a implantação do curso de Serviço Social na Ufes, em agosto de 1971, e o desenvolvimento de processos organizativos acadêmicos e políticos vivenciados pelo Serviço Social brasileiro, que, segundo Paulo Netto (1996), indicavam uma intenção de ruptura com o então Serviço Social Conservador⁷⁸. Essa tendência encontra referência no processo de rearticulação da sociedade civil brasileira e no Movimento de Reconceituação⁷⁹, através do qual se colocava a exigência da revisão conceitual do Serviço Social latino-americano e, em alguns espaços, do Serviço Social brasileiro, bem como de uma definição do posicionamento político-ideológico da profissão. A Abess, a partir de 1975, “em suas Convenções Nacionais, impulsiona e dinamiza o processo de discussão e redefinição do currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” (YAZBEK, 1984, p. 32).

Na conjuntura dos anos 1970, outros determinantes considerados fundamentais que impulsionaram a mudança na formação profissional dos assistentes sociais brasileiros foram a federalização das Escolas de Serviço Social⁸⁰, a criação da pós-graduação *stricto sensu* na área⁸¹ e também a mobilização da categoria, visando à

78 A adequação da profissão às exigências postas pelos processos sociopolíticos que emergiram após 1964 teve como núcleo central a utilização de aportes extraídos do estrutural-funcionalismo norte-americano, sem questionar a ordem sociopolítica.

79 Um dos primeiros marcos do Movimento de Reconceituação, no Brasil, foi o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre (RS), em 1965 (PAULO NETTO, 1996).

80 No contexto da Reforma Universitária de 1968, foram federalizadas as antigas Escolas de Serviço Social de Belém (PA), de São Luís (MA), de Fortaleza (CE), de Natal (RN), de Recife (PE), da Paraíba, de Niterói (RJ), de Florianópolis (SC) – hoje, Departamentos de Universidades Federais (JUNQUEIRA, 1980). O curso da Ufes foi criado considerando esses fatos.

81 Em 1971, iniciam-se as atividades do curso de mestrado em Serviço Social da PUC-SP; um ano depois, em 1972, da PUC-RJ (BAPTISTA; RODRIGUES, 1992) – em ambos os cursos, as(os) mestrandas(os) eram em sua maioria professoras(es) oriundas(os) das Escolas de Serviço Social de vários estados do Brasil. Como já citado no presente livro, Maria Helena Rauta Ramos foi a primeira docente do curso de Serviço Social da Ufes a fazer o mestrado da PUC-RJ. O espaço do mestrado possibilitou, entre outros aspectos, o intercâmbio de experiências, o acesso a novas literaturas, especialmente latino-americanas do Movimento de Reconceituação, e o debate político entre mestrandas(os) das questões emergentes na sociedade brasileira (BRAVO, 2009).

reativação de entidades sindicais de assistentes sociais e à criação de entidades pré-sindicais em todo o país⁸².

Seguindo nessa linha de raciocínio, esse resgate histórico coloca o desafio de considerar o paradoxo entre a proposta de criação do curso da Ufes e o seu processo de implantação. A proposta de criação respeitava a grade curricular de 1970, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), e obedecia a uma padronização do sistema de Unidades Básicas da Ufes, que estava sendo reestruturado⁸³, não obstante ser baseado em estudos sobre as conjunturas estadual e nacional, que apontavam novas possibilidades de atuação da(o) assistente social no Espírito Santo⁸⁴. Enquanto isso, o processo de implantação nos dez primeiros anos do curso se deu em meio a um amplo debate nacional sobre: avaliação da formação profissional; proposição de uma nova grade curricular; produção de conhecimentos; trabalho e organização política da(o) assistente social – pautas que contribuíram para a construção de um projeto coletivo que passou a ganhar hegemonia na Abess, no Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e na Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), na década de 1980⁸⁵.

Em 1973, o curso de Serviço Social da Ufes esteve representado na Assembleia Geral e XVIII Convenção Nacional da Abess, em São Luís (MA), pela professora Maria Helena Rauta Ramos, oportunidade em que tomou conhecimento de novas propostas de escolas de Serviço Social, entre elas a experiência da PUC-MG,

82 No Espírito Santo, as professoras Ana Maria Petronetto Serpa, Maria de Lourdes Frizzera e Elizete Cardozo integraram o grupo de criação da Associação Profissional de Assistentes Sociais (Apas).

83 Em 1978, o Conselho de Ensino e Pesquisa aprovou alterações que considerava uma estrutura de ciclo básico e ciclo profissionalizante de todos os cursos da Ufes. A partir de 1979, começou a ser implantado uma segunda proposta curricular com as adaptações exigidas e a introdução de algumas disciplinas do ciclo profissionalizante.

84 Segundo registros, a Comissão que elaborou o projeto de criação do curso de Serviço Social da Ufes considerou propostas curriculares de algumas universidades de referência, visitando, no Rio de Janeiro, a PUC-RJ, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Gama Filho.

85 Essas pautas tiveram visibilidade e ganharam espaço nos diversos eventos e lutas que marcaram meados dos anos 1970, os anos 1980 e que vão culminar nos anos 90, com a proposição de uma nova matriz curricular, a reformulação na estrutura da própria entidade (fusão de Abes/Cedepss/Pós-Graduação), entre outras mudanças que vêm marcando a ação da entidade até o tempo presente.

liderada pela professora Leila Lima Santos⁸⁶. Nessa Assembleia, foi aprovada uma mudança estatutária que marcou o início do processo de democratização da entidade, tornando-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – antes, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Com essa alteração, abriu-se à participação de docentes e estudantes do curso filiados país afora – até então, o direito a voto na Assembleia Geral e na Convenção era restrito a diretoras(es) das Unidades de Ensino de Serviço Social (Uess).

Dois anos depois, já em 1975, a edição XIX da Convenção Nacional, em Piracicaba (SP), marcou o início de um processo de discussão do projeto acadêmico curricular do Serviço Social brasileiro. A Ufes esteve representada pela professora Eugênia Célia Raizer, que buscou ampliar o conhecimento sobre as experiências de outras Uess e articular-se com professores mais progressistas que participavam do processo organizativo dos assistentes sociais em nível nacional. Ali, foi colocada para as Uess a tarefa de produzir, até a próxima convenção, uma nova proposta de currículo, que superasse a proposta até então vigente, aprovada em 1970 pelo CFE, e que apresentasse alternativas unificadoras das disciplinas Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

Por várias razões, a XX Convenção da Abess, em Belo Horizonte (MG), em 1977, não apresentou avanços na formalização de uma nova proposta curricular. A Convenção, cuja responsabilidade de organização foi da PUC-MG, contou com pouca participação das escolas. A própria PUC-MG vivia uma crise interna em face de mudanças na orientação acadêmica do curso, com demissão das professoras que lideravam a chamada “experiência de BH”. Nesta edição, o Departamento de Serviço Social da Ufes foi representado pela professora Marlene Simonetti Garcia.

Já na XXI Convenção Nacional, de 1979, em Natal (RN), as Uess deram conta da tarefa de elaborar uma nova proposta curricular, e várias escolas, entre elas a Ufes, levaram contribuições. Nesse evento, a Abess aprovou a nova proposta de Currículo Mínimo do curso de Serviço Social, que foi encaminhada ao CFE, cuja aprovação ocorreu em 1982, pela Resolução n. 6, de 26 de setembro de 1982.

86 No início dos anos 1970, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) contou com um grupo de professores vinculados à perspectiva da Reconceituação Latino-Americana.

O ano de 1979 foi marcado fortemente pelas iniciativas de organização política das(os) assistentes sociais brasileiras(os), com forte impacto na formação profissional. Além da Convenção Nacional da Abess, representantes do curso da Ufes estiveram presentes nos principais eventos daquele ano, que foram:

1. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo (SP), o chamado “Congresso da Virada”, quando as entidades sindicais, sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), intervieram politicamente, mudando o caráter do evento (ABRAMIDES, 2012)⁸⁷.
2. II Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), realizado em Salvador (BA), com o tema “Serviço Social: formação profissional e intervenção na realidade”, ocorrido no bojo do processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em um esforço do movimento estudantil em participar, juntamente com outras organizações e movimentos, das lutas democráticas para garantir direitos políticos e sociais e ampliar as discussões em torno da formação profissional.
3. XXI Convenção e Assembleia Geral da Abess, realizada em Natal (RN), pela primeira vez contando com a participação de estudantes de Serviço Social, uma conquista do movimento estudantil – representando a Ufes, participou, além da professora Eugênia Célia Raizer, a estudante Vanda de Aguiar Valadão. Na disputa política para composição da gestão 1979-1981⁸⁸, estabeleceu-se como critério para composição da nova diretoria representantes das escolas mais afinadas com as discussões da nova proposta curricular.

87 No que diz respeito ao III CBAS e seu momento de ruptura, é necessário destacar a realização prévia do I Encontro de Capacitação Continuada, por iniciativa do Celats, no Rio de Janeiro – que foi estratégico para o momento de “virada” do Congresso –, assim como a realização de dois encontros em Belo Horizonte para a criação da Ceneas (PINHEIRO, 2012). Uma das participantes do encontro foi a professora Maria Helena Rauta Ramos, que mantinha articulação e comunicação sistemática com o grupo da Ufes.

88 O Regional Nordeste, através do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, foi escolhido para sediar a nova diretoria nacional (1979-1981), e a representante da Ufes foi eleita para o cargo de suplente de tesouraria.

Com a representação do curso de Serviço Social da Ufes na diretoria nacional da Abess (gestão 1979-1981), intensificaram-se a comunicação e a participação de professores e alunos em eventos nacionais e internacionais⁸⁹. Nesse sentido, destacamos a Semana de Serviço Social, evento estadual realizado, desde 1975, em parceria com o Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras) e com o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, oportunidade de reflexão crítica entre professores, estudantes da Ufes e intelectuais de outras áreas profissionais, e de capacitação dos profissionais da prática. Deve-se destacar a disponibilidade do Departamento em sediar eventos da Abess e da Enesso como estratégia de intercâmbio de experiências e de ampliação da participação do coletivo do curso.

Um desses eventos de maior significado foi a XXII Convenção Nacional e Assembleia Geral da Abess, realizada em Vitória, em 1981, cujo tema foi “A prática na formação profissional”. A Convenção⁹⁰ foi cenário de uma profunda alteração na estrutura e organização política da Abess, com a mudança do estatuto no que se refere à composição da diretoria e da própria Assembleia Geral. Além dos diretores ou coordenadores de cursos das Uess, foram aprovados a paridade da representação na diretoria e o direito de voz e voto de professoras(es), de estudantes e de supervisoras(es) de campo ou professoras(es) da prática na Assembleia Geral. Essas foram medidas que impactaram a base social da entidade, trazendo para o debate e para as deliberações outros atores igualmente importantes no processo de formação profissional.

Na caminhada da organização acadêmico-política do Serviço Social, a partir dos anos 1980, coube à gestão 1981-1983, sob a liderança da professora Josefa Batista Lopes e da equipe da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a redefinição da Abess como espaço de formação, no sentido mais profundo do termo: formação acadêmica, política e ética. O Departamento de Serviço Social da Ufes assumiu a vice-presidência do Regional Leste.

89 Um desses eventos internacionais foi o IX Seminário Latinoamericano de Trabajo Social, realizado em Caracas, Venezuela. Ali foi introduzido o debate sobre as políticas sociais no âmbito do Serviço Social latino-americano. Estavam presentes docentes da América Latina e de diversas Uess do Brasil, entre elas as professoras Potyara Amazoneida Pereira Pereira, da UnB, e Maria Inês de Souza Bravo, da UFRJ, parceiras do Departamento de Serviço Social até os dias atuais.

90 Ali estiveram presentes, como convidadas da Abess, pela primeira vez no Brasil, a presidente da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), Eddy Jiménez, e sua vice-presidente e secretária-geral do Celats, Nydia Maria Castello de Züniga.

A gestão 1981-1983 começou a realizar outros eventos referentes ao ensino de graduação e à pesquisa, além das Convenções Abess⁹¹. O amplo movimento iniciado em todo o Brasil para dar uma nova orientação à formação profissional foi assegurado pela realização do projeto de investigação-ação denominado “Formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas (1982-1985)”, apresentado em 1982 no I Encontro Nacional de Ensino do Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro (RJ). A referida pesquisa foi coordenada pelas professoras Alba Maria Pinho de Carvalho, da UFMA, e Marilda Villela Iamamoto, da PUC-SP.

Marcando o início da construção coletiva para a inclusão da pesquisa na agenda permanente da Abess e a sua indissociabilidade com o ensino e a extensão, em março de 1982, foi realizado, em São Luís (MA), o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Assim, a Abess toma a iniciativa de começar a dar visibilidade aos núcleos/grupos de pesquisas existentes no Brasil, a professoras(es) pós-graduandas(os) em Serviço Social (mestres e doutores) e, de forma incipiente, à divulgação sobre os primeiros financiamentos de pesquisa pelo CNPq⁹².

Os avanços dos processos organizativos em nível nacional fortaleceram algumas das realizações e dos olhares que o curso de Serviço Social da Ufes vinha realizando. O Departamento participou da investigação-ação supracitada, desenvolvendo ações em nível local com a participação de professoras(es) e alunas(os) e a assessoria técnica da Abess (UFES, 1985). Ainda em 1982, a Ufes sediou o V Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), que teve como tema “O Estado e a política social e a intervenção do Serviço Social: relação teoria x prática”.

Em nível internacional, as articulações entre o curso de Serviço Social da Ufes e Alaets/Celats se deram no início dos anos 1980. Na ocasião, o professor Seno Cornely, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), presidia a Alaets e a professora Leila Lima Santos, ex-diretora do curso de Serviço Social da PUC-MG, era diretora do Celats. A aproximação institucional do curso com esses organismos se deu por meio do Celats, com a participação das professoras Ana Maria

91 Desde a sua criação, em 1946, até 1982, o calendário de eventos nacionais da Abess compreendia as Convenções Nacionais e Assembleia Geral bianuais, e os Encontros Regionais.

92 A partir de reivindicações de profissionais e da participação da Abess, em 1978, o CNPq abriu espaço ao Serviço Social, reconhecendo-o como uma área específica de saber.

Petronetto Serpa e Eugênia Célia Raizer no Curso de Política Social⁹³, no Encontro prévio à Assembleia Geral da Alaets e na própria Assembleia Geral da Alaets, eventos realizados em São Paulo (SP), no período de 8 a 17 de julho de 1980. No Encontro prévio e na Assembleia Geral da Alaets, também participou Rosa Helena Stein, estudante do curso de Serviço Social da Ufes, que foi indicada pelo movimento estudantil brasileiro e eleita como representante estudantil na Junta Diretiva da Alaets.

Em 1983, foi realizado em Vitória, na Ufes, o “Seminário Taller de análise da prática profissional”, sob a orientação da coordenação acadêmica do Celats e da representação estudantil na diretoria da Alaets.

Na XXIII Convenção Nacional e Assembleia Geral, realizada em João Pessoa (PB), o curso de Serviço Social da Ufes participou da gestão 1983-1985 – a professora Alacir Ramos Silva integrou a diretoria nacional como tesoureira. No período, a Abess assumiu como desafio dar continuidade à implantação do currículo aprovado em 1982. Em nível nacional, avançaram na articulação com a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (CNE), o CFAS e a Ceneas, iniciando a construção de uma agenda comum. Em nível local, passou-se a realizar o Congresso Estadual de Assistentes Sociais, promovido por Cras, Sindicato dos Assistentes Sociais e Departamento de Serviço Social⁹⁴. Em 1984, a Abess promoveu o II Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, na PUC-SP.

A gestão da Abess no curso de Serviço Social da Ufes

Na gestão 1985-1987, um grupo de professoras⁹⁵ do Departamento de Serviço Social assumiu a diretoria nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço

93 O curso promovido pelo Celats com as novas lideranças da categoria centrou-se nos temas “Estado, instituições e políticas sociais” (BRAVO, 2009).

94 O Congresso Estadual preparatório do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais observava principalmente o calendário da Ceneas.

95 Eugênia Célia Raizer (presidência), Ana Maria Petronetto Serpa (secretaria), Maria Madalena do Nascimento Sartim (tesouraria), Maria de Lourdes Frizzera e Vanda de Aguiar Valadão (assessoria técnica). Como suplente da presidente, foi eleita a professora Maria Inês de Souza Bravo, da UFRJ.

Social (Abess), no momento em que já estava implantado o novo currículo nas diferentes unidades de ensino. A nova diretoria nacional foi eleita na XXIV Convenção da Abess, que ocorreu em Niterói (RJ). A prioridade inicial foi fortalecer o movimento de reflexão-ação sobre a formação profissional de assistentes sociais em todo o Brasil, mobilizando as unidades de ensino públicas e privadas e as Regionais da Abess.

Dando continuidade à política de trabalho que vinha sendo desenvolvida pela própria Abess em nível nacional, realizou-se, em Vitória, o II Encontro Nacional de Ensino de Serviço Social, que teve como tema “Avaliação da formação profissional do assistente social: implantação e desenvolvimento do currículo”. Nesse evento, foram comemorados os 40 anos de criação da Associação.

Olhando em retrospectiva, pode-se dizer que a bandeira daquele momento foi “Abess em movimento”. A superação de dificuldades relacionadas ao tamanho continental do país e à lentidão da comunicação entre direção da entidade e Unidades de Ensino de Serviço Social – já que não havia internet – se deu por meio de uma estratégia de participação e mobilização de cada unidade de ensino, de cada região e de todo o país, todos unificados pelo processo de reflexão sobre o desafio da formação de assistentes sociais para o Brasil e adequações curriculares, cuja direção social foi sendo construída no debate coletivo.

Sediar uma entidade nacional do porte da Abess, em 1985, demandou para a diretoria e para o curso de Serviço Social da Ufes novos desafios. Inicialmente, destacam-se a implementação da articulação política e programática, em nível nacional, com as entidades organizativas do serviço social: CFAS e Anas – principalmente na realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. No que se refere à proposta de formação profissional que orientava o currículo implementado pela Abess, é importante ressaltar a disputa política de confrontos teóricos em torno das diretrizes curriculares. Sobre a luta para mudar os conceitos, elementos e diretrizes desse currículo, Lopes (2012, p. 65) diz que “o que tivemos foi uma espécie de versão menor do que aconteceu no Congresso, reunindo a categoria”.

No decorrer do processo de implantação das diretrizes curriculares construídas coletivamente, aprovadas pelo CFE em 1982, as contradições e disputas pela hegemonia do projeto ético-político da formação profissional não acabaram; ao contrário, ampliaram-se. Nesse sentido, as demandas para a gestão foram além da

organização acadêmico-política, mas também de realizações de ações concretas de natureza administrativo-financeira⁹⁶.

Em face da ausência de um planejamento técnico-administrativo e de condições de sustentabilidade da Abess, a diretoria se empenhou em buscar soluções de autofinanciamento e de apoio na própria Ufes. A tesoureira nacional, Maria Madalena do Nascimento Sartim, iniciou, em parceria com o curso de Biblioteconomia da Ufes, a digitalização do arquivo nacional da Abess⁹⁷ e elaborou uma política interna de ações corretivas de um sistema contábil de cobrança de anuidades, de prioridade de gastos e outros. A secretária nacional, Ana Maria Petronetto Serpa, organizou, entre outros, um sistema de correspondência com as Uess – utilizando a “mala direta” da Ufes – e a produção de material gráfico (logomarcas, timbrar papel etc.), além de retomar a elaboração do “Boletim Abess”, iniciado na gestão 1981-1983.

Uma forma de aproximar a Associação das Uess foi a publicação dos debates e produções da entidade e de seus membros, por meio dos *Cadernos Abess*, em parceria com a Cortez Editora. A professora Ana Maria Petronetto Serpa, além da secretaria nacional da Abess, passou a integrar o Conselho Editorial da revista, juntamente com professoras(es) de diversas unidades de ensino do Brasil. A primeira edição, com o tema “O processo de formação profissional do assistente social”, foi publicada em outubro de 1986. Conforme quadro a seguir, até 1998 foram publicados oito números dos *Cadernos Abess*, sendo a gestão 1985-1987 diretamente responsável pela publicação das duas primeiras edições⁹⁸.

96 A Ufes, através do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, designou espaço físico, móveis e equipamentos para a secretaria nacional da entidade. Agradecemos à Ufes, ao CCJE e ao Departamento pelo apoio que não faltou em nenhum momento.

97 Ao longo da sua existência, a Abess vinha sendo sustentada pelas anuidades das escolas filiais e pelo apoio da universidade que assumia a direção. O arquivo guardado em armários de aço, ao longo dos anos, ficou sob guarda dos diretores, muitas vezes nas próprias residências, e era transportado a cada mudança de gestão.

98 Posteriormente, com a criação do Cedepss, a secretaria do *Cadernos Abess* permaneceu na Ufes até a edição de número 4, que teve como tema o “Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional”.

Quadro 2 – Relação de *Cadernos Abess* (por número, tema e ano de publicação)

Número	Tema da publicação	Ano
1	O processo de formação profissional do assistente social	1986
2	Educação popular	1988
3	Metodologia do Serviço Social	1989
4	Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional	1991
5	Produção do conhecimento e o Serviço Social	1992
6	Produção científica e Serviço Social	1993
7	Formação profissional: trajetórias e desafios (Edição especial)	1993
8	Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social	1998

Fonte: Site oficial da Abepss.

O *Cadernos Abess* deu início à política de publicações da Associação, instituindo um canal de divulgação de conteúdos científicos da entidade, fazendo jus ao seu estatuto acadêmico. Na gestão Abepss 1998-2000, o *Cadernos Abess* teve descontinuidade. No ano 2000, foi criada a revista *Temporalis*, com publicação semestral.

Prosseguindo com o esforço de democratização e de politização, a Abess, em parceria com Alaets/Celats/CFAS e com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), promoveu em junho de 1986, em Salvador (BA), o “Seminário nacional sobre movimentos sociais, educação popular e Serviço Social”, preparatório ao Encontro prévio da Alaets e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social, “representando o primeiro grande esforço das diferentes instâncias organizativas do Serviço Social no Brasil frente à problemática latino-americana” (CADERNOS ABESS, 1988, p. 3).

Essa nova gestão também ampliou o calendário de eventos para além das Convenções, promovendo encontros nacionais de pós-graduação, graduação e pesquisadores, seminários nacionais sobre o projeto pedagógico, além dos encontros e reuniões nacionais e regionais. As diretorias da Abess que se seguiram continuam, até hoje, aprofundando a construção dessa prática de gestão da associação.

Os desafios mais emblemáticos enfrentados pela gestão 1985-1987 foram a definição do papel e do lugar da pesquisa na formação profissional da(o) assistente

social⁹⁹ e a incorporação dos programas de pós-graduação¹⁰⁰ (mestrado e doutorado) na estrutura da Abess. Essas foram respostas ao esforço, feito ao longo da história, no sentido de que o Serviço Social se constituísse como campo de produção de conhecimento, institucionalizado e reconhecido pelos órgãos de fomento à pesquisa – o CNPq demandava a existência de um interlocutor institucional reconhecido na área do Serviço Social com o qual pudesse dialogar. Mas também que esse esforço não significasse uma dicotomia entre graduação e pós-graduação, na organização de entidades separadas desses níveis de ensino e de produção de conhecimento. Essa polêmica esteve presente e foi de fato um embate travado entre Abess e a maioria dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, que defendiam a criação de uma entidade própria¹⁰¹.

A gestão 1985-1987, que assumiu a Abess em meio à citada polêmica, procurou encontrar soluções para o embate no interior da própria entidade. Em maio de 1986, no Rio de Janeiro, realizou o I Encontro Nacional de Ensino de Pós-Graduação em Serviço Social.

Ainda em 1986, com apoio da PUC de Campinas (SP), a Abess promoveu, nesta cidade, o III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, com uma primeira definição de eixos temáticos para nuclear/organizar a inscrição e a apresentação dos trabalhos, concebendo a pesquisa como “elemento chave na concretização dos princípios e diretrizes da formação profissional”, conforme Cardoso (1998, p. 30).

O grande número de inscritos e a pressão de pessoas interessadas em participar do Encontro sem estarem inscritas, principalmente estudantes, surpreenderam a

99 Nas Diretrizes Curriculares da nova proposta curricular de formação profissional, elaborada pela Abess em 1979, cujo projeto final foi aprovado em 1982, a pesquisa já é incluída como matéria básica na graduação, desafio posto também aos programas de pós-graduação, em que a pesquisa é prioridade. Para Cardoso (1998, p. 27), a pesquisa “se constitui num dos princípios e numa condição. Portanto, a formação de uma postura investigativa permanente é uma exigência fundamental que deve perpassar todo o processo da formação profissional”.

100 Como já dito anteriormente, o primeiro curso de mestrado em Serviço Social foi criado na PUC-SP em 1971, seguido da PUC-RJ, em 1972. Até os anos 1980, os programas de mestrado estavam concentrados na Região Sudeste; entre os anos 80-90, deu-se um acelerado processo de criação de novos cursos nas diversas regiões do Brasil.

101 Professores de Programas de Pós-Graduação mobilizaram-se para criar uma Associação Nacional de Pós-Graduação em Serviço Social, desvinculada da Abess, mas a iniciativa não teve êxito.

organização do evento e impuseram a necessidade de modificações no espaço físico e ajustes na programação. Os participantes do Encontro, especialmente professores, mestrandos e doutorandos em Serviço Social, reafirmaram a necessidade de mudanças para futuros encontros de pesquisa e nas finalidades da Abess, a fim de incorporar a demanda por um espaço específico de debate e reflexões da pós-graduação e da pesquisa, em nível nacional. A sugestão foi pela criação de um organismo acadêmico, similar ao arranjo Alaets/Celats.

A diretoria da Abess organizou então um Grupo de Trabalho (GT) nacional formado por professores convidados, que estiveram reunidos em Vitória (ES), no primeiro semestre de 1987, para elaborar a proposta de criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss), enquanto órgão acadêmico da Abess. A referida proposta foi apresentada na XXV Convenção Nacional da Abess, em Fortaleza (CE), em setembro daquele mesmo ano, que elegeu a primeira Diretoria Executiva e Conselho Diretivo do Cedepss para a gestão 1987-1989¹⁰². As professoras do curso de Serviço Social da Ufes, que deixavam a direção nacional da Abess, assumiram a Diretoria Executiva do Cedepss.

Abess/Cedepss: novos desafios

A criação do Cedepss, em 1987, como organismo acadêmico da Abess, representou um grande desafio, considerando a trajetória e o protagonismo político e acadêmico da própria Associação. Convém lembrar o acúmulo e as contradições do processo de implementação do Currículo Pleno em curso nas unidades de ensino, apontando para a maturidade de um novo perfil acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil.

A proposta de criação do Cedepss, feita à época, continha, além do estatuto, as definições de campo temático, estratégia de ação, nos termos descritos a seguir. O Cedepss (1987) concebe como seu campo temático:

102 O Conselho Diretivo do Cedepss (gestão 87-89) foi formado por Alba Maria Pinho de Carvalho (UFMA), Marilda Villela Iamamoto (Uerj), Nobuco Kameyama (UFRJ/PUC-SP), além da presidente da Abess, Justina Iva de Araújo Silva (UFPB), e da secretária executiva do Cedepss, Eugênia Célia Raizer (Ufes).

a relação dialética entre a gênese, constituição e desenvolvimento do Serviço Social e a gênese, constituição e desenvolvimento da questão social do capitalismo, ou seja, a formação e funcionamento do mercado de trabalho e a reprodução econômica, social e política da classe trabalhadora (p. 1).

Esta concepção do campo temático de pesquisa em Serviço Social e Política Social requer uma compreensão multidisciplinar das Ciências Sociais e reconhece a questão social como um produto da dinâmica de desenvolvimento da sociedade e da configuração de suas classes sociais. Reconhece as Políticas Sociais e o Serviço Social como produto da ação dessas forças sociais nas esferas econômica, política, cultural, ideológica e social. Reconhece-os ainda como um processo social resultante da ação das forças sociais hegemônicas e subordinadas que, apesar de um produto da sociedade global, adquirem especificidades regionais e especificidades ligadas às atividades trabalhistas e de reprodução social e familiar (p. 2).

O Cedepps propõe-se a estimular e/ou realizar pesquisas sobre os “processos determinantes da questão social e de suas formas de enfrentamento pelas diferentes forças sociais” (CEDEPSS, 1987, p. 2), além de divulgar resultados de estudos e pesquisas, promover o intercâmbio entre as unidades de ensino e contribuir com o debate público no país. Propõe como linhas de pesquisa:

- I - Questão Social e Assistência Social no Brasil
 - II - Cotidianidade e Serviço Social (Relação Instituído-Instituente confronto dos interesses)
 - III - Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais
 - IV - Serviço Social e Sociedade
 - V - Processo Pedagógico e Ação Profissional do Serviço Social
- Obs. Recomenda-se que as Unidades de Ensino discutam e ofereçam subsídios para o detalhamento das ementas e do desdobramento de cada linha de pesquisa (CEDEPSS, 1987, p. 3).

O Cedepps propôs como possíveis estratégias de ação a serem adotadas:

1. Articulação com Departamentos Acadêmicos de Serviço Social e com os Sistemas de Pesquisa das Universidades e/ou de outras instituições interessadas pela temática;

2. Proposta e coordenação de Pesquisas de âmbito nacional e regional;
 3. Articulação com Centros de Pesquisas sobre a temática no País, na América Latina e em todo o mundo;
 4. Realização de eventos científicos;
 5. Garantia da interdisciplinaridade nas pesquisas de âmbito nacional, estimulando o mesmo para os grupos locais;
 6. Articulação com os Núcleos e Centros de Pesquisa das Unidades de Ensino das regiões
- Obs. Outros mecanismos poderão ser apontados (CEDEPSS, 1987, p. 4).

Conforme mencionado, a necessidade de se criar um organismo de pesquisa vinculado à Abess já estava apontada nos debates feitos à época, mas a criação, de fato, desse organismo, o Cedepps, se deu na XXV Convenção Nacional da Abess, em 1987, em Fortaleza (CE). Naquela ocasião, foi eleito para a direção nacional da Associação, período 1987-1989, o grupo de professoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O grupo de professoras da Ufes, que deixava a diretoria da Abess, assumiu a direção executiva do recém-criado Cedepps, também no período 1987-1989, tendo sido reconduzido no período seguinte, 1989-1991, com os desafios de: desempenhar um papel ativo no processo de impulsionar e apoiar o desenvolvimento acadêmico no âmbito do Serviço Social; dar continuidade aos encontros de pesquisa, à publicação dos *Cadernos Abess*; além de implementar uma agenda específica de estratégias e práticas político-organizativas do próprio Cedepps.

Na XXVI Convenção da Abess, em Florianópolis (SC), a Assembleia Geral decidiu pela recondução do grupo da Ufes para a Diretoria Executiva do Cedepps¹⁰³ (gestão 1989-1991), considerando o desafio de consolidar a estrutura organizativa do Centro, enfrentando democraticamente as disputas pelos espaços da pesquisa, a dicotomia graduação x pós-graduação, e garantindo a unidade Abess/Cedepps pelo reconhecimento com as entidades oficiais de fomento, financiamento e formação de pesquisadores.

A Diretoria Executiva do Cedepps ficou sediada no Departamento de Serviço Social da Ufes durante os dois mandatos iniciais, assegurando o processo de

103 A Diretoria Executiva do Cedepps (gestão 89/91) foi formada por: Eugênia Célia Raizer, Maria de Lourdes Frizera e Vanda de Aguiar Valadão – todas, então, da Ufes. E o Conselho Diretivo, por: Nobuco Kameyama (UFRJ/PUC-SP), Ana Elizabeth Mota (UFPE) e Potyara Amazoneida Pereira (UnB).

implantação (nos períodos 87-89 e 89-91). O empenho inicial da direção executiva se deu no sentido de garantir as condições objetivas para o funcionamento da Secretaria e do Conselho Diretivo do Cedepss. Para tanto, buscou apoio na própria Ufes, através do curso de Serviço Social, e elaborou projetos de captação de auxílio financeiro com entidades oficiais de fomento à pesquisa.

Orientados pelo seu plano de ação para cada período da gestão, o grupo da Ufes criou mecanismos sistemáticos de comunicação com o colegiado do Cedepss, com a direção e os representantes da Abess nacional e seus respectivos Regionais; manteve em funcionamento o correio com as unidades de ensino, por meio da “mala direta”; criou logomarca e timbrou papel; elaborou informativo; assegurou a edição, em parceria com a Cortez Editora, dos números 3 e 4 dos *Cadernos Abess*; organizou o primeiro Catálogo Nacional de Pesquisa em Serviço Social; emitiu comunicados; apoiou institucionalmente pesquisas, entre elas a “Pesquisa Nacional sobre Metodologia do Serviço Social” (CADERNOS ABESS, 1989); realizou e participou de reuniões de trabalho.

No período, foram realizados o I e o II Encontro Nacional de Pesquisadores, em Brasília, em 1989 e 1990, respectivamente.

Com o tema “A produção científica em Serviço Social no Brasil”, o I Encontro Nacional de Pesquisadores teve como objetivo estimular o debate científico, articulando e intercambiando experiências, e divulgando a produção científica. O evento foi aberto para pesquisadores em Serviço Social que enviaram trabalhos, um professor de pesquisa por unidade de ensino, diretores da Abess/Cedepss, assessores e pesquisadores convidados. Visava à busca de subsídios para a implementação da política de pesquisa do Cedepss (CEDEPSS, 1989).

Já no II Encontro Nacional de Pesquisadores, realizado em novembro de 1990, foi apresentada a proposta de pesquisa intitulada “Investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil”. O projeto foi desenvolvido por um grupo de assistentes sociais pesquisadoras(es), com assessoria de pesquisadoras(es) de outras áreas, com a participação de estudantes de Serviço Social, sob a coordenação institucional do Cedepss, sob a coordenação geral da professora Maria Ozanira da Silva e Silva, com financiamento do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) e das universidades às quais professoras(es) e estudantes pesquisadoras(es) eram vinculadas(os), destacando-se Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Espírito Santo

(Ufes), Universidade Federal do Ceará (UFC), PUC-SP, Universidade Estadual do Ceará (Uece). Da Ufes, participou a professora Maria Madalena do Nascimento Sartim. A referida pesquisa resultou em diversas publicações, entre elas: o livro *Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura*; os *CADERNOS DE PESQUISA DO CEDEPSS* n. 1 – “Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais” – e n. 2 – “Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: estudo de 10 anos da Revista Serviço Social & Sociedade (1979-1989)” –; monografia; dissertação; publicação de artigo; e outros.

O Cedepss, juntamente com a Abess, promoveu, apoiou e participou de inúmeros outros trabalhos, desenvolvendo ações, propostas de mobilização e de divulgação da pesquisa nos campos da graduação e da pós-graduação em eventos regionais, nacionais e internacionais, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Relação de eventos realizados/apoiados pela Abess/Cedepss no período 1986-1991

Ano	Evento	Local
1986	II Encontro Nacional de Ensino de Serviço Social	Vitória (ES)
	Seminário Nacional sobre Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFAS, Abess, Anas)	Natal (RN)
1987	Encontro Regional Leste (Abess)	Rio de Janeiro (RJ)
	XXV Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social (Abess)	Fortaleza (CE)
1988	I Seminário Regional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social – Região Norte (Abess/Cedepss)	Teresina (PI)
	I Seminário Regional de Pesquisa e Extensão em Serviço Social – Região Sul (Abess/Cedepss)	Curitiba (PR)
	Seminário Latino-Americano sobre “El Proyecto Pedagógico en Trabajo Social” (Celats/Abess)	Natal (RN)
	II Encontro Nacional de Pós-Graduação em Serviço Social (Abess/Cedepss)	Rio de Janeiro (RJ)

1989	XIII Seminário Latinoamericano de Trabajo Social (Alaets/Celats)	Quito - Equador
	I Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Abess/Cedepss)	Brasília (DF)
	I Encontro de Pesquisa em Serviço Social da Ufes (apoio)	Vitória (ES)
	XXVI Convenção Nacional da Abess (Abess/Cedepss)	Florianópolis (SC)
1990	Grupo Nacional de Trabalho dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social (Abess/Cedepss)	Belo Horizonte (MG)
	XXV Congresso Internacional de Escuelas de Trabajo Social	Lima - Peru
	II Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Abess/Cedepss)	Brasília (DF)
	I Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social - Graduação x Pós-Graduação - Pluralismo e Formação Profissional (Abess/Cedepss)	Belo Horizonte (MG)
	Fórum Nacional de Pesquisa em Serviço Social - Movimentos Sociais, Cidadania e Assistência (Abess/Cedeps, PUC-SP)	São Paulo (SP)
1991	XXVII Convenção Nacional da Abess (Abess/Cedepss)	Belo Horizonte (MG)
	Seminário Nacional de Ética e Serviço Social (CFAS, Abess/Cedepss, Anas, Sessune)	São Paulo (SP)
	Seminário Nacional de Assistência Social (CFAS, Abess/Cedepss, Anas, Sessune)	Brasília (DF)

Fonte: Elaborado pela autora do artigo.

Curso de Serviço Social e Abepss nos anos 2000

Nesses cinquenta anos de criação do curso de Serviço Social da Ufes, várias gerações de professoras(es) e estudantes integraram a direção da Abess – depois, Abepss –, ora como representação de base, ora na instância regional, ora na nacional.

Nos anos 2000, o curso passou a ser representado na Associação pela professora Maria Helena Eupídio Abreu, a saber: coordenadora de Ensino de Graduação – Regional Leste (gestão 2009-2010); coordenadora nacional de Ensino de Graduação (gestão 2011-2012); e presidente nacional da Abepss (gestão 2017-2018).

Em 2018, a Ufes sediou a Assembleia Geral da Abepss e o XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (Enpess), que tiveram como tema “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”. O Espírito Santo mais uma vez foi cenário de significativas alterações na estrutura dos órgãos de representação. A atual estrutura da Abepss compreende: Assembleia Geral; Diretoria Executiva nacional; diretorias regionais; Conselho Fiscal; órgãos de apoio acadêmico-científico e técnico-administrativo. Na gestão 2023-2024, o curso da Ufes está representado na Abepss pelas professoras Juliana Iglesias Melin, vice-presidente do Regional Leste, e Maria Helena Eupídio, suplente da diretoria nacional.

Algumas reflexões finais

O presente artigo buscou resgatar a histórica relação do curso de Serviço Social da Ufes com a Abess (que, mais tarde, se tornou Abepss) e com o Cedepss. Em cinquenta anos, o curso participou sistematicamente de (e sediou algumas vezes) convenções nacionais, evento tradicional da entidade realizado a cada dois anos, juntamente com Assembleia Geral de eleição de nova diretoria, e de outros eventos que inovaram e trataram de temas relevantes e contemporâneos para a formação profissional.

Nesse período, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social ampliou suas atribuições, consolidou seu reconhecimento no país enquanto representante das unidades de ensino de graduação e pós-graduação, e também enquanto entidade que apoia e estimula a pesquisa, a produção acadêmica e sua divulgação, que dialoga

com órgãos públicos, que fortalece as demais entidades representativas da profissão em suas lutas e as entidades similares latino-americanas e internacionais. Mas o mundo e o Brasil passam por transformações profundas. Avanços tecnológicos que são incorporados aos processos produtivos e também aos processos de ensino exigem grande capacidade de resistência das entidades, das(os) estudantes e das(os) professoras(es) das Unidades de Ensino de Serviço Social, para não sucumbirem ao desejo de maximização do lucro via Ensino a Distância (EaD), às custas da precarização do ensino, da degradação da formação acadêmica e do próprio estatuto da profissão.

Reiteramos aqui nossos agradecimentos ao Departamento de Serviço Social e ao conjunto das(os) professoras(es), ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e à Ufes e seus diversos órgãos pelo apoio recebido em todo esse período.

Referências

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVIII, n. 50, abr. 1996.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Mesa de depoimentos históricos. *In*: CFESS. **Seminário Nacional do Congresso da Virada: 30 anos (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2012. p. 51-60.
- BAPTISTA, Myrian Veras; RODRIGUES, Maria Lucia. A formação pós-graduada – *stricto sensu* – em Serviço Social: papel da pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 5, p. 108-136, 1992.
- BRAVO, Maria Inês de Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, out./dez. 2009.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 1, 1986.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 2, 1988.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 3, 1989.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 4, 1991.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 5, 1992.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 6, 1993.

- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 7, 1997.
- CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 8, 1998.
- CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 8, p. 27-32, 1998.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de *et al.* Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano V, n. 14, p. 104-143, 1984.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. **Cadernos de Pesquisa Cedepps n. 1** – Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais. São Paulo: Cortez, 1994a.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. **Cadernos de Pesquisa Cedepps n. 2** – Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: estudo de 10 anos da Revista Serviço Social & Sociedade (1979-1989). São Paulo: Cortez, 1994b.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. **Projeto de criação do Cedepps**. Vitória: Cedepps, 1987. Mimeo.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. **Relatório da investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil**. II Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social. Brasília: Cedepps, 1990. Mimeo.
- CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social. **Relatório Síntese do I Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**. Brasília: Cedepps, 1989. Mimeo.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-250.
- JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano II, n. 4, dez. 1980.
- LOPES, Josefa Batista. A formação profissional em Serviço Social na América Latina e Caribe – processo histórico e perspectivas atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, 1989.

- LOPES, Josefa Batista. Mesa de depoimentos históricos. *In*: CFESS. **Seminário Nacional do Congresso da Virada: 30 anos (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2012. p. 61-66.
- PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.
- PINHEIRO, Márcia. Mesa de depoimentos históricos. *In*: CFESS. **Seminário Nacional do Congresso da Virada: 30 anos (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2012. p. 71-76.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Serviço Social. **Projeto de Currículo Pleno do curso de Serviço Social**. Vitória: Ufes, 1985.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Mesa de depoimentos históricos. *In*: CFESS. **Seminário Nacional do Congresso da Virada: 30 anos (1979-2009)**. Brasília: CFESS, 2012. p. 105-108.
- YAZBEK, Maria Carmelita (org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, dez. 1984.



Movimento estudantil do Serviço Social da Ufes: memórias possíveis de tempos intensos

Jacqueline Oliveira Silva

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Ecléa Bosi (1994, p. 55)

Movimento Estudantil do Serviço Social: antecedentes e volta à cena política

Neste texto, consideraremos o período de 1978 a 1984 como o momento de reconstrução e reestruturação do Movimento Estudantil do Serviço Social (Mess), por englobar o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), a eleição da representação nacional dos estudantes do curso e a ampliação da participação estudantil nas Associações brasileira e latino-americana de Escolas de Serviço Social (Abess e Alaets, respectivamente). Essa delimitação deve-se também ao fato de esse período conter os principais acontecimentos da conjuntura nacional – estudantil e profissional – que influenciaram fortemente o ressurgimento do Mess, dado seu caráter sócio-histórico e político (ABRAMIDES, 2017; IAMAMOTO, 2017; RAMOS, 1996).

Resgatar parte da memória do Mess na Ufes nesse período é relevante para identificar sua presença na organização estudantil nacional, para dar visibilidade ao seu protagonismo na Universidade e para registrar seu processo de organização específico. Por tratar-se de um esforço de resgate e registro de memória, buscaremos apresentar, brevemente, os momentos constituintes da reorganização do Mess em relação com o Movimento Estudantil da Ufes.

Para a construção do texto, foram utilizados aqui fontes bibliográficas, contatos e conversas com informantes qualificados. Memórias de vivências da autora também foram fontes da narrativa, na perspectiva proposta por Ecléia Bosi (1994) em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. O presente trabalho foi realizado numa imersão iniciada em 11 de abril de 2023 e concluída em 26 de abril do mesmo ano, deixando um lastro de bibliografias consultadas e informações que farão parte de pesquisas posteriores.

Os estudos sobre o Movimento Estudantil do Serviço Social identificam seu nascedouro no início da década de 1950 (RAMOS, 1996), sendo um dos movimentos que resistiu aos efeitos – mas também sofreu diretamente com eles – da Ditadura de 1964 (RAMOS, 1996). Em Porto Alegre, em 1963, foi criada a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), na União Nacional dos Estudantes (UNE), com pleno funcionamento até a decretação do Ato Institucional n. 5, em 1968 (RAMOS, 1996). Estudos com fontes documentais sobre o Mess, até o final dos anos de 1970,

são de difícil realização. Talvez um dia essa história seja visibilizada através das fontes orais ainda existentes nesse quase um século da profissão.

O ano de 1978 demarcou o processo de reorganização do Mess no Brasil, com o avanço da luta democrática contra a ditadura, que teve no movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita um de seus importantes marcadores. Nesse mesmo ano, ocorreu em Londrina (PR) o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social¹⁰⁴, compromissado com as lutas sociais e com a redemocratização do país, sob o tema “O Serviço Social e a realidade brasileira”. Estudantes do curso da Ufes estavam presentes e levavam consigo suas posições políticas por meio do jornal estudantil *O grito*, porta-voz do que posteriormente foi denominado “Geração mãos à obra” (UFES, 2016; FABRES, 2007). Reconstruir o Mess e a UNE estava na ordem do dia e várias reuniões foram desencadeadas Brasil afora. Estudantes da Ufes participaram ativamente com representantes nessas atividades com vistas à organização da Secretaria Nacional de Ciências Humanas e Sociais, da qual faríamos parte.

O Mess na Ufes compunha a base representada pelo Diretório Acadêmico do CCJE (DACCJE), até a criação do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (Cals), em 1981. A única representação específica era no Departamento de Serviço Social, com uma estudante, sustentada por um conselho de representantes de turmas do curso. O DACCJE foi relevante na reconstrução e na direção do Movimento Estudantil (ME) na Ufes. A trajetória da força política ali instalada, hegemônica na Universidade até 1983, é descrita por Moreira (2008).

O ME na Ufes teve participação em relevantes decisões, como a redução da nota para aprovação; a retirada do “R” (reprovação) do histórico escolar; a redução do número de créditos obrigatórios do curso de Educação Física; a oferta de “cursos de verão”; a realização das “Semanas Científicas” dos cursos; a melhoria da infraestrutura

104 Nota da Organizadora: Vasconcelos (2003) apresenta, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, o ano e o local de organização de todos os Eness no período de 1978 a 2003. A seguir, listamos aqui todas as edições desde o início até o ano de 1991: I – 1978, Londrina (PR); II – 1979, Salvador (BA); III – 1980, Belo Horizonte (MG); IV – 1981, Recife (PE); V – 1982, Vitória (ES) (na Ufes, com o tema: “O Estado e a política social e intervenção do Serviço Social – relação teoria x prática”); VI – 1983, Belo Horizonte (MG); VII – 1984, Porto Alegre (RS); VIII – 1985, Brasília (DF); IX – 1986, Rio de Janeiro (RJ); X – 1988, Rio de Janeiro (RJ); XI – 1989, Belém (PA); XII – 1990, Fortaleza (CE); XIII – 1991, Cuiabá (MT).

da universidade; isto é, questões orientadoras das mobilizações (MOREIRA, 2008). Atividades culturais (grandes *shows*, grupos de teatro, cinema) que reverberavam na cidade de Vitória eram outro foco das ações do Diretório Central dos Estudantes (DCE), podendo esta entidade ser considerada uma das responsáveis por tornar a Universidade um polo de referência cultural do Espírito Santo. Foi através dele, por exemplo, que foram a Vitória alguns dos principais nomes da Música Popular Brasileira e tomou forma o Festival de Música de Alegre. A divulgação e produção audiovisual, associada ao movimento cineclubista nacional, tinha capilaridade por todo o estado. Por demandarem organização coletiva, as ações culturais eram polo de atração de novos militantes.

O Mess esteve presente no movimento cineclubista, na organização de *shows*, em grupos de teatro, inclusive liderando a criação do grupo de fantoches “Andança”, que se apresentava nas comunidades. Nos bairros populares, sobre lençóis e paredes, audiovisuais problematizavam a realidade brasileira nos campos de estágio e na militância. O espírito paulofreiriano dos Centros de Cultura Popular (CPCs) estava presente entre nós no subir e descer os morros e no andar sobre palafitas.

Nas lutas emergentes e grandes manifestações, via-se na faixa “ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL PRESENTES NA LUTA” uma expressão da sujeitidade em construção. Ações de apoio às vítimas da enchente no estado; a greve da construção civil no Espírito Santo e dos metalúrgicos do ABC paulista (1979); o Comitê contra a implantação da usina nuclear; as lutas dos moradores dos bairros São Pedro e Maria Ortiz; esses foram marcos importantes da conexão do Mess com outros movimentos sociais.

Mess/Ufes: construindo autonomia e ocupando espaços

No Serviço Social, a revisão do currículo e a organização para os Encontros Nacionais eram os principais focos das discussões e mobilizações. As campanhas para as diretorias da UNE e do DCE eram outro polo de engajamento militante e de abertura de divergências. Em quase todas as eleições para o Diretório havia ao menos duas chapas com presença de militantes do Movimento Estudantil do Serviço Social.

Eram pedágios, festas, livros de ouro e variadas formas de obtenção de fundos para arcar com a participação de estudantes nas mobilizações e para bancar os ônibus

para a delegação da Ufes nos Eness. Era um “sem fim” de tarefas a serem realizadas simultaneamente aos estudos regulares do curso. O bom desempenho acadêmico era efetivo, gerando ainda grupos de estudos para as disciplinas consideradas difíceis. Essas atividades serviam como agregadoras e sensibilizadoras do engajamento de estudantes ao Mess e do estreitamento de laços afetivos, que, por vezes, extrapolavam a universidade. As grandes pedras próximas ao Restaurante Universitário (RU) e a orla de Camburi nos serviam de cenário para estudos, ensaios ou rodas de violão. Passávamos quase o dia inteiro na Ufes, além das várias noites em reuniões. Muitas vezes voltávamos para casa no “Corujão”, último ônibus da cidade, sob “toque de recolher”. O refrão de “Divino maravilhoso”, cantado por Gal Costa, servia de tri-lha sonora daquelas noites com o *campus* e as ruas vazias, sob os ecos da repressão.

O Eness era particularmente mobilizador, fazendo com que a Ufes marcasse presença com grandes delegações. Em 1979, ao II Eness, em Salvador, foram dois ônibus repletos de estudantes do curso de Serviço Social da Ufes – esse Encontro Nacional, já sob efeitos da reconstrução da UNE, do “Congresso da Virada” e da reorganização partidária, influenciou fortemente o Mess. A questão da autonomia dos movimentos sociais era um tema central no momento, e, ao retornar de Salvador, um grupo de estudantes reivindica a criação de uma entidade própria, um Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (Calss).

Esse grupo criou um informativo, denominado “Atitude”, que pautava a necessária autonomia organizativa, a ampla participação dos alunos nas definições sobre o curso e a ampliação da representação estudantil no Departamento de Serviço Social e no Conselho Departamental do CCJE. Questões como “Quem nos representa? Por que não podemos criar uma entidade livre que nos dê identidade de causa? Quais são as nossas reivindicações? Com quais movimentos sociais nos identificamos?” estavam presentes nesse boletim. O Diretório Acadêmico (DA) de Engenharia, polo de oposição à tendência hegemônica no ME, foi responsável pela impressão das duas edições do “Atitude”, estreitando laços com esse grupo. Em 1980, sob ampla discussão, foi criada a Comissão pró-Calss.

A essa altura, já estávamos engajadas na agenda política daquela conjuntura e na leitura das obras orientadoras da formação intelectual das organizações de esquerda que participaram ativamente da construção do Mess da Ufes. Em livros emprestados e encapados, obras de Marx, Engels, Lênin, Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Lukács

já eram fontes de estudo quase uma década antes de comporem parte da bibliografia dos cursos, no contexto do Projeto Ético, Político e Pedagógico do Serviço Social (Pepss). Militantes do Mess ampliavam seus conhecimentos sob a forma de práxis política, incidindo na adesão a diferentes tendências da esquerda.

Ao longo do período aqui delimitado, havia quatro organizações de esquerda no Movimento Estudantil do Serviço Social, três das quais participaram ativamente da organização do Partido dos Trabalhadores (PT). Todas as tendências compunham a Comissão pró-Calss, responsável pelas mobilizações e discussões durante o ano de 1980. Nesse mesmo ano, outros cursos do CCJE também buscavam construir suas entidades. Foi um momento importante de aproximação com militantes de outros cursos não alinhados ao DACCJE, que defendia a manutenção do Diretório (MOREIRA, 2008).

Essa aproximação reforçou a organização do grupo de oposição à tendência até então hegemônica no Mess. Essa tendência, naquele ano, havia perdido as eleições do DCE para a chapa “Alternativa”, o que fortaleceu o processo de criação de Centros Acadêmicos Livres (CALs). Os cursos de Administração, Serviço Social e Comunicação Social foram pioneiros na criação dos CALs.

Em 1981, duas chapas concorreram ao recém-criado Calss. A chapa “Nascente”, liderada pela turma de 79/2, estudantes do quinto semestre e formandas dos dois últimos semestres do curso, responsáveis pelo informativo “Atitude”; e a chapa “Atuar para transformar”, composta pela militância alinhada ao DACCJE, que foi a vencedora do pleito. No DCE, essa mesma tendência retomou a direção da entidade, com a chapa “Hora de mudar” – uma estudante de Serviço Social compunha essa chapa (MOREIRA, 2008; UFES, 2016). A chapa com a segunda maior votação (“Mudar para avançar”) também contava com estudantes de Serviço Social. Consolidava-se assim a existência de polos políticos diferenciados no Mess, que se manifestavam também nas disputas de teses e delegados para os Congressos da UNE. Ainda em 1981, pela primeira vez, uma estudante do Serviço Social da Ufes teve espaço de fala em plenário na defesa de “subsídios com controle” para as universidades.

Os anos de 1980 e 1981 foram marcados por uma agenda interna que incidia sobre a estruturação política e administrativa do Calss. A reforma curricular, a representação departamental, simultaneamente à participação nos congressos da UNE e nos Eness, sempre foram efetivadas coletiva e democraticamente, num

compromisso de “unidade na ação”. Também ocorreu nesses anos a ocupação de espaços nas organizações de ensino nacional e latino-americana do Serviço Social – Abess e Alaets, respectivamente.

Representação estudantil na Alaets e na Abess

O Mess foi relevante na luta contra o conservadorismo no Serviço Social, estando, desde sua reestruturação, fortemente articulado com os movimentos da categoria (ABRAMIDES, 2017; IAMAMOTTO, 2017). Teve importante participação nesse movimento, compondo os processos de democratização da Alaets e da Abess com a ocupação dos espaços para estudantes e a massificação dos temas tratados por essas entidades – julho de 1980 foi um marcador.

No Encuentro Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social (Elaets), em 1980, os estudantes presentes se mobilizaram para discutir a participação estudantil na composição da chapa que concorreria às eleições da nova Junta Diretiva da Alaets, promotora do evento. O debate sobre a Asociación era escasso nas unidades acadêmicas. Rosa Helena Stein, estudante da Ufes ali presente, teve seu nome indicado para compor a chapa, após problematização da ausência de legitimidade, considerando que não houve ampla discussão sobre o tema, em especial na Ufes. O risco de forças conservadoras ocuparem esse espaço, entretanto, tornou imperativa a candidatura. As estudantes brasileiras elaboraram uma “Carta Aberta”, apresentada na Assembleia Geral da Alaets, em que denunciaram a ausência de participação de estudantes latino-americanos na entidade, ressaltando o processo organizativo e as instâncias deliberativas existentes no Serviço Social brasileiro.

A “Carta Aberta” condicionou a permanência da discente brasileira na Junta Diretiva eleita a uma posterior aprovação de seu nome no III Eness, em outubro daquele ano de 1980, em Belo Horizonte (MG). Nesse Encontro, a estudante da Ufes informou sobre o processo de eleição da Junta Diretiva e respondeu às questões formuladas pela plenária do evento, que aprovou por unanimidade a permanência dela na representação, indicando a estruturação de uma agenda de discussões nos cursos. A palestrante anterior à estudante, ocupando o cargo de representante dos “supervisores de campo” na Alaets, falou em nome da Comissão Nacional de Entidades

de Serviço Social. Esse foi mais um dos momentos de afirmação da aliança do Mess com o movimento da categoria profissional, que sempre se fez presente nos Eness.

Mesmo sem o suporte material básico diante das ações necessárias, nossa representante buscou cumprir seus compromissos com apoios que incluíam professores brasileiros e entidades, entre elas o Calss da Ufes.

Em relação à Abess, o processo foi similar, no que tange à legitimação da representante posteriormente a sua eleição. No entanto, dadas a estrutura organizativa da Associação e a necessária e urgente demanda pela redefinição das diretrizes da formação profissional, houve grande empenho do Mess para a estruturação de uma representação estudantil ampliada. A realização de uma Convenção da Abess na Ufes trouxe militantes estudantis de todo o Brasil e tornou a agenda da Abess e seu processo de democratização temas permanentes do Mess. Estudantes de Serviço Social da Ufes apoiaram o evento, assumindo tarefas e hospedando, em suas casas, estudantes de outros estados.

O Movimento Estudantil do Serviço Social da Ufes ocupou a primeira representação estudantil na Abess, desdobrada em representações regionais do movimento, posteriormente potencializadas pelos Encontros Regionais de Serviço Social (Eress). Esse foi um passo fundamental para massificar as discussões sobre formação profissional, na busca de um projeto ético-político compromissado com a transformação social. Foram pautadas também a necessidade de reestruturação da Abess e a exigência de representações estudantis regionais.

Para o IV Eness, em 1981, o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da Ufes levou três ônibus para Recife (PE). Trouxe consigo a decisão, apoiada por unanimidade pela nossa delegação, de que a Ufes sediaria o V Eness.

O Calss tinha reconhecimento e confiança de seus pares, mas, no meio do caminho, tinha uma “Convenção Democrática”, para definição de chapa única para o Centro Acadêmico, que rompeu temporariamente a unidade de ação exigida em tempos de uma ditadura ainda viva. Apresentaram-se para as eleições do Calss duas chapas: “GerminAção”, de continuidade à gestão anterior, e “Com força e com vontade”, que denunciava a “Convenção Democrática”. Num pleito de grande mobilização, dois votos fizeram a diferença e venceu a chapa de oposição. Interrompeu-se a hegemonia de até então e as três tendências anteriormente citadas assumiram a direção do Mess. Quem acompanhou o processo à distância pensaria ser impossível

superar essa fratura, e esse foi um dos maiores desafios da nova diretoria eleita, agora responsável pela organização do V Eness.

O Calss passou a ser responsável pela Secretaria Nacional do Mess, composta pela sede do Eness e mais um representante por região. No DCE, venceu a chapa “Ação conjunta” (de situação) e, em segundo lugar, ficou a chapa “Arrastão”. Ambas contavam com estudantes de Serviço Social entre seus quadros.

Divergências e unidade de ação: um aprendizado coletivo

O ano de 1982 fervia e os novos partidos se consolidavam com a realização das eleições gerais, que contaram com candidatos egressos do Movimento Estudantil da Ufes e com forte participação estudantil nas campanhas. Numa conjuntura de intensa mobilização externa, o Movimento Estudantil da Ufes e o Movimento Estudantil do Serviço Social tinham também agendas próprias, interligadas e desafiadoras, que projetaram o Calss.

A criação do Conselho de Entidades de Base (CEB) do DCE potencializou o reconhecimento do Calss como uma das forças de direção do ME da Ufes. O I Congresso de Reestruturação Universitária e a criação do Comitê pelo Ensino Público e Gratuito estreitaram a aliança docente x discente, abrindo caminho para as eleições democráticas para reitor e para dirigentes das unidades acadêmicas. O DCE pautou a retomada da Casa do Estudante e, em Ato Cultural com mais de 800 estudantes, sofreu forte repressão policial (UFES, 2016; ATHAYDES, 2015). O Calss estava na linha de frente desse ato.

Além disso, o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social iniciou, juntamente com o DA de Direito e com a coordenação do Projeto Rondon, uma experiência pioneira de ação de direitos humanos na Casa de Detenção: o Projeto Velly – uma outra história a ser contada. Aquela faixa que antes marcava a nossa presença agora tinha vozes e rostos nas comissões, assembleias e manifestações públicas.

Em 1982, ocorreu ainda a ocupação do Restaurante Universitário (RU) da Ufes, mantido em pleno funcionamento por mais de 200 estudantes, que organizaram uma “linha de produção e de distribuição das refeições”, que perdurou por dezenas de dias. Em regime de vigília permanente (24 horas), os estudantes se revezavam

para manter a segurança de todos. A tensão era enorme e agudizou com o incêndio do Diretório Acadêmico da Engenharia. A presença de agentes infiltrados era certa, como demonstrou a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e de outros órgãos da Ditadura. Os agentes reconheceram que a ocupação se deu de “forma ordeira e pacífica”. E assim foi. Estudantes de Serviço Social estavam em grande número dentro do RU e foram fundamentais em todo o movimento (UFES, 2016; FURTADO, 2017).

O Calss foi escolhido pelo CEB/DCE, por unanimidade, como seu porta-voz, incluindo a reunião nacional com entidades de outras universidades em situação similar, em Salvador. O reconhecimento do Calss – durante a ocupação do RU, inclusive, os docentes realizaram uma paralisação, sucedida por uma greve, em apoio aos estudantes – e as alianças firmadas nos movimentos foram fundamentais para garantir a realização do V Eness na Ufes, ainda em 1982, sob o tema “O Estado e a política social e intervenção do Serviço Social: relação teoria x prática”. O Encontro reuniu mais de 2.000 estudantes. Com a aprovação do “Currículo da Abess”, o lócus da profissão ganhava centralidade temática. Dezenas de ônibus chegavam ao CCJE trazendo estudantes do Brasil inteiro para o alojamento instalado nas salas de aula. Naqueles dias, o *campus* e a cidade foram impactados pela forte presença daquelas mulheres perfumadas de liberdade.

Um dos importantes saldos do V Eness foi a aprovação da proposta apresentada pelo Calss/Ufes de realização de encontros regionais massivos (Eress), para fins de democratização das discussões, em especial sobre a formação profissional, fortalecendo a representação estudantil na Abess, regionalizada a partir do IV Eness. Assim, o I Eress foi realizado na UFRJ, no ano seguinte, em 1983, com a presença de mais de 400 estudantes, demonstrando a sua viabilidade.

A gestão do V Eness, com a realização do “Forró das duas mil” e a venda de camisetas, garantiu a estruturação física do Calss, com aquisição de mobiliário e uma pequena biblioteca representativa das principais obras discutidas pelo Serviço Social e indisponíveis na Ufes.

Também foi criado um fundo para viabilizar a participação de representantes da Ufes nos fóruns da Abess, do Mess e para custear a transferência da Secretaria Nacional para o Calss da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), responsável pela realização do VI Eness. Infelizmente, a grande enchente ocorrida em terras

catarinenses naquele ano provocou a transferência do evento para Belo Horizonte (PUC-MG). A UFSC e o Movimento Estudantil se dedicavam ao socorro à população daquele estado. Para o Calss/Ufes, era começar de novo.

O exercício da unidade de ação e o aprendizado advindos principalmente na ocupação do RU e na realização do V Eness, somados à intensidade dos momentos vividos, resultaram na composição de uma chapa unitária para as eleições do Calss, algo que não se manifestou nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes.

A ocupação do RU e as greves de professores, funcionários e estudantes alteraram o calendário eleitoral, prorrogando os mandatos em curso. As eleições para CAs e para o DCE ocorreram em 1983. A chapa “Oposição” venceu as eleições para o DCE, ficando em segundo lugar, com pequena diferença de votos, a chapa “Rasgando a fantasia”, e a chapa de situação em terceiro lugar. Nas três chapas, havia militantes do Mess e, pela primeira vez, mulheres estavam posicionadas como candidatas à presidência: uma estudante de medicina, na chapa de situação, e uma estudante de Serviço Social, na “Rasgando a fantasia”.

Como dito, no Centro Acadêmico Livre de Serviço Social assumiu uma composição unitária: a chapa “Mobilização”, cujo mandato foi o último do período abarcado neste texto. Era um tempo de Diretas Já e de grandes atos públicos. Os núcleos partidários já estavam organizados dentro da universidade e a aliança entre as entidades de estudantes, de professores e de funcionários era uma realidade, materializando-se nas greves e na agenda de lutas. O Calss foi ativo nessa agenda.

Nesse início da década de 1980, foi pautada a luta pelas eleições diretas para a reitoria da universidade, com fóruns de discussão e manifestações públicas. Em 1984, a presidente da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes), Eugênia Célia Raizer¹⁰⁵, era professora do curso de Serviço Social. A reitoria propunha mudanças organizacionais que envolveriam grandes reestruturações, também gerando movimentos unificados em “assembleias universitárias”. Reivindicou-se uma “Estatuinte Universitária”, num longo processo cujos resultados ocorreram em 1987 e 1988. O Movimento Estudantil já expressava debilidades (BORGGO, 2014).

O Mess, simultaneamente à participação na agenda unificada, tinha por tarefa levar uma delegação ao VI Eness, ainda em 1983, na PUC-MG, que já incorporava

105 A professora voltou à presidência da Adufes em 1989.

o surgimento de novos atores, sob o tema “Movimento político atual e a formação profissional”. Esse Encontro teve como principal polêmica o apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ali, uma estudante da Ufes defendeu essa proposta em plenária, com vitória em apertada votação. Como saldo organizativo, foi eleita uma estudante da Universidade Federal Fluminense (UFF) como representante nacional, para fins de articulação da Sessune. Destaca-se nesse Encontro a necessidade de composição de uma “força tarefa unificada” em apoio aos organizadores do evento, diante dos inúmeros e graves problemas de infraestrutura ocorridos, num belo exército de “unidade de ação coletiva”, para o qual o Calss/Ufes, o Calss/UFF e o Calss/UFPE foram fundamentais.

O Eness seguinte, o VII, foi realizado na PUC-RS, em Porto Alegre (RS), em 1984, com o tema “Relações de poder do Serviço Social na sociedade capitalista”, expresso num cartaz em que se via um sapato de salto alto pisando num tênis, anunciando o tenso campo de implantação do Pepss e os desafios que viriam na recém-conquistada democracia brasileira.

Com mandato encerrado em 1984, a chapa “Mobilização” representou o fim de um ciclo no Mess na Ufes, na esteira do que ocorreu no ME nacional (LIMA, 2019) e na Ufes. No conturbado processo eleitoral daquele ano do DCE (BORGIO, 2014), não encontramos referências a estudantes de Serviço Social. Apenas a partir de 1988 o Mess da Ufes volta a ser referido (LIMA, 2019).

O Grupo do Ócio, posteriormente chamado de Balão Mágico (BRITO, 2013), que agregava ex-militantes das “Tendências” e estudantes ligados à cultura, consolidava um movimento contra imposições à liberdade e provocava certo “estranhamento” na militância estudantil. Sexualidade, diversidade e pluralidade de modos de vida estavam sendo agendados no Movimento Estudantil da Ufes. Outros tempos chegavam.

Epílogo

Era 1979 e o movimento estudantil da Ufes efervescia com a reconstrução UNE e DCE. A recepção aos “calouros”, entre jogos, teatro e festas, marcava aquele tempo de lutas, chamando a presença de Honestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido pela Ditadura. A pequena multidão respondia em uníssono: PRESENTE!

A força desse chamado provocava arrepio. Estávamos lá de braços erguidos com punhos fechados. Ainda hoje é necessário mantê-los assim. Quando todos se davam as mãos, víamos ao lado companheiras da jornada de até hoje. Elas são parte da história que contamos. Quando chegamos, estava anunciado, como dizia a canção: “Um novo tempo, apesar dos perigos”. E corremos, corremos tanto que é melhor nem contar. O Movimento Estudantil se reerguia após quase duas décadas de repressão desenfreada e vigilância.

Somos filhas da transição das organizações de esquerda, cujas siglas eram apenas sussurradas. Com o pluripartidarismo, participamos da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da legalização do Partido Comunista (PC) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Estivemos bem perto de Apolônio de Carvalho, Gregório Bezerra, Luís Carlos Prestes, Aldo Arantes e caminhamos com Teotônio Vilela pelo Centro de Vitória até o Carmo, na reconstrução da democracia. Das estudantes de Serviço Social que, em seu tempo, foram presas ou sofreram com o exílio, havia murmúrios sem nomes, hoje resgatados.

Os tempos eram assim... Democracia e revolução eram conceitos caros à militância, organizada em “Tendências”, delimitando “o campo” de alianças. Às vezes estávamos juntas, às vezes separadas. Sopravam os ventos dos anos de 1980, que começavam a dissipar as nuvens e nos moviam na direção contrária a qualquer forma de exploração e opressão. Queríamos voar naqueles ventos, com desejo de que todos e todas pudessem voar também.

Outras vieram antes de nós e outras nos sucederam. Mas, naquele ínfimo momento de construção de autonomia e reconhecimento, que estruturou e consolidou o Mess na Ufes, espraiando-o por outros “pagos”, eram nossas mãos que cerravam os punhos ou faziam afagos. Mãos que, somadas a muitas outras, ocuparam espaços e fizeram ouvir nossa voz. E éramos muito jovens.

Agradeço às colegas Rosa Helena Stein, Elinea Meira Martins, Aurelina Neta de Jesus, Silvia dos Reis Alves, Silvia Helena Liuth e Marla Fernanda Kuhn a disposição em buscar memórias desses tempos tão marcantes.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, 2017.
- ATHAYDES, Ramilles. O movimento educacional capixaba: análise do dossiê do Fundo DOPS/ES sobre o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Anpuh, 2015.
- BORGO, Ivantir Antônio. **Ufes: 40 anos de história**. 2. ed. Vitória: Edufes, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1029>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITO, Hervacy. **Balão mágico: movimento estudantil e a formação em Comunicação Social na Ufes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6052>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- FABRES, Paulo Roberto (coord.). **Geração Gota d'Água: memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país (1976-1980)**. Vitória: Ufes, 2007.
- FURTADO, Marcello França. **Nas ruas, nas praças: as imagens do movimento estudantil capixaba na ditadura militar (1964-1985)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9273>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social brasileiro: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017.
- LIMA, Isabelle Cristina Custódio de. 40 anos do movimento estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas na atualidade. **Temporalis**, Brasília, ano 19, n. 38, p. 37-51, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n38p37-51>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- MOREIRA, Renato Heitor Santoro. **O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)**. 2008.

- Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3346>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Movimento estudantil de Serviço Social e o projeto ético-político na formação profissional. **Serviço Social em perspectiva**, Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 250-251, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/964>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A ação política do movimento estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Comissão da Verdade. **Relatório Final**: Comissão da Verdade. Coordenação de Pedro Ernesto Fagundes. Vitória: Ufes/Supecc, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6768>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002**. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/tcc-airlton-mess1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.



PARTE II

**Núcleos temáticos:
articulando ensino,
pesquisa e extensão**



Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente: relato das iniciativas entre 1990 a 2020

I. Um novo ator entra em cena (1990-1999)

Ana Maria Petronetto Serpa

Não deveriam ser eles o centro de toda a história sobre a qual me debruçava? Mas vozes não havia. Nem deles, nem de suas famílias ou de outras pessoas que lhes fossem caros, nem resquício. [...] como me gritava o silêncio de suas vozes.

Irene Rizzini (2008, p. 15)¹⁰⁶

106 Este texto de Rizzini está no prefácio à segunda edição de seu livro *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2008). O título do prefácio é “Vozes perdidas na história”. Uma verdade! As crianças não são ouvidas quando são retiradas de suas famílias e colocadas em abrigos – nem suas mães e seus pais. Suas vozes não se fazem ouvir. É como se eles não sofressem, não tivessem sentimentos. Mas eles sentem.

Introdução

Este artigo resgata a história do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca), desde sua criação, em 1990, até o final da década, anos iniciais de implantação do Estatuto e período em que estive na sua coordenação. Mas ele ainda está atuante. É um ator em cena há mais de trinta anos. Enquanto uma articulação de professoras(es), pesquisadoras(es), servidoras(es) e estudantes, foi criado para contribuir com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – instituído pela Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990 –, construindo e fortalecendo processos participativos com múltiplos atores institucionais e sociais. Era preciso municipalizar a proteção social a crianças e adolescentes e implantar os Conselhos previstos na Lei, tanto os de direitos quanto os tutelares¹⁰⁷. O ECA regulamentou o artigo 227 da Constituição brasileira, Constituição “Cidadã”, que incorpora o princípio da “proteção integral” a crianças e adolescentes como um dever da família, da sociedade e do Estado¹⁰⁸.

Resgatar essa história e dar visibilidade a ela deixa para as atuais e para as futuras gerações o registro do compromisso histórico do curso de Serviço Social com as transformações da sociedade, no sentido da conquista de direitos sociais e da ampliação da cidadania. É oportunidade para reconhecer e agradecer o esforço das pessoas que fizeram parte dela, afinal, são trinta anos formando estudantes, atualizando profissionais, apoiando pesquisas na graduação e na pós-graduação, fortalecendo movimentos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes e de resistência à “volúpia punitiva” de segmentos conservadores da sociedade, que buscam, desde sempre, criminalizar minorias e grupos empobrecidos e vulnerabilizados, com propostas de ampliação do “braço penal” do Estado, por meio de definição de novos tipos penais, aumento de penas e redução da maioria penal, questão que nos toca.

Colocar em prática os dispositivos do ECA era uma tarefa civilizatória, no sentido de remover heranças autoritárias – expressas nas políticas, nas instituições

107 Há muita discussão sobre os conselhos tutelares hoje. Ver nota 122.

108 “Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

e nas práticas –, aprofundar a democracia na sua dimensão participativa e assegurar a todas as crianças e adolescentes o estatuto de “sujeitos de direitos”. De fato, um grande desafio, considerando a história do país relatada no livro de Venâncio, *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX* (1999), que coloca luz sobre

as normas, as leis e as práticas assistenciais, que, além de estigmatizarem os pobres com acusações de irresponsabilidade e de desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os (p. 13).

E prossegue afirmando que a “resistência à adoção de programas de tipo ‘renda mínima’ é um exemplo da persistência das estruturas mentais herdadas do período colonial” (VENÂNCIO, 1999, p. 15).

Antônio Carlos Gomes da Costa, em artigo sobre “O novo direito da infância e da juventude no Brasil” (COSTA, [s.d.]), afirma que:

a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, mais do que regulamentar as conquistas em favor das crianças e adolescentes na Constituição Federal, veio promover um importante conjunto de “revoluções” que extrapola o campo jurídico desdobrando-se e envolvendo outras áreas da realidade política e social no Brasil.

Além de produzir uma concepção estruturante da criança e do adolescente como cidadãs e cidadãos, a Lei produziu “revoluções” de conteúdo, de método e de gestão. A primeira, de conteúdo, consistiu na introdução da Doutrina da Proteção Integral, já presente nas normas internacionais¹⁰⁹, substituindo a Doutrina da Situação Irregular

109 Além da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada em 1989, também as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), as Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade, a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros dispositivos tiveram o seu conteúdo assimilado pela nossa legislação (COSTA, 1990).

na legislação brasileira¹¹⁰. A revolução de método foi a introdução de “garantias processuais” na relação adolescente x justiça socioeducativa (sistema de administração da justiça juvenil), bem como a exigibilidade dos direitos da criança e do adolescente, substituindo o “assistencialismo”, no sentido de que os destinos deles não poderiam depender somente da boa vontade da família, da sociedade e do Estado. Já a revolução de gestão significa a divisão de atribuições entre União, estados, Distrito Federal e municípios (seguindo o princípio da descentralização político-administrativa) e a formação de conselhos nos diferentes níveis de governo, com representação paritária entre governo e sociedade civil (princípio da participação popular), aprofundando a democracia com mecanismos de participação em todos os municípios brasileiros, estados, Distrito Federal e União.

O Neca teve em sua coordenação várias professoras do Departamento de Serviço Social. No período de 1990 a 1999, a docente Ana Maria Petronetto Serpa, vindo a seguir: Ângela de Fátima Vieira Bueno, Vania Maria Manfroi, Juliana Iglesias Melin, Adriana Amaral Ferreira Alves e Maria Emilia Passamani. Indispensáveis foram as servidoras técnico-administrativas Maria da Penha Tosi Federici e Maria de Lourdes Zampier, pelas quais temos afeto e reconhecimento.

Nesses trinta anos de existência, passaram pelo Neca, segundo contagem feita no estudo de Passamani (2020), 114 pessoas, entre docentes (13), estudantes, bolsistas de iniciação científica e servidores técnico-administrativos. Um total de 29 trabalhos de Iniciação Científica e 72 Trabalhos de Conclusão de Curso foram elaborados. O Núcleo fez parcerias com 72 instituições, incluindo órgãos governamentais, entidades sociais não governamentais, conselhos e movimentos sociais, e se fez representar em vários fóruns, conselhos e comissões (PASSAMANI, 2020).

110 A Lei n. 8.069/90 revogou tanto a Lei n. 4.513/64 (Política Nacional do Bem-Estar do Menor) como a Lei n. 6.697/79, que aprova o Código de Menores de 1979 (o segundo, pois o primeiro Código de Menores é de 1927, Código Melo Matos).

O Estatuto da Criança e do Adolescente: o início da sua vigência

Em outubro de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei n. 8.069/90, que regulamentava o artigo 227 da CF 88, artigo que resultou de mobilização popular durante o processo “Constituinte”, para introduzir na Constituição do país o conceito de “proteção integral” no atendimento à criança e ao adolescente. Como dito anteriormente, essa Lei revogava a Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que definia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), bem como as diretrizes e instituições dela decorrentes – o sistema Funabem-Febem¹¹¹ e sua extensa rede de internatos. Também suprimia a categoria “Menor”, atribuindo a esses sujeitos um novo estatuto, plenamente compatível com o debate público feito nos anos 1980, que firmou entre nós os conceitos de direitos e de cidadania. José Murilo de Carvalho (2001) afirma que a cidadania caiu na boca do povo, virou gente, substituiu o próprio povo na retórica política quando se tornou comum dizer “a cidadania quer”, e não mais “o povo quer isto ou aquilo”.

É importante destacar que o curso/Departamento de Serviço Social da Ufes teve papel ativo no processo de redemocratização do país, com mais intensidade a partir de meados da década de 1970, promovendo debates públicos críticos, adaptando o currículo do curso aos temas que a conjuntura exigia – mais compatíveis com um novo projeto político-pedagógico da formação profissional –, fortalecendo movimentos sociais, movimentos e instituições representativos da categoria de assistentes sociais

111 A Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem) foi criada em 1967, com a reforma administrativa feita pelo governo de Cristiano Dias Lopes Filho (Lei n. 2.296, de 17 de julho de 1967), e implantada em 1969, depois que sua estruturação foi definida pelo Decreto n. 2.949, de 5 de dezembro de 1968. Nesse período de cinco décadas, passou por várias transformações em sua denominação, finalidades e estrutura. Tornou-se Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Iesbem), pelo Decreto n. 1.469-N, de 27 de outubro de 1980; depois, Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Icaes), pela Lei Complementar n. 145, de 4 de maio de 1999, abandonando a categoria “Menor”, mas ligado à Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), que faz a gestão do sistema prisional do estado. Por fim, conforme Lei Complementar n. 314/2004, tornou-se Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), que, em função do “reordenamento institucional” previsto no ECA, passou a fazer a gestão da política pública de socioeducação no estado, e hoje está vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), pela Lei Complementar n. 830, de 5 de julho de 2016.

e de professores universitários, a chamada sociedade civil organizada¹¹². Também fortaleceu o movimento nacional de revisão do projeto de formação das(os) assistentes sociais, participando da direção e das ações da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess, depois Abepps), das suas convenções bianuais, de pesquisas nacionais, dos encontros regionais e outros¹¹³.

Com a disciplina “Estágio supervisionado”, o curso mantinha estudantes nas instituições campos de estágio e acompanhava o debate e as práticas profissionais que ali aconteciam, buscando fazer avançar a atuação das(os) assistentes sociais, no sentido de garantir que usuários e usuárias fizessem aquisições emancipatórias com acesso a direitos, informações e encaminhamentos. À medida que as forças democráticas e os movimentos sociais alcançavam maior autonomia, liberdade de organização e protagonismo, o Serviço Social também ia se repensando e reorientando seu papel enquanto profissão. Enquanto mediação nesses processos sociais tensos e contraditórios, o Serviço Social vivenciou crises, se redefiniu e cresceu com eles.

O Currículo Pleno do curso, que entrou em vigor em 1985, criou uma disciplina optativa intitulada “Serviço Social no campo do menor”¹¹⁴, com 60 horas semestrais e 4 créditos, cuja ementa era: “O Estado Brasileiro e a política social de assistência ao menor. Análise da prática do Serviço Social no campo do menor: práticas institucionalizadas e práticas alternativas” (UFES, 1985, p. 40). A disciplina não foi ofertada até a aprovação do Estatuto, e a própria categoria “Menor”, que emergiu no início do século XX e vigorou durante quase todo o século, de forma coerente com a Doutrina da Situação Irregular, foi suprimida do ECA. Há diferença de sentido entre as categorias “Código” (presente em Código de Menores de 1927 e de 1979) e “Estatuto”

112 O DSS promovia anualmente, em maio, a Semana de Serviço Social, em que se debatia a conjuntura, os movimentos sociais, os rumos do processo de redemocratização no país e os desafios para a profissão.

113 Sobre a participação de um grupo de professoras do Departamento de Serviço Social na diretoria da Abess e do Cedepss, ver artigo (Parte I) neste livro.

114 Ainda se adotava a categoria “Menor”, que foi criada no início do século XX para classificar as crianças empobrecidas e destituídas de direitos (cidadania). Ao longo do tempo, tornou-se carregada de estigma e preconceitos (“pivete”, “trombadinha”). O ECA não usa essa categoria, pois compreende que todos são crianças e adolescentes e igualmente sujeitos de direitos. A cidadania implica um caráter universal.

– a primeira, com sentido disciplinador e autoritário; já a segunda, com sentido mais igualitário e emancipador.

Os estudos e o debate público à época apontavam: a crueldade do sistema Funabem-Febem, do processo de internação de crianças e adolescentes (reunindo nas “instituições totais” a infância abandonada, órfã e de conduta “antissocial”), que aumentou durante o Regime Militar, por meio dos grandes internatos públicos ou filantrópicos conveniados; o mal que a “institucionalização” causava às crianças, com a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, que levava ao seu “desenraizamento”¹¹⁵, à dificuldade de adaptar-se ao mundo depois de isolar-se dele durante tanto tempo e de reconstituir laços familiares ao completarem 18 anos; a carga de estigma que “menores” da Febem carregavam, dificultando sua inclusão na vida social e no mundo do trabalho¹¹⁶.

O Estatuto revogou esse paradigma chamado de Situação Irregular¹¹⁷. Não mais “menores”, mas crianças e adolescentes, que são sujeitos de direitos, estão na condição peculiar de seres em desenvolvimento e, por isso, devem ter prioridade absoluta e receber proteção integral. A desproteção social deles e de suas famílias levava-os às ruas; e, por isso, eram recolhidos, triados, rotulados e internados nas instituições da Febem, configurando o chamado “ciclo perverso da institucionalização compulsória” (COSTA, 1990, p. 78), finalizado com a fuga de meninos e meninas das instituições e recomeçado com novos recolhimentos.

Pautado em seus fundamentos e no artigo 227 da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre seus pontos: detalhou os direitos das crianças e dos adolescentes, como o direito à convivência familiar e comunitária, o direito de ir e vir e estar nos logradouros públicos; municipalizou o atendimento a crianças e adolescentes (que

115 “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p. 347).

116 Venâncio faz a seguinte afirmação em seu livro: “As famílias, os artesãos e as companhias de aprendizes aceitavam os expostos, mas eles constituíam mão-de-obra bastante instável. Os meninos iam e vinham sem parar, trocando de residência e não se fixando em ocupação alguma” (VENÂNCIO, 1999, p. 152).

117 Doutrina que “não significa outra coisa que legitimar uma potencial ação judicial indiscriminada sobre as crianças e os adolescentes em situação de dificuldade” (MENDEZ, 1998, p. 27).

foi para o âmbito da política de assistência social, conforme artigo 203 da CF 88); previu a criação de conselhos de direitos (nacional, estaduais e municipais), ampliando os espaços públicos e os atores que deles deveriam participar, tanto para formular a política de atendimento quanto para acompanhar a sua implementação, dando origem a uma nova institucionalidade descentralizada e participativa, próxima dos cidadãos e das famílias¹¹⁸; criou os conselhos tutelares (com o mínimo de um em cada município); criou os Fundos para a Infância e Adolescência (FIA), para os quais empresas e cidadãos(os) podem fazer doações e deduzir do Imposto de Renda; estabeleceu os requisitos que deveriam ter uma entidade de atendimento; regulou os processos de acolhimento institucional, não cabendo internar crianças por situação de pobreza de suas famílias¹¹⁹; regulou a relação do sistema de justiça com adolescentes (12 a 18 anos), a quem se atribuía a prática de ato infracional, devendo receber as medidas socioeducativas (MSE) (não restritivas ou restritivas da liberdade, conforme a gravidade do ato julgada pelo juiz, com as garantias processuais, inclusive direito de defesa), inexistindo impunidade, como alguns setores punitivistas da sociedade alardeavam. A medida de internação – mais gravosa, pois restritiva da liberdade – deve pautar-se pelos princípios da brevidade, da excepcionalidade e da consideração do adolescente como um ser em desenvolvimento¹²⁰.

118 “Que se consagre, como princípio estruturador das políticas sociais, que o município, ao nível do poder público, e a comunidade local, ao nível da sociedade civil, são as instâncias adequadas de operacionalização dos programas destinados às crianças e aos jovens. Assim, deve caber à União traçar as grandes diretrizes e estabelecer as prioridades, à unidade federada adequá-las às realidades estaduais e supervisionar sua implementação, e ao município executá-las, com a vigilância e a participação legalmente formalizada das comunidades locais” (Oitavo princípio da “Carta à Nação Brasileira”, extraída no IV Congresso “O menor na realidade nacional”, realizado em Brasília, de 21 a 25 de outubro de 1986, promovido pela Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança) (COSTA *et al.*, 1990, p. 28).

119 Faleiros (1995), em artigo, informa que, em 1982, de 500.000 “menores” internados no sistema, 6,67 % eram infratores, 6 % abandonados e 87,3 % carentes. A pobreza era motivo predominante da internação.

120 A Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Lei do Sinase), regulamentou a execução das MSE. As Unidades Socioeducativas (USE) do Iases, principalmente a de Linhares, que atende a 31 municípios do norte do estado, sempre superlotada (e sob tensão), passaram a cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de ocupar até o limite da capacidade (HC 143.988 – Agravo Regimental no Habeas Corpus). Essa decisão decorreu de Habeas Corpus Coletivo apresentado pela Defensoria Pública do Espírito Santo ao STF, em função da habitual superlotação da USE de Linhares, causadora de tensão e violência. A decisão tem se estendido a outras unidades e estados.

No reordenamento a que as instituições foram obrigadas pelo ECA, o Juizado de Menores passou a chamar-se Juizado da Infância e Juventude. Buscando jogar luz na história dessa longeva instituição no estado, alguns dados dos anos iniciais de sua constituição são trazidos aqui. Desde 1944, buscou-se sensibilizar as autoridades para a criação de um Juízo Especial, o que aconteceu em 1951, no governo José Sette. Com a Lei n. 463, de 30 de janeiro daquele ano, foi criada a 5ª Vara na comarca de Vitória, redistribuindo os serviços forenses, cabendo então à 1ª Vara as competências de processar e julgar ações de abandono de menores, salários de menores, pedidos de pensão, crimes e contravenções atribuídos a menores, crimes contra costumes, entre outros. Anos mais tarde, a Lei n. 1.022, de 30 de dezembro de 1955, no governo Francisco Lacerda de Aguiar, criou o Serviço Social de Menores (SSM)¹²¹. Já a Lei n. 1.685, de 6 de fevereiro de 1962, no governo Carlos Lindenberg, restabeleceu a Vara de Menores na comarca de Vitória e criou, entre outros, três cargos de assistente social. Nos artigos 5º e 6º da referida Lei, é criada a Secção de Colocação Familiar, subordinada ao Serviço Social de Menores do Juizado de Menores da Capital, com o fim precípua de “proporcionar, a menores necessitados, ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento” (ESPÍRITO SANTO, 1962). A Lei fala em “colocação remunerada”, significando auxílio mensal pago às pessoas que recebessem os menores, com valor fixado pelo juiz, não superior à décima parte do salário mínimo vigente na região.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, desde o início do século XX, o problema do “menor” é debatido e enfrentado com medidas legislativas, repressão policial e ações de entidades filantrópicas, principalmente. Já no início do século citado, apareciam as categorias “pivete” e “trombadinha” para se referir a crianças e adolescentes que passam o dia nas ruas. No Espírito Santo, o debate se iniciou em meados da década de 1940, mas na década de 1950 é que medidas concretas foram adotadas.

Edgar Morin (2015) afirma que o adolescente:

121 Pode-se dizer que o “Juizado de Menores” no Espírito Santo data de 1951, com serviços forenses definidos na Lei n. 463 daquele ano. Em 1955, cria-se o Serviço Social de Menores, “com a finalidade de dar melhor aparelhamento ao Juizado de Menores, a fim de que possa melhor cumprir a elevada missão social de assistência aos menores desamparados” (ESPÍRITO SANTO, 1955).

é o elo fraco da sociedade: ele sai da infância, aspira à plena existência, não é encorajado a integrar o mundo adulto do trabalho e sente fermentar dentro de si aspirações, revoltas, angústias. [...] é o elo da cadeia social em que as fraquezas do conjunto atingem o ponto de ruptura (p. 367-368).

O adolescente “carrega consigo, de modo intensificado, os problemas de nossa civilização”. Há concordância com o autor quando ele afirma que o encarceramento de adolescentes (no Estatuto, chamado de medida socioeducativa de “internação”) tende a “inserir-los na criminalidade por toda a vida”, enquanto “medidas de ajuda e de compreensão podem fazer a delinquência juvenil diminuir e, até mesmo, desaparecer” (MORIN, 2015, p. 367-368).

A criação do Neca e a participação da universidade

A Lei era um avanço civilizatório e sua implementação, uma tarefa da qual a universidade e o curso de Serviço Social não podiam deixar de participar, com formação de profissionais; realização de estudos e pesquisas; assessoramento a municípios e entidades da sociedade civil para formar conselhos; realização de cursos, encontros e seminários; participação em articulações e debates públicos.

O Estatuto previa a criação de novos atores e novas arenas decisórias, destacando-se os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente (artigo 88, inciso II), as conferências em todos os níveis federativos a cada dois anos e os conselhos tutelares, encarregados de zelar pela garantia dos direitos (artigo 131)¹²².

122 Os conselhos tutelares foram vistos com esperança, mas hoje se percebe que, num país estruturalmente desigual, com a maioria das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, alguns conselheiros tutelares pouco preparados têm atuado para dar continuidade à política de “punição” às famílias pobres, retirando delas seus filhos e colocando-os em abrigos, sem considerar o trabalho da rede que ocorre no território, fragilizando ainda mais os vínculos familiares e fortalecendo uma corrente que criminaliza e pune a pobreza. Tal situação e outras exigem estudos mais aprofundados desses milhares de atores “autônomos” no país, além de uma regulação mais adequada deles. Há quem diga que alguns Conselhos se sentem “soberanos”, e não autônomos. São também espaços de disputa de segmentos conservadores da sociedade.

Era preciso fortalecer os municípios e seus atores. Então, a proposta era de municipalização – o que requeria a participação da sociedade civil por meio de suas entidades e movimentos –, e não de “prefeiturização”, como se falava na época. Mas a sociedade civil local era frágil e as prefeituras tinham técnicos mais experientes, que foram aliados importantes nesse processo. Já o artigo 86 afirmava que a política de atendimento a crianças e adolescentes seria feita “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990), apontando a necessidade do trabalho em rede e da ação intersetorial e intergovernamental, uma formulação colocada também na Lei Orgânica da Assistência Social. O novo pacto federativo definido pela CF 88 definiu mais claramente competências e atribuições para União, estados, Distrito Federal e municípios na gestão das políticas públicas, evitando a superposição das ações que ocorriam antes.

O ECA trazia algo novo – avançado, do ponto de vista social –, expressava ideais construídos nos anos 1980, no debate pré-Constituinte, e, portanto, exigia a continuidade do compromisso ético-político de professoras(es) e estudantes do curso. Foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República em 13 de julho de 1990, entrando em vigor em outubro daquele ano.

No dia 12 de outubro também de 1990, esteve reunido em Vitória, no (antigo) hotel Porto do Sol, no final da praia de Camburi, o Fórum Nacional dos Dirigentes Estaduais das Febens (Fonacriad)¹²³, que pressionava pela implantação do ECA. Nesse encontro, estavam presentes pessoas que participaram do processo de elaboração do Estatuto e do início de sua implantação. Três delas estiveram na Ufes participando de um painel sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Salão Rosa, prédio ED II, no CCJE: o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, o promotor de justiça Vanderlino Nogueira e o cientista político Deodato Rivera¹²⁴. Os três fizeram

123 Atualmente, Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

124 Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo, um dos idealizadores do Estatuto, foi diretor da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA). Vanderlino Nogueira era promotor de justiça no estado da Bahia. Deodato Rivera era cientista político e membro da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA).

exposições sobre a situação da infância no Brasil e os desafios para implantar a nova lei. Esse foi o ato político que marcou a criação do Neca¹²⁵.

A concepção do Neca

Os Núcleos são um arranjo institucional que não estava previsto na estrutura da universidade. Mas, por outro lado, as universidades são espaços propícios à criação, à inovação, abertos à ação instituinte de seus membros, em permanente interação com a sociedade e com a juventude, razão da sua vitalidade. O Neca representava uma articulação de professoras(es), pesquisadoras(es), estudantes, servidoras(es) e outras(os) colaboradoras(es) – de caráter até mesmo supradepartamental e transdisciplinar – interessadas(os) em estudar uma questão relevante, pesquisar suas manifestações na sociedade, socializar os resultados, visando contribuir para qualificar o debate e formular políticas públicas, formar pessoas para atuar de acordo com o novo paradigma e até mesmo “reinventar” as formas de atendimento usadas por séculos. Uma articulação informal de pessoas com compromisso social e acadêmico, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, que estrutura a universidade. Em 1994, escrevi este breve texto “Uma saída para a pesquisa”, que expressava a visão naquele momento.

Uma saída para a pesquisa

Os Departamentos têm merecido comentários contraditórios. Para uns, interesses corporativos os impedem de encaminhar um projeto inovador de universidade. Para outros, eles devem continuar existindo e serem fortalecidos com a incorporação de colegiados de curso. Acho que não se trata de acabar com os Departamentos

125 Da articulação inicial do Neca, participaram as professoras Maria de Lourdes Frizera e Gláucia Salles Xavier (Departamento de Serviço Social), Glecy Coutinho (Comunicação Social), Mariangela Varela Cabral (Psicologia). A sigla Neca e sua marca foram criadas pela professora Ruth Reis, do Departamento de Comunicação Social. “Neca” era um nome pequeno e fácil de gravar, além de lembrar o nome de uma criança. A professora e jornalista Glecy Coutinho havia feito, na década de 1970, em *A Gazeta*, várias reportagens denunciando maus-tratos e torturas aos “menores” internados na Fesbem, em Cariacica sede.

simplesmente, ou de reduzir a vida universitária a eles. Insistir no Departamento como espaço exclusivo para organizar o ensino, a pesquisa e a extensão é fortalecer a fragmentação e o isolamento das diferentes áreas de conhecimento. É preciso encontrar formas organizativas nas quais a convivência multidisciplinar, as diferenças e a riqueza da vida universitária possam se expressar. E os núcleos temáticos apontam nesta direção.

Os núcleos temáticos – professores e alunos de várias áreas que se reúnem para produzir pesquisa e extensão em torno de um tema relevante – são hoje uma realidade na Ufes. Os núcleos podem se organizar por temas delimitados, que facilitam a definição dos seus interlocutores e suas relações, ficando mais fácil receber as demandas da sociedade e respondê-las adequadamente (SERPA, 1994).

Pesquisas realizadas

Violência contra crianças e adolescentes no Espírito Santo¹²⁶

A primeira pesquisa do Neca foi sobre o tema “Violência contra crianças e adolescentes no ES”, produzida a partir de matérias publicadas diariamente no jornal *A Gazeta*. Buscava dimensionar o fenômeno da violência, os tipos praticados, o contexto, o perfil das vítimas, dos agressores, as justificativas dadas por estes para tais

126 O Programa de Ação do Governo do Estado do Espírito Santo para a proteção, assistência e desenvolvimento da criança – 92/95 informa que o programa S.O.S. Criança, desenvolvido pelo Iesbem e que precedeu os conselhos tutelares, registrou apenas em um ano 3.095 casos de negligência/violência contra crianças/adolescentes, sendo que 31 % dessas ocorrências – o maior índice – correspondem a agressão física por pais ou familiares. Além disso, agressão física por terceiros, abandono, uso de drogas, violência sexual, cárcere, entre outros, também tem números significativos (ESPÍRITO SANTO, 1992). A antropóloga Teresa Caldeira, estudando a violência na cidade de São Paulo, afirma que “o corpo é concebido como um lócus de punição, justiça e exemplo no Brasil. Ele é concebido pela maioria como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da infligência da dor”. No corpo dos dominados, crianças e mulheres incluídas, os que têm posição de autoridade infligem a dor para purificar almas, corrigir caráter, melhorar comportamento e produzir submissão (CALDEIRA, 2000, p. 370).

atos, às vezes mencionadas no jornal. A primeira equipe foi formada por uma professora, uma assistente social e três bolsistas¹²⁷. Depois, a equipe foi se renovando.

Diariamente, bolsistas de iniciação científica liam o jornal e coletavam dados sobre os casos de violência, os mais variados, alguns deles pautados por dias consecutivos. O projeto teve um aporte inicial de recursos da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA)¹²⁸. Findado o convênio, e não tendo mais essa fonte de recursos, passou a trabalhar com bolsistas de iniciação científica da própria Universidade, que, ao final de cada ano, encaminhavam o relatório da pesquisa e também apresentavam seus resultados no Seminário Interno de Pesquisa da Ufes (Sipufes), que incluiu o Seminário de Iniciação Científica em sua programação.

O Neca passou a ser procurado por alunos e professores de outros cursos que desejavam se aprofundar no tema da violência contra crianças e adolescentes. Um dos últimos estudos desse período, com base em matérias de jornais, foi sobre relações incestuosas intrafamiliares. Os dados da pesquisa mostravam a existência desse fenômeno, que foi estudado com mais profundidade em um TCC.

Já em 1991, durante o X Sipufes e a II Jornada de Iniciação Científica, nos dias 20 e 21 de novembro, como forma de enriquecer os eventos com novos temas, foi realizado o seminário “Sociedade, infância e juventude”, com apresentação dos resultados da pesquisa e de trabalhos e debates sobre exploração sexual, uso de drogas, ato infracional atribuído a adolescentes, vitimização de crianças, gravidez na adolescência – temas estudados também por outros Departamentos (Enfermagem, Psicologia) e Centros.

127 A professora era Gláucia Salles Xavier (coordenadora); a assistente social, Ana Cristina Saiter Dias; e as bolsistas eram Jaqueline Silva, Alessandra Marla Rodrigues Fiuza e Regina Marcia Rangel de Oliveira.

128 Órgão que resultou do reordenamento institucional da Funabem (pela Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990), exigido pelo Estatuto e que foi extinto em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A Funabem tinha o Escritório Regional do Espírito Santo, também extinto, que desenvolvia ações paralelas e superpostas às ações do governo estadual (Fesbem/Iesbem) e sem a ciência dos municípios, que tinham papel pouco relevante no pacto federativo do regime autoritário. O dirigente do Escritório às vezes era de partido diferente do partido do governador do estado, o que dificultava o diálogo e a parceria. Essa situação se modificou com a CF 88.

O Estatuto da Criança e do Adolescente: caminhos e descaminhos da sua implantação no Espírito Santo

Este projeto de pesquisa, cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes, por sua amplitude e abrangência, poderia dar origem (e, de fato, deu) a sub-projetos de pesquisa de alunos e professores, subprojetos de iniciação científica e de Trabalhos de Conclusão de Curso. Propunha-se a estudar: o processo de implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad); a implantação dos conselhos tutelares; o reordenamento institucional do Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (ex-Fesbem); a criação de programas, projetos e serviços de proteção a crianças e adolescentes nos municípios; o papel que o nível estadual de governo assumiria, tendo em vista a municipalização do atendimento; o fenômeno dos meninos e meninas de rua, que ganhava visibilidade, principalmente, em Vitória naquele momento, com o início da vigência do ECA, em que não se poderia “recolher” arbitrariamente crianças e adolescentes por estarem nas ruas, mas “abordá-los”, conhecer sua situação social e dar os encaminhamentos pertinentes.

O projeto deu origem a um relatório final entregue em dezembro de 1997. Atuamos em quase todas as linhas, realizando encontros, seminários, por meio dos quais obtínhamos relatos e depoimentos de conselheiros e profissionais da base que nos permitiam acompanhar e assessorar o processo de implantação do Estatuto no estado. A extensão universitária alimentava o processo de pesquisa e de ensino, na medida em que dava elementos para reflexão em sala de aula.

Ainda em 1991, o projeto já mencionado foi encaminhado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), do CNPq, tendo sido aprovado e contemplado com duas bolsistas de iniciação científica¹²⁹, que desenvolveram estudos sobre o tema “Meninos e meninas de rua”, assunto em evidência, já que muitos garotos haviam sido assassinados, gerando reações da sociedade civil ao chamado

129 Silvana Pereira Fadel e Agnes Cristina Albert, estudantes do curso de Serviço Social, que também passaram a militar no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) – Regional ES.

extermínio e à omissão das autoridades públicas. Dois trabalhos foram elaborados sobre o tema, sendo um deles publicado na revista *Cadernos de Pesquisa da Ufes*¹³⁰.

Em 1993, foi feito um estudo de caso da experiência no CMDCA de Vila Velha, intitulado “Gestão local da política de garantia dos direitos de crianças e adolescentes: a experiência de Vila Velha”, focalizando o processo de constituição do Conselho, as relações que este tinha com os diferentes atores do município, inclusive com a Câmara de Vereadores, as políticas já formuladas e outros temas. A polêmica sobre quem deveria ter representação nos Conselhos – vereador ou Câmara de Vereadores – sempre esteve presente nos debates.

Meninos e meninas de rua em Vitória

Como parte do projeto mais amplo, foi realizada uma pesquisa sobre (e com) meninos e meninas de rua que ficavam no Centro de Vitória, na efervescente praça Costa Pereira e suas imediações. Conforme relata Viza (2005), no livro *Meninos da Catedral*, que aborda o assunto dos meninos de rua na capital na década de 1960, esse fenômeno já ocorria em Vitória há muito tempo. Foi se agravando com a urbanização crescente da Grande Vitória, a expansão dos bairros periféricos, o empobrecimento das famílias, a falta de escolas e insuficiência de vagas, a fuga de meninos dos internatos da Fesbem/Iesbem e sua vinda para as ruas da capital. Muitos desses meninos vinham de Minas Gerais¹³¹, no trem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, empresa privatizada.

Antes mesmo da vigência do ECA, as fugas dos internatos do Iesbem já ocorriam. Os adolescentes iam para as ruas, e os profissionais da instituição, percebendo esse círculo vicioso de fuga e recolhimento, passaram a atuar com eles nos locais onde

130 Foram produzidos ainda dois outros trabalhos com as bolsistas. Um intitulado “O perfil dos Conselhos Tutelares no Espírito Santo” e outro sobre “O perfil dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no ES”.

131 Segundo o Programa de Ação do Governo do Estado do Espírito Santo, havia, nos anos 1991-1992, em média, 150 meninos/meninas vivendo permanentemente nas ruas da Grande Vitória. Desse total, 75 % eram migrantes de outros estados, principalmente vindos das fronteiras da Bahia e de Minas Gerais. Também, em 12 meses, haviam sido registrados 428 atendimentos a adolescentes envolvidos em atos infracionais, cabendo a 108 adolescentes a medida socioeducativa de internação (ESPÍRITO SANTO, 1992).

estavam, agrupando-os, reunindo-se com eles em espaços cedidos no Centro de Vitória e desenvolvendo atividades, conversando e refletindo sobre o que queriam. Não era um trabalho fácil abordar, estabelecer relação de confiança e conseguir que participassem das atividades. Exigia uma “paciência pedagógica”. Tal processo, que ocorria no país inteiro, acabou dando origem ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), e um núcleo estadual estabeleceu-se no Espírito Santo¹³².

Os meninos e meninas ficavam basicamente na praça Costa Pereira, no Centro de Vitória. Era comum entre eles o uso de cola de sapateiro, de xaropes comprados nas farmácias próximas. Eles eram responsabilizados por toda a situação de violência existente na Região Metropolitana, e sua punição era veementemente defendida.

No bairro Mário Cypreste, próximo à rodoviária de Vitória, havia um centro de apoio aos meninos e meninas, cujo funcionamento era conturbado, pois os traficantes de drogas queriam acesso ao espaço, enquanto os policiais também buscavam entrar para abordar as crianças, de forma que, quando a situação ia ficando insustentável, fechava-se o espaço, dando um tempo para baixar a tensão e voltar a funcionar depois. Havia muita pressão para que os adolescentes fossem retirados da rua, mas o

132 Papel importante nesse processo tiveram as assistentes sociais Elizabeth Luciana dos Santos Medeiros e Maria de Lourdes Miranda (Lurdinha). Foi criado o núcleo estadual do MNMMR, com grupos em Vitória e Colatina. Além de Beth Luciana e Lurdinha, destaca-se também a participação de diversas personagens: Lígia Maria Rosa, que articulou com a Sedu a criação da “Escola Aberta” para MMR; Agnaldo Medeiros; as assistentes sociais Helena Marfisa Venterim, Silvana Fadel, Agnes Albert, Jussara Godinho, Andressa Veloso, Maria das Graças Ferreira, Clerismar Lyrio e outras; os promotores do Ministério Público estadual José Adalberto Dazzi e Domingos Ramos Ferreira e as assistentes sociais Cleuzeni Fernandes e Mara Regina Três Altoé (*in memoriam*); as(os) servidoras(es) da CBIA, destacando-se Maria Piedade Silva; servidoras(es) também do Iesbem; Carlita Cosendey da Silva, da Pastoral do Menor, que também atuou com MMR em Jardim da Penha; Rodolpho Luiz Dalla Bernardina; Ana Caracoche e Oscar Gattica (*in memoriam*), pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); o deputado estadual Claudio Vereza. Esses personagens e instituições foram vozes importantes na defesa dos Meninos e Meninas de Rua, e na criação dos Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Era inicial ainda o serviço de Abordagem Social de Rua, da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Na Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle), destaca-se o papel da delegada Glória Menezes. Como juiz, destaca-se Moacir Rodrigues (*in memoriam*). Uma aliança ampla foi feita para defender meninos e meninas de rua e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A fala indignada era de que essas crianças de rua não eram caso de polícia, mas de políticas!

Estatuto estabelecia os direitos de ir e vir e de estar nos logradouros públicos (artigo 15, inciso II). Também dizia que a “falta ou a carência de recursos materiais”, diga-se a situação de pobreza da família, não era motivo para a internação de crianças e adolescentes (artigo 23), nem para a retirada do poder familiar, ou seja, realizar essa brutal intervenção do Estado em famílias empobrecidas, silenciadas e sem proteção social.

Houve um descompasso entre o fim da PNBEM e a efetiva implantação do Estatuto, da Loas e da rede de proteção social que essa legislação previa. Não se internava mais, nem se retirava das ruas, mas os municípios demoraram a implantar os conselhos e os equipamentos e serviços socioassistenciais para assegurar a proteção à criança, ao adolescente e às suas famílias. Em determinado momento, começaram a aumentar as execuções de adolescentes na Grande Vitória, que, depois de assassinados, tinham seus corpos “desovados” em alguns locais da cidade: o morro da torre de televisão, a Pedra da Cebola, quando ainda não era parque (hoje, Parque Pedra da Cebola). Quando um adolescente “desaparecia”, a equipe presumia que ele havia sido “executado”. Esse fenômeno ficou marcado como “extermínio” de meninos e meninas de rua.

Dois estudantes bolsistas de iniciação científica estudaram o assunto, fazendo cotidianamente observação participante na praça Costa Pereira, conversando com esses adolescentes, ouvindo suas falas e denúncias, observando sua linguagem e suas formas de expressão, identificando sua rede de relações e, até mesmo, acompanhando sua apreensão por policiais militares, que os colocavam no posto policial e ali os deixavam algemados por um bom tempo (sob o olhar humilhante de curiosos). Também captavam sentimentos e reações de transeuntes e frequentadores da praça, principalmente quando um adolescente era apreendido – reação nunca unânime, pois uns aplaudiam e outros se revoltavam com a injustiça)¹³³.

Para denunciar essa situação de descaso e extermínio dos adolescentes, foi organizado um ato público e uma passeata na avenida Jerônimo Monteiro, indo até o Palácio Anchieta, com participação de adolescentes, técnicos, militantes de movimentos populares, estudantes do curso de Serviço Social da Ufes – por meio do Centro

133 A pesquisa promoveu a aproximação das bolsistas do Pibic/CNPq com os meninos e as meninas de rua, e a participação e militância no MNMMR – Regional ES, gerando um artigo acadêmico (SERPA; ALBERT; FADEL, 1993). As bolsistas também elaboraram um relatório de pesquisa e um TCC sobre os conselhos municipais dos DCA no Espírito Santo (ALBERT; FADEL, 1993).

Acadêmico Livre (Calss) – e também um palhaço que atuava com os adolescentes. A mobilização contou com a participação ativa do Neca e do Calss. Mas os meninos queixavam-se por ficarem sozinhos e mais expostos à violência depois dessas manifestações. Todos iam para suas casas e eles permaneciam nas ruas sem proteção.

Em 1994, durante a 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 17 a 22 de julho, no *campus* da Ufes em Goiabeiras, o Neca participou da mesa-redonda “Estratégias para a recuperação dos meninos de rua”, da qual participaram também o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e um representante da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo. Foi um momento importante para o debate sobre a situação dos meninos de rua, pois havia ocorrido recentemente, em 23 de julho de 1993, a “chacina da Candelária”, no Rio de Janeiro, com grande repercussão nacional. O tema ganhava visibilidade e espaço na grande mídia e entrava na agenda pública.

Entre as muitas atividades promovidas pelo Neca à época, estão também: o lançamento do livro *Guerra dos meninos*, de Gilberto Dimenstein, que esteve em Vitória fazendo palestra e denunciando o extermínio de meninos e meninas de rua no país; a exibição do documentário com o mesmo título do livro; a realização de um debate, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, na Ufes, com jornalistas convidados de A Gazeta e de A Tribuna, para tratarem sobre a linguagem que era usada nas reportagens quando referiam-se aos meninos e meninas de rua como “pivetes” e “trombadinhas”, como personagens perigosos, e como isso produzia medo na sociedade, incitando também a violência contra eles, podendo chegar até ao extermínio.

Uma publicação do Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor, intitulada “Programa de ação do governo do estado do Espírito Santo para a proteção, assistência e desenvolvimento da criança – 92/95”, informou que, somente no ano de 1991, 39 crianças e adolescentes foram assassinados, sendo que, desse total, 9 tiveram características de extermínio (ESPÍRITO SANTO, 1992).

Seminário Denúncia e a CPI do Extermínio

Diante de inúmeros assassinatos de meninos e meninas em situação de rua na Grande Vitória, que colocavam o Espírito Santo em terceiro lugar nesse tipo de crime no país, foi organizado na capital, por diversas entidades, o Seminário Denúncia sobre

o Extermínio de Meninos de Rua, nos dias 10, 11 e 12 de abril de 1991. “Não matem nossos meninos!”, dizia o manifesto distribuído, denunciando os crimes bárbaros que vitimavam adolescentes na faixa de idade entre 15 e 17 anos, principalmente. O Seminário aconteceu na Assembleia Legislativa estadual, no Centro da cidade, ao lado do Palácio Anchieta. Foram três dias de debates, denúncias e apresentação de propostas; a principal delas, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹³⁴ para investigar o extermínio de adolescentes na Grande Vitória, que foi instalada em junho do mesmo ano, por meio da Resolução n. 1.575/1991.

O relatório final da CPI, depois de seus membros ouvirem autoridades, familiares, ativistas de direitos humanos, afirmou, em sua conclusão, que “crimes contra menores não são investigados com sucesso pela Polícia Civil” (ESPÍRITO SANTO, 1991, p. 64). E apresenta as razões: morosidade na abertura dos inquéritos; dificuldade de se chegar a provas concretas que comprovem a autoria do crime; autoria desconhecida; algumas suspeitas, mas nada concluído nos inquéritos, no sentido de apontar responsabilidades. Representantes da Polícia Civil alegaram que isso se devia à falta de pessoal, de infraestrutura e aos baixos salários. Ainda destacou o relatório final:

sem evidências que comprovem a autoria dos crimes torna-se duvidoso ou ilegítimo afirmar que não existe grupo de extermínio de menores no Espírito Santo. Denúncias de familiares e da imprensa insistem na participação de membros da Polícia Civil e Militar em alguns assassinatos, incentivados por comerciantes que se sentem ameaçados pela simples presença de crianças e adolescentes nas ruas (ESPÍRITO SANTO, 1991, p. 64).

Prevaleceu essa dúvida. Para alguns participantes, familiares e defensores de direitos humanos, havia indícios da existência de grupos de extermínio. Para certas autoridades, não existiam tais grupos. Os depoimentos dos diversos atores envolvidos levavam a várias hipóteses. Alegavam haver indícios de que adolescentes se matavam entre si; de que outros, em grupo, executavam um deles; de que algumas execuções tinham características de extermínio e que isto poderia sugerir a existência de grupos-pessoas organizadas para a prática de homicídios.

134 Formada por sete deputados de vários partidos, a CPI foi presidida pelo então deputado Aloísio Krohling, do PT, com prazo de funcionamento de 150 dias, prorrogado por mais 90 dias.

O assassinato de Jean Alves da Cunha: mobilização e repercussões

Em meio ao aumento do número de crianças e adolescentes nas ruas da cidade, à pressão da sociedade e da mídia por uma solução do problema que incomodava, principalmente, os comerciantes, às intervenções policiais frequentes, em contraste com o caráter muito inicial do Serviço de Abordagem Social da PMV e de uma rede de proteção social no município – a municipalização do atendimento estava se iniciando –, em 12 de novembro de 1992, ocorreu a “execução/assassinato” de Jean Alves da Cunha, de 14 anos. Esse adolescente havia sido escolhido para representar “meninos e meninas de rua” do estado no III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, no período de 18 a 21 de novembro daquele ano.

Antes desse Encontro na capital federal, aconteceu no Espírito Santo o encontro estadual preparatório para o nacional, quando adolescentes em situação de rua ficaram, durante um final de semana, alojados nas dependências do CCJE-Ufes, no ED II (prédio onde funcionava o curso de Serviço Social). Jean Alves da Cunha, que havia se destacado nos debates e nas denúncias de violências e extorsões de que eram vítimas os garotos, foi escolhido para relatar a situação do estado em Brasília. Também deu uma entrevista para a televisão local falando das reivindicações do grupo. Esse adolescente apareceu morto antes mesmo de ir para Brasília, o que gerou revolta e repercussão nacional e até internacional¹³⁵. Grande mobilização ocorreu em Vitória pedindo justiça por Jean.

A articulação de entidades que havia organizado o Seminário Denúncia, em 1991, continuou se reunindo para outras ações. Uma delas foi a criação de um Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. E, juntamente com a elaboração e a aprovação de um Estatuto para o órgão, foi deliberado dar a ele o nome do adolescente Jean Alves da Cunha. Assim, foi criado o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Jean Alves da Cunha (Cedejac), que, mais tarde,

135 O jornal *A Gazeta* de novembro de 1992 trouxe reportagens relatando que Jean foi sequestrado em 12 de novembro, morto no mesmo dia e teve seu corpo deixado no morro da torre, em Santo Antônio. Só a cabeça foi atingida por “um tiro certeiro e único”, “disparado à queima-roupa”. Na orelha direita, tinha um hematoma, significando que o assassino arrastou-o pela orelha antes de matá-lo, num último gesto de humilhação. Cerca de 28 adolescentes do estado participaram do Encontro Nacional, mas antes da viagem ficaram protegidos no Educandário Alzira Bley, no bairro Itanhenga, em Cariacica.

funcionou de forma descontinuada pela falta de recursos financeiros para sua manutenção e também pela dificuldade de encontrar advogados que aceitassem assumir a defesa de crianças e adolescentes “em situação de risco pessoal e social”.

Um inquérito policial aberto para investigar a morte de Jean foi presidido pelo delegado da polícia civil Dr. Francisco Badenes. Com esse inquérito, acompanhado de perto por ativistas de direitos humanos, jornalistas e redes de televisão, evidências de outros crimes (supostamente de mando) cuja autoria não havia sido revelada foram vindo à tona. Nomes ligados a esses crimes foram reaparecendo no caso de Jean; ocorreram outros assassinatos de pessoas que, de alguma maneira, eram ligadas ao adolescente; testemunhas tiveram que ser protegidas (dando origem à iniciativa de proteção a testemunhas); menções à Scuderie Detetive Le Cocq¹³⁶ também foram feitas, com nomes ligados a essa entidade sendo revelados, deixando mais claros também os objetivos dela e dando mais elementos para a luta dos movimentos contra a impunidade e em defesa dos direitos humanos.

Assessoria à formação de conselhos e ao fortalecimento desses atores

O Neca participou do processo de criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente¹³⁷ (Criad) desde os primeiros debates; participou também da criação de conselhos municipais em alguns lugares do estado; realizou encontros

136 A Scuderie Detetive Le Cocq foi fundada no Rio de Janeiro, na década de 1960, e chegou ao Espírito Santo, em 24 de outubro de 1984, com a finalidade de “aperfeiçoar a moral e servir à coletividade”. Foi dissolvida por decisão da Justiça Federal em 2004 com acusações de cometer assassinatos políticos, homicídios etc. (BOURGUIGNON, 2022).

137 A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, dando continuidade às discussões do encontro realizado em 18 de junho de 1990, realizou um fórum, em 5 de julho do mesmo ano, no auditório do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), no Centro de Vitória, para discutir o projeto de lei de criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo. A Lei n. 4.521, de 16 de janeiro de 1991, cria então o Conselho. Os conselheiros estaduais nomeados pelo governador Albuíno Azeredo tomaram posse em 4 de julho de 1991. O trabalho do Criad foi lento no início, pois era preciso elaborar e aprovar o regimento interno e definir estratégias de ação.

estaduais de conselhos municipais e de conselhos tutelares para avaliar a implantação do Estatuto – dos próprios conselhos – e definir novos direcionamentos para a ação nos municípios. Foi um movimento conjunto com muitos atores, destacando-se as pastorais do Menor e da Criança e do MNMMR.

Anualmente, de 1992 a 1996, o Núcleo organizou o Fórum Estadual dos Conselheiros Municipais e Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente (do I ao V), como estratégia para reunir conselheiros governamentais e não governamentais e promover troca de experiências de constituição e funcionamento dos conselhos. E, com isso, também produzir perspectivas, rumos coletivos para atuação dos conselheiros nos municípios. Ao final dos encontros, muitos desses conselheiros – de cuja programação constavam conferências, trabalhos em grupo, sessão plenária para apresentar as conclusões – diziam que passavam a enxergar “luz no fim do túnel”, significando que os encontros eram importantes para apontar rumos e perspectivas para o trabalho dos conselhos.

Alguns comentavam que prefeitos e vereadores não acostumados ao debate público não podiam ouvir falar em “sociedade civil” que ficavam bravos, pois as entidades pressionavam pela implantação dos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e para exercerem seu papel de controle social das políticas públicas locais. A democracia se ampliava, a esfera pública se expandia com a presença de novos atores, alterando a cultura política e a correlação de forças local. Numa época em que, literalmente, fazia-se o caminho ao caminhar, a socialização das experiências por meio de encontros e seminários foi uma estratégia exitosa.

Depois de alguns anos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) começou a organizar as conferências nacionais, precedidas de conferências municipais e estaduais¹³⁸. As municipais começaram a ocorrer por volta

138 O Conanda foi criado pela Lei n 8.242, de 12 de outubro de 1991, e a posse de seus conselheiros se deu em 16 de dezembro de 1992. A primeira reunião de trabalho ocorreu em 18 de março de 1993. Segundo Faleiros: “Em novembro de 1994 acontece em Brasília a Primeira Conferência Nacional dos Conselheiros de Direitos e Tutelares da Criança e do Adolescente com representantes de todo o país, reforçando-se a estratégia de defesa da cidadania. [...] A instalação do Conanda representa o coroamento de uma mudança institucional, pois o Conselho vai impulsionar a implantação do ECA, que traz uma mudança fundamental nas políticas anteriores relativas à infância” (FALEIROS, 1995, p. 91).

de 1995-1997. Os conselhos municipais de direitos, assim como os conselhos tutelares, foram implantados em tempos diferentes, de acordo com a capacidade e as condições de cada município¹³⁹. Em 1997, o Neca participou de conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente de Serra, São Gabriel da Palha e Jaguaré, assim como da conferência intermunicipal realizada em Iconha, com a participação dos municípios de Iconha, Anchieta, Alfredo Chaves e Piúma. Os municípios com maior população, atores mais ativos e mais avançados no processo de organização faziam suas conferências sozinhos; municípios menores e próximos faziam conferências intermunicipais, até que, posteriormente, todos se tornaram capazes de convocar e realizar suas conferências municipais bianuais e também de participar das conferências estaduais e até nacionais.

Ainda outras iniciativas do Neca na década de 1990: promoveu, em 1993, o curso de “Metodologia de formulação de políticas sociais para a infância e a adolescência”; participou, em 1995, do “I Seminário estadual sobre a realidade do trabalho infantil: perspectivas de políticas públicas”, promovido pelo Criad; participou de evento comemorativo dos 10 anos da Pastoral do Menor, em junho de 1994; realizou capacitação sobre conselhos tutelares para conselheiros de Anchieta; deu capacitação também a lideranças de São Mateus (para um grupo de 80 pessoas), em dezembro de 1994; ofereceu curso de treinamento seletivo para candidatos a conselheiro tutelar de Vitória (fazendo uma seleção prévia de candidatos e buscando minimizar a influência dos vereadores); além de outras, conforme inventário (PASSAMANI, 2020). A convite do Conanda, participei como assessora da I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 21 a 25 de novembro de 1994.

A ideia de transferência de renda estava colocada desde o início dos anos 1990. Em encontro do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em Brasília (DF), o senador Eduardo Suplicy falou do projeto de lei de sua autoria sobre a garantia de renda mínima. Desde então, introduzimos o

139 Documento do governo do estado (citado acima), de 1992 provavelmente, informava o quadro de implantação dos conselhos municipais e tutelares no estado, em 71 municípios à época – hoje, 78. Conselhos municipais de direitos: sem articulação (2); em estudo/articulação (23); em tramitação – lei de criação tramitando na Câmara de Vereadores (3); criados (9); em fase de instalação (8); em funcionamento (26). Já em relação aos conselhos tutelares, 4 estão criados, 4 em fase de instalação e 5 em funcionamento.

tema da transferência de renda em nossos debates, vendo na proposta uma alternativa para fortalecer os núcleos familiares que se desfazem sob o peso desagregador do empobrecimento, e que, grande parte das vezes, deixa às mulheres a responsabilidade de manter a família.

Em seminário sobre a “garantia da convivência familiar e comunitária”, em 1994, esteve presente o prefeito de Campinas (SP) – que faleceu tempos depois – para falar do programa de Renda Mínima que implantara no município. Em outro evento similar, técnicos de Brasília falaram sobre o bolsa-escola implantado naquela capital. Vitória também implantou o seu programa de Renda Mínima, voltado para famílias das crianças e adolescentes em situação de rua, com pequena cobertura. E, assim, o Neca ia sendo uma caixa de ressonância de experiências bem-sucedidas de políticas públicas focadas nas famílias e em suas crianças e adolescentes.

Era notório, entretanto, no início da década de 1990, que o ECA tinha uma perspectiva social-democrata que requeria investimentos sociais, enquanto os governos de então, Fernando Collor de Mello e depois Fernando Henrique Cardoso, eleitos, tinham uma posição neoliberal, com ênfase no ajuste fiscal, na redução do investimento social e do papel do Estado.

Na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1999, aprovamos uma proposta que foi levada à conferência nacional, no sentido de que o Brasil avançasse na política de transferência de renda, implantando um programa mais substancial e com maior cobertura para as famílias, pois se afirmava que era preciso apoiá-las e fortalecê-las para garantir os direitos das crianças. De nada adiantaria cuidar da criança se a família permanecesse na sua condição de pobreza e vulnerabilidade.

Essa demanda e expectativa manifestadas na conferência estadual se concretizaram pouco tempo depois, em 2003, com a criação e a implantação do Programa Bolsa Família, um programa de transferência condicionada de renda, cujos impactos positivos na educação, na saúde, na segurança alimentar e nutricional, na economia local, no empoderamento das mulheres, na redução da violência são reconhecidos e amplamente divulgados, conforme inclusive estudo de Rego e Pinzani (2014).

Aqui vale citar também Bregman (2018), que em seu livro *Utopia para realistas* afirma já existir pesquisa correlacionando a “distribuição incondicional de dinheiro a reduções de criminalidade, mortalidade infantil, desnutrição, gravidez na adolescência, falta às aulas e a melhorias nos resultados escolares, crescimento econômico

e igualdade de gênero” (p. 33). Em outra experiência, o autor menciona que até mesmo o número de hospitalizações caiu. A garantia de renda às famílias gera economia em outras áreas de políticas públicas – por exemplo, a alimentação adequada melhora a saúde. A “redistribuição” gera a “multiplicação”. Em outras palavras, a divisão gera multiplicação, na medida em que aumenta o Produto Interno Bruto (PIB) e a receita de impostos, e gera economia em outras áreas de políticas públicas e melhor qualidade de vida.

Um dos últimos eventos realizados na década de 1990 foi relacionado à “adoção”, com o objetivo de debater e mobilizar técnicos, famílias e sociedade para formar um Grupo de Apoio à Adoção no estado, como os que já existiam e atuavam em várias cidades do país. Além da palestrante, duas famílias que haviam passado pelo processo de adoção também deram depoimento. Uma das depoentes disse, emocionada, que não era ela quem havia feito “bem” à criança, mas sim a criança que havia feito bem a ela. Naquele encontro, foi formada uma comissão para continuar o trabalho de formação do grupo¹⁴⁰, mas o processo ficou bastante travado, com poucos participantes, talvez pela falta de entendimento de o quanto é bom ter atores da sociedade civil dialogando entre si e com o poder público, em especial com o Poder Judiciário, onde tramitam os processos de adoção. Eles podem ser parceiros. O Judiciário tem menos experiência e abertura para dialogar com a sociedade civil. Apesar disso, mais tarde, o Grupo se constituiu e ainda hoje segue atuante.

O tema no ensino de graduação

Após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a disciplina optativa “Seminário de Serviço Social no campo do menor”, do currículo de 1985, passou a ser ofertada com certa regularidade no curso de graduação em Serviço Social. Nela predominava o estudo do ECA e do novo paradigma que ele introduzia na política, nos discursos institucionais e na prática profissional. Era um debate intenso em sala de aula, com opiniões a favor e contra o Estatuto, uma luta diária para desconstruir

140 A ex-aluna e assistente social Sandra Soldatelli participou desse esforço de formar o Grupo de Apoio à Adoção.

os preconceitos contra a lei, contra o que diziam dela sem nunca terem tido acesso ao seu conteúdo e aos seus fundamentos, contra os meninos de rua, que no imaginário popular não passavam de “pivetes” e “trombadinhas”, responsáveis pelo aumento da violência na sociedade.

As pessoas não conheciam o conteúdo do ECA, mas eram contra ele. Estudos mostravam que as categorias profissionais que mais se opuseram ao Estatuto foram os professores e os policiais; isso porque a lei colocava limites ao poder discricionário desses atores. E, como diz Mendez (1998), quanto mais poder discricionário tem um agente, mais arbitrariedades pode cometer. Considerando a história do país, sua herança escravocrata, elitista e autoritária, famílias pobres e suas crianças e adolescentes são criminalizadas e vítimas de preconceitos, estigmas e exclusão social. São destituídas de sua humanidade e até mesmo “matáveis”. Uma exclusão moral que justifica e legitima a exclusão social.

Também Trabalhos de Conclusão de Curso passaram a ser feitos sobre diferentes objetos desse campo temático. Em um desses trabalhos, sobre um antigo orfanato situado na Grande Vitória, que funcionava em regime de internato – hoje reordenado e transformado em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –, a estudante ouviu o depoimento de uma mãe que lhe disse que “cada vez que visitava o filho, ele estava mais distante”. As visitas eram mensais em horários estabelecidos. Uma demonstração do enfraquecimento dos vínculos afetivos, questão naturalizada quando se tratava de famílias empobrecidas.

Alguns temas novos têm sido abordados nos TCCs, conforme demonstra Passamani (2020), sendo interessantes aqueles que abordam as experiências de adolescentes em medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, que se dá no âmbito dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) nos municípios¹⁴¹. Essa é uma experiência nova que merece ser estudada e fortalecida por se dar em meio aberto. Também aparece entre os TCCs listados, um que aborda a experiência da “audiência concentrada”, realizada para tratar

141 No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), é o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, implementado pelos Creas ou por equipes de referência que existem nos municípios. Há municípios que terceirizam a execução do serviço, mas ele é referenciado ao Creas.

das situações de crianças em acolhimento institucional. Ter estudos, ainda que de iniciação científica, cujo objeto seja a experiência que envolve o Juizado da Infância e Juventude, tem grande importância, por dar visibilidade a práticas pouco publicizadas.

Estive presente, enquanto secretária municipal de assistência social da PMV, nas horas iniciais da primeira “audiência concentrada” realizada pelo Juizado da Infância e Juventude de Vitória, com quem mantivemos estreita cooperação. Estavam ali o juiz, a promotora de justiça, a equipe técnica do Juizado, equipes técnicas das várias secretarias da Prefeitura, a equipe técnica do abrigo de 0 a 6 anos, e também o avô da criança acolhida, se bem me lembro. O familiar da criança estava encurvado, cabisbaixo, com seu corpo expressando submissão e impotência. Foi constrangedor aquele primeiro momento da audiência pela situação humilhante do responsável pela criança, mas a situação foi se modificando ainda nessa mesma audiência, nas outras e nas que vieram depois, que se tornaram espaços de fala e de escuta das crianças e das famílias, respeitando sua condição de sujeitos. As equipes técnicas trabalhavam intensamente na busca de familiares que pudessem se responsabilizar pela criança. São ações e políticas públicas que avançam no sentido civilizatório das diretrizes do Estatuto que merecem estudos para aperfeiçoamento.

O Suas coloca o acolhimento institucional como o último nível de complexidade da sua organização: o da proteção social especial de alta complexidade; e ainda coloca a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante das ações tanto da proteção social básica quanto da proteção social especial. Daí o desafio de repensar as alternativas de proteção às crianças historicamente implementadas no Brasil, que enfatizavam o abandono delas e a sua colocação em abrigos e casas de expostos. A história do abandono, segundo Venâncio (1999, p. 170), “é a história secreta da dor”. Em sua obra, este autor afirma: “Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres de nossos dias só encontram uma saída para socorrer os filhos carentes: entregá-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte”. Embora algumas situações ainda persistam, o quadro muda quando há um modelo econômico mais redistributivista.

O curso de pós-graduação *lato sensu*

Em julho de 1996, o Neca protocolou na universidade o projeto do I Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Processos Socioeducativos com Crianças e Adolescentes, visando aprová-lo nas instâncias competentes da Ufes. Depois de anos de estudos, leituras, participações em conferências, seminários e debates públicos, considerou-se já ter acumulado conhecimento e reflexões suficientes para organizar um curso de especialização voltado para profissionais que atuavam nesse campo. Da justificativa do projeto, constava o seguinte argumento:

O Espírito Santo tem hoje (1996) aproximadamente 40 conselhos municipais (dos direitos da criança e do adolescente) e 30 conselhos tutelares, um conselho estadual e mais de duzentos programas ou organizações não governamentais que atuam com crianças e adolescentes. É preciso preparar profissionais para esta nova realidade, onde o enfoque educativo e promocional substitua o enfoque repressivo-correcional no atendimento à criança e ao adolescente que predominou durante longos anos no Brasil. Reverter esta visão hegemônica não é tarefa simples (UFES, 1996, p. 5).

Os objetivos gerais do curso eram: “capacitar quadros técnicos para atuar na implementação da política de atendimento, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Espírito Santo, conforme estabelece a lei 8.069/90”; e também “contribuir para humanizar e tornar mais civilizadas as relações com crianças e adolescentes, seja no âmbito da família, da ação do Estado e da sociedade em geral” (UFES, 1996, p. 7). O curso foi aprovado pelo Conselho Universitário – Decisão n. 125/96 – e executado nos anos de 1997 (março) e 1998 (fevereiro), com 375 horas.

Seu currículo era formado por três módulos: de fundamentação¹⁴²; oficinas temáticas, com 15 horas cada, devendo o aluno cursar duas delas¹⁴³; e monografia, a

142 O módulo de fundamentação tinha as seguintes disciplinas: A construção do conhecimento e o trabalho pedagógico; Fundamentos da Psicologia Social; Pobreza e política social; Infância, adolescência e política social; Infância, adolescência e violência; Infância, adolescência e família; Juventude e delinquência; Seminário de monografia.

143 As oficinas temáticas eram as seguintes: Metodologias participativas de trabalho com adolescente; Adolescência e sexualidade; DSTs, Aids e adolescência; O trabalho com drogadicto; O

ser feita dentro dos seguintes eixos temáticos: I. Avaliação do processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Espírito Santo; II. Metodologias de trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes; III. Análise de políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes.

O curso se realizou com cerca de trinta alunos e várias monografias foram elaboradas. Uma delas, que chamou a atenção, tratou do processo de “devolução” de duas crianças adotadas ao abrigo de onde saíram, depois de uma lei ter estabelecido que a adoção era irrevogável (artigo 48 do ECA). Sensibilizou-nos o sofrimento das crianças, o medo e o temor das perdas que novamente teriam.

Promoção e participação em mobilizações e campanhas

A “mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade” (BRASIL, 1990) na garantia dos direitos da criança e do adolescente é uma diretriz da política de atendimento prevista no artigo 88, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mobilizar, segundo Costa ([s.d.], p. 23), “é produzir e fazer circular sentidos, visando a construção de uma comunidade de propósito”. E o sentido do ECA é assegurar os direitos de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nenhuma espécie. Era preciso, inclusive, suprimir do debate público e do discurso institucional a categoria “Menor”, historicamente utilizada para classificar a infância pobre e excluída. Era comum ouvir de autoridades o Estatuto sendo chamado de “Estatuto do Menor e do Adolescente” ou “Estatuto da Criança e do Menor”, o que nos causava “arrepios”. Como afirma Michelle Perrot, “a opinião pública é um campo de forças em movimento, que precisa ser ocupado incessantemente, sob pena de ficar entregue ao intolerável. A cidadania ativa passa por esses gestos e essas palavras, cuja eficácia não podemos negar” (PERROT, 2000, p. 112). Sobre o consentimento da intolerância, Perrot afirma que “o consentimento do intolerável não acontece de repente, mas pelo hábito, pela banalização do cotidiano” (p. 113).

trabalho com adolescentes autores de ato infracional; O trabalho com vitimizados; Assessoria aos conselhos municipais; Assessoria aos conselhos tutelares; Planejamento participativo; Trabalhando com famílias; Análise de programas sociais; Gestão de programas sociais.

De fato, era preciso colocar na agenda pública o tema da criança e do adolescente com todos os problemas que ele enfeixa, tais como: o abandono escolar, a reprovação como fator que aumenta a vulnerabilidade, a violência, o abuso sexual, a exploração sexual, o trabalho infantil. E outros mais graves, como a narrativa que tentava se impor que dizia ser o Estatuto uma lei que “passa a mão na cabeça” da criança; que tira a autoridade de pais e professores; que protege bandido; uma “lei boa para a Suíça, mas não para o Brasil”; uma lei que só fala em direitos, mas não fala em deveres; a narrativa de que o menino em situação de rua era responsável pelo aumento da violência na sociedade, e que, por isso, se deveria rebaixar a idade da maioridade penal¹⁴⁴.

Colocar o trabalho infantil como um problema exigiu um longo enfrentamento, posto que ele era visto como solução diante da pobreza da família, afinal “era melhor estar trabalhando do que na rua vadiando”. A propósito, a “vadiagem” foi condenada na legislação do século XX¹⁴⁵.

Assim era em todos os temas que envolviam a infância sem direitos. Era necessário mobilizar a sociedade, seus diferentes e estratégicos atores, construindo novos imaginários acerca da infância empobrecida e suas famílias, dos meninos e meninas de rua que sofriam uma “exclusão moral”, que retirava deles sua humanidade e abria a possibilidade para seu extermínio – sem causar comoção. A mobilização era essencial. Colocar informações da nossa triste realidade no debate era condição para vencer a narrativa punitivista e fortalecer a narrativa garantista dos direitos previstos na lei.

Contra o trabalho infantil, o Neca organizou, em 1994, sempre em conjunto com várias entidades, instituições e conselhos, o Seminário Estadual contra o Trabalho Infantil, em apoio ao movimento “Marcha Global contra o Trabalho Infantil”. Estive como representante do Núcleo em várias audiências no Ministério Público do Trabalho Federal, debatendo situações de trabalho infantil – no meio urbano (em

144 Essa questão era marginalmente mencionada por um ou outro ator. Com o tempo, foi ganhando mais força e invadindo a esfera pública. Sobre ela, assim falou Marcos Nobre, ao final de artigo sobre o tema “Maioridade”, de 2015: “A redução da maioridade penal é mais um obstáculo que a sociedade se põe a si mesma no caminho para sair de sua minoridade” (NOBRE, 2015).

145 Em Vitória, capital do Espírito Santo, funcionou a Delegacia do Menor e da Vadiagem. Tempos depois da vigência do ECA, ela passou a se chamar Delegacia Especializada do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle). No estado, foi criada também a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

postos de gasolina, nas feiras livres, como vendedores em sinais, como vendedores de amendoim, de flores à noite nos bares da cidade) e no meio rural (nas lavouras de café, de mamão) – e ajustes de conduta envolvendo as instituições.

O Núcleo também participou da organização da “Campanha contra a evasão e reprovação escolar”, realizada em 1996, promovida pela Secretaria da Educação (Sedu), pelo Criad e pelo Neca¹⁴⁶. No boletim da campanha, *Desafio*, n. 2, de setembro de 1996, em seu Editorial está registrada a seguinte afirmação:

Durante os meses de maio e junho (de 1996), a coordenação estadual da Campanha Contra Evasão participou de quatro encontros com diretores de escolas estaduais promovidos pela Sedu. Cerca de 800 diretores discutiram o problema da evasão e as medidas para diminuir os seus índices (NECA, 1996).

Todas as propostas feitas pelos grupos de diretores foram recolhidas, sistematizadas e publicadas, em onze itens, nesse boletim n. 2, que trata de questões fundamentais, como “a recuperação do aluno, a autonomia da escola para planejar e avaliar o ensino, a participação do aluno na vida da escola, a relação da escola com a família, o acompanhamento do aluno evadido”. A esse respeito, recomenda que “a escola se organize ou busque o apoio de outros grupos da comunidade (Conselho Tutelar, mãe voluntárias, pastoral) para identificar o aluno evadido, visitar a família e conscientizá-la da importância do retorno da sua criança à escola” (NECA, 1996).

146 Nos debates sobre os direitos da criança, sempre compareciam os temas evasão, abandono e reprovação escolar. Daí surge a proposta de fazer a campanha contra a evasão e pela permanência e o progresso da criança e do adolescente na escola, o que ocorreu sob a coordenação das representantes da Sedu no Criad e também do Neca. Por meio da Sedu, foi possível participar de encontros com diretoras(es) de escolas da rede estadual de educação, que debateram o problema e propuseram soluções. O debate e as propostas foram sistematizados e publicados nos dois números do boletim da Campanha.

O trabalho de prevenção ao HIV

O trabalho com a prevenção do HIV-Aids na Ufes ganhou impulso por volta de 1994, quando a professora Eugênia Célia Raizer, do DSS, voltou de seu doutorado em Serviço Social, feito na PUC-SP. Na época, já funcionavam dois núcleos articulados por professoras do DSS: o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Nepemge)¹⁴⁷ – ambos poderiam trabalhar o tema do HIV-Aids, dado o seu caráter transversal. Assim, concluído o doutorado e de volta à Ufes, Eugênia deu continuidade ao estudo, à pesquisa, à formação e à assessoria sobre o tema.

Voltando no tempo e para deixar o registro, em 1989, a convite da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets), a professora participou de uma oficina sobre esse tema, em Lima (Peru), antecedendo o Congresso Internacional das Escolas de Serviço Social, promovido pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, em parceria com a Alaets. A oficina era parte da programação do evento e visava preparar professoras(es) da América Latina para trabalhar com a questão do HIV nos cursos de Serviço Social. Além de participar da oficina, durante o congresso a professora esteve em várias outras sessões que trataram do tema, onde conheceu e articulou-se com pesquisadoras(es) de vários países e importantes centros de pesquisa. De volta ao estado, buscou conhecer as ações governamentais e não governamentais em desenvolvimento. E, num contato com o Serviço Social do Sesi, soube do funcionamento do Grupo pela Vidda – Valorização, Integração, Dignidade do Doente de Aids – no Espírito Santo, com o qual se articulou e passou a trabalhar também.

Em 1990, a professora Eugênia foi cursar doutorado na PUC-SP, como supracitado, tendo a questão do HIV como tema de sua tese – defendida em 1995, com o título *O Estatal, o público e o privado e suas expressões na epidemia da Aids*. Durante o seu doutoramento, continuou atuando com o Grupo pela Vidda de São Paulo e participou de mobilizações pela criação de vagas em hospitais, pela inclusão no orçamento público de recursos destinados à atenção e à prevenção da Aids, contra o preconceito e seus efeitos, como a dispensa do trabalho.

147 Articuladoras do Nepemge: Ângela Maria Campos da Silva e Nair Barbosa Guedes.

Na ONG onde atuava, havia também acolhimento a soropositivos e familiares para escuta, acesso a informações, orientações, trocas e apoios, reuniões de grupo – iniciativa chamada “chá positivo”. Nesse processo, conheceu outros especialistas com os quais elaborou e implementou: projeto de oficinas de “sexo seguro” destinado a mulheres; programas de educação sexual desenvolvidos com jovens em escolas; oficinas de sexualidade e Aids, feitas também em escolas; treinamentos para professores da rede pública municipal de São Paulo, destinados a preparar esses profissionais para tratar o tema no ambiente escolar. Além disso, a professora fez estágio (bolsa sanduíche) no Centro de Documentação Studi (Centro de Estudos e Educação em Prevenção da Aids), em Barcelona (Espanha), cujo foco era a prevenção da Aids com jovens.

Ao voltar do doutorado, iniciou sua atuação no Neca na área de prevenção da Aids, realizando oficinas com jovens, estudantes e mulheres, organizando fóruns de exposição e debates de experiências em prevenção da doença. Manteve-se vinculada ao Grupo pela Vidda-ES, considerando até mesmo que o trabalho preventivo no enfrentamento da Aids era basicamente realizado por ONGs com financiamento público. Orientou TCCs, além de prestar assessoria a órgãos públicos e atuar como consultora do Ministério da Saúde por longo período de tempo.

Considerações finais

O Neca deu importante contribuição à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Espírito Santo. E o fez por meio do ensino, da pesquisa e da extensão: capacitando alunos, profissionais e comunidade em geral para atuarem em conformidade com o novo paradigma introduzido na CF 88 e na legislação brasileira; realizando pesquisas e socializando seus resultados; assessorando conselhos, municípios, ONGs, instituições públicas; colocando publicamente opiniões sobre temas envolvendo os dramas de crianças e adolescentes; assumindo posições públicas de defesa dos direitos desses segmentos; resistindo a medidas regressivas de direitos. A universidade é uma instituição respeitada, tem legitimidade e sua voz fortalece processos civilizatórios.

O ECA e a Loas foram aprovados e implementados em tempos diferentes, e isso teve consequências. Com a vigência do Estatuto, as internações por motivos de

pobreza foram interrompidas e os internatos públicos, fechados. Foram desativados os equipamentos existentes sem que os municípios estivessem preparados para “municipalizar” o atendimento, conforme previa o ECA. Quanto à Loas, embora o projeto de lei tenha sido encaminhado ao Congresso em 1989, e aprovado, ele foi integralmente vetado pelo presidente da República, devido à resistência do governo em pagar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegurado na Constituição (artigo 203, inciso V). À Assistência Social, política não contributiva de seguridade social, cabia garantir a proteção à infância, à adolescência, bem como à família, à maternidade e à velhice (artigo 203, inciso I).

A existência de um sistema público de assistência social mais efetivo se deu a partir de 2005, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em todo o país. Organizar os serviços por níveis de complexidade, como requer o Suas, unificar todos eles seguindo os princípios e diretrizes do Sistema, ter foco na família, fazer entidades filantrópicas quase que seculares entenderem que são parte de um sistema ao qual devem se integrar e observar suas regulações, não é tarefa simples. Também fazer os abrigos de crianças, historicamente fechados e segregacionistas, entenderem que devem se articular com a proteção social básica; participar das reuniões da rede socioassistencial nos territórios; buscar o retorno das crianças à família nuclear ou extensa; tudo isso tem exigido persistente esforço de todos. Mas “avanços” vêm ocorrendo, embora alguns “atrasos” persistam ou sejam reinventados.

A tarefa de implantar a lei ainda não acabou. Talvez nunca acabe. Mas, quanto mais a sociedade brasileira avança no processo civilizatório e na extensão da cidadania, mais estarão garantidos os direitos de crianças e adolescentes e suas famílias. Como afirma Maria Rita Kehl (2015), “o que distingue civilização de barbárie é o empenho em produzir dispositivos que separem um do outro”. E o Estatuto é um projeto civilizatório, daí o empenho em fazer valer os seus dispositivos.

Referências

ALBERT, Agnes Cristina; FADEL, Silvana Pereira. **Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Espírito Santo**. Relatório de Pesquisa. Vitória: Ufes/Neca, 1993.

- BOURGUIGNON, Natalia. Entenda o que foi a Scuderie Le Cocq e a relação com a política no ES. **A Gazeta**, Vitória, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/entenda-o-que-foi-a-scuderie-le-cocq-e-a-relacao-com-a-politica-no-es-1022>. Acesso em:
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.
- BREGMAN, Rutger. **Utopia para realistas**: como construir um mundo melhor. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Infância, juventude e política social no Brasil. *In*: COSTA, Antônio Carlos Gomes da *et al.* **Brasil, criança urgente**: a Lei 8069/90 – o que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Columbus, 1990. p. 69-105. (Coleção Pedagogia Social).
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O novo direito da infância e da juventude do Brasil**: 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avaliando conquistas e projetando metas. [S. l.]: Unicef, [s.d.].
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da *et al.* **Brasil, criança urgente**: a Lei 8069/90 – o que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Columbus, 1990. (Coleção Pedagogia Social).
- ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. **Comissão Parlamentar de Inquérito da criança e do adolescente**. Relatório Final. Vitória, 25 de março de 1991.
- ESPÍRITO SANTO. Lei n. 1.022, de 30 de dezembro de 1955. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, ES, dez. 1955. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI10221955.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

- ESPÍRITO SANTO. Lei n. 1.685, de 06 de fevereiro de 1962. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, ES, fev. 1962. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lei16851962.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. **Programa de Ação do Governo do Estado do Espírito Santo para a proteção, assistência e desenvolvimento da criança – 92/95**. Vitória, 1992.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
- KEHL, Maria Rita. Justiça ou vingança? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2015/06/1641568-maria-rita-kehl-justica-ou-vinganca.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- MENDEZ, Emilio Garcia. **Infância e cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. 2. ed. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- NOBRE, Marcos. Maioridade. **Jornal Valor Econômico**, 29 de junho de 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/maioridade.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- NECA. Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente. Editorial. **Boletim Desafio**. n. 2. Vitória: Sedu, 1996.
- PASSAMANI, Maria Emilia. **Resgate histórico dos 30 anos do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA)**. Projeto de Pesquisa. Vitória: Departamento de Serviço Social da Ufes, 2020.
- PERROT, Michelle. O intolerável. *In*: UNESCO. **A intolerância: Foro Internacional sobre Intolerância**. 27 de março de 1997. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SERPA, Ana Maria Petronetto. **O Estatuto da Criança e do Adolescente: caminhos e descaminhos da sua implantação no Espírito Santo**. Relatório de Pesquisa. Vitória: Ufes, 1997.
- SERPA, Ana Maria Petronetto. Uma saída para a pesquisa. **Primeira Mão** – Jornal Laboratório do curso de Comunicação Social da Ufes, Vitória, n. 28, ago. 1994.
- SERPA, Ana Maria Petronetto; ALBERT, Agnes Cristina; FADEL, Silvana Pereira. Meninos e meninas de rua: cotidiano e sobrevivência. **Cadernos de Pesquisa da Ufes**, Vitória, n. 2, p. 1-58, ago. 1993.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Serviço Social. Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente. **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Processos Sócio-educativos com Crianças e Adolescentes**. Vitória: Ufes, 1996.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Serviço Social. **Projeto de Currículo Pleno do curso de Serviço Social**. Vitória: Ufes, 1985.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.
- VIZA, Floresta de Maria Soeiro. **Meninos da Catedral**. Prefácio de Antônio de Pádua Gurgel. Vitória: Ed. do Autor, 2005.
- WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

II. Lembranças afetivas do Neca

Ângela de Fátima Vieira Bueno

Convocada para escrever sobre o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente, me pego distante de uma realidade vivida ali no Neca e também na Ufes. Traída pela memória, esqueço datas e fatos.

Depois de muito matutar sobre o que escrever, fiquei pensando em alguns fatos vividos, no período de alguns anos em que estive na coordenação do Núcleo, que, no meu entender, devem ter marcado algumas alunas que por ali passaram, assim como me marcaram.

Cada coordenação do Neca impactou um tempo pelo desenvolvimento de projetos específicos. Quero destacar aqui pelo menos dois desses projetos, descritos a seguir, desenvolvidos no meu tempo de coordenação do Núcleo.

O Neca passou a ser um campo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social, e optamos por trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas e nas entidades que compunham a rede de proteção à criança e ao adolescente. Nas escolas, o Estatuto era trabalhado não só com os alunos, mas também com os professores. Enquanto os estagiários dedicavam-se aos estudantes, eu coordenava uma oficina com os docentes. A preparação para essas oficinas era muito criativa e prazerosa. Perguntávamo-nos: como motivar crianças e adolescentes a conversarem sobre o ECA?

Buscando resposta para essa pergunta, estudamos o Estatuto e outros textos complementares e, então, criamos um jogo de tabuleiro gigante em placa EVA. Nesse tabuleiro, a criança e o adolescente eram os peões que circulavam pelas casas, andando,

ora para a frente, quando respeitavam e seguiam as leis preconizadas pelo Estatuto, ora para trás, quando o Estatuto não era cumprido. Nas oficinas realizadas nas escolas e nas entidades da rede de proteção, esse material era usado com muita alegria e envolvimento pelas crianças e adolescentes, que formavam filas para que a brincadeira pudesse ser realizada, em meio a torcidas organizadas e muita animação.

O outro recurso didático complementar que utilizávamos eram grandes fantoches, com os quais fazíamos um teatro sobre o tema do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim como o tabuleiro gigante, os fantoches também atraíam a atenção da garotada e estimulavam a criatividade dos alunos participantes do Neca. Esses dois recursos tornavam as oficinas vivas, e erámos bastantes requisitados nessa época, atendendo a diversos convites para oficinas.

Nesse mesmo período, o Núcleo continuou a ser também um campo de pesquisa e de produção de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Ainda na minha gestão, em 8 de dezembro de 2006, recebemos o diploma Menção Honrosa Dom João Batista da Mota e Albuquerque "Só o povo salva o povo", pela atuação do Neca na defesa da cidadania e da vida. Claro que esse diploma é extensivo às professoras e alunas que passaram pelo Núcleo desde a sua criação, e demonstra o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por nós.

O Núcleo era bastante vivo. E contou, por um período, com a participação das professoras Vania Maria Manfroi, que fundou e coordenou o Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup), e Maria Emilia Passamani, parceira desde o trabalho desenvolvido com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), denominado Casa República, época em que ela era uma das assistentes sociais do projeto.

Graças aos alunos estagiários curriculares, que partilhavam conosco seu desejo de saber mais sobre a área específica da criança e do adolescente, tivemos pernas para atender a várias solicitações vindas da rede de proteção, para a realização de oficinas, tanto com educadores sociais de diferentes projetos quanto com as crianças e os adolescentes que deles participavam.

Iniciei este texto com dificuldade de relembrar as atividades do período em que estive na coordenação do Neca. Mas há fatos que não se esquecem, e sempre é tempo de reconhecer e agradecer.

Assim que entrei na Ufes, vinda de dezoito anos de prática na saúde pública, divididos entre a área de saúde mental e a gestão de serviços de saúde, coube-me orientar estágio na área de infância e juventude. Corri e pedi socorro a Ana Petronetto, sendo muito bem acolhida, com uma farta indicação de bibliografia e com o convite para integrar o Neca, de onde não mais saí. Fica aqui registrado o meu agradecimento.

Cabe aqui agradecer também à professora Eugênia Raizer o feliz reencontro nesse meu retorno à Ufes, de um outro lugar que não o de aluna.



III. Memórias de uma história coletiva: a trajetória do Neca (2000-2003)

Vania Maria Manfroi

Aracely Xavier

Colaboração: Gabriela Gilles Ferreira

O texto que segue tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca de estudos, pesquisas e ações desenvolvidos no Neca num curto período de tempo: entre os anos 2000 e 2003. Serão destacados aqui os estudos realizados por meio da iniciação científica e a constituição do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo.

É importante demarcar o contexto dos anos 2000, uma década depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e também pouco mais de uma década após a promulgação da Constituição Federal de 1988. As preocupações teóricas e as ações aqui apresentadas se inserem nesse momento da história do país.

A CF 88 previu um sistema de seguridade social organizado em torno de saúde, previdência e assistência social, assegurados como direitos sociais. Criou, assim, um sistema baseado na descentralização político-administrativa e no controle social. No entanto, esse sistema tornou-se ameaçado a partir da implantação do modelo neoliberal, iniciado no governo Fernando Collor de Mello, que buscava manter os compromissos da dívida externa com os organismos internacionais. Desse modo, a partir

do neoliberalismo, ocorreu o desmantelamento de instituições e políticas sociais, no período Collor, e uma extrema focalização das políticas sociais, no governo Fernando Henrique Cardoso, influenciado pelas propostas de contrarreforma de Bresser Pereira, que restringiu direitos historicamente conquistados.

Já o ECA previu um sistema de garantias de direitos, que, diante dessas políticas neoliberais, não se efetivou. A participação popular, prevista tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto, também apresentou limites. E é nessa perspectiva que se apresenta a reflexão deste texto: de um lado, a organização da sociedade por meio de movimentos e fóruns e de participação nas instituições de controle social; de outro, uma política estatal focalista que marca o período analisado.

Em 2000, a professora Vania Maria Manfroi assumiu a coordenação do Neca, tarefa desafiadora, tendo em vista o histórico e a consolidação do Núcleo, desde os anos 1990. Nesse período, ele já era altamente reconhecido em solo capixaba e no país. Havia uma tônica no debate acerca da violência, especialmente no que diz respeito ao segmento infantojuvenil, bem como na discussão sobre os avanços da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse contexto, a professora finalizava seu afastamento para o doutorado e foi possível retornar à Ufes, quando foram retomadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão como tríade do compromisso social que a universidade pública tem com a sociedade.

Logo ao assumir a coordenação do Neca, foi possível participar da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, em Natal (RN). Posteriormente, tendo em vista a pouca discussão sobre o tema naquele período, foi articulada a criação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo. Esse Fórum teve a representação de diversas entidades, tais como: Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, conselhos tutelares, Programa Sentinela, Juizados da Infância e da Juventude, promotorias, Ministério Público Estadual, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Assembleia Legislativa, Pastoral do Menor, Cáritas Arquidiocesana de Vitória, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Jean Alves da Cunha (Cedejac), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad), Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social (Setas), Programa de Atendimento às Vítimas de

Violência Sexual (Pavivis), Centros de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Conselho Regional de Psicologia, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vitória, entre outras.

A partir do Fórum, foram organizadas campanhas de esclarecimento sobre a violência sexual infantojuvenil em todo o Espírito Santo. Foram articuladas reuniões mensais com diversos atores da área de criança e adolescente, capacitações diversas, audiências públicas; e foi elaborado, também, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil. Também foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a violência sexual infantojuvenil no estado. Ainda foram desenvolvidas pesquisas sobre a temática. Essas atividades e outras serão detalhadas mais a seguir.

A investigação como uma das ações do Núcleo teve como objeto a relação entre o exercício profissional dos assistentes sociais e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram aprovados dois projetos de iniciação científica ligados ao Neca, nesse período específico (2000-2001): “A prática profissional do assistente social junto aos programas de crianças e adolescentes na cidade de Vitória”; e “O impacto dos 10 anos do ECA sobre a prática da(o) assistente social nas ONGs”. As bolsistas das pesquisas foram, respectivamente, Gabriela Gilles Ferreira e Daniele Campagnaro.

A proposta visava perquirir a realidade a partir das alterações propostas pelo ECA, que objetivavam mudanças na forma de enfrentamento das questões sociais relacionadas à infância e à adolescência, e o redimensionamento da política de atendimento na área. Uma das preocupações também era analisar as formas de contratação dos profissionais, as suas relações de trabalho, e observar a incidência (ou não) disso sobre o conteúdo do exercício profissional na defesa dos princípios definidos pelo Estatuto.

A respeito dos resultados da pesquisa, as autoras concluíram que as ONGs que desenvolviam ações no âmbito da criança e do adolescente naquela realidade agiam de forma a serem subsidiárias às ações do poder público, pois a concepção de gestão local, à época, era de corresponsabilidade entre poder público e sociedade. Apontaram como principal característica da subsidiariedade o deslocamento da responsabilidade do Estado para a família e para a comunidade.

Já sobre a prática profissional dos assistentes sociais no âmbito dos programas e projetos implantados pelo poder público do município de Vitória, evidenciou-se uma mudança na perspectiva dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes, concebidos a partir da Doutrina da Proteção Integral. A descentralização político-administrativa demonstrou a responsabilidade do município em organizar e construir um sistema de garantias voltado para: assistência social e prevenção de situações de risco e violência; proteção especializada; políticas de garantias; e, mesmo que de maneira incipiente e focalizada, programas de renda mínima.

Desse modo, o avanço identificado pelos profissionais a partir do ECA foi a criação dos conselhos tutelares e do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, que asseguravam a proteção desse público e também a participação social na construção das políticas voltadas para eles. Entre os projetos implantados no município, citaram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Programa Sentinela, o Bolsa-Escola, além de programas como Amigos da Escola, todos eles com características subsidiárias e elaborados também em nível nacional, trazendo como características o caráter focalista e o não resguardo dos direitos sociais universais previstos no ECA.

Uma das dificuldades identificadas pelos profissionais à época era a não efetivação de políticas sociais básicas, agravante das situações de vulnerabilidade e risco. Além disso, constatou-se a ausência de uma rede estruturada de serviços e parcerias, prejudicando a integralidade das ações desenvolvidas no âmbito de cada programa/projeto, como se o atendimento tivesse um fim em si mesmo. Inexistia uma lógica de atuação dentro de um sistema que organizasse níveis de proteção social, fazendo com que os profissionais se voltassem apenas para o atendimento de emergência, cujo principal ator atuante na retaguarda dos programas era o conselho tutelar.

Outro importante ponto foi a constatação de precárias condições de trabalho – como a ausência de salas, veículos, insumos e outros –, de baixo número de profissionais e de falta de investimento em capacitação. Constatadas essas dificuldades no processo de trabalho, os profissionais identificaram a não aplicabilidade plena do ECA à prática interventiva, mais voltada para práticas emergenciais, pontuais e fragmentadas, desligadas da tríade planejamento, execução e avaliação de ações interventivas. Embora o município contasse com profissionais com longa experiência na área de assistência, à época sua atuação era voltada essencialmente para a execução,

com pouca atuação em coordenações de programas/projetos e nas áreas de planejamento e formulação da política de assistência.

Dentro de uma lógica de reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho, a principal forma de contratação dos assistentes sociais pelo município naquele momento era através de cargos comissionados ou contratos temporários, somando 67 % dos profissionais entrevistados. Além disso, a ocorrência de outras vinculações de trabalho era comum, contribuindo para que não houvesse o pleno envolvimento nos processos decisórios da instituição, devido aos limites institucionais e à fragilidade na inserção profissional, conferindo uma autonomia relativa ao fazer dos assistentes sociais atuantes na área. Considerando todas essas dificuldades, bem como a falta de políticas sociais básicas, concluiu-se que, apesar de o Estatuto representar um grande avanço no paradigma e no trato da questão social ligada à criança e ao adolescente, a simples existência da legislação não significava que ela estivesse sendo cumprida em sua totalidade. Era necessária a implementação dos programas e projetos desenvolvidos em âmbito governamental, no sentido da busca por novas práticas para a promoção da população infantojuvenil.

Ambas as pesquisas de iniciação científica, citadas anteriormente, concluíram que, na relação entre o ECA e o neoliberalismo, os projetos desenvolvidos na área de criança e adolescente, na realidade do Espírito Santo, ainda estavam voltados para a situação de risco pessoal e social, apresentando caráter assistencial, tendo avançado pouco na efetiva articulação do sistema de garantias. Não foram criadas políticas sociais básicas e universais, e o repasse da responsabilidade do poder público para as ONGs, no que tange às políticas sociais, não proporcionava a construção de cidadania, mas, diferentemente, reforçava a precarização social e a reestruturação produtiva que interessa apenas ao capital.

Ainda na esteira da trajetória do Neca no período, um dos importantes eventos realizados pelo Núcleo foi o seminário sobre a primeira década do Estatuto da Criança e do Adolescente, com as conferências do professor Vicente de Paula Faleiros, que analisou os dez anos do ECA no Brasil, e da professora Ana Maria Petronetto Serpa, que falou sobre a realidade local. Também foi debatida a violência sexual infantojuvenil, com a professora Maria Lúcia Pinto Leal, da Universidade de Brasília (UnB), que versou sobre o tema em nível nacional. Prosseguindo, houve a apresentação da experiência do Fórum de prevenção e erradicação da violência sexual infantojuvenil

de Minas Gerais, feita por Antônio Coquito, representante da ONG Visão Mundial. Também a assistente social Margarita Matteo, do Pavivis, falou da realidade local.

Durante o evento, foram realizadas sete oficinas, que discutiram os seguintes temas: Pedagogia de rua; Direitos humanos; Família; A constituição subjetiva das crianças e adolescentes; Trabalhando os conselhos tutelares; Processo grupal; e Violência sexual. Essas oficinas foram muito bem avaliadas pelos participantes enquanto espaços que proporcionaram trocas de experiências entre os presentes do seminário.

A proposta inicial do seminário foi ampliada, incorporando outras pessoas que aderiram voluntariamente a um grupo de trabalho, que foi deliberado ao final de uma das oficinas, tendo sido agendada reunião para prosseguir o debate.

Em decorrência da participação do Neca na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, outra atividade importante desenvolvida foi a realização de um seminário estadual sobre o assunto, ocasião em que foi criado o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil. O seminário contou com cerca de 300 inscritos e mostrou ser um momento significativo de afirmação do Neca como um articulador das atividades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Espírito Santo.

Com o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo, foram realizadas campanhas, descritas a seguir, de esclarecimento sobre a violência sexual infantojuvenil em todo o estado, capacitações para diferentes atores – desde conselhos tutelares a professores –, além de audiências públicas e reuniões para a elaboração do Plano Estadual supracitado, juntamente com as entidades representativas do Fórum. Nesse período, contribuíram com essas atividades, como estagiárias do Fórum: Aracely Xavier, Luciene Bautz Dalbem e Wanderléia Kiefer.

Em 18 de maio de 2002, foi realizada a primeira campanha. A atividade foi realizada na área central de Vitória e reproduzida em diversos municípios do estado.

A campanha de 2003 teve como tema “Violência sexual infantojuvenil: não seja cúmplice! Denuncie”. Como parte do evento, aconteceu um ato solene na Assembleia Legislativa sobre “Política de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual”, em que teve ampla participação da sociedade civil. Nessa mesma sessão, a promotora Patrícia Calmon Rangel representou o Fórum e apresentou formalmente a necessidade da criação de uma CPI sobre exploração sexual.

Já a campanha de 2004 tratou sobre o tema “Seu corpo merece respeito: denuncie a exploração sexual”. Também fez parte da programação uma sessão especial na Assembleia Legislativa que debateu as estratégias institucionais de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil no estado. A assistente social Margarita Matteo Martin representou o Fórum nessa sessão especial.

O Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo também realizou a “I Capacitação sobre exploração e tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais”. O evento aconteceu na Ufes e na Assembleia Legislativa, e contou com a participação de 80 pessoas, provenientes de todo o estado. Nesse contexto, foi feita uma panfletagem em pontos estratégicos da Grande Vitória.

Mediante as diversas demandas da sociedade, o Núcleo buscava respondê-las, tendo representatividade em atividades estaduais, regionais e nacionais. Assim, além da participação na criação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo, pode-se destacar aqui: a presença na Oficina Nacional de Elaboração do Plano Nacional de Erradicação da Violência Infantojuvenil, em Natal (RN); a participação no Fórum Regional de Erradicação do Trabalho Infantil, como representante regional, para debater as formas de erradicação da violência sexual infantojuvenil no Espírito Santo; a realização de cursos de formação para conselheiros tutelares; a participação na elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil; a construção do Fórum Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo; a articulação com os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tais como o Ministério Público, o Juizado da Infância e Adolescência, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), os conselhos de direitos e os conselhos tutelares; a assessoria com o Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes da Serra para a preparação e seleção de conselheiros tutelares; o estabelecimento de parceria com o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) para a criação da Rede de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Recria), no Espírito Santo, com o objetivo de ser um banco de dados de estudos e ações desenvolvidas para a prevenção da violência sexual infantojuvenil; a articulação com a Região Sudeste na discussão sobre o tema da violência sexual infantojuvenil; entre outras.

Retomando o campo da pesquisa, a partir de 2001, foi elaborado outro projeto que, de alguma forma, deu continuidade aos estudos anteriores, porém com ênfase

na gestão. Esse projeto contou com três pesquisadoras, sendo duas bolsistas, Christie Vagner Santos e Juliana Iglesias Melim, e uma voluntária, Elisangela Souza Tonácio. Com o título de “Gestão da política social de criança e adolescente no município de Vitória (2000-2003)”, a pesquisa foi dividida em dois subprojetos – “Estudo sobre a gestão das políticas públicas na área da criança e do adolescente no município de Vitória e Serra” e “Conselho de direitos da criança e do adolescente no município de Vitória (ES): desafios e possibilidades da participação na gestão de políticas públicas”.

A respeito do estudo sobre a gestão das políticas públicas, concluiu-se que, desde a promulgação do ECA, em 1990, houve uma evolução no município de Vitória, no que diz respeito às políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Entretanto, apesar desses avanços, ainda não eram garantidos plenamente os direitos previstos pela lei.

Isso porque a ausência de investimentos em políticas sociais articuladas em torno da construção de cidadania comprometia a gestão dos programas voltados ao público infantojuvenil e suas famílias. A falta de uma política intersetorial, a contratação temporária e a pouca capacitação dos técnicos foram fatores que comprometeram a qualidade do atendimento e a continuidade das ações.

Desse modo, concluíram as pesquisadoras que, embora existisse um esforço de alguns técnicos e profissionais, os instrumentos de gestão no campo da infância e da adolescência não estavam sendo empreendidos de modo eficaz, tendo sido observadas diversas lacunas para garantir a esse público sua proteção integral. Somado a isso, o pouco e moroso repasse de recursos federais para o município dificultava ainda mais a gestão pública e a execução de projetos em conjunto com a prefeitura, a exemplo do Agente Jovem e do Peti. Isso descaracterizava a descentralização político-administrativa no âmbito local, que foi percebida enquanto mera “prefeiturização”. A ênfase da prefeitura estava voltada para as políticas sociais básicas e as respostas às demais demandas eram pontuais e focalizadas, em decorrência do *déficit* orçamentário. Nesse cenário, surgem as ONGS, que se responsabilizavam por grande parte do atendimento, eximindo o poder público de sua responsabilidade para com a questão social.

Já a pesquisa realizada nos conselhos mostrou que estes estavam muito distantes de ocuparem papéis centrais na formulação e na fiscalização das políticas sociais, pois não tiveram atuações decisivas na gestão e no controle democrático dessas políticas naquele período. O processo de descentralização e participação popular ainda não havia rompido com as políticas centralizadas.

Constatou-se que naquele momento havia um discurso gerencialista na gestão municipal e de corresponsabilidade do Estado. Na época, um dos programas da área de criança e adolescente mais relevantes era o “Rede Criança”, que tinha como objetivo subsidiar as organizações não governamentais para captarem recursos para sua viabilização. Ocorria ali um processo de transferência de responsabilidades a essa esfera, em que a maior parte das políticas de garantias de direitos, quando as crianças e os adolescentes sofriam uma violação, as chamadas retaguardas, ficava a cargo de organizações da sociedade civil. Essas políticas foram avaliadas pelos agentes do sistema de garantias como insuficientes, pois funcionavam sempre em parceria com entidades não governamentais.

Todavia não se desconsiderou que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória (Concav) mudou, de alguma forma, a elaboração das políticas municipais, quando trouxe novos elementos à cultura política local. Esse Conselho conseguiu formular o Plano Municipal de Atendimento. A aplicação dos recursos passou a ter maior transparência a partir do momento em que o próprio Conselho passou a gerenciar o Fundo e as decisões políticas foram minimamente publicitadas (MELIM; MANFROI, 2003, p. 22).

No que diz respeito à representação da sociedade civil, ressaltou-se uma predominância de instituições ligadas à Igreja Católica; além disso, 90 % das entidades tinham convênio com a Prefeitura Municipal. Também foi possível perceber um isolamento dos conselheiros com as suas bases de representação.

Pode-se dizer que essas pesquisas foram muito importantes para se compreender, em nível municipal, as tendências das políticas sociais que ocorriam no país. A partir de uma discussão teórica sobre os rumos da assistência social na perspectiva neoliberal, concluiu-se que o processo de municipalização das políticas de infância e adolescência estava pautado na subsidiariedade, na focalização e numa perspectiva gerencial, tendo sido constatado, também, o *déficit* orçamentário para a execução de tais políticas sociais. Segue abaixo uma reflexão sobre esse processo:

Embora o orçamento da Secretaria de Ação Social de Vitória tenha avançado desde 1997, ele ainda representa um índice muito pequeno para o atendimento da população. Para o orçamento de 2003, houve um contingenciamento de 30 % dos gastos em cada Secretaria, e não foram discutidas quais seriam as áreas prioritárias, houve

uma determinação verticalizada e um corte linear. Dessa forma, o atendimento fica comprometido pela impossibilidade financeira de ampliar os programas e projetos destinados à área social (SANTOS; TONÁCIO; MANFROI, 2003, p. 13).

Portanto, era possível perceber nessa parceria de Estado e sociedade civil elementos do projeto neoliberal, pois tinha como exemplo, em nível nacional, o Programa Comunidade Solidária, que trazia como característica de atuação a subsidiariedade e o retorno a um caráter filantrópico da sociedade, especialmente na assistência social. Esse direcionamento rompia com as propostas aprovadas na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

Dando continuidade à temática, buscou-se estudar a organização da sociedade civil em Vitória e no Espírito Santo, de modo articulado com as políticas sociais, com os seguintes projetos de iniciação científica: “A interface dos fóruns de entidades de defesa de direitos sediados em Vitória com as políticas sociais”; “Caracterização dos fóruns de entidades de defesa de direitos de Vitória”; e “A história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Vitória”.

Nesse sentido, foram feitas pesquisas em dois fóruns estaduais de defesa de direitos: o Fórum Reage Espírito Santo, que surgiu em 1999, mediante a necessidade de enfrentar a violência, o crime organizado, a corrupção e outras formas de desrespeito aos direitos humanos que assolavam a população capixaba; e o já citado Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo, criado em 2001 para articular ações de enfrentamento da violência sexual desse público. Também foi retomada a história do MNMMR-ES. Foram pesquisadoras de iniciação científica Vanderléia Kiefer, Luciene Bautz Dalbem e Aracely Xavier.

Em relação ao Fórum Reage Espírito Santo, as autoras demonstraram que esse espaço contava com a participação de atores com uma trajetória de militância que remonta às décadas de 1970-1980. Eram militantes vinculados a Igreja Católica, movimento sindical, movimento negro, movimentos de bairro e movimento de direitos humanos. Concluíram que o Fórum Reage Espírito Santo, a partir da mobilização em defesa dos direitos humanos e do combate à violência, à corrupção e à impunidade, propôs um novo direcionamento político e social ao estado. Para tanto, ele se apropriou do conhecimento das estruturas de poder para dinamizar a intervenção com o poder público. Apesar de essas ações ainda serem embrionárias para o

estabelecimento da ordem pública, perceberam um esforço deste Fórum em enfrentar a corrupção, a impunidade e o crime organizado.

Enquanto isso, o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo, já caracterizado no início deste texto, desenvolvia suas atividades numa perspectiva de discussão e mobilização da sociedade. Porém a isenção do Estado nas discussões e na implementação de políticas sociais e a ausência de uma política específica para a área dificultaram que esse Fórum exercesse o seu papel de controle social. Avaliaram a existência de pouco comprometimento dos representantes da sociedade civil organizada que compunham o Fórum, no sentido de abarcar as discussões e pautá-las em suas entidades e, posteriormente, nos conselhos, que se constituem em espaços de deliberação de políticas sociais.

O outro projeto, que resgatou a história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), utilizando como metodologia a história oral e a pesquisa documental, demonstrou a importância desse movimento para as mudanças na legislação e nas políticas sociais para o segmento geracional da infância e da adolescência, a exemplo da Constituição de 1988, bem como do Estatuto da Criança e do Adolescente. O MNMNR teve papel central naquele momento, junto com outros segmentos da sociedade.

Na pesquisa, ao se reportar aos anos 1980 e início dos anos 1990, percebe-se que o homicídio e o extermínio infantojuvenis constituíam-se nas violações que mais mobilizavam os movimentos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no estado, cujas estratégias de luta e ação traduziam-se em passeatas, atos públicos, vigílias, denúncias nos jornais etc.

Os técnicos do Espírito Santo, por possuírem experiência com as instituições de atendimento a crianças e adolescentes, receberam, em 1980, proposta para trabalhar com meninos e meninas de rua do Centro de Vitória. Esse convite foi feito pelo fato de possuírem um olhar e estratégias de trabalho diferenciados, e porque, de alguma forma, conseguiam estabelecer contato, serem ouvidos por esses meninos e meninas. Mas o objetivo do trabalho era, na realidade, a “limpeza” da região, a partir do convencimento de crianças e adolescentes a saírem das ruas e voltarem para suas comunidades (XAVIER, 2005). A partir dessa proposta, sem definição, sem objetivo, iniciou-se, através de alguns técnicos, um trabalho nas ruas e praças do Centro da capital, que, posteriormente, deu origem ao Movimento Nacional de Meninos e

Meninas do Espírito Santo. Portanto, de uma proposta inicial de convencimento de meninos e meninas de rua a voltarem para seus municípios, iniciou-se um processo de elaboração de questionamentos à realidade deles, da forma como estava instituída, partindo para um trabalho de pedagogia de rua, de crítica ao paradigma da Situação Irregular (XAVIER, 2005).

O MNMMR forjou então estratégias no sentido de valorizar e incentivar a construção de propostas de ação e mobilização, contando com a participação das próprias crianças em sua formulação e execução, em defesa de seus direitos e com ações pautadas numa dimensão política. Afinal, foi essa dimensão que incentivou a organização a buscar, em conjunto com outras instituições e movimentos sociais nacionais e internacionais, soluções para as causas estruturais e para a situação emergencial dos meninos e meninas de rua (XAVIER, 2005), contribuindo enormemente para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos 1990.

Em relação ao extermínio de crianças e adolescentes nesse tempo, muitos dos assassinatos se davam por agentes do Estado, por vezes associados a comerciantes. O fato de o próprio Estado ser claramente identificado como um dos violadores dos sujeitos citados parecia instigar a movimentação e a concretização de ações por parte dos atores implicados na defesa dos direitos das crianças (XAVIER, 2008). A partir dos anos 1990, ganhou notoriedade, com taxas crescentes e alarmantes, o homicídio de crianças e adolescentes pela rede do tráfico de drogas local, entre outras graves violações.

Xavier (2008), ao sistematizar os dados da Comissão Parlamentar de Inquérito¹⁴⁸, criada através da Resolução n. 2.079/03, para apurar denúncias relacionadas a todas as formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente no estado do Espírito Santo, destaca que, durante o período de investigação abarcado pela CPI, constataram-se diversas violações dos direitos das crianças e dos adolescentes capixabas, incluindo entre essas: a violência sexual (cometida até mesmo por coordenadores de entidades de atendimento) e a exploração sexual (com destaque para algumas regiões do estado).

Em relação a essa realidade, a CPI analisou dados registrados pelos conselhos tutelares em seis cidades do Espírito Santo. Identificou que no ano de 2003, apenas nessas cidades, foram registrados 151 casos que indicavam violação de direitos;

148 Vale destacar que essa CPI foi criada como sugestão do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo.

em 2004, 149 casos; e somente de janeiro a abril de 2005, 98 casos – totalizando 448 casos. Esse registro é um número bem próximo aos 394 casos que foram apresentados pelas delegacias consolidadas. Mas bem distante do número registrado pelo Programa Sentinela (917 ocorrências) – os registros dos conselhos tutelares, 448, equivalem a somente quase metade disso.

Um dado importante apresentado pela CPI foi o fato de que 30 % das agressões aconteceram na casa da vítima, o que aponta que ela era violentada no lugar onde, em tese, estaria mais segura – esse percentual ainda deve ser bem maior, considerando-se que em 37 % dos casos não foi levantada a informação do local da ocorrência no registro. A denúncia partiu da própria mãe da criança em 37 % dos casos.

A título de compreender o quão grave era a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, no período, Xavier recorreu à pesquisa apresentada pela CPI, com vistas a apresentar as manchetes de diversas reportagens divulgadas pelo jornal *A Tribuna*, apenas durante o mês de maio de 2005.

Tabela 1 – Reportagens sobre violência e exploração sexual infantojuvenil veiculadas por mídia impressa durante o mês de maio de 2005

Data	Dia da semana	Manchete
Dia 4	Quarta-feira	Crianças fazem programas
Dia 11	Quarta-feira	Professor suspeito de abuso dava presentes aos alunos
Dia 12	Quinta-feira	Professor acusado de abusar de crianças diz ser inocente
Dia 12	Quinta-feira	Pais obrigam filhas a se prostituírem
Dia 14	Sábado	Pastor denunciado por abuso
Dia 15	Domingo	Soldado da PM acusado de pedofilia
Dia 18	Quarta-feira	Crianças do estado são vendidas para o exterior
Dia 19	Quinta-feira	Mãe denuncia que a filha está grávida do próprio pai
Dia 20	Sexta-feira	Menino de 8 anos é violentado
Dia 25	Quarta-feira	Estado tem 22 pontos de prostituição infantil
Dia 30	Segunda-feira	Estudante estuprada durante 40 minutos

Fonte: Relatório CPI ([s. d.]).

Como se pôde observar, em um mês foram noticiadas no jornal onze manchetes relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo os crimes cometidos pela família, por agentes do Estado, por possíveis protetores etc. Cabe ressaltar que isso se coloca apenas como exemplo para entender a gravidade da realidade de violência sexual no estado naquele período, já que esses foram apenas os casos que saíram na mídia naquele contexto. Sabe-se que existiram muitos outros que nem chegaram ao conselho tutelar, ao Programa Sentinela etc.

Durante os trabalhos realizados pela CPI, chegaram diversas denúncias anônimas, tais como: uma que versava sobre a existência de uma rede de exploração sexual infantojuvenil em Cachoeiro de Itapemirim, com envolvimento de empresários e políticos locais; outra que tratava da possível existência, em São Mateus, de maus-tratos, trabalho escravo, lesões corporais, tortura, cárcere privado e irregularidades das mais variadas em relação ao funcionamento de uma entidade de atendimento a crianças e adolescentes; e ainda uma informação de que um senhor, morador da zona rural do município de Cachoeiro de Itapemirim, mantinha relações sexuais com sua filha, portadora de deficiência mental, com a conivência da mãe da criança, que temia denunciar o marido.

Xavier (2008) infere que o aumento das denúncias poderia estar vinculado à articulação, no Espírito Santo, do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo, que iniciou em 2001.

No que diz respeito ao trabalho infantil, verificou-se, a partir dos dados apontados pela CPI, que muitos casos estavam localizados em áreas rurais, com destaque na área urbana para o trabalho doméstico. Segundo os dados do IBGE (Síntese dos indicadores sociais de 2004), havia no estado do Espírito Santo, em 2004, 109.788 crianças e adolescentes capixabas, na faixa etária de 5 a 17 anos, inseridos no trabalho infantil, distribuídos da seguinte forma: 33,8 % empregados, contratados em empresas; 5,6 % no trabalho doméstico; e 35,5 % em trabalhos não remunerados. Quanto à faixa etária em que começaram a trabalhar, estavam assim distribuídos: até 9 anos, 21,7 %; de 10 a 13 anos, 57 %; de 14 a 15 anos, 21,3 %; de 16 a 17 anos, 0 %.

Outra questão averiguada pela CPI foi a degradação nas unidades de internação capixabas, como a Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) e a Unidade de Internação Provisória (Unip). Foram realizadas visitas a unidades de internação e relatadas as suas más acomodações. Quando os membros da CPI fizeram a visita, em

novembro de 2003, havia 142 adolescentes do sexo masculino acautelados, sendo 78 na Unip e 64 na Unis. Encontravam-se, ainda, 12 adolescentes na Unidade de Internação Feminina, totalizando 154 adolescentes em conflito com a lei. Na Unidade de Atendimento a Pessoas com Deficiência (Unaed), havia 56 crianças e adolescentes com deficiência mental institucionalizadas¹⁴⁹.

As condições apontadas nas unidades foram as mais desumanas possíveis. Foram citados os alojamentos pequenos e úmidos, sem nenhum tipo de ventilação e abrigando um grande número de adolescentes. O cheiro desses alojamentos, segundo o relatório, era de mofo, urina e fezes; e ficavam até sete internos em celas com duas camas. Além disso, não estavam separados por idade nem por ato infracional, conforme determina o ECA.

Foram detectadas também pela CPI a demora do Judiciário no julgamento dos casos, a falta de opções para o adolescente após a saída da internação e a falta de atividades sociopedagógicas. Os funcionários eram poucos para o acompanhamento dos internos. Havia plantões nos fins de semana, quando um monitor ficava responsável por até 150 adolescentes – a indicação recomendada era de um monitor para cada grupo de três adolescentes. Ainda de acordo com o relatório, em 2005, existiam 236 internos: 125 em Unis e 111 em Unip.

Em 10 de abril de 2007, a engenheira do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) participou da reunião ordinária do Criad, apresentando os projetos do Instituto. Ali também informou que havia à época 412 adolescentes internados no Iases, sendo 220 na Unis¹⁵⁰. Cabe ressaltar que, anterior à investigação feita pela CPI, os fatos referentes foram apresentados ao Centro de Defesa dos

149 Em anos mais recentes, a Unaed foi desfeita, dando origem a seis Residências Inclusivas, situadas em bairros da Grande Vitória, permitindo a convivência comunitária das pessoas com deficiência, com livre acesso a recursos e equipamentos públicos – com algumas resistências.

150 Nessa mesma reunião, foram anunciadas: 1) construção da Unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no norte do Espírito Santo (Linhares); 2) construção da Unidade socioeducativa de atendimento ao adolescente em conflito com a lei da Região Metropolitana da Grande Vitória (Serra); 3) reforma dos galpões do espaço educativo da Unidade de Internação Provisória (Unip) e da Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), para funcionamento da escola e da profissionalização, seguindo os princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Direitos Humanos (CDDH) de Serra, à relatora da Organização das Nações Unidas (ONU), senhora Asma Jahangir, e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em audiência na Assembleia Legislativa do Espírito Santo; e a Pastoral já havia colocado várias reivindicações por escrito ao governador do estado quanto à questão das internações.

Foi nesse contexto e diante das violações apresentadas, a partir dos anos 1990 e 2000, que se iniciaram no Espírito Santo a criação e a implantação de programas e políticas voltados para o atendimento a essas questões, assim como conselhos de direitos e tutelares, já apontados e analisados nas pesquisas anteriores realizadas pelo Neca.

Quanto aos movimentos sociais nesse contexto, quando também meninos e meninas passavam a viver em comunidades submetidas às arbitrariedades e despotismos dos grupos de tráficos locais e se constituíam em usuários de entorpecentes, ou, ainda, quando eram atraídos e cooptados pela própria rede do tráfico – entre outros fatores, pelos ganhos econômicos pontuais que o trabalho nas redes ilícitas gerava a eles em curto prazo –, Xavier (2008) aponta em sua pesquisa que parece haver um embotamento dos lugares anteriormente mais dicotomicamente definidos entre supostas vítimas e agressores, não aparecendo na ordem do dia das ações da militância, na busca por criar e empreender estratégias ou ações que dessem visibilidade e exigissem ações do Estado e da sociedade como um todo diante dessa brutal violação.

Percebe-se nesse período também, ou seja, nos anos que se seguiram na década de 1990, um processo de “institucionalização” dos movimentos sociais, ou seja, alguns se transformaram em ONGs e, por isso, passaram a necessitar do estabelecimento de parcerias para captação de recursos, a fim de viabilizar suas ações e manter as instituições. Importantes militantes passaram a ser profissionais naqueles espaços, atuando na execução de projetos, ação que ocupou o espaço outrora dedicado à realização de lutas e embates políticos. Outros, ainda, passaram a ocupar importantes cargos públicos de modo geral e na área de crianças e adolescentes. Os núcleos de base do MNMMR, que trabalhavam na formação política de meninos e meninas, praticamente foram extintos no Espírito Santo.

Passaram a atuar em diferentes espaços deliberativos, como os conselhos de direitos, e também foram chamados a executar políticas e projetos do Estado, participando da gestão pública, sendo suas ações mais voltadas para a gerência dos parques

recursos e das insuficientes políticas de atendimento promovidas naquele contexto pelo Estado. Se essas transformações na participação política dos movimentos de defesa têm significado, por um lado – conquista de espaços, influência política e democratização das políticas públicas –, por outro, pareceu ter arrefecido ações de luta e pressionamento político ao Estado e aos próprios canais de participação, no que se refere a promoção e defesa de direitos, e à denúncia de violações, quando sofridas. De maneira que os próprios militantes se indagaram sobre seu papel na conjuntura estudada e demonstraram certas angústias quanto aos rumos do movimento de defesa e sua efetividade no novo contexto macropolítico, evidenciando clarezas variadas tanto sobre as dificuldades e desafios para a utilização dos instrumentais de participação em sua potencialidade quanto sobre o caráter pontual e a insuficiência de grande parte das políticas e projetos que executavam.

Ao final, avaliou-se que a conquista da execução de políticas não deveria substituir as ações vinculadas a pressionamento e exigibilidade de promoção e defesa de direitos pelo Estado, mas sim que as duas frentes de ação fossem articuladas complementarmente. Integração essa que, se enfraquecida, poderá facilitar o reducionismo da participação social à simples gerência de parques recursos, à custa de malabarismos técnicos e assunção de culpabilizações pela insuficiência dos intentos de promoção e defesa de direitos.

Referências

- DALBEM, Luciene Bautz; KIEFER, Vanderléia. **A caracterização dos fóruns de entidades de defesa de direitos de Vitória e interface com as políticas sociais dos fóruns de defesa de direitos sediados em Vitória-ES**. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- MANFROI, Vania Maria. **A política de atendimento na área de criança e adolescente no município de Vitória**. Vitória, [s. d.]. Mimeo.
- MANFROI, Vania Maria; CAMPAGNARO, Daniele Vasconcelos. **ONGs na área de criança e adolescente em Vitória e a construção da cidadania**. Vitória. [s. d.]. Mimeo.

- MELIM, Juliana Iglesias; MANFROI, Vania Maria. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente no município de Vitória - ES: desafios e possibilidades da participação na gestão de políticas públicas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 11., 2003, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. p. 1-27.
- SANTOS, Christie Vagner; TONÁCIO, Elisangela Souza. **As políticas sociais destinadas à criança e ao adolescente no município de Vitória**: um estudo sobre a gestão. 2003. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.
- SANTOS, Christie Vagner, TONÁCIO, Elisangela Souza; MANFROI, Vania Maria. A participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas da infância e da adolescência no município de Vitória. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 11., 2003, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Sociólogos do Futuro, 2003.
- XAVIER, Aracely. **As ações, lutas, estratégias e desafios do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- XAVIER, Aracely. **Movimento nacional de meninos e meninas de rua de Vitória**: invenções cotidianas e memórias de lutas. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

IV. Registros de uma trajetória compartilhada

Maria Emilia Passamani

O trabalho compartilhado é uma forma de resistência.

David Harvey

Introdução

O presente artigo se propõe a resgatar mais uma parte da história do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Ufes, destacando as ações desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, desde a sua criação até os dias atuais – completando 33 anos de existência em 2023. Dessa forma, foi possível levantar aqui os eventos e cursos promovidos pelo Núcleo, os projetos de extensão, as pesquisas, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), os projetos de iniciação científica orientados pelos professores e muitas outras atividades destinadas às comunidades interna e externa da universidade. Levantamos também as instituições governamentais e não governamentais que nesse período foram parceiras nas variadas atividades realizadas e os atores – professores, estudantes, profissionais etc. – que integraram o Núcleo como coordenadores, membros, extensionistas, estagiários ou bolsistas.

Os resultados desse levantamento demonstram a importância do trabalho permanente daqueles que participaram e participam do Neca, atuando na busca pela efetivação

dos direitos das crianças e dos adolescentes, e que contribuíram e contribuem para o reconhecimento dos compromissos ético, político, profissional e social da universidade com as questões relativas a infância e adolescência presentes na sociedade.

O Neca iniciou suas atividades a partir da articulação de professores, pesquisadores e estudantes da Ufes, com o objetivo de contribuir com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – conforme citado anteriormente, implantado pela Lei n. 8.069/90 – no Espírito Santo.

Deixar este testemunho da nossa intervenção aos que vieram depois, e aos que ainda virão, é uma responsabilidade com a história e um reconhecimento a todos aqueles que se engajaram nesse trabalho. Outros professores, pesquisadores, estudantes-bolsistas deram continuidade a esse trabalho e certamente também deixarão o seu testemunho.

Nesses mais de trinta anos de existência do Neca, muitos professores, estudantes (bolsistas, extensionistas, estagiários), profissionais de áreas diversas, representantes de movimentos sociais, entre outros, participaram das ações promovidas pelo Núcleo. Entre estes, destacamos o protagonismo das professoras do Departamento de Serviço Social (DSS) que estiveram na coordenação do Neca durante esse tempo: Ana Maria Petronetto Serpa (fundadora); Vania Maria Manfroi; Ângela de Fátima Vieira Bueno; Juliana Iglesias Melim; Adriana Alves Amaral; e Maria Emilia Passamani – atual coordenadora, desde 2014 (Figura 1).

Figura 1 – Coordenadoras do Neca (1990-2023)



Fonte: Arquivo da autora.

O Neca consolidou a área da infância e adolescência como um campo privilegiado de interesse do DSS, o que resultou em inúmeros TCCs, projetos de iniciação científica, projetos de pesquisa, assessorias, além de cursos, encontros, conferências e palestras destinadas à comunidade interna e externa, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de práticas diversificadas e contínuas de projetos de extensão. Além disso, ao longo de sua existência, o Núcleo tem desenvolvido ações sistemáticas para apoiar as iniciativas governamentais e os movimentos da sociedade civil no processo de fortalecimento e consolidação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da população infantojuvenil brasileira e, especificamente, do estado do Espírito Santo.

Também o Núcleo foi fundamental para a implementação do ECA no Espírito Santo e um dos pioneiros na formação dos conselheiros de direitos e tutelares. Coordenou, articulou entidades e sediou o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). Ademais, desenvolveu atividades em parceria com várias instituições, como o Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Iesbem), atualmente Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), no contexto do processo de desinstitucionalização de crianças e adolescentes e da criação do programa de Moradia Alternativa. Em 2000, o Neca foi o agente articulador, junto com outras entidades de defesa de direitos da criança e do adolescente, do Fórum Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil do Espírito Santo.

Desde sua criação, o Neca tem atuado com outras organizações que compõem a rede de defesa da infância e da juventude no Espírito Santo, realizando pesquisas, desenvolvendo e sediando programas de educação continuada, através da promoção de debates e cursos de pequena duração para preparação de conselheiros. Tais atividades, realizadas em parceria com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, buscam promover meios que oportunizem à sua comunidade e à sociedade capixaba espaços de debate, ensino, pesquisa e extensão na área dos direitos de infância e juventude.

Assim, este texto está dividido nas seguintes seções: o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente – antecedentes, constituição e consolidação; algumas das principais pesquisas realizadas pelo Neca; orientação e participação em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e projetos de iniciação científica; assessoria aos conselhos de direitos e tutelares e ao Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Fórum DCA/ES); participação em campanhas de mobilizações na defesa de crianças e adolescentes.

O Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente: antecedentes, constituição e consolidação

A partir de 1985, num contexto de reformulação do ensino superior, iniciou-se um processo de democratização das discussões no âmbito acadêmico e de formação de uma universidade voltada para a comunidade. O curso/Departamento de Serviço Social da Ufes atuou realizando debates críticos e propositivos, diante das novas demandas teórico-metodológicas exigidas naquela conjuntura, como também revisando o currículo do curso a partir de um novo projeto político-pedagógico da formação profissional, com intencionalidade, objetivos e conteúdo de disciplinas, introduzindo outras modalidades de ensino, adotando formas pedagógicas participativas, por meio de conselhos, reuniões de turmas, entre outros.

Nesse contexto, conforme já dito por Ana Petronetto Serpa, em artigo da presente obra, a iniciativa de constituir o Neca se deu por ocasião da realização de um encontro do então Fórum Nacional dos Dirigentes Estaduais das Febens (Fonacriad) em Vitória, no dia 12 de outubro de 1990, em que estiveram presentes atores que se destacaram no processo de elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990).

Nos primeiros anos de existência do Neca, os conselhos de direitos e tutelares¹⁵¹ estavam em processo de implantação nos municípios brasileiros, então se fazia necessário investir na formação e no fortalecimento desses novos espaços de participação, em diversos setores da administração pública, conquistados com a Constituição Federal de 1988 e reafirmados pelo ECA. A nova estrutura da política de promoção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, estabelecida pelo Estatuto, introduziu dois pontos básicos de mudanças na gestão da política de atendimento à criança e ao adolescente: a revisão das relações entre a União, os Estados e os municípios; e também a revisão da relação entre Estado e sociedade. Essa nova estrutura tinha por

151 Artigo 88: “São diretrizes da política de atendimento: [...] II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais”. Artigo 131: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL, 1990).

base os princípios da descentralização político-administrativa e da participação da população, por meio de suas organizações representativas (COSTA, 1993a).

Dessa forma, as primeiras ações do Neca se deram na direção de formar e fortalecer atores sociais, que passaram a atuar nesses importantes espaços de participação. Foram realizados fóruns dos conselheiros municipais e tutelares dos direitos das crianças e adolescentes do Espírito Santo (entre 1992 e 1997); jornadas de estudos interdisciplinares sobre a infância e a adolescência (entre 1993 e 1995); minicursos “Informações jurídicas para conselhos tutelares” e “Metodologia de formulação de políticas sociais para a infância e a adolescência”; curso de capacitação de conselheiros tutelares; capacitação de educadores sociais – atendimento a crianças e adolescentes sob situação de risco psicossocial e pessoal; I Semana de Estudos Interdisciplinares sobre a infância e a adolescência; seminário “Resgatando o direito à convivência familiar”; entre outros.

O processo de consolidação do Núcleo foi se dando à medida que essas ações foram se desenvolvendo, com a participação de professores, alunos, profissionais, representantes de movimentos sociais militantes na defesa de políticas públicas voltadas para atender às demandas desse público infantojuvenil no estado.

Destacamos também como importante iniciativa do Neca, ainda nos primeiros anos de atividade, a implementação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Processos Socioeducativos com Crianças e Adolescentes¹⁵², que foi resultado de anos de estudos, de participações em debates nos âmbitos municipais, estaduais e nacional, de acompanhamento dos conselhos, entre outras ações. Conforme citado anteriormente, em outro artigo do presente livro, o curso de especialização teve um total de 375 horas e seu currículo foi organizado em três módulos: de fundamentação; oficinas temáticas; e monografias, a serem elaboradas a partir de eixos temáticos. O curso foi realizado com a participação de cerca de trinta alunos, que elaboraram monografias com temáticas diversas, tais como: “Brinquedos e brincadeiras: usos e significados”; “Destituição e renúncia do pátrio poder: mães que perderam seus filhos pela violência”; “Mães que maltratam: a socialização pela violência”; “Intoxicação em crianças no domicílio nos dois primeiros anos de vida”.

152 Mais informações sobre o curso de pós-graduação, ver artigo da professora Ana Maria Petronetto Serpa (também na Parte II), no presente livro.

Desde a reestruturação do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social, no ano de 2001, é ofertada com certa regularidade, por professores membros do Neca, a disciplina optativa “Infância, adolescência e cidadania”. Essa matéria busca analisar a temática da infância e adolescência a partir da sua constituição histórica e das formas de enfrentamento da questão social. Analisa também a política de proteção à infância e adolescência no contexto da Normativa Internacional – o paradigma da Doutrina de Proteção Integral, inaugurada pelo ECA – e a contribuição do Serviço Social na busca de alternativas de intervenção diante das expressões da questão social relacionadas a esse público na contemporaneidade. Essa disciplina tem despertado interesse dos estudantes da graduação, tendo em vista a importância do tema para a formação dos futuros profissionais no enfrentamento dos desafios que perpassam a busca pela garantia de direitos da infância e da adolescência no Brasil.

Este artigo não tem a pretensão de esgotar todo o processo que constituiu a existência do Neca, mas destacar algumas de suas principais ações nesses mais de trinta anos marcando presença no Espírito Santo. Assim, vamos memorizar algumas das importantes atividades na área de formação, pesquisa e extensão.

Algumas das principais pesquisas realizadas pelo Neca

Na década de 1990, o Neca realizou pesquisas sobre violências contra crianças e adolescentes, sobre a implantação dos conselhos municipais e estadual dos direitos da criança e do adolescente, sobre os conselhos tutelares, sobre a situação dos “meninos e meninas de rua” na cidade de Vitória. As pesquisas tiveram continuidade, significando o reconhecimento do Núcleo para realizar atividades dessa natureza.

Mapeamento nacional sobre a situação das medidas socioeducativas de privação de liberdade no Espírito Santo (2002)

Esta pesquisa sobre o sistema de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, de 2002, foi realizada, em todas as unidades da federação, por um grupo de pesquisadores, sendo que no Espírito Santo participaram as professoras Vania Maria Manfroi (coordenadora) e Maria Emilia Passamani.

O mapeamento nacional foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH).

O objetivo principal do mapeamento foi conhecer as políticas estaduais de atendimento socioeducativo dirigidas aos adolescentes em conflito com a lei, a estrutura de atendimento dos locais de aplicação das medidas de privação de liberdade, e também as mudanças que foram implementadas no atendimento socioeducativo visando à implementação do Estatuto.

O mapeamento teve como base as entrevistas realizadas com os operadores responsáveis pelo atendimento direto aos adolescentes em conflito com a lei, como os representantes dos conselhos estaduais de direitos, do Poder Judiciário e das organizações governamentais e não governamentais, principalmente aquelas integrantes de Fóruns Estaduais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fóruns DCA).

Pesquisa nacional: o Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (2009)¹⁵³

O objetivo desta pesquisa foi apresentar os dados relativos ao projeto de pesquisa sobre o Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo, para uma atualização do “Mapeamento nacional da situação do atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas”, realizado pelo então Departamento da Criança e do Adolescente, da SEDH, em parceria com o Ipea.

Os dados levantados informaram as características – incluindo caracterização social do seu público-alvo (os adolescentes em conflito com a lei) e questões de qualidade e fluxo do atendimento – de todas as unidades envolvidas na aplicação e na execução das medidas socioeducativas de meio fechado: internação, internação provisória e semiliberdade. Informaram, ainda, características mais detalhadas sobre o funcionamento do sistema socioeducativo estadual dentro da perspectiva do Sistema

153 Esta pesquisa foi realizada pelas professoras Márcia Smarzaró Siqueira (coordenadora), Maria Emilia Passamani e Ângela de Fátima Vieira Bueno, a assistente social Elizete Euzébio dos Anjos e o estudante Fábio Bremenkamp.

de Garantia dos Direitos da criança e do adolescente, observando a articulação com entes públicos (varas, promotorias, delegacias, Ministério Público, serviços de saúde, assistência social, rede escolar), conselhos tutelares e de direitos, organizações não governamentais e parceiros privados, de forma a permitir uma devida avaliação do programa e subsidiar a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei.

Desde 2009, teve início a série histórica do levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), importante instrumento que permite uma avaliação do cenário das unidades de privação ou restrição de liberdade, identificando, entre outros aspectos, o perfil desses adolescentes, os atos infracionais praticados e a estrutura (unidades e profissionais) disponível nos sistemas estaduais e distrital.

O Sistema Único de Assistência Social e a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no estado do Espírito Santo (2009-2011)¹⁵⁴

Esta pesquisa teve como objetivo mapear e analisar as políticas de assistência social voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente no estado do Espírito Santo, abrangendo 80 % dos municípios que implementaram o Sistema Único de Assistência Social (Suas) a partir de 2005. Tendo como referência o estudo de documentos oficiais dos municípios e a aplicação de questionário aos atores envolvidos na política de assistência social, os objetivos da pesquisa foram identificar a concepção de criança e adolescente presente nessas políticas, a relação do Conselho Municipal de Assistência Social com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o processo de financiamento das ações direcionadas para esse público e a participação desse sujeitos nos espaços de formulação dessa política.

Dessa maneira, o desenvolvimento da pesquisa implicou a realização de quatro subprojetos, aprovados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), sendo eles: “A concepção de criança e adolescente presente nas políticas de assistência social no Espírito Santo”; “A relação política entre os Conselhos Municipais de Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes no

154 A pesquisa foi coordenada pela professora Juliana Iglesias Melim.

estado do Espírito Santo”; “O financiamento das políticas de assistência social voltadas para a criança e o adolescente no estado do Espírito Santo”; e “A participação do usuário na formulação da política de assistência social voltada para a criança e o adolescente no estado do Espírito Santo”.

Orientação e participação em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e projetos de iniciação científica

A produção do TCC é um momento de sistematização e síntese do conhecimento, fundamental na formação do estudante, pois resulta de um processo de investigação, originário de um questionamento teórico-prático a partir da prática vivenciada no campo de estágio e/ou na participação nos núcleos temáticos.

Os núcleos, enquanto espaços privilegiados da produção do saber, do desenvolvimento de atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitam a sistematização e a produção de conhecimentos teórico-metodológicos e instrumentais, essenciais à formação profissional do estudante de Serviço Social. Nesses mais de trinta anos de existência, a prática desenvolvida pelos integrantes do Neca consolidou a área da infância e adolescência como um campo privilegiado de interesse do Departamento, o que resultou em inúmeros TCCs sobre esse tema.

No levantamento que realizamos, verificamos a diversidade de trabalhos elaborados pelos estudantes do curso, sendo que muitos participaram do Núcleo como bolsistas, extensionistas, estagiários e/ou fizeram a disciplina optativa “Infância, adolescência e cidadania”, ministrada por professores integrantes do Neca. E esses docentes do Núcleo orientaram os TCCs ou mesmo fizeram parte das bancas de avaliação. Provavelmente, não conseguimos levantar todos os Trabalhos de Conclusão de Curso, em todos esses anos, referentes à temática produzidos pelos estudantes orientados por outros professores do Departamento.

Os TCCs desenvolvidos pelos estudantes finalistas envolvem ampla diversidade de temas relativos às expressões da questão social infantojuvenil que desafiam a prática profissional dos assistentes sociais em vários contextos, tais como: violências física, sexual e institucional contra esse público; criança e adolescente com deficiência; adoção de crianças e adolescentes; adolescente em conflito com a lei; gravidez na

adolescência; institucionalização de crianças e adolescentes; trabalho infantil; medidas socioeducativas; medidas de proteção; abrigos de crianças e adolescentes; prática profissional do serviço social com adolescentes privados de liberdade; conselho de direito; conselho tutelar; família, juventude e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids); adolescente aprendiz; meninos e meninas de rua; políticas de garantia; educação de jovens; violência nas escolas; entre outros temas.

Assessoria aos conselhos de direitos e tutelares e ao Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Fórum DCA/ES)

Com a aprovação do Estatuto, deu-se início o reordenamento das instituições e o processo de implantação dos conselhos de direitos de crianças e adolescentes em todos os níveis de governo. No Espírito Santo, esse processo teve a participação do Neca tanto na criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (hoje, Criad) quanto na implantação de alguns conselhos municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes. A realização de encontros estaduais de conselhos municipais e de conselhos tutelares foi fundamental para avaliar a implantação do ECA, bem como para o planejamento do trabalho com os conselhos.

Muitos eventos organizados pelo Núcleo contribuíram para a implantação e a consolidação dos conselhos de direitos e tutelares no início dos anos 1990. Entre 1992 e 1996, o Neca organizou cinco Fóruns Estaduais dos Conselheiros Municipais e Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente (de I a V), como estratégia de promover entre os conselheiros momentos de reflexão, conhecimentos e experiências na implantação e no funcionamento desses novos espaços de participação, deliberação e controle das políticas direcionadas ao segmento infantojuvenil.

O I Fórum ocorreu no Centro de Treinamento de Ponta Formosa, em Vitória, e contou com a participação do saudoso pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, personagem muito importante em todo o processo que culminou com a aprovação do Estatuto e, posteriormente, com sua divulgação e consolidação. Esses eventos foram fundamentais enquanto espaços em que os conselheiros participavam de trabalhos em grupos e plenárias com propostas que norteavam as perspectivas futuras

dos conselhos. Havia, principalmente naqueles primeiros anos de aprovação do ECA, muita resistência de prefeitos e vereadores, com as pressões que a sociedade civil organizada fazia para que fossem implantadas as novas estruturas estabelecidas pela lei, que ampliava a democracia participativa, alterando a cultura política e a correlação política no âmbito da esfera pública.

A realização das conferências nacionais, precedidas pelas conferências estaduais e municipais¹⁵⁵, somente começaram a acontecer alguns anos depois da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Muitos cursos de capacitação de conselheiros de direitos e tutelares foram realizados pelos professores membros do Neca, durante vários anos, em parceria com conselhos municipais de Serra, Cariacica, Viana, Vitória, entre outros. A mais recente capacitação de conselheiros tutelares ocorreu em 2022, na Microrregião Central Serana, que é composta pelos municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

O Neca também prestou assessoria à então Associação de Conselhos Tutelares do Espírito Santo (Actes) – como parte desse importante processo de organização e fortalecimento dos conselheiros tutelares – para a organização do 1º Encontro de Conselheiros Tutelares do Espírito Santo, em 2007. Naquele período, esse grupo enfrentava (e ainda enfrenta) grandes desafios no atendimento às crianças e aos adolescentes que viviam situações de ameaças e violações de direitos, muito também pela falta de apoio de órgãos públicos e da própria sociedade, que dificultavam ainda mais o trabalho. Destacamos que esse cenário evoluiu apenas depois da Lei n. 12.696, de 25 de julho de 2012, que alterou o artigo 134 do ECA, estabelecendo remuneração e outros direitos para os conselheiros tutelares, que, até então, não era prevista no Estatuto.

Outra atividade de participação e de assessoria do Neca se deu com o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (Fórum DCA/ES). Em março de 1988, como um processo desencadeado pela campanha de mobilização

155 Na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1999, realizada no auditório do colégio Marista, em Vila Velha, aprovamos uma proposta a ser levada à conferência nacional no sentido de o país implantar um programa de Renda Mínima para as famílias. Os participantes afirmavam que era preciso apoiar e fortalecer as famílias para garantir os direitos das crianças. De nada adiantaria cuidar da criança se a família permanecesse em sua condição de pobreza e vulnerabilidade.

nacional para a coleta de assinaturas para a emenda popular “Criança Prioridade Nacional”, elaborada pelas entidades da sociedade civil, foi criado também o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Fórum Nacional DCA objetivava propiciar uma articulação permanente entre essas entidades – com a finalidade de organizar a participação na Assembleia Constituinte – e desenvolver ações conjuntas no combate à violência contra a infância pobre. A experiência organizativa acumulada pelo Fórum DCA, em âmbito nacional, serviu de subsídio aos processos constituintes estaduais. Nos vários estados do Brasil, organizaram-se fóruns que contaram, em sua maioria, com a participação de entidades governamentais e ONGs. Desde sua criação, o Neca tem participado como membro do Fórum DCA/ES. Também já coordenou e sediou esse Fórum, contribuindo para articular as entidades da sociedade civil organizada na luta pelos direitos da criança e do adolescente e em favor de sua proteção integral no estado do Espírito Santo. O Fórum DCA/ES tem como finalidade estimular a participação da sociedade civil, coordenando suas ações para a promoção de uma proposta de exercício pleno da cidadania, bem como da elaboração de políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente, e também da fiscalização de sua execução.

Dessa forma, foi desenvolvido nos anos de 2009-2010 um projeto de assessoria ao Fórum DCA/ES¹⁵⁶, que teve como principal meta contribuir com o fortalecimento e a articulação da sociedade civil na perspectiva do controle social-democrático e na mobilização em torno da luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. O desenvolvimento desse projeto também se propôs a atender à Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social e expressa que uma de suas competências profissionais está ligada à prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 1993).

156 Este projeto foi coordenado pela professora Juliana Melim e teve a participação das seguintes estudantes de graduação do curso de Serviço Social da Ufes: Camila Hombre Mulinari, Priscila Aguiar Corrêa, Lorraine Moreira e Gabrielly Nascimento Pereira.

Participação em campanhas de mobilizações na defesa de crianças e adolescentes

O ECA estabelece como uma das diretrizes da política de atendimento a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade na efetiva defesa de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (BRASIL, 1990). Esse processo de mobilizar a população favorece também a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva que garante a crianças e adolescentes o respeito aos direitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. A atuação da sociedade na solução dos problemas que afligem a população infantojuvenil pode ocorrer de variadas formas, entre elas: a participação nas audiências públicas para discussão das propostas de leis orçamentárias, cobrando o efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente; a organização de abaixo-assinados, notas de repúdio e cartas abertas à população, cobrando ou denunciando situações que ameaçam ou violam a vida desse grupo.

Nesse sentido, o Neca se manifestou inúmeras vezes apoiando ações de instituições, governamentais e não governamentais, que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) das crianças e dos adolescentes, contra a redução da maioridade penal e o encarceramento de jovens, principalmente aqueles em condição de pobreza e negros, que são a maioria dos internos no sistema socioeducativo.

Articulou e coordenou atos públicos em datas comemorativas de promulgação do ECA, na luta por garantias de direitos; assinou nota de repúdio denunciando a situação das unidades de atendimento socioeducativo do Espírito Santo; participou da campanha “Trabalho infantil é problema, e não solução! Vamos romper com essa história!”; apoiou movimentos sociais do estado, repudiando a ação truculenta da polícia capixaba; fez carta aberta à sociedade capixaba, prestando apoio e solidariedade ao padre Xavier, coordenador da Pastoral do Menor e conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), alvo de calúnias através da internet; assinou nota de repúdio à atitude do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo, que passou a usar Tecnologias Não Letais (TNL), como *spray*, no controle dos adolescentes submetidos à medida socioeducativa de internação, guardando resquícios do antigo Código de Menores, em suas ações. Esses são alguns exemplos dos

feitos do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente, ao longo do tempo, para mobilizar a opinião pública na efetiva defesa de crianças e adolescentes.

Considerações finais

Este levantamento demonstrou a importante contribuição que o Neca teve na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Espírito Santo. Além disso, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, tem capacitado alunos, profissionais e comunidade em geral para atuar em programas, projetos e serviços, tendo como base as diretrizes estabelecidas pelo ECA, realizando pesquisas e socializando seus resultados, assessorando conselhos, instituições públicas e privadas, e atuando na defesa de crianças e adolescentes que sofrem ameaças ou violações de seus direitos. O Núcleo também tem contribuído no processo formativo de discentes, cumprindo um papel estratégico no desenvolvimento das atividades de extensão, já que conecta o curso e seus estudantes aos fóruns e organizações governamentais e não governamentais responsáveis pelo atendimento da criança e do adolescente no Espírito Santo; e, dessa forma, mantém o debate da referida temática atualizada no interior do curso.

Nesse sentido, o Neca, como uma instância da universidade que conquistou legitimidade com o público, tem realizado uma importante função na construção e no fortalecimento da cidadania. Ao conhecer a história de uma realidade da qual fazemos parte, pode-se dizer que a nossa participação nesse processo ganha um novo sentido e proporciona maior interesse no envolvimento da comunidade acadêmica e dos alunos. O registro da história do Neca, compartilhada por tantos sujeitos, desperta a formação da consciência a respeito da importância do trabalho permanente na busca pela efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, é fundamental o reforço na centralidade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão – através de espaços como os Núcleos –, voltada para as questões e demandas da sociedade, produzindo conhecimentos por meio do diálogo e da troca de saberes com os diversos setores/atores sociais.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional [...]. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 jan. 2012.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.
- BRASIL. Lei n. 8.242 de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 12 out. 1991.
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**: notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1993a.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993b.



Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET-Ufes)

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Introdução

Pretendo aqui apresentar um depoimento que traz um relato de muito significado sobre a história da criação e articulação do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET), do Departamento de Serviço Social. O processo de formação desse Núcleo, em 1998, percorreu um longo caminho, se desenvolvendo com vários desdobramentos, o que permitiu avanços e recuos em suas diversas fases. O objetivo deste texto então é resgatar a história dessa experiência que vivenciei durante 24 anos, procurando pôr em relevo, tentativamente, aqueles aspectos que a caracterizam como expressão de um projeto inovador de educação. Pretendo, em síntese, explicitar as intenções, os determinantes motivacionais, os limites que conheceu, seus arranjos organizacionais, processos e resultados. Trato de uma história possível, entre outras que poderão ser construídas, até mesmo por influência da primeira. O relato aqui procura descrever a experiência desde o ano de 1998 até o final de 2022.

Desde o seu início, entendi o NET como um centro de referência que, entre outros objetivos, buscava: sistematizar e divulgar conhecimentos que afetam o mundo do trabalho; promover interlocução entre organizações de trabalhadores, movimentos sociais e pesquisadores das universidades, sobre o trabalho; subsidiar a formulação de políticas públicas do trabalho e o fortalecimento dos atores coletivos, tendo em vista as novas relações

entre trabalhadores; dar relevância à discussão da questão social como base histórica fundadora do Serviço Social e da prática profissional inscrita em um processo de trabalho.

A construção dessa experiência percorreu uma trajetória e contou com a presença e a influência de uma equipe de trabalho, que teve um papel fundamental enquanto um grupo de realizadores. No entanto, a iniciativa de criação do NET partiu de mim e da professora Marlene Monteiro André, que, ao retornar do curso de doutorado na PUC-SP, em 1996, tinha, além do entusiasmo, o desejo de organizar um grupo de estudos sobre saúde do trabalhador.

Aspectos motivacionais para a criação do NET-Ufes

O NET surgiu de forma muito modesta, em 1998, enquanto uma instância de pesquisa do curso e do Departamento de Serviço Social. À época, eu e a professora Marlene Monteiro André éramos supervisoras dos estagiários do Serviço Social de Empresas, ou seja, nossa formação de pós-graduação e nossas atividades docentes já se vinculavam à área do trabalho. A criação desse núcleo não se deu por acaso ou por capricho de alguém ou de um grupo qualquer. Diferentemente, a decisão de organizá-lo decorreu de um contexto mais abrangente desenvolvido pelo Departamento, em consonância com o debate da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) e os desdobramentos no campo político. Assim, estruturou-se o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho, mediante um conjunto de demandas e motivações presentes no âmbito da profissão e no contexto sociopolítico da época.

A temática do trabalho na formação de profissionais de Serviço Social é uma das questões mais importantes, na medida em que as relações sociais geradoras de exclusão deterioraram as condições de vida de grandes segmentos da população, gerando pobreza e novos patamares de desigualdade entre aqueles *integrados* e aqueles *à margem* do processo de produção, área de atuação tão cara ao Serviço Social. O trabalho constituiu-se como um elemento essencial para os destituídos de bens e privilégios, e foram as lutas sociais dos trabalhadores que possibilitaram, no início do século XX, o alcance do trabalho como um direito de todos. Também possibilitou o encaminhamento e a definição da questão social via instituição do Estado de Bem-Estar Social, com a criação das políticas sociais, suficientemente conhecidas pelos assistentes sociais.

Ao longo da história do Serviço Social, o trabalho foi uma questão estudada, mas só começou a ser colocado em seu devido lugar com a inserção da teoria crítica marxista, que costuma mostrar as raízes estruturais do problema. Portanto, ao tratar das motivações que justificam a criação do NET, devo dizer que fazem parte de um passado que é contemporâneo todas essas razões, tais como: o Serviço Social de Empresa ou Industrial e/ou Serviço Social do Trabalho; a Constituição de 88 – e nela a aprovação do direito ao trabalho (artigo 6º); a proposta da Reforma do Currículo de 1999 e a questão social como base histórica fundadora do Serviço Social; a globalização. Essas motivações serão pormenorizadas logo a seguir.

- a) o Serviço Social de Empresa ou Industrial e/ou Serviço Social do Trabalho: historicamente, esta é uma das áreas de intervenção do Serviço Social, sendo mais desenvolvida nos países da América Latina, marcados pela desigualdade social. Aqui no Espírito Santo não foi diferente. Um estado também submetido aos padrões de desigualdade social, onde, contraditoriamente, o curso de Serviço Social foi criado em 1970, na Ufes, na mesma época do surgimento dos chamados “grandes projetos industriais”, tendo como vanguarda a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), entre outras.

Vale dizer que o crescimento do Serviço Social de Empresa no estado foi destaque nos anos 1980, tanto nas empresas privadas (como Chocolates Garoto) como nas estatais (como Banestes, Escelsa, Vale, CST, Correios, Cesan). Era o campo de atuação que mais concentrava estagiários do curso de Serviço Social da Ufes e o que mais empregava assistentes sociais com justa remuneração; era o campo mais organizado, inclusive, tendo até associação dos assistentes sociais da empresa em nível local, grupos de estudos da área e frequentes cursos e treinamentos especializados de caracteres teórico e prático.

Em geral, dentro desse campo ou área de atuação, se realizam diferentes serviços para os trabalhadores, envolvendo atividades diversas, tais como: educação familiar, organização de restaurantes para os operários, formação de cooperativas, centros sociais, programas de seguridade social, entretenimento, programas de saúde, acidentes do trabalho, saúde física e mental do trabalhador, programas de relações humanas, programas de preparação para aposentadoria, trabalho com alcoolistas etc.

Aqui, o trabalho do assistente social situa-se principalmente no conjunto das relações sociais de produção e no Sistema de Proteção Social ao trabalho, isto é, as garantias sociais vinculadas ao trabalho, fruto das lutas trabalhistas com o processo de industrialização: seguro-desemprego, intermediação e qualificação, Previdência, Justiça do Trabalho, jornada de trabalho, salário, aposentadoria, férias, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso deu margem a que se criasse no NET, posteriormente, a linha de pesquisa “relações sociais e proteção social do trabalhador”.

É preciso sinalizar que nos anos 1990 a nomenclatura desse campo de ação mudou para Serviço Social do Trabalho, tendo como viés principal romper com a ideologia de que o serviço social, em alguns casos, tinha como objetivo “domesticar” os trabalhadores aos interesses da empresa. Nessa visão, o assistente social é considerado como um trabalhador pago para cumprir exigências da estrutura sem considerar a dimensão da superestrutura, dos sujeitos, da correlação de forças e da transformação das relações sociais. A reconceituação muito contribuiu para o surgimento de uma outra perspectiva, que tem possibilitado um trabalho efetivo, graças a uma visão radicalmente crítica que se preocupa não somente em responder às demandas das empresas, mas, para além dessas demandas institucionais, as necessidades virtuais dos trabalhadores.

Assim, o foco remete-se à necessidade de modificar a própria natureza tradicional da intervenção e centra em variados pontos, entre eles: direitos trabalhistas; visitas aos trabalhadores; condições de trabalho; saúde física e mental do trabalhador; e o entendimento que o Serviço Social está articulado com o processo de produção, com o determinismo econômico, com o se reconhecer enquanto um trabalhador – sua inserção subordinada na divisão do trabalho. Essa perspectiva crítica não é algo que caiu do céu, já que ela pressupõe desafios; e, para isso, o principal é justamente a formação, para que tenhamos uma prática crítica.

Pelo visto, aqui tivemos uma das primeiras demandas para se estruturar o NET, com o curso de Serviço Social da Ufes, no final da década de 1990, enquanto um subsídio de conhecimento, informações e recursos para a compreensão das relações de trabalho e da proteção social do trabalho, que se processam tanto no cotidiano da prática do assistente social nas empresas como nas suas próprias relações de trabalho no contexto das instituições. O Núcleo também se fez necessário porque até então a pesquisa era tratada de forma secundária, apenas como “projetos”, e não como uma atitude investigativa de aprofundamento do conhecimento e do desenvolvimento da capacidade crítica

tão necessária à formação dos alunos da graduação. A disciplina de estágio, no caso das empresas, requisitava o domínio teórico e também de instrumentos técnico-operativos para estabelecer mediações com os usuários, com a cidadania, com o conhecimento, com os poderes devidos, com a cultura, com as organizações, na busca de possibilidades para os atores articularem ações não apenas em função do capital e da produção de mais-valia.

Sabia-se que os obstáculos eram grandes em relação ao poder das empresas – e sua lógica à inserção subordinada dos profissionais – e aos conflitos entre os interesses do capital e dos trabalhadores, que precisavam ser enfrentados conceitual e estrategicamente. O NET passou então a ser uma alternativa em nossas expectativas práticas e teóricas. Foi isso que deu margem, desde o início, à atividade de um grupo de estudos da teoria marxiana, para se ter um domínio dos fundamentos da categoria trabalho, tendo como metodologia ler as obras de Karl Marx e produzir *papers* para os participantes.

Na primeira metade dos anos 2000, prosseguimos os estudos, ampliando-se a divulgação do NET, e tivemos excelentes adesões de professores, alunos e profissionais do Serviço Social e de outros cursos. Não podemos deixar de mencionar, em 2007, o acesso e o engajamento do professor Marcelo Lima, do Centro de Educação, da Ufes; e, em 2010, do professor César Albenes, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), e da assistente social recém-graduada Renata Silva Souza. Concomitantemente a esse trabalho, prosseguimos uma luta muito árdua para aquisição de espaço físico, equipamentos e instalações, tendo o devido alcance, diante da Reitoria, em meados de 2011. Também por volta desse período, realizou-se um trabalho no sentido de institucionalizar o NET com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizando a elaboração de um regimento interno do Núcleo, de planos de trabalho, de relatórios de atividades etc. Para maior divulgação, apropriamo-nos de uma cultura virtual, já existente à época, com a criação de um *blog*, um *fôlder*, uma página na internet, sendo para isso necessário a criação de logomarca, símbolos e cores que marcassem a sua identidade, dando mais visibilidade ao Núcleo.

- b) a Constituição de 88 – e nela a aprovação do direito ao trabalho (artigo 6º): outros ganhos, além do direito ao trabalho, relativos à proteção e ao amparo ao trabalho, conquistados muito em função das lutas sociais e do movimento operário a partir dos anos 1970, foram também um estímulo para a criação do

NET. No Brasil, o trabalho passou a ser um direito de todos, para geração de riqueza, concepção que alimenta as lutas sociais.

Recuar no tempo é preciso para lembrar que a primeira metade da década de 60 foi marcada por um período rico (época dos “trinta anos gloriosos”) e ao mesmo tempo dramático para a sociedade brasileira, ressaltando-se a condução da política salarial pelos governos militares. Com a depreciação da força de trabalho para o aumento da lucratividade, tendo como resultado a ampliação das desigualdades e a excludência social, em contrapartida, a resistência feita pelo movimento sindical foi amplamente cerceada pelos governos da época. A onda de empobrecimento se expandiu – tema tão peculiar ao Serviço Social – e apareceu como um eterno campo da caridade, com políticas paliativas, e não como um problema emanante da estrutura econômica. O sistema econômico criou limites intransponíveis para a eliminação da carência dos trabalhadores.

Somente após as muitas lutas políticas protagonizadas pela classe trabalhadora – no caso do Brasil, diante do agravamento da questão social –, tornou-se pública a responsabilidade do Estado pelas condições de vida dos operários assalariados e não assalariados submetidos à exploração capitalista. A política social compreendia a relação Estado/sociedade/mercado, e as políticas públicas de emprego e renda (ativas e passivas) cumpriam o papel de tentar contrapor-se à crise do mercado de trabalho. Seriam tais políticas, em tese, a resistência à tentativa de desmonte do sistema de proteção (o Estado de Bem-Estar Social) e o esforço para o enfrentamento da *questão social*¹⁵⁷, ainda que baseado num certo tipo de conciliação entre interesses da empresa e dos trabalhadores (compromisso fordista/taylorista). Isso possibilitou que se efetivasse um levantamento das políticas sociais de emprego e renda, em nível nacional, sendo mais tarde uma das linhas de estudos e pesquisa do NET.

No Espírito Santo, como em todo o Brasil, esteve-se diante de ações do Estado – via políticas de emprego e de renda, e da articulação do setor público com o privado

157 A questão social é um dos principais temas da reflexão teórico-metodológica dos assistentes sociais. Em diversos autores, como Granemann (1999), Iamamoto (2003), Paulo Netto (2001) e Pastorini (2004), esse é um debate central, posto como o principal objeto de trabalho dos assistentes sociais. Para aprofundar o assunto, o autor Rodrigo Castelo (2010, p. 85-94) esboça uma interessante resenha sobre a “questão social” nas obras de Marx e Engels, definindo-a como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e a luta política do movimento operário contra essa exploração e suas múltiplas expressões.

(o sistema S), em níveis municipal e estadual, no âmbito do Sistema de Proteção Social – que se concentraram em torno dos seguintes eixos: seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Emergiu aí, então, a atuação do Serviço Social com o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que contratou assistentes sociais e requisitou estagiários.

Também aqui nos deparamos com a necessidade de estudos, uma vez que, no cotidiano da formação e da prática do assistente social, é preciso trabalhar permanentemente com as análises da conjuntura, da correlação de forças – para se fortalecer os trabalhadores no enfrentamento dentro do campo das relações de força com o capitalismo contemporâneo –, da luta de classes, da cidadania e do mercado informal de trabalho. Esses temas demandam a realização de estudos e muito contribuíram para a criação do NET.

- c) a proposta da Reforma do Currículo de 1999 e a questão social como base histórica fundadora do Serviço Social: esse esforço pela reforma do currículo teve início em 1990 e se prolongou por uma década, com um debate nacional promovido pela Abepss, culminando internamente com a aprovação do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Ufes, em 2002. Esse debate promovido pela Associação Brasileira consagrou e deu relevância à discussão da questão social como base histórica fundadora do Serviço Social e da prática profissional como trabalho inscrito em um processo de trabalho, o que representou um divisor de águas, com o projeto de formação curricular de 1982. Ou seja, a prática foi considerada nos fundamentos teóricos e históricos da profissão como um trabalho. Mais uma efetiva razão para se organizar o NET, vez que há o reconhecimento do assistente social enquanto um trabalhador, da sua inserção subordinada na divisão do trabalho, bem como das relações de trabalho a que se submete no serviço público, na execução das políticas sociais do Estado, e nas empresas privadas.

É neste sentido que se coloca, para a análise da profissão e seu significado social, a impossibilidade de desvinculá-la da relação com as novas formas de enfrentamento da questão operária, criada pelo Estado e o empresariado e que se expressam, para o Serviço Social, no aparecimento das instituições encarregadas da implementação de políticas sociais assistenciais (YAZBEK, 1984, p. 48).

Isso deu margem a que se definisse uma linha de estudos e pesquisa para o NET: “Serviço Social, trabalho e questão social”. Assim é que se põem em análise as relações capitalistas antagônicas de igualdade e desigualdade, riqueza e miséria, que viabilizam a possibilidade de o profissional se colocar no horizonte dos interesses da classe trabalhadora, atuando contraditoriamente no processo de reprodução das relações sociais.

d) a globalização: como em outros momentos da história, o Serviço Social, naquele contexto, mantinha articulação com diversos atores e atentava-se às mudanças do mundo contemporâneo, como a globalização, com exigências impostas aos contextos econômico, político e social, recaindo muito sobre o trabalho. A globalização marcou uma nova época, que começou no princípio dos anos 1970 e, no Brasil, se expandiu na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Suas características básicas são suficientemente conhecidas: crescente internacionalização do capital; movimentação e hegemonia do capital financeiro; recomposição do sistema produtivo, com as reformas trabalhistas e sindical e o ataque à proteção e aos benefícios sociais; redefinição do papel do Estado; alterações de conteúdo e definição do trabalho na empregabilidade e no novo perfil do trabalhador. Fenômenos como desemprego em massa e de longa duração, desregulamentação (flexibilização) e a precarização do trabalho passaram a exigir uma pauta de discussões em que se incluem questões como a exclusão social e a crise do trabalho. Retorna-se, assim, a uma discussão que parecia superada. Diante disso, tratou-se de distinguir a natureza e o conteúdo da questão social, inclusive no âmbito do Serviço Social, e travou-se um aprofundado debate – tendo como norte que a luta pela emancipação está condicionada tanto à transformação de ordem econômica como à disputa pelo poder político (o Estado) –, para que fossem colocadas em prática políticas ousadas de investimentos que pudessem privilegiar os menos favorecidos e eliminar as raízes da pobreza.

Nessa época, e em pleno debate dessa temática, o NET se estruturou e se organizou, contando com muito apoio de professores e intelectuais externos – via seminários, conferências e palestras –, entre eles: o professor Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mais tarde, o professor Giovanni

Alves, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); Sérgio Lessa, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); Maria Augusta Tavares, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Sadi Dal Rosso, da Universidade de Brasília (UnB); entre outros.

Já que era urgente o combate à pobreza e pensando em alternativas de ações conscientes e organizadas por parte daqueles que estavam à margem da produção, realizou-se no Departamento de Serviço Social em 1996-1997, antes da criação oficial do NET, um curso de pós-graduação *lato sensu* sobre “O cooperativismo”. A aula inaugural foi proferida pelo economista e professor Paul Singer, o mestre da economia solidária. Foi uma chance de aglutinar intelectuais e profissionais de dentro e de fora do cooperativismo em torno de uma reflexão, um debate, um descortinar de ideias ainda pouco estruturadas sobre o assunto, o que deixou seu rastro de contribuição, inclusive para a criação do Núcleo. Significa dizer, portanto, como afirmou Singer, que o combate à pobreza só ocorrerá em uma economia mais ampla e inclusiva, a exemplo da economia solidária e das economias cooperativas.

Ainda na década de 1990, também estava em evidência o tema das reformas como uma necessidade para o governo e para o empresariado. O projeto neoliberal tinha na sua agenda um amplo leque de reformas, destacando-se a Reforma Trabalhista, no governo FHC (em 1996) – e, mais tarde, no governo Temer (em 2017) –, com um visível esforço de redução da proteção social do trabalhador. No entanto, ocorreu a Reforma Sindical, no governo Lula (em 2004), com um novo modelo de estrutura, financiamento e mudanças no direito de greve. As conquistas dos trabalhadores na Constituição de 88 nem sequer tinham alcançado sua efetivação e já começava a surgir um movimento com forte adesão do empresariado no sentido de flexibilizar e reduzir os direitos trabalhistas, jogando grande parte dos trabalhadores em situações precárias e até mesmo de desemprego.

Pelo visto, essas são as principais razões que justificam por que o trabalho é uma categoria teórica e um dos eixos centrais de discussão na compreensão de respostas às contradições geradas pela emergência da sociedade industrial capitalista. E o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho foi a alternativa que se teve para estudo, pesquisa e realização de eventos nessa área temática, em meados dos anos 1990. Para o assistente social, é fundamental a compreensão da desestabilização diante do crescimento de segmentos sociais não integrados, à margem da produção, e nos referimos aqui à integração pelo trabalho, já que é um direito de todos os trabalhadores.

Esses são os motivos que conduziram à criação do NET, concebido desde o seu início como núcleo de estudos e pesquisas do Departamento de Serviço Social da Ufes.

Quanto à concepção do NET

Vinculado ao curso/Departamento de Serviço Social da Ufes e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), o Núcleo se constituiu numa instância pedagógica de estudos e pesquisa: priorizando a produção e a sistematização de conhecimento, o intercâmbio e a formação de novos pesquisadores; visando ao debate sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, dando relevância às particularidades dessas transformações na prática do assistente social enquanto um trabalhador; objetivando a realização de estudos e pesquisas que visam à análise da questão social no Brasil e no Espírito Santo, particularizando o Serviço Social, tendo por referência a contribuição do método e da teoria social crítica do capitalismo de Marx, Engels e outros intelectuais marxistas, entre eles Antônio Gramsci, Octávio Ianni e Florestan Fernandes; promovendo o debate acadêmico e de intervenção nas políticas públicas relativas ao trabalho; estudando sobre as relações sociais de produção e o Sistema de Proteção Social ao trabalho, isto é, as alterações no conteúdo e na definição do trabalho na empregabilidade, no novo perfil do trabalhador, na desregulamentação (flexibilização) e na precarização do trabalho.

Desde sua concepção, o NET sempre buscou realizar essas ações supracitadas por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo professores e estudantes tanto da graduação quanto da pós-graduação.

Características

Como já citado neste artigo, o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho é entendido como um centro de referência com diversas funções, tais como: sistematizar e divulgar conhecimentos que afetam o trabalho, os desafios e as alternativas que vêm se gestando no seu interior; promover a interlocução entre organizações de trabalhadores, movimentos sociais e pesquisadores das universidades; subsidiar a formulação de políticas públicas do trabalho, dos movimentos sociais e sindicais, com dados,

análises e produção de material para reflexão e formulação; fortalecer os atores coletivos, tendo em vista as novas relações entre trabalho e cidadania; publicar artigos, livros e outros materiais que favoreçam a produção científica.

Além disso, este Núcleo tem como princípio uma ação interdisciplinar que congrega professores-pesquisadores, profissionais, alunos de graduação e de pós-graduação de diversos Departamentos Acadêmicos e demais interessados na temática das relações de trabalho de entidades externas da Ufes. O NET está vinculado ao Departamento de Serviço Social e articulado aos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (Programa de Pós-Graduação em Política Social).

Objetivos

Os principais objetivos do Núcleo estão listados a seguir:

- promover um espaço de discussão sobre as temáticas que envolvem o trabalho na atualidade e os direitos sociais trabalhistas;
- propiciar um espaço para o debate e o intercâmbio entre profissionais, cientistas, pesquisadores, professores, sindicalistas e estudantes;
- ampliar a formação não somente acadêmica, mas também entre os atores sociais que compõem o cenário político da arena de interesses sobre o tema;
- reunir a produção científica e tecnológica nacional da área através da apresentação de pesquisas, estudos e painéis envoltos na temática;
- divulgar estudos e debates sobre o tema por meio da apresentação de trabalhos, palestras, seminários e a publicação de um livro ou artigo ao final do evento;
- contribuir para a formação política de cidadãos comprometidos com os estudos sobre o trabalho;
- realizar oficinas de produção e cursos de extensão;
- fazer o gerenciamento digital e de redes sociais.

Quanto às linhas de pesquisa

Linha 1: Relações sociais e proteção social do trabalhador

Esta linha analisa as bases institucionais das relações sociais de trabalho assalariado – como contrato, salário, jornada –, bem como a escolarização para o acesso a direitos e benefícios sociais pelos trabalhadores, a institucionalização da instabilidade social e política que favorece a flexibilidade e a precarização laboral.

- Regulação dos direitos trabalhistas para a relação de emprego e a (des)proteção social para o trabalho informal em tempos de globalização
- Estratégias do empregado nas relações de trabalho
- Exploração e subordinação do trabalhador nas relações capitalistas
- Flexibilização de direitos trabalhistas
- Precarização, terceirização, informalidade
- Gestão do trabalho
- Trabalho doméstico
- Trabalho temporário
- Mercado de trabalho
- Desemprego estrutural e tecnológico: políticas de enfrentamento

Sindicalismo e questão social

- Convenções e acordos coletivos de trabalho

Linha 2: Políticas sociais de emprego e renda em 2010

- Seguro-desemprego, abono salarial, FGTS – política passiva
- Intermediação de emprego (Sine) – política ativa
- Desenvolvimento e formação profissional (Sefor/Planfor) – política ativa
- Programa de Geração de Renda (Proger) e Pronaf – política ativa
- Programa de Saúde do Trabalhador
- Salário mínimo
- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

- Apoio a microempresas urbanas e setor informal
- Política Nacional de Assentamentos (PNA)
- Economia solidária (Ecosol), cooperativas
- Programa de apoio a atividades da pesca
- Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)

Inspeção do trabalho

- Combate ao trabalho escravo
- Combate à discriminação no trabalho
- Combate ao trabalho infantil
- Fiscalização do trabalho
- Segurança e saúde no trabalho
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Economia solidária

- Secretaria Nacional de Economia Solidária
- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

Linha 3: Serviço Social, trabalho e questão social

- Classe trabalhadora: heterogeneidade estrutural e fragmentação
- Subjetividade e consciência de classe
- Serviço Social e a questão social na ótica dos trabalhadores, do Estado, das empresas e do terceiro setor

Linha 4: Trabalho, saúde do trabalhador e meio ambiente

Quanto às atividades desenvolvidas pelo NET

Curso de extensão: políticas de trabalho, emprego e renda

Nos anos de 2013 e 2014, foi realizado um curso de extensão sobre “políticas públicas de trabalho, emprego e renda”. Na ocasião, foram ofertadas três turmas com 45 vagas/turma para alunos da Ufes e profissionais da comunidade. Os professores colaboradores eram: Edilene Souza da Silva Neves, Maria Madalena do Nascimento Sartim, Marcelo Lima e Rafael Vieira Teixeira.

Ementa: Análise da política de trabalho, emprego e renda na perspectiva das políticas sociais; transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre os trabalhadores: mudanças de legislação, controle e qualificação nos processos de trabalho e impactos sobre as relações de trabalho; mercado de trabalho no Brasil: informalidade, precarização, qualidade do emprego; trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira; políticas de qualificação profissional no Brasil: da criação do Sistema S ao Pronatec; o direito do trabalhador à educação: perspectivas históricas e ontológicas da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Objetivo: Compreender o processo de constituição da política de emprego e renda na perspectiva das políticas sociais e as transformações ocorridas no “mundo do trabalho”, seus impactos sobre os trabalhadores, as relações de trabalho e os programas governamentais de emprego e renda.

Realização de eventos

Seminários e debates

Os seminários foram experiências realizadas anualmente, desde 2011, quase sempre no mês de maio, ocasião em que se comemora o Dia do Trabalho, com o objetivo de debater temas relevantes na área. Para a realização desses eventos, contamos com grande apoio dos professores Ricardo Antunes, da Unicamp, e Giovanni Alves, da Unesp. Foram eventos realizados no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), contando com mais de 40 alunos por turma, perfazendo um total de 250 participantes – do Serviço Social, de áreas afins da Ufes e também da comunidade em geral.

Grupo de estudos sobre temas do trabalho

Reconhecidamente, o grupo de estudos sobre temas de trabalho foi a atividade que mais se efetuou no NET como necessária à reflexão teórica, mostrando-se um espaço dinâmico, estimulante, agregador e efetivo de circulação do conhecimento. Inicialmente, os estudos versavam sobre os escritos de Marx; mais tarde, foram introduzidos temas de relevância social, possibilitando a promoção de debates fecundos sobre temáticas relacionadas ao trabalho, de interesse profissional, por meio de encontros periódicos.

Tendo em vista uma política de adesão de vários estudantes e profissionais, procedeu-se esse estudo através de encontros mensais, que funcionavam entre os meses de fevereiro a novembro, de 2013 a 2016. Ali, priorizaram-se leituras e debates sobre as produções de Marx (obedecendo à sequência cronológica das obras do autor), Engels, Florestan Fernandes e outros pensadores. Estudos sobre o método em Marx também foram destaque nesse rol de temas, além da elaboração de resenhas.

Ciclos de debate

De 2020 a 2022, foram realizados vários debates e estudos sobre temas específicos, sendo utilizada a forma *on-line*, em virtude da pandemia de covid-19. Os temas tratados foram: “o mundo do trabalho e o Serviço Social na pandemia”; “a agudização da precarização do trabalho e a desumanização da vida”; relatos de experiências de prática profissional do assistente social na área da educação”; “Serviço Social e seus fundamentos: conservadorismo e ultraneoliberalismo”. Nesse período, os membros do NET, de forma coletiva, produziram o “Manifesto do Núcleo de Estudos do Trabalho em tempos de pandemia da covid-19”. Surgem, a partir daí, encontros e vivências que brotaram do interesse de um aprofundamento maior na temática, o que gerou o minicurso “Os fundamentos do conservadorismo e as tendências contemporâneas no Serviço Social”, com a participação, também *on-line*, de professores de outras universidades. Mais recentemente, em 2022, realizou-se o estudo do texto “Assistentes sociais no Brasil: formação, condições e exercício profissional”, produzido pela Abepss.

Projeto do Observatório do Trabalho

O Observatório do Trabalho é um instrumento de pesquisa e planejamento que objetiva produzir e difundir informações, análises e propostas de ação, assessorando professores e estudantes de políticas públicas, órgãos governamentais e não governamentais, públicos e privados, que desenvolvem políticas e ações relativas às questões do trabalho, na construção do projeto de desenvolvimento econômico e de inclusão social.

Objetivos

Os principais objetivos do Observatório do Trabalho são:

- promover o conhecimento do mundo do trabalho;
- estimular a produção, a sistematização e a difusão de informações;
- difundir estudos e pesquisas;
- dar apoio e suporte às políticas de trabalho, emprego e renda, em suas diversas áreas;
- criar um banco de dados (institucionais);
- observar editais e políticas nacionais dirigidas ao tema;
- configurar uma rede virtual de atores que gere identidade e ações coletivas (em níveis local e regional) no campo das políticas de trabalho, emprego e renda.

Mapa do Observatório

O Observatório está ligado diretamente aos tópicos abaixo, para auxiliar os programas de ação do Grupo de Trabalho do NET, e articulado aos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

- **Emprego e renda:**
- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Abono salarial

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Intermediação de Mão de Obra (IMO) – Sine
- Políticas de juventude
- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger)
- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)
- Qualificação profissional
- Salário mínimo
- Seguro-desemprego

- **Inspecção do trabalho:**
- Combate ao trabalho escravo
- Combate ao trabalho infantil
- Fiscalização do trabalho
- Segurança e saúde no trabalho
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

- **Economia solidária:**
- A economia solidária
- Secretaria Nacional de Economia Solidária
- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies)
- Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
- Conferência Nacional de Economia Solidária

- **Relações de trabalho:**
- Assistência e homologação de rescisão de contrato de trabalho
- Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
- Combate à discriminação no trabalho
- Comissões de conciliação prévia
- Contribuição sindical
- Fórum Nacional do Trabalho (FNT)
- Mediação
- Registro de convenções e acordos coletivos de trabalho

- Trabalho doméstico
- Trabalho temporário

- **Internacional:**
- Cartilha: brasileiras e brasileiros no exterior – informações úteis
- Relações internacionais
- Trabalho estrangeiro

- **Dados e estatísticas:**
- Anuário de Qualificação Social e Profissional MTE/Dieese
- Anuário dos trabalhadores
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)
- Observatório do Mercado de Trabalho
- Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED)
- Pesquisa Mensal de Emprego (PME)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
- Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET)
- Relação Anual de Informações Sociais (Rais)
- Temas (estatísticas)

- **Imprensa:**
- Artigos
- Galeria de áudio
- Galeria de imagens
- Galeria de vídeos
- Legislação
- Publicações
- Fale conosco
- Ouvidoria NET

Acervo bibliográfico

Ao longo do tempo, organizou-se uma biblioteca ampliada e diversificada com um significativo número de produções, principalmente nas áreas do Serviço Social e do Trabalho, graças à doação que realizei de mais de 200 livros e revistas nas áreas citadas. Na organização do acervo, contou-se com um destaque, isto é, o relevante trabalho da arquivologista Nayane Viale Vargas, membro do NET, que empreendeu todo um trabalho técnico digno de reconhecimento quanto à estruturação e à organização da biblioteca.

Pode-se dizer que essa é a materialização do desejo dos “netianos” de encontrar e acumular conhecimento e manter um diálogo permanente com muitos autores que possibilitaram a construção desse acervo.

Conclusão

Apesar da escassez de registros sobre a experiência, tive que conviver com um outro tipo de situação: o meu próprio envolvimento com a realização do NET. Tendo sido participante ativa desde a fundação, sendo também responsável pela organização e por muitas formulações contidas em seu projeto, sei que, em muitos casos, não consegui separar a análise objetiva da visão pessoal. O “afeto” aí se transbordou, espalhando-se pelas entrelinhas de muitas interpretações que dei aos fatos. Outrossim, as lembranças a que recorri podem estar distantes no tempo. Mais de 25 anos pode ser um longo período para recuperar tantas coisas. Este trabalho, vale lembrar, pode ser o primeiro esforço sistematizado de recompor a história deste Núcleo de Estudos.

Diante das mudanças relacionadas à acumulação capitalista e à luta operária, ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ao empobrecimento e exclusão da classe operária, é não só oportuno, mas até urgente, iluminar e pôr à mostra a experiência do NET para potencializar outras realizações.

Pesquisas científicas realizadas por membros do NET

- ALBENES, César. **O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo**: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GOMES, Helder. **Potencial e limites às políticas regionais de desenvolvimento no Estado do Espírito Santo**: o apego às formas tradicionais de intermediação de interesses. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
- LIMA, Marcelo. **Políticas públicas ativas de trabalho e formação humana**: uma abordagem sobre metodologias e concepções de qualificação profissional. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- SALAZAR, Sílvia Neves. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária**: uma sociabilidade na perspectiva de emancipatória? 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SARTIM, Maria Madalena do Nascimento. **A face precarizada do desenvolvimento local nas políticas públicas de trabalho e renda**: o caso dos arranjos produtivos locais (APL) na grande Vitória. 2017. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- SARTIM, Maria Madalena do Nascimento. **A reforma trabalhista e sindical do Brasil no contexto de contra-reformas neoliberais**: flexibilização de direitos ou (des)ajuste social? 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SOUZA, Renata Silva. **A terceirização do trabalho no setor da construção civil na Grande Vitória/ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Referências

- CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 85-94, 2010.
- GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social**: capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB/Cead, 1999. p. 153-166.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 56-83, 2003.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In*: PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001. p 151-162.
- YAZBEK, Maria Carmelita (org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, dez. 1984.



A universidade é lugar de velhos? Os caminhos percorridos e a consolidação de um projeto educativo (na Ufes) para uma sociedade que envelhece

Cenira Andrade de Oliveira
Maria das Graças Cunha Gomes
Monique Simões Cordeiro

O surgimento

“Elogio do Aprendizado”
Aprenda o mais simples!
Para aqueles cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC.
Não basta, mas aprenda!
Aprenda, homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha!

Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer.
Veja com seus olhos!
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta.
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item.
Pergunte: O que é isso?
Você tem que assumir o comando!
(BRECHT, 1986, p. 121)

Esse belo poema foi uma permanente inspiração a fomentar o sentimento de que a educação é um grande e imprescindível instrumento de transformação social – quer pelos insumos, quer pelas possibilidades de trocas e reflexões, quer pelas estratégias de lutas sociais e intervenções por conquistas de direitos negados e/ou subtraídos.

A década de 1990 demarca, no Brasil, um momento histórico importante no debate acerca do envelhecimento populacional, em franca expansão no país, à época. No Espírito Santo, deflagrou-se um vigoroso movimento de interlocução institucional, motivado pela crescente demanda por formação técnica para responder às grandes questões colocadas – questões que pulsavam do igualmente crescente movimento associativo de idosos, em organização, nos bairros e da necessidade de materializar ou impulsionar a concretude de normativas que, então, passavam a vigorar.

A Ufes, pelo seu reconhecimento como entidade de formação, era cobrada para ocupar o seu espaço nesse contexto. Aceitando o desafio, o Departamento de Serviço Social, com apoio e incentivo do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), iniciou um difícil e desafiante projeto para formação de profissionais e assessoramento a movimentos associativos de idosos.

O primeiro passo foi responder a uma demanda de representantes de grupos dos municípios de Cariacica e Viana. Formada por participantes de grupos de convivência e lideranças comunitárias desses municípios, iniciou-se a primeira turma de

uma proposta pedagógica para grupos de idosos; com ela, a alternância ou a modificação no cenário do *campus* universitário, que passou a incluir em sua paisagem sujeitos com idade mais avançada, carregando uma história de vida que incluía o grande desejo de pisar naquele solo, até então fora do alcance de cada um.

É uma história bonita que não cabe nos limites deste texto e por isso apenas serão configurados aqui os contornos que demonstram o percurso, os avanços e os atropelos da busca por um lugar na estrutura de uma instituição universitária pensada para jovens.

Desde o início, pensamos em um projeto possível de sustentar-se a partir de uma intencionalidade: oferecer insumos para tornar a velhice uma etapa da vida com menos perdas e com mais possibilidades de partilha de poder, afeto e dignidade. Como não podia ser diferente, a proposta de educação defendida seria aquela que possibilitasse rupturas com situações de opressão, de dominação e de preconceitos.

Para tanto, era necessário um equilíbrio teórico-metodológico, que incluísse a acolhida de questões subjetivas – afinal, a atenção a essas questões era, em grande parte, um dos motivos da procura por esse projeto. Eram significativos os casos de encaminhamentos, por parte de profissionais, ou por iniciativa própria, de pessoas com histórias de perdas e que procuravam amenizar as suas dores no convívio com outras pessoas.

O equilíbrio teórico-metodológico de que falamos visava contemplar essa dimensão subjetiva, mas sem esquecer de problematizar as causas das grandes e estruturais questões que atravessavam a vida naquele contexto e de entender o real funcionamento dessa sociedade desigual, cujos efeitos incidem mais gravemente nas pessoas idosas.

A proposta buscava incentivar a ação coletiva como forma de exercício de controle democrático na implementação de políticas públicas. Procurava estimular, nos que por ali passavam, a multiplicação dos conhecimentos adquiridos, como uma forma de aumentar as possibilidades da construção de uma sociedade em que a pessoa idosa seja reconhecida e respeitada. Ou seja, buscava sempre uma composição que possibilitasse a acolhida, o afeto e a reflexão crítica.

As articulações institucionais intra e extramuros

O Departamento de Serviço Social respaldou institucionalmente a proposta da criação de um Núcleo de Assessoramento à Terceira Idade (Neati) – redefinido, mais tarde, para Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi) –, por meio do qual seriam aglutinadas as ações que pudessem favorecer a questão do envelhecimento. Uma das ações desse Núcleo foi a implantação da Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati) – atualmente, Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI).

O nosso principal trabalho foi procurar outras forças dentro da instituição que sustentassem uma proposta suficientemente ampla para dar conta da multidisciplinaridade que a questão envolvia¹⁵⁸.

Como ação extensionista, o projeto vinculou-se institucionalmente à Pró-Reitoria de Extensão (Proex)¹⁵⁹. Outra força igualmente significativa veio de uma entidade não governamental. Trata-se da Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces)¹⁶⁰. Além de uma bolsa de monitoria e do apoio material em determinados momentos, a Aces foi responsável pela mobilização da primeira turma de alunos da Unati. Como já citado, vieram dos municípios de Cariacica e Viana os primeiros participantes, todos representantes de grupos, que há muito manifestavam, diante daquela instituição, interesse por uma formação, para que pudessem melhor atuar com seus grupos ou entidades comunitárias.

Por meio do Neeapi, o Departamento de Serviço Social constituiu-se como o órgão aglutinador. Além de respaldo e incentivo, o Departamento assegurou, por meio do CCJE, as instalações básicas para o funcionamento do projeto.

Com essas condições, iniciamos a experiência com a primeira turma. O resultado foi muito positivo, acendendo naqueles 34 participantes, e também em outros

158 Tivemos o apoio e o envolvimento do Departamento de Enfermagem, por intermédio da professora Paulete Ambrósio Maciel; do Departamento de Artes, através da professora Madalena Zannoti; e do Departamento de Educação Física, pela professora Maria Inês Soneguetti. Foi essa uma composição fundamental para que o projeto ganhasse densidade.

159 O então pró-reitor de extensão, professor Carlos Rogério Melo da Silva, tornou-se um aliado importante, por sua sensibilidade e afinidade com o projeto.

160 As relações interinstitucionais foram promovidas pelos professores Domingos Gomes de Azevedo e Vera Semeraro, então coordenadores da entidade.

demandantes, o interesse pela continuidade e ampliação do projeto. Ao percebermos o quão importante era esse embrião que ora se materializava, e com a consciência de nossa responsabilidade diante dessa questão que pulsava entre a carência e o potencial, abrimos as portas para a comunidade em geral.

É difícil traduzir o que sentimos com a repercussão e a adesão ao projeto. A demanda era grande¹⁶¹. A lista de espera não parava de crescer. O grupo interno mobilizado na Ufes não era suficiente para responder às demandas. Recorremos, então, à colaboração externa, por meio de profissionais e/ou entidades engajadas na questão do envelhecimento.

Buscamos uma interlocução com entidades que desenvolviam projetos e/ou detinham, em seus quadros, profissionais vinculados – ou com sensibilidade e compromisso – com a questão. Destacamos a Fundação Banestes, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), o Centro de Referência e Atendimento ao Idoso (Crai), a Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), as Secretarias de Saúde dos municípios de Vitória e Mimoso do Sul, e a Fundação de Seguridade Social do Espírito Santo (Geap)¹⁶². Ressaltamos que muitos outros profissionais integraram, em momentos diferentes, a equipe de facilitadores, a quem esse projeto também é devedor¹⁶³.

161 Lembramos a professora Ana Petronetto, então diretora do CCJE, que em sua sensibilidade dizia: “Como é bonito, da minha sala, ver chegarem, uma a uma, aquelas cabecinhas brancas, alterando o cenário desta Universidade”.

162 Com a colaboração dessas instituições, contamos com a decisiva força para ampliar o projeto, por meio da participação efetiva de profissionais de reconhecidos compromisso e competência, entre os quais destacamos: a médica geriatra Regina Mesquita (Sesa) – que também dividiu a coordenação do projeto em diversos momentos –, o médico geriatra Pedro Antônio de Sousa (Sesa), a assistente social Márcia Passos (Baneses), a assistente social Etelvina Berger (INSS), a assistente social Renata Madureira (Secretaria Municipal de Saúde de Vitória), o médico geriatra Sesóstres Andrade Filho (PMV) e a assistente social Maria Inês Bastos (Geap).

163 Citamos aqui: professora Paulete Ambrósio Maciel, professora Madalena Zannoti, Ronaldo Ferreira dos Santos, Maria Gorete Celestino, Maria da Penha Felberg, Maria do Carmo Campos, Ieda Lúcia Silva, Gediane Lauretti, Mariza Abdala, professor Luiz Leôncio Lorenzoni, Tânia Bigossi do Prado, Flaviane Delanos, professora Maria Inês Sonegheti, professora Maria Helena Elpídio, professora Arlete Correia Oliveira, Francisco de Oliveira, Anacirema Cossetti, Karla Cunha Rocha, Yung Sun Fujihara, Solange Nascimento, professora Fabiana Gonring Xavier, professora Karla de Melo Batista, professora Ana Maria Justo, Thays Hage da Silva, professora Cláudia Paulino de Lanis Patrício, Laís Lugão, Renata Lugão e Rômulo Bastos.

Outra força sem a qual não teriam sido possíveis o desenvolvimento e a consolidação do projeto refere-se à participação dos estagiários. Como estágio curricular ou como bolsa de extensão, os estudantes que passaram pelo programa vivenciaram uma singular experiência pedagógica e humana. Majoritariamente do curso de Serviço Social, mas aberto à participação de outros cursos, esse segmento tem sido um esteio operacional e tem possibilitado – além da perspectiva acadêmica de aprofundamento teórico-prático e de realimentação do ensino de graduação – uma interlocução importante na reflexão e nas trocas intergeracionais. E foram muitos os que por aqui passaram. Como não é possível citar todos e todas aqui, registramos os nossos maiores agradecimentos pela confiança e por investirem parte da sua formação acadêmica nesse programa.

A proposta pedagógica e a instituição do Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi)

O Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi) tem como proposta a consolidação de uma unidade de referência acadêmica capaz de desenvolver e indicar elementos norteadores de uma ação profissional sintonizada com as demandas postas pela questão do envelhecimento. Para tanto, tem como objetivos centrais: 1) viabilizar a educação continuada pelo programa de extensão “Universidade Aberta à Pessoa Idosa”, para pessoas da comunidade com idade igual ou superior a 60 anos; 2) contribuir para a formação acadêmica, através da oferta da disciplina curricular optativa “Velhice e sociedade” e da supervisão de estágio curricular; 3) proporcionar a relação entre a sociedade civil e a Universidade Federal do Espírito Santo, por meio de integração interinstitucional, assessoramento a movimentos (conselhos, fóruns e grupos comunitários) e parcerias institucionais; e 4) produzir conhecimentos a partir do resultado de pesquisas, dissertações, monografias e TCCs (tanto na graduação em Serviço Social quanto em outros cursos).

As ações

Com o intuito de contribuir para a ampliação dos direitos sociais do sujeito idoso, o Núcleo desenvolve suas ações básicas a partir dos seguintes eixos:

1. Processos teórico-metodológicos do envelhecimento: este eixo tem como proposta básica o desenvolvimento de uma educação continuada voltada para a comunidade, por meio do programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa. Esse programa orienta-se por uma perspectiva educacional capaz de contribuir para uma maior autonomia da pessoa idosa, buscando novas possibilidades de vivência cidadã e humana. Nesse sentido, a educação que defende é aquela que possibilita novas investidas, pelos sujeitos, tendo no horizonte a ruptura com situações de dominação, tutela, discriminação e violência.
2. Reconstrução da trajetória dos participantes da UnAPI: busca sistematizar o perfil dos participantes, de acordo com a ficha cadastral, de modo a compor a trajetória histórica, com ênfase nas dimensões socioculturais e políticas, dos participantes do programa.
3. Articulação com a sociedade civil: este eixo tem como propostas básicas: desenvolver cursos e oficinas temáticas sobre o envelhecimento, para atender a demandas externas; desenvolver assessoria a grupos e organizações sociais; promover e/ou participar de eventos educacionais e/ou culturais e comemorativos, e ainda participar da composição de órgãos de representação, como conselhos e fóruns.
4. Mobilização e comunicação: o Neeapi busca refletir sobre o papel da mídia na questão do envelhecimento (reflexões teóricas a partir do mapeamento de notícias); propõe uma divulgação das suas ações internas, mas também busca contribuir com a divulgação de informações sobre o envelhecimento para a sociedade em veículos de comunicação do Estado. Propõe-se à dinamização da comunicação digital, como a criação de um *blog*.
5. Pesquisa e produção de conhecimento: desenvolvimento de pesquisas com vistas ao aprofundamento de conhecimento e contribuição para o avanço técnico-científico e político da questão do envelhecimento.

Os núcleos temáticos constituem, no âmbito dos departamentos, um vigoroso instrumento de realimentação do ensino acadêmico, na medida em que desenvolvem o aprofundamento da temática por meio de projetos de pesquisa, de extensão, oficinas, seminários, estudos dirigidos e outras possibilidades metodológicas, de modo a agregar e partilhar conhecimentos para a consolidação e a ampliação de políticas públicas.

O Neeapi, como já demonstrado, tem sido uma referência importante na Ufes no que se refere à temática do envelhecimento. O Núcleo se destaca também: pela reconhecida importância do projeto educacional para idosos, por meio da UnAPI; pela ampla oferta de vagas de estágio curricular; pela oferta de três edições de um curso de pós-graduação em Gerontologia Social para profissionais do estado; pelo desenvolvimento de pesquisas integradas; pela efetiva interlocução com entidades da sociedade civil. Além disso, é porta-voz da Ufes em entidades representativas, como conselhos de direitos, e integra o debate acadêmico profissional com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

Os avanços e as dificuldades

A extensão universitária, entre aquelas atividades que compõem o tripé da universidade, é a que menos recebe recursos advindos da própria universidade. Nesse sentido, o programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa passou, ao longo dos seus anos de existência, por momentos difíceis para a sua manutenção. Em muitas ocasiões, contou apenas com a força de vontade das coordenadoras e de simpatizantes voluntários. Desde espaço físico até insumos materiais, didáticos e audiovisuais, tudo foi conquistado com muita luta e dedicação. Sempre tivemos apoio do Departamento de Serviço Social e da direção do CCJE, em todo tempo histórico de existência do programa. Todas(os) que passaram pela chefia de Departamento e pela direção de Centro sempre deram apoio e atenção, demonstrando também o reconhecimento da importância do programa para a universidade e para a sociedade.

Com relação aos discentes, o perfil de alunas(os) que buscaram a UnAPI ao longo desses anos – para estagiar, estudar, conhecer a pessoa idosa e desenvolver pesquisas – foi diverso. Uma característica parecia comum a todos: o interesse pelo público idoso. Seja por questões afetivas, familiares, seja pela oportunidade de trabalhar com grupos, seja por

afinidade temática. Nunca tivemos problemas com falta de alunas(os) interessadas(os) em participar. Em alguns momentos, inclusive, tivemos processo seletivo bem disputado.

À medida que a extensão foi se ampliando na Ufes, também eram praticados cortes de recursos governamentais; e, como consequência, as bolsas de extensão foram diminuindo, até chegar no limite atual, de apenas uma bolsa para o programa – já tivemos períodos com até dez bolsas de extensão. Esse fator, embora nem sempre determinante, tem um peso significativo na decisão da(o) aluna(o) de permanecer no programa, pois muitos dependem da bolsa para sua manutenção na universidade.

A extensão universitária, no passado, não era contada como atividade curricular nem atribuía crédito ao desenvolvimento de atividades complementares. Quando o Núcleo era contemplado com bolsas de extensão em quantidade suficiente para atender ao número requerido ou próximo disso, a demanda pelo campo como estágio era grande. Esse fator era um filtro, de certa forma. Somente poderiam participar do programa alunas(os) que tivessem o tempo livre para serem extensionistas. À medida que as bolsas diminuía, o perfil do aluno participante ia se alterando. Passou-se a receber discentes que já não tinham tanto tempo para se dedicar ao programa, pois eram estudantes e trabalhadoras(es) também. Orientávamos sempre para que, além das atividades práticas com os idosos, as(os) alunas(os) estudassem a temática da velhice – aprofundando conhecimentos sobre os direitos, a política social, a política de saúde, a política de assistência – e, de preferência, desenvolvessem seus TCCs nesse campo temático. Mas nem sempre obtivemos êxito.

Discentes que passaram pelo programa deixaram saudades: uns pela simplicidade, outros pela rebeldia, outros tantos pela criatividade. A grande maioria, pelo comprometimento. Uns pelos desafios que nos impuseram com suas personalidades peculiares, outros que nos ensinaram com suas dificuldades e ainda outros que nos tiravam da nossa zona de conforto com seus questionamentos. Enfim, viver em grupo e desenvolver trabalho em equipe é um exercício diário e profundo de um aprendizado que se coloca cotidianamente. Somos gratas pelo conhecimento e pelo aprendizado obtidos com todos os estudantes (idosos e jovens) e colaboradores que estiveram, e os que ainda estão, na UnAPI. Assim como a diversidade entre os idosos, também a diversidade entre a equipe nos molda e nos faz moldar a tecitura cotidiana de construção e abertura para o novo. Todos esses fatores, somados, tornam a vivência no programa singular a cada semestre. Nunca um semestre é igual ao outro.

Os insumos materiais

Olhar para o passado é importante e divertido ao mesmo tempo. Não vamos contar aqui o que não tínhamos e nem o que temos hoje, em termos de insumos materiais. Também não vamos lamentar os “perrengues” pelos quais passamos, mas apenas relembrar alguns deles, para distrair.

Houve um tempo, na Ufes, em que copo descartável era uma raridade. Também não havia muitos bebedouros. Assim, em muitos momentos nos vimos lavando copos descartáveis para reaproveitá-los. Durante um bom tempo, usamos nosso equipamento pessoal de som (rádio, *CD player*, gravador). Hoje, com um simples celular se resolve com facilidade questões relativas ao som. A tecnologia chega e traz algumas soluções, mas também nos cria outros desafios, pois os equipamentos continuam inferiores à demanda.

O trabalho extensionista com grupos, em especial com grupos de idosos, demanda a capacidade de se reinventar todos os dias. Também nos aponta a responsabilidade sobre as informações que são repassadas, sobre a segurança desses sujeitos no período em que estão sob a nossa responsabilidade, sobre o desenvolvimento do sentimento de pertença, sobre o cuidado para evitar qualquer tipo de discriminação, tendo sempre presente a necessidade do fortalecimento da autoestima dos sujeitos, com vista ao bem-estar social e humano que essa prática pedagógica enseja. Toda a equipe sempre era orientada nesse sentido e acolhia essas orientações como princípio. Todavia no cotidiano da UnAPI já tivemos que lidar com diversas situações inesperadas, tais como: desmaio de idosa(o), queda de idosa(o), idosa(o) perdida(o) no *campus* universitário (que era o mais recorrente), esvaziamento da sala por discordância do palestrante, “motim” para ir à reitoria reivindicar direitos, entre outras.

O tempo presente: a reinvenção em tempos de pandemia

Às vésperas de realizarmos a abertura das atividades do semestre 2020/1 da Universidade Aberta à Pessoa Idosa, fomos surpreendidas(os) com a pandemia de Covid-19, o que acarretou a suspensão de todas as atividades presenciais. O dilema que se apresentava naquele momento era se conseguiríamos continuar com as atividades de forma remota e qual metodologia utilizaríamos.

A covid-19 atinge pessoas de todas as faixas etárias, contudo a infecção pelo coronavírus pode se manifestar de forma mais grave na população idosa, podendo levar a pessoa acometida à morte. Assim, o isolamento social foi uma das medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias, com vistas a reduzir o perigo do contágio pelo vírus. Dessa forma, a equipe da UnAPI decidiu elaborar um conjunto de atividades multidisciplinares que foram enviadas de forma virtual, com o intuito de incentivar o isolamento dessa população e também contribuir para a saúde mental dos participantes, compreendendo que o isolamento pode causar diversos desconfortos emocionais. As atividades foram elaboradas por profissionais de diversas áreas e por estudantes de diferentes graduações – o que contribuiu, inclusive, para o próprio processo de formação destes.

As inscrições para participar das atividades da UnAPI *on-line*, em 2020, foram via plataforma de WhatsApp. A princípio, no aplicativo, foram criados dois grupos de 100 pessoas, por onde foram enviados os conteúdos do curso. As ferramentas utilizadas para disseminação dos conteúdos foram textos, vídeos, imagens e áudios, possibilitando maior acessibilidade aos participantes. Os facilitadores/administradores dos grupos podiam se comunicar em qualquer horário do dia, enquanto os participantes podiam interagir no grupo apenas no horário previsto da atividade.

Mesmo de forma remota, atividades de diferentes áreas, descritas a seguir, foram trabalhadas com os participantes. O Programa de Educação Tutorial (PET) de Educação Física da Ufes, juntamente com outros parceiros, elaborou as atividades de exercício físico, com o propósito de promover a saúde e a qualidade de vida dos idosos em isolamento. Já a atividade “hora do riso” tinha o objetivo de promover um “espaço” para que os participantes pudessem descontrair, relaxar e rir a partir do compartilhamento de imagens e vídeos engraçados. A atividade “curta-metragem indicado ao Oscar” buscava promover espaço de lazer, valorizando a cultura através de curtas-metragens – após os participantes assistirem ao vídeo, era disponibilizado um tempo para que pudessem compartilhar as análises e impressões sobre o curta. A atividade “mensagem reflexiva ou atividade interativa” visava à promoção de um espaço para reflexão e interação dos participantes, por meio de vídeos, músicas ou mensagens.

Também tiveram as “atividades de Espanhol”, elaboradas por uma estudante de Licenciatura Dupla em Português e Espanhol, com o objetivo de promover contato com uma língua estrangeira, através de alguns exercícios da língua espanhola.

A atividade de “vivências e criatividades” promovia reflexões a partir das vivências do cotidiano e incentivava ações criativas, proporcionando momentos descontraídos com a utilização de técnicas com músicas, relaxamento, poesias, crônicas, adivinhações, fotos etc. A atividade de “direitos e cidadania” objetivava abordar os direitos e deveres do cidadão idoso, através da divulgação de conteúdo sobre a questão do envelhecimento, o Estatuto do Idoso, a violência contra a pessoa idosa, os conselhos de direitos em defesa da pessoa idosa e demais órgãos de proteção e defesa desse grupo. A atividade de “saúde e qualidade de vida”, realizada por professoras e estudantes do curso de Enfermagem, tinha como objetivo divulgar informações e exercícios que pudessem contribuir para a saúde e a qualidade de vida dos participantes. Por fim, a atividade “Velho, eu?” foi realizada por estudantes do curso de Psicologia, com o intuito de refletir sobre estratégias para lidar com o momento de isolamento social, promovendo um espaço para que os participantes pudessem falar sobre sentimentos, angústias e formas que estavam encontrando para lidar com a situação pandêmica.

Concomitantemente à oferta das atividades, realizamos uma campanha nas redes sociais a fim de incentivar a ligação para os familiares idosos que se encontravam isolados. Sabemos que a maioria da população idosa possui dificuldades em usar novas tecnologias para se comunicar. Dessa forma, a ligação no período pandêmico era uma das únicas formas de a pessoa idosa entrar em contato com amigos e parentes.

Em 2021, identificando que a pandemia iria ainda se estender por tempo indeterminado, criamos grupos – um para cada atividade – na plataforma do WhatsApp, realizando as matrículas, também, via aplicativo. Foram ofertadas quinze atividades durante a semana.

Buscando promover a inclusão digital no período da pandemia, a UnAPI realizou uma parceria com o Núcleo de Cidadania Digital, da Ufes, e ofertou a oficina de “*smartphone*” para os idosos. A partir de vídeos didáticos publicados no Youtube e enviados pelo WhatsApp, os idosos aprenderam como utilizar várias funções básicas do *smartphone* – como ligar o *wi-fi*, adicionar contato, fazer chamada de vídeo, baixar aplicativo, usar o Google Meet, usar o Zoom etc. De acordo com a avaliação das(os) participantes, a oficina contribuiu de maneira significativa, promovendo mais autonomia no uso do celular no cotidiano.

A oficina “Envelhe(ser) e processos psicossociais” evidenciou o importante papel que a psicologia e as intervenções psicossociais tiveram para a promoção de

bem-estar e a construção de um cuidado integral ao idoso, principalmente em um contexto de isolamento social, uma vez que as(os) participantes tiveram a possibilidade de formular estratégias de enfrentamento das dificuldades psicossociais ocasionadas pela pandemia, além de refletir sobre processos que perpassam pela etapa da vida na qual estão inseridas(os). Em 2021, a referida oficina de extensão foi vencedora do prêmio Maria Filina de Mérito Extensionista, representando o *campus* Goiabeiras.

Com base na avaliação dos participantes, foi possível observar os benefícios das atividades ofertadas pelo programa de extensão no cotidiano das(os) idosas(os), sobretudo no que se refere à amenização dos desconfortos emocionais causados pelo isolamento social. As declarações foram que as atividades ajudaram a ocupar o tempo e a mente, a não ficar ociosa(o), a aprender coisas novas, a interagir e conversar com outras pessoas – ainda que à distância –, a manter a saúde mental, a se manter ativa(o), a se distrair e relaxar, a sair do cotidiano da pandemia, a amenizar o afastamento social, a ser um momento de escape da rotina, a trazer mais qualidade de vida, maior conhecimento tecnológico e maior independência, contribuindo para falar com familiares pelo *smartphone*, a ter equilíbrio e saúde, a conseguir lidar melhor com a depressão, a afastar a solidão e a realizar atividade física.

Ainda em 2021, a UnAPI realizou uma parceria com o Departamento de Enfermagem da Ufes e realizou o projeto de extensão “Monitoramento e orientação vacinal para a pessoa idosa durante a pandemia”. O objetivo do projeto foi desenvolver uma estratégia de monitoramento e orientação para pessoas idosas, cadastradas na UnAPI, ainda não imunizadas contra a covid-19. Teve como objetivos específicos: realizar busca ativa das pessoas idosas que não se imunizaram contra a covid-19; identificar os motivos pelos quais elas não se vacinaram contra o vírus; e realizar orientação em saúde, com esclarecimento de dúvidas relativas à vacinação contra a covid-19.

Inicialmente, a UnAPI realizou um primeiro contato por telefone para a verificação da situação vacinal dos participantes do programa. Nos casos de não vacinação, era preenchido, durante a ligação, um formulário com a identificação do motivo pelo qual a pessoa idosa estava com a cobertura vacinal incompleta ou em atraso. Posteriormente, quem se encontrava nessa situação era contatado por profissionais e estudantes da área de saúde, via telefone, para orientação individual, esclarecimento de dúvidas e sensibilização quanto à importância do esquema de imunização completo contra a covid-19, a partir de fundamentação científica.

Também foi realizada uma parceria com a Secretaria de Saúde de Vitória, em que foram identificadas as pessoas idosas do município que não haviam sido vacinadas; posteriormente, a UnAPI realizou o mesmo trabalho relatado acima.

Após quase três anos com atividades apenas de forma virtual, em agosto de 2022 retornamos com as atividades presenciais. Atualmente, os conteúdos que ofertamos se materializam em três distintas categorias: módulos, oficinas e cursos – pormenorizados logo a seguir.

O objetivo dos módulos é promover debates sobre determinados temas de forma democrática, participativa e reflexiva. Há o momento de exposição de um assunto pelo facilitador e também o momento de discussão em grupo sobre a temática proposta, permitindo a troca de conhecimentos entre os participantes a partir da horizontalidade do saber. Hoje, o programa oferece três módulos: direito, cidadania e questão social; saúde e qualidade de vida; e psicologia.

As oficinas configuram atividades de caráter predominantemente dinâmico/ativo, que permitem maior movimento nas aulas, em que o facilitador conduz o processo pedagógico por meio de exercícios, dinâmicas, técnicas coletivas e/ou individuais. São elas: memória, cantoria, dança sênior, educação física, teatro e psicologia.

Já os cursos têm como objetivo instrumentalizar o participante a respeito de alguma temática ou assunto, isto é, ensiná-lo a fazer algo. Podem ser definidos como uma modalidade de atividade que demanda continuidade na forma de níveis: iniciante, intermediário e avançado.

Cabe ressaltar também a importância do programa na luta contra o idadismo, forma de discriminação contra os mais velhos que possui impactos negativos para a população idosa, principalmente no que tange a autoestima e saúde mental. O idadismo, conhecido também como ageísmo, refere-se ao ato de “discriminar ou criar estereótipos, em geral negativos, para um indivíduo ou grupo de pessoas, baseado na idade cronológica” (DÓREA, 2021, p. 10).

O legado

Com perseverança, resistência e compreensão da necessária relação entre universidade e sociedade, podemos dizer que avançamos. Avançamos porque acompanhamos

o tempo histórico da sociedade brasileira em sua especial demanda para aqueles e aquelas que envelhecem e precisam de espaços sociais que possam e/ou permitam dar vazão às suas velhices. Avançamos porque continuamos a contribuir para que a universidade cumpra o seu protagonismo diante do Estatuto da Pessoa Idosa. Avançamos porque inúmeros TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado e outras pesquisas têm contado com a UnAPI e o Neeapi para a produção de novos conhecimentos. Avançamos porque ajudamos a colocar no cruel mercado de trabalho do Brasil assistentes sociais e outros profissionais das ciências humanas e sociais sensibilizados com a causa do envelhecimento e, portanto, com competências teórico-práticas, ético-políticas e técnico-operativas para atuarem na área do envelhecimento, seja nas prefeituras, seja nos hospitais, seja nos centros de vivências, seja em quaisquer outros espaços institucionais.

Todo esse tempo de vivência nos autoriza a afirmar a importância desse programa. Abre-se no espaço universitário uma vicejante e desafiadora prática pedagógica com potencial transformador capaz de iluminar investidas na busca de horizontes mais dignos nessa etapa de vida. Mas entendemos que é apenas uma gota d'água. O cenário político que se apresenta nestes tempos atuais em que o Brasil se divide, com perspectivas teóricas e visão de mundo frontalmente opostas, acende um sinal de alerta, ao nos depararmos com um contingente muito expressivo de pessoas idosas em acampamentos de grupos extremistas, nas portas dos quartéis, reivindicando golpe de estado e governo ditatorial.

Há que se aprofundar em temas muito presentes no debate acadêmico e na literatura que emerge das pesquisas, quando é destacada a importância de pensar a velhice nas características que a compõem, ou seja: no fato de que “não há velhice, há velhices”! É evidente que essa questão demanda aprofundamentos que não seriam possíveis nos limites deste texto, dadas as variáveis que se apresentam na sua configuração. Ressalta-se aqui mais uma vez a função/papel social da Universidade Aberta à Pessoa Idosa, que, ao levar o conhecimento a esse público, possibilita um pensar e um agir mais altruístas e mais emancipatórios em relação às investidas reducionistas e retrocedentes a um passado que necessita ser superado.

A UnAPI segue levando conhecimento, arte e cultura de forma comprometida com a transformação da sociedade e com a emancipação humana. Desejamos que a sociedade brasileira possa ser inclusiva para todas as idades de forma igualitária.

PS: Peço licença às autoras para reafirmar o que foi dito no artigo, relativo à alegria que sentia quando, nas quintas-feiras à tarde, via mulheres de mais idade, mulheres simples, cabelos matizados de fios brancos, vindas de bairros distantes, chegando à Universidade, passando em grupos pelas passarelas que levam ao CCJE, cadernos nas mãos, certas de estarem realizando “um sonho de liberdade”. Inúmeros são os relatos de mulheres que não estudaram quando jovens porque os pais não deixaram, e, depois de casadas, porque os maridos não concordavam. E elas se submetiam à vontade de terceiros. Como afirmam Rego e Pinzani (2014), no livro *Vozes do Bolsa Família*, a estrada da cidadania para as mulheres sempre foi feita de muitas outras veredas.

Ana Maria Petronetto Serpa

Abril de 2023.

Referências

BRECHT, Bertolt. **Poemas (1913-1956)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DÓREA, Egídio Lima. **Idadismo: um mal universal pouco percebido**. São Leopoldo: Unisinos, 2021.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

Formação, memória e protagonismo: um resgate do Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup)

Vania Maria Manfroï

Aracely Xavier

Fabírcia Pavesi Helmer

Hingridy Fassarella Calïari

Mônica Lanes

O Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup) surgiu dentro do Departamento de Serviço Social, motivado pelo interesse das estudantes do segundo período do curso, que procuraram a professora Vania Maria Manfroï para a realizao de estudos conjuntos, tendo como tema geral as juventudes. Aos poucos, esse grupo foi crescendo, reunindo estudantes de outros cursos e tmbm profissionais de diferentes áreas que atuavam com a juventude na periferia do entorno da universidade. Aqui será contada um pouco da trajetória do Núcleo e de como ele foi fundamental tanto para a formao profissional das estudantes envolvidas quanto para o impacto na própria organizao das políticas públicas de juventude do estado do Espírito Santo e tmbm de algumas prefeituras.

Em meados de 2003, o Nejud iniciou suas atividades, fato que precisa ser bem localizado, já que aqui a data tem um significado político fundamental. Esse período é um marco para as juventudes no país. Ao pesquisar, por exemplo, no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre juventude, o ano de 2003 é o primeiro a ter produções a respeito do tema, envolvendo juventude e demandas e políticas públicas; não por acaso, esse foi também o primeiro ano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República (CALIARI, 2021).

O Nejud – sua criação e desenvolvimento – seguiu imbricado à conjuntura política e também à produção acadêmica, já que o debate sobre juventude se intensificou a partir dos anos 2000. Isso porque as mudanças no processo de acumulação do capital, como resposta à crise do capital, implicaram profundas alterações também no mundo do trabalho (a reestruturação produtiva). Tais alterações impactaram diretamente a vida das juventudes, afinal é sobre esse segmento populacional que recaem os maiores índices de desemprego geral, chegando ao dobro do desemprego da população adulta. Disso resultam também, para esse público, outras questões, tais como: ocupações precárias; falta de proteção social e trabalhista; rotatividades de emprego; os jovens como as maiores vítimas de violência e encarceramento – com destaque para a juventude negra.

Como lembra Abramo (1997, p. 30), a juventude “[...] acabou sendo sempre depositária de um certo medo, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio [...]”. Mas, no período pós-anos 1990, os jovens aparecem aqui como vítimas e promotores do processo de cisão social, passando, assim, a serem depositários de medo e angústias. Como expressão dessa impossibilidade, “[...] eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis” (p. 32), não vistos e não percebidos como agentes capazes de ação propositiva.

Aos jovens, individualmente, foram atribuídas determinadas expressões da questão social, o que despolitiza o diálogo e a própria proposição de ações públicas no enfrentamento de questões identificadas que não se referem aos jovens, mas às fraturas da relação capital x trabalho (CALIARI, 2021).

Por essa razão, a partir da década de 1990, houve um investimento mais significativo nas políticas públicas para a juventude, com início no governo de Fernando Henrique Cardoso (com 18 programas no período de 1999 a 2002) e consolidação no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Afirmamos que se consolida, pois é no governo de Lula que foram gestadas algumas iniciativas: a minuta do Estatuto Nacional da Juventude, de 2003 (aprovado, porém, somente em 2013); a minuta do Plano Nacional da Juventude, também em 2003 (que não foi aprovado até então); a organização do Grupo Intermínisterial da Juventude, em 2004; a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005; ou seja, as políticas destinadas aos jovens ganharam maior dimensão. É fundamental considerar que as iniciativas voltadas para um público específico tiveram um caráter focalizador, atendendo ao modo de gestão neoliberal das políticas sociais (LANES, 2013).

Portanto, o surgimento do Nejud precisa ser conjunturalmente localizado, já que se deu a partir da coalizão de frentes: um grupo de estudantes, querendo desenvolver um tema para além das propostas da sala de aula, aliado à disponibilidade e à proposta de uma professora que compreendia a demanda conjuntural e o momento histórico vivido no país – de ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência – e acompanhava a necessidade de aprofundamento sobre o tema, do ponto de vista acadêmico, mas também compreendia a possibilidade de elaboração de políticas públicas, ou seja, uma abertura fundamental que a universidade precisava acompanhar, influir e contribuir.

Foi nessa confluência de interesses que o Nejud surgiu. De início, não como um grupo organizado, mas como um coletivo com interesses comuns que aos poucos foi tomando forma e se configurando num espaço de estudo, de produção de conhecimentos, de extensão. Um espaço que levava a universidade, as estudantes e o *campus* para uma relação imbricada com a luta por políticas públicas de juventude – com a participação, inclusive, na configuração e na criação de conselhos de direitos –, assim como abria lugar para que os agentes fomentadores de políticas públicas estivessem dentro da universidade.

Nesse movimento, foi possível identificar, à época, a relação entre aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos no trabalho com juventudes, que tem dado frutos ainda hoje. Relação essa motivada pela interação entre a universidade, por meio da pesquisa, da extensão, e os agentes públicos, gestores de políticas

de juventude, jovens inseridos nos mais variados espaços (políticos, culturais e sociais) num só coletivo. Foi numa implicação com o trabalho, com a produção de conhecimento, com a vida e com as juventudes que o Nejud foi criado e, mesmo após a suspensão de seu funcionamento, segue sendo referência no estado do Espírito Santo.

É nessa conjuntura que o Núcleo condensou interesses diversos de estudantes, de gestores das prefeituras municipais – que iniciavam o debate e a formulação de políticas públicas voltadas a esse segmento –, de jovens do movimento *hip hop*, do *reggae*, por exemplo. Tornou-se, então, um espaço para discussão de políticas sociais entre esses atores. Também acabou contribuindo para que os estudantes se interessassem, ao final do processo de formação, nos espaços profissionais ligados à temática.

É importante destacar o aspecto coletivo e participativo do Nejud no momento de sua constituição. As reuniões aconteciam às sextas-feiras à noite, propiciando que também os alunos trabalhadores participassem das suas atividades. Em todas as reuniões, um membro era responsável pela memória do encontro, que era enviada por *e-mail* – foi criado um grupo virtual, por onde circulavam as informações. Havia a discussão de textos, em que os membros do grupo eram responsáveis pela apresentação, possibilitando, assim, a aproximação teórica de todos os participantes com a temática discutida.

Tendo em vista a parca produção sobre juventude no Serviço Social, naquele momento, e a necessidade tanto de aprofundamento quanto de articulação com os movimentos, com os técnicos, com os gestores e com os próprios jovens, foram realizados seminários para debater o assunto. Esses encontros aconteciam em horário reservado à supervisão de estágio, possibilitando a participação de estudantes de graduação, e eram planejados e executados pelo grupo, sendo os coordenadores das mesas sempre os discentes que participavam do Núcleo. Todos os seminários buscavam sempre levar alguém da academia, que discutia, mais teoricamente, o tema, além de um representante do poder público e um representante dos jovens.

Destacamos aqui algumas das pessoas de referência que participaram desses momentos: professora Luiza Camacho, da Pedagogia; Sandro, do Movimento Underground; MC Garcia (*in memoriam*), do Movimento Hip Hop; professor Renato Andrade; assistente social Eliseth dos Anjos; professor Rémy Herrera, da Universidade Paris 1 Pantheon; professora Ruth Reis. Os principais temas discutidos nos encontros foram: movimento, juventude e expressão; políticas públicas, direitos

humanos e juventude; mídia, juventude e identidade capixaba; juventude e protagonismo; políticas públicas para a juventude: já é ou já era?; juventude e política social; juventude: a contramola que resiste.

Em 2006, o Núcleo se abriu como campo de estágio supervisionado em Serviço Social, incorporando, sob a supervisão da professora assistente social Vania Maria Manfroi, cinco estagiárias (todas em estágio voluntário): Camila Costa Valadão, Jorgelene Lopes, Livia Brito, Mônica Paulino de Lanes e Sênia Campos. Nesse período, o Nejud ainda não era registrado na Proex, portanto não recebia nenhum financiamento desse órgão. Para a execução das atividades, ocupava uma sala que era dividida com o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca) e com o projeto de extensão Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati) – hoje, Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI) –, dividindo também a mesma linha telefônica com esses núcleos.

Apesar das limitações de espaço físico, o campo de estágio foi uma oportunidade extremamente rica na formação profissional das estagiárias, quando foi possível articular de modo mais direto o debate sobre juventude e formação profissional, tomando como horizonte o projeto ético-político do serviço social. Assim, foram planejadas e executadas atividades que contribuíram para esse processo de formação, tais como: fomento da articulação entre os atores do poder público e da sociedade civil para o debate político sobre juventude; realização de seminários, oficinas e debates sobre o tema; cinedebates, políticas públicas e processo de participação.

O período em questão foi de efervescência das políticas sociais voltadas para os jovens, o que permitiu uma forte e profícua articulação entre a Ufes e as prefeituras que estavam em fase de implantação dos primeiros Conselhos Municipais de Juventude e da primeira Conferência de Juventude.

Foi nesse momento que, além das participações em variados eventos pelo país, apresentando as pesquisas realizadas pelo Nejud, o coletivo começou também a organizar seus próprios eventos, como rodas de conversa, seminários, oficinas e encontros, envolvendo jovens, projetos sociais, gestores de políticas de juventude e prefeituras.

Em 2006, realizamos o seminário “Políticas públicas para juventude: já é ou já era?”. O evento foi construído em articulação com diversas prefeituras e setores da sociedade. Na oportunidade, também ocorreram variadas oficinas. Em média, 200 jovens participaram das atividades do seminário. Uma das mesas de debates teve como tema “Políticas públicas para a juventude: a gente quer ver acontecer” e

foi composta por Luiz Duarte, coordenador do Departamento de Juventude da Prefeitura de Vitória; Fábio Veiga, coordenador de juventude da Prefeitura de Cariacica; Nilcéia Maria Pizza, secretária adjunta de Direitos Humanos da Prefeitura de Serra; Maria de Lourdes Martins, coordenadora do Programa de Juventude da Prefeitura de Colatina. Como debatedora, estava Juliana Iglesias Melin, professora do Departamento do Serviço Social; e a coordenação da mesa foi feita por Aracely Xavier, representante do Nejud.

Dois desdobramentos importantes desse Seminário foram as realizações da “Jornada de Estudos”, em 2007, e do I Seminário Estadual, que ocorreu também em 2007, com a participação de gestores de política de juventude da Região Sudeste do país.

A Jornada de Estudos, que surgiu como demanda para debate, acabou se consolidando também como espaço de estudos – não só para os participantes do Nejud, mas para toda a comunidade interessada – e serviu ainda para a construção coletiva do I Seminário Estadual. A Jornada contou com a participação de diversos representantes da sociedade civil, entre eles: Conselhos da Juventude de Serra, de Vitória, de Vila Velha e de Cariacica; Diretório Central dos Estudantes (DCE); alguns gabinetes de mandatos de vereadores e de deputados. Importante ressaltar que o representante do Conselho de Juventude de Cariacica nessas atividades era Luiz Inácio Silva Rocha (*in memoriam*) – o Lula Rocha –, que se constituiu como importante militante do movimento negro e que muito contribuiu também para a ampliação das políticas sociais voltadas para a juventude. “Lula Rocha, presente!”

Uma das atividades da Jornada de Estudos foi feita em parceria com o PET de Economia, sob a coordenação do professor Reinaldo Carcanholo, quando aconteceu o debate sobre “Juventude, trabalho e educação”, através de uma dinâmica do Teatro do Oprimido – uma experiência riquíssima e de muitas trocas.

Como planejado, realizamos, também em 2007, o I Seminário Estadual de Juventude e Política Social, agregando ainda ao evento o I Fórum de Gestores de Políticas Públicas de Juventude da Região Sudeste, resultado também da articulação construída com os gestores municipais de juventude da região.

O Seminário Estadual, que contou com o financiamento do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia no Município de Vitória (Facitec), aconteceu entre os dias 4 e 6 de julho daquele ano, tendo em sua programação – descrita logo a seguir – a participação de diversos nomes que eram referências na temática. No primeiro

dia, iniciamos com a mesa de abertura solene com representantes da sociedade civil e gestores de política pública para juventude; na sequência, ocorreu a reunião do I Fórum de Gestores de Políticas Públicas de Juventude da Região Sudeste. No segundo dia, tivemos a conferência “Juventude e participação”, que contou com a participação das seguintes palestrantes: a socióloga Helena Abramo e a presidente do Conselho Nacional da Juventude, Elen Marques Dantas. Já no terceiro dia, a conferência teve o tema “Juventude e políticas públicas”, cujas palestrantes foram Miriam Abramovay e Sara Sales Juarez. Nesses dois últimos dias, na parte da tarde, ocorreram as oficinas e a apresentação de trabalhos, divididos nos seguintes eixos: 1) Juventude e participação Social; 2) Juventude e políticas públicas; 3) Juventude e sociabilidade; 4) Juventude e violência; 5) Juventude, trabalho e educação; 6) Juventude do campo; 7) Juventude e cultura. A estimativa do total de participantes do Seminário foi de 600 pessoas.

Outra atividade desenvolvida pelo Núcleo também no ano de 2007, identificada como projeto de intervenção das estagiárias, foi o Curso de Formação para Conselheiros de Juventude do Espírito Santo, com intuito de atender a uma demanda apresentada ao Nejud por integrantes dos recém-criados conselhos municipais de juventude do estado do Espírito Santo. Ocorrido no dia 23 de junho, o curso abordou em sua programação as seguintes palestras: “Participação da sociedade e Conselhos de Direito e políticas sociais” (com Juliana Melim e Kettini Upp Calvi); “Debate sobre o Plano Nacional de Juventude” (com Aline Schultz); e “Trabalho de grupo: pensando os conselhos” (novamente com Juliana Melim e Kettini Upp Calvi).

Também nesse período, as estagiárias do Nejud publicaram o artigo “A formação e prática profissional no Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo”, sob a orientação da professora Vania Maria Manfroi, que foi apresentado no IV Seminário de Prática, em 2007. Como ressaltado por elas no referido artigo, o processo de formação no Nejud lhes permitiu ver o trabalho profissional para além do que é tradicionalmente colocado para o serviço social. Isso porque pensar a prática profissional é muito mais do que refletir sobre um conjunto de instrumentais da profissão. Mas é, sobretudo, discutir as transformações pelas quais passa a sociedade burguesa, as políticas sociais e as alterações no mundo do trabalho, com a intencionalidade de um trabalho profissional condizente com o projeto ético-político hegemônico e com o código de ética.

Ainda com relação ao debate entre juventude e formação profissional, construímos um espaço denominado de “Supervisão ampliada”, que era uma das atividades do Nejud na qual, uma vez por semana, durante uma hora, discutíamos o assunto. O diferencial desse espaço é que ele era aberto a todos os alunos da graduação.

O Nejud também se organizou para a realização de pesquisas para o conhecimento da realidade dos jovens e das políticas sociais para esse público. Essas pesquisas tiveram diferentes temas e desdobramentos. Algumas foram feitas apenas por um curto período, enquanto outras se tornaram TCCs, dissertações de mestrado e até teses de doutorado.

Outro aspecto a ser destacado foi a criação do Programa de Pós-Graduação em Política Social, ligado ao Departamento de Serviço Social da Ufes, que também influenciou a própria dinâmica do Núcleo, uma vez que as pesquisas realizadas pelos membros do grupo também ajudaram a alimentar a pós-graduação – e vice-versa. Apresentaremos aqui algumas dessas pesquisas feitas pelo grupo, levando-se em conta que este era composto, num primeiro momento, por estudantes de graduação, mas que, posteriormente, algumas dessas discentes desenvolveram pesquisas em nível de mestrado e de doutorado.

Algumas das pesquisas realizadas no período inicial do Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo estão descritas aqui, logo a seguir.

- a) “A juventude na mídia escrita capixaba: análise do jornal *A Gazeta* e *A Tribuna* nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2003”: a pesquisa desenvolvida por Cibelle Zanfolin Cesconetto, Francielle Sesana Zuqui e Walesca da Penha Fisch, sob orientação da professora Vania Maria Manfroi, resultou, mais tarde, na elaboração do TCC por parte do grupo. Nessa pesquisa, as autoras concluíram que, apesar das mudanças propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do desuso do termo “menor”, os meios de comunicação ainda continuavam a tratar de forma pejorativa as crianças e os adolescentes – e a juventude, de um modo geral –, fortalecendo estigmas e centrados num sensacionalismo da notícia.

O espaço ocupado pela juventude nos jornais analisados era o da coluna policial, com ênfase na espetacularização da violência. Em depoimentos trazidos nesses

meios de comunicação, foi percebida uma tendência de justificativa moral para o ato criminoso ou para a morte da juventude, isto é, além de vincular a violência ao “mundo das drogas”, o discurso justificava também a morte dos jovens pelo fato de estarem ou não envolvidos com as atividades consideradas ilícitas, embora, em muitos casos, esses envolvimento fossem apenas suposições. Ao comparar os dois jornais estudados, as autoras concluíram que o jornal *A Tribuna* possuía uma abordagem mais sensacionalista, com ênfase nos detalhes e utilizando frequentemente o termo “menor”, quando a criança ou o adolescente era um agente violento. Já o jornal *A Gazeta* retratava os temas de violência de forma mais branda, porém ainda utilizava o termo “menor”, mas em proporções inferiores, quando comparado com *A Tribuna*.

A ênfase das mídias escritas de um modo geral era nos bailes *funk*, centrando sempre nos atos de violência, fortalecendo conceitos construídos no imaginário social, que renegam o *funk* enquanto expressão da arte e da cultura. Ou seja, a concepção de juventude proveniente dos setores populares era criminalizada e vista como violenta, além de ficar patente a não superação do uso dos termos “menor” e “criança e adolescente”, mesmo mais de dez anos após a aprovação do ECA.

Segundo Irene Rizzini (1997), há uma dupla e ambivalente representação da criança nas sociedades modernas: ela pode “estar em perigo” ou “ser perigosa”. “No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança, filha da pobreza – ‘*material e moralmente abandonada*’ –, como um ‘*problema social gravíssimo*’, objeto de uma ‘*magna causa*’, a demandar urgente ação”. Para satisfazer a diferenciação de classe, cria-se o conceito de “menor”, “que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘*em perigo de o ser*’; pervertida ou ‘*em perigo de o ser*’ [...]” (p. 29, grifo da autora).

Assim, o conceito de juventude foi analisado, historicamente, de forma homogeneizada, uniformizando diversos segmentos desse público sem observar diferenças de gênero, de renda, entre outras coisas. Vista dessa forma, há uma padronização na compreensão desse segmento social, a partir de sua expressão histórica como fenômeno geracional (HELMER, 2018). Em tempos atuais, de genocídio da população jovem negra, periférica, de ampliação da cultura da violência, atualizar essa investigação torna-se extremamente importante. Fica o desafio para novos estudos, incluindo a necessidade de desvendar, também, os discursos propalados nas redes sociais.

- b) “Concepção dos gestores sobre as políticas públicas de juventude”: esta outra pesquisa realizada pelo Nejud foi desenvolvida pelas alunas Aline Pinheiro Schultz, Ana Paula Brito Mozer, Hingridy Fassarella Caliar, Fabrícia Pavesi Helmer e Tércia Gomes Helmer – também sob a orientação da professora Vania Maria Manfroi. A pesquisa foi realizada nos municípios de Vitória e Vila Velha e como resultado as autoras encontraram uma concepção difusa entre adolescente e juventude, ligados à faixa etária sem uma articulação contextual socioeconômica e cultural. Ou seja, a juventude foi considerada apenas como uma faixa etária, e não como uma parcela da população detentora de direitos, isto é, desconsiderada enquanto parte integrante do contexto sociopolítico. É importante ressaltar que o debate sobre políticas públicas para juventude estava apenas iniciando e não havia ainda uma legislação específica para esse grupo, sendo muitos dos direitos dos jovens vistos através da lente do ECA.
- c) “Juventude: entre a Doutrina da Situação Irregular e o ECA”: desenvolvida pela aluna Fabrícia Pavesi Helmer, também sob orientação da professora Vania Maria Manfroi, esta pesquisa entrevistou representantes do sistema de garantias do município de Vila Velha. A autora encontrou uma concepção difusa de juventude, centrada numa generalização e sem uma contextualização mais ampla. Os entrevistados salientaram um distanciamento entre o ECA e a realidade. Quanto à criminalidade, apontaram as drogas, os fatores socioeconômicos e a ausência moral da família como causas da criminalidade. Predominaram visões preconceituosas acerca do *hip hop* e do *funk*, avaliando-os como violentos, além de não considerarem, de um modo geral, este último como um movimento cultural.

Ao final de sua investigação, a pesquisadora avaliou que, após a criação do ECA, aspectos da Doutrina da Situação Irregular coexistiam, uma vez que as questões sociais enfrentadas pela juventude foram apontadas enquanto problemas centrados na família, e a política que responderia a essas questões retomavam práticas dessa doutrina.

- d) “Juventude, políticas sociais e movimentos culturais ligados à música (*funk*, *reggae*, *hip hop* e *rock*) no município de Vitória: uma análise das políticas públicas de juventude”: as estudantes Hingridy Fassarella Caliar e Fabrícia Pavesi

Helmer, sob orientação da professora Vania Maria Manfroi, desenvolveram esta pesquisa que, posteriormente, se tornou um Trabalho de Conclusão de Curso. Ali, as autoras apontaram um avanço nacional das políticas de juventude, a exemplo da implementação do Plano Nacional de Juventude (2004), da criação do Conselho Nacional de Juventude (2005) e da Secretaria Nacional de Juventude (2005). Essas ações em certa medida ofereceram apoio aos estados e municípios na implantação de seus instrumentos.

No âmbito municipal, as pesquisadoras indicaram avanços na gestão do contexto estudado, o município de Vitória. Por exemplo, foi deliberado, por meio do Orçamento Participativo (OP) da capital, um percentual de 3 % para projetos e programas da juventude, além da deliberação da participação efetiva dos jovens e da disponibilização dos espaços de articulação de políticas para a juventude. Apesar desses avanços, as autoras destacaram uma não efetiva participação desse público, pelo desconhecimento acerca dos espaços existentes no município para se discutir política de juventude.

Com relação às estratégias de elaboração das políticas – e também de participação – no município, foi observada uma certa preocupação, por parte dos gestores, em superar a segmentação das políticas sociais focalizadas. Assim, buscaram articulações com as demais secretarias e propuseram a elaboração de projetos mais amplos, que envolviam a saúde, a educação, a cultura e o esporte.

As ações, na maioria das vezes, se restringiam aos programas federais executados pelo município ou por atividades que englobavam os grupos que eram organizados e tinham acesso ao espaço de juventude do município. Por isso, as pesquisadoras destacaram o poder de organização e protagonismo da juventude de Vitória, que, mesmo diante das dificuldades e da falta de apoio do poder público, muitas vezes se organizavam, faziam *shows*, projetos e disseminavam a cultura capixaba por eles próprios.

Embora o *hip hop* tivesse mais visibilidade, pelo conteúdo político de suas letras e por suas formas de organização, todos os jovens entrevistados, incluindo os participantes de outros movimentos musicais, expressaram também opiniões políticas e suas formas de organização. Os representantes do movimento *hip hop* demonstraram uma ligação mais intrínseca com a política e participaram mais ativamente nas questões municipais (CALIARI; HELMER, 2006).

- e) “Identidade da mídia capixaba: um enfoque do programa Em Movimento”: esta outra pesquisa realizada pelo Núcleo foi desenvolvida por Aline Leão, Andressa Nascimento Sarmento, Carla Mognato Scardua e Karlla Pinetti Sperandio, sob orientação também da professora Vania Maria Manfroi. Realizada entre 2003 e 2004, esta pesquisa teórica e empírica estava centrada na análise de um programa local voltado para a juventude, o “Em Movimento” – criado, em 2001, com a meta de atingir o jovem, cobrindo suas áreas de identificação (cultura, esporte, música, entretenimento).

No contexto estudado, “Em Movimento” chegou a alcançar, de acordo com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), o posto de segundo programa regional mais assistido, registrando uma audiência domiciliar, na Grande Vitória, de 31 pontos, atingindo como público não apenas a juventude, mas também outras categorias sociais. As pesquisadoras concluíram, no entanto, que o programa não representava a realidade socioeconômica e cultural das diferentes juventudes capixabas, embora pudesse significar um meio de influência para o fortalecimento de uma identidade capixaba da juventude, já que os jovens capixabas tiveram acesso a programas que não estavam necessariamente no âmbito nacional.

- f) “A história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) de Vitória (ES)”: aqui, sob orientação da professora Vania Maria Manfroi, a aluna Aracely Xavier, que também fazia parte do Neca e já desenvolvia o tema, em sua participação no Nejud aprofundou as análises voltadas para a questão do protagonismo de crianças e adolescentes, tendo como foco de análise a atuação do MNMMR do Espírito Santo. A proposta foi interessante, pois foi possível fazer um paralelo entre o protagonismo infantojuvenil nos anos 1980-1990 e nos anos 2000, sendo este último o período mais estudado pelas pesquisadoras do Nejud¹⁶⁴.

Dentro do escopo de estudos realizados no Nejud, foram apresentados, decorrentes das pesquisas desenvolvidas, os seguintes trabalhos:

164 A pesquisa foi apresentada de forma mais detalhada no capítulo “Memórias de uma história coletiva: a trajetória do Neca (2000-2003)”.

- “Juventude, direitos humanos e políticas públicas no contexto da Grande Vitória” (por Aline Pinheiro Schultz, Aracely Xavier, Ana Paula Brito Mozer, Fabrícia Pavesi Helmer, Hingridy Fassarella Caliari, Letícia Loureiro, Mônica Freitas, Tércia Gomes Helmer, Thatiany Aquino, Vânia Seidler e Vania Maria Manfroi): apresentado no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, em 2004, em Fortaleza (CE);
- “Juventude, cidadania e educação” (por Hingridy Fassarella Caliari): apresentado no II Seminário Temático de Práticas em Serviço Social, em 2004, em Vitória (ES);
- “A juventude na mídia escrita capixaba: análise do jornal *A Gazeta e A Tribuna* nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2003” (por Cibelle Zanfolin Cesconetto, Francielle Sesana Zuqui e Walesca da Penha Fisch): apresentado no III Seminário Temático de Práticas em Serviço Social, em 2005, em Vitória (ES);
- “Concepções de juventudes e políticas públicas: uma análise no contexto do município de Vitória” (por Aline Pinheiro Schultz, Ana Paula Brito Mozer, Hingridy Fassarella, Tércia Gomes Helmer e Vania Maria Manfroi): apresentado no III Seminário Temático de Práticas em Serviço Social, em 2005, em Vitória (ES);
- “Juventude e protagonismo em Vitória” (por Aline Pinheiro Schultz, Ana Paula Brito Mozer, Hingridy Fassarella, Tércia Gomes Helmer e Vania Maria Manfroi): apresentado na Associação Latino-Americana de Sociologia, em 2005, em Porto Alegre (RS);
- “Política social de juventude no Brasil: direitos ou focalização?” (por Hingridy Fassarella Caliari e Fabrícia Pavesi Helmer): apresentado no XI Encontro Nacional de Economia Política e Encontro Nacional de Política Social, em 2006, em Vitória (ES);
- “Juventude e políticas públicas em Vitória” (por Hingridy Fassarella e Fabrícia Pavesi Helmer): apresentado no V Encontro Regional da Abrapso-ES, em 2007, em Vitória (ES);
- “Concepção dos gestores sobre as políticas públicas de juventude” (por Aline Pinheiro Schultz, Ana Paula Brito Mozer, Hingridy Fassarella Caliari, Fabrícia Pavesi Helmer e Tércia Gomes Helmer): apresentado no III Seminário Temático de Práticas em Serviço Social, em 2005, em Vitória (ES);
- “Juventude: entre a Doutrina da Situação Irregular e o ECA” (por Fabrícia Pavesi Helmer): apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2005, em Belo Horizonte (MG);

- “Manifestações culturais contemporâneas: uma face da participação juvenil” (por Hingridy Fassarella Caliari e Fabrícia Pavesi Helmer): apresentado no I Seminário Estadual de Juventude e Política Social, em 2007, em Vitória (ES);
- “Política social de juventude no Brasil: direitos ou focalização?” (por Fabrícia Pavesi Helmer, Hingridy Fassarella Caliari e Vania Maria Manfroi): apresentado no I Encontro Nacional de Política Social, em 2006, em Vitória (ES);
- “A concepção de juventude dos atores do sistema de garantias – Vitória e Vila Velha” (por Fabrícia Pavesi Helmer, Letícia Loureiro, Vânia Seidler, Thatiana Aquino e Vania Maria Manfroi): apresentado na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 2005, em Fortaleza (CE);
- “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: considerações sobre os anos 1990” (por Aracely Xavier): apresentado no I Encontro Nacional de Política Social, em 2006, em Vitória (ES);
- “Juventude e política social: uma análise do município de Vitória” (por Fabrícia Pavesi Helmer; Hingridy Fassarella Caliari e Vania Maria Manfroi): apresentado no I Encontro Nacional de Política Social, em 2006, em Vitória (ES);
- “A violência contra a criança e o adolescente e a organização da sociedade em seu enfrentamento: uma proposta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Vitória” (por Aracely Xavier e Vania Maria Manfroi): apresentado no Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento: Violência e Desenvolvimento Humano, em 2005, em Vitória (ES);
- “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Vitória: uma história de luta e de participação” (por Aracely Xavier e Vania Maria Manfroi): apresentado no Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento: Violência e Desenvolvimento Humano, em 2005, em Vitória (ES).

Essa foi uma fase extremamente rica, ainda que altamente desafiadora, para o Nejud, para sua consolidação enquanto grupo. Era uma temática nova tanto para o curso de Serviço Social quanto para a pesquisa no Brasil. Ao mesmo tempo, foi aberto diálogo com os diversos segmentos juvenis da Grande Vitória; o desafio, então, se localizava também na condução desse grupo diverso e repleto de expectativas. Vale ressaltar que a experiência de pesquisa da professora orientadora, Vania Maria Manfroi, se localizava nesse momento nas áreas da infância e da adolescência, portanto

o esforço na condução do grupo exigiu que ela se dedicasse sobremaneira para compreender o movimento histórico e acadêmico em torno do tema juventude, a fim de orientar aquilo que estava surgindo.

Algumas dessas pesquisas, mais tarde, se tornaram TCCs; logo depois, surgiram mais estudos e resultaram em dissertações e teses. Foi o que aconteceu com a estudante Hingridy Fassarella Caliarí, que continuou pesquisando sobre o tema no mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Ufes, resultando, em 2009, na defesa da dissertação *Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira*, orientada pelas professoras Vania Maria Manfroi e Marcia Smarzaró Siqueira. A pesquisa investigou a participação política das juventudes a partir de suas atuações nos partidos brasileiros. E foi identificado que os partidos com maior espaço para as juventudes, tendo inclusive setoriais internos, eram, nos anos investigados, aqueles que se intitulavam de esquerda, ou mais à esquerda, com exceção do DEM, do PSDB e do PMDB.

A pesquisa entrevistou presidentes jovens dos seguintes partidos políticos: PMDB, PT, PSDB, PSTU, DEM, PC do B, PSB, PTB, PSOL, PDT. Com isso, identificou como a participação política da juventude que ascendia à liderança nos partidos, à época, ainda se restringia a parentes, filhos, netos de cidadãos que estavam em carreira política, tendo pouco espaço para novos sujeitos.

A pesquisadora continuou abordando a temática juventude; posteriormente, em 2021, no doutorado, defendeu a tese “Uma crítica ontológica aos estudos das juventudes a partir de Georg Lukács”, orientada pelos professores Zacaria Gama e Gaudêncio Frigotto, no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Uerj. A partir do materialismo histórico e dialético, a pesquisadora realizou uma crítica ontológica aos estudos das juventudes, baseada na ontologia do ser social, de Georg Lukács, evidenciando a questão histórico-social e de fundamento teórico de diferentes epistemologias que tratam de forma gnosiológica as “juventudes”, com destaque para as perspectivas ligadas ao estruturalismo, ao funcionalismo, ao positivismo, ao pragmatismo, à sociologia do conhecimento e à psicologia cognitivo-comportamental, que foram as correntes que mais investigaram as juventudes no início e nos meados do século XX – e continuam ainda a impactar os estudos contemporâneos.

A tese caminhou na direção de um estudo ontológico, de compreensão do ser social agregado à singularidade da questão das idades. As conclusões remetaram ao entendimento de que o ser social em sua juventude é, também, um ser que

dá respostas, mas a partir de um campo de manobra reduzido e sociopoliticamente determinado, organizado para contribuir com a reprodução das relações sociais como elas estão. Os estudos ora apresentados concluem que o ser social, em suas singularidades, possui condições objetivas diferentes de dar respostas a esse mundo ambiente.

Aracely Xavier também cursou o mestrado e continuou pesquisando sobre o tema, tendo defendido a dissertação *As ações, lutas, estratégias e desafios do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Espírito Santo*, sob orientação também da professora Vania Maria Manfroi.

Também tivemos a continuidade dos estudos por Fabrícia Pavesi Helmer, sob orientação da professora Raquel de Mattos Gentilli. No mestrado, realizou pesquisas com diversos artigos publicados em revistas científicas, assim como capítulos de livros¹⁶⁵. Sua dissertação de mestrado foi intitulada *Juventude e pobreza: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes*, abordando a visão de jovens pobres sobre

165 Alguns artigos/capítulos de Fabrícia Pavesi Helmer que foram publicados (com a indicação também, quando for o caso, das obras e autores):

- a) HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Prestação de serviços socioassistenciais para jovens. **O social em questão**, ano XIX, n. 36, p. 265-284, jul./dez. 2016.
- b) HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Violência e condições de vida de jovens pobres. In: MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares**. v. 3. Frutal: Prospectiva, 2016. p. 139-168.
- c) HELMER, Fabrícia Pavesi. Jovens pobres: desafios e superações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 2., SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 3.; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 2., 2017, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2017.
- d) HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes; TRUGILHO, Sílvia Moreira. Visão de jovens pais e mães sobre medidas de acolhimento institucional de seus filhos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2019.
- e) HELMER, Fabrícia Pavesi; SILVA, Janine Pereira da; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Visão sobre adoção segundo adolescentes em acolhimento institucional. **O social em questão** (online), ano XXII, n. 45, p. 179-200, set./dez. 2019.
- f) GENTILLI, Raquel de Matos Lopes; HELMER, Fabrícia Pavesi. Violência e condições de vida de jovens / Violence and living conditions of young people. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 115-127, jan./jul. 2017.
- g) HERNANDES, Linconn Fricks; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes; HELMER, Fabrícia Pavesi; DIAS, Maria Vitória. Juventudes: desigualdades sociais e dispositivos de controle. In: CASTILHO, Rosane; NEDEL, Victor (org.). **Juventudes latino-americanas**. v. 80. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

o processo de acolhimento institucional de seus filhos em instituições no município de Vila Velha (ES), a partir de suas condições de vida (aspectos econômicos e sociais) e suas visões ideológicas de mundo sobre a realidade social em que vivem, analisando sob a perspectiva do método dialético-crítico, como forma de abarcar a totalidade da vida social e as contradições impostas ao cotidiano da vida dos sujeitos. A dissertação analisou a pobreza na lógica da acumulação capitalista e verificou como essa realidade se apresenta na especificidade desse segmento muito circunscrito de jovens.

Mônica Paulino de Lanes também continuou pesquisando sobre juventude em seu mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Ufes. Sob orientação do professor Rogério Faleiros, a estudante desenvolveu a pesquisa *ProJovem trabalhador no município de Serra/ES: análise de concepções, ações e políticas sociais para a juventude*, objetivando identificar os conceitos de juventude presentes no programa “ProJovem trabalhador no município de Serra (ES)”, analisando como as concepções históricas sobre esse público vão comparecer no cotidiano do programa. A pesquisa apresenta um resgate sobre as políticas para juventude desde a década de 1950, no Brasil, e busca discutir em que medida essas políticas reforçavam ou não as concepções históricas sobre esse grupo, debatendo mais detidamente sobre as especificidades dos projetos a partir do governo Lula. Analisando essa quadra histórica, destacamos que as políticas voltadas para os jovens assumiram um caráter transitório e fragmentário, e com traço marcante da transferência de renda e do empreendedorismo.

Foi apresentada ainda nessa pesquisa o debate histórico sobre as concepções de juventude, as diversas abordagens explicativas sobre essa categoria (perspectiva da faixa etária, perspectiva geracional, perspectiva classista, moratória social e moratória vital), bem como as concepções sobre juventude da década de 1950 até o ano de 2013. Debateu-se também sobre o programa ProJovem e sobre seu subprograma, o ProJovem trabalhador, explicitando a sua construção. Por fim, foram analisadas como as concepções de juventude atravessavam o ProJovem trabalhador do município de Serra (ES), quando foi possível afirmar que a

concepção mais marcante no Pro Jovem Trabalhador de Serra, sem excluir outras concepções, é sem dúvida a do jovem como problema social. Do ser social que precisa ser tutelado e cuidado para que ele possa se inserir de forma adequada à sociedade, sem causar maiores danos [...] (LANES, 2013, p. 121).

Mesmo expressando um avanço, uma vez que o referido programa pode contribuir, mesmo que minimamente, para a distribuição da riqueza socialmente produzida para esse segmento populacional, bem como para melhorias da realidade concreta dos jovens trabalhadores, concluímos que havia ainda muito por avançar. E, infelizmente, a partir do Golpe de 2016¹⁶⁶, as políticas de juventude de âmbito nacional sofreram grandes baques e, em sua maioria, foram suspensas ou simplesmente finalizadas sem muitas explicações (LANES, 2019b). Aguardarmos o retorno delas.

Outra aproximação posterior a essa pesquisa foi a compreensão de que há um imbricamento entre política social e política penal, atendendo aos interesses da financeirização do capital: de um lado, programas focalizados, fragmentados; de outro, a ampliação e a consolidação de uma rede policial-penal (LANES, 2013). As duas estratégias são parte de um único dispositivo, que tem por finalidade a gestão e o controle social dos pobres, de modo a retificar comportamentos das populações recalcitrantes, consideradas incorrigíveis – assegurando seu expurgo cívico (WACQUANT, 2003) –, e, sobretudo, manter os padrões de acumulação do capital nas economias dependentes.

Dando continuidade ao seu processo de formação profissional, Mônica Lanes pesquisou também no doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, sobre juventude. Dessa vez, fez um debate sobre os jovens por dentro da Crítica da Economia Política, trazendo a discussão para o enfoque sobre o capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho. O título de sua tese é *Capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho: uma análise da juventude da classe trabalhadora no Brasil*, sob orientação do professor Marcelo Braz Moraes dos Reis.

O objetivo da pesquisa era investigar qual papel a superexploração da força de trabalho juvenil desempenha no processo de acumulação do capital no país, partindo do pressuposto de que o subdesenvolvimento das economias dependentes é resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo, especialmente após a entrada em sua fase imperialista e a divisão internacional do trabalho.

166 O *impeachment* da ex-presidenta Dilma pode ser considerado um “golpe”, uma vez que houve uma articulação para sua derrubada, criando-se a justificativa das “pedaladas fiscais”. Isso permitiu o avanço do neoliberalismo radical e a destituição dos direitos sociais, especialmente os trabalhistas e previdenciários.

A pesquisa debruçou-se nas contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a compreensão da América Latina, apresentando as principais categorias dessa teoria, principalmente a partir de Ruy Mauro Marini, quais sejam: dependência; transferência de valor; superexploração da força de trabalho; subimperialismo; ciclo de capital nas economias dependentes. Enfatizaram-se as discussões sobre a superexploração da força de trabalho e sua relação com o exército industrial de reserva e a juventude.

Ao final, a pesquisa concluiu uma tendência à superexploração dos jovens brasileiros, apresentando duas características principais. A primeira delas é que cabe ao jovem assegurar a perpetuação e a reprodução da classe trabalhadora; nos termos de Marx (2010), a substituição dos trabalhadores já desgastados pela venda da força de trabalho adulta por novos trabalhadores, cuja força ainda não foi apropriada pelo capital. No caso das sociedades de economia dependente, esse processo tende a ser mais rápido, considerando o acelerado desgaste a que o trabalhador superexplorado é obrigado a se submeter, o que significa uma tendência de inserção cada vez mais cedo do jovem no mercado de trabalho, implicando sua precoce submissão aos efeitos da superexploração, retroalimentando o ciclo.

A segunda característica se refere ao fato de que a superexploração da força de trabalho da juventude, do ponto de vista ideológico, encontra uma certa facilidade para se sustentar na sociedade, pois descobre supostas justificativas fáceis para tal. Podemos citar como exemplo o argumento de que é permitido pagar salários extremamente baixos aos jovens, pois eles não são chefes de família, não têm experiência profissional, não têm qualificação profissional adequada. Ou ainda justificar a superexploração com o fato de que os jovens apresentam maior vigor físico, por isso é permitido ampliar e intensificar sua jornada de trabalho (LANES, 2019a).

Assim, podemos afirmar que a juventude trabalhadora desempenha um papel no processo de reprodução do capitalismo brasileiro, uma vez que contribui direta e indiretamente para os processos de superexploração da força de trabalho – da própria juventude e da classe trabalhadora em geral. E essa superexploração, por sua vez, como um mecanismo importante, traço estrutural do capitalismo dependente, permite ao capital assegurar seu processo de acumulação (LANES, 2019a).

As duas pesquisas de Mônica Lanes – uma de mestrado e uma de doutorado – resultaram na publicação de alguns artigos em eventos, revistas e capítulos de

livros. Entre eles: “Breves anotações sobre o ProJovem trabalhador” (artigo apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, em 2016); “Exército industrial de reserva e juventude no capitalismo dependente na atualidade” (artigo publicado na revista *Praia Vermelha*, em 2019); “Impactos da financeirização nas políticas sociais de juventude” (capítulo do livro *No olho do furacão: populações indígenas, lutas sociais, serviço social em tempos de barbárie*, em 2019); “A atual configuração do capitalismo dependente brasileiro e os seus impactos para a juventude da classe trabalhadora” (capítulo do livro *200 anos de luta: marxismo e reflexões contemporâneas*, também em 2019).

Camila Costa Valadão foi mais uma que deu continuidade ao debate da temática juventude em seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Ufes, tendo desenvolvido estudo resgatando a história das políticas públicas de juventude no estado do Espírito Santo, a partir da dissertação *A gente não quer só comida: políticas públicas para juventude no Espírito Santo*, defendida em 2013 e orientada pela professora Marcia Smarzaró Siqueira. O estudo colheu a percepção dos jovens sobre as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) e constatou que, de maneira geral, até então, os jovens no estado eram abrangidos por políticas destinadas a todas as faixas etárias, com poucas ações, portanto, específicas para esse segmento.

Também a partir da aproximação com o Nejud, Camila Taquetti, sob orientação da professora Marcia Smarzaró Siqueira, defendeu, em 2010, a dissertação de mestrado com o título *A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória (2005-2010)*, em que fez um estudo sobre a gestão pública na capital, identificando o conceito de juventude que os gestores utilizavam e, também, se havia, e como se dava, a participação da juventude no processo de gestão. O resultado mostrou que existiam dois grandes polos em torno da concepção de juventude: ora vista como problema, ora vista como possibilidade. Foi observado que havia um esforço para atender a algumas necessidades e demandas juvenis, com a criação de inúmeras ações, contudo havia também dois grandes desafios: fomentar a participação juvenil, provocando diversos setores sociais; e exercitar a construção de um grupo interno específico para realizar uma discussão direcionada, a fim de promover a integração das políticas ofertadas para a juventude local.

A discente Camila Taquetti ainda desenvolveu o estudo de seu doutorado na área de juventude, tendo sido orientada pela professora Ana Targina. Sua tese, defendida em 2021, intitulada *Das jornadas de junho às ocupações das escolas (2013-2016): revoltas*

da juventude brasileira em tempos de crise, buscava compreender o movimento político dos grupos de jovens que resultou nas ocupações secundaristas. Para isso, foram coletados dados e opiniões por meio de entrevistas semiestruturadas com ex-militantes do Movimento Passe Livre (MPL) e do coletivo O Mal-Educado (OME), dando destaque para a onda de revoltas da juventude entre 2013 e 2016, quando se revelaram em caráter nacional as tentativas de reinvenção das formas de ação e organização sociopolítica das juventudes.

Tal processo evidencia o quanto um núcleo, ou projeto de extensão, pode contribuir em larga medida para a produção de conhecimento, não só pelas pesquisas, que continuaram a ser realizadas ao longo do tempo, mas também por despertar o interesse e o perfil de pesquisadoras em diversas estudantes, sejam extensionistas, sejam estagiárias. Outro aspecto importante que se destacou nesse período foi a inserção de parte dos membros do Nejud em instituições e/ou políticas de juventude, tais como: Vivian Meira, como presidente do Conselho Municipal de Serra; Hingridy Fassarella, na coordenação do Agente Jovem de Vila Velha, em 2006, e na consultoria em políticas públicas de juventude no governo do estado do Espírito Santo, em 2020, responsável pela construção da metodologia de ação de catorze Centros de Referência das Juventudes (CRJ); Robson Malacarne (do curso de Administração), na coordenação de juventude em Cariacica, em 2005 – mais tarde, tornou-se professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e coordena, nos dias de hoje, um núcleo de extensão, que assinou, em 2023, uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), a Secretaria de Direitos Humanos e os Ifes, no acompanhamento de catorze Centros de Referência das Juventudes do estado, articulando pesquisa, extensão e escritas de experiências com esse público.

O estudo sobre o tema da juventude foi iniciado na Ufes e teve um impacto e uma relevância para todos os sujeitos envolvidos no processo. Não foi diferente para a ex-coordenadora do Nejud, professora Vania Maria Manfroi, que pediu sua redistribuição para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por questões pessoais. Na instituição, a professora acabou por desenvolver atividades acadêmicas e manteve seus estudos na área de juventude. Serão apresentados a seguir alguns desses trabalhos que foram continuidade do rico processo vivenciado no Nejud.

No âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET), foi desenvolvida a pesquisa “Juventude e mídia escrita”. Também foi publicado um capítulo, intitulado

“Crise do capital e condições de vida dos jovens brasileiros: precarização, informalidade, violência e punição”, no livro *Serviço Social: questão social e direitos humanos*, dos autores Anderson Damião de Souza Ramos, Emanoela Carolina Vogel, Samuel Salézio dos Santos e a própria Vania Maria Manfroi, lançado em 2016 pela Editora da UFSC. Como tutora do PET de Serviço Social da UFSC, ela coordenou, junto com as estudantes, o “CinePET debate”, que abordou a temática juventude. O projeto consistia em exibição de um filme e um posterior debate, com um convidado e participantes das comunidades interna – da universidade – e externa.

Como retratado, no Nejud foram realizados estudos, oficinas, cursos, seminários de aprofundamento da temática com pesquisadores, professores e sempre com a presença de jovens e profissionais, que vivenciavam a realidade sobre a temática discutida.

Os estudantes que ajudaram a construir o Núcleo foram: Alcilene Ramos, Alice Nunes Fraga, Aline Leão, Aline Passos, Aline Pinheiro Schultz, Ana Paula Brito Mozer, Andreia Lima de Cristo, Aracely Xavier, Camila Lopes Taquetti, Camila Valadão, Carla Scardua, Cezelina Chagas, Cibelle Zanforlin Cesconetto, Fabrícia Pavesi Helmer, Franciele Zuqui, Frank Azeredo, Hingridy Fassarella Caliari, Iolanda Duarte, Jaqueline Loureiro Pereira, Jorgelene Lopes, Kamyla Amorim, Karine Boldrini Helmer, Layla Daud Siqueira, Letícia Loureiro, Lívia Brito, Marcio Martins, Mônica Paulino de Lanes, Renata Silva Souza, Robson Malacarne, Sislene Gomes, Tatiany Veloso, Tércia Gomes Helmer, Thatiana Ferreira de Aquino, Vania Maria Manfroi, Vânia Seidler, Vivian Meira, Walesca da Penha Fisch, William Berger.

Também queremos registrar a importância de sujeitos externos à comunidade da Ufes que foram essenciais para que pudéssemos persistir no estudo de um tema que era, naquele momento, quase marginal ao debate profissional. Essas pessoas, citadas a seguir, participaram, especialmente, no início e na consolidação do Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejud).

Queremos homenagear aqui Garcia e Lula Rocha, dois jovens – que já nos deixaram – que trouxeram para dentro da universidade a realidade dos que vivem o cotidiano das periferias, marcado pela violência, mas que ousaram lutar, enfrentar e criar cultura contra a barbárie na qual vivem as(os) jovens negras(os) e periféricas(os). Tivemos também a participação de profissionais que ajudaram a construir a coletividade que se tornou o Nejud. Registramos aqui a participação essencial de Luiz Carlos Duarte Melo. Contamos também com o importante apoio de Fábio Veiga e Letícia Goldner.

A história do Nejud começa a ser narrada aqui, porém sabemos que muitos elementos não foram tratados. A memória resgatou parte dessa importante construção coletiva que impactou a vida e a formação profissional de muitos que ajudaram a construir esse Núcleo diverso e plural. Contamos um pouco do que construímos, mas ainda falta muito a recuperar. Cada estudante deu sua contribuição ao Núcleo para que pudéssemos elaborar, a muitas mãos, esse capítulo da história do curso de Serviço Social da Ufes.

Mas, como diz Walter Benjamin, “[...] somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado” (BENJAMIN, 1985, p. 223). Portanto, somente quando ultrapassarmos a sociedade do capital poderemos, de fato, reconstruir, de maneira integral, a nossa memória.

Referências

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes (org.). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-234.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude**: PL n. 4.530/04. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.
- CALIARI, Hingridy Fassarella. **Uma crítica ontológica aos estudos das juventudes a partir de Georg Lukács**. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CALIARI, Hingridy Fassarella; HELMER, Fabrícia Pavesi. **Juventude, políticas sociais e movimentos culturais ligados à música (funk, reggae, hip hop, rock) no município de Vitória**: uma análise das políticas públicas de juventude. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- CESCONETTO, Cibelle Zanforlin; ZUQUI, Francielle Sesana; FISH, Valeska da Penha. **Juventude na mídia**: uma análise dos jornais A Gazeta e A Tribuna. 2006.

- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- HELMER, Fabrícia Pavesi. **Juventude e pobreza**: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2018.
- LANES, Mônica Paulino de. **Projovem trabalhador no município de Serra/ES**: análise de concepções, ações e políticas sociais para a juventude. 2013. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- LANES, Mônica Paulino de. **Capitalismo dependente e superexploração da força de trabalho da juventude da classe trabalhadora no Brasil**. 2019a. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019a.
- LANES, Mônica Paulino de. Impactos da financeirização nas políticas sociais de juventude. *In*: BERGER, William (org.). **No olho do furacão**: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempo de barbárie. Vitória: Milfontes, 2019b.
- LEÃO, Aline Leão; SCARDUA, Carla Mognato; MANFROI, Vania Maria. Identidade da juventude capixaba: um enfoque no programa “Em Movimento”. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 57., 2005, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SBPC, 2005.
- MANFROI, Vania Maria *et al.* A mídia impressa catarinense e sua abordagem sobre juventude. *In*: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 10., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2011a.
- MANFROI, Vania Maria *et al.* Juventude na mídia catarinense: um breve perfil. *In*: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 10., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2011b.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.
- SILVA, Anderson D. R. *et al.* Crise do capital e condições de vida dos jovens brasileiros: precarização, informalidade, violência e punição. *In*: MOSER, Liliane;

- MANFROI, Vania Maria (org.). **Serviço Social**: questão social e direitos humanos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. p. 287-312.
- XAVIER, Aracely. **As ações, lutas, estratégias e desafios do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva). Rio de Janeiro: Revan, 2003.



Nevi: formação, pesquisa e extensão universitária para a cultura da paz e do respeito aos Direitos Humanos

Eugênia Célia Raizer

Gilsa Helena Barcellos

Vanda de Aguiar Valadão

William Berger

Introdução

Os direitos humanos, como conquista civilizatória a partir do surgimento dos Estados modernos burgueses, parecem elevar a humanidade a um outro patamar. Como posto por Freire (2013, p. 3), a

[...] “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” [documento de 1789] foi a referência histórica que possibilitou os sujeitos de uma época a iniciar um processo de construção da ideia de “direitos humanos” a ponto de exercer uma influência significativa mundialmente.

Um século e meio depois, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pareceu-nos ainda mais eficaz como instrumento universalizador dos direitos humanos. Nela, residia a possibilidade de se criar um padrão mundial desse conceito.

Os Estados-parte deveriam, a partir das suas particularidades, construir instrumentos legais e operacionais de proteção dos direitos humanos. No entanto, o conjunto da problemática que envolve sua materialidade em sociedades de classe colocou sob forte suspeição a sua real viabilidade. Ou seja, avançou-se substancialmente na sua expressão formal¹⁶⁷, mas a sua concretude ficou muito distante do idealizado. Por isso, as contradições que atravessam os direitos humanos são vastas e inesgotáveis e se expressam em diferentes níveis e escalas. Essas contradições apresentam-se já em seu nascedouro, na Europa.

Segundo Barcellos, Almeida e Freire (2022): “Em suma, nos séculos XVIII e XIX, enquanto a Europa passava pela Revolução Industrial, os países da América Latina encontravam-se sob o jugo colonizador”. Inferem daí as autoras que: “Apesar do distanciamento geográfico e da radical diferença que possuíam em relação ao desenvolvimento de suas forças produtivas, os dois processos estabeleciam íntima relação [...]” (p. 4-5).

E complementam:

[...] Índios e negros escravizados e trabalhadores livres tinham algo em comum: a exploração de sua força de trabalho alimentava a mesma engrenagem: o processo de acumulação de riqueza das classes dominantes europeias antes e durante a Revolução Industrial. Os processos históricos distintos, mas combinados, produziram particularidades nas lutas sociais nos dois continentes (BARCELLOS; ALMEIDA; FREIRE, 2022, p. 5).

Florestan Fernandes (1981) afirma que a inserção do Brasil no desenvolvimento internacional do capitalismo deu-se de forma subordinada. Para além disso, garantiu no seu processo de desenvolvimento a reatualização de práticas coloniais que marcam fortemente o Brasil atual. Diante disso, a luta pelos direitos humanos no país não se constitui uma escolha, mas uma condição para os que compõem as classes subalternas.

167 A despeito de um grupo de países resistir em reconhecer os direitos humanos de parcelas e/ou grupos populacionais, a exemplo daqueles em que o Estado assumidamente patriarcal não reconhece os direitos das mulheres e da população LGBTQIAP+.

A concretude dos direitos humanos pressupõe o acesso à cidadania. Mas quem tem acesso à cidadania efetivamente no Brasil? É possível pensar a igualdade para todos em relações sociais por natureza desiguais? Ou seja, numa sociedade regida por “[...] forças desumanas da competição antagonica e do ganho implacável, aliados à concentração de riqueza e poder em um número cada vez menor de mãos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 161). Aqui reside uma questão importante: a luta por direitos humanos leva à explicitação da impossibilidade de eles serem plenamente respeitados numa sociedade na qual a mercadoria medeia as relações entre as pessoas. Por isso, sua luta deve ser também uma luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

A tensão existente entre a construção formal dos direitos humanos e sua existência real no país em que vivemos não aparece somente em governos autoritários, a exemplo dos 21 anos de ditadura civil-militar, ou em um governo de perfil neofascista, como foi o caso do governo Bolsonaro, em período mais recente, mas apresenta-se no cotidiano da vida do povo brasileiro¹⁶⁸. A democracia constitui um valor fundamental e precisa ser defendida e preservada, a despeito de reconhecermos os limites da democracia burguesa.

Assinalamos que as violações dos direitos humanos se dão nos espaços público e privado, protagonizados por diferentes sujeitos e instituições. Elas assumem formas distintas, expressando-se pelas violências institucional, racial, social, de gênero, pela imposição heteronormativa, entre outras. Essas violações se fazem presentes nos microcosmos e no macrocosmo da reprodução (MÉSZÁROS, 2011). Podemos afirmar que, no Brasil, os principais violadores dos direitos humanos são o mercado e o Estado. Mas não menos importantes são as opressões que se revelam no interior de relações familiares, conjugais e/ou afetivas. Tudo isso articulado constrói uma teia densa de violações que se sobrepõem e, na sua aparência, acabam por subsumirem umas às outras. Por isso, o que aparentemente parece simples e óbvio, que é a defesa intransigente dos direitos humanos (2º princípio do Código de Ética da/o assistente social, de 1993), torna-se uma tarefa tão complexa e hercúlea.

A incorporação dos direitos humanos de forma orgânica na pauta da universidade pública remonta ao período da ditadura civil-militar. Os registros históricos

168 Aqui, não se pretende reduzir a importância desses dois eventos na suspensão e/ou no comprometimento do Estado democrático de direito.

desvelam o modo como a universidade pública foi palco de lutas e resistências que se travaram ao longo dos 21 anos de ditadura neste país. Quantas(os) colegas estudantes, técnicas(os) e professoras(es) tombaram ou foram encarceradas(os), torturadas(os), para que o Brasil superasse uma das fases obscuras da sua história? Por isso, os direitos humanos não constituem uma bandeira estranha à universidade, mas é parte da sua história. Nesse fluxo, contraditoriamente, a instituição nega-os ou reafirma-os, uma vez que ela é um espaço inserido e expressão do conjunto das relações sociais que compõem a sociedade brasileira. Mais ainda, é um espaço que pauta a realidade por meio dos objetos de estudos para o ensino e a pesquisa, e que culminam na produção de conhecimento. Muito do que se tem investigado nas universidades públicas tangencia os direitos humanos.

Com a expansão das atividades extensionistas, também aumentou a interlocução da universidade com os movimentos sociais no campo dos direitos humanos. Esse acontecimento reverbera no debate que ocorre no interior desse espaço. Isto é, a importância da luta social fora da universidade para a universidade. Quanto mais a luta pelos direitos humanos vai ganhando organicidade e força na sociedade brasileira, maior é a sua influência no conjunto das ações desenvolvidas pela universidade, nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. É um movimento dialético que aproxima universidade e movimentos.

Também queremos lembrar a importância, tanto social quanto racial, da política de cotas. Sua adoção possibilitou, ainda que de forma lenta, gradual e insuficiente, a mudança da composição do perfil das(os) estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras, e isso tem um impacto direto nos debates dentro das instituições. A presença maior de pobres, de mulheres de regiões periféricas, de negros e da população LGBTQIA+ implicou a construção de uma pauta de interesse direto desses segmentos populacionais que adentram a universidade, buscando alterar o rumo do tripé ensino, pesquisa e extensão. Na atualidade, fervilham temáticas que tangenciam os direitos humanos em diferentes cursos e centros de ensino, a despeito da resistência de parte do seu corpo docente. Isso representou um ganho inestimável para a produção do conhecimento no Brasil e repercute não só no campo da ciência, mas em todas as dimensões da vida social.

O Serviço Social integra-se a essa dinâmica, em que estudantes do curso têm protagonizado lutas importantes nas suas IES e nas diferentes instâncias onde

participam, reverberando no cotidiano da sala de aula e na sua grade curricular. Outro impacto perceptível é a escolha por objetos de estudo nesse campo. Hoje, a profissão e a formação (assistentes sociais, de forma geral, e também docentes) têm se debruçado sobre temas de pesquisa fundamentados na relação entre classe, raça e gênero/relações sociais de sexo. Ou seja, os direitos humanos, direta ou indiretamente, aparecem de forma substancial na produção do conhecimento no campo do Serviço Social. Esse importante ganho é resultado de um processo coletivo amplo e consistente, conduzido, na maioria das vezes, pelos organismos estudantis e profissionais – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (Cress), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), Encontros Regionais de Serviço Social (Eress), Centros Acadêmicos (CAs) etc.

É fato que refletir sobre a construção das universidades públicas e, particularmente, do Serviço Social enquanto campo disciplinar das ciências sociais aplicadas remete à luta pelos direitos humanos. Neste livro, é possível perceber, a partir da história contada por colegas que protagonizaram a implantação do curso de Serviço Social na Ufes, que há uma relação intrínseca entre a construção desse curso e a luta pelos direitos humanos. Não há como subestimar a coragem e a persistência de mulheres que abriram o caminho para que novas gerações pudessem continuar a trilhá-lo. As lutas nos anos de 1970 contra a Ditadura e pela Anistia reverberaram fortemente nesse processo de construção. Ou seja, está na gênese do curso de Serviço Social no Espírito Santo a sua luta pela democracia e pela defesa dos direitos humanos. No mais, a discussão da cidadania atravessa o tempo todo a formação e o trabalho profissional. O acesso à política social, como forma de distribuição de riqueza, em um contexto de capitalismo periférico, seria condição necessária à vida, mas as contradições que atravessam esse processo são tantas que acabam por virar objetos de investigação da profissão: a relação entre cidadania e direito.

Contexto histórico da concepção e criação do Nevi¹⁶⁹

A aproximação com os temas Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos começou quando o CCJE foi procurado, em fevereiro de 1997, para ofertar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) do Espírito Santo, cuja realização era condição para capitães da PM e do CBM acessarem os níveis superiores das carreiras (major, tenente-coronel e coronel). A demanda, feita pelo governo do estado – quando o governador era Vitor Buainy (1995-1998), do Partido dos Trabalhadores – e pela PMES, após ampla e profunda discussão com atores interessados, foi atendida por meio da realização do curso de especialização em Segurança Pública, uma pós-graduação *lato sensu* com o mínimo de 360 horas e elaboração e apresentação de monografia.

Do corpo docente do curso, participaram professores de vários departamentos da Ufes (Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social, Direito, Administração) e oficiais da PMES. A professora Vanda de Aguiar Valadão, do Departamento de Serviço Social, lecionou abordando o tema “Direitos humanos e o tratamento cidadão a populações empobrecidas das periferias urbanas e a minorias sociais”.

A iniciativa colocou a Ufes e o curso de Serviço Social em contato com núcleos de pesquisa e pesquisadores de outras universidades e centros de estudos do país¹⁷⁰. Também esteve representada em encontros nacionais para falar da experiência da universidade na formação de policiais e para ouvir o relato de outros estados. O tema estava na agenda pública. Era governo de Fernando Henrique Cardoso.

Foram realizadas quatro turmas do curso, por meio de convênio entre Ufes e governo do estado. Como alunos e alunas, estiveram capitães da PMES, do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo e delegadas(os) da Polícia Civil (PCES), numa busca de aproximação e diálogo entre as corporações para facilitar o trabalho integrado que se anunciava como necessário e urgente. Até mesmo profissionais ligados

169 Este item contou com a contribuição da professora Ana Maria Petronetto Serpa, voluntária do Nevi.

170 Por exemplo, Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); NEV-USP; Instituto Carioca de Criminologia do Rio de Janeiro; Fundação João Pinheiro, do Governo de Minas Gerais. Além disso, também esteve em contato com ex-comandantes de Polícias Militares, ouvidor da Polícia Militar de São Paulo (PMSP) e outros.

à luta pelos direitos humanos fizeram o curso. Em torno de sessenta monografias sobre temas de segurança pública, violências, direitos humanos e ação policial foram elaboradas e apresentadas.

Mais tarde, o governo federal criou financiamento para cursos na área de Segurança Pública, e policiais militares de todos os níveis hierárquicos puderam concorrer às vagas. Praças e oficiais puderam se candidatar, reformulando-se o sentido inicial da proposta. Outras faculdades também captaram recursos para investir em cursos nessa área, diversificando as ofertas. Todo esse processo deu origem a um mestrado em Segurança Pública no estado, oferecido pela Universidade de Vila Velha (UVV), instituição privada de ensino superior.

O governo do estado que assumiu em 1999¹⁷¹ instituiu o Programa Pró-Paz, com várias ações articuladas ao eixo estruturante do policiamento interativo-comunitário, já experimentado e com bons resultados, mas que implicava a participação da sociedade e das lideranças comunitárias, por meio dos Conselhos Interativos Comunitários, um espaço de diálogo e de proximidade com bairros e lideranças locais. A professora Jaqueline de Oliveira Muniz, doutora em Ciência Política¹⁷², pesquisadora da área e, hoje, professora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), deu assessoria ao programa.

Entre as várias ações, havia a formação-reciclagem de policiais, sobretudo os que atuavam nas ruas, com o objetivo de permitir o acesso a novos conhecimentos e a mudança de mentalidades, visando garantir uma atuação cidadã no policiamento. A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Ufes, por meio da professora Eugênia Célia Raizer, diretora do Departamento de Relações Comunitárias, responsabilizou-se por ofertar cursos de extensão sobre Segurança Pública e Direitos Humanos, formando mais de três mil policiais, com turmas nos *campi* universitários de Vitória, Alegre e São Mateus, alcançando policiais de todo o estado. Esse processo de estudo e desenvolvimento de conteúdos nas áreas de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, de monitoramento das situações de violência na Grande Vitória, inclusive com estudos georreferenciados, além de demandas de organizações de defesa dos direitos

171 Governador José Ignácio Ferreira, entre 1º de janeiro de 1999 e 1º de janeiro de 2003, pelo PSDB.

172 Em seu doutorado, a professora defendeu a tese *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da PMERJ*.

humanos, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) do município de Serra, gerou uma ambiência universitária propícia à criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi) – também com apoio da Proex, da Ufes –, tarefa a que se dedicou a professora Eugênia, a partir de janeiro do ano 2000.

O que é o Nevi: sua concepção e suas ações na primeira década do milênio

O Nevi é um núcleo de estudos constituído com o objetivo de desenvolver e articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, sob a ótica dos vários campos acadêmicos da Ufes. Tem caráter interdisciplinar e congrega profissionais e docentes das diversas áreas de conhecimento da universidade. Foi criado em janeiro de 2000, inicialmente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, e a partir de 2003 passou a ser um projeto de ensino, pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social (DSS). É um dos núcleos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do DSS. Entre 2000 e 2014, coordenaram o Nevi, pela ordem, as(os) seguintes professoras(es): Eugênia Célia Raizer (Serviço Social), Pedro Bussinger (Filosofia), Cláudio Zanotelli (Geografia), Roberto Garcia Simões (Arquitetura e Urbanismo), Júlio Pompeu (Direito), Vanda de Aguiar Valadão, Gilsa Helena Barcellos, William Berger, Adriana Ilha e Raquel Sabará de Freitas – essas(es) últimas(os) cinco docentes, todas(os) vinculadas(os) ao Departamento de Serviço Social.

Tem como objetivo produzir e divulgar conhecimentos, por meio da realização de estudos e pesquisas, cooperação técnica, parcerias e assessoria no campo de sua competência. Além de realizar estudos e pesquisas e divulgar seus resultados, o Nevi promove cursos, seminários e conferências; presta serviços de consultoria e assessoria a instituições ou entidades não governamentais; apoia movimentos sociais do setor; articula com outras atividades dos programas de graduação e pós-graduação da Ufes; e mantém intercâmbio com outros organismos relacionados às atividades do Núcleo.

O Nevi tem sido também um dos campos de Estágio Curricular do Departamento de Serviço Social. Anualmente, concorre a bolsas para estudantes no programa

de bolsas da Proex e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), além de apresentar projeto às demais agências de fomento de pesquisa em níveis estadual e nacional: Fapes, CNPq e outras. Também está aberto à participação voluntária de estudantes e professores de todos os Centros e cursos de mestrado da Ufes, nas áreas de sua competência. É um espaço solidário e pluralista de definição de estratégias de engajamento da universidade no movimento de direitos humanos no Espírito Santo e no Brasil, para a plena integração do país nos sistemas internacionais da área.

As principais atividades do Núcleo nos anos 2000 foram:

- na área do ensino: constituiu campo de estágio em Serviço Social; também constituiu campo de estudos e atividades do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social, grupos de estudos, além da realização de seminários de discussão sobre o tema.
- na área da pesquisa: contribuiu para o “Levantamento e Mapeamento dos Homicídios no Espírito Santo”; cooperou no “Pacto Estadual de Combate à Tortura: a contribuição do Comitê Estadual pela erradicação da tortura, tratamentos cruéis e degradantes no Espírito Santo”; auxiliou na pesquisa “Violência criminalizada e Política de Segurança Pública: um estudo das particularidades no Espírito Santo”; também participou do programa de pesquisa “A região de São Pedro: um estudo sobre a juventude no campo da saúde, educação, direitos humanos e cidadania”, que se desdobrou em estudos com objetos mais delimitados, a saber: “cultura juvenil: uma análise da implicação dos grupos de produção cultural sobre a percepção da juventude acerca dos direitos humanos”, “políticas públicas de prevenção à violência”, “juventude, direitos humanos e participação política” e “representação de direitos humanos e violência entre jovens”.
- na área da extensão: assumiu a representação da Ufes (DSS/Mestrado) em seu campo temático, participando de diversos órgãos e iniciativas, tais como: Conselho Estadual de Direitos Humanos; Conselho Municipal de Vitória de Segurança Urbana; Comitê Estadual de Combate à Tortura; Comissão Estadual de Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar no Espírito Santo; Conselho Consultivo do Programa de Proteção a Testemunhas; Campanha do desarmamento; Campanha contra o extermínio de jovens; Secretaria Executiva do

Fórum Capixaba de Segurança Pública. Também participou de reuniões para a reativação do Conselho Estadual de Segurança Pública (Coesp).

Não menos importante, foram as realizações de ações/eventos, entre eles: curso de Pós-Graduação em Segurança Pública; I Seminário sobre Violências no Espírito Santo (2005); A atual política de justiça criminal e segurança pública no ES; II Seminário sobre Violências no Espírito Santo (2007), Fórum Capixaba de Segurança Pública (2009); I Encontro Capixaba sobre “O papel do município na Segurança Pública” (2010).

Ainda na primeira década dos anos 2000, o Nevi publicou dois livros com coletâneas de artigos: I) *Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública* (2003); e II) *Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais* (2007). Publicou também a *Revista Cidadã* – em 2004, a edição n. 1 (versão impressa); e em 2005, a edição n. 2 (versão digital). Ainda publicou a cartilha: *Direitos Humanos e Escola*, em 2005 (em parceria com o CADH da Serra). Está nas mídias sociais do PPGPS-Ufes e do CCJE/DSS, além de ter sua página própria no Facebook e no Instagram.

Grande parte do trabalho realizado foi em parceria com movimentos e organizações vinculados às lutas pelos direitos humanos no Espírito Santo, a exemplo de: Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Leste; Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) “Valdício Barbosa dos Santos”; Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes); Comitê Estadual de Enfrentamento à Tortura; Associação de Moradores da Serra; Associação de Moradores de Santana (Cariacica); Observatório da Mídia Direitos Humanos, Democracia, Movimentos Sociais.

Quadro 4 – Atividades do Nevi no período 2000-2010

Principais atividades do período (2000-2010) – Promoções e parcerias
I e II Festival Estadual de Direitos Humanos: “A sociedade assumindo os Direitos Humanos no Espírito Santo”. Eventos realizados pelo Fórum Reage Espírito Santo, com apoio institucional da Ufes/Nevi e das prefeituras municipais de Vitória, Serra e Vila Velha. Foram realizados no Auditório do CCJE/Ufes, em dezembro de 2001, e no Teatro Universitário da Ufes, em dezembro de 2002.
Realização de 5 turmas do Curso de Noções Básicas em Direitos Humanos, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra (CCDH) e com a Federação das Associações de Moradores da Serra (Fams). Realizado nas instalações do Departamento de Filosofia da Ufes.
Seminário “Crime organizado: desafios à segurança pública”. Durante o Seminário, foi lançado o livro <i>Estratégias e desafios: violência, direitos humanos e segurança pública</i> , primeiro livro publicado pelo Nevi, reunindo artigos de 22 autores da Ufes e parceiros.
Representação da Ufes no Comitê Estadual pela Erradicação da Tortura – com reuniões mensais; elaboração do “Pacto Estadual pela Erradicação da Tortura”; realização de seminários sobre estudos da Lei contra tortura; participação em seminários nacionais; entre outras.
II Seminário de Pesquisa sobre Violência e Segurança Pública no Espírito Santo, realizado em maio de 2007, tendo como produto a publicação do livro <i>Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais</i> .
Seminário “A violência no Espírito Santo: questões e desafios”. Realizado, em junho de 2005, no Auditório do CCJE/Ufes.
Realização de 9 turmas do Curso de Noções Básicas em Direitos Humanos para Agentes Penitenciários, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Justiça.
Representação da Ufes na Comissão Organizadora Estadual da “I Conferência Estadual de Segurança Pública” e na Comissão de Sistematização da referida Conferência – texto apresentado na I Conferência Nacional de Segurança Pública, promovida pelo Ministério da Justiça.
Seminários temáticos “Violência contra a mulher” e “Violência e juventude: (des)construindo conceitos”, realizados no Auditório CCJE/Ufes, respectivamente em outubro de 2008 e agosto de 2009.
O Nevi participou da criação do Fórum Capixaba de Segurança Pública, em 2009, sediando sua secretaria executiva e sendo um dos signatários do manifesto pró-criação do Fórum, juntamente com outras 23 associações e centros de apoio aos direitos humanos.

Fonte: Elaborado por Eugênia Célia Raizer.

O Nevi na década de 2010: desafios ao ensino, à pesquisa e à extensão

A conjuntura do momento

O Nevi, como já discorrido aqui, nasceu imbricado com os movimentos sociais. Pela sua forte presença na luta social capixaba, era um núcleo que visivelmente extrapolava os muros da universidade. Conduzido por um grupo de professoras(es) de diferentes departamentos, era reconhecido pela sua capacidade articuladora, formativa e investigativa.

No entanto, como não poderia deixar de ser, a conjuntura sempre exerceu forte influência nas pautas do Nevi; por isso, ao tratarmos da década de 2010, também achamos relevante ressaltar aqui alguns elementos conjunturais do período. O primeiro deles diz respeito às repercussões da crise financeira de 2008 em âmbito mundial. No Brasil, os efeitos dessa crise geraram um processo de demissão em massa¹⁷³. À época, o governo Lula utilizou de diferentes estratégias para conter o impacto da crise no país, com sua famosa frase de que o *tsumani* mundial, no Brasil, se transformaria em uma “marolinha”. Subestimando os impactos da crise, o governo usou várias artifícios para estimular a produção e o consumo, e um deles foi a redução de impostos. Isso acabou gerando um efeito dominó, porque reduziu a capacidade de constituição de um fundo público mais robusto para investimento em políticas sociais.

O primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) sentiu os impactos da crise, mas sua contenção possibilitou que seu governo continuasse, inclusive reelegendo-se para um segundo mandato. Porém a redução do fundo público aprofundou o acirramento pela sua disputa por frações da classe burguesa. Os interesses capitalistas, em especial o financeiro, aliaram-se a setores religiosos conservadores/fundamentalistas

173 No Brasil, “De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram extintos mais de 1,3 milhões de empregos formais em janeiro, sendo os trabalhadores da indústria, conhecidos como ‘trabalhadores de chão de fábrica’, os mais afetados. Assistimos demissões colossais, como a Vale do Rio Doce, que mandou embora 1.300 trabalhadores, e a Embraer, fabricante de aviões que possui renda fortemente baseada em exportações, que demitiu 4.200 funcionários, que correspondiam a 20 % do total de empregados” (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009 *apud* BARIZÃO; DURAN GIL, 2012, p. 22).

e de perfil neofascista. Por outro lado, o aumento do desemprego e da miséria retiraram o apoio popular dado até então aos governos petistas. Esse conjunto de eventos levou ao golpe institucional de 2016, conduzindo Michel Temer à Presidência da República. Este teria a tarefa de produzir as condições necessárias, numa forte aliança entre Executivo, Legislativo e Judiciário, para a eleição de um governo neofascista. A eleição de Bolsonaro em 2018 foi resultado de um grande arranjo entre setores da burguesia, dirigentes dos três poderes que compõem o Estado brasileiro e lideranças evangélicas de perfil neopentecostal.

Diferentemente da década de 2000, quando a política social contou com investimentos públicos maiores do que em períodos anteriores e quando presenciou-se a implementação de políticas e instrumentos no campo de direitos humanos voltados para as mulheres, negros, LGBTQIAP+, a década de 2010 foi marcada por retrocessos significativos, pelo aumento substancial da pobreza e aprofundamento da desigualdade social, pelo desmonte, em particular a partir de 2016, das políticas sociais nas suas diversas áreas. A fome voltou a patamares registrados nos anos 1990 e início dos anos 2000. Mas, como diz o velho ditado popular, “nada é tão ruim que não possa piorar”. A década de 2010 foi finalizada com a chegada do coronavírus. A pandemia da covid-19 colocou a nu as mazelas sociais, algumas delas até então sob o tapete: a morte de mais de 700 mil pessoas, em sua maioria pobres e negros, revelou quão racista, desigual e conservador é o Brasil.

Esses eventos tiveram impactos sérios sobre a universidade pública: redução de investimento público, precarização das condições de trabalho e de salário, enfraquecimento ainda maior das condições de manutenção de estudantes cotistas, diminuição do número de bolsas em vários níveis etc. Com a chegada da pandemia, tudo isso foi potencializado. Mais ainda, devido ao perigo de contaminação pelo coronavírus, instituiu-se o ensino remoto, que impactou diretamente a dinâmica dos núcleos de pesquisa, já que tiveram que ser repensados os processos de investigação, de extensão e de ensino em curso, tendo que os reorganizar seguindo a modalidade remota. Para o Nevi, não foi diferente.

As ações e atividades realizadas pelo Nevi

Atividades realizadas no biênio 2013-2014

Nesse período, o Núcleo, em parceria com o Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, acompanhou o projeto Clínicas do Testemunho, do Rio de Janeiro, visando à elaboração conjunta de seminários sobre temas atuais referentes a direitos humanos, violência e segurança pública no Espírito Santo e no restante do país. Também investiu na elaboração de projeto de pesquisa sobre a violência contra a mulher no estado, com ênfase na violência letal; no entanto, não conseguiu a aprovação da proposta pelas agências de fomento (CNPq e Fapes), o que comprometeu o seu desenvolvimento.

Insta registrar que, em paralelo a isso, o Nevi iniciou uma discussão com a coordenação de estágio do curso de Serviço Social para a abertura de campo de estágio, resultando na obtenção de dois estagiários. O Núcleo contou ainda com a contribuição de uma bolsista do Plano de Atividade Docente (PAD), Camila Gil Marcelina da Penha (que também foi estagiária). Eles tiveram como principais atividades a constituição de um arquivo físico com os jornais locais *A Gazeta* e *A Tribuna*, utilizados como fonte para coleta de dados sobre violência no Espírito Santo e sistematização dos dados com descrição, tabelas e gráficos. Essa ação ocorreu em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo. Nesse mesmo período, o Nevi contou com a presença de colaboradores internos e externos, entre eles estão Eugênia Célia Raizer (nesse período, a professora já havia se aposentado), Luma Magnago, Thais Meira, Gecyanna Moura e Clemildo Cortês.

A participação de graduandas(os) e pós-graduandas(os) no Nevi resultou na produção de TCCs, relatórios de pesquisa e artigos científicos, a saber:

- PACHECO, A. M; GRAVEL, C.; RODRIGUES, J. J.; NASCIMENTO, P. **Juventude e participação**: um estudo sobre a inserção de jovens ao Projeto Circuito Cultural na Região de São Pedro. Vitória, 2013.
- ARAÚJO, Cristiano. **População em situação de rua no Brasil no contexto de aprofundamento da crise do capital**: algumas determinantes, sua reprodução e reflexões sobre o tema. Vitória, 2013.

- ARAÚJO, Cristiano. **Possibilidades e limites das Políticas de Assistência Social e de Direitos Humanos, direcionadas à população em situação de rua na cidade de Vitória no período de 2005 a 2012.** Vitória, 2014.

Quadro 5 – Atividades do Nevi no período 2013-2014

Principais atividades do período (2013-2014) – Promoções e parcerias
Seminário “Conversando sobre Direitos Humanos: testemunhos públicos sobre tortura no Brasil”, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Política e Subjetividade, do Departamento de Psicologia da Ufes, e com o projeto Clínicas do Testemunho, do Rio de Janeiro, vinculado ao “Tortura Nunca Mais” – Auditório do CCJE (10 de dezembro de 2013).
Seminário “Homicídio de Mulheres no Espírito Santo sob a perspectiva de gênero”, em parceria com o Fórum de Mulheres do Espírito Santo, a Delegacia da Mulher de Vitória e a Polícia Civil do Espírito Santo – Auditório do CCJE (novembro de 2013).
Estagiários: Alfredo Camargo e Camila Gil Marcelina da Penha (supervisão da professora Vanda de Aguiar Valadão).

Fonte: Elaborado por Eugênia Célia Raizer.

Segundo a avaliação desse período, um importante resultado da atuação do Nevi foi o seu reconhecimento como protagonista de estudos sobre violência, segurança pública e direitos humanos, que resultou na sua indicação como representante da Ufes no Conselho Municipal de Segurança Urbana de Vitória (Comsu).

Em 2014, por solicitação da professora Vanda de Aguiar Valadão, então coordenadora do Núcleo, Gilsa Helena Barcellos, professora recém-chegada à universidade, assumiu a coordenação do Nevi.

Atividades realizadas no biênio 2015-2016

No ano de 2015, garantiu-se a continuidade do campo de estágio, mantendo-se as(os) mesmas(os) estagiárias(os), agora na disciplina Estágio Supervisionado III. Camila Gil Marcelina continuou acumulando a função de bolsista PAD, por ser sua única fonte de renda e necessária à sua permanência na universidade.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) 1ª edição do Curso de Formação em Direitos Humanos: “Os direitos humanos nas suas interfaces com a questão étnico-racial, gênero, diversidade sexual e movimentos sociais”. Objetivos: proporcionar um espaço de discussão, reflexão e formação qualificado sobre as temáticas dos direitos humanos; contextualizar os direitos humanos; identificar as interações entre as problemáticas de gênero e os direitos humanos; refletir sobre a questão étnico-racial na sociedade brasileira; refletir sobre as violações dos direitos humanos da população LGBT e identificar os entraves e avanços das políticas públicas de combate à homofobia no Brasil; propiciar uma experiência empírica para os participantes com os movimentos sociais de direitos humanos no Espírito Santo; possibilitar aos estudantes de Serviço Social um aprofundamento nas temáticas dos direitos humanos.

O curso ocorreu de outubro a dezembro de 2015, no Salão Rosa do CCJE, em parceria com: Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-ES), Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH-ES), Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra (CDDH-Serra), Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes), Fórum de Mulheres do Espírito Santo (Fomes).

- b) 2ª edição do Curso de Formação em Direitos Humanos: “Os direitos humanos nas suas interfaces com a questão étnico-racial, gênero, diversidade sexual e movimentos sociais”.

O curso ocorreu de abril a junho de 2016, com a duração de 60 horas, em parceria com: MNDH-ES, CADH-ES, CDDH-Serra, Fejunes, Fomes.

- c) Seminário “A socioeducação no Espírito Santo: da invisibilidade ao debate crítico” e minicurso sobre “Justiça restaurativa”. Objetivos: promover um debate público, amplo e crítico, sobre a socioeducação no Espírito Santo e no Brasil para divulgar o tema, dar-lhe visibilidade, sensibilizar professores e pesquisadores de graduação e de pós-graduação no sentido de tomarem as várias dimensões e complexidades do tema como objetos de estudo; identificar e problematizar as situações pelas quais passa a socioeducação no estado; debater os problemas vivenciados por adolescentes acautelados nas unidades socioeducativas do Iases,

seus familiares e os trabalhadores; divulgar novas “narrativas”, visando contribuir para retirar a ênfase dada ao “encarceramento” de adolescentes, para fazer “contraponto” ao discurso de “punição”, de agravamento do castigo, das penas, amplamente estimulados pela mídia.

O evento ocorreu nos dias 13 e 14 de outubro de 2016, no Auditório Manuel Vereza, no Salão Rosa e nas salas do ED III e do ED VII (no CCJE), na Ufes, e teve 283 participantes. Foi uma promoção conjunta entre Nevi, Neca, Nejud, PPGPS – à época, coordenado pela professora Vanda de Aguiar Valadão –, Cress e Grupo de Trabalho (GT) em Socioeducação, do Sindipúblicos-ES. Contou com o apoio do Grupo de Estudos Cultura e Educação e também da Proex (ambos da Ufes), do Programa de Pós-Graduação em Direito da UVV (PPGDIR-UVV), do Iases, do NET-Ufes, do Grupo de Pesquisa Subjetividade, Poder e Resistência (da UVV). O evento recebeu financiamento da Fapes e apoio financeiro do Sindipúblicos, por meio do edital 05/16. Participaram da organização do evento: 6 docentes; 21 estudantes, entre bolsistas, estagiários e voluntários; e 3 integrantes do Sindipúblicos-ES.

- d) Grupo de Estudos Metamorfoses: estudo de temáticas relacionadas aos direitos humanos, com vistas a qualificar teórica e metodologicamente os seus participantes. Temas abordados: gênese e fundamentos dos direitos humanos no período moderno, com o estudo de autores clássicos e contemporâneos numa abordagem teórico-histórica dos direitos humanos.

O grupo realizou encontros quinzenais, na sala do Nevi (sala 819 do ED VIII), durante o primeiro semestre do ano de 2016.

- e) projeto de pesquisa registrado na PRPPG sob o n. 7013/2016 e apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – edital Pibic 2015/2016, intitulado “A organização de mulheres pescadoras artesanais na Região Metropolitana da Grande Vitória”, com dois subprojetos: 1) “A organização de mulheres pescadoras artesanais do município de Vila Velha”; 2) “A organização das mulheres pescadoras do município de Vitória”. Foram bolsistas da Fapes Bruna Menezes e Fany Serafim Nascimento.

- f) continuação do Nevi como campo de estágio, recebendo estudantes, e representação como titular no Conselho Municipal de Segurança Pública de Vitória.

Atividades realizadas no biênio 2017-2018

O Nevi buscou priorizar atividades em parcerias com outros núcleos e com instâncias de gestão do curso de Serviço Social, com vistas a potencializar os processos e as ações coletivas no interior do curso. Também buscou, por meio de suas atividades, maior aproximação com os movimentos sociais, no campo dos direitos humanos, e suas lideranças. A seguir, listamos as atividades realizadas consideradas mais importantes.

Quadro 6 – Atividades do Nevi no período 2017-2018

Principais atividades do período (2017-2018) – Promoções e parcerias
Grupo de Estudos Metamorfoses: estudos sobre os fundamentos e história dos direitos humanos; sobre a relação entre direitos humanos e serviço social. Coordenação: Eugênia Célia Raizer e Gilsa Helena Barcellos. Contribuições para o processo formativo: Vanda de Aguiar Valadão, Gilsa Helena Barcellos, Eugênia Célia Raizer, Neiriele Marques da Silva (assistente social), Renata Silva Souza (mestranda), professor Thiago Fabres (curso de Direito da Ufes), Lula Rocha (Integrante do Círculo Palmarino/ES e Membro do CEDH). Período: março de 2017 a novembro de 2018.
Trabalho de campo: acampamento Índio Galdino; assentamento MST Nova Esperança, em Aracruz; comunidades pescadoras de Aracruz e quilombolas do Sapê do Norte de São Domingos (São Mateus), Linharinho e Angelim I (Conceição da Barra). Parceria com a disciplina Movimentos Sociais e Poder Local, do curso de Serviço Social (da Ufes), e com a professora Simone Raquel, do curso de Geografia (também da Ufes); elaboração de relatório por parte das(os) integrantes do Nevi. Data: junho de 2017.
Curso de Extensão “Formação em Direitos Humanos, democracia e movimentos sociais”, registrado no Siex/Proex como atividade de extensão vinculada ao projeto “Capacitação de lideranças comunitárias e conselheiros”, com 10 oficinas nos temas: Direitos Humanos, Democracia e Movimentos Sociais; Cartografia social; Socioterritorialidade e Comunicação Audiovisual. Curso reivindicado por lideranças de Santana, em Cariacica (mais especificamente por Lula Rocha, residente no município), e do Observatório Capixaba da Juventude. Parcerias: Nemps, Interface e Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Data: outubro a dezembro de 2017.
Seminário “Serviço Social e questão étnico-racial: debate de classe e raça no Serviço Social e o exercício profissional e racismo institucional – formação profissional e questão étnico-racial” (registro Siex 200724, em 20 de junho de 2017). Parceria: Departamento de Serviço Social, Cress, Comissão étnico-racial do curso de Serviço Social, Coletivo Winnie Mandela, Calss, Abepss, Nemps, PET-SSO. Data: 19 e 20 de junho de 2017 (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes).

Principais atividades do período (2017-2018) – Promoções e parcerias

Encontro “III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária na Ufes” (registro Siex 200699, em 25 de maio de 2017) e “2ª Feira de Produtos da Reforma Agrária no Espírito Santo”. Projeto de extensão coordenado pela professora Renata Couto (PPGPS). Parceria: Núcleo de estudos sobre questão agrária do PPGPS/Ufes. Data: dias 4 e 19 de setembro de 2017 (Praça Costa Pereira, Centro de Vitória).

Seminário “Respeita as mina: violência contra mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e trans e a aplicação da Lei Maria da Penha” (registro Siex n. 200949). Etapas do evento: 1ª mesa: “A violência contra mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e trans no Brasil e no Espírito Santo”; 2ª mesa: “A aplicação da Lei Maria da Penha na proteção às mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e trans”. Parcerias: Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold), Departamento de Serviço Social, Cress/ES, Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Calss/Ufes, Centro Acadêmico Roberto Lyra Filho, Santa Sapataria, Coletivo LGBT do curso de Serviço Social, Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da Ufes. Data: outubro e novembro de 2018 (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes e Salão Rosa/CCJE/Ufes).

Projeto “Apoio às atividades do Nevi” (registro Siex n. 401601), que viabilizou um bolsista de extensão para o Núcleo em 2017, com as atividades de organização da documentação do Nevi, registro das atividades e monitoramento do e-mail e atualização do site do Núcleo. Parceria: Nevi-Proex. Data: 2017.

Bolsista: O Nevi concorreu aos editais PaEPE II, Projetos Especiais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, da Proplan/Ufes, 2017 e 2018, e foi contemplado com um bolsista em cada edital.

Seminário “O enfrentamento à violência sexual infantojuvenil no contexto da proteção social no Espírito Santo e no Brasil”, visando promover o debate sobre abuso e exploração sexual infantojuvenil e rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de violência sexual no Espírito Santo. Parcerias: Neca/Ufes, Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comitê Estadual, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Ministério Público do Espírito Santo. Data: 18 de maio de 2017 (Salão Rosa/CCJE/Ufes).

Mesa-redonda “Rede de atenção à pessoa idosa vítima de violência”. Parceria: Núcleo de Estudos Sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi) e Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI). Período: 22 de junho de 2017 (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes).

Roda de conversa “Violação dos Direitos Humanos da população em situação de rua no ES: o papel do Estado e dos movimentos sociais”. Leitura prévia do texto “Direitos Humanos e a população em situação de rua: paradoxos e aproximações a uma vida digna”. Participação de Eugênia Célia Raizer, Wesley C. Zinek e Bruno Donato dos Santos. Data: 1º de novembro de 2017 (sala 102, ED I/CCJE/Ufes).

Principais atividades do período (2017-2018) – Promoções e parcerias

Participação no grupo de discussão sobre a questão étnico-racial no curso de Serviço Social da Ufes. Contribuiu na realização do seminário “O mito da democracia racial em debate”, promovido pelo Departamento de Serviço Social. Parcerias: Nevi/Ufes, PET e coletivo Winnie Mandela. Data: 13 de novembro de 2017, de 8h às 13h (Salão Rosa/CCJE/Ufes). Esse salão, reformado em 2023, passará a ser chamado de Salão Ângela Maria Campos da Silva.

Seminário “Os conflitos socioterritoriais em comunidades tradicionais do ES”. Convidadas(os): professor Sandro Silva (Departamento de Ciências Sociais); Domingos Firmiano dos Santos, conhecido como “Chapoca” (liderança quilombola do Sapê do Norte) e a liderança indígena Deusdeia, de Pau-Brasil. Parcerias: Nevi, Cress, Comissão étnico-racial do curso de Serviço Social, Coletivo Winnie Mandela, Nemps, PET SSO e Departamento de Serviço Social. Data: 1º de dezembro de 2017, de 9h às 11h (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes).

Atividades em torno da questão LGBT e do processo transexualizador. Atividades: mesa-redonda, para estudantes e docentes do curso, profissionais e pesquisadores, tendo como o expositor professor Guilherme Silva de Almeida, da Uerj; roda de conversa do professor Guilherme Silva de Almeida com docentes do DSS e de outros cursos de Serviço Social de faculdades privadas da Grande Vitória; oficina sobre “Questão LGBT e o Serviço Social”, coordenada pelo professor Guilherme Silva de Almeida, com estudantes de graduação, docentes, profissionais e militantes da luta LBGT. Parcerias: DSS, Cress, Coletivo LGBT do Curso de Serviço Social, Nevi, Nemps e PET SSO. Data: 16 e 17 de agosto de 2018 (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes, Salão Rosa/CCJE/Ufes e sala 108, ED I/CCJE/Ufes).

Participação no grupo organizador da Pré-Conferência e da Conferência de Ações Afirmativas da Ufes. Tema: “Políticas afirmativas e saberes das diversidades: avaliação da trajetória de uma década e construindo uma agenda propositiva”. Promoção da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos (DECIDH), em conjunto com Coletivos Estudantis, Núcleos de Pesquisa, Grupos de Extensão, direção de Centros de Ensino, Pró-reitorias, entidades representativas e sociedade civil. Data: 28 de novembro de 2017 (Auditório Manoel Vereza/CCJE/Ufes).

Participação no Encontro Internacional Engênero III, com o Simpósio Temático 6, realizado durante o Encontro Internacional, intitulado “Gênero, feminismos e serviço social”. Iniciativa do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEGPV – História). Foram apresentados oito trabalhos no Engênero III, tendo os seus anais sido publicados em 2019¹⁷⁴.

174 Para ver os trabalhos publicados, acessar o *site* dos anais do Encontro Internacional Engênero III, disponível em: <http://legpv.ufes.br>.

Principais atividades do período (2017-2018) – Promoções e parcerias

Pesquisa guarda-chuva (registro na PRPPG sob o n. 7013/2016), intitulada “A organização das mulheres pescadoras artesanais na Região Metropolitana de Vitória”. Pesquisa de caráter qualitativo. Para o seu desenvolvimento, tinham sido apresentados cinco subprojetos de pesquisas (SPP) até aquele momento:

SPP 1 - A organização das mulheres pescadoras do município de Vitória, Espírito Santo – Bolsista FAP: Fany Serafim Nascimento – relatórios de pesquisa (parcial e final) à PRPPG, em 2017; *SPP 2 - A organização das mulheres pescadoras do município de Vila Velha, Espírito Santo* – Bolsista FAP: Bruno Meneses – relatórios de pesquisa (parcial e final), em 2017; *SPP 3 - A organização das mulheres pescadoras do município de Cariacica, Espírito Santo* – Bolsista Pibic/Fapes: Fany Serafim Nascimento – relatórios de pesquisa (parcial e final), em 2018; *SPP 4 - A organização das mulheres pescadoras do município de Guarapari, Espírito Santo* – Bolsista Pibic/Fapes: Marcos Stéphanos Santana Ferreira – relatórios de pesquisa (parcial e final), em 2018; *SPP 5 - A organização das mulheres pescadoras do município de Serra, Espírito Santo* – Bolsista Pibic/CNPq (edital PIIC 2018/2019): Dilecia de Freitas Reis – relatórios de pesquisa (parcial e final), em 2019.

Três estagiárias(os) de Estágio Supervisionado III no Nevi: Ana Paula Lyra, Fany Serafim Nascimento e Marcos Stéphanos Santana; e dois estagiários de pesquisa: Marineia Viale Quinelato e, novamente, Marcos Stéphanos Santana. Ano: 2017 - sala do Nevi (sala 819, ED VIII).

Relatórios de Pesquisa apresentados:

BARCELLOS, Gilsa; NASCIMENTO, Fany Serafim. *Relatório Parcial*: “Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES” (vinculado ao Projeto de Pesquisa guarda-chuva intitulado “A Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES”, registrado na PRPPG/Ufes sob o n. 7013/2016). Enviado à PRPPG em 1 mar. 2019. 3p.

BARCELLOS, Gilsa; REIS, Dilecia de Freitas. *Relatório Final*: “O processo de organização das pescadoras do município de Serra-ES” (vinculado ao Projeto de Pesquisa “A Organização de Mulheres Pescadoras Artesanais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES”, registrado na PRPPG/Ufes sob o n. 7013/2016). Enviado à PRPPG em 19 ago. 2019. 15p.

Fonte: Elaborado por Eugênia Célia Raizer.

O Nevi, nesse período, foi composto por professoras do quadro permanente do Departamento de Serviço Social (Gilsa Barcellos e Vanda de Aguiar Valadão), por professoras voluntárias (Ana Maria Petronetto Serpa e Eugênia Célia Raizer) e também por estudantes (Ana Paula dos Santos Lyra, Bruna Menezes Guedes, Dilecia de Freitas Reis, Fany Serafim Nascimento, Leonardo Mello, Marcos Stéphanos Santana, Marineia Viale Quinelato e Thays Meire de Araújo).

Atividades realizadas no biênio 2019-2020

Em 2018, houve mudanças na composição do quadro de professoras(es) vinculadas(os) ao Nevi. A docente Vanda de Aguiar Valadão passou a desfrutar do seu direito à aposentadoria, embora tenha continuado a contribuir de forma esporádica com as atividades do Núcleo, que, nesse mesmo ano, ganhou um reforço significativo com a chegada do professor William Berger, com experiência em educação popular, Teatro do Oprimido e pesquisa com povos indígenas. Sua chegada refletiu no perfil e no número de atividades realizadas no biênio em questão.

Quadro 7 – Atividades do Nevi no período 2019-2020

Principais atividades do período (2019-2020) – Promoções e parcerias
Oficinas do Teatro do Oprimido. Cinco oficinas. Parcerias: Secretaria Municipal de Educação de Vitória(Seme/PMV), UnAPI, Cras Continental(Vitória-ES), EEEFM “Major Alfredo Pedro Rabayolli (Vitória-ES), Biblioteca Municipal da PMV. Data: 12 de novembro de 2019, de 7h30 às 11h30 e de 13h às 17h (Auditório da Emef Álvaro de Castro Mattos, Jardim da Penha, Vitória-ES).
Seminário “Intolerância religiosa, Estado laico e Direitos Humanos”. Convidados: Mãe Flávia Pinto (ministra religiosa de Umbanda, fundadora do Centro Espírita “Casa do Perdão”, no Rio de Janeiro), Lula Rocha e Moacir Alves (representante do Ciclo Palmarino). Data: 26 de agosto de 2019, de 9h às 13h (Salão Rosa/CCJE/Ufes).
Oficina “Medidas Provisórias outorgadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA a respeito da Unis”. Participantes: docentes, discentes, profissionais que atuam no lases e em suas unidades socioeducativas, militantes do movimento de direitos humanos. Promoção: Nevi e Neca, com aicineira Monique Cruz – assistente social, pesquisadora da Justiça Global da área de Violência Institucional e Segurança Pública. Data: 25 de setembro de 2019, de 9h às 13h (Salão Rosa/CCJE/Ufes).
Semana “Trabalho Contemporâneo em Debate e VII Seminário de Estudos do Trabalho”. Promotores: Net/Ufes, Net/Emescam e Nevi/Ufes. Data: 11 e 12 de novembro de 2019 (Auditório e Salão Rosa do CCJE/Ufes).
Grupo de estudos das obras <i>Sobre a questão judaica</i> e <i>A ideologia alemã</i> . Quatro encontros sob a orientação de Henrique Pereira Braga – professor adjunto do Departamento de Economia da Ufes. Data: última quinta-feira dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2019, de 14h às 18h, no Nevi.

Principais atividades do período (2019-2020) – Promoções e parcerias
Pesquisa: Os impactos da política sobre drogas no processo de encarceramento da população negra no Espírito Santo (2003-2018). Subprojeto “O encarceramento de mulheres negras do Espírito Santo entre os anos de 2003-2018: as interfaces entre racismo, gênero/sexo e a política brasileira sobre drogas”, que teve como bolsista, entre dezembro de 2019 e julho de 2020, Bruno Lopes.
Iniciativas de melhoria das instalações e dos equipamentos do Nevi. Mudança da sede do Núcleo, que funcionava no ED VIII/CCJE para a antiga sala do grupo de pesquisa Fênix, no Anexo I do Prédio dos Departamentos, também no CCJE. Foram realizadas reformas na nova sede: pintura, mudança de instalação elétrica, instalação de internet, filtro, instalação de armários e de três computadores, que continuam sob a gestão do Nevi.
Em 2019-1, bolsista PaEPE II: Bruno Lopes; em 2019-2, bolsista PaEPE II: Dilelcia de Freitas Reis.
O Nevi integrou, na condição de membro suplente, o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo nos anos de 2018 e 2019.

Fonte: elaborado por Eugênia Célia Raizer

No biênio 2019-2020, com os seminários, oficinas e estudos realizados, o Nevi avançou no aprofundamento da temática “direitos humanos”, dos fundamentos teórico-metodológicos às suas expressões. Também investigou os temas “Estado laico e liberdade religiosa”, “racismo estrutural”, “a consubstancialidade entre as categorias gênero, raça e classe”. A inserção do Teatro do Oprimido nas atividades de extensão com jovens e idosos e o seminário sobre crianças e adolescentes em ações internúcleos (Nevi, UnAPI e Neca) deram especial ênfase na questão geracional em direitos humanos.

As formações oferecidas em escolas, Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme/PMV) concretizaram o sentido da extensão, fazendo a Ufes chegar aos territórios. A abrangência das ações nos níveis estadual, municipal e local (*campus* Goiabeiras) e o diálogo interdisciplinar com outros núcleos de pesquisa e extensão da Ufes, bem como com docentes e convidados das áreas de Economia e Ciências Sociais, além de profissionais da educação, imprimiram um caráter mais amplo às ações, sempre divulgadas nas redes sociais e contando com a participação e a presença substancial de estudantes, professores e técnicos da Ufes e de instituições externas supracitadas.

Em março de 2020, a Ufes suspendeu suas atividades devido à pandemia da covid-19. Foi um período marcado por desconhecimento e incertezas sobre o coronavírus. Por isso, nos meses de abril e maio pouco se produziu academicamente. Havia

muitas especulações e buscas de respostas para o enfrentamento da pandemia. Como o quadro só se agravava e as notícias eram cada vez mais aterrorizantes (corpos em *containers*, covas coletivas etc.), resolvemos que algumas iniciativas precisavam ser tomadas para que o Nevi pudesse, de alguma forma, contribuir para o processo formativo das(os) estudantes de Serviço Social.

A primeira iniciativa no contexto da pandemia foi oferecer um curso remoto sobre Gramsci. Registramos o curso na plataforma *on-line* da Proex e convidamos o professor aposentado da Ufes Pedro Bussinger e a professora Sallyana de Souza Silva, recém-chegada ao Departamento de Serviço Social. Os dois aceitaram prontamente o convite. Dessa forma, o curso foi realizado entre os meses de junho e julho de 2020.

Nesse interregno, o Nevi foi contatado pela Gerência da Educação de Jovens e Adultos (Geja), da Secretaria da Educação (Sedu). Imediatamente antes da pandemia, a equipe do Geja, juntamente com um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), havia se reunido com o Nevi para solicitar uma formação, em caráter presencial, para professoras(es) do sistema prisional capixaba. Diante dos novos acontecimentos, a Geja retomou o contato com o Núcleo e propôs o curso na modalidade remota. O Nevi aceitou a proposta. Reuniu um grupo de docentes aposentadas(os) e em exercício, militantes dos direitos humanos, para discutir a proposta. O grupo aceitou o desafio de realizar o curso, que ocorreu entre os meses de junho de 2020 e março de 2021.

Constituiu objetivo geral do curso: contribuir para a qualificação teórico-metodológica das(os) professoras(es) do sistema prisional capixaba. Como objetivos específicos: a) discutir as particularidades da educação no sistema prisional; b) aprofundar temáticas que possibilitem compreender o processo de encarceramento em massa, a partir das categorias classe, raça e gênero; c) correlacionar a fase neoliberal do Estado ao processo de encarceramento em massa no Brasil; d) contribuir para o processo pedagógico no âmbito do Ensino e da Pesquisa, por meio de discussões de temáticas, relatos e experiência de educadoras(es); e) contribuir para a explicitação da tensão histórico-política entre pobreza, cidadania e direitos humanos no capitalismo dependente.

O curso teve duas turmas, com a presença de 140 cursistas em cada uma delas, com uma formação a cada 15 dias. O conteúdo contou com uma Conferência de Abertura, “Vamos conversar sobre educação em prisões?”, ministrada pela professora Elenice Maria Cammarosone Onofre, coordenadora da EduCárceres, da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), e com os seguintes temas e conteúdos organizados

em módulos: Pedagogia da Autonomia. A relação entre pobreza e encarceramento; Neoliberalismo: Estado Social x Estado Penal; Gestão da pobreza e encarceramento; Sociedade burguesa, Direitos Humanos e cidadania: os instrumentos de direitos humanos voltados ao sistema prisional; Questão racial no Brasil contemporâneo: racismo estrutural, racismo institucional e encarceramento; Encarceramento e as relações sociais de gênero; Questão LGBTQI+ no Brasil e encarceramento; Como elaborar um projeto de intervenção. Foram elaborados 23 projetos de intervenção pelas(os) cursistas. O curso contou com uma carga horária de 244 horas.

Em agosto de 2020, o Nevi começou a participar de um fórum intitulado Comitê de Proteção dos Direitos Humanos no Contexto da Pandemia da Covid-19/ES. Esse comitê se constituiu a partir de uma forte aliança entre 41 movimentos sociais, comunidades tradicionais e militantes de direitos, com o objetivo de atuar na defesa da democracia e dos direitos humanos fundamentais, em especial do direito à vida e à saúde, com fins de monitorar e acompanhar o impacto da crise da pandemia do coronavírus em populações e grupos em situação de vulnerabilidade no estado do Espírito Santo.

Essa participação do Nevi se desdobrou na realização de um curso sobre Educação Popular em Saúde, uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-ES) e do Comitê Popular de Proteção dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19. O Nevi e o Neca participaram dessa iniciativa, que teve por objetivo possibilitar o encontro entre diferentes sujeitos que atuam em seus territórios, com vistas a estimular trocas sobre as estratégias adotadas para o enfrentamento da pandemia. Também intencionou incentivar processos formativos/organizativos a partir da educação popular em saúde durante e após a pandemia, inserindo a covid-19 em um contexto mais amplo. Foram desenvolvidos, entre os meses de agosto de 2020 e maio de 2021, quatro módulos constituídos de formação teórica (virtual) e ações de intervenção em territórios/comunidades. Por fim, esse curso pretendeu se somar a outras iniciativas no campo da educação popular, vigentes no Espírito Santo e no Brasil, para o enfrentamento do coronavírus, pautadas na relação dialógica entre teoria e prática, e que buscavam problematizar e desvelar a realidade social.

O curso foi coordenado pelo MST, pelo MNDH e pelo Nevi. Foram seis turmas distribuídas por todo o estado: a) Turma Sul em Movimento: 21 pessoas; b) Turma do município de Serra “Awerê”: 30 pessoas; c) Turma Quilombola Dendê: 28 pessoas; d) Turma de assentados e acampados do MST-ES “Marias semeando saúde, cultivando

vidas”: 14 pessoas; e) Turma Levante Popular da Juventude: 9 pessoas; f) Turma do Território do Bem (bairros Itararé, da Penha, Bonfim e São Benedito): 18 pessoas. No total, a iniciativa contou com a participação de 120 cursistas. O material didático-pedagógico utilizado foi produzido pela UFPE e pela Fiocruz, em parceria com movimentos sociais do campo e da cidade. Para cada momento de formação, ou seja, para cada módulo, houve um material explicativo que, por sua vez, desdobrou-se em ações concretas no território/comunidade (tempo comunidade). No cômputo geral, o curso teve uma carga horária de 52 horas, sendo 28 de formação teórica (virtual ou presencial) e 24 de atividades práticas nos territórios (sempre presencial). As atividades práticas foram organizadas por cada turma.

Esse foi um período privilegiado de realização de ações em conjunto com outras organizações, movimentos sociais e órgãos governamentais. Foram atividades que implicaram pessoas que não tinham uma relação orgânica com o Nevi, mas se dispuseram a contribuir com os processos formativos. Pessoas que, seja no campo profissional, seja na militância, têm compromisso ético-político com as bandeiras e lutas no campo dos direitos humanos.

Atividades realizadas no biênio 2021-2022

Nesse biênio, o Nevi ganhou novos reforços, com a incorporação da professora Adriana Ilha e com a chegada da professora Raquel Sabará, transferida da Universidade Federal de Tocantins para o DSS. A então coordenadora do Núcleo, Gilsa Helena Barcellos, ausentou-se para atividades de aperfeiçoamento, tendo o professor William Berger assumido a coordenação do Nevi a partir de dezembro de 2020.

O ano de 2021 não começou bem. A luta pelos direitos humanos perdeu uma de suas principais referências no estado. Já em fevereiro, morreu, aos 36 anos, Luiz Inácio Silva Rocha, vulgo Lula Rocha, em decorrência de uma hemodiálise. Lula era uma das principais lideranças do movimento negro capixaba e integrava o Círculo Palmarino. Também era um dos grandes colaboradores do Nevi, marcando presença como articulador, formador e/ou participante das atividades do Núcleo. Por isso, em março do mesmo ano, surgiu a ideia entre a moçada negra do Nevi de constituir um grupo de estudos em caráter permanente homenageando Lula. Como primeira atividade, foi produzido um vídeo de lançamento do grupo de estudo falando sobre

a história de Lula. Feito isso, o grupo passou a realizar estudos contínuos acerca da questão racial, priorizando a interlocução com autoras e autores negros.

Constitui objetivo geral do grupo: lançar o Grupo de Estudos Antirracistas Lula Rocha, sua agenda de estudos e atividades extensionistas. Como objetivos específicos, têm-se: apresentar a proposta de criação do Grupo de Estudos Antirracistas Lula Rocha; publicizar a agenda de estudos do primeiro e segundo ciclo do Grupo de Estudos Antirracistas Lula Rocha; promover o diálogo entre diferentes grupos e núcleos de estudos, pesquisa e extensão da Ufes e movimentos sociais, para pautar a questão étnico-racial em estudos, pesquisas e extensões; contribuir com a graduação em Serviço Social da Ufes e com as(os) profissionais da área de Direitos Humanos, Educação e Serviço Social e movimentos sociais, através de estudos e formações, para pautar o debate étnico-racial em espaços sócio-ocupacionais; aprofundar com as(os) estudantes de graduação e de mestrado integrantes do Nevi/Ufes e com o público externo à universidade os estudos da questão étnico-racial, com profissionais e pesquisadoras(es) qualificadas(os) na temática da área do serviço social, da política social e dos movimentos sociais.

O grupo tem sido um dos principais espaços de discussão da questão racial no curso de Serviço Social. Também tem conseguido envolver outras(os) pesquisadoras(es) negras de outros campos disciplinares, além da forte interlocução que tem com organizações e movimentos antirracistas. Insta registrar que o grupo é conduzido por estudantes e pesquisadoras(es) negras(os) e ainda está em curso. Durante os anos de 2021 e 2022, o grupo se deu exclusivamente na modalidade remota. Atualmente, desenvolve atividades presenciais e tem contado com um público expressivo nas atividades que realiza.

Outra atividade que se destacou foi o “Curso de Direitos Humanos e democracia: dos fundamentos à violência no Brasil”, ocorrido entre abril e outubro de 2021. Destinou-se a estudantes da graduação e da pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Ufes e a professoras(es) do sistema penitenciário do Espírito Santo. A proposta permitiu, numa perspectiva crítica, a elaboração teórica sobre as imbricações dos fundamentos de direitos humanos (emancipação política e emancipação humana), violência, Estado penal, segurança pública, ética, crime e loucura. O curso foi resultado de uma parceria entre Nevi, Geja/Sedu e Sejus, sendo ministrado em formato remoto durante a pandemia e contando com facilitadoras(es) convidadas(os), pesquisadoras(es) na área de Direitos Humanos, Violência e Segurança Pública.

O objetivo geral desse curso foi realizar formação em direitos humanos para a graduação em Serviço Social da Ufes e professoras(es) do sistema penitenciário do estado do Espírito Santo, numa perspectiva crítica de totalidade. E teve como objetivos específicos: debater os direitos humanos em perspectiva crítica, a fim de difundir entre estudantes da graduação em Serviço Social da Ufes e professoras(es) do sistema penitenciário do estado uma cultura de direitos; promover o diálogo entre diferentes grupos e núcleos de estudos, pesquisa e extensão da Ufes, para pautar a temática dos direitos humanos em estudos, pesquisas e extensões; contribuir com a graduação em Serviço Social da Ufes e com as(os) profissionais da área de Direitos Humanos, Educação e Serviço Social, a fim de pautar o debate dos direitos humanos em espaços sócio-ocupacionais; capacitar profissionais da área de educação nos presídios, com conteúdos críticos sobre a violência, a segurança pública e os direitos humanos no Brasil.

No final de 2022, o professor William Berger deixou a coordenação do Nevi, assumida então pela professora Adriana Ilha, trazendo uma pauta importante: o debate da criminologia crítica e da criminologia brasileira. Foram constituídos dois grupos de estudos sobre o tema, envolvendo pesquisadoras(es) de outras universidades públicas e privadas e policiais do movimento antifascista. Apesar de Adriana também ter se ausentado, mais tarde, para assumir uma função de confiança no Ministério da Saúde, em Brasília, a professora Raquel Sabará, atual coordenadora do Nevi, assumiu o processo de condução dos dois grupos de estudo. Atualmente, conta com participantes permanentes que discutem a temática de segurança pública, criminologia e direitos humanos.

Atravessa tanto o período anterior quanto esse a realização da pesquisa guarda-chuva com o tema “Os impactos da política sobre drogas no processo de encarceramento da população negra no Espírito Santo (2003-2018)”. Além das(os) professoras(es) do quadro permanente, Ana Petronetto e Eugênia Célia Raizer têm dado contribuições importantes tanto para a definição dos objetos de estudo quanto para o desenvolvimento das pesquisas. Atualmente, o Nevi está com três subprojetos vinculados à pesquisa guarda-chuva. São eles: “Repercussões do encarceramento de chefes de famílias sobre a vida de crianças e adolescentes” (bolsista de Iniciação Científica: Ketleen Jhany Pereira Gomes); “A relação entre encarceramento e internação compulsória no Espírito Santo” (bolsista de Iniciação Científica: Isabelle Abreu Marinho); “Encarceramento de transexuais e travestis negras no Espírito Santo em tempos de pandemia de covid-19 (2020-2022)” (bolsista de Iniciação Científica: Pedro Henrique Fernandes de Souza).

Por fim, a participação estudantil no Nevi tem contribuído para acessar a pós-graduação. A partir de 2019, registram-se as seguintes aprovações de discentes para a residência multiprofissional em saúde e para a pós-graduação: três estudantes aprovadas(os) na Residência em Saúde; três no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Ufes; uma no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ); uma no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da PUC/RJ; um no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na UFRJ.

Considerações finais

O registro dos eventos que marcam a trajetória do Nevi até o momento não pretendeu esgotar a totalidade das atividades por ele desenvolvidas. Observamos que a sua história, como posta no início deste texto, é construída a várias mãos dentro e fora da universidade. O debate sobre os direitos humanos continua mais atual do que nunca e exige que o Nevi possa, a partir do esforço coletivo, continuar a contribuir não só para a formação de estudantes do curso de Serviço Social, mas para a reafirmação de sua importância como espaço de ensino, pesquisa e extensão, num diálogo permanente com as lutas sociais no campo dos direitos humanos. O Nevi não é o fim, mas um espaço formativo que estimula a produção do conhecimento, que deve ser expressão da práxis social, para que seja sempre transformador. E, relembro Paulo Freire:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens [e outros] descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens [e outros] perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz (FREIRE, 1996, p. 13).

Referências

- BARCELLOS, Gilsa Helena; ALMEIDA, José Amilton de; FREIRE, Silene de Moraes. Direitos humanos na América Latina: história, política e lutas sociais. **Revista Ágora**, v. 33, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/39080>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BARIZÃO, Débora Fernandes; DURAN GIL, Aldo. A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 1-30, ago. 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Silene de Moraes. **O significado sócio-histórico dos direitos humanos, questão social e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Cress 6ª Região, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PARTE III

**Experiências pedagógicas:
vínculos com a sociedade e
as expressões da luta social**



Uma experiência de estágio: os Campos Próprios

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Introdução

No início da década de 1980, desenvolveu-se no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) uma experiência educacional até então inédita, cujos impactos e resultados contribuíram inclusive para influenciar a concepção do projeto ético-político do Serviço Social, formulado, em nível nacional, pela Associação Brasileira de Serviço Social (Abess).

O texto-depoimento que aqui apresento traz narrativas de muito significado e objetiva relatar essa experiência a partir da reflexão dos chamados Campos Próprios e/ou “projetos especiais de estágio”, como foram denominados à época, explicando sua criação, sua localização e sua dinâmica. Tenho a convicção de que essa experiência passada ensina muito o presente e o futuro. A história é uma das formas de construir sua conexão com aquelas(es) que não vivenciaram esse momento. Participar desta obra, que vem preencher uma lacuna sobre a recuperação dos marcos históricos do Serviço Social na Ufes nos anos 1970, que se conecta a sua própria gênese no âmbito da estrutura acadêmico-administrativa dessa Universidade, é uma honra, inclusive por ter vivido essa experiência. Como autora, então, me limitarei – não no sentido restrito, mas necessário para o entendimento de quem me lê – a formular ideias fundamentais para as(os) leitoras(es) sobre essa experiência

de estágio nos Campos Próprios. Minhas companheiras de trabalho, professoras que também viveram essa experiência, poderão em certos trechos encontrar suas ideias, palavras e seus métodos.

A necessidade de escrever sobre essa experiência ocorre principalmente porque ainda falta uma elaboração precisa da concepção e da execução dos “projetos especiais” – ou Campos Próprios. Assim, em muitos momentos, poderei me limitar apenas à exposição de uma série de ideias, sem desenvolver um estudo aprofundado da concepção desse projeto, como teria sido possível e necessário.

O que buscar na história?

Começo pensando que o processo de formação profissional tem uma dinâmica aberta, de tal modo que várias tentativas surgem com o objetivo de acertar o melhor caminho. Na história da formação profissional em Serviço Social na Ufes, se repensa e organiza o currículo de acordo com as exigências da conjuntura e as avaliações técnico-científicas.

A experiência dos Campos Próprios ocorre num período em que, na conjuntura nacional, vivia-se a ditadura implantada com o Golpe Militar de 1964, que só terminaria efetivamente com a Constituição de 1988; no âmbito dessa profissão, o destaque era o Movimento de Reconceituação¹⁷⁵. Os anos 70 e 80, no Brasil, conviveram com uma conjuntura econômica, política e social não otimista, expressando-se na falta de participação democrática, no cerceamento da participação popular e dos movimentos sociais e sindicais. Ocorreram também punições, cassações de cargos públicos, transferências de professores por motivos políticos, como também muitas prisões de estudantes, no contexto das universidades. Era um ambiente tenso e ameaçador e essas ações objetivavam, de um lado, excluir do processo político todos aqueles potenciais opositores do governo e, de outro, abrir espaço para um sistema de acumulação que aprofundava a marginalização de muitos brasileiros do acesso a bens e serviços.

175 Já citado no presente livro, é um movimento de reformulação dos pressupostos filosóficos e científicos do serviço social, bem como da formação profissional, que se inicia em meados da década de 1960, na América Latina, com a finalidade de reorganizar sua metodologia e sua prática em relação à realidade social, econômica, política e cultural dos povos latino-americanos.

No entanto, a criação dos “projetos especiais” ou Campos Próprios, nos anos 1980, não foi um ato isolado. Esse marco refletiu contradições da sociedade, isto é, mudanças impostas pelo novo contexto social, econômico e político, bem como a direção teórica e pedagógica dos currículos anteriores. Também refletiu a correlação de forças que ocorria na sociedade e no seio da universidade, e que exprimia as contradições do momento.

As determinações mais influentes dos currículos que antecedem os anos 1970 foram de programas centrados na integração com o meio, com ênfase nas famílias e nas instituições, para a adaptação social e o bem-estar social, na visão funcionalista. A prática do serviço social era mais focada na solução de problemas, no tratamento, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase nas comunidades, nos grupos, nos campos de ação e na prática institucional. Essa intervenção situava-se principalmente em órgãos governamentais, nas comunidades em centros urbanos, nos centros de saúde e de habitação, na Legião Brasileira de Assistência (LBA), na Previdência, no Serviço Social da Indústria (Sesi), no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no Serviço Social do Comércio (Sesc) e nas empresas – uma visão desenvolvimentista.

Posteriormente, com o Currículo de 1982, o Projeto Abess se propôs a romper com a “visão fragmentada da realidade social” – isto é, caso, grupo e comunidade –, com o objetivo de uma formação crítica e comprometida com a transformação da sociedade (YAZBEK, 1984). Também era difundida a visão de que o serviço social deveria se aliar aos movimentos sociais e às classes subalternas, por meio da disciplina de estágio, voltada à reconstrução da prática e da pedagogia de acompanhamento do cotidiano do aluno estagiário, e cuja ação seria muito limitada dentro dos espaços organizacionais. Nesse contexto é que se definiu a reforma curricular de 1979-1982, que veio superar a divisão tripartite (“caso, grupo e comunidade”) e colocar o projeto de “teoria, metodologia e história”, com foco numa visão global da realidade, na luta de classes e nos movimentos sociais, tendo como lócus este último.

Assim, por volta de 1982, surge a experiência dos “projetos especiais” ou Campos Próprios, no Departamento de Serviço Social (DSS) da Ufes. Nesse período, a reforma do currículo já estava centrada nas políticas sociais, nos movimentos sociais, na teoria dialética e na crítica ao sistema capitalista, tudo isso graças aos estudos de pós-graduação, em nível de mestrado, existentes há mais de uma década, e ao debate

permanente nos eventos da categoria e nos seminários de avaliação e de construção do novo currículo, entre outros.

A discussão crescia no âmbito da Reconceitualização e mostrava cada vez mais a necessidade de serem criadas novas relações sociais, inclusive entre os estudantes – daí a importância de novos métodos de ensino. A ideia básica era de uma nova sociedade, que realizaria a igualdade, o fim da alienação, os projetos de ação coletiva pela prática de responsabilidades, em função dos direitos sociais e deveres sociais. E assim aumentavam nossas aspirações em torno de uma experiência diferenciada de prática.

Concomitantemente ao período de ascenso das massas no socialismo, o que despontava como algo novo já era uma visão educacional, que exigia a formação de homens desalienados e cuja busca do bem comum superasse o individualismo, o egoísmo, criando novas relações sociais entre as pessoas. Criou-se, dessa forma, condições para suprimir contradições das velhas formas pedagógicas e adotar um projeto transformador, que apresentasse novas formas de pedagogia e conteúdos de uma prática “libertadora”, que implicasse a ruptura com a visão adaptativa, clínica, empiricista e pragmatista ainda predominante no serviço social. No dizer de Lênin (1968), verifica-se que uma pedagogia concebida para formar vassallos era inadequada para formar cidadãos ativos e participantes da vida social.

Nessa época, a prática de estágio em Serviço Social era localizada nos espaços institucionais. Assim, um grupo de professores do Departamento se dispôs a criar (via disciplinas de Serviço Social Aplicado I, II, III e IV) oportunidade de prática de estágio fora desses espaços, com um novo conteúdo, tanto em sua estrutura como em sua concepção, eliminando a contradição entre a formação de um novo tipo de profissional e as formas tradicionais de estágio supervisionado dentro de instituições fechadas.

Aqui, há o uso da teoria social de Karl Marx – além de muitos outros autores, como Martha Harnecker, Althusser, Paulo Freire, que também foram objeto de consulta – como apoio ao entendimento da participação social, da cidadania e da luta de classes em contraposição à visão integradora predominante.

O estágio seria uma prática local, vinculada principalmente aos movimentos sociais, por meio das associações de moradores, com ações de educação popular – o que seria difícil de dentro das organizações empregatícias do Estado e do empresariado. Isso implicava uma grande mudança na instituição de formação, Departamento de Serviço Social/Coordenação de Estágio/Ufes. Foi assim que, para ultrapassar alguns

limites, o DSS optou tanto por manter a estrutura do estágio tradicional dentro de instituições quanto adotar a opção pelos Campos Próprios. Para isso, considerou-se o ementário da disciplina, além dos elementos para a criação de novas relações sociais fundadas na iniciativa coletiva, visando uma ruptura com a pedagogia burguesa. Foi um esforço, “uma tentativa de busca” de uma prática de serviço social diferenciada, seja do ponto de vista teórico, seja pela presença e atuação do professor em campo junto com o aluno, levando em conta os seguintes pressupostos:

- ênfase na criatividade pedagógica do professor e na condição de facilitador e propiciador de um ensino crítico;
- renovação dos métodos de ensino à luz do método dialético, pois o estágio compreende a responsabilidade de tarefas, a supervisão rigorosa e o relato das experiências;
- ênfase na dimensão política do trabalho pedagógico, no plano socioeconômico, e vinculação dos direitos sociais e da cidadania com o cotidiano, para enfren-tar as pressões do clientelismo e do paternalismo;
- estudo das relações do homem com a sociedade, da situação dos trabalhadores como ponto de partida (classes, salário, sindicato, condição feminina no tra-balho, vida nas fábricas, assembleias), da compreensão da totalidade e das con-tradições sociais (análise da conjuntura);
- valorização do trabalho coletivo e abertura permanente ao social, através da participação do aluno e da inserção de muitos professores na militância política;
- preparação para o exercício profissional, orientando o aluno a relacionar-se com as situações práticas, elevando-se para a teoria, isto é, partindo de ativi-dades mais simples para se chegar à vivência, à compreensão e à desmistifica-ção do caráter explorador do trabalho;
- valorização do trabalho interdisciplinar;
- requisição do conhecimento científico para conhecer e transformar a realidade.

Os temas mais estudados, à época, no plano social eram: participação, organi-zação social, mobilização e formação de consciência.

Quando se começou o trabalho, com o grupo de professores do Departamento, não se tinha um projeto claro, nem muito domínio e lucidez do referencial teórico

adotado. Não se sabia muitas vezes, quase sempre, colocar e formular problemas; não se desconfiava nem mesmo da existência deste ou daquele problema. Em síntese, ainda não havia uma necessária percepção, uma base norteadora de todo o processo envolvendo um compromisso coletivo de professores e alunos. Mas havia uma vontade de estudar a teoria e o método do materialismo histórico – as questões pedagógicas fundamentais – e de educar os alunos no espírito da teoria crítica.

Naquelas circunstâncias, existia também a vontade de superar o tecnicismo predominante da profissão nos espaços institucionais, expressa na preocupação em relacionar a metodologia do serviço social aos métodos nas ciências sociais. Ainda havia um certo desprezo ao conteúdo instrumental, enquanto mediação da prática, a ser utilizado na nova proposta de ação, até por falta de clareza de novos instrumentos. Também havia a incerteza de que a dinâmica curricular se vincula às mudanças da sociedade. E, por fim, havia a resistência de profissionais da categoria na definição dessa proposta curricular no seio do curso de Serviço Social.

Por outro lado, havia um imenso desejo de conhecimento sobre a conjuntura, as forças, os atores, os sujeitos implicados na ação social, incluindo a relação Estado x sociedade. À medida que procurávamos esse objetivo, enfrentando as dificuldades provenientes da prática, fomos descobrindo que entre a fragmentação do conteúdo (“caso, grupo e comunidade”) e a fragilidade teórica havia uma tensão – entre o acervo técnico institucional, desenvolvido historicamente pela profissão, e a articulação com os referenciais teórico, metodológico, crítico e dialético para conduzir a intervenção profissional.

Gera-se daí o desafio de articular um processo de formação que fosse político, teórico e técnico, portanto, com mais autonomia para o professor e para o aluno na prática de estágio supervisionado, “fora dos espaços institucionais”, e de trabalhar uma prática profissional voltada aos interesses da classe trabalhadora. No dizer de Kameyama (1989), a prática profissional tem uma dimensão política, por apresentar repercussão política nas relações de poder, mas não é em si uma prática política por excelência.

Localização da experiência

Os projetos especiais foram fundados a partir de 1982 e estavam localizados em municípios da Região Metropolitana: em Vitória, nos bairros Andorinhas, sob a supervisão da professora Marlene Simonetti Garcia, e Tabuazeiro, sob a supervisão da professora Elizete Cardozo; em Serra, nos bairros Sossego (hoje, Central Carapina) e Maria Bethânia, também sob a supervisão da professora Elizete Cardozo, e Cantinho do Céu (hoje, Jardim Tropical), sob a supervisão da professora Ana Maria Petronetto Serpa; em Vila Velha, nos bairros Glória e Jardim Asteca, sob a supervisão, de início, da professora Eugênia Célia Raizer e, mais tarde, da professora Maria Madalena do Nascimento Sartim.

A escolha de cada bairro justificou-se principalmente pela localização no município, em *regiões periféricas*, onde habita a classe trabalhadora, embrião da organização popular. Convém lembrar que a própria história nos coloca diante de uma realidade social de expulsão em massa dos trabalhadores do campo, que, naquele momento, foram obrigados a subsistir nas cidades em péssimas condições de vida, mesmo já tendo a opção pelo trabalho assalariado (POLANYI, 1980). Na Grande Vitória, não foi diferente. No entanto, a “classe perigosa”, inserida de forma contraditória na condição de proletariado¹⁷⁶, muito contribuiu para emergir o operariado e as “classes populares”, constituindo o que, hoje, se denomina como mundo do trabalho, um mundo capaz de contestar a ordem do capital.

É no espaço urbano, tomado pelas classes subalternas, que está configurada a relação de trabalho como emprego sob a subsunção formal e real do capital como organizador da vida cotidiana. Além disso, no curso da história, as cidades são espaços relevantes onde se cria a riqueza das nações. A nossa escolha de bairros da periferia urbana para essa experiência também se justifica porque ali é um lócus, por excelência, em que o capital encontrou as melhores condições para extrair a mais-valia e fomentar a democracia burguesa excludente dos interesses dos trabalhadores. Desde sempre, apesar de

176 “Entendemos a condição de proletariado como sendo a condição existencial dos trabalhadores assalariados e proletários que se encontram alienados do controle da produção (e reprodução) da vida social, estando, deste modo, inseridos numa relação de subalternidade estrutural às forças do capital” (ALVES, 2014, p. 18).

toda a expansão e dos avanços, o capitalismo nas suas formulações coloca o trabalhador em situação de subordinação, reduz salários, produz desemprego, induz a separação entre os meios e os produtos, além de não dar relevância às mazelas sociais da periferia.

O Espírito Santo, na década de 1970, foi marcado pela implantação de grandes projetos industriais, organizados em três complexos: siderúrgico, petroquímico e portuário. Na Grande Vitória, isso acelerou o processo de urbanização, em face da migração da força de trabalho do meio rural e de outros estados. Ampliaram-se as regiões periféricas urbanas com a ocupação desordenada de manguezais, áreas de preservação ambiental, morros, áreas distantes dos centros urbanos sem infraestrutura (DOIMO, 1984).

Esse cenário se replicava entre nós, na medida em que convivíamos no Brasil com o período do Golpe Militar de 1964, um período tenso e massacrante, com fortes pressões sobre os trabalhadores, como um acentuado recuo da responsabilidade do Estado perante as mazelas sociais da periferia de suas cidades: os bairros proletários são até hoje “terras estranhas”. Até então, a realidade da população era marcada pelas péssimas condições de vida. A pauperização foi e continua sendo um problema dos pobres operários nas periferias dos grandes centros, que, via de regra, reclamam as necessidades dos bens de consumo coletivo, tais como acesso a água potável, transporte coletivo digno, ocupações de áreas urbanas, saneamento, construção de escolas, praças e serviços públicos de moradia, de alimentos etc. São elementos da realidade que justificaram os critérios básicos para a localização dos Campos Próprios.

Convém lembrar que um outro critério de inserção da experiência foram as Associações de Moradores, e não os Centros Sociais Urbanos (CSUs) – estes, criados em 1975 pelo presidente Geisel nos bairros periféricos, em decorrência das pressões que a ditadura vinha sofrendo do movimento social e dos trabalhadores. Ali, o foco dessas instituições eram as políticas de assistência social ao idoso e a reforma da previdência. A implantação dessas políticas foi tipicamente tecnocrática, isto é, os problemas poderiam ser resolvidos tanto pela distribuição de bens como pela integração harmoniosa num lugar público, os CSUs. No entanto, o novo discurso apresentado pelo governo servia para justificar a cooptação dos movimentos sociais locais como ponto de partida para uma estratégia de participação. Não resta dúvida de que, por esse e outros motivos, inclusive apresentados pelos moradores, não se instituiu o vínculo dos Campos Próprios com os CSUs.

Desde então, trabalhadores, inseridos ou não no processo de produção, e movimentos sociais eram proibidos do exercício da condição de participação política, pois essa atividade, como a história nos relata, destinava-se aos homens que possuíam renda e riqueza – os trabalhadores eram vistos como membros de uma “classe perigosa”. Só a partir das pressões é que esse quadro de isolamento dos trabalhadores modificou-se.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado das relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo interferência do Estado para o reconhecimento e a legislação de direitos e deveres dos sujeitos sociais ou envolvidos (IAMAMOTO, 2003, p. 66).

Então, os projetos especiais já nascem fora dos CSUs, porque estes eram instituições governamentais do Estado, administrados pelos conselhos comunitários, mas com atribuições apenas de assegurar a presença do governo federal nas comunidades. A implantação desses Centros Sociais Urbanos teve reações negativas por parte das comunidades, o que motivou a criação dos Campos Próprios independentes, com as Associações de Moradores.

Em paralelo, também havia um debate acadêmico estimulando um amplo movimento de participação social no âmbito do Estado. Naquela ocasião, já estava em voga, é preciso lembrar, uma ampla e antiga discussão sobre a “esfera pública”, que surgiu no século XVIII, com a expansão da participação política e a consolidação dos ideais de cidadania. É o resultado da ação da burguesia contra o absolutismo na luta pelas liberdades civis (de expressão, de reunião e de associação). A despeito disso, e contraditoriamente, o movimento social aqui no país cresceu e se reforçou por meio de *associações livres* (Associações de Moradores), como forma de ampliar o poder popular dos trabalhadores oprimidos e explorados, aumentando o seu poder de reivindicação.

Com outro viés teórico, emergem os estudos de Gramsci sobre a concepção ampliada do Estado, ou seja, sociedade política mais sociedade civil, cujo fortalecimento não resulta das organizações dóceis e superclassistas, mas das organizações articuladas às classes trabalhadoras. Diante de tais cenários políticos, culturais e acadêmicos, à época, os movimentos de bairros na Grande Vitória começaram a buscar apoio e parceria do Departamento de Serviço Social da Ufes. Foi aí que também emergiu a necessidade de serem criados os Projetos Especiais, por meio da prática de professores e alunos do curso, objetivando responder à seguinte pergunta: “o que fazer diante de tais demandas?”

Ao longo da história da atividade humana, seja pela sobrevivência, seja pela conquista da dignidade, não podemos esquecer uma tácita oposição de interesses entre os que vendem a sua força de trabalho e os que acumulam riqueza. Logo, o atendimento às necessidades do trabalho, em tese, nega os interesses dos capitalistas, embora estes possam incorporar à sua ordem algumas necessidades dos trabalhadores, a depender do grau de organização assumido no confronto entre classes. Isso é uma outra contradição.

Em razão disso, surgem as políticas sociais, que, no Brasil, por volta dos anos 1980, foram reduzidas a questões assistencialistas e administrativas, não sendo reconhecidas suas raízes estruturais – propriedade privada e produção da mais-valia. No dizer de Ivo Tonet, a raiz dos males sociais é “buscada em todos os lugares menos onde afirmativamente ela se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca de revolução” (TONET, 1995, p. 51).

Na crítica ao Programa de Gotha, em 1876, Marx insinua vários aspectos relevantes sobre o bem-estar social, a justiça social e as normas distributivas, comunistas e capitalistas como tipos polares: bem-estar social e mal-estar social. Na essência, Marx (1975) sintetiza os seus estudos sobre a questão social com sérias críticas sobre os limites das políticas – quase sempre assistencialistas, para sanar os problemas decorrentes do pauperismo – adotados pelo Estado para contornar a questão social, numa demonstração de que sua teoria não se confunde com as teorias utópicas e libertárias, que se baseiam na miséria, na infelicidade e na injustiça a que estão submetidos os trabalhadores, mas sim numa análise científica do capitalismo.

Esse era o cenário extremamente contraditório que se impunha para o serviço social: “Nesse terreno labutam os assistentes sociais, essa é sua matéria-prima de trabalho” (GRANEMANN, 1999, p. 164). Com a chegada de vários autores marxistas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e nos eventos pertinentes a nossa organização de trabalho, a nossa formação, à época, já nos possibilitava o debate desses temas. Portanto, naquele momento, o fascínio e o grande desafio eram pelo exercício de uma prática profissional crítica e transformadora. Isso reforça o surgimento da ideia de Campos Próprios não como uma experiência exclusiva de nosso curso, mas como parte de um movimento mais amplo de Escolas de Serviço Social, como uma série de ideias e de prática profissional enquanto uma atividade específica. E essas Escolas foram se tornando cada vez mais sólidas no processo de nossa luta, permitindo que no interior da prática social alunos e professores tomassem consciência da experiência, inclusive de outras escolas, por meio da Abess.

Especificidades das ações predominantes nos Campos Próprios

Em geral, essas experiências ocorreram em determinados tipos de organizações com certas características e especificidades próprias dos movimentos de bairros. No caso de Serra e Vila Velha, essas associações estavam organizadas na Federação das Associações de Moradores (Fams), que tinha uma visão mais geral do município onde estava e fazia lutas mais amplas. Mas, em geral, nas comunidades, as demandas e reivindicações se tratavam de bens de interesse coletivo, tais como: um hospital público; uma escola; uma praça; transporte público; Orçamento Participativo, em que as demandas do bairro fossem priorizadas de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros do município; participação nas reuniões semanais da Associação de Moradores; capacitação de lideranças locais; visitas às famílias; participação em audiências públicas na Câmara de Vereadores e também com secretários municipais; reuniões preparatórias com lideranças para encontros com autoridades; redação de documentos; realização de atendimento individual, quando necessário; elaboração de relatórios; registros nos diários de campo; encontros de supervisão; além de outros.

As características dominantes desses bairros eram: grande excedente de mão de obra desempregada; ausência total de infraestrutura e equipamentos sociais; empobrecimento das famílias; busca de internatos da Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem) para colocação de seus filhos menores; emergência de pessoas em situação de rua, recolhidas compulsoriamente por iniciativa da Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps) e da Polícia Militar (DOIMO, 1984).

O nosso foco de ação nesses campos de estágio se voltava para aspectos que emergiram de interesses gerais e específicos dos moradores, sobre as suas condições de vida e as relações de instabilidade social, política e de (não) trabalho. Também por entendermos que o sujeito coletivo privilegiado do processo de transformação é, sem dúvida, o movimento social, e que as mazelas e tensões sociais não são questões dos setores populares, mas determinações do modo de produção capitalista.

Essas considerações já possibilitavam naquela época um repensar da nossa prática, cujas bases teóricas de fundamentação estavam pautadas em considerar as relações sociais contraditórias; levar em conta as classes fundamentais no capitalismo e as relações de exploração e dominação; observar que os problemas sociais não resultam de falhas individuais, mas de modificação das relações de força; entender que o

espaço aberto na sociedade civil e na sociedade política era ocupado por movimentos sociais – associações de moradores, de idosos, de jovens, de mulheres – e movimentos locais, para melhoria da saúde, da educação, do provimento de água, do transporte, do esgoto, da eletricidade, contra a carestia etc.

Daí porque nossa prática nos Campos Próprios não pactuava com a mera resolução de problemas ou com a busca de satisfação de necessidades da população, mas sim com um processo diferenciado de mais autonomia, cuja proposta metodológica era favorável ao esforço de ruptura com a tradição conservadora até então hegemônica no serviço social. Aqui, já outros fatores se faziam presentes: a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – a atuação de grupos de esquerda da igreja era visível –; a formação do Partido dos Trabalhadores (PT); a discussão da autonomia dos movimentos populares; a reflexão, já muito presente em relação ao Estado, sobre a democracia.

O esforço de configuração da proposta de ação profissional predominante no âmbito desses projetos permitiu nossa aproximação com a teoria marxista, conforme já explicitamos, o que conferiu uma nova dimensão ao velho debate sobre a relação teoria-prática. Tratou-se de assumir em grande parte as premissas dessa teoria, no que se consagrou mais tarde a proposta de ruptura. A inserção no trabalho de campo dava maturidade, experiência, conteúdo, além de enriquecer o conhecimento das professoras. Tornava mais rico o processo de supervisão enquanto processo de ensino, orientando detalhadamente a riqueza dos processos sociais e ajudando os alunos a entenderem melhor o que acontecia nas reuniões e nas audiências – as divergências, as manipulações, as tentativas de cooptação etc. Naquele momento histórico, a questão da autonomia dos movimentos era condição *sine qua non*.

A nossa prática, de acordo com esses fundamentos, consistiu em apoiar as ações da população e, para viabilizar operativamente nossa intervenção, teve como principais eixos estratégicos (SILVA, 1985, p. 174):

- a) **Organização:** no sentido de apoiar mais acumulação de forças para o alcance das conquistas dos usuários, e não a fragmentação dos grupos, para esvaçar seus protestos.
- b) **Participação e mobilização:** da população nos projetos políticos existentes, através de atividades culturais e cívicas; assembleias, reuniões semanais e eleições

das diretorias da Associação de Moradores; capacitação de lideranças locais; visitas às famílias; participação em audiências públicas na Câmara de Vereadores; participação em audiências com secretários municipais; etc.

- c) **Formação de consciência:** principalmente acerca dos direitos, da ideologia dominante e da visualização de vinculação teórica entre as questões gerais do capitalismo e as propostas do cotidiano, com os processos de luta, organização e mobilização da população.
- d) **Pesquisa participante ou investigação-ação:** intervenção desenvolvida no seio dessas experiências, que se situou no contexto de uma prática educativa com destaque ao esforço de investigação. Aqui, os alunos, a população e nós, professores, colocamo-nos como investigadores no seio do processo educativo, revelando a convergência da educação popular com a investigação-ação.
- e) **Formação de vínculos e alianças políticos:** formavam-se entre os movimentos coletivos existentes no bairro, entre várias organizações da sociedade civil e defensoras dos interesses do trabalhador, para fortalecer a autonomia e a participação da comunidade.
- f) **Assessoria aos setores populares:** tratava-se de uma prática adotada de apoio aos setores populares, no caso mais específico, da Associação de Moradores, no sentido de debater e refletir com a população alternativas de enfrentamento, decorrente da dinâmica da correlação de forças, com vistas a sua consolidação como classe organizada. Essa intervenção se remete a uma atividade socioeducativa, com assessoria e estímulo às lutas populares, à sua autonomia diante do Estado e dos partidos, participando da estratégia de fortalecimento da sociedade civil para enfrentar o autoritarismo no país, inclusive contribuindo para a formação das federações.

Limites da experiência

Este relato é a expressão de uma experiência que se desenvolveu e provou sua validade por meio do trabalho prático e dos limites que se colocaram em cada momento para o curso de Serviço Social. Ao longo desta narrativa, tive a pretensão de formular uma exposição a respeito dessa prática de estágio, com a perspectiva de divulgá-la e

contar sua história. Para visualizar melhor essa situação, menciono aqui ainda alguns dos obstáculos mais significativos:

- falta de liberdade política, censura, existência de órgãos de inteligência/informação na universidade, crescimento da tensão social nas periferias. Esses limites foram cruciais na medida em que independiam da nossa vontade enquanto professores e podiam, “sem mais nem menos”, cercear nossas ações.
- a escassez de literatura relativa à teoria marxista, tanto nas ciências sociais (com exílio ou aposentadoria precoce dos intelectuais) como no serviço social, com poucas publicações – e menos ainda publicações críticas. Tínhamos acesso aos materiais do Centro Brasileiro para Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS), fundado em 1946. Posteriormente, chegaram os escritos de José Lucena Dantas. Chegaram também alguns textos do Grupo Ecro, da Argentina, a produção acadêmica do Celats etc. Isso comprometia a clareza e a objetividade de nossas intenções.
- indisponibilidade de carga horária para os professores pela universidade, tornando-se um trabalho voluntário com muitas demandas e necessidades postas pela comunidade.
- falta de recursos financeiros e materiais como suporte ao nosso trabalho.

A atitude do curso de Serviço Social da Ufes em relação a essa experiência foi sempre de situá-la como um espaço privilegiado de um entrecruzamento de relações, justificando ante os alunos o significado do seu trabalho. Isso ocorria principalmente via supervisão de estágio, ou seja, nas aulas *in loco*.

Em relação à comunidade, cabe aqui à subjetividade e à memória encontrarem um espaço em direção à conclusão deste depoimento:

Um presidente da Associação de Moradores era compadre do prefeito e quando queria resolver um problema ia, pela manhã, bem cedo, à residência do prefeito; depois, uma senhora foi presidente, ela era da Comunidade Eclesial de Base (CEB), com uma visão mais crítica, mas o fato de ser mulher não era muito reconhecida.

As mulheres sempre estavam à frente nas mobilizações, mas nunca assumiam a presidência das associações, na herança histórica do patriarcalismo, em que esse

espaço é, ainda hoje, predominantemente reservado ao homem. Com a presença de alunas e professoras, as reuniões da Associação traziam muitas pessoas – espaços quase sempre lotados –, sempre com a presença de vereadores. Nosso objetivo era dar força à organização e ao movimento da população. Algumas lideranças iam às reuniões da Fams, mas não conseguiam repassar bem o conteúdo discutido, uma vez que o nível de escolaridade era um fator limitador. Todavia convém ressaltar que as mudanças individuais, ainda que não verbalizadas, transformavam o coletivo. A riqueza de se estar junto com alunas e alunos, de ter uma visão pautada na experiência – e a experiência era sempre política –, enriquecia o processo de supervisão na relação ensino x aprendizagem.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social**: capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB/Cead, 1999. p. 153-166.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 56-83, 2003.
- KAMEYAMA, Nobuco. Concepção de teoria e metodologia. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 3, p. 99-116, 1989.
- LENIN, Vladimir. **Cultura e revolução cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl. A crítica ao programa de Gotha. *In*: MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- POLANYI, Karl *et al.* **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. São Paulo: Cortez, 1985.

TONET, Ivo. Marx e a política: prefácio ao Glosas críticas. **Práxis**, Belo Horizonte, n. 5, Projeto Joaquim, p. 45-68, out./dez. 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita (org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, dez. 1984.

Encontros de vida: saciando a fome de pão, beleza e afeto

Eliane Fernandes Ribeiro

Kelly Cristina Pereira de Souza Lima

Mariléia Alves Rocha

Teresinha Maria Mansur

Somos criaturas cósmicas, capazes de amar e criar beleza.

Rolando Toro

Dedicado à Irmã Clarícia Ostrowski

Pelo acolhimento com que nos recebeu em sua modesta e aconchegante casinha da Congregação das Irmãs Azuis. Neste período que nos encontramos para memorizar a história do Projeto Girassol, recebemos a notícia de sua partida. Sua alegria e sua capacidade de intermediar os conflitos de forma firme e terna com os jovens, as mulheres da CEBs, assim como nossas vivências de Biodanza, ficarão nos nossos corações. Você agora é semente plantada no solo que renasce em outro plano, de onde passa a olhar pelos girassóis que vivem em cada um de nós.

Introdução

Para celebrar os cinquenta anos do curso de Serviço Social da Ufes, aqui procedemos a releitura dessa vivência de extensão universitária, que juntos sonhamos,

semeamos, cultivamos e colhemos flores e frutos, tecendo relações de confiança, cooperação e corresponsabilidade.

Ao narrar seus resultados, focalizamos as dimensões – convivência humana, formação profissional e produção do conhecimento –, conforme proposta pedagógica original. Apresentamos aqui o desenvolvimento do projeto sob a forma de linha do tempo.

Figura 2 – Linha do tempo: programa de extensão
“Saciando a fome de pão, beleza e afeto”



Fonte: Elaboração própria.

Utilizamos como fontes as documentações disponíveis: relatórios do programa de extensão apresentados à Pró-Reitoria de Extensão (Proex), relatórios de estágio supervisionado, diários de campo, Trabalhos de Conclusão de Curso, artigos apresentados em eventos técnicos, científicos e culturais, poesias e outros textos.

Além da revisão bibliográfica, recorreremos à escuta de diversos participantes¹⁷⁷ a respeito dos significados, das reflexões e das contribuições do programa de extensão

¹⁷⁷ Durante todo o artigo, a primeira citação de cada um dos participantes terá sempre a indicação de seu nome completo, a função que exercia à época e o ano da declaração. A partir da segunda citação de cada um deles, serão sempre identificados somente com as iniciais do nome e o ano da declaração.

em suas vivências pessoal e profissional, por meio de um questionário *on-line* enviado pelo aplicativo Google Forms¹⁷⁸.

Como exemplo, respondendo à pergunta “Como e quando você chegou ao Projeto Girassol?”, identificamos que os moradores do bairro Planalto Serrano – no município de Serra (ES) – local onde foi desenvolvido o projeto, chegaram através da Comunidade de Base, da Pastoral da Criança, de convites, da aproximação familiar e da rede de amizades. Já os estudantes, professores e profissionais se envolveram por meio de seleção de estagiários e profissionais, de convites e de rede de amizades, além de participação em projetos e divulgação na Ufes e na mídia.

“Cheguei por um encontro comunitário no bairro Planalto Serrano. Eu fazia parte da Pastoral da Criança do bairro. Foi muito importante para todos” (Ilza Pereira dos Santos, coordenadora – I. P. S., 2023).

“Cheguei através do curso de Serviço Social e, como já tinha uma história de vivência nas CEBs e na Pastoral Popular Juventude, me interessei pelo campo de estágio” (Kelly Cristina Pereira de Souza Lima, bolsista de extensão – K. C. P. S. L., 2023).

“Em 2003, por meio da seleção de bolsistas para o programa de extensão” (Vânia Seidler Paulino, estagiária – V. S. P., 2023).

178 Relacionamos os participantes dos projetos Girassol e BioUfes (entre 1997 e 2008) para ouvir seus relatos de vivência a respeito da contribuição desses projetos em sua formação profissional. Levantamos o nome de 131 participantes e fizemos contato via WhatsApp com 45 deles, aos quais enviamos o convite para contribuir, por meio de um questionário *on-line*, pelo aplicativo Google Forms. Destes, 26 enviaram suas contribuições, que apresentamos neste artigo através das cinco dimensões, conforme proposta inicial do programa. O questionário respondido constava dos seguintes tópicos: 1 a 4. Identificação; 5. De quais atividades do Projeto Girassol você participou?; 6. Como e quando você chegou ao Projeto Girassol?; 7. Cite até três momentos marcantes que você vivenciou no Projeto Girassol; 8. Cite até dois momentos desafiadores vivenciados no Projeto Girassol; 9. Como as experiências relatadas (itens 7 e 8) iluminaram as diversas dimensões da sua vida (pessoal, profissional, familiar, saúde, convivência comunitária etc.)?; 10. Considerando a sua vivência no curso de Serviço Social da Ufes e suas experiências profissionais, como você vê a contribuição do serviço social em projetos de ação comunitária?; 11. Você elaborou ou participou de alguma produção acadêmica/científica inspirada na sua experiência no Projeto Girassol?; 12. De quais atividades do Projeto BioUfes você participou?; 13. Local de trabalho atual; 14. Este espaço está reservado para você acrescentar algum momento e/ou experiência que faz parte da sua memória afetiva e não foi contemplado nas respostas anteriores.

“Através de uma reunião organizada pela comunidade católica. Inicialmente, atuei como ‘oficinado’ de canto coral. Depois mosaico, coordenador das oficinas e oficineiro. Fui representante do Girassol nas reuniões do CDDH-Serra” (Edson Machado Ferreira, oficineiro, coordenador e “oficinado” – E. M. F., 2023).

De mãos dadas: Ufes & comunidade

Vamos precisar de todo mundo. Um mais um é sempre mais que dois pra melhor juntar as nossas forças, é só repartir melhor o pão. Recriar o paraíso agora para merecer quem vem depois.

Beto Guedes, “O sal da terra”

O programa de extensão “Saciando a fome de pão, beleza e afeto”¹⁷⁹, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Ufes, aconteceu de 1997 a 2009, com registro na Pró-Reitoria de Extensão, sob n. 43, e Cadastro no SiexBrasil: 32.967 (área temática: Cultura).

Mas as primeiras ideias e desejos desse programa surgiram no decorrer do ano de 1996, de forma articulada à “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”¹⁸⁰, que:

179 A coordenação geral do programa envolveu, em seu período de vigência, dez mulheres: sete assistentes sociais, sendo duas professoras do Departamento de Serviço Social (Teresinha Maria Mansur e Jeane Andréia Ferraz Silva) e cinco estudantes, atualmente assistentes sociais (Mari-
léia Alves Rocha, Eliane Fernandes Ribeiro, Vânia Seidler, Nádia Aparecida Caser e Monica Freitas); uma pedagoga e facilitadora de Biodança, Léia Márcia de Faria Lavendowski Lazzari; uma arquiteta, Andréa Curtiss Alvarenga; e uma facilitadora de Biodança, Cesarina Machado Vieira.

180 “Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação é uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos por lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais” (AÇÃO DA CIDADANIA, 2023).

trata a exclusão como um problema ético de toda a sociedade e não como uma consequência inevitável de desenvolvimento econômico [...]. A importância da ação da cidadania também pode ser medida pelo gesto, pequeno ou grande, de romper o círculo de giz da solidão e abrir o espaço fecundo da solidariedade (SOUZA, 1995, p. 12).

No Comitê da Ação da Cidadania no Espírito Santo, desde 1996, estava se organizando a Comissão da Cidadania nas Escolas, composta por assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, professores e outros profissionais. Daí nasceu a proposta “Cidadania na escola: fome de pão, fome de beleza”, que norteou as ações iniciais da equipe na Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo (Etfes) e na Ufes.

Em abril de 1997, a Irmã Cecília, da Congregação das Irmãs Azuis, intermediou a comunicação entre a Comunidade Eclesial de Base (CEB) do bairro Planalto Serrano e o setor de serviço social da Caixa Econômica Federal, a fim de apoiar a família de um jovem que estava necessitando de atenção em saúde mental. A assistente social contatou a facilitadora de Biodança Léia Márcia de Faria Lavendowski Lazzari, integrante da Comissão da Cidadania nas Escolas, para encaminhar a demanda. A partir daí, surgiu a ideia de desenvolver um projeto socioeducativo, Biodança Comunitária, voltado para as relações interpessoais na família.

Iniciaram-se, assim, encontros semanais de Biodança Comunitária, a partir de maio daquele ano, na Escola de 1º Grau João Antunes das Dores, no bairro Planalto Serrano, envolvendo adultos, jovens e adolescentes. A boa receptividade da comunidade favoreceu a aproximação com pessoas e grupos comunitários e a posterior formulação do nosso programa de extensão.

Nesse processo de criação do programa, recorreremos a fontes inspiradoras, tais como Herbert de Souza, o Betinho (“Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”), Paulo Freire (“Pedagogia da Autonomia”), Frei Betto (“Fome de Pão e de Beleza: base da pedagogia”) e Rolando Toro (“Sistema Rolando Toro de Biodança”), que nos ofereceram princípios e pistas teórico-metodológicas para o desenvolvimento de projetos de Educação para a Cidadania.

O Betinho tinha uma frase que, para mim, explica bem: “A fome é a pior das indignidades do ser humano”. “Quando a pessoa está com fome, todos os outros direitos lhe foram negados”, disse Kiko Afonso, diretor-executivo da ONG (BOECKEL, 2021).

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina, aprende ao ensinar; e quem aprende, ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 13). Fome de pão e de beleza, expressão retirada de um poema do poeta cubano Roberto Retamar, refere-se à fome de pão como saciável e à fome de beleza como voraz e indefinível [...]. Sem pão, sem água, sem arroz, sem feijão é impossível pensar, falar e refletir. O ser humano é um animal a quem não basta a produção de bens materiais, é um animal que exige a produção de bens simbólicos: arte, religião, música etc. (BETTO, 1992). O Sistema Biodanza é aberto à comunidade: a noção de “sistema aberto” implica formas de ligação com o mundo externo que se caracterizam pela tolerância frente à diversidade, o que inclui a humanidade como tal, sem discriminação de raça, sexo, idade, estado de saúde, cultura ou disponibilidade de recursos financeiros (TORO, 2002, p. 33).

Dessa forma, veio germinando essa semente do programa de extensão, a que denominamos “Saciando a Fome de Pão, Beleza e Afeto” e tem como principais objetivos: potencializar a sensibilidade diante da vida na atuação do serviço social, enfatizando a convivência humana nos processos de formação profissional e de produção de conhecimento; cooperar no processo de formação profissional de estudantes matriculados na Ufes, possibilitando uma interface prática com a sociedade através da inserção em projetos interdisciplinares e comunitários.

A proposta foi originada de parcerias comunitárias, interdisciplinares e institucionais. Contamos com o envolvimento ético e afetivo de professoras(es), profissionais voluntárias(os) e estudantes da graduação em Serviço Social. Juntos, desenvolvemos dois projetos: “Girassol: Ação Social e Educativa no Planalto Serrano” e “BioUfes: Eventos de Aprendizagem e Convivência”.

“O curso de Serviço Social da Ufes foi potencializado com o trabalho realizado. Éramos um dos poucos projetos de trabalho comunitário. O conhecimento que tínhamos sobre este trabalho foi ampliado com a intervenção na comunidade. A nossa contribuição foi no nível de assessoria, extensão universitária, visibilidade do Planalto Serrano para além das notícias de violência e mortes, ampliação do horizonte de moradores para além do bairro, como retorno aos estudos, viagens, conhecimentos, entre outros” (Jeane Andréia Ferraz Silva, coordenadora e supervisora de estágio – J. A. F. S., 2023).

Pressupondo que atividades e projetos em comunidades ultrapassam a capacidade de uma só área do saber, estimulamos o diálogo interdisciplinar. O programa contou com a participação de extensionistas, bolsistas e voluntários dos seguintes cursos da Ufes: Artes Plásticas, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Enfermagem, Desenho Industrial e Pedagogia – sob orientação dos professores das respectivas áreas.

A partir de dezembro de 1998, com a constituição na universidade do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps), por iniciativa de professores do Departamento de Serviço Social, o nosso programa de extensão foi a ele incorporado. A criação do Nemps contribuiu para o fortalecimento de parcerias no âmbito acadêmico, articulando com professoras(es) e estudantes de outros departamentos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Comunicação Social), do Centro de Estudos Gerais (Línguas e Letras), além de estudantes do Centro de Artes, favorecendo assim a integração de projetos a partir das demandas identificadas. A sala do Nemps funcionou como ponto de apoio para os participantes – tanto da Ufes quanto da comunidade – do projeto.

O Seminário “Fome, qual é a sua?”¹⁸¹, realizado entre os dias 26 e 28 de maio de 2003, compôs o projeto de extensão “Mobilização contra as fomes”. Reunindo aproximadamente 1.500 pessoas, o evento teve duas conferências: uma delas com o assistente social Ademir Alves Silva (da PUC-SP), falando sobre o tema “A fome na perspectiva das políticas sociais”; e a outra com o assessor especial da Presidência da República, Frei Betto, sobre “O Programa Fome Zero: concepções e diretrizes”. Além das conferências, o encontro teve três painéis e 21 oficinas temáticas.

181 O Seminário reuniu não apenas a comunidade universitária, mas também funcionários de órgãos públicos, participantes de movimentos sociais e sindicais, políticos, artistas, imprensa, entre outros. O alcance transcendeu a Grande Vitória; entre os convidados, registraram-se também pessoas do interior do estado, vinculadas a mais de cem instituições, situadas em dezenove municípios. Criou-se, assim, um fato político, um momento de reflexão e debate para aprofundar a discussão do Programa Fome Zero em níveis local e estadual. Imediatamente após o encerramento do Seminário, ocorreu a instalação do Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Espírito Santo, na Assembleia Legislativa do estado. O presidente da casa, deputado Claudio Vereza, em seu discurso na abertura do Seminário, já havia feito questão de ressaltar que a instalação do Conselho era um desdobramento natural da mobilização contra as fomes.

“Mobilização contra as fomes” se concretizou a partir de três eixos: 1) mobilização: a cargo de professores e alunos do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps), do Departamento de Serviço Social; 2) divulgação: a cargo do Núcleo de Estudos e Comunicação (Nexo), do Departamento de Comunicação Social; e 3) organização do evento: assumida por ambos os departamentos citados, com o apoio de outros setores da Ufes, da Assembleia Legislativa, da Ação da Cidadania e do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep).

Como iniciativa do Departamento de Serviço Social, o Projeto Girassol tornou-se amplamente conhecido no meio acadêmico e divulgado na Região Metropolitana da Grande Vitória, obtendo reconhecimento de abrangência estadual e nacional através de prêmios:

- Diploma de Menção Honrosa Dom João Batista Albuquerque: expedido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, por indicação do deputado Claudio Vereza (PT), premiou o Projeto Girassol por atuar em defesa da vida (no ano de 2001).
- Campanha Beneficente Quaresma de 2002: promovida anualmente pelo Frei Betto, escolheu o Projeto Girassol para ser homenageado (no ano de 2002). A seguir, a transcrição de um trecho das palavras de Frei Betto para justificar a escolha.

“Queridos amigos, a maioria de vocês sabe que, todo ano, na quaresma, promovo campanha em favor de uma entidade idônea que lida com crianças e jovens empobrecidos. [...] Neste ano, escolhi o Projeto Girassol, do bairro Planalto Serrano, município da Serra (ES). Tive a oportunidade de visitá-lo em novembro. Morei cinco anos em Vitória e, hoje, amigos daquela época supervisionam o Projeto Girassol. Ele funciona há cinco anos. Nasceu por iniciativa conjunta da Comunidade Eclesial de Base e professores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), ao iniciarem um processo de aproximação das organizações populares e instituições sociais naquele bairro. Nessa interação com a comunidade, criaram o Projeto Girassol. [...] A intenção do Projeto Girassol é trabalhar junto à comunidade questões relacionadas à cidadania (direitos econômicos, sociais e culturais). Neste ano, o projeto quer fortalecer, ampliar quatro atividades principais: Cooperativa de Costura, Grupo de Produção do Mosaico, Biblioteca Comunitária Mestre Café e Oficinas Culturais. [...] Com o seu apoio, será criado o Fundo Solidário Girassol, com o objetivo de manter e ampliar o trabalho”.

- Prêmio Itaú-Unicef 2003 Educação & Participação¹⁸²: classificado como semifinalista, incluído entre os 150 projetos selecionados no país inteiro (no ano de 2003).

Para consolidar a atuação no bairro Planalto Serrano, houve bastante empenho da equipe, identificando e avaliando oportunidades de captação e de otimização de recursos financeiros e materiais. Articulações ocorreram por meio de representação em reuniões e atividades convocadas por instituições, tais como: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)¹⁸³ da Ufes; Entre Comunidades (Proex/Ufes); Núcleo Capixaba de Biodanza; Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Serra; Fórum de Economia Popular e Solidária; Associação de Mulheres Unidas da Serra (Amus); Paróquia São José Operário; Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces), Escola de Música do Espírito Santo (Emes); Prefeitura Municipal da Serra; Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – atual Arcelor Mittal.

Essas articulações favoreceram conquistas significativas, como a proposição de implantação de um sistema municipal de direitos humanos na Serra e a participação no projeto de extensão Entre Comunidades (Proex/Ufes), que aconteceu em três edições, aglutinando uma diversidade de projetos sociais e de extensão universitária, proporcionando um momento ímpar de convivência, em que todos puderam evidenciar suas potencialidades, seus protagonismos e esperanças.

182 O Prêmio Itaú-Unicef Educação e Participação é uma iniciativa do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância que destina-se a reconhecer e dar visibilidade a projetos de organizações da sociedade civil que desenvolvem ações complementares à escola, estimulando ingresso, regresso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes na escola pública.

183 A seguir, algumas das relevantes parcerias construídas no CCJE:

- Departamento de Serviço Social (DSS): discussões sobre o papel dos Núcleos Acadêmicos no projeto político-pedagógico do curso – pesquisa, extensão, estágio curricular e Atividades Curriculares Complementares (ACC);
- Núcleo de Estudos de Comunicação (Nexo): com os professores Giovane Marcus Ferreira, Alexandre Curtiss Alvarenga, Maria Lúcia Silva e Antônio David Protti (Departamento de Comunicação Social);
- Projeto de extensão Incubadora de Iniciativas Populares de Cooperativas: com o professor Fernando Arrigoni (Departamento de Ciências Contábeis);
- Grupo Experimental de Contadores de História (GECHUFes): com a professora Alzinete Rocon Biancardi e com Fernando Soledade, estudante de Artes Plásticas;
- Associação de Docentes da Ufes (Adufes).

Destacamos aqui alguns projetos que foram aprovados em editais de extensão universitária da Ufes e também de outras instituições – locais e nacionais.

- **De mãos dadas: Ufes e comunidade** (2000) – financiado por Universidade Solidária.
- **Arte & Vida em Planalto Serrano** (2001) – projeto aprovado em edital da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer da Serra, através da Lei de Incentivo à Cultura Chico Prego.
- **De mãos dadas: Ufes e comunidade** (2001) – financiado por Universidade Solidária (realizado no primeiro semestre de 2002).
- **Leitura & Arte na Biblioteca Comunitária Mestre Café** (2002) – projeto aprovado no concurso nacional “Cor no Ensino Superior”, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, com apoio da Fundação Ford.
- **Convivência socioambiental em Planalto Serrano** (2004) – projeto aprovado em edital promovido pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Serra e pela Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

O parecer de importantes parceiros, descritos a seguir, exprime suas visões acerca do desenvolvimento do Projeto Girassol:

“Projeto Girassol veio estreitar e fortalecer as relações da Aces com a universidade e a comunidade de Planalto Serrano. O trabalho em regime de coparticipação e responsabilidade tem demonstrado ser uma alternativa possível e necessária para a consolidação da cidadania plena, fator essencial à dignidade humana. Ao buscar superar as dicotomias – conhecimento científico e popular, saber intelectual e manual, teoria e prática, razão e emoção –, o Projeto Girassol vem criando espaço e oportunidade para o desabrochar do ser humano em sua plenitude, permitindo aprender a ser, a conhecer, a conviver e a fazer. Em síntese, vem saciando a nossa fome de pão, beleza e afeto” (Vera Maria Soeiro Semeraro, técnica da Aces – convênio Aces/Ufes/CST – V. M. S. S., 2001).

“O Projeto Girassol é uma das mais importantes atividades extensionistas da Ufes, pois além de ter um caráter multidisciplinar, cada um dos subprojetos, representando uma ação diferente, sempre foi direcionado para a inclusão social. Dele participam professores e alunos de

vários cursos da universidade, com suas visões particulares e enriquecedoras, que permitem desenvolver esse projeto de maneira crítica, coletiva e enriquecedora. Eu tenho certeza de que o Projeto Girassol já fincou profundamente as suas raízes no bairro Planalto Serrano e que essa comunidade trocou várias experiências de vida com os nossos docentes e alunos, e que essa troca tem permitido importantes transformações em cada um de nós” (Carlos Rogério Melo da Silva, professor e pró-reitor de Extensão da Ufes – C. R. M. S., 2001).

A fim de cultivar a criatividade e a solidariedade na formação das equipes que atuaram no Projeto Girassol, também realizamos o “Projeto BioUfes: Eventos de Convivência e Aprendizagem”. O desenvolvimento sincronizado dos dois projetos, Girassol e BioUfes, favoreceu a publicização e a interação de ambos, ao promovermos inúmeros eventos científicos, políticos e culturais no *campus* de Goiabeiras e no bairro Planalto Serrano.

O desenvolvimento do “Projeto BioUfes” atendeu aos seguintes propósitos: promover Encontros Biocêntricos, fundamentados na metodologia reflexivo-vivencial da Educação Biocêntrica; contribuir para o desenvolvimento do ser humano, cuidando das dimensões pessoal, emocional, familiar, profissional, social e ecológica; propiciar a expressão e o fortalecimento da identidade das pessoas e das organizações, contribuindo para a realização de sua missão na sociedade.

Os Encontros Biocêntricos, realizados na Ufes em 2008, fortaleceram a parceria com outros projetos de extensão, conforme observamos no Quadro 8.

Quadro 8 – Encontros Biocêntricos na Ufes

ENCONTRO BIOCÊNTRICO	OBJETIVO E PÚBLICO
Oficina: Leitura de Rubem Braga: “Onde está nosso coração?” Parceria: programa de extensão ReLer e Fazer: Rede de Experiências em Leitura (Ufes) coordenador: prof. Santinho Ferreira de Souza	Favorecer a integração grupal dos participantes Qualificar a socialização dos relatos de experiências de leitura da obra de Rubem Braga ocorridas nas escolas no ano de 2008 Público: professores de 43 escolas estaduais do ensino médio do Espírito Santo que participam do projeto Academia Rubem Braga. participaram 50 pessoas.

ENCONTRO BIOCÊNTRICO	OBJETIVO E PÚBLICO
<p>Biodanza: Celebração da vida Parceria: projeto de extensão Informação e Cultura (Departamento de Ciência da Informação – CCJE-Ufes) coordenadora: prof^a Meri Nádia Gerlin</p>	<p>Celebrar a existência do grupo, que se reúne através do projeto de extensão, e sua continuidade Fortalecer os vínculos afetivos e profissionais de todos os presentes Público: comunidades interna e externa da Ufes envolvidas com propostas de ação cultural com as Unidades de Informação e comunidades. participaram 20 pessoas.</p>
<p>Acolhimento: Elos de cooperação Parceria: projeto de extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária (Itees) coordenador: prof. Antônio Vidal Nunes</p>	<p>Contribuir para o acolhimento e a integração dos participantes na Roda de Conversa da Itees Facilitar a convivência, fortalecendo o sentimento de pertença ao grupo, com inspiração na proposta da Educação Biocêntrica Público: estudantes bolsistas e voluntários, professores e profissionais integrantes da Itees. participaram 25 pessoas.</p>

Fonte: Relatório do programa de extensão “Saciando a fome de pão, beleza e afeto” (2009).

A projeção do documentário *Sou negro*, no Cine Metrópolis, na Ufes, realizado em outubro de 2009, também compôs o “Projeto BioUfes: Eventos de Convivência e Aprendizagem”, aglutinando cerca de duzentas pessoas para vivenciar e refletir temas como leitura, ação cultural, economia solidária e Pedagogia Griô¹⁸⁴.

Após o filme, houve uma roda de conversa bastante envolvente, estimulada por depoimentos e comentários de dois militantes de projetos culturais relacionados à valorização e ao fortalecimento da identidade da população afrodescendente: Fabio Carvalho de Souza, presidente do Centro Cultural Caieiras; e Gustavo Henrique Araújo Forde¹⁸⁵, do Centro de Estudos da Cultura Negra do Espírito Santo. Devido

184 “É uma pedagogia da vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico-raciais interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento e de um projeto de vida que têm como foco o fortalecimento da identidade e a celebração da vida” (PACHECO, 2006, p. 86).

185 Atualmente, Gustavo Forde é Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci). É autor do livro *Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)*.

à força emocional e política de seus depoimentos, aqui incluímos alguns destaques das reflexões dos convidados dessa roda de conversa.

“Ser negro, ser pobre é como um pacote. Falta de autoestima é geral. A gente vem se esbarrando na caminhada da vida. As nossas conquistas são mais suadas. A gente não se vê nunca em lugar nenhum. Na TV, o garçom. A gente quase não é representado. Abre o jornal e o negro está na página policial. Com algumas exceções: Seu Jorge, Carlinhos Brown, Gilberto Gil, que são super-respeitados. Não existe política pública para o negro. O negro no Espírito Santo tem uma autoestima muito baixa. A gente se esconde, se sentindo menos um pouco. Sofremos preconceito na rua, de loja não abrir a porta, ser confundido com bandido, motorista não abrir o ônibus. Eu me vi no filme. Às vezes me sinto exótico, a gente se difere. A gente não é vip” (Fábio Carvalho de Souza, 2009).

“No Brasil, os negros são educados para uma autoestima baixa e os brancos são educados para uma autoestima superalta, desde a educação infantil. Negros e brancos são produções sociais. Nós nascemos seres humanos” (Fábio Carvalho de Souza, 2009).

“É necessário assumirmos nossos preconceitos e racismo para cuidar deles: ovelha negra, gato preto, lista negra, situação está preta. Historicamente, o negro é igual a algo ruim, fedido, ao que não presta. O convite que eu faço é para pensarmos a negritude. Chega de falar da escravidão. Vamos falar da matriz africana, da fonte africana... a África antes da escravidão, conhecer os valores civilizatórios africanos; romper com a ideia de que a África não tem valor, não tem tradição. Ainda olhamos para a África com o olhar do europeu branco. A África está além da feijoada, do vatapá, do bolo de aipim. Falar da tecnologia e da ciência africana, do arado – tecnologia agrícola africana [...]” (Gustavo Henrique Araújo Forde, 2009).

“A filosofia de base grega é cartesiana, dicotômica, tem dois polos: perder/ganhar, entrar/sair, brancos/negros. Precisamos tecer saberes, numa perspectiva integrada e integradora, conhecimentos a partir da lógica da roda, do círculo – congo, roda de samba, candomblé, roda de capoeira. Desde os antigos quilombos convidam à diferença, a fazer parte da vida” (Gustavo Henrique Araújo Forde, 2009).

Florescência do Girassol: relatos de vivências & aprendizados

O Projeto Girassol corresponde a uma proposta de atenção à vida comunitária que promove ações culturais, educativas e cooperativas. O relato do diário de campo de Luciana Affonso, estagiária de Serviço Social à época, revela a origem do nome do projeto:

[...] procuramos alguns tipos de símbolos que pudessem representar os projetos. E como forma de nos perguntar: “Que imagem estamos tendo desse trabalho, desses projetos?” O grupo Educação para a Cidadania, depois de discutir sobre o símbolo para o projeto, resolveu procurar não só um símbolo, mas o nome do projeto. E resolvemos adotar como símbolo o GIRASSOL. Depois do nosso primeiro encontro com professores e funcionários da Escola de 1º Grau João Antunes das Dores, eles demonstraram através de desenho que nós e a nossa proposta somos vistas como um sol, que veio iluminar a escola, e como um girassol, que representa também o sol, a luz. E o girassol será um elo entre os participantes desse projeto. Resolvemos, então, reformular o nome do nosso projeto, que passará a se chamar Projeto Girassol: Educação para a Cidadania (AFFONSO, 1997).

Para facilitar o entendimento da proposta pela comunidade, apresentamos o projeto representado pelo girassol, com as pétalas correspondendo a subprojetos, interligadas por um núcleo, simbolizando a expressão da vida. As pétalas foram se ampliando e se transformando, favorecendo a atuação diversificada na comunidade. Em 2001, constavam quatro subprojetos/pétalas, especificados a seguir.

Comunicação e exercício de cidadania

Este subprojeto surgiu a partir de demandas levantadas em encontros comunitários, criando canais de comunicação para evidenciar os “sinais de vida” do bairro: mutirões, conquistas, organizações comunitárias, festas, projetos, sonhos e esperanças. Incluía também a irradiação de informações diversificadas e atuais sobre o cotidiano, uma vez que os moradores de Planalto Serrano se sentiam estigmatizados na sociedade capixaba, especialmente pela reincidência de notícias na imprensa local associando a imagem do bairro à questão da violência e da criminalidade.

“Quando iniciei as atividades de Biodanza no bairro, ouvi o relato de quão incômodo era para a população o apelido do bairro: Bairro Marajá. Os trabalhadores não encontravam facilidade em conseguir trabalho se informassem o local de moradia. Eram estigmatizados. Em todas as oportunidades possíveis, conversávamos sobre esse fato, valorizando o nome Planalto Serrano, escolhido pela população, e o retorno foi intenso. As lideranças logo empenharam-se em conseguir a placa para a entrada do bairro com o nome Planalto Serrano. E os relatos de mudança de atitudes eram constantes” (Léia Márcia de Faria Lavendowski Lazzari, coordenadora, voluntária e facilitadora de Biodanza – L. M. F. L. L., 2023).

Objetivos: veicular “notícias de vida” nos meios de comunicação social, resgatando a autoestima e a cidadania do morador; fortalecer a parceria com a Pastoral da Criança, visando um trabalho educativo com as mães participantes.

Resultados: a contribuição no processo de cidadania dos moradores de Planalto Serrano: autonomia do grupo no desenvolvimento das ações; valorização da autoestima dos moradores; realização de Encontros de Vida, com a valorização da autoestima dos moradores e a ressignificação do nome do bairro; participação de membros das igrejas evangélicas; criação de meios de comunicação para facilitar a divulgação do projeto: Agenda Girassol, Notícias do Girassol e a apresentação de um painel contando a história do bairro na Mostra da Serra da Ufes e no Serra à Vista.

“O melhor é ver brilho nos olhos das pessoas e ajudá-las a crescer sem assistencialismo. Praticamos a afetividade que há muito tempo eles não veem no bairro e na sociedade. As pessoas valem pelo que são, e não pelo contexto em que estão inseridas” (E. M. F., 2023).

Poiésis: trabalho e cidadania

O cooperativismo apresentou-se como uma das alternativas concretas para possibilitar trabalho, autogestão e cidadania. Surgiu como proposta dos moradores desde 1999 para o enfrentamento do desemprego, da precarização do trabalho e de outras formas de exclusão social.

“Algo marcante foi o Encontro de Economia Solidária em Mendes (RJ), que o Projeto me enviou. Foi algo marcante, aprendi muito” (Tânia Carreiro, voluntária – T. C., 2023).

Objetivos: criar oportunidade para o resgate do trabalho como estratégia de satisfação das necessidades básicas e como meio de criação de liberdade, de beleza; estimular a organização coletiva e a autogestão do trabalho.

Resultados: criação da Cooperativa de Costura Girassol, assessorada pelo Serviço Social em parceria com o projeto de extensão Incubadora de Iniciativas Econômicas e Comunitárias.

“O trabalho coletivo envolvendo professoras, alunos da Ufes; o aprendizado cotidiano com as moradoras do Planalto Serrano; e o mais marcante foi quando as mulheres da cooperativa, após realizarem reunião com a Suely Vidigal, que exigia a saída da equipe da Ufes do projeto como condição para ajuda ao grupo, imediatamente nos convocaram para uma reunião e disseram que a nossa assessoria continuaria. Que isso era inegociável!” (J. A. F. S., 2023).

Oficinas culturais

Considerando que a arte é um processo de criação que dá sentido ao modo de vida das comunidades humanas, desde 1997 foram realizadas oficinas culturais, visando incentivar o desenvolvimento cultural dos moradores de Planalto Serrano.

“O encantamento das oficinas culturais, nas manhãs de sábados, no Planalto Serrano. Ver e viver a chegada de participantes de todas as idades, trazendo sua vontade de aprender os diversos saberes artísticos oferecidos pelo Projeto Girassol... Apreciar a disponibilidade de estudantes, professores e profissionais voluntários que ofereciam alegremente o que planejavam para cada oficina... A celebração da criatividade e a alegria que se ampliava, nos encontros grandes, em que se apresentavam resultados desse processo de educação pela arte” (Teresinha Maria Mansur, professora de Serviço Social e coordenadora do programa de extensão – T. M. M., 2023).

Objetivos: ampliar o exercício da cidadania, favorecendo o acesso aos direitos culturais; estimular a liberdade de expressão, a elevação da autoestima individual e coletiva, e a participação social.

Resultados: expressões de Arte & Vida no Planalto Serrano, através da autovalorização da população do bairro, do reconhecimento dos trabalhos artísticos, a partir de apresentações em eventos dentro e fora de Planalto Serrano; engajamento

de oficinairos do próprio bairro e de voluntários da Faesa, além dos estudantes da Ufes; realização de mosaico nas mesas do pátio do CCJE.

Foram mais de quarenta títulos¹⁸⁶ de oficinas realizadas, oportunizando os participantes a desenvolverem seus talentos e terem suas capacidades reconhecidas.

“Como momento marcante da minha participação, lembro quando Minha mãe recitava poesias e costurava” (Yan Dias de Oliveira, voluntário – Y. D. O., 2023).

“A participação das crianças e adolescentes da oficina de capoeira no Encontro de Estudantes de Serviço Social, realizado na Ufes, em que as crianças defenderam a relação do Serviço Social com a arte e a importância da atuação dos assistentes sociais nessa área. Foi um momento importante de reconhecimento do trabalho do assistente social” (Nádia Aparecida Caser, assistente social – N. A. C., 2023).

Biodanza Comunitária

A Biodanza é um sistema vivencial de integração humana fundamentado no Princípio Biocêntrico, que afirma a vida como valor maior, conectando todos os seres; é uma poética do encontro humano, como nos indicam, a seguir, a educadora biocêntrica Ruth Cavalcante (e outros) e os participantes do Projeto Girassol.

Estamos todos empenhados em um repensar da educação que ajude as pessoas a aprender a viver e conviver, tendo como ponto de partida o respeito à vida e à convivência amorosa e como método, um enfoque reflexivo e vivencial na prática pedagógica, onde aprendemos não apenas pelo cognitivo, o intelecto, mas também

186 Aquarela, Bijuterias, Biodanza, Bordado em chinelo, Brincando com arte, Biodanza com adolescentes, Biodanza comunitária, Canto coral, Capoeira, Clube de leitura, Contadores de história, Comunicação visual, Corte e costura, Conversando com mulheres, Desenho, Dançando, Jogando e aprendendo, Esportes, Eleições, Informática, Jornalismo comunitário, Karatê, Máscara, Cartões orgânicos, Mosaico, Mosaico piso da cozinha, Pintando girassóis, Poesia, Quadrinhos, Qualidade de vida, Mostrando seu talento musical, Música instrumental (teclado, flauta doce, violão, violão gospel), Narcóticos Anônimos, Saúde bucal, Sexualidade e Aids, Teatro, Tecendo tapete da comunidade, TV comunitária e vídeo, Viajando dentro de mim.

através das emoções, dos sentimentos, das sensações, da intuição (CAVALCANTE *et al.*, 1999, p. 8).

“O Projeto Biodança Comunitária, na Escola de 1º Grau João Antunes das Dores, abarcava toda a comunidade escolar e demais lideranças do bairro. Realizamos reuniões com todos os atores envolvidos e trabalhávamos sempre com as palavras geradoras e com o modelo de educação popular. Fomos construindo e conquistando o espaço com a escola, para atender adolescentes e jovens. Aos poucos eles foram chegando, alguns mais arredios, sem entender o que estava acontecendo e eram gentilmente convidados para entrar e fazer a vivência. Nesse espaço acolhedor, escutávamos músicas, algumas inéditas ao público. Sentiam na dança que podiam ser escutados com liberdade, as suas angústias, sonhos, alegrias, tristezas, dificuldades, os estigmas, as suas potencialidades, e perceber onde doía mais a fome desses meninos e meninas de Planalto Serrano. Abrimos o grupo para os pais, para as irmãs de caridade e comunidade em geral, o que enriqueceu as vivências, elevando a autoestima e a vontade de serem agentes de transformação no âmbito escolar, familiar e comunitário” (K. C. P. S. L., 2023).

“Este trabalho pode ser divulgado nas escolas do estado. Pois é um ótimo incentivo para professores e alunos a desenvolverem seu potencial criativo” (Monica Freitas Ferri, estagiária de Serviço Social – M. F. F., 2023).

Objetivos: oferecer à comunidade uma estrutura de trabalho de convivência grupal, de acordo com a metodologia da Biodança: o grupo, a música, a dança e a vivência formam a base de sustentação das atividades; incentivar o cuidado consigo e com o outro; desenvolver a integração afetiva, a capacidade de autorregulação, a criatividade, a confiança, a entrega e a autoestima.

Resultados: vinculação com a alegria de viver, a expressão lúdica de humor, a manifestação da força interior; reconhecimento da capacidade de proteção e autoproteção.

Foram realizados dez módulos de oficinas pedagógicas “Dançando, Jogando e Aprendendo”¹⁸⁷ com os professores na Escola João Antunes das Dores.

“A vida sempre nos desperta para a novidade, quer nos fazer viver o lúdico em meio à preocupação, à seriedade, à apreensão, à falta de liberdade. Hoje, com certeza nos foi reservado um

187 Com o facilitador de Biodança Francisco Barros Goulart.

espaço para o lúdico. Faz muito bem! (Janete M. Silva, professora da EPG João Antunes das Dores – J. M. S., 2000).

“Que bom saber que existem pessoas que colocam o saber, a vida, em busca do respeito à vida ameaçada. Em busca de melhor qualidade nas relações. Parabéns!” (Rosângela Maria Altoé, professora da EPG João Antunes das Dores – R. M. A., 2000).

“Ruth Cavalcante¹⁸⁸ começou a vivência perguntando aos estudantes da Escola João Antunes das Dores se já conheciam a Biodança. Todos levantaram a mão em afirmativa. Depois, ela pediu que dissessem com uma palavra o que achavam da Biodança. Houve um certo silêncio, que foi quebrado pela Flavinha, uma menina de 12 anos que frequentava a Biodança. Disse ela que aprendeu a dança da vida. Um rapaz disse que a Biodança trazia paz. A D. Anita, mãe de Flavinha, falou que a Biodança ajuda a resolver os problemas da vida. A irmã Clarícia disse que faz com que as relações interpessoais melhorem e que passamos a abraçar o outro sem segundas intenções. Eu comentei que a Biodança proporcionava encontro consigo mesmo. [...] A turma do Grupo Regular de Biodança Comunitária fez uma roda, colocou a Ruth no centro e agradeceram a presença. Disse Vanessa que ela foi muito esperada. Falei que estávamos muito felizes, que ela era como uma semente. Ela corrigiu, falando que a semente já havia sido germinada, que ela estava ali apenas para regar. Aí, Teresinha lembrou o trabalho realizado pela Léia na escola. E o Magno leu um poema, de autoria da Léia, que estava no Livro de Presença” (K. C. P. S. L., 2023).

A realização das atividades circulava pela comunidade local no Centro de Formação Popular, na escola, nas ruas, no campo de futebol, nas igrejas (Católica, Templo Apostólico de Cristo, Quadrangular), na sede da Cooperativa de Costura, na casa de Luciene, no Bloco B e na Ufes.

O depoimento a seguir expressa com clareza as conexões entre os projetos e os subprojetos:

188 Psicopedagoga, sistematizadora da Educação Biocêntrica. Autora do livro *Educação Biocêntrica: ciência, arte, mística, amor e transformação*. Coordenadora de cursos de Pós-Graduação em Educação Biocêntrica. Fundadora e diretora da Escola de Biodança do Ceará. Ruth participou do evento “Abraçando a Educação Biocêntrica”, realizado no bairro Planalto Serrano e na Ufes, promovido pelo programa de extensão.

“Nas atividades, nas pétalas do Programa, nas ações dentro do bairro Planalto Serrano [...] tínhamos a possibilidade da convivência dos alunos e professores universitários e outros voluntários no dia a dia dos moradores. Era possível perceber o bem que faz a universidade quando se permite sair de ‘seus muros’. Mas, ao realizar o movimento inverso, onde o bairro ocuparia a Ufes, através da participação e mesmo a organização nos vários eventos realizados dentro do campus, acredito que tenhamos apresentado àquela comunidade uma universidade que muitos não sabiam existir, ou, se sabiam, desconheciam o que era realizado nela. Puderam entender que esse espaço é erguido em um tripé de ensino, pesquisa e extensão. Era encantador vê-los entrar, por exemplo, na Biblioteca Central e tantos outros espaços...” (Eliane Fernandes Ribeiro, bolsista de extensão e coordenadora do programa de extensão – E. F. R., 2023).

3. A Casa Girassol

Lembre-se sempre que, mesmo modesta,
minha casa será sempre sua, amigo!
Renato Teixeira, “Amizade sincera”

Durante o planejamento para o ano 2001, refletindo sobre o projeto político-pedagógico do programa de extensão com a comunidade, identificou-se a necessidade da criação de uma coordenação para o Projeto Girassol que fosse composta por moradores do bairro. Após eleita, a coordenação passou a contar com a assessoria do programa de extensão.

Nesse planejamento estratégico, os participantes sonharam com um espaço próprio para o projeto no bairro. Assim, graças ao empenho de pessoas e entidades engajadas no projeto, a Casa Girassol tornou-se uma realidade¹⁸⁹. Ali tornou-se sede das atividades, um espaço aberto para exposição da história do projeto, por meio de fotos e dos trabalhos produzidos nas oficinas.

189 Resultado da Ação Benéfica, encampada por Frei Betto, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Serra e com aporte financeiro da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – atual Arcelor Mittal.

Em um terreno de 220,09 m², a casa adquirida, com um espaço de 36 m² de área construída, passou por pequenas reformas, preservando seu estilo para manter a estrutura das demais casas do bairro. A reforma aconteceu com as orientações da arquiteta Andréa Curtiss Alvarenga, voluntária do projeto de extensão.

“Profissionalmente, como arquiteta urbanista, o Projeto Girassol me deu a verdadeira dimensão da relação casa x espaço de morar, do afeto e os espaços do bairro, como o espaço comunitário, da troca, da relação do coletivo; e como esses espaços se complementam na construção da cidadania. Fiz amizades, as diferentes oficinas e encontros foram verdadeiras aulas de convivência” (Andréa Curtiss Alvarenga, arquiteta e coordenadora voluntária do programa de extensão – A. C. A., 2023).

“Destaco como um momento marcante a visita do Frei Betto ao bairro Planalto Serrano, em novembro de 2001, e a posterior campanha de arrecadação de recursos entre seus amigos, o que possibilitou a compra da Casa Girassol, em 2002” (E. F. R., 2004).

Nessa perspectiva, consolidou-se a institucionalização da Associação Cultural Girassol, em 2004, com a eleição, em assembleia, da primeira diretoria provisória e com a elaboração do estatuto da entidade.

Já em julho de 2008, tomou-se a decisão de recompor a coordenação e redimensionar a atuação do programa de extensão, com os seguintes encaminhamentos:

1. encerrar o “Projeto Girassol”, considerando a autonomia da organização comunitária;
2. reativar, até dezembro de 2008, o “Projeto BioUfes: eventos de convivência e aprendizagem”;
3. valorizar a memória e a sistematização dos trabalhos realizados pelos estudantes, professores, profissionais e voluntários nos doze anos de vivência do programa de extensão (1997-2009).

Isso nos remete à leitura bíblica de Eclesiastes 3.2: “Há um tempo para nascer e um tempo para morrer”. Acrescentando à história e à memória do programa de extensão, apreciamos o olhar sensível do parceiro Giovandro Marcos Ferreira, jornalista e doutor em Ciência da Informação, reafirmando os valores e as práticas do Projeto Girassol.

“Quando o sol gira para todos’ – O Projeto Girassol é um exercício e uma reflexão que está a serviço de muitos no contexto em que estamos inseridos. Torna-se uma ‘crônica viável’ para a universidade, extensivo ao bairro Planalto Serrano. Aglutina atividades de vários domínios do saber que, na estrutura universitária, estão fragmentados pelos Departamentos e Centros. Lá estão juntos, professores e estudantes de Serviço Social, Comunicação Social, Ciência da Informação, Letras, Artes... todos mergulhados no leque de iniciativa.

Ao andar pelo bairro, visitando as inúmeras oficinas culturais, sentimos uma sensação contraditória: a carência do lugar, com seus esgotos a céu aberto, suas ruas desprovidas de calçamento, seus parques espaços para o lazer, mas também algo que enobreça a população local e, sobretudo, à universidade.

Diante do cenário de descaso e abandono público, lá estão as pessoas na labuta diária, buscando melhores dias. As oficinas do projeto estão no centro de formação popular. Logo, resalta aos olhos e ouvidos o barulho alegre e os gestos gingados do grupo da capoeira. Vamos, então, percorrendo as oficinas, visitando o bairro, tropeçando na via crucis cotidiana e deparando com sinais de dignidade e esperança.

Assessorando do Projeto Girassol, a Ufes não usa da prática de transformar os bairros periféricos no laboratório social. Busca fazer um vaivém com o espaço acadêmico. Encontros foram igualmente realizados – com os moradores, estudantes e professores – nos espaços da Ufes para debater temas como a violência, o papel da universidade, o trabalho. Além de jornadas de convivência, de planejamento e avaliação, de cinema. Enfim, uma busca de não separar ação e reflexão, em que todos são atores e todos têm algo a dizer e algo a aprender. A impressão, após cada encontro, é que todos são beneficiados. Retomando Cristovam Buarque, projeto como o Girassol faz com que percebamos os círculos que aprisionam a universidade, mas também os avanços que tal iniciativa proporciona. Torna-se claro, evidente que nenhum dos domínios de saber implicados no projeto consegue responder sozinho às indagações da realidade. Temos que pensar de maneira inter e transdisciplinar.

Experiência como esta do Projeto Girassol, no Planalto Serrano – que, para a mídia local, é sinônimo de paradigma da violência urbana –, faz com que passemos do pré-conceito ao conceito. O vocábulo ‘conceito’ tem a mesma raiz latina de concepção, ou seja, formação do novo ser. Aí pensamos que esse novo ser, essa nova criança, pode ser a universidade, renascendo mais popular, sensível à nossa história solidária, à nossa gente. Um sol que gira, que ilumina e aquece a todos, os faz germinar, sobretudo, uma nova prática acadêmica, uma nova noção de universalidade” (Giovandro Marcos Ferreira, parceiro do projeto de extensão, 2002 – G. M. F.).

Formação profissional: solidariedade da justiça e da igualdade

O programa de extensão “Saciando a fome de pão, beleza e afeto” constitui-se num espaço privilegiado de atuação do Serviço Social, bem como de outros cursos acadêmicos. Concebemos este programa para contribuir na efetivação dos direitos humanos, com iniciativas da universidade pública movidas pelos sentimentos de solidariedade, justiça e igualdade, em contraposição à solidariedade de benemerência (SPOSATI, 1996).

Quais os perfis de profissionais queremos formar? Como viabilizar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva interdisciplinar? Como fomentar a produção de conhecimentos (conceitos e práticas sociais) a partir da interação espaço-tempo/universitário x espaço-tempo/comunitário, juntamente com outras parcerias institucionais? De que formas o estágio curricular pode efetivamente favorecer a mediação entre esses lugares de aprendizagem? As perguntas apresentadas nortearam a formulação desse programa de extensão. Para Gandin (1994), planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento, mas é transformar essa realidade, construindo uma nova.

Cabe ressaltar que o processo de participação que motivamos consiste em um exercício significativo e agradável, não com base na “obrigação” e na “tarefa”. Um processo atrativo para o sujeito, e não só para o papel que ele representa, seja na estrutura universitária, seja na organização comunitária, seja nas demais instituições em parceria.

Essa espécie de participação potencializou espaços de troca de saberes e desencadeou ações conjuntas em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos, levando a universidade e as demais instituições/organizações populares a assumirem a participação na efetivação da cidadania, conforme menciona Bordenave (1983).

A participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disto, por meio da participação, consegue-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças (p. 12).

Na metodologia adotada, sobressaíram Articulação Institucional, Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos como procedimentos realizados de maneira

participativa, entendendo-se que o envolvimento dos membros da equipe de trabalho era ponto de partida para a definição das ações institucionais. Anualmente, eram traçadas as diretrizes, considerando as demandas verificadas ao longo do desenvolvimento da assessoria e da convivência no bairro, na intenção de buscar soluções de forma compartilhada entre os que viviam o problema, os que queriam resolvê-lo e os que podiam colaborar para isso (PEREIRA, 2001, p. 171).

Sempre acreditamos na necessidade da avaliação, por isso, semanalmente, aconteciam reuniões de planejamento, monitoramento e análise das atividades da instituição assessorada e da supervisão de estágio. Nesse processo, foi possível identificar as dificuldades encontradas para executar ações e pensar alternativas, assim como se viabilizaram a troca de experiências e a verificação do alcance das metas estabelecidas. Essa troca, no âmbito comunitário, fortaleceu os vínculos entre as pessoas, contribuindo para o alcance dos objetivos comuns e/ou complementares.

“Cheguei analfabeto funcional e me tornei técnico em dois cursos pelo Ifes” (Gildo Viana Barros, coordenador – G. V. B., 2023).

“Posso dizer que fui salvo pelo Serviço Social, considerando que ele ampliou meus horizontes, me mostrando que eu podia transcender ao que estava posto para mim: bairro com altos índices de violência, família com pouca escolaridade e sem uma referência de futuro de vida. O Projeto Girassol me deu asas, tornando assim o meu futuro sem limites” (E. M. F., 2023).

Compreendemos com Oliveira (2004, p. 59) que o estágio supervisionado é um “divisor de águas” no processo de formação profissional, um momento em que se descortinam ao estagiário novas possibilidades de entender a dinâmica do trabalho profissional. Seu estudo e compreensão se configuram como um desafio constante para que, de fato, seja lócus de construção da identidade profissional do aluno.

A supervisão de estágio acontecia sempre com a orientação de um(a) professor(a) de Serviço Social, com a participação de outros profissionais, contemplando a interdisciplinaridade. Buscava-se manter a coesão de todos no contexto do programa de extensão, cultivando o senso de pertencimento e observando como os estudantes se sentiam nas diferentes dimensões da vida.

Os estagiários do curso de Serviço Social cumpriam as disciplinas de Estágio Supervisionado (de I a IV), desempenhando as seguintes funções:

- a) realização de estudos e pesquisas para a compreensão teórica das questões vivenciadas no cotidiano do campo de estágio;
- b) elaboração e desenvolvimento de projeto, e intervenção profissional a partir de temáticas identificadas e priorizadas no programa;
- c) sistematização da experiência vivenciada, tendo como referência os projetos de estágio elaborado;
- d) envolvimento e participação nas atividades do “Projeto BioUfes, eventos de convivência e aprendizagem”.

Ao final de cada semestre, os estagiários eram estimulados a uma autoavaliação, como uma prática de tecer análises sobre si próprio do ponto de vista profissional, considerando competências e habilidades. Alguns supervisores do estágio e estagiárias nos auxiliavam nessa temática.

“Um dos momentos marcantes do projeto foi a supervisão no campo de estágio enquanto espaço de reflexão, contribuição, aprendizagem, interação e socialização” (Fátima Eleonora Firme de Almeida, professora participante, F. E. F. A., 2023).

“A supervisão de estágio de estudantes de Serviço Social e o acompanhamento da atuação de acadêmicos e acadêmicas de outros cursos da Ufes, juntamente com outros professores e profissionais vinculados ao programa de extensão ‘Saciando a fome de pão, beleza e afeto’. Foi muito gratificante verificar o compromisso com os estudos, a criatividade nos projetos e relatórios do estágio e nas monografias, a partir do envolvimento respeitoso na convivência comunitária e universitária, o que favoreceu o desenvolvimento da formação profissional, incluindo a atuação no Planalto Serrano, na Ufes e nas articulações com outras instituições públicas e privadas” (T. M. M., 2023).

“O primeiro dia de estágio foi uma atividade sobre planejamento, monitoramento e avaliação, com a participação do Heleno. Essa atividade foi muito importante para orientar a execução do projeto aprovado, de extrema importância para a comunidade” (M. F. F., 2023).

Com o objetivo de melhor evidenciar a produção de conhecimento, daremos a conhecer a seguir a relação dos Trabalhos Técnicos Científicos, além dos Relatórios de Estágio Supervisionado e de Extensão:

Trabalhos de Conclusão de Curso:

- FREITAS, Mônica; GUIMARÃES, Juliana M. **Liderança comunitária**: um exercício constante na reflexão sobre a realidade. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- KUSTER, Jenecy Oneida. **A inserção da capoeira em trabalhos comunitários**. 2002. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
- PEREIRA, Rosinéia Aparecida. **Interação escola e comunidade**: um olhar sobre a realidade de Planalto Serrano. 2003. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.
- RIBEIRO, Eliane Fernandes *et al.* **Sementes solidárias**: experiências de economia popular solidária. 2002. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
- ROSA, Adalgisa Nascimento *et al.* **Sinfonia comunitária**: uma experiência de canto coral em trabalhos comunitários. 2001. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.
- SEIDLER, Vânia. **Participação e empoderamento**: uma abordagem analítica sobre os processos comunitários. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

Projetos de pesquisa:

- Casa: espaço de estar ou um lugar de morar? Vivência no bairro Planalto Serrano – Andréa Curtiss Alvarenga.
- Revelando a vida no Planalto Serrano: pesquisa participante – coordenação do programa de extensão.
- O exercício da liderança na dinâmica comunitária – Monica Freitas.
- Participação e empoderamento: contradições nos processos comunitários – Vânia Seidler.
- Os indivíduos no contexto da participação comunitária – Claudia Giuliatte.

Publicação de um Guia de Informações sobre os serviços sociais existentes no município de Serra, facilitando o acesso das pessoas/famílias aos Direitos Humanos.

Iniciação científica

Pesquisas de iniciação científica, vinculadas ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), foram realizadas na comunidade Planalto Serrano – associadas ao Nemp. As áreas temáticas estudadas foram: participação, liderança e empoderamento (2004).

As fontes de financiamento dos bolsistas e dos monitores foram: Pró-Reitoria de Extensão da Ufes, Pró-Reitoria de Graduação da Ufes, Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces), Universidade Solidária, CST/Arcelor Mittal.

O programa de extensão “Saciando a fome de pão, beleza e afeto” favoreceu a formação profissional e o desenvolvimento pessoal e comunitário, temáticas agrupadas aqui em cinco dimensões:

Dimensão I – Ampliação do campo de empoderamento feminino

“Foi bom para eu aprender a me comunicar com pessoas. Era uma mulher muito maltratada no momento que surgiu o Projeto Girassol. Eu levantei a cabeça como uma águia e voei” (Luciene Dias de Oliveira, voluntária – L. D. O., 2023).

“O Projeto ajudou a levantar minha mãe, mudou a história e levantou a cabeça” (Edesieny Oliveira, oficinairo – E. O., 2023).

“Eu me tornei uma pessoa mais segura. Apreendi com o Projeto a lutar pelos objetivos, contribuir com a comunidade, melhorar como família e no profissional. Abriu para mim os horizontes em todas as áreas” (I. P. S., 2023).

“Oito anos atrás, quando comecei nesta caminhada, era muito difícil, porque não gostava de conversar com ninguém, tinha dificuldade de tudo. Então, com a Biodança no bairro, eu tive a oportunidade de aprender como conviver com o povo e chegar até eles para falar algo” (Josefina Ferreira Araújo, voluntária – J. F. A., 2006).

Dimensão II – Conscientização passa pelo coletivo

“Participo do Projeto Girassol desde sua criação, em 1997. Nós, como comunidade que pensa no coletivo, temos que viver de sonhos e o Projeto Girassol nos dá essa oportunidade. Ele é muito importante para todos nós aqui do Planalto. Tenho um carinho todo especial pelos idealizadores deste Projeto. É o caça-talentos de nosso bairro, valorizando principalmente a vida” (Erivaldo Castro Araújo, coordenador e voluntário – E. C. A., 2001).

“Posso aprender algo que eu sempre tive vontade de aprender: a música. O Projeto propicia ocupação, relacionamento melhor entre as crianças, através de cursos gratuitos e oficinas, preparação cultural para as crianças, para elas poderem utilizar quando elas forem mais velhas, afastando as crianças das drogas” (Sr. Renato, participante, 2006).

“Na verdade, foi uma experiência que ainda relato muito: por ser uma pessoa evangélica, eu vivia só em torno de minha família, achava o bastante. Quando começamos a conviver e ver o mundo com uma responsabilidade maior, que eu também sou responsável por tudo de bom ou de mal à minha volta, não importa classe, cor ou religião, então tomei posição e fiz o que pude no Projeto. Eu estava em separação conjugal e tenho sete filhos; trabalhava em casa costurando, mas tinha enorme prazer em participar em tudo no Projeto. Tive uma visão ampliada. Acredito muito que ainda podemos mudar a nossa realidade se cada um fizer sua parte. Hoje estou distante do Projeto, mas na torcida que alcance os objetivos dele [...] uma grande ajuda do Projeto na qual recebi uma bolsa-família vinda do Projeto, que me ajudou muito num momento muito difícil da minha vida. Foi um dinheiro abençoado” (T. C., 2003).

“A minha participação em projeto social resume-se em depois de conhecer o Projeto Girassol. Hoje atuo, participo de atividades, porque acredito. O Projeto Girassol mostrou o quanto nós podemos ser especiais e necessários na vida das pessoas e o quanto é gratificante ser” (Yvana Belchior, oficinaira – Y. B., 2001).

Dimensão III – Competências e habilidades para o exercício profissional

“Com as experiências vivenciadas, consegui relacionar teoria e prática; aprendi a lidar com os desafios do cotidiano profissional, como, por exemplo: realizar planejamento, escrever projetos, realizar atendimentos, encaminhamentos para a rede de serviços, estabelecer parcerias, observar a comunidade, lidar também com as relações interpessoais. Tudo isso formou uma

boa base de formação que extrapolou a vida profissional e hoje posso dizer que sou quem sou por ter vivido esse tempo do Projeto” (V. S. P., 2023).

“Posso afirmar que a experiência de estágio vivenciada no Projeto Girassol foi um grande marco para a minha formação. Através dessa inserção, pude desenvolver as competências e habilidades para o exercício profissional, perceber a unidade teoria-prática no cotidiano de estágio e a importância do trabalho do assistente social na organização e mobilização de comunidades. Além disso, as relações estabelecidas com todos os participantes do projeto foram fundamentais para meu enriquecimento pessoal, onde pude estabelecer relações de amizade, respeito e afetividade” (M. F. F., 2023).

“O Girassol foi minha primeira experiência profissional como assistente social. Foi desafio, mas posso afirmar que aprendi muito com os que ali já estavam. Aprender a ouvir e calar também. E, acima de tudo, respeitar o tempo do outro” (N. A. C., 2023).

“Pude valorizar mais minha história, fortalecer minha identidade pessoal, aperfeiçoar as formas de relacionar com o outro, com empatia e acolhimento. Não é algo fácil, mas uma constante busca pela beleza e afeto nas relações humanas. Estando em determinado lugar, somos transformados e de alguma forma o transformamos” (Lucilene Bergamim Mazzocco Dadalto, bolsista de extensão – L. B. M. D., 2023).

“Participar do Projeto Girassol significou aprender, ensinar. Uma grande satisfação em estudar e me renovar para ensinar. Foi um período de muitas vivências e aprendizado no contato com o diferente, outras gerações e subjetividades. Foi a possibilidade de me reinventar a cada encontro” (F. E. F. A., 2023).

Dimensão IV – Construção de vínculos de amizade

“A satisfação de compor um projeto que nasceu da própria comunidade, que é fruto do trabalho de todas aquelas pessoas. Que acreditam em sonhos e lutam para concretizá-los. Durante dois anos de estágio, percebi que, além do comprometimento profissional, foram construídos sentimentos de amizade, respeito e admiração. A todos os integrantes do Projeto, sinceramente, dedico minha formação acadêmica. Ao Projeto Girassol, que me ensinou, na prática, a satisfação e a responsabilidade de ser um profissional de serviço social” (Daniela Alcântara Colatto, estagiária – D. A. C., 2001).

“Tenho laços pessoais construídos lá até hoje na minha vida. Profissionalmente, abriu meu leque para atuação profissional. Antes de entrar no Projeto, eu estava quase desistindo do

curso de Serviço Social. Ali eu pude contemplar na prática a vivência comunitária tão rica e desafiadora. Isso me motivou a continuar e vislumbrar perspectivas que só a teoria não bastava naquele momento de vida” (Mariléia Alves Rocha, estagiária, bolsista de extensão e coordenadora do programa de extensão – M. A. R., 2023).

“Nossa, todo o trabalho desenvolvido iluminou muito a minha vida! O convívio com alunos e comunidade contribuíram com o exercício de minha tolerância, paciência pedagógica, articulação Ufes e população mais empobrecida e extremamente potente; a esperança que existe nas comunidades, que, apesar da violência e do tráfico, insistem na vida, na solidariedade, na amorosidade. E sem falar dos afetos, das comidas alternativas, da convivência, do reconhecimento do outro, do aprendizado acadêmico e das possibilidades que nossos alunos podiam vivenciar no trabalho comunitário” (J. A. F. S., 2023).

Dimensão V – Contribuição do Serviço Social em projetos de ação comunitária

“As vivências apresentaram uma rica experiência de desenvolvimento comunitário e pessoal dos participantes. O empoderamento da comunidade sempre abre portas para os sonhos adormecidos em todos nós, estagiários, líderes comunitários e religiosos, e em toda a coordenação. Há girassóis pelo mundo e partimos de uma comunidade com grandes estigmas de pobreza e violência. Mas estávamos dispostos a evoluir juntos, e o tempo mostrou que acreditar no outro pode iluminar a vida de todos nós para sempre” (E. F. R., 2023).

“Esse Projeto foi bom que ajudou e ajuda a tirar os jovens da rua. E dando uma chance e ajudar a ser uma pessoa melhor” (Y. D. O., 2023).

“O serviço social tem muito a contribuir no âmbito do trabalho em comunidade, seja nas instituições da assistência, como Creas, Cras, Unidades Básicas de Saúde, equipes de estratégia de Saúde da Família, nas escolas e ONGs. Nossa formação nos permite ler a realidade com um olhar mais amplo e temos instrumentais técnicos que possibilitam a pesquisa, a organização e a cogestão junto à população, com o objetivo de cuidado consigo, com o outro e com a comunidade. O serviço social nas comunidades contribui para a garantia e a ampliação de direitos e controle social. E, nesses tempos difíceis, estar junto à população, resistindo e fazendo coro contra toda forma de retrocessos no campo dos direitos sociais e da democracia” (K. C. P. S. L., 2023).

Há girassóis pelo mundo

Atuar em comunidade por meio do ensino, da pesquisa, da extensão universitária, e contribuir com iniciativas para saciar a fome de pão, de beleza e de afeto como referência conceitual significa transcender a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome.

Nossa postura afetiva e política priorizou potencializar e multiplicar os bons encontros de vida, constituindo uma memória de respeito, de confiança mútua, de valorização da autoestima, de oportunidades educativas. É também verdade que nem sempre obtivemos os resultados esperados. Mas, quando olhamos para trás, nos deparamos com toda a trajetória percorrida e com os obstáculos vencidos (alguns, nem tanto), sabendo que sempre há desafios pela frente.

Uma das coisas mais bonitas é que, com esse respeito mútuo, **aprendemos a aprender** (priorizando as experiências de aprendizagem), **aprendemos a fazer** (ênfatisando as competências e habilidades), **aprendemos a viver** juntando (competência e solidariedade) e **aprendemos a ser**, realizando-nos como indivíduos e sujeitos sociais – conforme os quatro pilares da educação para o século XXI, que constam como princípios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), desde 1996. Numa relação de cooperação, de troca, de conhecimento sobre a vida, podemos dizer que é um eterno reviver, porque o Projeto Girassol foi essencialmente um encontro de vidas.

É o que se vê na poesia de Luciene Dias de Oliveira, participante do projeto:

“Eu não pensei que o Girassol fosse criar um vínculo tão forte, capaz de tanta beleza, alegria e afeto no coração das pessoas do Planalto Serrano... Oh, como foi bom te conhecer, Girassol” (L. D. O., 2023).

Referências

AÇÃO DA CIDADANIA. **Nossa história**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 15 jun. 2023.

- AFFONSO, Luciana. **Diário de Campo** - Estágio II. Vitória: Ufes, 1997.
- BETTO, Frei. Fome de pão e de beleza: base da pedagogia. *In*: GROSSI, Esther Pillar; BORDIN, Jussara (org.) **Paixão de aprender**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BOECKEL, Cristina. “Quando a pessoa está com fome, todos os outros direitos lhe foram negados”, diz diretor da Ação da Cidadania. **G1**: o portal de notícias da Globo, Rio de Janeiro, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/17/quando-a-pessoa-esta-com-fome-todos-os-outros-direitos-lhe-foram-negados-diz-diretor-da-acao-da-cidadania.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.
- CAVALCANTE, Ruth *et al.* **Educação biocêntrica**: um movimento de construção dialógica. Fortaleza: Edições CDH, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Mônica; GUIMARÃES, Juliana M. **Liderança comunitária**: um exercício constante na reflexão sobre a realidade. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- GANDIN, Danilo. **A prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- KUSTER, Jenecy Oneida. **A inserção da capoeira em trabalhos comunitários**. 2002. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
- MANSUR, Teresinha. **Da alegria de ser facilitadora de Biodanza**. 2005. Monografia (Especialização) – Associação Escola de Biodanza Rolando Toro do Rio de Janeiro, International Biocentric Foundation, Rio de Janeiro, 2005.
- NACHMANOVITCH, Stephen. **Ser criativo**. São Paulo: Summus, 1993.

- OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 80, p. 59-81, 2004.
- PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô**: a reinvenção da roda da vida. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.
- PEREIRA, Maria Angelina *et al.* **Biodanza** – Sistema Rolando Toro: um caminho de excelência em cuidados integrativos. 2011. Monografia (Curso de Especialização em Teorias e Técnicas para Cuidados Integrativos) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PEREIRA, Rosinéia Aparecida. **Interação escola e comunidade**: um olhar sobre a realidade de Planalto Serrano. 2003. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.
- PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, Eliane Fernandes *et al.* **Sementes solidárias**: experiências de economia popular solidária. 2002. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
- ROSA, Adalgisa Nascimento *et al.* **Sinfonia comunitária**: uma experiência de canto coral em trabalhos comunitários. 2001. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.
- SEIDLER, Vânia. **Participação e empoderamento**: uma abordagem analítica sobre os processos comunitários. 2005. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- SOUZA, Herbert de. A novidade da cidadania. **Revista Cidadania** – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, nov. 1995. Edição especial.
- SPOSATI, Aldaiza. Cidadania e Comunidade Solidária. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 48, p. 124-147, 1996.
- TORO, Rolando. **Biodanza**. São Paulo: Olavobrás / Escola Paulista de Biodanza, 2002.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Serviço Social. **Relatório do programa de extensão Saciando a Fome de Pão, Beleza e Afeto**. Vitória: Ufes, 2004.

- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Serviço Social. **Relatório final do programa de extensão Saciando a Fome de Pão, Beleza e Afeto.** Vitória: Ufes, 2009.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais. **Projeto do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais.** Vitória: Ufes, 2001.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais. **Retrospectiva do Nemps.** Vitória: Ufes, 2002.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório final do projeto de extensão Mobilização contra as Fomes.** Vitória: Ufes, 2004.

Compromisso, seriedade, alegria e diálogo no cotidiano do curso de Serviço Social da Ufes

Maria Beatriz Lima Herkenhoff

Neste importante resgate da relevante história que tem o curso de Serviço Social da Ufes, desde sua criação, em 1970, até os dias atuais, quero partilhar aqui minha experiência como estudante do curso (1975-1978) e, alguns anos mais tarde, como professora e coordenadora do Colegiado de curso (1989-2012).

Minha trajetória como aluna

Ingressei como discente no curso de Serviço Social da Ufes em 1975. Período ainda difícil de Ditadura Militar – que teve início em 1964 –, mas de grande efervescência política. A sociedade civil começava a se organizar na luta contra a ditadura e pela abertura política. A formação do curso nos despertava para um olhar crítico sobre a realidade e nos estimulava à participação em busca de uma sociedade justa e democrática. Novos horizontes se abriram para mim.

Minha turma era constituída de mulheres vindas de vários municípios do Espírito Santo. Muitas ali eram a primeira de suas famílias a ter acesso à universidade. Muitas vinham de famílias simples da zona rural e, ao chegarem à capital, tinham

que trabalhar para se sustentar. Construimos vínculos de amizade, de solidariedade, além de estratégias de estudo em grupo, para que pudéssemos fortalecer aquelas que, além de estudar, tinham também que trabalhar.

Certa vez, uma professora impediu que uma colega fizesse a prova, porque já estava reprovada por falta. Só que era uma pessoa esforçada e que trabalhava de plantão – razão das faltas. Nossa turma se sentou para fazer a prova e, silenciosamente, uma por uma foi se levantando e entregando a prova em branco. A professora entendeu o recado e voltou atrás. Estabelecemos uma relação de diálogo que durou para sempre.

O movimento estudantil estava se organizando, à época, e tivemos uma participação ativa através de eventos “puxados” pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em 1977, foi realizado o III Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte, com o objetivo de reconstruir a União Nacional dos Estudantes (UNE). Mas o governo militar transformou a capital mineira numa praça de guerra. Muitos ônibus que saíram de vários estados do Brasil foram interditados e impedidos de continuar viagem. Entre eles, os estudantes da Ufes. Momentos de tensão, medo e apreensão. Amigas da turma de Serviço Social estavam participando dessa ocasião tão importante. Felizmente, ninguém foi preso.

Também nos inserimos nos movimentos sociais do município de Serra (ES), na luta por direitos humanos, melhorias na saúde, na educação e no saneamento básico. Muitas foram as conquistas com a participação dos moradores da periferia, que se organizaram em Associações de Moradores e na Federação da Associação de Moradores.

Quando concluímos o curso, em 1978, escolhemos como paraninfo da turma o pai de uma amiga da classe, que era operário. Foi muito emocionante. Levamos do curso a semente da resistência, que nos acompanhou nos anos seguintes.

Toda a turma foi contratada como assistente social em diferentes espaços profissionais. E fizemos a diferença, pois havíamos recebido uma sólida formação. Agimos com competência, criatividade, compromisso ético e abertura para ultrapassar limites e realizar conquistas em diferentes áreas, como saúde, assistência social, educação, segurança pública, presídios, Ministério Público, Tribunal de Justiça, entre outros.

Minha trajetória como professora do curso

O curso de Serviço Social da Ufes surgiu num contexto de mudanças no arcabouço teórico-metodológico utilizado até então pelo serviço social. Como já dito anteriormente no presente livro, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, em São Paulo, ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, por ter feito uma ruptura com o conservadorismo. Foi um marco no processo de politização e mobilização dos profissionais e dos estudantes de Serviço Social e de reativação das entidades sindicais em todo o país.

Em 1982, o Currículo Mínimo do curso de Serviço Social foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, representando a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovadas pela categoria em 1996, e com a Política Nacional de Estágio (PNE), aprovada anos mais tarde, em 2012.

Após o “Congresso da Virada”, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) assumiu a tarefa de coordenar o projeto de formação profissional da área, articulando ensino, pesquisa, extensão, graduação e pós-graduação. A Associação possibilitou a participação intensa dos sujeitos que construíam a formação profissional, com realização de debates nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e em nível nacional. Momentos muito ricos de aprendizado e de construção coletiva.

Em dezembro de 1989, fui contratada como professora do curso de Serviço Social da Ufes. Muita alegria e gratidão pela conquista.

Tornar-me professora, após longa experiência como assistente social no Hospital Colônia Adauto Botelho, na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e na militância nos movimentos sociais, possibilitou-me partilhar em sala de aula caminhos e estratégias que havia construído no exercício profissional.

A formação da(o) assistente social é pautada por um compromisso ético com as mudanças necessárias para a redução das desigualdades e das injustiças sociais, entre tantos outros objetivos.

Ao ministrar o conteúdo teórico, essencial para a formação do estudante, eu agregava vivências que partiam de sua própria realidade e possibilitavam o

protagonismo de cada um. Eram frequentes a troca de experiências, o respeito pelas diferenças, a empatia, a afirmação das identidades, o despertar da inquietude e do inconformismo. Atitudes que geravam a necessidade de mudanças, de organização e de mobilização da categoria em articulação com a sociedade.

Paulo Freire era uma referência para as relações que eu estabelecia com os alunos. Como ele, acredito na educação libertadora e refuto a prática educacional baseada naquilo que Freire chama de “educação bancária”, definida como “um ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos” (FREIRE, 1974, p. 67), minimizando ou anulando a capacidade crítica dos educandos.

A educação libertadora é “um ato crítico de conhecimento, de leitura da realidade, de compreensão de como funciona a sociedade” (FREIRE; SHOR, 1982, p. 51). É uma ação que envolve a participação e faz do diálogo um meio de o educando identificar suas atitudes mágicas, ingênuas e fatalistas diante do mundo e dos fatos.

Com o objetivo de planejar as disciplinas, no início de cada semestre o Colegiado de curso, em parceria com o Departamento de Serviço Social, realizava o Seminário Didático Pedagógico, reunindo durante três dias o corpo docente e também representantes do corpo discente. Debatíamos ali o conteúdo de cada disciplina e buscávamos alternativas para aperfeiçoar a didática em sala de aula.

Uma experiência que enriqueceu muito a formação dos estudantes foi a integração entre as disciplinas do mesmo período. Por exemplo, no quinto período, reunimos os professores que ministravam as disciplinas “Processo grupal”, “Oficina de trabalho com indivíduo” e “Processo comunitário e mobilização social” e planejamos um trabalho único para as três disciplinas.

Na apresentação dos trabalhos em sala de aula, os alunos eram estimulados em sua criatividade, integrando suas vivências ao conteúdo teórico-metodológico. Para enriquecer o aprendizado, eram utilizados a música, a arte, a dança, as imagens fotográficas, o teatro, entre tantos outros recursos.

Era possível construir um relacionamento horizontal, em que o professor não se colocava como o detentor do conhecimento. Experiências que se reproduziam em diferentes espaços de intervenção.

Sempre acreditei que o processo cognitivo não se dissocia do sentir e do agir. Sem prazer, sem afetividade, sem ética, sem compromisso, sem criticidade e sem esperança, o aprendizado fica vazio de significados.

Além da sala de aula, professores e alunos participavam de núcleos de pesquisa e de extensão, que ofereciam (e ainda oferecem) ricas experiências, além de uma articulação permanente com a sociedade, por meio de serviços, pesquisas, cursos e ações conjuntas.

A existência de vários núcleos de estudos no Departamento de Serviço Social sempre fez a diferença no cotidiano do curso, ampliando a escolha dos estudantes de acordo com sua identidade com a temática e com a intervenção: Grupo de Extensão, Estudos, Pesquisas em Análise de Políticas Públicas (Grupo Fênix); Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI); Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neeapi); Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps); Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET); Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca); Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi)¹⁹⁰.

Ao final de cada semestre, o Colegiado de curso realizava a avaliação das disciplinas, reunindo professores, por período, com a participação de representantes dos alunos, constituindo o conselho de turma. Era um momento rico de avaliação, de busca de aperfeiçoamento do conteúdo das disciplinas – também de integração entre elas – e de um relacionamento democrático com os estudantes.

Outro avanço na dinâmica do curso de Serviço Social da Ufes foi a constituição da Comissão de Currículo, que passou a se reunir permanentemente para discutir as ementas das disciplinas e o aperfeiçoamento do currículo do curso, tendo como referência as Diretrizes Curriculares da Abepss.

Com professores dinâmicos e aguerridos, uma vez por ano era realizado o Seminário de Práticas em Serviço Social, que se constituiu num dos espaços de discussão e reflexão do trabalho profissional, particularmente, dos campos de estágio em que se inserem os diversos assistentes sociais, alunos e professores.

O Seminário tinha como objetivo geral discutir a participação das(os) assistentes sociais nas esferas da formulação, da execução e do controle de políticas públicas, a partir do projeto ético-político do serviço social.

Os objetivos específicos eram: contribuir com novos conhecimentos sobre a participação e a organização das(os) assistentes sociais; propiciar a discussão e o

190 Todos os núcleos aqui citados estão pormenorizados nas páginas do presente livro, especialmente na Parte II.

aprofundamento das questões relativas aos diversos campos de estágio enquanto espaço de formação profissional; fortalecer a relação entre universidade e Departamento de Serviço Social e as diversas instituições de campo de estágio supervisionado; proporcionar a troca e a sistematização das diversas experiências profissionais que reafirmam o projeto ético-político do serviço social.

Em 2003, o Departamento de Serviço Social, em parceria com professores de outros departamentos, criou o mestrado em Política Social, com início da primeira turma em março de 2004. E, em dezembro de 2011, foi aprovado o doutorado em Política Social. O Programa de Pós-Graduação em Política Social¹⁹¹ representou um avanço na qualidade do curso e na formação de docentes e discentes. Desde então, passou a ser realizado anualmente o Encontro Nacional de Política Social (Enps) e o Encontro Internacional de Política Social (Eips), eventos de referência não só para a categoria de assistentes sociais, mas também para toda a sociedade capixaba, uma vez que contava com a participação de convidados de várias partes do Brasil e do mundo, promovendo ricos debates sobre as conjunturas social, econômica e política.

Uma dinâmica muito interessante incorporada, também em minha época, ao curso de Serviço Social foi a aula inaugural com um café da manhã. Momento para receber os calouros e gerar uma interação afetiva entre estudantes e professores.

Sou pura gratidão por tudo que vivi na Universidade Federal do Espírito Santo. Fui plena como professora. Cada estudante e cada amigo(a) professor(a) deixaram em mim um pedacinho de sua história; a marca de sua singularidade e originalidade; a lembrança do seu jeito de ser, resistir, criar, viver e sobreviver.

Quero terminar com uma história engraçada. Eu sempre amei organizar seminários, encontros e congressos. Sempre me envolvia de corpo e alma. E eram momentos muito ricos de interação e participação dos professores e dos estudantes. No entanto, uma vez fiquei muito gripada e solicitei que uma colega me substituísse na abertura do evento. Mas ela se atrasou; e eu, como era muito exigente no cumprimento do horário, fiz a abertura sem ela. Passaram a dizer que eu era mais pontual do que a rainha da Inglaterra. Momentos de descontração em que tudo vira festa.

191 A história da criação dos cursos de mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Ufes está detalhada em um artigo na Parte I desta obra.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



PARTE IV

**Cada uma em seu tempo
na construção do coletivo
(homenagens)**



Em cada aluno há algo de nós que vai adiante.

Prof^a Ângela Maria Campos da Silva



**Professoras e professores do Departamento de Serviço Social – 1971 a 2023
(com suas respectivas datas de admissão na Ufes)**

Leila Maria Vello de Magalhães – 01.06.1973
Regina Maria Santos Murad – 16.06.1973
 Elizete Cardozo – 01.08.1973¹⁹²
 Eugênia Célia Raizer – 01.08.1973
 Maria Helena Rauta Ramos – 01.08.1973
 Marilza Ferreira Celim – 01.08.1973
 Marlene Simonetti Garcia – 01.08.1973
 Licea de Almeida Louro – 01.02.1974
Maria Noélia de Oliveira Scandian – 12.03.1974
 Roberta da Penha Giovanotti – 12.03.1974
 Floresta de Maria Soeiro Viza – 12.08.1974
 Gláucia Salles Xavier – 01.03.1976
 Ana Maria Petronetto Serpa – 08.03.1977
Ângela Maria Campos da Silva (*in memoriam*) – 15.03.1978
 Diógena Malacarne – 15.03.1978
 Maria de Lourdes Frizera – 15.03.1978
 Marilsa Martinelli (*in memoriam*) – 15.03.1978
Mercia Tereza dos Santos Ribeiro (*in memoriam*) – 15.03.1978
 Marlene Monteiro André – 18.04.1978
 Alacir Ramos Silva – 31.05.1978
 Raquel de Matos Lopes Gentilli – 31.05.1978
 Maria Madalena do Nascimento Sartim – 03.05.1979
Beatriz Stella Martins Krohling (*in memoriam*) – 13.08.1979
 Vanda de Aguiar Valadão – 04.07.1983
 Arlete Correa de Oliveira – 01.08.1983
Marisa Resende Afonso (*in memoriam*) – 01.03.1989
 Luis Antônio Gastardi – 29.12.1989
 Maria Beatriz Lima Herkenhoff – 29.12.1989

192 Elizete Cardoso foi colocada à disposição da Ufes pela Secretaria de Educação do governo do estado do Espírito Santo em janeiro de 1970.

Ana Targina Rodrigues Ferraz – 17.10.1991
Marcia Smarzaró Siqueira – 17.10.1991
Nair Barbosa Guedes – 28.10.1991
Rosa Helena Stein – 20.12.1991
Vania Maria Manfroi – 20.12.1991
Ângela de Fátima Vieira Bueno – 15.09.1992
Maria Lucia Teixeira Garcia – 22.09.1993
Elizabeth Orletti – 18.04.1994
Teresinha Maria Mansur – 17.10.1995
Maria Emilia Passamani – 19.01.1995
Maria das Graças Cunha Gomes – 07.02.1995
Cenira Andrade de Oliveira – 22.08.1997
Jeane Andréia Ferraz Silva – 03.03.1999
Maria Helena Eupídio Abreu – 28.07.2006
Juliana Iglesias Melim – 28.07.2008
Adriana Ilha da Silva – 06.05.2009
Desiree Cipriano – 28.10.2009
Silvia Neves Salazar – 24.03.2010
Fabiola Xavier Leal – 30.04.2010
Francis Sodré – 30.04.2010
Adriana Amaral Ferreira Alves – 05.05.2010
Rafael Vieira Teixeira – 16.12.2010
Raquel Sabará de Freitas – 08.10.2013
Gilsa Helena Barcellos – 14.04.2014
Renato Almeida de Andrade – 25.08.2014
Soraya Gama de Ataíde Prescholdt – 25.08.2014
Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai – 18.04.2017
Andrea Monteiro Dalton – 27.04.2017
Salyanna de Souza Silva – 18.05.2018
Aline Fardin Pandolfi – 16.08.2018
William Berger – 22.03.2019
Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo – 18.09.2019
Monica Paulino de Lanes – 13.06.2022

Ângela Maria Campos da Silva: uma trajetória de afeto!

Eugênia Célia Raizer

Ao escrever esta homenagem a Ângela, além da pesquisa documental para a coleta dos dados oficiais, tomei como base fragmentos da minha própria memória, já que no decorrer de nossas vidas percorremos juntas muitos caminhos. Contei ainda com as indispensáveis ajudas de Iluska Maria da Silva Coutinho, sobrinha amada de Ângela, com quem divido a autoria do presente texto, e também da professora Rosaura Bandeira Beato, amiga e parceira em comum¹⁹³.

Conheci Ângela em 1963, quando fazíamos cursinho pré-vestibular para a então Escola de Serviço Social, do Instituto Social de Vitória¹⁹⁴. A empatia inicialmente estabelecida transformou-se em uma relação afetivo-profissional – cujos limites entre parceria e cumplicidade muitas vezes não existiram – que durou até o seu falecimento, em novembro de 2005.

Ao iniciar sobre sua trajetória, reafirmo aqui o que escrevi a respeito dela em 1997, quando fiz meus agradecimentos em minha tese de doutorado em Serviço Social

193 Sem medo de errar, afirmo que poderia ter recorrido a uma centena de outras colaborações idôneas que o limite da elaboração do presente texto não permite: suas irmãs, colegas da Ufes, ex-alunos, amigos, assistentes sociais e outros profissionais.

194 Funcionou no período de 1959 a 1970.

pela PUC-SP: “Jeito simples, discurso elegante, raciocínio apurado a quem devo muito da minha trajetória profissional, inclusive o estímulo a ousar”.

Para Iluska, as três palavras-sínteses da caminhada profissional de Ângela são: “método, disciplina, comprometimento... mas também poderiam ser ensino, pesquisa e extensão, já que ela viveu na prática o tripé da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, antes mesmo que essas palavras se tornassem expressão de luta compartilhada em redes sociais”.

Com o pioneirismo, uma de suas marcas em várias esferas da vida, a professora Ângela tentava por meio de seu exemplo cotidiano viralizar com a prática, quase como profissão de fé, ações que pudessem tornar o mundo melhor. Não por acaso, a questão da justiça social está imbricada nos muitos papéis que ela experimentou ao longo de sua vida: assistente social, professora, amiga, cidadã e bacharel em Direito. Este último título foi concedido após sua morte, já que defendeu sua monografia e finalizou o curso enquanto enfrentava o tratamento de um câncer, mas faleceu antes da colação de grau pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Na esfera familiar, segundo Iluska, experimentou intensamente o papel de “filha, irmã e tia muito amada”. Sua dedicação e seu amor aos pais, irmãos, sobrinhas e sobrinhos eram outras características centrais em sua vida, embora talvez não fossem (re)conhecidas publicamente por aqueles de fora do seu círculo mais próximo. Com palavras e condutas carinhosas e firmes, ela ajudou a conduzir os caminhos de seus familiares. Ainda antes da docência formal, aqui e ali podemos lembrar que já atuava como educadora.

Nascida em Natividade (RJ), município do interior fluminense, a pequena Ângela migrou para o Espírito Santo, no início dos anos 1950, com sua mãe, Laura Campos, e suas irmãs Zilda Maria e Laura Maria. Em Marechal Floriano, então distrito de Domingos Martins (ES), e depois em Campinho, Ângela cursou o primário e o ginásial (atuais ensino fundamental I e II), sendo aprovada com distinção no exame de admissão. O científico (atual ensino médio) foi realizado em São José do Calçado (ES), onde estudou na casa de familiares – na época, esse nível de ensino não era ofertado em Domingos Martins.

Durante o nosso curso de graduação na Escola de Serviço Social de Vitória, em quase todas as disciplinas participávamos do mesmo grupo de estudos, geralmente formado ainda por Eliete Fanti, Eunice, Ivo Patrocínio e outras colegas convidadas.

Nas tardes de sábado, ou mesmo a cada horário vago, sempre estavam Eliete lembrando dos compromissos e Ângela preocupada em aprofundar a pesquisa bibliográfica e pedir orientação a outros professores. Algumas vezes, nós duas formávamos subgrupo, especialmente para estudar filosofia. Sua monografia de conclusão do curso de graduação em Serviço Social foi sobre a constituição de bolsões de miséria na Grande Vitória, em função do êxodo rural experimentado com a erradicação do café, tendo ela estudado o caso de Porto de Santana, no município de Cariacica.

Segundo o depoimento de Iluska, “a aprovação no Instituto Social de Vitória, com a escolha do Serviço Social como área de formação, marcou uma mudança na vida de Ângela e também de sua família. Para viabilizar a realização do ensino superior, dela e de suas irmãs, elas passaram a residir no bairro do Ibes, em Vila Velha, acompanhadas do pai. Os laços de afeto com a mãe e com o irmão eram renovados diariamente, entre remessas e recebimentos de insumos que vinham de Campinho e contribuía com a sobrevivência da família na capital; para auxiliar nas despesas da casa, Ângela e as irmãs vendiam ovos entre os vizinhos”.

Ainda de acordo com Iluska, “em 1968, quando Ângela terminou o curso superior – sendo a primeira das irmãs a concluir –, optou por permanecer na Grande Vitória, abrindo mão de sua primeira grande paixão, a família, apesar de sua forte ligação com ela, sobretudo com sua mãe”.

“Com a perda do pai, em 1972, Ângela parece ter assumido para si a atuação de guardiã, âncora e lugar de segurança na família. Quem a conhecia bem de perto era capaz de perceber a atuação destemida em defesa do que acreditava, o que a levou a outros pioneirismos, agora no campo dos bens de consumo. No início dos anos 1970, adquiriu o primeiro automóvel da família e, como excelente motorista, foi responsável por levar sua irmã Laura à maternidade para a minha chegada ao mundo”, conta Iluska. “Na década de 1980, ainda seria responsável pelo transporte das mães dos sobrinhos Emanuel, Luana e Bruno. E foi assim, associando trabalho, estudo e muito afeto, que Ângela teceu sua vida”.

Ao ingressar na Ufes, em 1978, como professora, trouxe a contribuição de uma prática profissional já reconhecida no campo da saúde, pois, antes disso, havia atuado como assistente social nas seguintes instituições: Cáritas Arquidiocesana de Vitória (1969-1973); Fundação Hospitalar do Espírito Santo – Hospital Colônia Adauto Botelho (1970-1975); Secretaria Estadual de Trabalho e Promoção Social (Setraps) (1973-1981); e ainda na Associação Feminina de Combate ao Câncer (Afec)

– Hospital Santa Rita de Cássia (1975-1986) – entidade filantrópica capixaba referência no tratamento de câncer.

No Departamento de Serviço Social da Ufes, Ângela, além de ministrar disciplinas, realizou pesquisas, orientou monografias, coordenou projetos de extensão universitária. Em 1997, compartilhamos juntas a elaboração e a coordenação dos primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu* (nível de especialização): “Curso de Políticas e Práticas em Saúde” e “Curso de Gerontologia Social”¹⁹⁵.

Além das atividades no Departamento de Serviço Social, a partir de 1983 Ângela passou a integrar a equipe de professores/preceptores do Departamento de Medicina Social da Ufes no Programa de Residência Médica em Medicina Geral Comunitária, a fim de formar médicos generalistas preparados para a abordagem integral do paciente, para a atuação na comunidade por meio da Atenção Básica em Saúde, e também no exercício da função de docência para os alunos do curso de graduação em Medicina da universidade.

Segundo Rosaura Bandeira Beato, professora aposentada, ex-chefe do Departamento de Medicina Social da Ufes, “a presença da professora Ângela Maria Campos da Silva na equipe de preceptores foi imprescindível para a realização do Programa de Residência Médica em Medicina Geral Comunitária da Ufes”. Para ela, “foi uma grande honra ter trabalhado em parceria com a professora Ângela, que teve participação fundamental no Programa para a formação de médicos residentes inseridos na comunidade”.

O Programa na Unidade Básica de Maruípe era também um dos campos de estágio da graduação em Serviço Social, tendo Ângela como professora e supervisora.

Sua contribuição ganhou reconhecimento especial quando um de seus ex-alunos da residência médica, Luiz Carlos Reblin, ao ocupar o cargo de Secretário Municipal de Saúde da capital, deu o nome da professora à Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde de Vitória (Etsus).

Além da experiência na Saúde Pública, Ângela se tornou referência, também com base no curso multidisciplinar realizado em Salvador (BA), no qual obteve o título de Especialização em Saúde Pública, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Para Iluska, “por decisões departamentais ou próprias, Ângela acabou sempre adiando

195 O curso de especialização em Gerontologia Social constituiu-se em um dos pilares para a criação do atual Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão “Universidade Aberta à Terceira Idade” (Unati), de reconhecida relevância na Ufes.

o sonho de realizar um mestrado acadêmico. Mas isso não a impediu de ser peça-chave para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* na universidade, ajudando a pensar e a propor programas de formação em nível de especialização. Certamente inspirou muitos pesquisadores e professores, com contribuições sempre precisas sobre abordagens, métodos e técnicas, científicos e profissionais”.

No período de 1992 a 1997, Ângela desenvolveu estudos e pesquisas relacionados às questões de gênero, classe e etnia, sendo uma das fundadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Nepemge), criado em 1992, na Ufes. Segundo Iluska, “o recorte de gênero comparece mais uma vez como marca da última monografia realizada por Ângela Campos, para conclusão do bacharelado em Direito na Ufes, que teve como tema o tráfico internacional de mulheres, investigações e julgamentos dele decorrentes. Defendida em 2005, a monografia envolveu pesquisas documental e bibliográfica, além do trabalho atento e cuidadoso que sempre caracterizou sua trajetória”¹⁹⁶.

Na dimensão da participação política, ainda é preciso lembrar sua atuação na Associação dos Docentes da Ufes (Adufes), na gestão de 1990, ocupando na diretoria o cargo de secretária, onde, segundo Iluska, “possivelmente tenha sido despertado seu interesse por outra formação em nível superior, a de direito. Afinal, esse é o campo de conhecimento e prática profissional que, assim como o serviço social, dedica-se à promoção da justiça para a sociedade e seus cidadãos e cidadãs. Junto com esses trajetos, os caminhos de afeto eram ainda acompanhados por diálogos e muito aprendizado, incluindo temas como futebol e música”.

Cabem inteiramente à Iluska Maria da Silva Coutinho as últimas palavras da presente homenagem, transcritas a seguir.

Agora eu era herói(na)

Os textos acadêmicos não costumam incluir o uso da primeira pessoa do singular, então recorre-se aqui às aspas para uma narrativa bem pessoal:

196 Em 2023, foram sancionadas mudanças na Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, o que só reforça o pioneirismo dos estudos de Ângela, já que a questão do tráfico de mulheres é fortemente atravessada pela violência de gênero.

“Suspeito que Danda, jeitinho carinhoso como os sobrinhos chamavam Ângela Campos, não iria se preocupar com a flexão de gênero na música de Chico, mas escolho essa forma de recorrer ao nosso compositor e poeta, que finalmente foi agraciado com o Prêmio Camões, para lembrar de nossa heroína e inspiração.

Entre os muitos talentos da professora Ângela, esse talvez fosse o menos conhecido: tocar violão. Ela embalou muitos encontros da família, com ritmo marcado pelo instrumento e sua voz doce. As canções de Cartola, Chico Buarque permitiam reunião e aprendizado. Mas havia outras canções que, se por um lado, reuniam a família em torno do time de coração, por outro, talvez pudessem afastar e até gerar angústia. Flamenguista apaixonada e conhecedora do futebol, ela ‘treinou’ toda uma nova geração de sobrinhos como comentaristas e apaixonados pelo Mengão: Iluska, Emanuel, Luana, Bruno e Thaita.

Nossa heroína não conseguia muitas vezes assistir aos jogos e preferia caminhar pelo calçadão de Camburi e acompanhar o placar pelos fogos. Se esses eram passos de torcida, houve ainda muitas caminhadas em direção ao conhecimento.

Sua morte em novembro de 2005, em decorrência de complicação do tratamento de recidivas de um câncer de ovário, impediu que pudesse receber o grau cujo direito foi conquistado. Mas antes disso, ela vibrou com outras vitórias familiares: o doutoramento da sobrinha mais velha, a conclusão do curso superior de três outros sobrinhos, a primeira sobrinha-neta. Não conseguiu ver, porém, eles se tornarem professora titular, juíza, cidadãos e cidadãs conscientes... sob sua inspiração. Mas com certeza é capaz de sentir a imensa saudade que deixou e, tomara, de ter vibrado com o tricampeonato da Libertadores em 2022”.

Beatriz Stella Martins Krohling: facilitadora de alegrias e oportunidades

Karina Firme Marques Veiga

Beatriz! Para os mais próximos, “Bia”, como carinhosamente era chamada por muitos de nós, que a admirávamos como pessoa, como profissional e como intelectual, reconhecida por sua trajetória acadêmica. Entre os significados encontrados para seu nome, um deles é “aquela que traz felicidade”. Nome próprio que traz à existência a alegria na sua essência e carrega em si a felicidade como marca. Também oriundo da palavra *beatus*, do latim, seu nome está associado ao cristianismo e a outro belo significado: “abençoada”. E assim foi a nossa querida Bia.

Migrante do estado de São Paulo, chegou a terras capixabas trazendo consigo “na bagagem” compromisso, dedicação e cuidado com o outro. Com ações sempre focadas nas pessoas e nas comunidades onde atuou, buscou levar reflexões e atitudes que cumprissem com um dos significados do seu nome, realizando projetos e buscando acessos que corroborassem para as várias “felicidades” almejadas pelos sujeitos dos territórios.

Em 1975, ainda em São Paulo, concluiu sua graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (SP). Mais tarde, de 1998 a 2008, sempre se dedicando ao aprimoramento intelectual, fez seis especializações. Fez seu mestrado em Serviço Social (conceito Capes 7), pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo como tema de sua dissertação: *Aproximações*

a uma aplicação metodológica da investigação-ação: um estudo da experiência participativa no bairro Coqueiral, em Aracruz (ES) – sob a orientação da professora Maria Lúcia Carvalho da Silva. Sobre esse trabalho, produziu uma análise acerca da aplicação metodológica da investigação-ação pelo assistente social:

como modalidade alternativa de pesquisa que incorpora a ação dos sujeitos envolvidos (pesquisador, indivíduos, grupos e população) e sua participação crítica no ato de conhecer e transformar sua realidade, através de uma prática social coletiva, comprometida com seus interesses e necessidades (KROHLING, 1985, p. 6).

Em 1977, chegou ao Espírito Santo acompanhando seu esposo, Aloísio Krohling, que assumia naquele ano o cargo de professor efetivo da Ufes. Dois anos depois, em 1979, Beatriz também realizou concurso público e tornou-se professora do curso de Serviço Social na mesma universidade. Na época, residiam no município de Vila Velha, onde viveram e foram criados seus dois filhos, Luciana Martins Krohling e Renato Martins Krohling, ambos médicos hoje. Família de estudiosos, a começar pelo casal, que teve na Universidade Federal do Espírito Santo seu lugar de reflexões, elaborações e contribuições diversas.

A formação de Beatriz transitou por estudos cuja amplitude evidenciam a sua multiforme capacidade de refletir sobre várias áreas do conhecimento. Aqui, fazemos menção de suas especializações: Métodos e análise da pesquisa sociológica (PUC-SP, 1991); Fundamentos filosóficos e métodos nas Ciências Sociais (PUC-SP, 1992); Método em Marx (PUC-SP, 1992); Ciências da educação (Havana/Cuba, 1998-1999); Administração e planejamento de projetos sociais (Universidade Gama Filho-RJ, 2005-2006); e, por fim, Atendimento integral à família (Universidade Veiga de Almeida-RJ, 2007-2008)¹⁹⁷.

Sua contribuição foi tão ampla que, mesmo depois de se aposentar na Universidade Federal do Espírito Santo, em 1998, deu continuidade aos estudos e à execução de ações diversas focadas na formação universitária.

¹⁹⁷ Informações extraídas do Currículo Lattes da professora Beatriz Krohling (última atualização em 02/08/2012. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3935326119571896/>. Acesso em: 10 mar. 2023).

A reflexão sempre foi marca da carreira acadêmica da professora Beatriz. Na busca incessante pelo conhecimento, procurou desvelar o real a partir do reconhecimento de que, por trás da “aparência”, existia uma “essência”. E que o concreto real, pautado em categorias marxistas, num processo de permanente desconstrução e de novas formulações, foi fornecendo subsídios para a compreensão e a intervenção no coletivo social (KOSIK, 1976).

Prova de seu comprometimento social com a mudança foi sua inserção em diversos projetos de extensão cujas linhas giravam em torno da abordagem comunitária, como o trabalho de “Assessoria e formação comunitária” (extensão universitária/Ufes – 1985-1990 e 1997-1998). Também no campo da extensão universitária, Beatriz esteve envolvida com o tema “Geoprocessamento em saúde”, nos anos 2010 e 2011, respectivamente pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Universidade Federal de Goiás.

Desse modo, sua contribuição foi ampla, vindo a aposentar-se na Universidade Federal do Espírito Santo no ano de 1998, mas dando continuidade aos estudos e à execução de ações diversas focadas na formação universitária.

Logo no início de sua carreira como professora, passou pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (1977-1979), onde havia feito sua graduação. Em 1979, ingressou na Ufes. Concomitantemente, e também após aposentar-se, esteve em outras instituições de ensino superior, tais como: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz (Facha), em Aracruz (ES); Faculdade Novo Milênio, Univila e Universidade de Vila Velha (UVV) – todas no município de Vila Velha (ES). E foi na UVV que Beatriz destacou-se por sua atuação na constituição de uma formação acadêmica direcionada à medicina comunitária, até sua partida precoce, em 2015.

Mulher forte, convicta de seus ideais, também firme na fala e nos valores que balizavam sua conduta pessoal e profissional. Estava sempre ocupada, buscando equilibrar as múltiplas demandas pessoais e familiares, como ser mãe de dois filhos e esposa. Aliadas a isso, estavam a busca pelo aprimoramento intelectual e as pesquisas, que nasciam das práticas sociais e do seu envolvimento com o trabalho comunitário.

Tal sensibilidade quanto à causa do outro também marcou sua trajetória profissional antes mesmo de vir residir no Espírito Santo. Ainda em São Paulo, atuou como diretora e administradora da Unidade Educacional Maria Auxiliadora, então Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), entre 1977 e 1978, tendo sido este um dos seus grandes desafios, quando já militava pela causa infantojuvenil, num tempo

em que o Código de Menores pautava o trabalho nessa área – somente em 1990 houve avanços significativos, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seu doutoramento em Serviço Social pela PUC-SP (conceito Capes 7) foi concluído em 1997. Sua tese, intitulada “Conselho Comunitário de Vila Velha (ES): um sujeito coletivo político em movimento”, também teve a orientação da professora Maria Lúcia Carvalho da Silva. Segundo relato de Aloísio Krohling, professor doutor aposentado da Ufes e viúvo de Beatriz, essa tese:

“destacou a expansão das organizações comunitárias e como, no final da década de 70, foi criado o Conselho Comunitário de Vila Velha, entidade que congregou quase todos os bairros. Tal experiência se destacou no estado do Espírito Santo e em outros estados brasileiros, tendo ganhado projeção nacional”¹⁹⁸.

Beatriz publicou artigos alinhados a cidadania, movimentos sociais e direitos humanos, com destaque para “Ética rizomática e os direitos fundamentais” (2012), na *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, e “Cidadania e movimentos sociais” (1993), publicado nos anais da Semana de Serviço Social, da Escola de Serviço Social na França.

Embora de aparência séria em boa parte do tempo, para aqueles que tiveram o privilégio da convivência pessoal e profissional, o acolhimento e o sorriso aberto de Beatriz foram marcas de sua relação sincera e fiel com quem estava com ela na caminhada. Pessoa simples, embora de grande gabarito intelectual, sempre pronta a dividir o conhecimento que possuía em abundância. Enxergava, no outro, potenciais e estimulava novos professores e alunos a prosseguirem.

Tive o privilégio de atuar profissionalmente com Beatriz dos anos 2003 a 2008 e lembro-me, vividamente, do seu linguajar culto e esmerado, que me traz lembranças de uma convivência amigável, alegre e disponível. Na jornada cotidiana, dividia preocupações e conquistas com os companheiros. Tinha no coletivo a força das suas ações. Professores que estiveram com ela nas diversas faculdades supramencionadas relatam o quão gratificante e enriquecedora foi a experiência de tê-la ao lado.

198 Depoimento dado à autora do presente artigo em 16 de março de 2023.

Entre os diversos depoimentos de ex-alunos e, mais tarde, também colegas de trabalho de Beatriz Krohling nos tempos de Ufes, a assistente social Sandra Soldatelli¹⁹⁹ afirmou:

“Bia acreditou na minha potência como profissional ao me convidar para fazer parte da equipe de professores. Eu, sem experiência no ofício, recebi com alegria e certo medo o desafio. Nesse desafio, pude conviver com mais proximidade e usufruir de sua sabedoria, generosidade, paciência, solidariedade e humanidade. Foi um período de muita aprendizagem, trocas, amizade, recheado do afeto que ela imprimiu na sua condução com o grupo de professores. Gratidão eterna a nossa sempre amada professora. Bia, presente!”

Elizabeth Fernandes²⁰⁰, assistente social que também conviveu com Beatriz, relembra:

“Beatriz foi minha professora nas disciplinas Teoria do Serviço Social e Movimentos Sociais, além de supervisora de estágio durante dois semestres (1990), voltado para o desenvolvimento comunitário nas comunidades dos bairros Ataíde e Soteco, em Vila Velha (ES). Suas orientações, sempre de fácil entendimento, permitiram acesso ao estágio de forma clara, objetiva, mas com foco na reflexão crítica”.

Grande foi a influência da professora Beatriz na formação e nas escolhas profissionais de Elizabeth, tanto que esta realizou cursos de especialização na área e, anos depois (em 2004), ministrou a disciplina Desenvolvimento de Comunidade

199 Assistente social, ex-aluna da professora Beatriz na Ufes (1986-1990) e também ex-colega de trabalho na Univila (2003-2007). Depoimento dado à autora do presente artigo em 14 de março de 2023.

200 Assistente social, ex-aluna da professora Beatriz na Ufes (1987-1991) e também ex-colega de trabalho na Univila (2005). A relação de Elizabeth com Beatriz, além de profissional, também era pessoal. Ela trabalhou com o professor Aloísio Krohling – com quem mantém estreito relacionamento até os dias atuais – no governo do estado do Espírito Santo (1995-1997). À época, ele ocupava o cargo de Subsecretário de Estado de Educação, enquanto Elizabeth coordenava o Serviço de Assistência Social do Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (Caic) do bairro Terra Vermelha, em Vila Velha (ES).

e Participação em Instituição de Ensino Superior, quando Beatriz respondia pela coordenação do curso.

Enfim, longa seria a lista de predicados e referências feitas por colegas de trabalho, ex-alunos, familiares e amigos quanto à nossa querida Bia, mas em todas elas poderíamos validar o significado nobre do seu nome, pois atuou com compromisso inegável nos espaços por onde passou, levando a alegria de viver na bagagem e espalhando esperança para muitos que estavam em busca de uma sociedade mais justa, participativa e democrática.

Referências

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KROHLING, Beatriz Stella Martins. **Aproximações a uma aplicação metodológica da investigação-ação**: um estudo da experiência participativa no bairro Coqueiral em Aracruz-ES. 1985. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

KROHLING, Beatriz Stella Martins. **Conselho comunitário de Vila Velha (ES)**: um sujeito coletivo político em movimento. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

Tributo à amizade: uma homenagem a Diógena Malacarne

Marlene Monteiro André

Prestar homenagem a Diógena Malacarne, minha amiga, é tentar revisitar a minha inserção como assistente social na Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem), nos idos da década de 1970, em Vitória (ES). Contudo o percurso vivido – e que ainda percorro – foi-me bastante profícuo na construção de relacionamentos e vivências que me fizeram forte na luta pela vida.

Nessa nova realidade de vida e trabalho, diferente da minha origem mineira, o meu idealismo juvenil foi carregado de inquietações e desejos norteados para solucionar as situações adversas enfrentadas no cotidiano profissional.

Desse modo, percebi que só a criatividade subsidiada pela correlação teoria e prática não era suficiente para a superação dos obstáculos e desafios enfrentados no cotidiano do meu exercício profissional. Este só se tornaria eficaz à medida que me propusesse a conhecer e desvelar o modo como as experiências dos profissionais de Serviço Social eram realizadas nas instituições públicas e privadas na realidade capixaba.

Assim é que, entre as várias instituições existentes, conheci a assistente social Diógena Malacarne, na Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis), cujo objeto de ação consistia no Programa de Assistência Social, dirigido pela então primeira-dama do estado, Sra. Maria Clementina Veloso Santos.

No âmbito desse contexto institucional, para além da explicitação das ações assistenciais desenvolvidas por Diógena na Ucis, o nosso relacionamento teve como ênfase inicial a compreensão de que a nossa atitude em relação à vida cotidiana e profissional dependia da superação das nossas limitações pessoais e do autoconhecimento, na busca incessante da coerência entre pensar e agir sempre.

Posteriormente, descobrimo-nos como vizinhas e iniciamos uma convivência mais próxima, partilhada no seu âmbito familiar. Nesse universo, pude perceber o seu amor fraterno e respeitoso com seus irmãos, cunhada, sobrinhos e amigos, que passaram a fazer parte do meu relacionamento cotidiano. Essa amizade construída foi ampliada para os meus familiares – pai e mãe, já falecidos, e meus irmãos.

Cabe evidenciar que com o passar do tempo a nossa bem-querência mútua foi compartilhada como colegas e companheiras de trabalho na Fesbem e no Departamento de Serviço Social, em cujos espaços Diógena, com sua sabedoria, sempre me orientou não só nas questões profissionais, mas sobretudo nas que envolviam as minhas dúvidas e anseios cotidianos, por considerar-me uma irmã mais nova, em virtude da diferença da idade.

Diógena sempre teve atitude benevolente, capaz de dar o melhor de si para o bem-estar de seus semelhantes, não como fardo, mas com desprendimento, a partir das relações com seus familiares, estendendo aos amigos e colegas de trabalho.

Na convivência, consegui fazer um amplo uso dos meus ouvidos para refletir sobre seus conselhos, suas orientações e até, por que não dizer, suas repreensões (brincas) em determinadas situações. A julgar pela enorme ênfase na responsabilidade de uma prática profissional pautada na ética, foi-me possível adquirir um aprendizado que jamais foi finalizado, ao transmitir-me o valor real da amizade cultivada no cotidiano.

Enfim, ao escrever este “Tributo à amizade” para Diógena, resgato em minh’alma a ideia de que, quando as raízes da amizade são fortes o suficiente, esta transcende o tempo, a visão político-ideológica e a religiosidade, pois é permeada de afetos, respeito, confiança, lealdade, sorriso, abraços, presença, coração... é reconhecida e, acima de tudo, abençoada por Deus.

Elizete Cardozo: personagem central na criação do curso de Serviço Social da Ufes

Ana Maria Petronetto Serpa

Elizete foi personagem fundamental na criação do curso de Serviço Social da Ufes, em 1970, por sua visão de futuro e capacidade de diálogo e articulação, além de competência técnica. Mas, também, importante na sua implementação, quando assumiu a coordenação do curso e adotou as medidas necessárias ao seu funcionamento nos primeiros anos, até se afastar para cursar mestrado na PUC-RJ, de 1975 a 1977. Na volta do mestrado, assumiu a chefia do Departamento de Serviço Social, buscando o aperfeiçoamento contínuo da formação profissional por meio da construção coletiva. A categoria “projeto ético-político” do Serviço Social ainda não havia sido formulada, mas valores e princípios que o constituem já estavam lá. Estudiosa, contou-nos que era assídua frequentadora da biblioteca da antiga Escola de Serviço Social, tendo lido todos os livros do seu acervo bibliográfico, a ponto de D. Geny Grijó, primeira assistente social do estado e também professora da Escola, recomendar-lhe que precisava “viver” também!

Nasceu em Itapemirim, no sul do estado, mas ainda muito cedo se mudou para Vitória. Estudou no Colégio Sacré-Coeur de Marie e, depois, no Colégio Americano, onde concluiu o curso normal. Depois de formada, foi trabalhar como professora primária em Linhares (por um ano e meio) e, posteriormente, em Marechal Floriano (por apenas três meses). Após esse período, veio transferida para a Divisão

de Ensino Primário da Secretaria Estadual de Educação, em Vitória. Naquela época, década de 1960, em busca de um curso mais compatível com a sua vocação, pensou em fazer Orientação Educacional, mas na capital não havia essa especialidade.

Por meio da amiga, e depois também assistente social, Licea de Almeida Louro, conheceu o curso de Serviço Social, gostou da proposta e nele ingressou em 1964. Formou-se em 1967, após concluir seu Trabalho de Conclusão de Curso. Por volta de 1966-1967, ainda ocupando o cargo de professora, foi transferida da Divisão de Ensino Primário para a escola normal, situada atrás do Palácio Anchieta, onde já atuava a assistente social Regina Murad. Ali fez um trabalho social com estudantes.

Enquanto aluna do curso de Serviço Social, participou de diversos eventos da área. Entre eles, foi ao Congresso Internacional de Serviço Social, em Buenos Aires, na Argentina. Na volta de lá, visitou Porto Alegre (RS), onde conheceu as experiências do Desenvolvimento de Comunidade (DC), das quais faziam parte os Seminários de Desenvolvimento de Comunidade, bastante usados em todo o estado do Rio Grande do Sul. Trouxe para Vitória o material escrito, sobre a temática, por Maria Lucia Carvalho da Silva – assistente social e professora que estudou experiências de DC feitas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), além de experiências internacionais –, que foi amplamente estudado tanto no curso de Serviço Social da antiga Escola como nas primeiras turmas da Ufes.

Esse material foi usado como referência teórica na experiência de estágio na região da Grande Maruípe, que tinha grupos organizados de moradores nos treze bairros existentes à época, agrupados no chamado Movimento Comunitário da Grande Maruípe (MCGM), uma instância coordenadora mais ampla, onde Elizete fazia seu estágio curricular.

No âmbito dos bairros, atuavam estagiárias de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Vitória, cujo setor de serviço social era coordenado pela assistente social Marilza Ferreira. Desde sempre, Elizete foi uma apaixonada pelo processo de Desenvolvimento de Comunidade, que tinha como base a construção coletiva, a participação popular e a constituição de atores locais que dialogavam com o poder público – embora o DC tivesse assumido naquele momento uma perspectiva desenvolvimentista-modernizante, com possibilidades limitadas de autonomia das representações locais, em função do regime militar-autoritário.

Enquanto estudante/estagiária, Elizete participou desse processo, desde as mobilizações e reuniões dos representantes de base, com estudo dos problemas de cada um dos treze bairros, em várias dimensões (infraestrutura urbana, educação, cultura etc.), até na organização e na realização do Seminário de Desenvolvimento de Comunidade da Grande Maruípe, em que as lideranças apresentaram suas reivindicações de adoção de providências pelo poder público municipal.

Como dito anteriormente, o Movimento Comunitário da Grande Maruípe congregava os representantes dos treze bairros da região. Mais tarde, esse arranjo ficou conhecido como federação ou conselho²⁰¹. O processo de urbanização da região de Maruípe precisa ser contado, buscando-se resgatar como se formaram seus bairros, como se constituíram os grupos de representantes locais, o que reivindicavam, como era sua relação com as autoridades municipais e estaduais. Sabe-se que nos primeiros anos da década de 1970 havia um processo organizado de ocupação do morro de São Benedito, e as lideranças que estavam à frente disso frequentavam gabinetes governamentais. A regulação da ocupação do solo era inexistente ou incipiente, e os municípios, incluindo a capital, tinham pouca governabilidade sobre essa dimensão do espaço urbano, pouco poder normativo e de fiscalização; além disso, os governantes faziam “vistas grossas” para esses processos de ocupação desordenada do solo urbano.

O TCC de Elizete Cardozo, feito em dupla com Maria Helena Rauta Ramos, e apresentado em 1967, é um documento que relata tudo sobre o Seminário de Desenvolvimento de Comunidade da Grande Maruípe, desde o processo preparatório do evento. Tudo está bem documentado, sendo importante fonte de pesquisa para quem quer estudar a urbanização de Maruípe.

Elizete também foi assistente social da Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps), onde atuou assessorando vários projetos. Em função da implantação dos grandes complexos industriais e do acelerado movimento migratório para a Grande Vitória, foram criados Grupos de Trabalho (GT) em várias áreas, a fim de debater as políticas a serem implementadas para enfrentar os impactos desse processo. Na

201 Nos anos 1980, foram formados a Federação das Associações de Moradores da Serra (Fams), o Conselho Comunitário de Vila Velha (CCVV), o Conselho Popular de Vitória (CPV) – ainda atuantes, porém com menos força e visibilidade. Tiveram atuação muito importante nas experiências municipais de Orçamento Participativo.

Setraps, foram criados três GTs: Habitação, Mão de Obra e Serviços Sociais, de caráter interprofissional e interinstitucional – Elizete participou de todos eles.

Na área de Habitação, foram construídas moradias populares pela Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab), principalmente em Serra, Vila Velha, Vitória e Cariacica. Já o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (Inocoop-ES) construiu habitações para uma faixa de maior renda nas cidades de Vitória, Serra e Vila Velha. Essas construções tinham financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) e davam origem a bairros com maior infraestrutura urbana.

Na área de Mão de Obra (trabalho), ainda na década de 1970, foi criado e implementado o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), projeto federal que ofertava cursos de formação profissional, principalmente na área da construção civil, ministrados nos centros comunitários dos bairros. Vários bairros da Grande Vitória, principalmente os de Vila Velha, tinham “centros comunitários”, sedes dos Movimentos Comunitários que promoviam reuniões, encontros, cursos e outras atividades. Alguns desses centros foram construídos pelo projeto “Natal comunitário”, desenvolvido pela Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis), entidade presidida pela primeira-dama do estado²⁰² – como já dito anteriormente no presente livro –, que tinha papel mais indireto no jogo político estadual, um fenômeno que ficou conhecido no Serviço Social como “primeiro-damismo”.

Na área de Serviços Sociais, ela elaborou projeto de implantação do Centro de Ajustamento Social (CAS)²⁰³, que foi construído em São Sebastião²⁰⁴ – hoje, bairro Novo Horizonte – no município de Serra. Esse Centro destinava-se, inicialmente,

202 A Ucis era presidida pela primeira-dama estadual, com assessoramento técnico de assistentes sociais do estado. Em algum momento, transformou-se na Fundação de Assistência Social (FAS), hoje com pouca ação e visibilidade e não mais presidida pela primeira-dama.

203 O CAS era uma estrutura pública localizada em São Sebastião (hoje, Novo Horizonte), no município de Serra, destinada a acolher migrantes. Mas, de fato, tornou-se um centro de acolhimento de pessoas em situação de rua, que eram recolhidas compulsoriamente e permaneciam no Centro por alguns meses, até decidirem deixar o espaço, às vezes até fugirem. Eram em grande parte usuários de álcool e suportavam a segregação e a abstinência por um período de tempo. Quando estavam no limite da tolerância e do estresse, fugiam e voltavam para as ruas. Hoje, a construção não existe mais.

204 São Sebastião era uma área onde ficavam casas de prostituição, num tempo em que esse grupo era segregado, separado em um lugar específico, e sobre o qual pesavam preconceitos e estereótipos.

a receber migrantes, mas, com o tempo, tornou-se espaço para abrigar pessoas em situação de rua recolhidas compulsoriamente. Elizete também trabalhou no projeto de criação e regulamentação da Defesa Civil estadual, contribuindo para a sua instituição.

Elizete foi ainda assessora do Sistema Nacional de Emprego (Sine) estadual, cuja primeira coordenadora foi a professora Maria de Lourdes Frizzera, e atuou na Fundação Jones dos Santos Neves (hoje, Instituto Jones dos Santos Neves), quando foi feito o estudo financiado pelo Banco Mundial sobre os problemas das periferias da Grande Vitória.

Como profissional recém-formada, e após elaborar um estudo sobre a reestruturação do Sesi, a pedido do seu diretor regional, Elizete foi convidada para trabalhar nessa instituição como chefe da Divisão de Serviço Social, à qual estavam ligados os setores de Serviço Social, Jurídico e de Recreação e Esportes – o Sesi tinha ainda as divisões de Saúde e de Educação. Ali, ela elaborou uma minuta de diretrizes gerais para o Sesi regional (que serviu também para o Sesi nacional, pois ambos estavam se reestruturando) e fez um estudo de identificação das áreas com maior concentração de operários, para fins de definir a melhor localização para os Centros de Atividades (CATs) do Sesi, cuja implantação se deu tanto na Grande Vitória como nos municípios com indústrias emergentes ou em expansão²⁰⁵. É importante destacar o significativo aumento, nessa época, do quadro de assistentes sociais da instituição.

Além disso, Elizete também atuou junto com o então diretor regional do Sesi, Jones dos Santos Neves Filho, no sentido de implantar um novo curso de Serviço Social no estado, já que o antigo havia sido encerrado²⁰⁶, justo no momento em que era crescente a demanda por profissionais formados na área. Com o avançar dos entendimentos nesse sentido, formou-se uma comissão com representantes de grandes instituições sociais atuantes no Espírito Santo para estudar a viabilidade de implantação do curso na Ufes, o que acabou acontecendo em dezembro de 1970²⁰⁷. A professora

205 Atualmente, o Sesi mantém uma rede de CATs na Grande Vitória e em vários municípios do estado.

206 De acordo com o Anteprojeto da Ufes, datado de 1970 (presente nas referências desta obra), o último vestibular da antiga Escola de Serviço Social foi feito em 1967, e seu fechamento se deu em 1970. No início de 1966, o número de matrículas do curso foi de 76 alunas; concluíram o curso neste mesmo ano 14 alunas. Já no início de 1967, foram 83 alunas matriculadas; e concluíram o curso, neste mesmo ano, 18 alunas.

207 O processo de criação do curso de Serviço Social na Ufes está detalhado em artigo na Parte I deste livro.

Elizete atuou como assessora técnica e secretária dessa comissão. Acompanhou todo o processo e, a partir do início da implantação, passou a atuar como coordenadora do curso (era servidora da Secretaria de Educação colocada à disposição da universidade), que funcionou inicialmente no edifício Cemuni VI. No terceiro semestre da primeira turma do curso, em agosto de 1972, começou a ministrar a disciplina Teoria de Serviço Social. Tudo era muito novo e os espaços da Ufes também estavam sendo construídos. Tempos depois, o curso passou a funcionar no ED II, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, onde está até hoje.

Em 1975, Elizete ingressou no mestrado em Serviço Social na PUC-RJ. Sua dissertação, sobre o tema “Diagnóstico em serviço social de comunidade”, deu origem a um artigo publicado na revista *Serviço Social & Sociedade*, n. 4, de dezembro de 1980, da Cortez Editora, com o título “Diagnóstico em serviço social a nível de comunidade: perspectiva de ajustamento social e transformação social”.

Entre as tantas funções que ocupou ao longo de sua vida profissional, foi chefe do Departamento de Serviço Social, representante docente do CCJE no Conselho de Ensino e Pesquisa da Ufes, além de fazer parte da Câmara de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Atuou ativamente em Vitória, no bairro Tabuazeiro; e também no município de Serra, junto com a Associação de Moradores de Sossego, bairro de periferia – que, hoje, chama-se Central Carapina –, cuja ocupação foi tensa e conflituosa.

Participou também do seminário de extensão realizado na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, com o objetivo de avaliar e reestruturar o trabalho realizado no “*campus* avançado”, mantido pela Ufes naquela cidade, em parceria com o Projeto Rondon, no qual estudantes passavam um mês vivenciando uma experiência de extensão universitária e interagindo com a sociedade local.

Trouxe à Ufes o “trabajador social” argentino Juan Barreix, do Grupo Ecro²⁰⁸, que teve que deixar a Argentina sob ameaças do regime militar instaurado no país pelo golpe de março de 1976. Visando obter recursos para que Barreix viajasse para o México – onde, mais tarde, ele ficou exilado –, foram vendidas publicações do Editorial Ecro. Com esse objetivo, visitou também com ele várias universidades do Rio de Janeiro, já que, na época, cursava mestrado na PUC-RJ e residia na cidade.

208 O Esquema Conceitual, Referencial e Operativo (Ecro) era um grupo argentino que discutia e publicava obras do Serviço Social reconceituado numa perspectiva crítica.

Elizete estava sempre próxima de Maria Helena Rauta Ramos. Tão forte era a amizade que as unia que, após a morte de Sergio Dória, querido companheiro de Elizete, ela transferiu-se para o curso de Serviço Social da UFRJ, onde Maria Helena era professora. Lá, Elizete deu aulas, orientou estágio, TCC, coordenou grupos de pesquisa com participação de bolsistas do CNPq, de iniciação e de aperfeiçoamento científico, participou de instâncias de gestão – inclusive como diretora adjunta da graduação em Serviço Social, na gestão da professora Maria Inês de Souza Bravo –, de extensão universitária, do movimento docente, de movimentos de democratização da UFRJ, entre outras atividades.

Após aposentar-se, voltou para Vitória, onde participou de encontros de planejamento estratégico de instituições sociais na Grande Vitória, via Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces). A partir de 2004, passou a atuar no recém-criado curso de Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), implantado no ano anterior. Ministrou aulas, orientou estágios e coordenou o estágio curricular do curso. Depois de cinquenta anos, voltou à região da Grande Maruípe, no bairro de São Benedito, para implementar e acompanhar um projeto de extensão-estágio do curso de Serviço Social da Emescam. Coordenou e acompanhou cerca de vinte estudantes em atividades educativas com crianças e adolescentes do bairro, numa articulação com instituições e ONGs locais. Hoje, a situação na região é outra, bem diferente da década de 1960. Outros são os atores e as forças sociais locais que constroem a dinâmica daqueles territórios.

Elizete teve papel decisivo na implantação do curso de Serviço Social na Ufes. E o serviço social se beneficiou enormemente com a convivência e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento. Agradecemos o seu trabalho e sua dedicação ao curso e ao serviço social no estado e, por que não dizer, no país.



Elizete Cardozo: figura amada

Alacir Ramos Silva

Eita, figura amada!

Sabe, quando eu aceitei fazer este texto homenageando-a, não tinha noção de quanto difícil seria. Sabe por que, Elizete?

Eu a conheço desde que era menina. E você, colega de curso de Serviço Social de Maria Helena Rauta Ramos, minha tia, e preferida de minha avó, Paulina Rauta Ramos, que sempre guardava a comidinha, porque as “meninas estudiosas” iriam chegar com fome, após passarem o dia de sábado na biblioteca da antiga Escola, escrevendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Pois é, não dá para abandonar as memórias afetivas. Acredito que fiz Serviço Social, profissão que escolhi e na qual tenho muita honra de hoje, aos 69 anos, ainda estar na ativa, por influência das discussões que ouvia vocês fazerem e pelos pequenos favores que me pediam.

Bom, vocês terminaram o TCC, colaram grau e a seguir, por motivos descritos em algum texto deste livro, vocês, agora profissionais, pegaram para si a responsabilidade de trazer o curso para a Universidade Federal do Espírito Santo.

Tarefa nada fácil! Eram tempos políticos muito pesados, com o governo militar e a ditadura instaurados. Quem pensou que esse panorama as assustaria enganou-se. Vocês foram em frente.

Buscaram e encontraram parceiros que devagar foram abrindo os caminhos. Os primeiros deles foram Cesar Daher Carneiro, seu irmão, que era empresário e tinha acesso à Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes); e o

capitão-médico Nathanael Rauta Ramos, irmão de Maria Helena, que participava de uma ação comunitária em Porto de Santana, se não me falha a memória, denominada Ação Cívico Social (Aciso).

Com esses dois apoios, Elizete e Maria Helena chegaram a Jones dos Santos Neves, presidente da Findes, que, imediatamente, sensibilizou-se com a incorporação da Escola de Serviço Social à Ufes, dentro do projeto de expansão universitária, e compôs uma comissão, formada por diversos segmentos institucionais envolvidos com a questão social, entre estes a Legião Brasileira de Assistência.

Essa comissão deu início ao estudo da realidade social que comprovaria a necessidade de continuidade da formação de assistentes sociais para um estado no qual se desenhava um novo momento de desenvolvimento, com o avanço tecnológico provocado pela instalação de indústrias químicas, paraquímicas e serviços que estavam sendo implantados no estado no início dos anos 1970.

Elizete Cardozo, com sua aparência frágil e tímida, foi uma das “peças-chave” para a articulação dos componentes dessa comissão e, juntamente com Maria Helena, para a elaboração do currículo do curso de Serviço Social, dessa vez da Universidade Federal do Espírito Santo.

No jogo de forças reinante na época, surgiu um novo embate: onde instalar o novo curso? Novamente, com apoio externo, o Departamento de Direito Privado aceitou o desafio, passando a ser denominado Departamento de Direito Privado e Serviço Social. Assim, surgiu o curso e foi aberto o vestibular para a primeira turma, da qual foram alunas Ana Maria Petronetto Serpa e Gláucia Xavier, que, mais tarde, se tornaram professoras do curso.

Nesse momento de implantação, Elizete foi a primeira coordenadora do curso, realizando um trabalho voluntário, pois fazia parte do acordo que a universidade não teria ônus financeiro, já que não havia previsão orçamentária para um novo curso naquele ano. Mas, para ela, o importante era formar profissionais com visão política ampliada e tornar o curso conhecido no Brasil. Para tal, Maria Helena foi fazer mestrado na PUC-RJ, voltando todos os finais de semanas para ministrar aulas, também de forma voluntária.

O tempo foi passando, o curso crescendo e Elizete sempre à frente de seu tempo, com o apoio do quadro de professores, que, aos poucos, foi sendo formado, conquistando espaços tanto físicos quanto políticos na estrutura da universidade.

O curso de Serviço Social desmembrou-se do Departamento de Direito Privado, tornando-se então Departamento de Serviço Social, com direito a assento no Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Com a ida da professora Maria Helena para a UFRJ, Elizete assumiu, novamente, a chefia do Departamento, que, em seu período de gestão, sediou a Convenção da Abess – hoje, Abepss – e estimulou a participação dos corpos docente e discente em suas entidades representativas. Foi também representante do CCJE no Conselho de Ensino e Pesquisa da Ufes, em tempos políticos que se abriam à participação.

Como tudo na vida tem início, meio e fim, Elizete também se transferiu para a UFRJ e, tal como Maria Helena, lá escreveu seu nome na história daquela escola e instituição de ensino.

Vale destacar que as duas meninas revestidas da “arrogância juvenil”, corajosas, que enfrentaram um regime político nada propício, trouxeram para a universidade pública um curso de Serviço Social entre os mais respeitados do Brasil. Tornaram-se profissionais brilhantes, parceiras e amigas, com um sentimento de sororidade que permanece até os dias de hoje.



Eugênia Célia Raizer e sua capacidade de tecer articulações “com fio de ouro”

Ana Maria Petronetto Serpa

Eugênia entrou em nossas vidas por volta de agosto de 1973, quando foi admitida como professora do curso de Serviço Social da Ufes. Foi minha supervisora de estágio – feito em Baía Nova, área rural de Guarapari, com a Associação Comunitária local – na disciplina Serviço Social Aplicado IV, no primeiro semestre de 1975. Desde então, tem liderado movimentos que abrem novos caminhos para o serviço social. Tem nossa amizade e reconhecimento por nos desafiar, acreditar na nossa capacidade, elevar a nossa autoestima e fortalecer articulações que fizeram avançar, num sentido civilizatório, tanto a sociedade como a universidade e o serviço social. Uma grande companheira! Tecer alianças “com fio de ouro” era uma expressão muito usada por ela.

Compreendi melhor a alegria de Eugênia, seu otimismo e seu gosto pela cultura e pela participação popular quando conversei com D. Fernandina, sua mãe, que me relatou ter experimentado imensa felicidade ao acompanhar, certa vez, uma banda de congo pelas ruas de Acioli (distrito de Colatina), numa festa em homenagem a ela²⁰⁹ pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

209 D. Fernandina foi professora em Acioli durante anos e grande animadora da comunidade, organizando festas, desfiles, comemorações comunitárias. Ali, casou-se com Eugênio Raizer e teve um filho e quatro filhas, sendo Eugênia a última delas.

Aos 10 anos de idade, Eugênia mudou-se para Vitória com a família. Quando adolescente, participou do grupo de jovens “Por um mundo melhor”, da paróquia São Pedro, da Praia do Suá, onde Roberta Giovanotti era estagiária de Serviço Social e orientadora do grupo. Também acompanhou a irmã e o cunhado²¹⁰, ambos da Juventude Universitária Católica (JUC), no trabalho social no bairro Ilha do Príncipe, coordenado pela assistente social Floresta de Maria Soeiro.

Assim, as assistentes sociais Floresta e Roberta foram inspiração para que Eugênia optasse por fazer, entre 1965 e 1969, o curso na Escola de Serviço Social de Vitória. Em seu TCC, tratou do tema relacionado ao trabalho comunitário na região de Maruípe, revelando o interesse pela ação coletiva. Durante toda a graduação, foi do Diretório Acadêmico do curso, em diversas funções. Depois de formada, trabalhou na Cáritas Arquidiocesana de Vitória, no Serviço Social da Indústria (Sesi), no Hospital Santa Rita de Cássia e, finalmente, na Ufes.

Eugênia iniciou sua trajetória como professora do curso de Serviço Social da Ufes ministrando as disciplinas Teoria de Serviço Social e Serviço Social de Grupo, supervisionando a disciplina Serviço Social Aplicado (que era um estágio curricular) e acompanhando a atuação de estudantes em bairros de Vila Velha, pelo Projeto Rondon, e em municípios do interior – Pancas, Guaçuí e Guarapari. Supervisionou também estágios nas áreas de Educação e Saúde, Medicina Preventiva; no final da década de 1980, passou a supervisionar estágio com portadoras(es) de HIV, que era realizado no Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (Hinsg), na Prefeitura Municipal de Vitória e na Santa Casa de Misericórdia.

Fez mestrado em Serviço Social na PUC-RJ entre 1974 e 1976, tendo apresentado, em 1978, a dissertação *Processo de ação comunitária: objeto do serviço social a nível de comunidade – um estudo exploratório em Vila Velha (ES)*.

Ainda na década de 1970, entrou no movimento docente da Ufes, participando da mobilização inicial para a criação da Associação de Docentes da Ufes (Adufes), que ocorreu em 1978, tendo sido Eugênia, mais tarde, a primeira mulher eleita presidente

210 Sua irmã, Ângela Raizer Borges, e seu cunhado, Odilon Borges, participavam da JUC e faziam um trabalho social na Ilha do Príncipe, em Vitória, sob a coordenação da professora Floresta de Maria Soeiro, que era muito ligada ao arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque.

da entidade. Participou também da formação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) – atualmente, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – e dos movimentos reivindicatórios locais e nacionais das(os) professoras(es) universitárias(os). Esse envolvimento revelou a capacidade de articulação da professora para estabelecer diálogos e construir consensos que fortalecessem os processos coletivos. Desenvolveu a capacidade de analisar as conjunturas do país, os movimentos políticos dos diferentes atores em cena, sempre compartilhando suas análises com o conjunto de professoras(es) do Departamento de Serviço Social. Candidatou-se à reitoria da Ufes na década de 1980.

Também esteve nos movimentos de superação da perspectiva conservadora do Serviço Social, atuando na Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, na formação de associações profissionais e de sindicatos de assistentes sociais. Presidiu a Abess no período 1985-1987, dando grande dinamismo à entidade, que era vista como um ente “paquidérmico”, lento e pesado, dada a extensão territorial do país, a comunicação lenta entre diretoria, regionais e unidades de ensino – especialmente pela ausência da internet e dos meios virtuais de comunicação hoje existentes. E fez isso reunindo em torno da entidade assessoras(es), pesquisadoras(es), direções regionais, docentes e estudantes das unidades de ensino do país que compartilhavam esse mesmo ideal.

Por dois mandatos (1987-1989 e 1990-1992), dirigiu o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss) – órgão acadêmico da Abess criado na convenção de Fortaleza (CE), em 1987 –, dando início a uma nova e abrangente frente de trabalho, com novos e desafiantes compromissos e agendas.

Inaugurou a atuação do serviço social com portadores de HIV ao participar de um seminário latino-americano²¹¹, que tratou do tema, e trazer para o Espírito Santo e para o país o debate sobre essa demanda que se colocava para a sociedade brasileira e exigia novos conhecimentos do serviço social e novas capacidades das(os) assistentes

211 Em 1989, a convite da Alaets, participou de uma oficina sobre o tema da Aids, em Lima, no Peru, antecedendo o Congresso Internacional das Escolas de Serviço Social, promovido pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, em parceria com a Alaets. De volta ao Espírito Santo, buscou conhecer as ações desenvolvidas pelo governo e por ONGs e, num contato com o serviço social do Sesi, soube do funcionamento do Grupo pela Vidua.

sociais. Eugênia participou também do Grupo pela Vidda (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), em que tanto se apropriou do conhecimento proporcionado por sujeitos portadores de HIV, seus familiares e pesquisadores, como contribuiu com a experiência acumulada pelo serviço social nos processos de defesa dos direitos humanos desse grupo.

Em meio à vida militante e atribulada, mas cheia de alegrias e realizações, casou-se com Sebastião Augusto Moreira e tornou-se mãe de Felipe Raizer Moreira, hoje um artista (e filho de todas nós!).

Por volta de 1990, Eugênia foi cursar doutorado em Serviço Social na PUC-SP, tendo a questão do HIV como tema de sua tese, apresentada sob o título “O estatal, o público e o privado e suas expressões na epidemia da Aids”, orientada pelo professor Emir Simão Sader. Fez ainda estágio no Centro de Documentação Studi (Centro de Estudos e Educação em Prevenção da Aids), em Barcelona, na Espanha, cujo foco era a prevenção da Aids entre os jovens.

Ao voltar de seu doutorado, fortaleceu os núcleos já existentes no Departamento de Serviço Social da Ufes, Neca e Nepemge, realizando campanhas, oficinas e debates sobre HIV com adolescentes, jovens e mulheres, realizando capacitação de professoras(es) das redes públicas para o trabalho na prevenção do HIV, além de continuar militando no Grupo pela Vidda.

Quando na Pró-Reitoria de Extensão, Eugênia enfrentou o desafio de organizar cursos de extensão universitária no âmbito do programa Pró-Paz²¹², em convênio Ufes-governo do estado, visando renovar a visão de policiais civis e militares, desconstruir barreiras no trabalho integrado entre as polícias e adotar uma perspectiva cidadã e de respeito aos direitos humanos na ação policial cotidiana.

Também participou do Fórum Reage ES, um movimento de forte reação da sociedade civil capixaba à penetração do crime organizado nas estruturas do Estado. Em meio a esses movimentos e debates, liderou o processo de criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi), que promove estudos e pesquisas na área, participa do debate público e

212 Programa implementado pelo então governador do estado, José Ignácio Ferreira (1999-2002), como um conjunto de ações na área de segurança pública, tendo a Polícia Interativa como uma das ações estruturantes do programa.

de articulações, além de estar vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes, de cuja criação ela também participou e foi parte de seu corpo docente.

Embora tenha se aposentado, Eugênia continua contribuindo com pesquisadores e estudantes com sua vasta experiência e conhecimento. Pode-se dizer que sua vida profissional e a trajetória do curso de Serviço Social se entrelaçaram, assim como se entrelaçaram e se fortaleceram mutuamente nossas vidas profissionais. Obrigada, professora, por sua presença solidária e competente nessa caminhada.



Floresta de Maria Soeiro Viza: compromisso com o resgate da história do Serviço Social no Espírito Santo

Ana Maria Petronetto Serpa

Floresta, como a conhecemos, era uma mulher de gestos discretos, sensível, solidária, silenciosa, de pouca conversa e andar apressado, que poderia revelar uma mente fervilhante de ideias, projetos, compromissos e desafios que ela mesma se colocava. Parecia ter um senso de urgência! Gostava de resgatar memórias, escrever e homenagear pessoas que fizeram história no serviço social e trabalharam para garantir proteção social aos mais fracos. Pertenceu à Congregação das Filhas do Coração de Maria, da qual se desligou para viver mais de perto os dramas humanos e sociais do povo pobre.

Criou o Centro de Serviço Social e Relações Humanas Kurt Lewin, uma vez que ela era professora de Serviço Social de Grupo no curso e Kurt Lewin havia sido um pesquisador alemão/norte-americano de processos e dinâmicas grupais, sendo referência de estudo no curso de Serviço Social.

Veio para o Espírito Santo em 1961. Teve uma trajetória intensa de trabalho como assistente social e professora. Fez graduação em Economia Doméstica, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduou-se também em Serviço Social na PUC-RJ. Ali, nessa mesma instituição, fez ainda o mestrado em Serviço

Social, concluído com a dissertação *Reflexões sobre a evolução do serviço social no Espírito Santo (1950-1957)*, datada de julho de 1981. Cursou também Direito em Colatina e em Cachoeiro de Itapemirim, e História na Ufes.

Como assistente social, trabalhou no Sesc entre 1961 e 1963 e, mais tarde, entre 1970 e 1979. No intervalo entre esses períodos, isto é, de 1963 a 1970, foi diretora da Seção de Assistência aos Estudantes (SAE) da Ufes. Foi também assistente social da Santa Casa de Misericórdia (1971-1973) e da Obra Social Genoveva Machado²¹³ (1970).

Lecionou na antiga Escola de Serviço Social, de 1961 a 1969; e no curso de Serviço Social da Ufes, de 1974 a 1992, ministrando a disciplina Serviço Social de Grupo e, posteriormente, História do Serviço Social, além de orientar estudantes da disciplina Estágio em Serviço Social.

Floresta era muito próxima do então arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, na década de 1960, e atuou pela Arquidiocese de Vitória²¹⁴, no Centro Social da Ilha do Príncipe, mobilizando estudantes e levando-os para ministrar palestras e orientar os moradores quanto aos seus direitos. Há relatos de que ela ia trabalhar no “lixão” – onde hoje é a rodoviária de Vitória – junto com catadores, para conhecer de perto as condições em que viviam e trabalhavam. Uma observação participante.

Constituiu família com Salles Maia Viza, seu marido – tendo assumido para a vida o seu sobrenome –, e o filho Leonardo José Soeiro Viza.

Também era escritora e nos deixou dois livros: *Mentes torturadas*, de 2001, publicado pela Associação Capixaba de Escritores; e *Meninos da Catedral*, de 2005, publicado com recursos da Lei Rubem Braga, da Prefeitura Municipal de Vitória – consta que este último livro foi escrito em parceria com “Pirulito”, um menino de rua que hoje é advogado em Londres, na Inglaterra.

213 Chamada, inicialmente, Lar-Escola Genoveva Machado, localizada no município de Viana (ES), foi criada, em 2 de abril de 1967, para atender, em regime de internato, crianças com deficiência mental. Sofreu alterações com o tempo e, a partir de 2014, tornou-se uma “residência inclusiva”, conforme descreve a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), mantendo em acolhimento 17 pessoas sem vínculos familiares.

214 A Arquidiocese de Vitória tem hoje seis áreas pastorais, que abrangem quinze municípios, incluindo os que compõem a Região Metropolitana e os municípios das Regiões Serrana e Benevente.

Na contracapa de sua primeira obra, há o seguinte trecho: “[Floresta] viveu sua vida profissional antes, durante e após a Revolução de 64. Acompanhou todo o processo e pôde visitar estudantes presos e suas famílias” (VIZA, 2001). Importante destacar que esse livro foi concebido a partir da leitura de outro título igualmente importante, *Brasil: nunca mais*, de autoria de Dom Paulo Evaristo Arns, organizado no âmbito do projeto “Brasil: nunca mais”²¹⁵.

Floresta também afirma, na apresentação do livro: “acompanhei o movimento das Mães da Praça de Mayo²¹⁶ desde o seu início. Li sobre torturas, repressões, Lei de Segurança Nacional, guerrilha do Araguaia, conversei com pessoas que sofreram ou viram sofrer durante a repressão” (VIZA, 2001, p. 5). A partir daí, escreveu *Mentes torturadas*, obra prefaciada por Perly Cipriano, um então jovem estudante universitário preso pelo regime militar, que afirma, ao final de seu prefácio: “Este livro é um grito. Busca permanente por justiça, com a força profética de Floresta de Maria, perguntando: ‘E no Brasil, indaguei-me, nada aconteceu aos torturadores?’” (p. 7).

Ainda na mesma obra, menciona algumas amigas: Ângela Maria Campos da Silva, a quem acompanhou e apoiou até o momento final de sua vida; Diógena Malacarne; Maristela Floreste; e Nélia Martins Pereira.

Já o livro *Meninos da Catedral*, título que se deve à história de oito “meninos de rua”, que formaram o clube “Praça Oito”, que se reuniam num depósito subterrâneo próximo à Catedral Metropolitana de Vitória, onde garis da Prefeitura guardavam seus equipamentos de trabalho, deixa o seguinte depoimento histórico, que está na quarta capa da obra, falando tanto dos meninos quanto da Ufes e do Centro de Vitória de outros tempos (VIZA, 2005):

Meninos da Catedral (Menino na Rua) foi gestado há cerca de 36 anos, entre os anos de 1964 e 1966, período de ascensão do Golpe Militar de 64. Na época eu trabalhava como assistente social e chefe da Seção de Assistência aos Estudantes-SAE

215 O projeto “Brasil nunca mais” foi desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel, pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe – feito clandestinamente entre 1979 e 1985.

216 Movimento de mães argentinas que, na Praça de Mayo, em Buenos Aires, na Argentina, protestavam contra o regime militar do país – que sequestrou filhos de militantes – exigindo que estes fossem devolvidos às suas famílias.

do Departamento de Educação e Cultura-DEC, da Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes.

O DEC funcionava no 4º andar do Edifício Sta Cecília, na esquina do Parque Moscoso com a Av. República, e ali nos meses das chuvas torrenciais o Parque transbordava pelas enxurradas que desciam do Morro do Moscoso e de ruas adjacentes, formando uma grande piscina. Os carros, predominando os fusquinhas, ficavam mergulhados aparecendo apenas a “cumieira”. Os meninos nadavam ali aproveitando o fenômeno. Do 4º andar do Ed. Sta. Cecília, observava-os com prazer. Somente após a construção das galerias pluviais pelo prefeito Setembrino Pelissari é que não se via mais aquele espetáculo.

Meditando sobre aqueles meninos e outros que encontrava pelas ruas, pelos supermercados, pelo mercado de Vila Rubim e estimulada por estudantes universitários com os quais trabalhava, surgiu este livro que foi lido e ruminado nas 3 décadas seguintes.

Gratidão pela vida da professora Floresta e por nossa convivência com ela!

Referências

- VIZA, Floresta de Maria Soeiro. **Meninos da Catedral**. Prefácio de Antônio de Pádua Gurgel. Vitória: Edição da autora, 2005.
- VIZA, Floresta de Maria Soeiro. **Mentes torturadas**. Vitória: Associação Capixaba de Escritores, 2001.

Em homenagem a Leila Maria Vello de Magalhães

Roberta Giovanotti

Contando um caso... mais que um “causo”. Saudade tem gosto de amora, quiçá de pitanga!

Conheci Leila faz tempo, quando o curso de Serviço Social funcionava no Sesc. Ela foi minha professora. Logo que nos conhecemos, a transferência se estabeleceu.

Gostava muito do conteúdo que ela apresentava e do seu frescor em discorrer sobre a disciplina Serviço Social de Casos. Desde essa época – não sou muito afeita a datas e números –, cresceu a minha admiração, enquanto aluna e enquanto pessoa, por ela.

Lembro que Leila também exercia um cargo na antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), quando o diretor era Denizart Santos.

Tínhamos, também, uma relação de amizade e confiança.

Lembro do tom da voz de Leila, da casa onde morava, na Mata da Praia; gostava de cultivar plantas e flores. E sempre gostou de estar em Manguinhos, um lugar bucólico, com o mar batendo nas pedras...

Não sei dizer se ela gosta de andar de pés descalços na areia, de degustar uma boa moqueca no Geraldinho, de comer caranguejo. Acho que já experimentou.

Lembro também de sua alegria, de suas risadas altas, de sua generosidade e carinho. De sua preocupação com as pessoas. Sempre perguntava se eu estava bem; queria saber dos meus filhos. As trocas afetivas eram recíprocas no nosso relacionamento.

Eu era aluna do curso e sempre exerci a militância. Isso preocupava Leila, que, de forma sutil e delicada, me orientava. Ela se preocupava comigo. Um dia me chamou para conversar, pois o presidente da LBA fizera perguntas sobre mim e ela conversou com ele.

Temia pela nossa segurança! Eram reais os riscos que estudantes corriam por críticas e atos contra o regime militar! Preocupava-se com a ousadia das jovens, e muitas delas somaram-se à resistência!²¹⁷

Eu, de fato, exerci uma militância política, mas também uma militância social, pois, quando fiz estágio no Juizado de Menores, assumia a defesa dos adolescentes que sofriam a violência da instituição e dos seus agentes. Violência quase tortura! Impossível conter a reação!

Leila concluiu seu curso de Serviço Social no Rio de Janeiro, e tanto sua monografia de conclusão do curso como, posteriormente, sua dissertação de mestrado foram publicadas.

Posso dizer que Leila é minha mestra, minha amiga. Ela tem um coração valente, sabe dar aquele abraço aconchegante e acolhedor. Em breve irei vê-la! Passear de mãos dadas nas areias de Manguinhos.

LEVAREI FLORES!

217 E, nessa época (1968-1970), vários amigos nossos foram presos: Cláudio Lachini, Perly Cipriano, Vitor Buaiz, entre outros. Eu os visitei. Costumávamos nos manifestar nos muros da cidade. E essa militância teve continuidade. Hoje, faço parte do grupo Geração 68, que atua para fortalecer a democracia no país.

A Leila, uma das primeiras assistentes sociais do Espírito Santo

Ana Maria Petronetto Serpa

Leila tem 93 anos e seus passos nas “areias” instáveis do “social” começaram muito cedo, basicamente em 1950, quando era ainda Leila Coelho Vello. Em agosto daquele ano, ela e as demais 24 colegas²¹⁸ do curso de Auxiliar de Assistente Social, dirigido por Geny Grijó, que chefiava a Agência de Serviço Social, do Centro de Saúde de Vitória, ofereceram a D. Geny – como supracitado, a primeira assistente social formada a atuar no Espírito Santo – a impressão de sua “tese” de conclusão de curso de Assistente Social, sobre o tema *Atuação do serviço social junto a pacientes venéreos*. Posteriormente, um exemplar dessa obra foi doado pela própria autora à biblioteca do Diretório Acadêmico “Geny Grijó”, em 18 de junho de 1963.

218 Foram dessa turma várias jovens que, mais tarde, se tornaram assistentes sociais: Leila Coelho Vello, Maria Busatto Barros, Zuleika Monteiro, Umbelina Chiabai, Vera Barbosa, Linda Belchior Bueri, Juracy Rabello, Colômbia Bresciani, Maria de Lourdes Amm, Anneti Vitali, Vera Lora, Yolanda Teixeira, Jacyra Delfino, Nilma Itália Gonçalves, Zélia Ramos de Abreu, Maria da Penha Nunes, Vera Nancy Malisek, Maria Isabel Ribeiro da Silva, Diva Soares Goes, Bertha Semblano, D’hea Ramos de Carvalho, Dayl Conceição Ramos, Rita de Cássia Aluniz, Ilmar Amaral Carneiro, Zette Neves Andrade.

Por volta de 1952, Leila e outras sete alunas desse mesmo curso foram contratadas como Auxiliares de Assistente Social da agência dirigida por D. Geny. Esse grupo de auxiliares sociais reivindicou a criação do curso superior de Serviço Social em Vitória, viabilizado, mais tarde, por meio de convênio entre governo do estado e Instituto Social do Rio de Janeiro (uma turma). Após fazer metade do curso em Vitória, Leila transferiu-se para o Rio de Janeiro e lá concluiu o curso. Aí então começou a carreira da assistente social e professora Leila.

O interesse acadêmico da professora sempre foi grande, atestado por sua participação, sempre que possível, em convenções e encontros da Abess e também em debates feitos na Ufes nos anos 1983 e 1984, visando à reformulação do currículo do curso. Como afirma a professora Madalena Sartim, Leila participou do Encontro de Araxá (MG), que resultou no “Documento de Araxá”, publicado pelo Centro Brasileiro para Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS) e estudado por nós da primeira turma. Um dos conteúdos desse documento, que ficou gravado e que sempre relembro, diz respeito aos “postulados” do Serviço Social: da “dignidade, perfectibilidade e sociabilidade” do ser humano. Isso ficou marcado como valor essencial da profissão.

Leila sempre dizia que, se tivesse que escolher, hoje, um curso para fazer, escolheria o Serviço Social novamente.

Gratidão e afeto: à professora Leila Maria Vello de Magalhães

Marlene Monteiro André

Não posso deixar de expressar aqui meus agradecimentos à professora Leila Maria Vello de Magalhães por tanto afeto e respeito com que sempre me tratou, desde os tempos em que eu trabalhava como assistente social, na década de 1970, na Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Fesbem).

Para cumprir sua finalidade, a fundação precisava estreitar relações com outras instituições, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), onde Leila atuava como diretora dos programas de assistência social voltados para crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social. O trabalho integrado entre Fesbem e LBA era uma exigência e nos colocava em permanente contato e cooperação. Leila também participou do Conselho Administrativo e Deliberativo da Fesbem, representando a LBA.

No contexto dessas relações interinstitucionais, tornamo-nos amigas e companheiras de trabalho, primeiro como assistentes sociais e depois como professoras do Departamento de Serviço Social da Ufes. Atuamos em espaços institucionais diferentes e diferenciados, mas Leila, com suas reflexões profissionais e acadêmicas profundas e sua postura ética, teve influência marcante no meu cotidiano existencial. Em suma, tenho muita gratidão, muito respeito e muito carinho pela amiga e companheira professora Leila.



Leila, mestre e vanguarda do Serviço Social no Espírito Santo

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Aqui estou eu, buscando palavras para falar das mais gratas lembranças da minha vida, quando conheci Leila, no início de 1976, no Rio de Janeiro. Vejo-a como amiga, como contemporânea do curso de mestrado na PUC-RJ e como colega de trabalho na Ufes.

Falar sobre Leila não é tarefa difícil, especialmente quando ela completa 93 anos. Sua personalidade é tão rica e sua história é tão fulgurante que basta escolher e explorar qualquer aspecto no painel de sua longa vida pontilhada de saberes e fazeres. Não podendo falar de tudo, escolhi como mote uma característica que lhe é central em relação a tudo que fez ou deixou de fazer. Refiro-me à sua capacidade de acolher e abrir caminhos, exercida com habilidade e serenidade.

Leila veio ao mundo como terceira filha, entre dez irmãos. Acostumou-se a andar na frente, conduzindo pessoas, guiando equipes, abrindo caminho por onde passou, na escola, no trabalho, no serviço público, na construção da profissão do serviço social no Espírito Santo e, por que não dizer, no Brasil.

No início de sua vida pré-universitária, cursou o primário, o ginásio e os anos de magistério, paradoxalmente chamados de Curso Normal (“normal” porque não era clássico e nem científico), no colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Já no âmbito do ensino superior, tinha o desejo de fazer uma faculdade voltada para o “serviço ao outro”. Foi quando a recém-formada Geny Grijó, primeira assistente social do estado,

implantou em Vitória atividades referentes à sua área de formação. Para isso, deu origem ao curso de Auxiliar de Assistente Social, do qual Leila participou.

Anos mais tarde, como já dito anteriormente, com o incentivo do então governador, foi criado, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Social, o curso de Serviço Social. Leila cursou os dois primeiros anos da faculdade em Vitória e os anos subsequentes na PUC-RJ. Dedicou-se, desde o estágio, a estudos e práticas na área de Serviço Social de Caso com crianças e famílias em situações de dificuldades comportamentais, um campo de conhecimento que esteve na base de sua longa experiência docente na Ufes.

Sua monografia, intitulada “Tratamento direto e a relação cliente-assistente social”, foi aprovada e publicada, em 1955, pelo Departamento Nacional da Criança do Rio de Janeiro, como parte do livro *O serviço social psiquiátrico no Centro de Orientação Juvenil*. Também no mesmo ano, Leila foi oradora de sua turma de formandas – o que sem dúvida representou uma reflexão engajada e entusiasmada pelos projetos sociais e pela justiça social –, que ainda teve como paraninfo Dom Helder Câmara.

Ainda muito jovem, tornou-se professora da Escola de Serviço Social, criada em 1959 e vinculada, aproximadamente por dez anos, ao Instituto Social de Vitória, onde exerceu, com dedicação, um trabalho não remunerado. Continuou atuando na função de Auxiliar Social do estado por seis anos, até a criação do cargo de Assistente Social. Isso ocorreu também em seu trabalho na Ufes, com carga horária maximizada em 20 horas para um conjunto de atividades equivalentes a 40 horas, assim como faziam várias outras colegas. Esse era um propósito com o objetivo de ampliar e dinamizar o exercício da profissão de assistente social. Finalmente, em 1970, como representante da antiga Legião Brasileira de Assistência, integrou a comissão para criação do curso de Serviço Social na Ufes.

Sempre teve uma visão prospectiva de muita coragem de iniciar, de plantar. Um exemplo disso foi sua ida para o mestrado em Serviço Social na PUC-RJ aos 45 anos de idade, quando a sua capacitação docente tinha urgência, já que havia sido recém-criada a graduação em Serviço Social na Ufes. Ao final, não só conseguiu o título de mestre como teve sua dissertação aprovada e recomendada à publicação, que resultou no livro *Metodologia do serviço social na América Latina*, pela Cortez Editora, em 1979. A primeira edição da obra teve uma tiragem de três mil volumes. Em 1982, foi publicada uma segunda edição.

Leila também participou como convidada do Encontro de Araxá (MG) e do Encontro de Sumaré (RJ), eventos que, naquela época, foram organizados para repensar o serviço social.

Na construção de minha memória acadêmica, começa na PUC-RJ minha amizade com Leila. Se fui para lá estudar, Leila foi peça importante em minha formação, com seu vasto conhecimento do serviço social. Coincidência ou não, fomos morar no mesmo pensionato, o Instituto Social. A proximidade cresceu ao saber que o seu marido era maranhense e meu conterrâneo.

Estivemos juntas como professoras do Departamento de Serviço Social da Ufes, onde como sempre ela demonstrava competência, responsabilidade e dedicação. Reconheço o seu apoio, principalmente, quando do meu ingresso ali na universidade. Por tudo isso, eu a admiro e me sinto feliz pela oportunidade de falar a seu respeito.

Não posso deixar de assinalar os amores e as paixões de Leila por Acrísio Magalhães, seu marido, e por seus dois filhos, Leonardo e Magalhães, que, na mais tenra idade, tiveram que se mudar para São Luís, no Maranhão, e lá permanecer por dois anos, enquanto ela cursava mestrado no Rio de Janeiro. No telefone, Léo em prantos dizia: “Mamãe, estuda aí no Rio de Janeiro, mas vem dormir aqui no Maranhão!”; e Leila não continha a emoção. Foi um período difícil, mas ela foi vitoriosa.

Foi e é muito bom tê-la como amiga, colega e exemplo.



Maria Helena Rauta Ramos: paixão pelo Serviço Social!

Ana Maria Petronetto Serpa²¹⁹

Como poderíamos definir a professora Maria Helena Rauta Ramos? Uma pessoa generosa, afetiva, inteligente, arrojada, corajosa, com iniciativa e força para construir algo novo e abrir novos caminhos para si própria e para o serviço social. Em nome de “um outro mundo possível”, enfrenta desafios, coloca sua vida a serviço da pesquisa, da produção e da socialização de conhecimentos. É impulsiva e às vezes irreverente, traços próprios da sua criatividade e das paixões que a movem. É estudiosa de Marx, Hegel e de outros clássicos da ciência e da filosofia que refletiram sobre a sociedade de seu tempo.

Nasceu no mês de outubro, em Anchieta, município do litoral sul do Espírito Santo, para onde voltou tempos depois de se aposentar. Desde jovem, fazia trabalho social na Casa da Amizade, da Igreja Batista, da qual era diretora, no Bairro da Penha, em Vitória. Para aprimorar esse trabalho, foi fazer o curso de Serviço Social, no período de 1964 a 1967, na Escola de Serviço Social de Vitória. Lá, conheceu Elizete Cardozo, colega de turma, de quem se tornou amiga-irmã por toda a vida. Fez estágio curricular no Plantão Social da Legião Brasileira de Assistência (LBA), na sede da instituição, ao lado do Palácio Anchieta, sob a supervisão da professora Leila Maria Vello de Magalhães.

219 Agradecemos à professora Elizete Cardozo, por ter sido nossa fonte de informação. Agradecemos também à professora Gláucia Salles Xavier, que esteve na nossa “reunião”.

Seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Perspectivas do serviço social face ao desenvolvimento*, elaborado em conjunto com Elizete Cardozo, descreveu o processo de desenvolvimento de comunidade realizado com o Movimento Comunitário da Região de Maruípe (MCRM), que reunia associações/grupos representativos dos moradores dos bairros da Grande Maruípe. Esses grupos atuavam sob a coordenação do MCRM, que era constituído por representantes de treze bairros da região. Esse era um projeto do serviço social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)²²⁰ que mantinha estagiárias nos bairros fazendo o chamado Desenvolvimento de Comunidade (DC)²²¹.

Feito ao final do curso, o TCC de Maria Helena e Elizete descreve e documenta um processo longo e minucioso de levantamento das necessidades dos bairros reunidos em torno do MCRM em suas várias dimensões, de apresentação dos resultados com detalhes e de diálogo com autoridades municipais. Tudo isso culminou na realização do I Seminário de Desenvolvimento de Comunidade de Maruípe, que aconteceu de 17 a 19 de novembro de 1967, no auditório da sede do MCRM, no bairro Boa Vista, com sessenta pessoas representando treze bairros, além de lideranças políticas, tais como o jovem vereador Gerson Camata²²² e o então prefeito de Vitória, Setembrino Pelissari. Vejamos a seguir o que traz o TCC – precioso documento histórico – no início de seu Anexo 22, intitulado Painel:

Painel apresentado por representantes dos diversos bairros, sob a coordenação da estagiária da Legião Brasileira de Assistência, Maria Helena Rauta Ramos, dando uma visão dos trabalhos realizados e experiências vividas em cada bairro integrado na área de Maruípe, bem como as metas para futuros atendimentos (RAMOS; CARDOZO, 1968, p. 120).

220 A coordenadora do projeto pela PMV era a assistente social Marilza Ferreira, depois professora do Departamento de Serviço Social da Ufes. Estudantes de Medicina, juntamente com Pedro Mansur, estudante de Economia, colaboravam com o projeto, ministrando palestras educativas. Todo o processo de mobilização e de Desenvolvimento de Comunidade na região da Grande Maruípe não foi ainda estudado/resgatado. Está à espera de um pesquisador interessado.

221 Anteriormente chamado de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Foi proposto pelas Nações Unidas, que viam o Brasil como um país com pouca organização de base comunitária.

222 Na década de 1980, Gerson Camata foi eleito governador do estado pelo PMDB.

Maria Helena Rauta Ramos e Elizete Cardozo, para fins de estudo e pesquisa, utilizavam muito a biblioteca da escola aos sábados. Certa vez, encontraram-se nos corredores da instituição com D. Geny Grijó, que as aconselhou a “viver também!”.

Já formada, em 1969, a assistente social Maria Helena tornou-se diretora da Divisão de Desenvolvimento Comunitário (DDC), da Secretaria de Serviços Sociais, que foi criada na reforma administrativa²²³ do governo estadual de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1970), cujo secretário era Henrique Del Caro. Após sua posse como diretora da DDC, visitou experiências existentes no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo. Tempos depois, a Secretaria de Serviços Sociais foi transformada em Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps).

Aprovada em concurso público, Maria Helena tornou-se assistente social efetiva da Setraps, com atuação na Divisão de Desenvolvimento Comunitário (DDC), tendo, inclusive, sido diretora do setor. Ao deixar a direção, foi substituída por Marilza Ferreira Celin, outra estudiosa do tema e professora da antiga Escola e também da Ufes.

Grande foi seu envolvimento também com movimentos comunitários de bairros de Vila Velha, mas também com a implementação de políticas públicas, sobretudo a política habitacional da Cohab²²⁴. Atuou também assessorando o grupo de assistentes sociais da Secretaria de Estado de Cultura e do Bem-Estar Social (Sebs)²²⁵, na experiência de utilização do método descrito no livro de Boris Alexis Lima, *Contribuição à metodologia do serviço social*²²⁶, de 1975.

Maria Helena também participou da formação das comissões estaduais que debateram e propuseram a infraestrutura necessária à implantação dos “grandes projetos industriais” no Espírito Santo. E, o mais importante, foi membro do grupo de

223 A reforma administrativa se deu pela Lei n. 2.296, de 17 de julho de 1967, cuja implementação foi acontecendo mais tarde.

224 A Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab) fazia a gestão da construção de conjuntos habitacionais, da entrega para populações de mais baixa renda e do acompanhamento após a entrega das moradias, estimulando a convivência e a organização comunitária.

225 Por volta de 1975, a Setraps tornou-se Secretaria de Estado de Cultura e do Bem-Estar Social (Sebs). Tempos depois, a área da Cultura desvinculou-se da Sebs.

226 Esta obra tem o Prefácio à edição brasileira escrito por Leila Lima Santos, que era diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que já tinha formulado o Método BH.

assessoras técnicas da comissão para a criação do curso de Serviço Social na Ufes – que se deu em 1970 –, realizando estudos e pesquisas de viabilidade para sua implantação.

Já naquela época, pelo fato de estarem na direção de instituições que dispunham de recursos, costumavam trazer a Vitória acadêmicos do serviço social para ministrar cursos ou palestras, como, por exemplo, a professora Maria Lucia Carvalho e Silva, estudiosa do Desenvolvimento de Comunidade, e José Lucena Dantas, assistente social de Brasília (DF) e um dos representantes da perspectiva modernizante do serviço social, ligada à teoria da modernização de cunho funcionalista.

Foi contratada pela Ufes, em 1973, inicialmente como professora auxiliar do curso de Serviço Social, e, posteriormente, como professora assistente concursada, continuando seu trabalho como assistente social na Setraps – depois, Sebs. Ministrava, entre outras, as disciplinas Pesquisa em Serviço Social I, II e III, ao mesmo tempo que fazia seu mestrado em Serviço Social na PUC-RJ, onde buscou construir amizade e articulação política com professoras de cursos com perfis mais progressistas de outros estados brasileiros.

Maria Helena foi escolhida paraninfa da primeira turma do curso na Ufes a colar grau, em julho de 1975. Também assumiu a chefia do Departamento de Serviço Social por ocasião da sua criação e participou ativamente dos processos de avaliação do currículo do curso²²⁷. O curso e a Ufes sediaram um encontro da Abess, por volta de 1977-1978, tendo como tema central “a prática” (muito se discutia no período a relação teoria-prática²²⁸). As articulações para eleger uma direção progressista para o mandato seguinte da entidade foram intensas.

Nos anos finais da década de 1970, e já na universidade, as professoras Maria Helena e Eugênia Célia Raizer, juntamente com os professores de Sociologia Jaime

227 Na época, foram organizados dois encontros internos de avaliação do currículo: um no seminário de Santa Helena, em Vitória; e outro no Centro de Formação de Lideranças Rurais (Calir), em Viana. Pelos relatos obtidos, naquele momento a Convenção da Abess de 1977 havia recomendado que as unidades de ensino apresentassem propostas para superar os “métodos tradicionais” de caso, grupo e comunidade.

228 Conforme Leila Lima Santos, no Prefácio à edição brasileira da obra *Contribuição à metodologia do serviço social* (1975), de Boris Alexis Lima, “a formulação da unidade Teoria e Prática não é assim, postulada como princípio, de modo mecânico, mas como algo que é possível de ser historicamente construído no exercício da práxis profissional”.

Roy Doxey e Erly Euzébio dos Anjos, realizaram uma pesquisa sobre o processo de ação comunitária e a participação dos moradores, tomando os Movimentos Comunitários de Vila Velha como sujeitos da pesquisa – que já havia sido pré-testada nos Movimentos Comunitários de Maruípe. Inclusive, a dissertação de mestrado de Maria Helena, com o título *Um estudo da atuação do serviço social a nível de comunidade*, apresentada em 1977 à PUC-RJ, baseou-se nessa pesquisa.

Buscando novos horizontes, com o mestrado concluído e após um período como docente da Ufes, no final da década de 1970, Maria Helena fez concurso público para professora do curso de Serviço Social da UFRJ, que tinha graduação e mestrado na área. Depois de algum tempo como docente da instituição, assumiu a direção da Escola de Serviço Social, por meio de eleição direta. Fez uma gestão focada nos avanços acadêmico e administrativo da Escola, com reestruturação dos espaços físicos – destinando-os a grupos de pesquisa –, salas para professores equipadas com recursos de informática, realização de concurso e ampliação do quadro docente, com aprovação de professoras(es) doutoras(es), que passaram a atuar no curso de doutorado em Serviço Social, implantado em 1994 – primeiro curso de doutorado público em Serviço Social no Brasil, cujo processo de debates e formulação do projeto tiveram início na gestão da professora.

Nos anos 1980, assessorou o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)²²⁹ – atual CFESS. Nessa condição, elaborou proposta do Código de Ética das(os) Assistentes Sociais, a ser aprovado pela categoria. Ela afirma que a condição de assessora do CFAS abriu possibilidades de estabelecer relações com muitos grupos de assistentes sociais e professores em todo o país, mencionando o grupo de Belém do Pará como muito especial.

Também teve atuação importante na defesa da permanência da representação das áreas de pesquisa e pós-graduação no âmbito da Abess, opondo-se à formação de uma entidade isolada pelos programas brasileiros de pós-graduação em Serviço Social. A Abess passou a chamar-se Abepps. Participou da criação da revista *Praia Vermelha*, que, assim como o projeto “Quintas urbanas”, tem toda uma justificativa. A revista é publicada ainda hoje.

229 Na ocasião, a professora Marlene Simonetti Garcia participava da diretoria do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) – hoje, CFESS – e indicou Maria Helena Rauta Ramos como assessora da entidade.

Fez doutorado na PUC-SP, concluído em 1994, com a tese *Política e teoria: programa comum de governo e movimentos sociais urbanos – as condições sociopolíticas do debate na França*, sob a orientação do professor José Paulo Netto. Como parte do doutorado, passou uma temporada em Paris (1991-1993) para aprofundamento dos estudos – lá, teve a orientação do professor Jean Lojkine²³⁰.

Coordenou ainda o Núcleo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social (Locuss), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Juntamente com outros pesquisadores, Maria Helena publicou o livro *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*, pela editora DP&A, em 2003. Na obra, ela é autora do artigo “Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial” e coautora de vários outros artigos. Foi professora visitante por dois anos da UnB. Participou de muitas bancas de dissertações e teses e de encontros promovidos por organizações científicas, tais como: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess); “Quintas urbanas”, na UnB (que guardou similaridade com o “Quartas sustentáveis”, também daquela universidade); Locuss; congressos; e outros.

Depois de voltar ao Espírito Santo, como é da sua natureza enxergar possibilidades nas diferentes conjunturas, ainda que em terrenos áridos, passou a dar aulas no curso de Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam)²³¹. Ali, elaborou o projeto de mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, o primeiro curso de mestrado da instituição. Participou da sua implementação juntamente com Alacir Ramos Silva, primeira coordenadora do programa. Era comum nos finais de semana receber estudantes em Castelhanos para uma boa conversa.

Hoje, é lá que reside, na praia de Castelhanos, em Anchieta (ES), com uma bela paisagem ainda não destruída por uma urbanização selvagem e uma indústria agressiva ao meio ambiente. Lá, Maria Helena construiu sua casa cercada de plantas, árvores frutíferas, aves e cães (principalmente os abandonados), dos quais cuida e ainda ouve o canto dos pássaros e escuta as ondas do mar batendo nas areias da praia. É ali

230 Sociólogo francês e autor de vários livros publicados no Brasil.

231 O curso de graduação em Serviço Social é noturno, oferecido desde 2003 pela Emescam, que é ligada à Santa Casa de Misericórdia, entidade filantrópica.

que ainda estuda, produz contribuições ao debate acadêmico, participa de grupos de estudo (sobre Marx e Hegel) e de eventos *on-line*, convive com a comunidade local e amigas(os), faz militância com a colônia de pescadores ameaçados pela exploração de petróleo na costa sul do estado e faz resistência ao extrativismo ambientalmente devastador do projeto ultraneoliberal que quer a volta do Brasil à condição de mero fornecedor de matéria-prima e recursos naturais ao mercado mundial. Como sua energia vital e sua criatividade não têm limites, está organizando curso de francês para os interessados, pois disseminar conhecimentos faz parte da sua vida.

Para Maria Helena Rauta Ramos, não basta “interpretar” o mundo, é preciso “modificá-lo”. Essa foi e continua sendo a lição que deixa para nós. Somos gratas por sua existência e por tantas boas sementes que espalhou e que vicejam a cada dia.

Referências

- LIMA, Boris Alexis. **Contribuição à metodologia do serviço social**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.
- RAMOS, Maria Helena Rauta; CARDOZO, Elizete. **Perspectivas do serviço social face ao desenvolvimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Vitória, Vitória, 1968.
- SANTOS, Leila Lima. Prefácio. In: LIMA, Boris Alexis. **Contribuição à metodologia do serviço social**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.



Marilsa Martinelli: presente em nossa memória!

Ana Maria Petronetto Serpa

A assistente social e ex-aluna do curso Marilsa Martinelli tornou-se professora do Departamento de Serviço Social da Ufes em 15 de março de 1978, passando a ministrar, predominantemente, a disciplina de Pesquisa em Serviço Social. Além disso, fazia a supervisão do estágio curricular, pois, em um determinado momento da história do nosso curso, com a finalidade de assegurar a indissociabilidade na relação teoria-prática (e superar o “senso comum” forte na época de que “na prática, a teoria é outra”), ficou definido que as(os) professoras(es) do Departamento fariam supervisão de estágio como uma forma de estar em contato, ainda que indireto, com a realidade social, a dinâmica das instituições e o aprendizado da prática do serviço social.

Antes de ingressar na Ufes como docente, Marilsa foi sócia da Escola Pica-Pau, uma escola de educação infantil conhecida no município de Vitória (ES) por seus métodos pedagógicos avançados.

Ainda durante sua graduação em Serviço Social, realizada entre os anos de 1973 e 1976, construiu uma amizade duradoura com a colega Mercia Tereza dos Santos Ribeiro. Pouco depois, por volta de 1977, foi contratada para trabalhar no Sistema

Nacional de Emprego (Sine)²³² como técnica de pesquisa, com a atribuição de dar tratamento aos dados coletados na ficha de inscrição dos candidatos a emprego. Eram dados do perfil do demandante do emprego, do perfil do emprego desejado, do perfil dos empregados – dados que inclusive eram cruzados com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre os anos de 1984 e 1986, Marilsa afastou-se para cursar mestrado em Serviço Social na PUC-SP. Aposentou-se da carreira docente em 1º de abril de 1992.

Quando sua irmã teve filho nos Estados Unidos, Marilsa viajou a Nova Iorque para acompanhar o parto. Ela foi a primeira pessoa a segurar o bebê recém-nascido, seu sobrinho. Passou o tempo, o sobrinho cresceu, tornou-se médico, veio a Vila Velha (ES) e estava com Marilsa no momento de sua morte, fazendo os procedimentos médicos que cabiam naquele momento. Ela pegou-o nos braços quando nasceu e ele pegou-a nos braços no momento de sua agonia final. Como entender tamanha coincidência? Marilsa faleceu em 12 de maio de 2023, em Vila Velha.

Era natural de Itarana (ES), filha de descendentes de italianos (Martinelli) e de alemães (Kruger). Amava arte e cultura. Pintava quadros e participava de grupos de pintura como um espaço de sociabilidade.

Esteja em paz, querida companheira! Nós aqui continuamos na luta!

232 O Sine é um programa do Ministério do Trabalho implantado no Espírito Santo em meados da década de 1970, cuja primeira coordenadora foi a assistente social Maria de Lourdes Frizera, também professora do curso. No Sine, trabalhou também o professor Marcos Vinicius Brandão, professor do curso de Administração da Ufes.

Marilza Ferreira Celin e o curso de Serviço Social

Regina Maria Santos Murad

Falar sobre Marilza é muita responsabilidade, pois não posso deixar de registrar o quão grata sou a ela. Em muitas situações de minha vida pessoal e profissional, foi uma amiga e companheira sempre presente.

Nossa amizade vem de algumas décadas, desde que cursávamos Serviço Social e militávamos na política estudantil. Exerceu cargos na União Estadual dos Estudantes (UEE). Devido a isso, sofreu perseguição política. Não foi presa, mas, durante um tempo, teve que se apresentar semanalmente à Polícia Federal.

Ainda cursando, em 1963, o último período do curso, no Instituto Social de Vitória, foi convidada pelo padre Franz Victor para ser monitora da disciplina de Sociologia. Uma vez formada, foi contratada pelo próprio Instituto para lecionar a disciplina Serviço Social de Comunidade. Nessa disciplina, atualizou a grade curricular e a denominação da matéria para Organização Social de Comunidade, com base no que estava sendo discutido pela categoria. Nessa época, também orientou alunas na disciplina Supervisão de Prática em Serviço Social. Consolidou a área de serviço social na Prefeitura Municipal de Vitória, nas gestões de Sólon Borges Marques (1963-1966) e Setembrino Pelissari (1967-1970). Além disso, instalou na região de Maruípe o campo de estágio em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC).

Em 1967, fez parte da comissão que elaborou um arcabouço a ser apresentado como sugestão à Ufes para a criação de um curso de Serviço Social, vez que o

Instituto estava sendo fechado e encerraria o curso nessa área. No entanto, o arcabouço apresentado não foi considerado, ensejando a criação de uma outra comissão interna da universidade para elaborar uma nova sugestão. A proposta apresentada, em 1970, por essa comissão foi aprovada com disciplinas básicas, e os professores que iniciaram as aulas foram da própria Ufes. Em 1973²³³, diante da necessidade de ampliação da base profissional, foi criada uma nova comissão para debater o tema e propor soluções, da qual Marilza Celin fez parte, convidada pelo professor Roberto Ewald, então representante da Ufes na criação de novos cursos.

O convite a ela se ampliou para ministrar voluntariamente as disciplinas de Política Social, Planejamento e Administração Social e Organização Social de Comunidade. Em dezembro de 1973, por exigência do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), Marilza foi contratada para continuar lecionando como auxiliar de ensino. Lecionou essas e outras disciplinas até a sua aposentadoria, no final da década de 1990.

Nesse ínterim, foi diplomada mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a dissertação “Migração interna no Espírito Santo (1940-1980)”, apresentada em 1982. Foi contratada pelo Instituto Jones Santos Neves como técnica para a Secretaria Estadual de Planejamento, onde assumiu a Diretoria de Análise Econômica e Informações Técnicas. Foi nessa função que encontrei Marilza aprendendo a digitar num computador, que era, sem dúvida, uma ferramenta, na época, a que poucos tinham acesso.

Juntas, realizamos estudos e pesquisas do Ensino da Prática e sua supervisão, um modelo pedagógico de ensino individualizado com acompanhamento e inserção indireta de supervisor no campo de estágio. Os resultados de uma dessas pesquisas foram apresentados num Encontro Nacional de Pesquisas, da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), em Brasília.

Marilza pode ser considerada uma professora e uma profissional muito importante na consolidação da carreira de assistente social no Espírito Santo. Sem dúvida, faz parte do grupo de pioneiras no exercício dessa profissão.

233 Nota da organizadora: no segundo semestre de 1973 (1973/2), teve início a oferta das disciplinas do ciclo profissionalizante do curso, requerendo a expansão do quadro de professoras de Serviço Social.

À professora Marisa Rezende Afonso

Jeane Andréia Ferraz Silva

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas,
muito mais que lindas, essas ficarão.
Carlos Drummond de Andrade, “Memória”

Que lindo presente recebi da professora Ana Petronetto, ao solicitar-me que escrevesse sobre a professora Marisa Rezende Afonso. Que alegria lembrar dessa educadora com quem pouco convivi, mas que muito me marcou! Queria ter mais tempo para realizar uma pesquisa documental sobre a professora no curso de Serviço Social da Ufes e sua influência na formação acadêmica de assistentes sociais capixabas, entretanto não foi possível. Por isso, o texto ficará restrito à minha experiência vivenciada com ela.

Conheci Marisa em 1989, quando foi minha supervisora acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social, na Legião Brasileira de Assistência, e também minha orientadora de iniciação científica (CNPq) e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Ufes.

Minha convivência com Marisa, restrita ao universo acadêmico, foi extremamente rica de socialização de conhecimentos, de solidariedade, de alegrias e de muita força e determinação. Ela era uma acadêmica com uma perspectiva crítico-dialética, que nos ensinava que a ortodoxia no marxismo estava no método. Muito alegre, objetiva e com uma fala firme e forte, era uma grande educadora. Posso dizer que foi a primeira professora com deficiência física a atuar no Departamento de Serviço Social da Ufes – por um curto período, que acredito não ter durado mais que cinco anos, quando retornou para Belo Horizonte (MG). Ter uma deficiência física em uma das pernas nunca a impediu de atuar e de articular o tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão. Não há como esquecer a sua voz marcante e sua expressão “ocês” na versão mineirês no início de cada frase: “Ocês não estão aqui apenas para receber conhecimentos, e sim para contribuir para a transformação da sociedade”.

Outra curiosa lembrança que tenho de Marisa era quando alguém começava a falar demais e coisas sem sentido, ela dizia em tom sarcástico: “Já vem ‘fulano’ com sua verborreia. Eu não aguento isso, não tenho paciência!” O termo “verborreia”, conforme um dicionário *on-line* de português, significa “uso excessivo e frequente de palavras para expressar algo sem importância ou sem conteúdo”. Isso mostrava, a meu ver, que, devido à firmeza em suas intervenções, Marisa dificilmente falava algo sem conteúdo ou importância. E que sua falta de paciência era com os longos discursos vazios de sentido e de conteúdo. O tempo para ela era para ser vivido ao máximo com trabalho, dedicação, comprometimento, alegria, solidariedade e criticidade. Suas aulas, seus ensinamentos eram assim. Sempre nos indagavam e nos estimulavam para o questionamento e para os estudos. Exigiam sempre qualidade e objetividade na escrita e na fala. E ao mesmo tempo nos faziam rir, esperançar, ir para a frente com firmeza, convicção.

Era também uma militante aguerrida. Seu comprometimento era com a vida e com a transformação da sociedade. Como orientadora e professora, sempre estimulou a autonomia de seus alunos. E é assim que me recordo de Marisa: uma mulher mineira, firme, forte, militante, generosa, alegre e solidária. Convivi pouco com ela, mas foi o suficiente para deixar um pouquinho dela em mim. Não há como me esquecer dela e do que foi. E é isso que fica quando partimos: as memórias, as vivências inesquecíveis que tivemos. Marisa Rezende Afonso, sempre um presente, PRESENTE!!!

A Mercia Tereza dos Santos Ribeiro, que viveu intensamente!

Marlene Simonetti

Agora já não penso no passado
Não lamento o desejado
Apenas me embriago do momento
E aguardo um radiante amanhã
Sou, sem ferimento
Sem sofrimento
13/04/88
Carla Ribeiro

Recebi o desafiador e honroso convite para lembrar você nas comemorações dos cinquenta anos do curso de Serviço Social da Ufes. Aceitei sem pensar. Sem pestanejar. Como se fosse fácil! Como se fosse possível trazer a sua forte presença com a fraqueza das palavras, das minhas palavras. E trazer de tal forma que, mesmo não fosse o seu nome pronunciado, todos que a conheceram pudessem saber de quem eu estaria falando. E mais ainda, trazer sua lembrança com o poder de provocar, naqueles que não tiveram o privilégio de tê-la conhecido, o desejo de ter estado com você no tempo que ainda era século XX. Mas, como nos versos de Chico, quem não a conhece não pode, agora, “ler” para crer. E quem jamais a esquece precisará perdoar minhas assumidas limitações.

Tive o cuidado de ouvir alguns colegas e amigos nossos para que me ajudassem no processo de acessar as mais significativas memórias suas. Difícil, amiga. Não sei se conseguirei. E se não me for possível, a responsabilidade é exclusivamente minha.

Sua alegria foi um dos aspectos mais destacados. Silêncio, vazio e tristeza eram facilmente dissolvidos pela sua barulhenta alegria, que adentrava ambientes, anunciada por uma alta e estridente voz. Barulhenta alegria, acho que era assim mesmo, porque a alegria não combina com silêncio. Ou a sua não combinava. Ela era feliz, sabia que era, que tinha por que ser e não temia irradiar felicidade: vida profissional promissora, estabilidade financeira, marido bem-sucedido, estabilidade familiar e uma filha amada – jovem, bonita, inteligente, médica aos 22 anos e com um futuro que se traçava admirável.

Falar da sua alegria é muito e, ainda assim, é pouco. É preciso que eu fale de sua generosidade, de sua alma delicada. Alguém até poderia se questionar se aquela pessoa, às vezes de movimentos e falas bruscos, teria tanta delicadeza dentro de si. Sim, poderia. Mas tinha, eu asseguro. Em seu jeito e em seu modo, tudo convivia harmoniosamente.

Sua generosidade e sua delicadeza marcaram nosso último encontro, no final de setembro de 1999, na varanda de minha casa. Eu estaria fora por quarenta dias e pedi a ela – que tinha um carinho especial pelos meus filhos – que, no dia 24 de outubro, levasse um bolo para cantar parabéns pelos 20 anos de Pedro. Sim, ela seria uma tia que, com sua amorosidade, me representaria naquela data. Viajei segura de que assim seria. Porque o SIM com ela era SIM. O NÃO até poderia ser convertido em TALVEZ. A depender. Com ela você poderia contar, se precisasse. Solidariedade, disponibilidade e compromisso eram também características fortes e dominantes de sua personalidade. Infelizmente, esse compromisso ela não teve tempo para cumprir. E eu tenho absoluta certeza de que, se não cumpriu, foi porque não pôde, mesmo.

Eu às vezes penso que a vida lhe deu e lhe tirou com a mesma intensidade. Em um curto período de tempo, ela foi bruscamente levada da alegria à tristeza, sofrendo duros golpes. Duríssimos. A trágica e precoce perda da amada e única filha, Carla Ribeiro, no começo de 1995, imprimiu em seu viver uma dor que eu temia que não passasse nunca. Tenho pra mim que nunca passou. Dor não se mede, não se compara, mas me lembro e posso dizer que poucas vezes acompanhei dor tão sofrida.

Mulher de fé, força e fibra, não se entregava facilmente e lutou com garra pelo que acreditava. Não foi econômica no viver. Não foi pela metade em nada. Se fez presente e inteira em diferentes espaços, atuando no ensino, no trabalho filantrópico e no religioso.

Inquietude era também outra característica sua. Tinha sede de conhecimento e resposta para questionamentos que muitos sequer formulam. Viajei com ela para cursos por aí, mas ela foi além, atravessando oceanos. Queria saber, queria conhecer. Eram tantas as perguntas, mas quando uma era aparentemente respondida, outras novas se impunham. Como se o viver pudesse ser explicado. Como se a solidão pudesse ser preenchida com o conhecimento. Ela sabia que não, mas o engano era o caminho possível. O vazio de cada um de nós só se preenche com a esperança, essa que lhe deixou na mão tantas vezes. Tenho comigo o sentimento de que ela carregou heroicamente a tristeza, com a esperança apartada, por longos quase cinco anos.

E, em uma noite de começo de outubro de 1999, foi, inesperadamente, visitada pela Dama de Preto, aquela que, mais dia, menos dia, a todos nós visitará. Prosearam um pouco, como era de seu costume. Perguntas aqui, mais perguntas ali, muitas sem respostas... até que sua alma delicada valeu-se de sua voz alta e estridente e, com seu jeito imponente, comunicou que estava de acordo. Já estava bom. Seu tempo havia se cumprido. Para nós, que a amávamos, ela se foi muito cedo. Ainda haveria, pelo nosso desejo, muitos momentos a compartilhar. Eu diria que ela foi além do Bojador. E acho que Pessoa concordaria comigo. E ela? Bem, acho que daria sua típica gargalhada e diria, mais uma vez, que eu não sei de nada. E eu, honestamente, acho que ela mais uma vez estaria certa.

Referência

RIBEIRO, Carla. **Rosas, sonhos, amor**. Vitória: Editora Espírito Santo, 1991.



Regina Maria Santos Murad: histórias de uma divertida amizade

Marlene Simonetti

Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

Adélia Prado, “Ensinarmento”

Há uma cor que não vem nos dicionários. É essa indefinível cor que têm todos os retratos, os figurinos da última estação... a cor do tempo.

Mario Quintana

Peço desculpas, mas não esperem que eu fale das competências da professora do Departamento de Serviço Social do CCJE-Ufes. Além dos muitos que aí estão a poder falar dela e delas, há, ainda, sua dissertação de mestrado como registro de seu envolvimento e compromisso com o curso de Serviço Social.

Se, nas palavras de Guimarães Rosa, o que a vida quer da gente é coragem, eu arrisco completar dizendo que é coragem para driblar a tristeza, que vive a nos espreitar, e ousar ir atrás da alegria possível. Pois Regina é justamente uma amiga

que, há cinquenta anos, me dá licença para criar e recriar episódios cheios de alegria, de gozação – a sua forma menos clássica –, de ousadia e de atrevimento com o riso.

Eu a conheci como minha professora, na segunda metade dos anos 1960, no Instituto Social de Vitória – hoje, extinto –, que funcionava na Cidade Alta, exatamente ao lado da Igreja São Gonçalo, no Centro de Vitória. Nossa relação não teve maior expressão nessa época, embora isso não tenha me impedido de guardar memórias para criar alguns bons casos no futuro. A amizade, mesmo, nasce e cresce durante o curso de Serviço Social na Ufes, onde, a partir de 1973, ambas éramos professoras. Em 1978, afastamo-nos para cursar mestrado. Em nosso retorno, comecei uma prática que, posso garantir, traz lembranças que nos divertem ainda hoje.

Ela era uma professora competente, séria, muito respeitada pelos alunos. No primeiro dia de aula, eu costumava pedir licença, entrar em sua sala e me dirigir aos alunos apresentando, eu mesma, a professora, enaltecendo suas qualidades e afirmando, solenemente, que havia sido sua aluna, o que me permitia os elogios que lhe fazia. E aí vinha a minha afirmação: “fui a melhor aluna que ela teve até hoje, embora ela não reconheça, mas talvez aqui alguém possa me superar”. Eu falava seriamente; ela não movia um músculo da face; eu me despedia comportadamente e saía, convicta de que voltaria no próximo semestre. Esse ritual durou anos. Não sei dizer quando e por que parou... voltasse eu no tempo, cuidaria de aprimorá-lo. Depois, tudo isso gerava muitas gargalhadas e eu não perdia a oportunidade de introduzir outras “invencionices”.

Nossos filhos sempre foram amigos, o que também alimentou nossa amizade. Nos anos 1980, havia a famosa Mesbla, o reduto de compras dos capixabas. Costumávamos ir com as crianças, especialmente para compras de lençóis e toalhas de banho. Não sei dizer, agora, por que exatamente esses itens... Sentávamos no chão do andar superior da loja, ao qual tínhamos acesso pela escada rolante – uma novidade! –, com pilhas das peças escolhidas à nossa volta, enquanto as crianças desapareciam na mais completa algazarra (minha mãe sempre falava da beleza que tinham as gargalhadas infantis; precisei do tempo para entendê-la e inscrever também essa beleza no rol das saudades que ficaram). O processo de escolher o que queríamos era demorado, recheado de causos e risos, só interrompido pelo aviso, ao alto-falante, de que nossos filhos nos aguardavam em determinado ponto. Era a diversão deles!!!

No verão, íamos com as crianças à praia da Curva da Jurema. Uma bela manhã, sentadas bem próximas da água a vigiar as crianças, estando com muita sede, decidi

matá-la tomando, de única vez, um copo de cerveja bem gelada; justo eu, que não tinha familiaridade com nenhum tipo de bebida. Minha amiga teve igual procedimento. Não satisfeita, tomei um segundo copo. Em pouco tempo, comecei a achar curioso como havia tanta água à nossa volta e a perguntar a minha amiga de onde havia surgido. Eu ria muito e Regina ria de mim, sem saber muito bem o que me ocorria. Logo depois, ela precisou recorrer ao meu paciente marido, que, também sem nada entender, levou o carro o mais próximo possível do local onde estávamos; e eu saí alegremente cantando Bandeira Branca. As crianças, inocentemente, me seguiam pulando e cantando. Saber se era ou não carnaval não aumenta nem diminui a comicidade da situação, até hoje lembrada em nossos encontros com a saudade que costuma ter quem já conhece a dimensão do tempo.

Carnaval era uma festa aguardada com animação por nós. As fantasias das crianças eram preparadas com longo e detalhado cerimonial, para os bailes do Álvarores – onde aproveitávamos tanto quanto nossos filhos –, por uma costureira disputadíssima, que Regina compartilhava comigo: a famosa D. Zilda, que, em si, já era uma festa, tanto pelos casos que contava quanto pelas exigências que fazia antes e durante o trabalho em nossas residências. Duas dessas exigências eram um “suco natural gelado” às 10 horas e uma almofada que lhe parecesse adequadamente confortável.

No começo do ano de 2000, perdi, para a morte, meu grande amor. Minha amiga foi testemunha de meu amor e de minha dor. Um dia, a tristeza apertou mais forte e chamei Regina para irmos ao restaurante de José Henrique Merçon, o Confraria da Santa, na Enseada do Suá. Desacostumada a sair sozinha, disse a ela – brincando e de férias de concepções feministas – que faria reserva, para evitar que duas senhoras chegassem desacompanhadas a um restaurante e tivessem que voltar por estar lotado. Chegamos tão cedo que o restaurante ainda se encontrava fechado, com cadeiras sobre as mesas. Ao entrarmos, comentei com ela que a tristeza não permitiria nenhuma economia naquele dia. Assim fizemos, a começar por um vinho, que, pelo preço, deveria ser bom. Foi uma noite de risos e lágrimas, equilibradamente distribuídos. Minha amiga, cuidadosa comigo, me avisava, vez ou outra, que meu rímel não era à prova d’água e que minhas lágrimas estavam pretas. Tempo passando, as pessoas saindo, a conversa não tinha fim... até que percebemos que os garçons estavam à nossa volta a aguardar o pedido da conta, que foi por mim recebida. Não peguei os óculos na bolsa e fiquei um tempo, que me pareceu longo, a querer

entender o que estava escrito. Depois, comuniquei preocupada à Regina que não conseguiríamos pagar a conta e que talvez tivéssemos que nos valer da amizade com o proprietário e pendurá-la. O garçom, vendo minha preocupação, teve o cuidado de pedir licença, retirou educadamente a conta de minhas mãos e me explicou que ela estava de cabeça para baixo. E tudo isso acontecendo com duas respeitáveis senhoras, sob efeito de uma única garrafa de vinho, muita tristeza e amizade muito maior.

O tempo se encarregou de nos fazer perder um outro hábito, no mínimo, incomum: homenagear os amigos falecidos, comparecendo aos seus velórios tarde da noite, madrugada já se anunciando. No de G. G. – nossa professora e precursora do Serviço Social no estado –, éramos as únicas almas vivas na pracinha de Santo Antônio a esperar a chegada de seu corpo. Bem mais tarde, ficamos sabendo que o velório seria pela manhã. Conversas em dia, lembranças acessadas, emoções experienciadas como requeria a situação, sentimos que nossa homenagem estava dignamente prestada e, assim, retornamos para casa.

É possível que eu provoque indagações sobre o porquê dessas lembranças, se eu poderia me ater aos muitos feitos da professora. Com a forma escolhida, homenageio a amizade que atravessa décadas, lágrimas, risos, dores, perdas e perdões. Eu homenageio a alegria compartilhada, o poder que minha amiga tem de pronunciar a palavra mágica “abracadabra” e nos convidar ao mundo do riso frouxo. Sim, você faz isso comigo, amiga. Sim, valeu por você existir, amiga Regina.

Posfácio

Homenagem ao curso de Serviço Social da Ufes e desafios futuros

Maria Inês de Souza Bravo

É com muita emoção que enfatizo aqui alguns fatos relevantes na história dos sujeitos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que completou, em 2020, cinquenta anos e foi tão importante para a profissão no Brasil, em sua ruptura com o conservadorismo e na construção do projeto ético-político do Serviço Social. Tive a honra de participar, nos anos 1980 e 1990, de alguns desses momentos significativos, junto com docentes e estudantes do curso.

É em 1970 que começam as articulações para a criação do curso na Ufes, com a formação da comissão para elaborar seu anteprojeto, tendo a primeira turma começado em agosto de 1971.

Nesse período, iniciam alguns movimentos contra a ditadura empresarial militar no Brasil que terão maior visibilidade na Distensão Política (1974-1979) e, posteriormente, na Abertura Política (1979-1985). No Espírito Santo, cresciam os movimentos migratórios para a Grande Vitória, em função da desestruturação da economia agrária, e se agravava o empobrecimento da população nas grandes cidades.

A partir de 1974, o bloco de poder instalado no aparelho estatal dez anos antes, não conseguindo consolidar sua hegemonia, precisou gradualmente modificar sua relação com a sociedade civil. Houve necessidade de estabelecer novos canais de

mediação que legitimassem a dominação burguesa e suas consequências políticas, econômicas e sociais.

O serviço social, até os anos 1960, também não havia apresentado polêmicas relevantes com relação à sua direção social, voltada, majoritariamente, para a manutenção do *status quo*. O questionamento a essa posição surge na profissão não de forma isolada, mas com o respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, inicialmente, em torno da temática do “desenvolvimento”²³⁴. No Brasil, principalmente partir de 1970, a perspectiva modernizadora dessa profissão começa então a ser questionada, tendo sido esboçadas duas outras direções: a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (PAULO NETTO, 1991).

O serviço social crítico foi impulsionado pela conjuntura e pelos ares do Movimento de Reconceituação da América Latina, que se inicia, a partir de 1965, nos países do Cone Sul. O Brasil, diante da ditadura civil militar que estava vivendo, não participou diretamente do movimento em seu início, começando a fazer parte nos anos 1970. A unidade do movimento consistiu na busca de construção de um serviço social latino-americano com a recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história e com a afirmação do compromisso com as lutas dos oprimidos.

Os sujeitos do curso de Serviço Social da Ufes foram fundamentais, a partir da década de 1970, para a defesa de propostas progressistas de transformação da sociedade brasileira e do campo do Serviço Social, participando de diversas articulações ocorridas nos movimentos organizativos da categoria, ou seja, sindical, de formação profissional e de normatização da categoria, que contribuíram para a construção do projeto ético-político profissional da profissão. O curso no Espírito Santo é implantado num contexto de avanço do ensino superior no país, por meio da expansão das universidades federais. Ainda nessa década de 1970, nos primeiros anos, diversas

234 Esse debate vai influenciar o trabalho de Desenvolvimento de Comunidade, abordado pelo meio profissional, através de três concepções diferenciadas: a que defendia extrapolar para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos “tradicionais”, alterando apenas o âmbito da intervenção; a que o concebia na perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais no bojo do ordenamento capitalista; e a vertente que pensava o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectada à libertação social das classes e camadas subalternas (PAULO NETTO, 1991; AMMANN, 1982).

professoras do curso da Ufes foram fazer mestrado na PUC-RJ, tendo oportunidade de se relacionarem com docentes de outros estados, que também faziam o mestrado, e participarem de diversas articulações nacionais.

A introdução, no Brasil, dos programas de pós-graduação em Serviço Social nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de São Paulo e Rio de Janeiro, no início dos anos 1970, oportunizou o debate sobre a formação profissional, o intercâmbio de experiências entre as mestrandas provenientes de vários estados brasileiros, a difusão de textos da literatura latino-americana da reconceituação, o relativo acesso à bibliografia marxista, o incentivo à produção teórica.

O movimento ocorrido na Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) decorreu da articulação entre jovens professoras(es) de diversos cursos do Brasil, que se identificaram a partir dos programas de mestrado e iniciaram um processo de debate sobre a formação profissional e a necessidade de sua alteração. Na PUC-RJ, a partir de 1973, houve a articulação entre as mestrandas oriundas de diferentes universidades e estados brasileiros, como Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo²³⁵, que participaram desse movimento de disputa pela hegemonia da entidade, pelos setores progressistas da profissão e pela mudança da proposta de formação profissional. Essa articulação se ampliou, posteriormente, e foi fundamental nas convenções da entidade, que se realizaram a partir desse período e que serão abordadas em seguida.

As convenções realizadas em São Luís (MA), em 1973²³⁶, em Piracicaba (SP), em 1975, em Belo Horizonte (MG), em 1977, e em Natal (RN), em 1979, são expressões da luta assumida pelo movimento das jovens professoras que se articularam nesse período, contando com a participação das docentes da Ufes, para uma formação profissional crítica e de superação dos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos herdados do pensamento conservador.

235 Como professoras que participaram inicialmente desse processo, ressaltam-se: Maria Helena Rauta Ramos, Elizete Cardoso e Eugênia Célia Raizer.

236 Nessa Convenção, houve a primeira mudança com relação à denominação da entidade, que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, em vez de “Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social”, garantindo a possibilidade de participação de professoras(es) na Convenção, mantendo o direito de voto na Assembleia Geral apenas para a representação da direção das unidades filiadas.

Em especial, a Convenção de Natal (RN) deu densidade a esse processo, propondo o novo currículo do Serviço Social, que foi aprovado pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1982. Nessa Convenção, expressaram-se as diversas tendências do meio profissional numa ênfase pluralista, sendo o currículo aprovado um grande avanço para a época, correspondendo à correlação de forças existentes naquele momento. Para essa solução, houve um embate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas sobre a orientação da formação profissional (BRAVO *et al.*, 2019).

Em 1981, a Convenção, realizada em Vitória (ES), foi uma edição histórica, uma vez que democratizou a entidade, com a mudança do seu estatuto, ampliando a participação na Assembleia Geral para alunos, supervisores de campo e professoras(es), com direito a voto para a eleição da diretoria da entidade.

As docentes e alunas(os) do curso de Serviço Social da Ufes foram fundamentais nesse processo e continuaram sua participação na entidade, tendo assumido a gestão da Abess-Regional Leste, que envolve as unidades de ensino do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. A entidade, a partir dos anos 1980, começou a desenvolver outros encontros, além das suas convenções. Foram realizados eventos referentes ao ensino de graduação e à pesquisa em Serviço Social. Posteriormente, foram promovidos: Encontros Nacionais de Pós-Graduação, Seminários Nacionais sobre o Projeto Pedagógico, Pesquisa sobre o Ensino da Metodologia em Serviço Social.

No período 1985-1987, a direção nacional da entidade é assumida por docentes da Ufes (presidência, secretaria e tesouraria), que desenvolveram todos esses eventos. Foi publicado também, por essa diretoria, a primeira edição dos *Cadernos Abess*, sobre o tema “O processo de formação profissional do assistente social”, em outubro de 1986, em parceria com a Cortez Editora, dando início a uma política de divulgação de conteúdos científicos da Associação, contribuindo para colocá-la num patamar acadêmico mais elevado.

Na Convenção de Fortaleza, em 1987, a diretoria da Abess, ainda sob a responsabilidade das docentes da Ufes, em Assembleia Geral da entidade, criou o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss), órgão acadêmico da Abess, cuja criação havia sido recomendada no III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, realizado em Campinas (SP), em 1986. O curso de Serviço Social da Ufes, que deixava a diretoria da Associação, assumiu, na pessoa da professora Eugênia Célia Raizer, a diretoria executiva do Cedepss, dando continuidade aos encontros de pesquisadores e à publicação dos *Cadernos Abess*.

Uma divergência que apareceu nessa conjuntura foi a mobilização de um grupo de professoras(es), vinculado às pós-graduações de Serviço Social, para criar uma Associação Nacional de Pós-Graduação, desvinculada da Abess. Essa proposta causou muita polêmica, principalmente entre as(os) docentes que estavam participando da reconstrução da entidade, por ter um conteúdo diferenciado do projeto de formação que defendia a articulação entre graduação e pós-graduação. Assim, a construção do Cedepps foi a estratégia encontrada para assegurar a unidade na formação e viabilizar a criação de uma outra entidade.

Outro movimento do qual as(os) professoras(es) da Ufes participaram foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em setembro de 1979, em São Paulo (SP), considerado o marco histórico-político de rompimento com o conservadorismo da profissão. Ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, diante de sua importância na construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro. O Congresso foi resultante dos vários acontecimentos que ocorreram na categoria e potencializaram a organização das(os) assistentes sociais para essa virada, estimulados pelo processo de mobilização e organização que estava ocorrendo na sociedade civil brasileira e que repercutiram na profissão (BRAVO, 2009).

Algumas questões relativas à programação do Congresso e sua organização foram consideradas significativas para desencadear o questionamento das entidades sindicais, que se reuniram anteriormente e criaram a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas) e elaboraram um documento crítico para a intervenção política durante o III CBAS.

As principais polêmicas com relação ao Congresso foram: o caráter antidemocrático da organização, que não desencadeou discussão com a categoria; a restrição à participação de estudantes de Serviço Social, limitada apenas a dois discentes por unidade de ensino; os homenageados do Congresso, que constavam de dirigentes da ditadura militar; o conteúdo relativo à temática central, que enfatizava as políticas setoriais sem uma análise global e totalizante das políticas sociais.

Sendo assim, o movimento de alteração que aconteceu no Congresso foi fruto da mobilização realizada pelos integrantes da Ceneas, articulados com os docentes que faziam o movimento na Abess, aliada à insatisfação dos participantes, manifestada nos grupos de trabalho.

Foi convocada uma assembleia pela Ceneas, que se realizou no final da manhã do segundo dia do evento, tendo a abertura, no dia anterior, contado com a presença massiva de assistentes sociais e estudantes. Nessa assembleia, foram aprovadas como principais alterações na condução do Congresso: a) mudança dos homenageados, que passaram a ser “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”; b) alterações na programação, tanto no conteúdo a ser abordado como nos componentes das mesas e painéis; c) inclusão de uma mesa final de encerramento, com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais.

Ali, também, a Ceneas assumiu a direção dos congressos seguintes, que até então eram dirigidos pelo Conselho Federal de Assistente Social (CFAS). A partir de 1983, os congressos passam a ser organizados pelas entidades da categoria, conforme decidido no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1981, realizado no Rio de Janeiro (RJ).

Vários outros fatos significativos oportunizaram o debate profissional, a nível nacional, nos anos 1970 e 1980, e tiveram também a participação de docentes e discentes da Ufes, a saber:

- articulação com a Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets) e com o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats), que ocorreu mais efetivamente em finais da década de 1970 e início dos anos 1980;
- debate sobre a democratização do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (Cras), com a eleição de chapas de oposição dos conselhos regionais, a partir de 1980, e da direção do CFAS, em 1984. A Lei federal n. 8.662, de 7 de junho de 1993, alterou a denominação do conjunto CFAS/Cras para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), respectivamente;
- aprovação do novo Código de Ética, em 1986, e da eleição direta para o Conselho Federal para a gestão 87-89. A nova proposta do Código de Ética foi objeto de amplo processo de estudo e discussão e teve como preocupação a defesa do profissional comprometido com as classes trabalhadoras. Apesar disso, surgiram alguns questionamentos posteriores, pois o código priorizava os aspectos político-ideológicos e tinha como preocupação assegurar aos profissionais progressistas um suporte legal para sua ação profissional.

Com relação ao movimento estudantil, no final da década de 1970 há o aprofundamento de sua organização. Em 1980, ocorre o Conselho Nacional de Estudantes (Coness), que começa a discutir a necessidade de criação da entidade nacional. Esse debate ocorre nos seguintes Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (Eness), mas só em 1988, no Eness do Rio de Janeiro (RJ), é criada, de fato, a entidade nacional, com o nome de Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (Sessune).

Na década de 1990, consolida-se no país o projeto neoliberal, ocorrendo a regressão dos direitos sociais e a defesa do mercado e do capital. Há uma investida contra a organização dos trabalhadores e crescem as desigualdades. O projeto neoliberal é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital ocorrida nos países centrais, a partir dos anos 1970, tendo impacto no Brasil, primordialmente, na década de 1990. Mudanças radicais se processaram na relação Estado-sociedade civil, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos multilaterais, nos marcos do Consenso de Washington.

Mesmo nessa conjuntura adversa, as entidades da categoria do Serviço Social, articuladas a diversas(os) docentes vinculadas(os) à academia, continuam o aprofundamento da teoria crítico-dialética que fundamenta o projeto profissional, a partir do processo de reconceituação. Com relação às entidades, cabe salientar aqui o debate da ética, pelo Conselho Federal de Assistente Social, e a revisão da Lei de Regulação da Profissão, aprovada em 1993²³⁷. Na Abess, foi fundamental a discussão sobre a formação profissional.

O I Seminário Nacional de Ética, realizado pela gestão 1990-1993 do CFAS, ocorreu em agosto de 1991, e a aprovação do novo Código de Ética se deu no XXI Encontro Nacional CFAS/Cras, em fevereiro de 1993, após vários encontros e debates. A elaboração do Código de 1993 teve duas preocupações centrais, segundo Paiva e Sales (1996, p. 180):

ser um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria e um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos desafios

237 Essas entidades, a partir de 1993, com a nova lei, passam a ser denominadas Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress).

da sociedade brasileira, constituindo-se num mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, fornecendo respaldo jurídico à profissão.

A Abess, no período de 1993 a 1996, lidera um movimento que articula um quantitativo relevante de unidades de ensino do país, com a participação de docentes, discentes e supervisores de estágio, com a finalidade de elaborar novas diretrizes curriculares para o serviço social²³⁸. Estas teriam por finalidade aprofundar a direção social estratégica e os fundamentos do Currículo Mínimo de 1982, visando superar a defasagem teórico-metodológica e as fragilidades operativas da formação. Nessa direção, foi considerada fundamental a aproximação do serviço social ao movimento da realidade concreta, tendo como exigência transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade.

Entre os anos 1970 e 2000, as(os) docentes do curso de Serviço Social da Ufes articularam-se com as entidades da categoria e fortaleceram o curso com diversas ações, tais como: investimento na capacitação docente, com a formação de mestres e doutoras(es); criação de uma política de estágio e de campos próprios de estágio; discussão do currículo da unidade, com a preocupação fundamental de uma formação crítica, vinculada aos movimentos sociais; articulação ensino, pesquisa e extensão, com a criação dos núcleos temáticos; realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* em várias áreas – a partir dos anos 2000, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), com mestrado, inicialmente, e doutorado e pós-doutorado, posteriormente –; publicação da revista quadrimestral *Argumentum*; e promoção anual do Seminário Nacional e Internacional de Políticas Sociais.

Uma contribuição fundamental para o conhecimento dessa trajetória é a coletânea *O curso de Serviço Social da Ufes: memória, afetos e história*, que está aqui sendo lançada. Esta obra resgata a história de ensino, pesquisa e extensão da unidade, nesses cinquenta anos, e de articulação da experiência concreta vivida pelos sujeitos sociais do curso com as realidades brasileira e latino-americana, através da participação em

238 Como já dito na presente obra, a decisão sobre os encaminhamentos da revisão do currículo é deliberada na XXVIII Convenção Nacional da Abess, ocorrida em Londrina (PR), em outubro de 1993.

movimentos da sociedade, da universidade e do serviço social. Há uma preocupação central com a construção democrática, a justiça social e a efetivação do projeto ético-político da profissão, construído a partir de meados dos anos 1970, que coincide com a criação do curso.

A obra referida está dividida em quatro partes, conforme já dito na apresentação, e nos convida a analisar, através do pessimismo da razão, os tempos duros que temos vivido em anos recentes, principalmente de 2016 a 2022, de expressões cotidianas da barbárie, do neofascismo, com mudanças regressivas em todas as dimensões da vida social. Mas também, por meio do otimismo da vontade, ressalta as possibilidades de ação apesar das adversidades, como afirmava o marxista italiano Antônio Gramsci.

Nesse contexto, a defesa da adesão crítica e consciente pelos profissionais de Serviço Social ao projeto ético-político da profissão, como enfatizam os artigos desta coletânea, é de suma importância para resistir às ameaças que precisam ser enfrentadas coletivamente.

Enfim, não existem fórmulas prontas na construção de um projeto profissional democrático. E, em meio às dificuldades, não se pode ficar acuado diante dos obstáculos. As(os) assistentes sociais estão desafiadas(os) a encarar a defesa da democracia, das políticas públicas, e desenvolver um trabalho que contraponha o projeto de ajuste neoliberal, já que este ataca os direitos e as conquistas da classe trabalhadora.

Para finalizar, recorreremos às palavras de Mandel (1995, p. 214):

Toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua, para essas tremendas ameaças que se observam, está desde o início condenada ao fracasso. A única possibilidade está na ação coletiva; democrática [...]. Essa é uma orientação que devemos adotar para resolver a crise da humanidade.

O desafio está posto aqui pela atual coletânea: continuar na luta coletiva fortalecendo o projeto ético-político da profissão e a articulação com os movimentos sociais, na defesa de um novo projeto societário, na perspectiva da emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana.

Referências

- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- BRAVO, Maria Inês de Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, out./dez. 2009, p. 679-709.
- BRAVO, Maria Inês de Souza *et al.* **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.
- MANDEL, Ernest. Debate. *In*: VIGEVANI, Tullo *et al.* **Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Unesp, 1995.
- PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A nova ética profissional: práxis e princípios. *In*: BONETTI, Dilsea Adeodata *et al.* (org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.
- PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

Participantes da obra

Alacir Ramos Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes.

Ana Maria Petronetto Serpa

Graduada em Serviço Social pela Ufes na primeira turma do curso (1971/2-1975/1). Especializada em Planejamento Social pela PUC-RJ. Mestre em Educação (PPGE/Ufes). Professora Adjunto IV aposentada da Ufes. Membro da diretoria da Abess e do Cedepss. Articuladora e primeira coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (Neca), na década de 1990. Membro do Conselho Editorial dos *Cadernos Abess* (Cortez Editora). Foi secretária municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória, experiência que deu origem ao livro, organizado juntamente com Eugênia Célia Raizer, *Política de Assistência Social no município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência (2005-2012)*. Participou ativamente da criação e como membro de conselhos municipais e estaduais, inclusive do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad).

Ana Targina Rodrigues Ferraz

Graduada em Serviço Social pela Ufes. Professora de graduação do curso de Serviço Social e também do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Ufes, que coordena atualmente. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Social (Nemps).

Ângela de Fátima Vieira Bueno

Assistente social formada na Ufes. Trabalhou por 18 anos na Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa-ES), atuando no Hospital Colônia Adauto Botelho e na gerência de serviços de saúde. Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes. Mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Uerj. Psicanalista.

Aracely Xavier

Graduada em Serviço Social pela Ufes, mestra em Política Social também pela Ufes. Atualmente é servidora pública do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), atuando como assistente social na Vara da Infância.

Cenira Andrade de Oliveira

Graduada em Serviço Social pela Ufes, mestre em Psicologia Social pela Ufes e doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora do Departamento de Serviço Social da Ufes. Coordenadora do programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa. Estudiosa das questões relativas aos direitos das pessoas idosas, da velhice e dos processos de envelhecimento no Espírito Santo, no Brasil e na América Latina.

Eliane Fernandes Ribeiro

Graduada em Serviço Social, em junho de 2002, pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente, está cursando o 2º período de Tecnologia em Ciência da Felicidade, pela Unicesumar (EAD).

Elizete Cardozo

Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social de Vitória e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora e coordenadora da implantação do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi chefe do Departamento de Serviço Social da Ufes, membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da Ufes, professora e diretora adjunta do curso de graduação de Serviço Social da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora e coordenadora de estágio do curso de graduação de Serviço Social da Emescam, chefe da Divisão de Serviço Social da Indústria (Sesi), Departamento Regional do Espírito Santo, e assistente social da Secretaria de Trabalho e Serviço Social do Governo do Estado do Espírito Santo.

Eugênia Célia Raizer

Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social de Vitória. Mestre em Serviço Social pela PUC-RJ e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, com tese sobre o tema do HIV/Aids. Professora do curso de Serviço Social da Ufes desde 1973, hoje aposentada. Foi presidente da Abess, hoje Abepss, articuladora da criação e secretária executiva do Cedepps. Presidente da Adufes e participante ativa da direção do movimento docente da Ufes. Foi do Grupo pela Vidda e atuou no Fórum Reage ES. Foi membro representante da Ufes na Comissão da Verdade do Espírito Santo. Foi Pró-reitora de Assuntos Comunitários da Ufes e diretora do Departamento de Relações Comunitárias da Pró-Reitoria de Extensão, onde articulou a criação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi), que hoje integra o PPGPS e tem atuação destacada na luta em defesa dos direitos humanos.

Fabricia Pavesi Helmer

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestra em Política Pública e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam). Gestora de qualidade na Fundação Estadual de Inovação em Saúde (iNOVA Capixaba).

Gabriela Gilles Ferreira

Graduada em Serviço Social pela Ufes. Mestre em Política Social pelo PPGPS da Ufes (2021). Especializada em Administração Pública pela Universidade Gama Filho (RJ) e Planejamento e Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade Novo Milênio (ES). Foi professora de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Serra (Multivix Serra) entre 2012 e 2016. Assistente social efetiva da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (Semas-PMV), onde coordena o Centro de Referência Especializado em Assistência Social à Pessoas em Situação de Rua.

Gilsa Helena Barcellos

Graduada em Serviço Social e mestra em Psicologia Social pela Ufes. Doutora em Geografia pela UFMG. Professora do curso de Serviço Social da Ufes e integrante do Núcleo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi-Ufes).

Hingridy Fassarella Caliarì

Graduada em Serviço Social pela Ufes. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (Uerj). Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), membro da diretoria do Cress 17ª Região, período 2023-2026. Consultora técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo na área de políticas para a juventude.

Jacqueline Oliveira Silva

Graduada em Serviço Social pela Ufes em 1983. Enquanto estudante, atuou na constituição do Centro Acadêmico do curso como liderança estudantil. Tem mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1991) e doutorado em Educação pela PUC-RS (1996). Nos últimos 40 anos, atuou nas áreas de Saúde, Serviço Social e Ciências Sociais, em especial no Grupo Hospitalar Conceição (GHC, 1985-1998), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS,

2007-2022) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, 1987-2006). Nesta última, pertenceu ao colegiado das graduações em Serviço Social e Ciências Sociais, foi coordenadora adjunta do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, editora da Revista Ciências Sociais Unisinos e líder de grupos do CNPQ até o ano de 2006, ano em que coordenou a pesquisa “Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual” (ONU e MJ/SNDH/Brasil). Em 2007, ingressou no Departamento de Medicina Social da UFRGS. Entre 2014 e 2015, em cedência para a Ufes, foi responsável pela criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), onde exerceu o cargo de pró-reitora. Aposentou-se em 2022. De suas atividades acadêmicas, profissionais e de pesquisa, resultaram inúmeras publicações, entre livros e artigos. Atualmente é professora aposentada da UFRGS.

Jeane Andréia Ferraz Silva

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social da Ufes. Tem doutorado em Serviço Social pela Uerj e pós-doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre os Fundamentos da Política Social e do Serviço Social (Grupo Lotus), da Ufes.

Karina Firme Marques Veiga

Assistente social pela Ufes (1995/1). Especialista em Psicologia Jurídica (FDV) e Saúde do Trabalhador (Unifesp). Mestranda em Política Social pelo PPGPS-Ufes. Professora substituta do curso de Serviço Social da Ufes (1995-1996). Atuou como assistente social na Justiça da Infância e da Juventude, na política de Assistência Social na Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) da PMV e na Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades). Professora de Serviço Social em instituições privadas. Atuou no Serviço Médico de Saúde do Trabalhador da Vale S.A., onde se aposentou. Faz parte dos Núcleos de Estudos da Ufes (Fênix/Saúde Mental) e Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET). Desenvolve estudos no campo da Saúde Mental, com foco no suicídio como expressão da questão social no capitalismo.

Kelly Cristina Pereira de Souza Lima

Formada em Serviço Social pela Ufes em 2000. Tem cursos de pós-graduação *lato sensu* em Família (profissionalizante) e em Atenção Primária à Saúde. Atuou por quatro anos no Projeto Terra, da Prefeitura Municipal de Vitória (Poligonal 10). Em 2004, assumiu o cargo de assistente social na Prefeitura Municipal de Serra, na pasta da Saúde, Regional de Saúde de Serra Dourada. Em 2006, passou a compor a equipe do Centro de Atenção Psicossocial aos Usuários de Álcool e outras Drogas (Caps AD Laranjeiras). Foi subsecretária de Direitos Humanos de Serra, em 2007. Em 2009, retornou à Secretaria Municipal de Saúde, onde atuou como referência técnica em Saúde Mental. Em 2011, retornou ao Caps AD Laranjeiras, onde permanece até hoje.

Maria Beatriz Lima Herkenhoff

Assistente social formada pela Ufes, professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes. Fez doutorado na PUC-SP. Autora dos livros *Por um triz: crônicas sobre a vida em tempos de pandemia* (2021) e *Legados: crônicas sobre a vida em qualquer tempo* (2022).

Maria das Graças Cunha Gomes

Professora aposentada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão, mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, doutora em Serviço Social pela PUC-RJ. Integrou a Coordenação do Núcleo de Estudos e Assessoramento à Pessoa Idosa (Neapi). Coordenou o Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Gerontologia Social e o programa de extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI). Foi representante do Núcleo com vários conselhos de defesa de direitos da pessoa idosa e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps).

Maria Emilia Passamani

Assistente social formada pela Ufes. Atuou como assistente social do Instituto Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (Iesbem). Professora do curso de Serviço Social da Ufes. Mestre em Política Social pelo PPGPS da Ufes. Doutora em Serviço Social pela Uerj. Membro do Neca e atualmente coordenadora.

Maria Inês de Souza Bravo

Bacharel em Serviço Social. Doutora em Serviço Social (PUC-SP), com pós-doutorado em Serviço Social (UFRJ). Professora aposentada (UFRJ e Uerj). Coordenadora do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq “Gestão Democrática da Saúde e Serviço Social”. Docente da Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Integrante do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde.

Maria Lúcia Teixeira Garcia

Professora titular do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Ufes. Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes). Membro do grupo Fênix de Análise de Políticas Públicas.

Maria Madalena do Nascimento Sartim

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-RJ, professora titular aposentada do Departamento de Serviço Social desde agosto de 2018. Em 1979, foi transferida da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para a Ufes, passando a integrar seu quadro oficial de docentes, onde realizou atividades de ensino, pesquisa, extensão e toda sua produção acadêmica na área do Trabalho. Fundou e coordenou o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NET) durante 22 anos.

Mariléia Alves Rocha

Formada em Serviço Social pela Ufes em 1999. cursou pós-graduação *lato sensu*, em Neurociência, Psicologia Positiva e Mindfulness; Psicanálise Clínica; Serviço Social Organizacional e Aspectos Biopsicossociais do Sono. Seu primeiro trabalho como assistente social foi em 2000, no Centro de Integração Empresa Escola, onde atuou por oito anos. Em 2008, foi convidada a participar do Processo Seletivo da Vale S.A., onde atuou por 15 anos, passando pelas áreas de Saúde e Recursos Humanos. Atualmente, está empreendendo no mercado digital, na área de Saúde Emocional.

Marlene Monteiro André

Assistente social formada pela Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora adjunta aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes, onde realizou atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conselheira da Editora da Ufes (Edufes) entre 2000 e 2004. Autora do livro *A organização do trabalho portuário: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos* (2000), publicado pela Edufes.

Marlene Simonetti

Graduada em Serviço Social pelo Instituto Social de Vitória em 1969; mestra em Serviço Social pela PUC-RJ em 1982; membro da diretoria do CFESS; professora adjunto IV aposentada do Departamento de Serviço Social da Ufes; tem formação em Terapia Familiar Sistêmica; fundadora e diretora do Centro de Estudos e Terapia da Família (Crescent); fundadora e primeira presidente da Associação de Terapia Familiar do ES (Atefes) e diretora da Abratef.

Mônica Paulino de Lanes

Professora do curso de Serviço Social da Ufes. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(2019). Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013).
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008).
Membro do Grupo de Pesquisas Interfaces (Ufes).

Monique Simões Cordeiro

Graduada em Serviço Social e mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Cooordenadora da Universidade Aberta à Pessoa Idosa, militante na área do envelhecimento e membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Espírito Santo. Sua área temática de estudo é violência contra pessoa idosa e instituições de longa permanência para pessoas idosas.

Regina Maria Santos Murad

Graduada em Serviço Social pelo Instituto Social de Vitória, onde atuou como professora e supervisora de 1965 a 1968; diretora do Departamento de Assistência Comunitária da Ufes no período de 1964 a 1991; mestrado em Educação pelo PPGE-Ufes (1980); professora adjunto IV do curso de Serviço Social aposentada da Ufes; chefe do Departamento de Serviço Social e coordenadora pedagógica do curso; coordenadora da experiência de ação e de estágio curricular na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceciliano Abel de Almeida, em Vitória; fundou e dirigiu o Instituto “Interação”, voltado para o ensino, a pesquisa e a consultoria. Atuou como professora de pesquisa em instituições privadas de ensino e como presidente de conselhos, tendo presidido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória; foi dirigente da Associação Capixaba contra o Câncer Infantil (Acacci).

Roberta Giovanotti

Graduada em Serviço Social pelo Instituto Social de Vitória. Psicanalista, professora aposentada da Ufes, onde atuou durante 25 anos. Tem contos e poemas publicados e é coautora do livro *No canto do olho*. Também publicou artigos e resenhas nos jornais da capital.

Teresinha Maria Mansur

Nasceu no município de Itapemirim (ES). Formada em Serviço Social pela Ufes (1976), com especialização em Ciências Sociais pela Ufac (1987). Mestre em Serviço Social pela UFPE (1995). Atuou em ONGs e também no serviço público municipal e estadual. Em 1992, ingressou na UFPE no cargo de professora e, em 1995, transferiu-se para a Ufes, onde cocriou o programa de extensão “Saciando a Fome de Pão, Beleza e Afeto”. Assumiu a chefia do Departamento de Serviço Social (2003-2004) e exerceu a função de Pró-Reitora de Extensão (2004-2008). Aposentou-se em 2009. Desde então, dedica-se ao desenvolvimento de Grupos & Projetos Biocêntricos, agregando sua competência de Facilitadora de Biodanza, a partir da formação pela International Biocentric Foundation (IBF) (2005).

Vanda de Aguiar Valadão

Graduada em Serviço Social (Ufes), com especialização em Sociologia (Uerj), mestrado em Ciências Sociais (UFRJ) e doutorado em Serviço Social (UFRJ). Professora titular do DSS-Ufes de 1983-2019, com atuação em ensino, pesquisa e extensão, com foco nos temas dos movimentos sociais rurais e urbanos, direitos humanos, violência e segurança pública. Coordenou o curso de graduação em Serviço Social, foi chefe do DSS, presidiu a comissão de Direitos Humanos da Ufes e coordenou o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), além de coordenar o Nevi e atuar em outras atividades administrativas e de representação acadêmica. Publicações: *Assentamentos e Sem Terra: a importância dos mediadores; Fundamentos dos Direitos Humanos; Cidadania e Direitos Sociais no final do século; Privatização da terra: intersecções das questões agrárias e ambientais.*

Vania Maria Manfroi

Doutora em Serviço Social. Professora titular aposentada e voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Na Ufes, também coordenou o Neca, o Nejud e o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual do Espírito Santo. Foi coordenadora do curso de Serviço Social e

também chefe do Departamento; professora do PPGPS, do qual foi vice-coordenadora; professora do Programa de Pós-Graduação em Administração. Tem artigos e capítulos de livros publicados nas áreas da infância, adolescência, juventude e serviço social, e serviço social e trabalho. Teve pesquisas financiadas sobre mercado de trabalho de assistentes sociais no Espírito Santo e em Santa Catarina, e sobre estágio supervisionado e condições de trabalho.

William Berger

Assistente social, arte-educador e curinga do Teatro do Oprimido. Bacharel em Serviço Social pela Ufes, licenciado em Artes Cênicas pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), mestre em Serviço Social pela PUC-RJ, doutor em Serviço Social pela Uerj. Pesquisa e atua com Teatro do Oprimido desde a graduação, com povos tradicionais (indígenas e pomeranos), juventudes do campo e da cidade e na área de infância e adolescência, assistência social, saúde e educação.

Alacir Ramos Silva
Ana Maria Petronetto Serpa
Ana Targina Rodrigues Ferraz
Ângela de Fátima Vieira Bueno
Aracely Xavier
Cenira Andrade de Oliveira
Eliane Fernandes Ribeiro
Elizete Cardozo
Eugênia Célia Raizer
Fabrcia Pavesi Helmer
Gabriela Gilles Ferreira
Gilsa Helena Barcellos
Hingridy Fassarella Caliarì
Jacqueline Oliveira Silva
Jeane Andréia Ferraz Silva
Karina Firme Marques Veiga
Kelly Cristina Pereira de Souza Lima
Maria Beatriz Lima Herkenhoff
Maria das Graças Cunha Gomes
Maria Emília Passamani
Maria Inês de Souza Bravo
Maria Lúcia Teixeira Garcia
Maria Madalena do Nascimento Sartim
Mariléia Alves Rocha
Marlene Monteiro André
Marlene Simonetti
Mônica Paulino de Lanes
Monique Simões Cordeiro
Regina Maria Santos Murad
Roberta Giovanotti
Teresinha Maria Mansur
Vanda de Aguiar Valadão
Vania Maria Manfroi
William Berger



ANA MARIA PETRONETTO SERPA

Natural de Afonso Cláudio (ES), filha de Francisco e Idalina, mãe de Ana Paula, Poliana e Paulo, avó de Eduardo, Clara, João Paulo, Lucas e Beatriz. No papel de mãe, foi auxiliada por Zelina, a quem deve gratidão. Mudou-se para Vitória em 1971 para cursar a primeira turma de Serviço Social na Ufes. Em 1975 concluiu a graduação e iniciou a vida profissional como assistente social da Secretaria de Bem-Estar Social do Governo do ES, atuando até 1981. Em 1995 concluiu o mestrado em Educação pelo PPGE/Ufes. De 1977 a 1999 foi professora da Ufes, onde ministrou disciplinas, supervisionou estágios, participou do projeto “Campos Próprios” com grupos de estudantes em Jardim Tropical, Serra. Na gestão universitária, foi chefe de departamento, vice-diretora e diretora do CCJE. Integrou a diretoria da Abepss (1985-1987). Participou da criação do Cedepss e de sua primeira equipe executiva. Articulou a criação do Neca. Desde então atua na formação e fortalecimento de conselhos estaduais e municipais de direitos e de políticas públicas. Após deixar a Ufes, foi gestora municipal e estadual, organizou curso de especialização em Gestão Municipal de Políticas Públicas e participou da implantação do curso de Serviço Social da Emescam. Hoje é voluntária na Arquidiocese de Vitória.

A coletânea *O curso de Serviço Social da Ufes: memória, afetos e história* resgata os cinquenta anos da unidade, a sua história de ensino, pesquisa e extensão, e de articulação da experiência concreta vivida pelos sujeitos sociais do curso com as realidades brasileira e latino-americana, através da participação em movimentos da sociedade, da universidade e do serviço social. Há uma preocupação central com a construção democrática, a justiça social e a efetivação do projeto ético-político da profissão, construído a partir de meados dos anos 1970, que coincide com a criação do curso.

A obra está dividida em quatro partes e nos convida a analisar, através do pessimismo da razão, os tempos duros que temos vivido, de expressões cotidianas da barbárie, do neofascismo, com mudanças regressivas em todas as dimensões da vida social. Mas também, por meio do otimismo da vontade, ressalta as possibilidades de ação apesar das adversidades, como afirmava o marxista italiano Antonio Gramsci.

Nesse contexto, a defesa da adesão crítica e consciente pelos profissionais de Serviço Social ao projeto ético-político da profissão, como enfatizam os capítulos deste livro, é de suma importância para resistir às ameaças que precisam ser enfrentadas coletivamente.

Enfim, não existem fórmulas prontas na construção de um projeto profissional democrático. E, em meio às dificuldades, somos convocados a não ficar acuadaos diante dos obstáculos. Somos desafiados a encarar a defesa da democracia, das políticas públicas, e desenvolver um trabalho que contraponha o projeto de ajuste neoliberal, já que este ataca os direitos e as conquistas da classe trabalhadora.

O desafio está posto aqui: continuar na luta coletiva fortalecendo o projeto ético-político da profissão e a articulação com os movimentos sociais, na defesa de um novo projeto societário, na perspectiva da emancipação.

Maria Inês de Souza Bravo



 **EDUFES**